Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras

O PODER DO URSO.
ELITES URBANAS E REDES NOBILIÁRQUICAS: O CASO DO MOSTEIRO DE SÃO DINIS E SÃO BERNARDO DE ODIVELAS (1295-1537)

Mestrado em História, na especialidade de História Medieval

JOÃO CARLOS CORREIA DA CONCEIÇÃO

2023

Dissertação especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre, orientado por Prof. Doutor Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes, e co-orientado por Prof. Doutor José Augusto Pereira de Sotto Mayor Pizarro

Nota prévia: A presente dissertação não segue, por decisão pessoal do Autor, as normas linguísticas consignadas no Acordo Ortográfico de 1990.

Homenagem ao Professor José Mattoso (1933-2023)

Ao Avô Zé, por me ter ensinado a escrever e a gostar de História,

Ao Pai, por me ter ensinado a imaginar,

À Mãe, por me ter ensinado a pensar.

"*Above all subjects of study, Science is conveyed, is propagated, by books, or by private teaching; experiments and investigations are conducted in silence; discoveries are made in solitude*"

Sir John Henry Newman

"*Só a História – a súmula de dados susceptíveis de descoberta – detinha a chave para o mistério de porque é que o que acontecia acontecia como acontecia e não de outra maneira*"

Isaiah Berlin, *in* "O Ouriço e a Raposa"

ÍNDICE

Resumo……... 8
Palavras-Chave……... 8
Abstract…….. 9
Keywords…… 9
Abreviaturas……... 10
Apresentação e agradecimentos……. 11

PRIMEIRA FASE
I. Introdução……. 18
1. Circunstâncias do estado do debate…… 22
2. Pressupostos metodológicos……... 29
II. Os Espaços
1. Características de uma fundação…… 36
1.1. *Rebus sic stantibus*…….. 38
1.2. *Exceptio probat regulam*……. 41
2. Porquê Odivelas e as aquisições que se lhe antecederam…….. 44
2.1. *Em termo da nossa çidade de Lixboa*……. 47
2.2. *Em luguar que he chamado Odivellas*…… 51
3. Uma questão tumular e outras teses……... 55
3.1. Excurso heráldico…… 59
3.2. Bastarda régia, religiosa ou abadessa…….. 62
4. Interlúdio factual…… 68
III: As Redes
1. Selectividades e perfis de um mosteiro urbano…….. 74
1.1. Origens das primeiras religiosas……. 75
1.2. Possíveis filiações de D. Maria Afonso: um caso em estudo…… 80
1.3. A comunidade religiosa à data da morte do fundador……. 84
2. As partes e o todo……... 87
2.1. Familiares e *familiaritas* de Odivelas (séc. XIV)…… 92
2.1.1. Novas parentelas urbanas de uma linhagem de religiosas…… 94
2.1.2. Religiosidade familiar do oficialato concelhio de Lisboa…… 100

2.1.3. Modalidades e significados das estratégias simbólicas do poder local……. 107
2.2. Paradigmas em transformação……. 112
2.2.1. Experiências sociais em confronto…… 113
2.2.2. Património fundiário e predial de um mosteiro urbano……. 118
2.2.3. Estratégias individuais ou familiares…… 123
2.3. Um tornês de gente: o corte social do século XIV…… 129
2.3.1. Memória familiar como etapa para a aristocratização…….. 130
2.3.2. Mosteiro sombra: funcionamento geracional…… 137
2.3.3. Revolução dentro de portas: contornos sociais…….. 142
3. Se é isto uma nova elite nobiliárquica…… 145
3.1. Familiares e *familiaritas* de Odivelas (séc. XV)…….. 148
3.1.1. A comunidade e a sua sucessão……. 150
3.1.2. Velhos poderes de novas clientelas……... 158
3.1.3. De «Elite local» a «Nobreza do reino»……. 166
3.2. A reconstituição possível de um grupo…… 173
3.2.1. Entre o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro e o de Damião de Góis…….. 176
3.2.2. O mosteiro, a nobreza e o *armorial*: crepúsculo de um tempo... 186
IV: O Poder do Urso…… 197

SEGUNDA FASE
I. Catálogo prosopográfico……... 200

TERCEIRA FASE
I. Esquemas genealógicos……. 379

Fontes e Bibliografia
I. Fontes Manuscritas……... 395
II. Fontes Impressas…….. 398
III. Bibliografia……. 399

O Poder do Urso. Elites urbanas e redes nobiliárquicas: o caso do Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas (1295-1537).

Resumo

Na senda do levantamento documental do espólio do cartório do Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas, levado a cabo pelo Centro de História da Universidade de Lisboa e a Câmara Municipal de Odivelas, surge a presente dissertação que se propõe discutir as relações de poder entre a Coroa e as famílias das religiosas que nele habitaram, estudando o referido mosteiro enquanto palco de manifestação de redes de poder simbólico e patrimonial, tecido de geração em geração, entre finais do século XIII a XV.

Partindo de um plano físico de estudo, um cenóbio cisterciense feminino, mais do que nos focarmos nas religiosas que o habitaram durante essa cronologia, consideraremos como nosso principal objecto de estudo as interacções entre o poder político central, da Coroa, e o local/regional, dos indivíduos e famílias que a partir de finais do século XIII, mas mais concretamente de inícios do século XIV, procuraram estar próximos do poder régio através daquele espaço cisterciense fundado por D. Dinis, ocupando cargos nas casas dos membros da família real ou na administração concelhia dos territórios onde se expressava a sua influência económico-social, fruto de carreiras profissionais ou de um património imobiliário e fundiário, que não raras vezes compunha também o do mosteiro.

A cronologia, algo extensa, leva-nos a abordar variadas questões que se interligam à ideia central da dissertação, e a procurar identificar se em torno de Odivelas, à semelhança do que acontecia nos velhos cenóbios nortenhos, se terá formado um centro estratégico de influências vinculadas a laços familiares, já não das velhas linhagens dos tempos da fundação do reino, mas sim de uma emergente oligarquia lisboeta que, além de deter o poder da cidade, demonstrava a sua relevância económica e política junto da Corte. Se era vontade régia desde 1295 que aquele recém-fundado cenóbio cisterciense crescesse enquanto espaço que estruturasse essa rede de influências vinculada em redor da figura do monarca seu padroeiro, não o sabemos, por enquanto.

Palavras-Chave: Mosteiro de Odivelas; Lisboa; Monjas; Oligarquias; Nobreza.

The Power of the Bear. Urban elites and noble networks: the case of the Monastery of São Dinis and São Bernardo of Odivelas (1295-1537).

Abstract

In the course of the documentary research on the archive of the Monastery of São Dinis and São Bernardo de Odivelas, carried out by the Center for History at the University of Lisbon and the Odivelas City Council, this dissertation emerges aiming to discuss the power relations between the Crown and the families of the nuns who lived there, studying the mentioned monastery as a stage for the expression of networks of symbolic and patrimonial power, woven from generation to generation, from the late 13th to the 15th century.

Starting from a physical study plan, a female Cistercian monastery, rather than focusing on the nuns who inhabited it during this chronology, we will consider the interactions between central political power, the Crown, and the local/regional power of individuals and families who, from the late 13th century, but more specifically from the early 14th century, sought to be close to royal power through that Cistercian space founded by D. Dinis, occupying positions in the households of royal family members or in the municipal administration of the territories where their economic and social influence was expressed, either through professional careers or through real estate and land ownership, which often also included that of the monastery.

The extensive chronology leads us to address various questions that are interconnected with the central idea of the dissertation, and to try to identify whether, around Odivelas, similar to what was happening in the old northern monasteries, a strategic center of influences linked to family ties had formed, not of the old lineages from the time of the kingdom's foundation, but rather of an emerging Lisbon oligarchy that, in addition to holding power in the city, demonstrated its economic and political relevance at the Court. Whether it was the royal will since 1295 for that newly founded Cistercian monastery to grow as a space that structured this network of influences linked around the figure of its royal patron, we do not know for sure at this time.

***Keywords*:** Monastery of Odivelas; Lisbon; Nuns; Oligarchy; Nobility.

Abreviaturas

ant.	antes de
c.	cerca de
c.c.	casou com
c.g.	com geração
c.g.b.	com geração bastarda
Ch.	*Chancelaria*
Cód.	*Código*
doc.	documento
f.	faleceu
fg.	freguesia de
fl./fls.	fólio/fólios
Liv./Livs.	livro/livros
mç.	maço
nº	número
nt.	nota
nts.	notas
séc.	século
s.g.	sem geração
s.m.n.	sem mais notícias
s/nº	sem número
s.s.	seguintes
t.	termo de
vol./vols.	volume/volumes

Apresentação e agradecimentos

> *No outono de 1884 estava eu em Sintra, onde durante uns poucos de anos fui, com a minha gente, passar aquela estação e a anterior. Já não era então a minha mal conhecida Sintra doutros tempos, mas também ainda não viera a ser a Sintra do caminho de ferro, da qual fugi. O outono é a mais bela estação do ano nos arredores de Lisboa, e sobretudo naquela privilegiada região.*
>
> A. Braamcamp Freire, *in* "Brasões da Sala de Sintra"

Muitos anos depois de Braamcamp Freire ter escrito estas linhas, sucedia-nos o mesmo quando em dias de escrita laboriosa sentíamos a aragem fresca tocada pelo mar que sobe das arribas da Praia Grande e que ao sol-posto passeia pela várzea de Colares. O decurso de uma investigação é um processo de metamorfose inescapável. Não foram só as folhas que caíram, as ribeiras que ainda correm, nem tão pouco as flores das buganvílias que por duas vezes vimos florir no decorrer deste trabalho. Sabíamo-lo de antemão, e ainda assim a ele nos submetemos, num momento de calmaria, em breve naturalmente desconstruída. Merece portanto que se dediquem algumas linhas ao período que mediou este tempo, mas sobretudo a quem nos acompanhou e a quem connosco viveu as expectativas, quer as frustradas como as outras que o nosso cepticismo não deixará de reconhecer terem sido em maior número. Nesta modesta enumeração ressalta a nossa maior dívida, a dos agradecimentos que têm ficado por dedicar a todos os que se seguem e que connosco partilharam os nossos dias, mesmo aqueles passados em solidão monástica a que, a bem da verdade, o espírito, mais que qualquer investigação, tantas vezes nos exige.

A primeira palavra, de uma sinceridade agradecida, dedicamo-la ao *Professor*, Doutor Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes. Sucedemos a uma geração que o segue, tendo-o como exemplo de uma envergadura moral que nos estimula e que do seu fundo crítico nos desconstrói as conclusões a que pedantemente pensamos ter chegado. Ao longo desta investigação o tempo – que a tornou tão importante, conforme diria Antoine de Saint-Exupéry – mostrou-nos a ambos alguns traços da evolução da vida. Devemos-lhe, a par de todo o acompanhamento, as conversas em que discutíamos um mundo que ainda sentimos nosso, ao mesmo tempo que debatíamos biografias. Onde procurámos perscrutar

estratégias, poderão ter estado somente os sentimentos que nos continuam a mudar. E talvez assim tudo continuará como está.

Ao Professor Doutor José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, uma palavra de apreço por ter aceite coorientar este percurso, por vezes distante e tão conturbado. Onde poderá ter pensado que apenas comentava ideias, estava a ajudar a pensar um pupilo que com reverência confessada há muito o seguia através das *Linhagens Medievais Portuguesas* que pensávamos conhecer de cor. Através de si aprendemos a ler de forma profissional a genealogia, esse interesse antigo que já nos acompanhava e que foi vital para a primeira pincelada desta dissertação.

Além destes nossos *Mestres,* sabemo-nos ainda discípulos de vários professores, pelo que a todos agradecemos por nos terem demonstrado que um impulso adolescente pode originar uma carreira que se abraça até ao último dia. Devemos assim um agradecimento especial à Professora Manuela Santos Silva, que sempre nos deu uma liberdade total para seguirmos os nossos interesses de investigação; à Professora Ana Maria Rodrigues, que de diversas formas sempre nos transmitiu que o caminho poderia ser este; ao Professor Nuno Simões Rodrigues, que desde o primeiro semestre da licenciatura fez questão de nos aproximar do Centro de História (CHUL), e em quem sempre vimos uma presença amiga e honesta; ao Professor José Damião Rodrigues, por nos ter tentado, sem sucesso, afastar da época medieval, levando assim que com maior certeza a privilegiássemos – reconheça agora alguma conquista no término desta dissertação, pois que a princípio o século XVI parecia-nos coisa *moderna*; ao Professor Bernardo de Sá-Nogueira, cujas primeiras palavras em nós ressoaram durante toda a licenciatura, melodia de guitarras em noites de fado, por vezes *Corrido*, por outras *Menor*; e ainda, pelos mais diversos motivos que os próprios dificilmente conhecerão, aos professores Ana Catarina Sousa, Luís Manuel de Araújo, José Varandas, João Cosme, Sérgio Campos Matos, Teresa Nunes e Francisco Contente Domingues, cuja saudade persiste, impedindo-me de me aventurar numa investigação que a certo momento nos aliciou num debate estimulante – ele saberia.

Ao Luís Miguel Rêpas, que tão amavelmente nos permitiu atravessar um dos seus grandes legados historiográficos, sendo exemplo do quanto "isto" é coisa humana, pelo que feita de amizades e de continuas revisitações, e não de egos ou conclusões estáticas.

Aos membros do Instituto Português de Heráldica, pela simpatia com que sempre nos recebem nas suas sessões, onde tantas vezes em silêncio revalidamos propostas que deixamos de considerar exclusivamente nossas, em particular ao seu presidente, Dr. João Portugal – em representação de todos; a Carlos Bobone, em cujas estantes da *Bizantina*,

entre fólios, discretamente, encontramos alguma paz; a Miguel Metelo de Seixas, cujos vetustos laços de parentesco partilhados se reduzem para nele identificarmos um autor moral que nos iniciou à seriedade que a genealogia exige; e por fim a João Bernardo Galvão-Telles, por nos ter apresentado a possibilidade real de a História não ser uma área inerte no mundo actual.

À Sofia Correia de Matos Boto, que por via de acasos nunca foi apenas uma colega de mestrado, reconhecendo o quão pequena sempre foi uma franja da sociabilidade da cidade de Lisboa, do século XIII aos nossos dias. A toda a equipa do *Grupo de Trabalho para a Criação do Centro Interpretativo do Mosteiro de Odivelas*, com votos de sucesso nesta notável campanha; e à equipa de conservação e restauro do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em particular à Inês Borges, que com um sorriso sempre recebeu esta nossa presença discreta e por vezes pouco regular, permitindo-nos conviver lado a lado com os grandes fólios que constituem o cartório do Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas, e que então ali se cosiam, nas caves sempre frias da Torre, mesmo no auge de um Verão quente como foi o de 2022.

Deixamos também um merecido abraço fraterno a diversos colegas e amigos que connosco fizeram e continuam a fazer a *escola* de Lisboa, em particular ao Filipe Marques Fernandes, ao Gonçalo Matos Ramos, ao Martim Aires Horta, à Inês Olaia e ao Afonso Viola. Também ao Pedro Álvaro Mateus e à Joana Ferreira da Costa, que fielmente a nosso lado connosco percorreram os anos da licenciatura. Ao João Zambujo de Oliveira, que em boa hora soube descobrir em Letras outra *Alma Mater*, e ao Nuno Abreu e Lima, pelo interesse sempre demonstrado nas nossas investigações e pelos contributos que enriqueceram a análise sobre os Abreus e tantas outras linhagens, sempre em discussão cavalheira nessas tertúlias à mesa, da *Casa do Alentejo* ao *Valbom*, dando cada qual provas que ser aristocrata é ter carácter e saber de onde se vem. De entre estes "vencidos" destaca-se um nome que merece entrada própria:

Ao Gonçalo Vidal Palmeira, presença exemplar de um companheirismo raro. A estima que se não traduz por palavras será em breve tecida – como era na Idade Média para os nobres que tanto nos interessam estudar – num laço de parentesco artificial próprio das "sociedades arcaicas/sociedades saudáveis", palavras do próprio. E tal qual como uma bela pedra de armas de granito no frontão de um solar minhoto irá durar esta amizade.

Introduzem-se pois as relações de afinidades que nos comprovam que ao longo destes dois anos fomos mais que a investigação na qual todos nos encontravam absorvidos,

dedicando-nos em paralelo a outros projectos que marcavam o timbre desta incursão, e da nossa própria vida.

À Equipa d´África, em particular à Leonor Leal, à Joana Valente e à Constança van Zeller, com quem, num momento em que se acumulavam as dúvidas quanto ao rumo que esta dissertação deveria tomar, rumámos a Moçambique para regressar seguros de que somos herdeiros do pensamento ocidental; talvez seja por isso que lemos, e que em momentos de escuridão retornamos à leitura dos livros: para descobrir palavras que já conhecemos. Ao Pe. Miguel Rodrigues, que nos levou a tranquilizar nesta definição. À Rita Cardoso da Costa, à Maria Coimbra, à Jacinta Leitão, à Margarida Costa e Almeida, ao António Meneses e ao João Gago, por connosco terem partilhado um dos momentos mais felizes que mediaram esta nossa jornada. Porque os laços da amizade verdadeira se estreitam na partilha de momentos da nossa própria vida, um agradecimento especial à (agora *Doutora*) Maria Inês Hermenegildo, à Eunice Pestana Lopes, ao Bernardo Borda d´Água, ao André Ferreira, ao David Vale de Andrade, à Mariana Gonzaga Guiomar, à Maria do Carmo Cordovil de Azeredo e à Maria Machado Pinheiro – exemplos plenos e actuais do que já no século XIII definia o "parentesco artificial".

Ao Professor Henrique Leitão, um agradecimento penhorado pelo tanto que nos tem ensinado a partir de um livro que temos como fundamental no nosso percurso, e por tão simbolicamente ter passado a ser um *Mestre*, na entrada numa nova fase de vida.

Às amizades que o Colégio de São José - Ramalhão nos deu, onde parte considerável desta dissertação foi terminada, em particular à Maria Furtado, pela confiança transmitida para com os nossos projectos pessoais; ao Miguel Abranches Pinto, pelo nível intelectual que nos estimula; ao João Carlos de Melo, pela simpatia para com um discípulo que ora lhe dedica as linhas citadas do *Auto da Cananeia*, de um Gil Vicente que só ele conhece; ao Pe. Bernardo Magalhães, ao Rafael Salinas Calado, à Inês Paiva Couceiro, à Carolina Borges, à Sofia Cabral de Oliveira, à Margarida Nobre, entre tantos outros que têm marcado o início deste novo capítulo, estando terminado o da presente dissertação. Entre todos, uma especial palavra de agradecimento e amizade ao Bernardo Amarelo, dois cavaleiros na velha *Demanda* pelas Letras, de Mendes dos Remédios a G. K. Chesterton, com quem percorremos morosamente a sala dos brasões do Paço de Sintra no momento em que nos preparávamos para discutir a obra de Braamcamp Freire.

O maior agradecimento é dirigido à nossa família, refúgio que sempre nos conforta e de onde parte tudo quanto nos caracteriza. Quem nos conhece saberá que, embora nem

todos os nomes possam surgir por escrito, ninguém foi esquecido. Nomeamos sobretudo aqueles a quem continuaremos para sempre a ser devedores.

À mãe, Paula, por todas as horas passadas com demonstrada atenção a ouvir nomes e genealogias – algumas das quais suas – que lhe escapavam ao desenrolar da primeira geração; ao pai, Carlos, que nos ensinou a não ter medo de encher uma folha (ou tela) em branco – o retrato desta dissertação seria um conjunto social em movimento ao estilo de Rembrandt, com os vícios dos intervenientes disformemente pincelados por Lucian Freud; às avós, que no fim do dia sempre nos demonstram o que na vida realmente vale a pena; aos tios, Goretti e Tó, por nos terem permitido crescer, e a quem dedicamos especialmente o catálogo prosopográfico, sistematicamente escrito no Pióddão à sombra da oliveira e das hortênsias do jardim, com vista para a Serra do Açor; e à Bisa – que honramos nestas linhas, as quais, do alto da sua nona década de vida, já não conseguirá ler –, pelo tanto que nos tem ensinado, sendo elo de ligação entre gerações presentes e passadas, exemplificando o quanto de anacrónico todos acabamos por ter a partir do momento em que vivemos o suficiente para nos sentirmos a habitar um mundo distinto daquele que considerávamos ser o nosso.

Ao Avô Zé, a quem dedicamos sempre tudo, do companheirismo constante à revisão do texto, que por via de o ter relido mais vezes do que nós talvez o conheça melhor, como decerto só ele nos conhece. Nestas suas oitenta primaveras presenteamo-lo com esta dissertação, que é prova máxima de tudo quanto incutiu em nós.

À Joana, por se ter permitido ser pilar nas nossas vidas. Viveu diariamente as nossas ambições e frustrações, acompanhando o desenrolar destas páginas como se fossem suas. Dedicamos-lhe a maior certeza que temos – a qual, curiosamente, se relaciona em inteiro com a presente dissertação –, de que uma família e uma cidade têm um princípio comum.

Colares,
Setembro de 2023

PRIMEIRA FASE

Rematou logo o Capítulo. Estava esfalfado, à banca do trabalho desde as nove horas, a reviver intensamente, e em jejum, as energias magníficas dos seus fortes avós! Numerou as tiras — fechou na gaveta à chave o volume do Bardo. Depois à janela, com o colete desabotoado, ainda lançou o brado genial num grave e rouco tom, como o lançaria Tructesindo: -... "de mal com o Reino e com o Rei, mas de bem com a honra e comigo E sentia nele realmente toda a alma de um Ramires, como eles eram no século XII, de sublime lealdade, mais presos à sua palavra que um santo ao seu voto, e alegremente desbaratando, para a manter, bens, contentamento e vida!

Eça de Queirós, *in* "A Ilustre Casa de Ramires"

I. Introdução

Retomando um interesse romântico do século XIX sobre os concelhos, agora focado bastante mais em esquemas de organização social do que na matriz institucional e política que um dia entusiasmou Alexandre Herculano[1], a dissertação que ora se inicia tem como objectivo uma análise ao Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas, mote para um debate substancialmente relativo às suas religiosas, que procura atingir os percursos destas e das suas famílias, sempre com a objectiva focada na relação daquelas com o poder régio e, sobretudo, enquadrando-as em cronologias muito próprias nas quais se assiste à renovação de padrões identitários da nobreza medieval portuguesa. Uma escolha para a qual contribuiu a integração do autor no projecto de levantamento documental do espólio do cartório do Mosteiro de Odivelas, iniciativa promovida em parceria entre o Centro de História da Universidade de Lisboa e a Câmara Municipal de Odivelas[2].

Levantada recentemente a totalidade do espólio documental do Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas, defendida uma tese de doutoramento que se debruçou sobre todas as comunidades cistercienses femininas do Portugal medievo[3], e na senda de uma nova vaga de interesse iniciada pela publicação de uma obra dedicada à documentação fundacional deste cenóbio[4], colocados perante a escolha de um tema para a nossa dissertação não hesitámos em concordar seguir por esta via. Há muito que nos aliciavam questões como o estudo da nobreza, das redes de poder, ou ainda a reconstrução de genealogias; interesse que a todos se sobrepunha e que vinha a caracterizar diversas das

[1] Considerado como "fundador" da historiografia sobre os concelhos, figura coeva da redefinição dos poderes locais, regionais e centrais em sequência da consolidação do regime liberal, Alexandre Herculano (1810-1877) discutiu temas como a descentralização administrativa e a proposta de organização dos poderes municipais, defendendo uma solução administrativa apoiada nos concelhos enquanto núcleos de poder descentralizados. Convidamos à leitura da dissertação de João Pedro Branco intitulada *O municipalismo no pensamento de Alexandre Herculano (1834-1859)*, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (BRANCO 2007), para uma leitura das soluções de Alexandre Herculano intercalada com a crítica coeva da aplicação do modelo apresentado por António Pedro Lopes de Mendonça (1826.1865), que por volta de 1853 estruturavam a discussão historiográfica portuguesa, entrincheirada na contradição política entre "centralização «progressista» vs. descentralização «conservadora»" (BRANCO 2007, 101-104). Lembramos ainda ter sido Alexandre Herculano promotor de uma ímpar recolha e publicação de documentação até ao final do reinado de D. Afonso III (1279), momento enquadrável na nossa cronologia.

[2] Na sequência desta colaboração assinalamos o lançamento do livro "Mosteiro de Odivelas: Documentos fundacionais", sob coordenação de Saúl António Gomes (GOMES 2021) e a *Mesa-Redonda* intitulada «Um Rei e o seu Mosteiro: D. Dinis e Odivelas», actividade realizada a 21 de Novembro de 2022, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, organizada pelo Grupo de Investigação «Usos do Passado» do CH-ULisboa realizada no âmbito da Semana da Ciência e da Tecnologia 2022.

[3] RÊPAS 2021.

[4] GOMES 2021.

nossas investigações. Perante o levantamento da documentação do cenóbio em questão, considerando estar em falta um estudo que não se ocupasse e extinguisse na inventariação e transcrição de fólios, começava a delinear-se um possível objecto de estudo.

Não raras vezes métodos análogos foram surgindo em monografias sobre concelhos ou localidades que ilustravam a realidade portuguesa ao longo de determinada cronologia, cuja documentação da administração concelhia apresentava um número suficientemente robusto de referências a determinada família ou grupo de indivíduos, que assim se tornavam demasiado aliciantes para que o historiador os não procurasse estudar. Assim se passaram a compreender diversos grupos que controlavam o exercício de determinado poder[5]. Grupos esses que agiam a partir de um palco regional para um central, e vice-versa, onde testavam a sua influência através de redes de parentesco e clientelismo junto do poder régio, que serviam e do qual procuravam beneficiar.

Partindo igualmente de uma geografia muito localizada, de um plano físico de estudo, ou seja, um cenóbio cisterciense feminino, mais do que nos focarmos nas religiosas que o habitaram durante determinada cronologia restrita, interessados nas suas famílias – as daquelas que se filiam com total segurança e documentação em certas genealogias, mas também das que requerem da nossa parte um maior esforço interpretativo para alcançar parentescos –, consideraremos três vectores de observação, a saber: o **mosteiro**, ponto de observação privilegiado da frequência e dimensão das actividades que nos importavam discutir e no qual se sentem as repercussões dos fenómenos; a **cidade**, Lisboa, *hipocentro* onde se inicia e propaga a ruptura; e a **nobreza**, de facto, *epicentro* de grande parte da acção cuja posição central na sociedade da época lhe permitia ocupar um ponto principal[6] no choque de poderes sociais em contínuo confronto.

Perante isso, optou-se por uma observação na longa duração, estratégia de observação de questões sociais e genealógicas que se prolongam por várias gerações que se interligam à ideia central da dissertação, e por identificar se o Mosteiro de Odivelas, localizado no

[5] Dentro desta variante historiográfica cumpre-nos assinalar a "escola" fixada em Évora que, interessada pelo estudo das elites urbanas se oficializou em 1999 com a aprovação do projecto de investigação do CIDEHUS/UÉ (1999-2001) intitulado *Elites e Redes Clientelares na Idade Média. Uma observação centrada em Évora* (Projecto PRAXIS XXI HAR/10237/98), contando com um grupo composto por alguns dos mais notáveis medievalistas da época (e da actualidade). O seu sucesso viria a publicar-se em volume homónimo editado por Filipe Themudo Barata (BARATA 2001) e em conclusões que, actualmente, continuamos a seguir. Mencione-se, ainda, a tese de doutoramento de Hermínia Vasconcelos Vilar, *As Dimensões do Poder: A Diocese de Évora na Idade Média (1165-1423)* (VILAR 1998), na esteira da qual uma nova geração de historiadores herdeiros do seu pensamento e orientação tem vindo a marcar uma assinalável resenha historiográfica sobre as elites eborenses enquanto campo de observação do poder local, entre os quais Joaquim Bastos Serra (SERRA 2015) e André Madruga Coelho (COELHO 2015; 2017).

[6] Remetemos para o significado clássico, grego, da palavra ἐπίκεντρος (epikentros).

termo de Lisboa – ou seja, fora, mas próximo do *hipocentro* –, ao longo do século XIV, na viragem para o XV e durante toda a centúria deste, se pautou, reinterpretou, ou ainda se transformou totalmente, os velhos hábitos monásticos de controlo patrimonial e simbólico que as velhas linhagens espelhadas nos nobiliários medievais de Trezentos há muito haviam desenhado nos cenóbios nortenhos como estratégias fundamentais para a garantia da dimensão de um poder cujas estruturas – como tantas outras quase sempre instáveis – se sentiam a aproximar do último grande abalo.

Embora a escassez de documentação relativa aos primeiros anos do mosteiro de São Dinis de Odivelas possa dificultar que se apresente um número exacto das *donas* que formaram a primeira comunidade de religiosas, perante o atrás enunciado, à semelhança do que acontecia nos velhos cenóbios do Norte, cremos que também se terá formado em torno de Odivelas um centro estratégico de influências vinculadas a laços familiares, não necessariamente das velhas linhagens dos tempos da fundação do reino, mas sim de uma emergente e heterogénea **elite lisboeta** que, além de deter o poder da cidade, demonstrava a sua relevância económica e política junto da Corte. Por esse motivo procuraremos encontrar respostas que expliquem se essa era já uma vontade régia desde 1295; que aquele recém-fundado cenóbio cisterciense crescesse enquanto **espaço** que estruturasse socialmente uma **rede** de influências vinculada em redor da figura do monarca padroeiro, da Coroa, ou da cidade.

Sabemos, com certa segurança, os nomes das monjas que habitaram Odivelas e que o cartório do mosteiro documentou ao longo do século XIV[7]. Daí que tenhamos escolhido

[7] Na sua dissertação de mestrado Margarida da Silva Pinto contabilizou um total de 39 religiosas (PINTO 2000, 100-120), naquele que consideramos tratar-se do primeiro estudo que se debruçou sobre este objecto de estudo que ora nos interessa. Mais recentemente, na sua tese de doutoramento, Luís Miguel Rêpas viria a identificar, numa cronologia cujo término alcança o ano de 1385, 43 religiosas (RÊPAS 2021, 405-534). A diferença numérica torna-se de tal forma problemática atendendo a que Margarida da Silva Pinto omite do seu *Ficheiro de Identificação das Monjas* 14 religiosas consideradas por Luís Miguel Rêpas (a saber: **Branca Martins, Constança Domingues, Constança Lourenço, Constança Martins [de Basto], Inês de Molnes, Joana Martins Bulhoa, Leonor Martins Alvernaz, Maior Lopes, Maior Martins, Maria Anes Raimundo, Maria Mendes, D. Maria Nunes, Ouroana Pais de Molnes** e **Teresa Gonçalves Coutinha**), que por sua vez omite do *Anexo I.5.6. – Religiosas do Mosteiro de Odivelas: Biografias* 10 religiosas biografadas por Margarida da Silva Pinto (a saber: **Constança Lourenço, Constança Martins, Constança Nunes, Guiomar Anes [do Paço], Inês Vasques, Joana Gil, Leonor Afonso, Maria Martins, Mor Esteves** e **Violante Afonso**). Contabilizada a relação das religiosas inventariadas pelos dois autores auferimos um total de 52 religiosas, entendendo-se a omissão de algumas em Luís Miguel Rêpas pelos limites cronológicos práticos do autor. Deste total de 52 religiosas deveremos ainda descontar quatro, a saber: **Mor Esteves**, que Margarida da Silva Pinto referencia segundo o «Liv.6, ms.3», no qual "em 1356, o mosteiro alugou bens da monja, nomeadamente, um pardieiro com chousso, situado na aldeia de Odivelas" (PINTO 2000, 117), mas sobre a qual não encontrámos notícia no dito documento, admitindo que a sua identificação possa eventualmente ter resultado de um erro de leitura do nome da locatária, «Constança Esteves» (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.3); **Maria Martins**, que Margarida da Silva Pinto

como ponto de partida específico da nossa investigação a análise detalhada das famílias que aí se identificam e que terão consolidado a sua importância a nível regional, centradas na periferia da cidade de Lisboa, mas também do reino, por via da sua presença junto das redes clientelares estabelecidas em Odivelas que lhes teriam facilitado a ascensão social e a consolidação dos patrimónios, quer fossem estes físicos ou simbólicos. Excetua-se um número que supomos muito mais elevado de religiosas que fruto de não constarem na documentação por motivos vários dificilmente conseguiremos conhecer. Assim sendo, encontrando-nos em simultâneo perante um número relativamente reduzido de monjas (apenas **54 religiosas** ao longo de cerca de cem anos), restava-nos direcionar uma segunda objectiva ao século XV, até aqui nunca trabalhado relativamente ao mosteiro, e descurado por autores que, mesmo quando interessados pelo estudo da nobreza, ou o consideravam um ponto de chegada, ou sobrevoavam a há muito declarada ruptura do século XIV para o século XV, aterrando já no século XVI, e que cremos conseguir finalmente começar a discutir através da análise focada no decorrer das gerações que professaram no Mosteiro de São Dinis de Odivelas. Conhecendo os limites colocados à documentação medieval deste período, a perseverança na necessidade de respostas e a reflexão sobre a sua análise desenham o desenvolvimento de um estudo que incide sobre um universo que não será isolado, recolhido que estava em clausura assaz rigorosa, mas sim exemplo de uma conjuntura e estrutura muito próprias que caracterizavam toda uma sociedade.

documentou, equivocamente, num único documento datado de 1374 (03.Jan.1374; ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.260), no qual se identificam quatro religiosas que partilham o patronímico «Martins» (D. Berengária Martins, abadessa; Maior Martins, prioresa; Inês Martins, cantora; Catarina Martins, celeireira), curiosamente bem inventariadas pela autora; **Constança Martins**, documentada em 1352 segundo Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 105) e omitida por Luís Miguel Rêpas, por se tratar, de facto, de «Constança Miguéis»; e **Constança Nunes**, omitida por Luís Miguel Rêpas, cuja existência se deve à leitura incorrecta de Margarida da Silva Pinto de um documento datado de 1371 (09.Mar.1371; ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.196), através do qual identificamos, sim, «Constança Anes» (cf. a entrada biográfica **32** de **Constança Anes Mourela**). Alertamos ainda para outros elementos incorrectos mencionados por Margarida da Silva Pinto, tais como a identificação de «Constança Lourenço [Soares de Valadares] abadessa (1309-1317)» (PINTO 2000, 104), que é, afinal, «D. Constança Lourenço [I] abadessa de Odivelas (1306-1314)»; para Constança Lourenço, monja em 1317, omitida por Margarida da Silva Pinto; para a prioresa Constança Lourenço, documentada de forma bastante breve por Margarida da Silva Pinto e omitida por motivos cronológicos por Luís Miguel Rêpas; ou ainda para *Constança Martins [de Basto]*, que apenas Luís Miguel Rêpas considerou documentando-se no *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro (*LL30B5*). Em suma, discutidas as particularidades dos inventários de cada um dos autores, partimos para a nossa investigação com um total de 49 religiosas verdadeiramente documentadas em Odivelas desde 1295 até ao final do século XIV, às quais acrescentamos 3 figuras que pela primeira vez biografamos – **Constança Anes Mourela** (referida em: RÊPAS 2021, II, t.2, 519-520) e as monjas **Isabel d´Andreste** (referida em: RÊPAS 2021, I, 355) e **Maria Anes [do Outeiro]** (doc. 1404) –, alcançando, assim, um total de 52 religiosas.

Finalmente, convirá esclarecer que as várias opções metodológicas adiante enunciadas se operam faseadamente no desenvolvimento de três etapas de análise – chamemos-lhes assim. A primeira, **monográfica**, contem três capítulos, iniciando-se o primeiro com uma *Introdução* na qual se expõem os nossos focos de observação e o estado dos debates que nos interessam continuar, além de pretender apresentar o mais rigorosamente possível os objectivos e metodologias a adoptar; seguem-se a este dois capítulos de análise à forma intercalada dos três vectores da nossa acção – mosteiro, cidade e nobreza – que, possuindo a mesma intensidade e pretendendo alcançar o mesmo sentido interpretativo, permitem a identificação espacial e sua interligação em eixos precisos de um conjunto que compartilhando elementos se estrutura e compreende entre si – assim se explicando os títulos dos capítulos: *Espaços* e *Redes*. A segunda, **prosopográfica**, divide-se num único capítulo, inventário das biografias das religiosas do Mosteiro de Odivelas, organizadas alfabeticamente, aí discutidas individualmente. Por fim, a terceira fase constitui a abordagem **genealógica**, a qual, apesar de nos depararmos com a difícil tarefa de filiar a maior parte das monjas, consideramos suficientemente expressiva para a demonstração de determinadas realidades familiares e sociais muito próprias, servindo-nos, assim, à semelhança da prosopografia – mais que peças dispostas em *apêndice* –, como elementos que deverão acompanhar a leitura da discussão que compõe o longo terceiro capítulo da primeira fase, centrado nas *Redes* de vivência sociofamiliar das religiosas do Mosteiro de Odivelas. Conscientes do peso da sua dimensão textual quando comparada com os dois que o antecedem, o mesmo justifica-se – cremos – por se tratar do núcleo central da presente investigação, cujas lógicas nortearam as nossas considerações.

1. Circunstâncias do estado do debate

Apresentados em linhas gerais os elementos da presente dissertação, confessemos agora que as suas circunstâncias merecem uma explicação reconstrutiva do processo que conduziu à nossa escolha, não somente relativa ao tema, por onde começaremos, mas também quanto à metodologia.

Desde sempre nos consumiu um interesse muito particular pela genealogia, que no ensino superior viria a desenvolver-se com maior rigor, numa casa onde (infelizmente) esta área não faz "Escola", o que só por si sempre se revelou um desafio estimulante[8]. O

[8] De referir que actualmente, em Portugal, a única instituição de ensino superior onde a temática é lecionada é na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, na cadeira de *Genealogia e Heráldica* do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, situação que, entre outras, contribuiu

ponto de partida foi uma pergunta; embora soubéssemos desde o início que a mesma poderia vir a ficar por responder, ou pelo menos por concluir, cânone da maior parte dos trabalhos científicos. Criticável na sua origem, mais do que uma repetição da dúvida relativa à fundação, questionávamo-nos sobre o porquê de as famílias das religiosas do Mosteiro de Odivelas serem aquelas e não outras. Nessa demanda, o nosso ponto de partida parecia ser, *a priori*, evidente, configurando desde logo como limite cronológico inicial 1295, ano em que D. Dinis funda o mosteiro. Porém, em breve viríamos a verificar que a data não era tão linear quanto isso, começando a concordar com o que noutras obras bastante recentes vinham a sugerir, pelo que, reconfigurando-a, recuávamos alguns anos, levando-nos a investigação para o reinado de D. Afonso III. Tudo porque, interessados na sequência ordenada de datas e nomes, não resistíamos a descodificar as biografias dos indivíduos que circulavam em redor das monjas, quer fossem seus familiares directos ou colaterais, cunhados e irmãos seus contemporâneos ou avós e tios que as próprias nunca haviam conhecido. Como premissa, justificava-se-nos o facto de considerarmos que elas sabiam quem eles tinham sido, mesmo que dessa memória nem sempre resultassem êxitos particulares. Entendendo que haveríamos de iniciar o nosso *dies a quo* heurístico em meados do século XIII, por vezes anterior a 1248, impunha-se-nos ter a noção exacta do fecho da cronologia em análise. Paralelamente, entrando no século XIV, logo verificámos que começaríamos a sobrepor-nos com outras investigações.

Em primeiro lugar, era impossível que, cumprindo-nos conhecer o grupo religioso do Mosteiro de Odivelas, não colidíssemos de alguma forma – ou de várias – com a recente investigação de doutoramento de Luís Miguel Rêpas, que havia largos anos vinha a estudar o conjunto total do monaquismo cisterciense português nos séculos XIII e XIV, e cerca de um ano antes de iniciarmos a nossa investigação defendera uma sobejamente bem documentada e única "visão comparativa sobre as diversas casas monásticas"[9]. Visitar o seu texto é conhecer o universo de sete casas religiosas que sob a obediência à

para que a escolha da coorientação da presente dissertação recaísse no único docente da referida cadeira, ele próprio autor de biografia fundamental nesta área de investigação (veja-se: PIZARRO 1999).

[9] RÊPAS 2021, 8. Possibilitado a continuar o trabalho de Maria Helena da Cruz Coelho, sua orientadora, em 2000 Luís Miguel Rêpas apresentou à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a sua dissertação de mestrado em História da Idade Média intitulada *Quando a Nobreza Traja de Branco. A Comunidade Cisterciense de Arouca durante o Abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)* (RÊPAS 2000), na qual traçou o rumo do Mosteiro de Arouca até finais do século XIII, ponto de partida para uma tese de doutoramento concluída mais de duas décadas depois, em 2021, com o título *Esposas de Cristo. As Comunidades Cistercienses Femininas na Idade Média*, cumprindo-nos aplaudir o rigor e dimensão de uma "visão comparativa" que há muito urgia e que cremos vir marcar um ponto de viragem no estudo do monasticismo medieval português.

mesma ordem monástica se constituíam por diferentes estatutos. Seguir-se-ia a discussão das conclusões apresentadas em diversas teses acerca da evolução do monaquismo feminino[10], sendo consensual que a partir do século XIII a mulher passara a ter um papel de "visibilidade acrescida" no grupo do qual fazia parte, relacionando-se com esta questão a presença de figuras femininas nos livros de linhagens[11]. Especificamente sobre o Mosteiro de Odivelas, atendendo à escassez bibliográfica registada, um conjunto de autores da década de 1960 continuavam a servir de referência. Salvo algumas excepções, a produção desses textos deverá ser actualmente compreendida à luz do seu próprio tempo de publicação, sendo de admitir que os seus autores não tivessem o intuito de, por palavras de José Maria Cordeiro de Sousa, "fazer a história do mosteiro de Odivelas" [12]. Certo é que a dita *história* não estava feita por Borges de Figueiredo na sua publicação de 1889[13], como adiante se referia. Muito pelo contrário. Somente a partir de finais do século XX e sobretudo ao longo do novo milénio, através das suas investigações um conjunto de novos autores foram corroborando ou negando enunciados ditos *tradicionais*, pelo que mencionamos[14]: Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria João Branco, sobre a fundação do

[10] A propósito da «mulher» na Ordem de Cister poderíamos mencionar um extenso elenco bibliográfico, encabeçado por José Mattoso (MATTOSO 1997), e que se estende, entre outros, a nomes como Angela Muñoz Fernández (MUÑOZ FERNÁNDEZ 1988), Maria Helena da Cruz Coelho e Rui Cunha Martins (COELHO et MARTINS 1993), Maria Alegria Marques (MARQUES 1998; MARQUES 1999; MARQUES 2016), María Damían Yánez Neira (YÁNEZ NEIRA 1998) e Ana Maria Rodrigues (RODRIGUES 2015). A nível geográfico, interessar-nos-ão sobretudo as conclusões de Maria Alegria Marques acerca da evolução do monaquismo feminino na região de entre Douro e Tejo até ao século XIII (MARQUES 1998a), bem como a implementação da Ordem de Cister a Sul do Tejo (CONDE 2009).

[11] Referimo-nos à análise tricéfala de Ana Luís Faria, Isabel Castro Pina e Ana Bárbara Wemans sobre *A mulher na família e na sociedade segundo os livros velhos de linhagens* (FARIA, PINA et WEMANS 1985); à dissertação de mestrado de Isabel Sabido Ferreira (FERREIRA 1995); aos artigos de Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2006; RÊPAS 2007); mas também à aristocratização do monacato feminino estudada por José Augusto de Sotto Mayor Pizarro (PIZARRO 2015).

[12] SOUSA 1960, 40. Referimo-nos *As Inscrições Lapidares do Mosteiro de Odivelas*, de João Maria Cordeiro de Sousa, académico de número da Academia Portuguesa de História (SOUSA 1960), resultante de uma comunicação feita em Assembleia Geral ordinária na APH a 13 de Novembro de 1959, que consultámos num número oferecido a Virgínia Rau, com dedicatória datada de 8 de Dezembro de 1960; ao catálogo organizado por Maria Antonieta Soares de Azevedo e intitulado *Dom Dinis e o Mosteiro de Odivelas* (AZEVEDO 1961), iniciativa do próprio Instituto de Odivelas no período em que assumia as funções de directora Deolinda de Oliveira dos Santos Fonseca, à qual, desta forma, simbolicamente prestamos homenagem pessoal; e à separata publicada por José Timóteo Montalvão Machado com o título *A Rainha D. Filipa de Lencastre no Mosteiro de Odivelas* (MACHADO 1967), o qual também nos permitimos a deixar uma palavra de apreço familiar em sua memória.

[13] FIGUEIREDO 1889.

[14] Recordamos ainda, apesar do seu carácter generalista cuja cronologia extravasa a nossa, duas outras obras: *Odivelas: Um mosteiro cisterciense*, de Manuela Maria Justino Tomé (TOMÉ 2001); e *O Real Mosteiro de S. Dinis*, edição coordenada por Ana Isabel Gomes (GOMES 2001); ambas publicadas pela Comissão Instaladora do Município de Odivelas em 2001, que se compreenderão, volvidas cerca de duas décadas, na esteira de um interesse, em parte, ainda actual, e então partilhado por grande parte dos

cenóbio[15]; Carla Varela Fernandes, Saul António Gomes, Miguel Metelo de Seixas, João Bernardo Galvão-Telles, João Fresco, Sofia Correia de Matos, Francisco Teixeira, e Giulia Rossi Vairo, a propósito do panteão régio e da tumulária da igreja[16]; Margarida da Silva Pinto, acerca do património e gestão do mosteiro no século XIV[17]; e a propósito da relação entre as religiosas e a cidade, Maria Ângela Beirante e João Luís Inglês Fontes[18].

Uma vez identificadas as particularidades de Odivelas nesse conjunto, apontávamos já a nossa objectiva para as genealogias olissiponenses. Nesse sentido, iríamos ao encontro do caso estudo da tese de doutoramento de Mário Farelo[19], atendendo a que vários dos "seus" oligarcas camarários tinham na família religiosas professas no mosteiro. E uma vez caminhando por esse caminho que levava a Lisboa, seguir-se-ia a nossa intromissão nos estudos sobre diversas famílias dirigentes às quais Miguel Gomes Martins se havia dedicado[20]; no conhecimento das elites religiosas abordadas para os mosteiros de Chelas e de Santos, respectivamente por Maria Filomena Andrade[21] e Joel Mata[22]; e porque os parentes de algumas religiosas também nos obrigavam a explorar a documentação do *Desembargo Régio* cairíamos na jurisdição de Armando Luís de Carvalho Homem[23]. Em síntese, as figuras da Lisboa do século XIII e XIV vinham desde há muito a ser alvo de interesse. Contudo, eventualmente por a nossa própria cronologia se ter iniciado posteriormente ou em data próxima da redação da maior parte daqueles trabalhos,

municípios portugueses, de começarem a conhecer a sua própria história, divulgando-a ao grande público através de publicações análogas às que aqui referenciámos.

[15] VILAR et BRANCO 1992.

[16] FERNANDES 2006; GOMES 2003 e GOMES 2018; SEIXAS et GALVÃO-TELLES 2012; VAIRO 2011.

[17] PINTO 2000. Porque coeva da anterior e igualmente supervisionada por Iria Gonçalves mencionamos ainda, para a compreensão da administração patrimonial cisterciense no século XIV, a publicação de Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no século XIV. Gestão feminina de um património fundiário* (SANTOS 2001).

[18] BEIRANTE 2009; FONTES 2005 e FONTES 2007.

[19] FARELO 2008. Autor de vasta publicação sobre a cidade de Lisboa, além da sua tese de doutoramento, socorremo-nos sobretudo das análises ao cabido da Sé de Lisboa (FARELO 2004; FARELO 2021), ao padroado régio na diocese (FARELO 2006; FARELO 2014), à rede confraternal da cidade (FARELO 2018) e ainda à rede paroquial (FARELO 2017) ou à assistência hospitalar prestada aos habitantes (FARELO 2021).

[20] No início deste século, o interesse historiográfico pelas principais cidades portuguesas contribuíram para a observação das respectivas elites urbanas. O conhecimento da elite urbana de Lisboa beneficiou da publicação de uma série de estudos de Miguel Gomes Martins relativos às famílias Palhavã (MARTINS 1998), Pão e Água (MARTINS 2001a), Filipe (MARTINS 2001b) e Alvernaz (MARTINS 2002), que volvidas duas décadas poderão ser analisados em simultâneo, como peças repartidas das quais se retiram conclusões estruturadas em torno da mesma problemática. A estes soma-se ainda a identificação do percurso dos Nogueiras, por Mário Farelo (FARELO 2007), e dos Avelar, por Vanda Lourenço (MENINO 2007), que não encontramos na documentação odivelense mas que nos permitem retirar prespectivas de análise quando confrontadas com outras famílias cujas filhas professaram no mosteiro.

[21] ANDRADE 1996.

[22] MATA 1999. Veja-se ainda MATA 2006.

[23] HOMEM 1985.

revisita-los após mais de duas décadas demonstrava-se-nos aliciante, tanto mais que Luís Miguel Rêpas, por motivos objectivos, não o fizera.

Como facilmente se percebera desde o princípio, além daquelas famílias de elite local, um estudo social de grande amplitude cronológica sobre um mosteiro cisterciense requereria sempre a análise da nobreza de finais da Idade Média, o que considerávamos bastante atraente por diversos motivos. Partindo do reinado de D. Dinis o presente estudo acabaria sempre por se arrogar de uma certa continuação da monumental compilação linhagística de José Augusto de Sotto Mayor Pizarro[24] – relação que só poderia beneficiar da sua coorientação –, que da mesma forma se assumira um dia em jeito descendente dos trabalhos que José Mattoso dedicara à nobreza dos séculos XI e XII; o que nos levaria a entroncar em dois "notáveis" ascendentes académicos, dos quais, de facto, há muito vínhamos a procurar descender, a montante da inscrição no mestrado. Acrescia ainda que perante a presença dos Pimentéis em Odivelas desde meados do século XIV até à primeira metade do século XV, não só assistíamos à afirmação de uma nova nobreza que tinha nesta família exemplo paradigmático das alterações sociais que entretanto se vinham a registar e que nos interessava descodificar, como aprofundá-los seria seguir a síntese de Bernardo de Vasconcelos e Sousa[25], que muito nos comprazia ter entre a nossa genealogia académica. Dilatada a amplitude cronológica, o século XV apresentava-se-nos como um corolário de grandes teses, um espaço amplo até então nunca convidativo aos estudos que se vinham a debruçar sobre o Mosteiro de Odivelas.

Porque desde o princípio sabíamos que não nos interessava um estudo monástico, o que nos propúnhamos discutir era o mosteiro enquanto palco de manifestação de redes de poder simbólico, tecido por diversos grupos sociais e familiares, distintos ou partilhando de semelhanças entre si, sendo a mais marcante a localização do seu património e o local de residência. Assim, considerando a cronologia e o espaço geográfico como vectores essenciais na construção de um trabalho desta natureza[26], iniciámos a nossa investigação com a certeza e a vontade de virmos a abordar como tema subjacente a história urbana da cidade de Lisboa[27]. Caminhávamos então com o conhecimento da publicação da tese de

[24] PIZARRO 1999.
[25] SOUSA 2000.
[26] ROCHA 2017, 18. Permitimo-nos esta breve referência para mencionar a dissertação de mestrado de Rui Miguel Rocha apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto sobre *A Nobreza no Território de Lamego-Viseu: Retratos de um espaço no tempo de D. Afonso III*, com a qual a presente dissertação partilha o interesse por vários campos historiográficos, geográficos, e cronológicos.
[27] Seguimos a leitura de Mário Jorge Barroca, que já em 2002 diferenciou «história urbana» e «história do urbanismo» (ALMEIDA et BARROCA 2002, 134).

doutoramento de Manuel Fialho Silva, saída do prelo em 2022[28]. Declarando o autor pretender "colmatar o ainda escasso conhecimento sobre a Lisboa medieval no âmbito da história do urbanismo português"[29], passámos então a ver como hipótese de abordagem uma revisitação da "disciplina irmã", a história urbana, beneficiando a discussão das conclusões que mais recentemente se publicavam. Afinal, as preocupações urbanísticas de Manuel Fialho Silva levavam-no a discutir o panorama global da evolução da forma urbana da cidade entre o século XI e o início do século XIV, realçando o quanto

> a restruturação urbana realizada por D. Afonso III iniciou um processo de aproximação do centro económico em direcção à Ribeira (…) através de um colossal processo de aquisição de propriedade urbana na área correspondente ao anterior centro económico da cidade (…)[30].

deslocando-o do centro físico da cidade para uma área nova, que espelha um interesse intervencionista no mercado imobiliário continuado por D. Dinis. De Júlio de Castilho a Augusto Vieira da Silva, ou de Gustavo Matos Sequeira a Norberto de Araújo, quanto à súmula bibliográfica possível relativa à história política, institucional e social de Lisboa, à qual recentemente Manuel Fialho Silva se dedicou, cabendo-nos apenas acrescentar o próprio ao elenco de olissipógrafos[31]. As cronologias encontravam-se. Os intervenientes também. E posto que os objectivos e as metodologias se distinguiam – simultaneamente garantido a pertinência da nossa abordagem –, compreendíamos o nosso tema como um confluir de premissas há muito observadas de formas diversas, e distintas das nossas, na argumentação de vários autores[32].

Porque pela primeira vez voltando a nossa atenção para o século XV, fruto do trabalho de arquivo que vínhamos a desenvolver na Torre do Tombo tínhamos conhecimento da abundância de fontes do cartório de Odivelas para a centúria de Quatrocentos. Ainda que por motivos distintos dos que o século XIV impunha, no qual abordávamos as famílias

[28] SILVA 2022. Publicação editada pelo CHUL na sequência da apresentação à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa da tese de doutoramento homónima em 2017.
[29] SILVA 2022, 26.
[30] SILVA 2022, 12.
[31] SILVA 2022, 26-31.
[32] Focando-nos na administração concelhia, destacamos as obras de Marcelo Caetano, cujo arco cronológico alcança os finais do século XIV (CAETANO 1990), e a de Maria Teresa de Campos Rodrigues, relativa ao século XV (RODRIGUES 1968) – cronologias que nos permitiam robustecer a nossa. Prespectiva semelhante parece ser a seguida por António Pinto Ravara, cuja dissertação de licenciatura, apesar de datada – o próprio motivo de elaboração encontra-se actualmente vencido – continua a ser obra de charneira, relevante quanto à propriedade régia urbana nos reinados de D. Afonso III e D. Dinis. Duas últimas menções: a primeira, a A. H. de Oliveira Marques, e aos estudos compilados que nunca chegaram a ser concluídos na *magnum opus* que nos deixou prometida (MARQUES 1988); e a Iria Gonçalves, cuja lucidez interpretativa terá certamente levado a que até hoje não se tenha abordado de forma distinta a discussão que então promoveu acerca da economia urbana da Lisboa medieval, sendo "manual" fundamental o conjunto de estudos reunidos em colectânea em 1996 (GONÇALVES 1996).

que compunham a elite olissiponense relacionando-as com um grupo de linhagens cortesãs num período em que começavam a extravasar as últimas gerações consideradas pelos nobiliários medievais, penetrando no século XV sabíamos, à partida, que iríamos atravessar alguns anos de puro desconhecimento. Neste sentido, os únicos fios de *Ariadne* que se apresentavam ao nosso alcance eram, cronologicamente: um pequeno estudo de Mafalda Soares da Cunha que se propunha apreender linhas de *renovação e continuidade* das principais linhagens e casas senhoriais do reino após as convulsões de finais de Trezentos, "o mesmo é dizer, o impacto da crise de 1383-85 na estruturação das elites nobiliárquicas do século XV" [33]; a completíssima obra sobre o funcionamento d´*A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média* – entenda-se, até ao século XV – de Rita Costa Gomes[34]; a dissertação de Abel dos Santos Cruz sobre *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464)*[35]; e por fim a *Nobreza e Ordens Militares: relações sociais e de poder: (séculos XIV a XVI)*, de António Pestana de Vasconcelos[36]; ainda que, como acabámos de ver pela leitura dos títulos, nenhum se debruçasse especificamente sobre as questões que nos importavam.

Curiosamente, verificávamos que a documentação, se bem que mais numerosa, não nos referia um número de informações relativas à genealogia das religiosas superior ao que se havia compilado para inícios do século XIV. Por outro, nem a maior parte das religiosas e figuras de destaque em Odivelas na centúria de Quatrocentos entroncavam no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (meados do século XIV), nem tão pouco continuavam para o *Livro de Linhagens de Portugal* de Damião de Góis ou tinham os seus brasões gravados no *Livro do Armeiro-Mor* (inícios do século XVI), o que de todo poderia revelar uma mudança das opções da nobreza que ainda assim continuaria presente no mosteiro de Odivelas onde, não só no início do século XV terá permanecido durante alguns dias a rainha D. Filipa de Lencastre, como, volvidas algumas décadas e até finais do século, terá residido uma neta, homónima, D. Filipa, filha do Infante D. Pedro, e ainda, por um período mais breve, uma bisneta, Santa Joana Princesa. Sendo o nível de aristocratização do mosteiro de Odivelas profundamente discutido e desacreditado para o século XIV[37], e encontrando-se plenamente implementado em finais do século XV,

[33] CUNHA 1996.
[34] GOMES 1995.
[35] CRUZ 1995.
[36] VASCONCELOS 2008.
[37] Constatação afirmada diversas vezes por Luís Miguel Rêpas, que observa Odivelas no quadro de mosteiros inseridos em importantes centros urbanos, a par de Celas e Almoster, "em comparação com Arouca e Lorvão, que são, de facto, mosteiros de índole aristocrática, que congregavam, no plano

prosseguindo pelos seguintes[38], valerá a pena discutir variadas questões que se interligam na ideia de ter existido em Odivelas um centro estratégico de influências entre a nobreza em processo de renovação na viragem do século XIV para o XV. Definido o tema, despontava a cronologia final, expondo-se suficientemente bem localizados os três palcos onde decorreria a acção.

2. Pressupostos metodológicos

Apresentados o tema e os âmbitos da presente investigação, bem como as abordagens desenvolvidas nos estudos que formam o panorama de discussão em torno do objecto que submetemos a exame, considerávamos como viável e inovador rastrear os elementos recolhidos de acordo com limites historiográficos e cronológicos distintos; ou seja, nem circunscritos à história monástica, nem retomando a estrita observação do século XIV sem novos elementos comparativos. Determinada a cronologia saltavam já à luz quatro grandes questões fundamentais, cultivadas num mesmo *espaço* em tempo próprio, muito pautado pelas conjunturas que o acompanhavam: **I)** como se teria formado e evoluído a comunidade de Odivelas, partindo de um projecto régio pouco interessante à Família Real; **II)** quais as famílias que por ele se haviam interessado, e qual a amplitude dessa apropriação em benefício das próprias linhagens; **III)** fundado no seu termo, qual o impacto do mosteiro na configuração da paisagem social de Lisboa; e **IV)** contrariando a tese vigente, até que ponto poderemos identificar em Odivelas as principais famílias da elite nobiliárquica dos séculos XIV e XV. Porque a estas questões haveremos de regressar individualmente, de momento a sua exposição propõe-se somente a familiarizar-nos com os vectores que direccionaram a metodologia adoptada no nosso estudo. Entendendo o nosso enfoque dentro de uma estrutura espacial conventual onde diversos interesses e poderes, moldados segundo conjunturas particulares, intervêm, reconhecendo nomes e estabelecendo ligações procuraremos tecer *redes*.

Contingência resultante da natureza marcadamente administrativa das fontes que o compõem, considerávamos que a análise estrita do *arquivo* odivelense ordenado ao longo dos cinquenta e um livros do cartório do mosteiro poderia, à partida, viciar a nossa leitura,

feminino, grande parte da elite da sociedade medieval portuguesa" (RÊPAS 2006, 697). Cremos que esta ideia se possa compreender na esteira das conclusões de Maria Helena da Cruz Coelho e Rui Cunha Martins, segundo os quais a nobreza optaria por colocar as suas filhas religiosas em determinadas casas conventuais, sobretudo, por dois factores: a riqueza dos ditos mosteiros e o grau de proximidade destes à Coroa (COELHO et MARTINS 1993, 490-491).

[38] A cronologia posterior à nossa e até finais da época moderna tem sido considerada na investigação de doutoramento em curso de Sofia Correia de Matos Boto, sob orientação de José Damião Rodrigues.

impossibilitando-nos de procurar as discussões que pretendíamos. Considerá-lo como único objecto de estudo seria continuar os dois trabalhos já citados, quando inclusive o de Luís Miguel Rêpas o valorizou em comparação com outros mosteiros cistercienses, para daí retirar paralelismos, mais que uma leitura aprofundada das realidades vividas em Odivelas. Compulsado um generoso conjunto de fontes até agora desconhecidas uma vez que a documentação de Quatrocentos continuava por trabalhar, e não se esgotando o nosso interesse na sua mera análise, tornava-se fundamental proceder a uma interpretação conjunta de vários elementos, quer de arquivo quer de bibliografia acessória.

Importa referir que o acervo de Odivelas, organizado em «arquivo» no século XVIII, embora há muito utilizado por diversos investigadores, carecia de uma descrição que o instrumentalizasse. Assim, da tarefa de inventariar a documentação resultaram perto de 3.000 documentos, referenciados num levantamento prosopográfico que alcançou um total de **115 religiosas**, cronologicamente situadas ao longo de mais de duzentos anos, entre 1295 e 1537[39].

Números e latitudes estimulantes, dependendo de certa articulação heurística adequada à investigação que pretendíamos, após termos afirmado a nossa opção pela abordagem genealógica, importa explicar que não nos interessava particularmente a revalidação ou continuação das biografias traçadas por Margarida da Silva Pinto ou por Luís Miguel Rêpas, tanto mais que não era nosso objectivo limitarmo-nos a acrescentar as cerca de 60/70 monjas até agora desconhecidas. Admitíamos, assim, que da própria evolução da investigação resultaria a triagem do próprio método a implementar. Concretizadas as nossas expectativas para o século XIV, que nos serviu simultaneamente de ensaio e de ponto de situação, os seus resultados podem ser observados na terceira etapa de análise. Instados por Luís Miguel Rêpas a escrutinar as filiações possíveis da abadessa *Elvira Fernandes*[40], a partir do momento em que a entroncámos nos Fafes de Lanhoso – linhagem que poderemos considerar bastante representativa de uma nobreza próxima da Coroa por motivos muito próprios na segunda metade do século XIII – logo floresceram os ramos que viriam a gerar um conjunto significativo de parentescos partilhados pelas primeiras abadessas do Mosteiro de Odivelas. Convencidos de que tal não se trataria de

[39] Utilizamos como termo cronológico o primeiro ano de abadessado de D. Joana de Castro.

[40] Apesar de a ter colocado a hipótese de se identificar com a monja de Celas que foi contemplada pelo testamento do bispo D. Egas Fafes, em 1268, Luís Miguel Rêpas – certamente que mais precavido do que nós – limitou-se a concluir que essa proximidade a uma importante figura do reinado de D. Afonso III poderia reforçar "o seu peso social e espiritual, que era, afinal, o que se pretendia para aquelas comunidades conventuais" (RÊPAS 2021, vol.II, 467); salvaguardando-se ao levantamento de qualquer hipótese que relacionasse o bispo e a abadessa numa única genealogia.

uma coincidência, seguimos na peugada de todos os graus de parentesco possíveis para um grupo de religiosas que até ao final da centúria parecia continuar a manter determinada memória familiar e ascendência moral com a primeira prelada, num processo que não nos restringia à observação de apenas um conjunto de famílias cujo estatuto se destacava como sucede nos demais mosteiros cistercienses do tempo, mas sim numa série pouco intermitente de religiosas que a par da sua figura pessoal partilham entre si ascendentes comuns apesar de provirem elas próprias de ramos colaterais. Uma contínua relação entre passado e a memória que o sucede, descendendo a nossa própria interpretação da obra de Luís Krus[41]. Com efeito, a verificação destes dados levava-nos a concluir uma situação praticada na longa duração, em que a Fafes de Lanhoso e a Portocarreiros, se teriam sucedido Molnes, Bastos, Pimentéis, entre tantos outros, até à primeira metade do século XV. Professando no mosteiro, até que ponto, além dos ascendentes que as identificavam como nobres, não contribuíam para o estatuto destas a pertença a uma realidade urbana estruturada na cidade de Lisboa?

Conscientes dos limites possíveis de discussão, a construção genealógica demonstrou-nos que, chegados ao século XV, as lógicas perdiam operacionalidade. Se numa primeira fase a engrenagem de Odivelas trabalhava de igual forma – eventualmente apenas num ritmo diferente – às suas contemporâneas de Lorvão, Arouca, Celas, ou até mesmo Cástris ou Almoster, partindo do final do reinado de D. João I a análise conjunta das religiosas transformava-se cada vez mais em observações de unidades isoladas, impossibilitando um estudo mais aprofundado destas por deixarem de se relacionar com o arrolamento natural da posse de bens próprios, mesmo quando se tratavam de monjas cujo apelido, à partida, fazia prever parentescos. Com efeito, a identificação de laços de parentesco entre as monjas de Odivelas do século XV torna-se tarefa sobejamente mais difícil de realizar. A dissemelhança das realidades vividas nos dois séculos clarificava duas questões, que se interligavam: **I)** ao contrário do que previámos, estas religiosas mereciam uma discussão individual, pelo que por motivos equitativos tal não deixaria de ser feito para as antecessoras, acrescentando-lhes circunstâncias a uma génese documentada, mas, jamais concluída; e **II)** apenas a tipologia do nosso discurso poderia oferecer uma solução para a decifração hermenêutica suscitada.

Aqui chegados, quase que se autoelegem os três vectores que direccionam a nossa objectiva. Mosteiro, cidade e nobreza. Três "espaços", tanto físicos como imateriais, de

[41] KRUS 1989. Agradecemos ao nosso amigo Dr. Gonçalo Vidal Palmeira a chamada de atenção para certas passagens cuja leitura nos facilitou ao longo do seu trabalho de leitura sistemática e atenta desta obra.

cuja interligação nos viremos a socorrer num estudo que se assume quer como uma análise monográfica, mas também como um catálogo prosopográfico que pela primeira vez se ocupa da observação do Mosteiro de Odivelas ao longo do século XV.

Metodologia há muito aplicada num campo historiográfico marcado pelas "relações de poder regionobiliárquicas medievais"[42], o facto de uma prosopografia não se poder compreender como novidade hermenêutica não impede que possa continuar a oferecer uma reflexão eficiente sobre o objectivo que se pretende alcançar. Ponto capital, na esteira de Fátima Regina Fernandes o presente texto situa-se no entendimento do ofício do historiador como divulgador de dados; ao que acrescentamos ser também seu intérprete. A sua aplicação nos nossos objectivos foi-nos útil para a sistematização de dados

> visto que a tarefa do prosopógrafo é a construção da biografia coletiva de um conjunto de indivíduos com aspectos comuns comparáveis, sejam eles o estrato social, função, atividades ou cargos. Distingue-se, portanto, da biografia no que se refere ao foco e à amplitude da proposta.[43].

E exactamente da mesma forma que no século XIX o termo servia de instrumento na apresentação das trajectórias de senadores e legionários romanos ligados a príncipes e às suas cortes, se poderão tratar os *corpus* que nos indiciam paralelos da nossa abordagem. Salvaguarda inicial, a revisão bibliográfica discutida anteriormente e ora apresentada relativamente às dimensões possíveis de uma prosopografia entende-se na esteira das explicações usadas por José Augusto de Sotto Mayor Pizarro para justificar o método genealógico que lhe permitiria contabilizar um total de 1700 indivíduos inventariados nas *Linhagens Medievais Portuguesas*[44]. Extravasando toda a espécie de limites pela historiografia europeia, de Salvador de Moxó a Marie-Claude Gerbet[45], os estudos de

[42] FERNANDES 2012. Na sua tese de doutoramento José Augusto de Sotto Mayor Pizarro apontava as "incertezas ainda existentes quanto ao verdadeiro sentido da palavra Prosopografia, e mesmo quanto ao seu objectivo" (PIZARRO 1999, 113), seguindo a proposta de Karl Ferdinand Werner que a considerava enquanto ciência auxiliar de "la reconstructions sérielle de phénomènes sociaux et de processos de longue durèe". Fátima Regina Fernandes apresenta a cronologia da história da prosopografia, passando da mera descrição etimológica dos dicionários que a compreendem como descrição de traços fisionómicos, até à sua utilização oitocentista por eminentes eruditos alemães interessados no estudo da antiguidade clássica, de que é exemplo Theodor Mommsen (1817-1903), que empregou o termo na *Prosopographia Imperii Romani*, ao lado de nomes como Elimar Klebs (1852-1918), Hermann Dessau (1856-1931) e Paul von Rhoden (1862-1939) (FERNANDES 2012, 12-13), sendo este último o único que viveu o suficiente para discutir a grande refundição da obra promovida em 1933 pelos austríacos Edmund Groag (1873-1945) e Artur Stein (1871-1950).

[43] FERNANDES 2012, 12.

[44] "Pensarão alguns que, tendo sido utilizada a prosopografia, seria natural que depois se elaborasse o respectivo catálogo prosopográfico. Contudo, não só isso não era viável, como a sua utilidade seria muito relativa" (PIZARRO 1999, 114).

[45] MOXÓ Y ORTIZ DE VILLAJOS 1969 e 1970; GERBET 1994.

base prosopográfica têm em Portugal um conjunto emblemático de cultores[46]. Em primeiro lugar recordemo-nos que em termos quantitativos a presente investigação anda próxima do volume de indivíduos biografados em trabalhos análogos: Leontina Ventura contabilizou 102 indivíduos na *Nobreza de Corte de Afonso III*[47]; António Resende de Oliveira inventaria 164 actores do *Espectáculo Trovadoresco*[48]; Armando Luís de Carvalho Homem refere 240 membros d´*O Desembargo Régio*[49]; Mário Farelo compôs um corpo prosopográfico de 311 figuras d´*A Oligarquia Camarária de Lisboa*[50]*;* e descontadas as 42 biografadas em *Quando a Nobreza Traja de Branco*, o número total de *Esposas de Cristo* que Luís Miguel Rêpas coligiu numa prosopografia repartida por sete mosteiros cistercienses dispensa apresentações[51].

Consideramos como que desnecessária a contínua validação de um método que ao longo das últimas décadas tem dado provas da sua operacionalidade. Não atravessamos ao presente um reflorescimento metodológico, como se poderia esperar da redirecção de interesses historiográficos para objectos até aqui considerados marginais face às grandes conclusões de que todos somos herdeiros.

A opção pela comparação com um objecto de estudo semelhante ao nosso resultará sempre numa imagem circunscrita. Os próprios contornos de uma instituição monástica enquadram-se melhor em grupos verdadeiramente pior documentados, verificados na argumentação de Luís Miguel Rêpas como em nenhuma outra. Tendo como limites cronológicos o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299) identifica um conjunto de 42 monjas; número que nos parece tanto mais significativo quando confrontado com o recolhido na tese de doutoramento do mesmo autor, que viria a contabilizar um total de 105 monjas de Arouca entre 1295 e 1385 – período que ao presente nos importa por nos debruçarmos sobre a documentação do Mosteiro de Odivelas. Com proveito, para este último espaço de tempo (1295-1385) deparámo-nos com 43 religiosas odivelenses ao longo da primeira fase da investigação, relativa ao século XIV; o que explicará os níveis da administração do mosteiro ou da produção documental da época. Neste sentido, a opção metodológica resultou de considerarmos como denominador comum o facto de serem religiosas, permitindo a sua leitura **prosopográfica** e a abordagem dos dados

[46] Fátima Regina Fernandes refere-se particularmente a Leontina Ventura e Armando Luís de Carvalho Homem (cf. FERNANDES 2012, 13).
[47] VENTURA 1992, vol. II, 526-767.
[48] OLIVEIRA 1994, 303-440.
[49] HOMEM 1985, 261-394.
[50] FARELO 2008, 315-710.
[51] Arouca, Almoster, Cástris (Évora), Celas (Coimbra), Cós, Lorvão e Odivelas.

recolhidos segundo uma análise **genealógica** expressa num conjunto esquemático de árvores genealógicas cuja construção, estando longe de ser exaustiva, permite uma amostra que contribuiu para o conhecimento de algumas gerações até aqui pouco conhecidas de famílias e linhagens medievais, que entrelaçadas por laços de parentesco identificados a partir do mosteiro de São Dinis de Odivelas serão discutidas ao longo do texto e apresentadas individualmente na última etapa da presente dissertação.

A massa escorialesca estendia-se nos campos baixos e secretos (…) Demasiadas mulheres num recinto habitado pelas suas forças e lidas várias. Não mulheres fúteis e madraças, mas sim possuídas duma avidez de afirmação e de posse e em que o homem, como imagem concreta do prazer, era excluído.

Agustina Bessa-Luís, *in* "O Mosteiro"

II. Os Espaços

1. Características de uma fundação

A preludiar o nosso objecto de estudo, centremo-nos no facto de aquela que nos parece constituir-se como uma das principais obras e campanhas dionisinas ter sido, até hoje, relativamente pouco localizada numa cronologia tão específica; num tempo de paz de um reinado tão turbulento quanto longo. Data do período entre a segunda reconciliação com o infante D. Afonso, seu irmão, e da almejada paz com a Santa Sé, que seu pai dificultara, a fundação de um mosteiro cisterciense no termo da cidade de Lisboa, projecto levado a cabo por vontade pessoal e influência régia do próprio D. Dinis. Quer porque tardio no cômputo geral das fundações cistercienses portuguesas[52]; ou porventura consequência das características peculiares que dificultam comparações; ou ainda fruto de poder ter sido ofuscado na origem pelo debate no qual se exprimia a resistência do bispo de Lisboa quanto à fundação de Santa Maria de Almoster[53] – tese por nós apresentada e que adiante haveremos de aprofundar –, regista-se uma insuficiente atenção sobre o mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas nos estudos que se dedicaram à Ordem de Cister em Portugal. Tanto assim é que não poderemos considerar extenso o elenco das obras que o referem[54]; exceptuando, apesar de apenas lhe dedicar escassas páginas, de teor algo genérico, o *Routier de Abbayes Cisterciennes du Portugal* de Dom Maur Cocheril[55].

Num estudo dedicado precisamente aos primeiros trinta anos de fundação do mosteiro de Odivelas, Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria João Branco discutiram as motivações

[52] Recentemente alguns autores têm frisado o facto de se tratar do "último cenóbio cisterciense feminino fundado no reino de Portugal em tempos medievais" (VAIRO 2022, 254), porém, discordamos que tal constatação temporal tenha de facto a validade que por vezes se procura assumir, não sendo o «último», mas sim o vigésimo quarto mosteiro cisterciense a ser fundado em Portugal. Marca o que pensamos poder denominar como uma primeira fase de fundações, iniciadas com São João de Tarouca (1143/1144), que na segunda metade do século XIII contaria apenas com três fundações: São Bento de Castris (1275), Santa Maria de Almoster (1287) e São Dinis de Odivelas (1294). Veja-se a *Chronologie des Abbayes* compilada na obra de Dom Maur Cocheril (COCHERIL. 1978, 489-90). As particularidades de cada uma das fundações impede-nos, à partida, de seguir as grandes conclusões que a partir de evidências actuais as procuram remontar ao início das cronologias em discussão.

[53] Aceite pelo Capítulo Geral da Ordem de S. Bernardo e consagrado por D. Vasco Martins de Alvelos, bispo de Lamego (1297-1302), diversos autores parecem convergir para considerar 1289 como ano da fundação, atendendo a que se assumia como antecedendo a sua ratificação pela bula do Papa Nicolau IV "atribuída supostamente" em Abril de 1299 (VARANDAS 1994, 25); teoria impossível atendendo a que Nicolau IV foi Papa entre 1288 e 1292, sendo que em 1299 o sumo pontífice era Bonifácio VIII. Alertamos para o facto de esta tese há muito discutida por José Varandas continuar, por vezes, a ser mencionada sem as considerações que consideramos devidas (VAIRO 2022, 264-65), embora – e a bem da verdade –, tenha sido já esclarecida por Luís Miguel Rêpas em: RÊPAS 2006, 103-122.

[54] Veja-se a súmula de trabalhos compilados em nota de rodapé em VILAR et BRANCO 1992, 589, nt1.

[55] COCHERIL 1978.

do rei e a primitiva constituição patrimonial do mosteiro, e apontaram que a "ausência de referências coevas ao cumprimento de um voto como base para a fundação do cenóbio parece indicar uma provável elaboração posterior de tal lenda"[56], que se aponta como mito fundacional do cenóbio desde que Frei Francisco Brandão a associou a uma forma de agradecimento encontrada por D. Dinis ao milagre protagonizado por São Luís, bispo de Tolosa, seu primo[57], que o teria salvo das garras de um urso[58], episódio que talvez se possa confirmar por estar eternizado em calcário liós na sua arca tumular em Odivelas, seguindo assim a tese de José Augusto de Sottomayor Pizarro[59].

Na obra que mais recentemente se dedicou ao mosteiro de Odivelas[60], Luís Miguel Rêpas identificou que os primeiros esforços de D. Dinis para criar um mosteiro nesse local remontam "pelo menos a 16 de Abril de 1290, quando se inicia um conjunto de aquisições de propriedades que, em 1295, constituirão a dotação do novo cenóbio"[61]. Assinalando também a evidência de à data já ter sido celebrada a Concordata de 1289[62], estando ultrapassados os diferendos que há muito opunham o rei de Portugal ao poder episcopal, e concordando com as duas autoras atrás citadas, Luís Miguel Rêpas especifica que mais do que um "acto piedoso é, sobretudo, um acto político"[63], que pela grandeza

[56] VILAR et BRANCO 1992, 591. Veja-se também a explicação de "mitos de fundação" com determinada relação sobrenatural apresentada na nota 6 da mesma obra, tendo em conta a proximidade que no século XV o mosteiro de Odivelas teve com o convento de dominicanos de Aveiro.

[57] PIZARRO 2005, 136-38.

[58] Sobre a narrativa lendária veja-se PIZARRO 2005, 136. Importa desde já revelar que a este episódio voltaremos no final do presente texto, num epílogo de título sugestivo: *O Poder do Urso*.

[59] Procurando justificar o hipotético acidente de caça que teria levado D. Dinis a erigir o mosteiro, José Augusto de Sotto Mayor Pizarro aponta que, caso tenha acontecido, o episódio poderia ter ocorrido em Dezembro de 1289 ou em Novembro de 1294, altura em que D. Dinis estanciou em Beja, em plena época de caça (PIZARRO 2005, 137), sendo em qualquer um dos casos de considerar que o bispo de Tolosa só viria a falecer – é certo que "em cheiro de santidade" – em 1297, após a fundação de Odivelas.

[60] RÊPAS 2021. O tema havia sido retomado em 2014 na tese de Giulia Rossi Vairo em D*. Dinis del Portogallo e Isabel d´Aragona.* In Vita *e* In Morte. Creazione e trasmissione della memoria nel contesto storico e artístico europeo (VAIRO 2014), numa abordagem sobejamente distinta da nossa, ligada à História da Arte, área da autora. Muito recentemente Giulia Rossi Vairo viria a abordar *As origens do mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas: contributos e novas propostas para uma revisão do tema* (VAIRO 2022), contributos esses que reforçam a ideia de o tema central da presente dissertação se encontrar num tempo próprio que decorre no momento da sua elaboração, um ciclo de observação do Mosteiro de Odivelas a partir de diferentes prismas de abordagens que tornam possível a todos cumprir a vontade máxima do historiado: lançar novas propostas.

[61] RÊPAS 2021, 115.

[62] Relativamente às negociações e ao conteúdo dos quarenta artigos da Concordata de 1289 veja-se: VILAR 2001; COSTA 1990. Não nos haveremos de intrometer no debate jurídico-eclesiástico dos autores citados. O tema foi recentemente revisitado por Giulia Rossi Vairo em artigo publicado já na fase final de elaboração dos nossos trabalhos ao qual ainda tivemos a oportunidade de consultar (VAIRO 2022, 253). A partir das suas conclusões, lembramos que a autora utiliza este momento de fundação em finais do século XIII como ponto de chegada, interessando-nos, pelo contrário, partir dele para uma discussão argumentativa na longa duração, conforme deixámos explícito na *Introdução*.

[63] RÊPAS 2021, vol. I, 115. O autor voltou a debruçar-se sobre o tema em RÊPAS 2022, 277.

do edificado contribuía para uma imagem de soberano generoso para com a Igreja e para a garantia da perpetuação e glorificação da sua memória, assim se justificando a invocação do seu santo predileto para patrono do mosteiro. Concordamos em pleno com a primeira conclusão. Quanto à segunda, assaltam-nos as dúvidas quanto às possibilidades que permitirão a sua interpretação[64], uma vez que diversos autores a relacionam sempre com o facto de ser naquela casa monástica que o rei se viria a fazer sepultar, mostrando-se piedoso para com a comunidade de religiosas que velaria os seus restos mortais. Expondo agora os motivos das nossas dúvidas, tal conclusão não terá sido uma realidade, pelo menos, até 1318, quando o rei deixa de querer ser enterrado em Alcobaça para se mandar inumar em Odivelas onde nesse ano funda uma capela[65], levava o mosteiro mais de vinte anos de existência. Prosseguindo cronologicamente a partir desse ano estaremos a concluir a cronologia estudada por Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria João Branco, pelo que se justifica que recuemos aonde havíamos começado, discutindo o que estas autoras por motivos heurísticos não aprofundaram.

1.1. *Rebus sic stanibus*

A situação que se vivia na década de 1290 convocava um conjunto de acontecimentos que lidos em simultâneo, cronologicamente e na sua ordem sucessiva e temporalmente circunscrita, se poderão considerar matéria relevante para a compreensão do projecto do rei ao mandar fundar um mosteiro no termo de Lisboa. Vinculemos, por enquanto, a noção da localização do referido cenóbio para, paralelamente, e a seu tempo, observarmos a progressão da sua importância no século XIII e seguintes.

A intenção de D. Dinis surge num momento muito específico das relações com a Santa Sé e da história do Cabido de Lisboa, o que nos impede que o não localizemos com exacta precisão no presente texto[66]. Depois de um início de reinado marcado pelo interdito papal, fruto da excomunhão de D. Afonso III pelo Papa Gregório X que continuava a manchar a Coroa portuguesa, em 1282 D. Dinis tem a iniciativa de promover um documento junto de alguns prelados portugueses, o qual não viria a ser aprovado por Roma. As negociações estendem-se durante toda a década de 1280, com sucessivos procuradores enviados ao

[64] Embora o autor nunca relacione a sua constatação final com os motivos de fundação elencados na mesma obra (cf. RÊPAS 2021, vol. I, 116).
[65] VILAR et BRANCO 1992, 593.
[66] D. Dinis sobe ao trono a 16 de Fevereiro de 1279. Seguimos a opinião de José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, quanto a "no plano interno, é previsível que D. Dinis pretendesse dar seguimento à política paterna, tanto administrativa e económica como legislativa" (PIZARRO 2005, 63); ideia que nos deverá acompanhar, sobretudo, ao longo do presente capítulo.

Papa, até que se estabelece uma concordata definitiva, em 1289; curiosamente o ano de fundação do mosteiro de Santa Maria de Almoster[67].

Fundado alguns anos antes de São Dinis de Odivelas, num processo iniciado ainda em 1287[68], na sequência do testamento de D. Sancha Peres de Vide[69], esta e sua filha, D. Berengária Aires de Gosende[70], solicitaram ao Capítulo Geral de Cister as autorizações necessárias para cumprir o desígnio da testadora. Entretanto falecida a mãe, D. Berengária Aires aproveitará a vacância da cadeira episcopal olissiponense para obter directamente de Roma a licença para a fundação de *huum moesteyro de mongas da hordym de Sistel*

[67] Integrado na diocese de Lisboa, segundo José Varandas o dia 19 de Julho de 1289 parece marcar o "nascimento daquela casa cisterciense, quando perante a rainha de Portugal e D. Domingos, abade de Alcobaça, o bispo de Lamego, D. Vasco dedica e consagra a nova casa monacal" (VARANDAS 1994, 22). De tal informação, seguida igualmente por D. Maur Cocheril (COCHERIL 1978, 341) através da leitura de Frei Francisco Brandão, discorda Pinho Leal que afirma que só no ano seguinte viria a ser fundado. O conjunto das distintas opiniões relativas a esta questão pode ser consultado em VARANDAS 1994, 22, nt31. Remetemos ainda para a cronologia elaborada por Luís Miguel Rêpas que data a licença – e não bula – de Nicolau IV de 14 de Abril de 1289 (BRANDÃO 1650, fl.150b; RÊPAS 2003, 796), nomeadamente estabelecendo uma relação de confronto bibliográfico entre a nt9 e as considerações referidas por José Varandas cerca de uma década antes da publicação de Luís Miguel Rêpas que ilustram o ponto de chegada do debate. Uma súmula revista e actualizada sobre este assunto poderá ser encontrada em RÊPAS 2006.

[68] 02.Jul.1287; ANTT, MSMAlmoster, mç.2, nº55. Segundo José Varandas esta data "constitui o momento primacial do convento de Santa Maria de Almoster" (VARANDAS 1994, 21). Alertamos para a circunstância de D. Sancha Peres destinar a fundação de um convento feminino, não explicitando a que ordem deveria pertencer – *imprimeiramente mando que mha filha D. Beringueira faça fazer hum Moensteiro de Monjas da Ordim de Cistel, ou d´outra Ordim, que seja a serviço de Deos* –, podendo ter chegado a ser considerada a Ordem do Hospital, atendendo a que o seu genro Rodrigo Garcia de Paiva era cavaleiro da dita Ordem (VARANDAS 1994, 21, nts29 e 30). Porém, se tal opção chegou a ser considerada por estas senhoras, certo é que em 1287 as autorizações necessárias são solicitadas ao Capítulo Geral de Cister, ficando Almoster filiado directamente a Claraval (RÊPAS et BARREIRA 2017, 32); podendo o então cónego João Martins ter interferido na decisão, privilegiando a Ordem que daí a alguns anos viria a ajudar a enraizar em Lisboa.

[69] José Varandas omite o apelido de D. Sancha Peres, pelo que nos cabe tecer algumas considerações a seu respeito. Em primeiro lugar, não cremos que se possa aparentar com os «Vides», ramo descendente dos «Barroso», referidos pelo Conde D. Pedro (LL30A2) e estudados por José Augusto de Sotto Mayor Pizarro (PIZARRO 1999, vol. II, 631-34). A localização de Almoster foge à regra patrimonial daquela família arreigada no Entre-Douro-e-Minho, onde se localizariam certos bens da família de seu marido, Aires Nunes de Gosende, único membro com alguma expressão no reinado de D. Afonso III (VENTURA 1992, 661-63) de uma linhagem de ricos-homens extinta ao tempo de D. Dinis (PIZARRO 1999, vol. II, 1122-123). Embora se desconheçam bens a Sul, a tenência de Abrantes que ocupava em 1265 merece uma consideração apurada atendendo à proximidade com Almoster e porventura à data do seu próprio casamento. Segundo Frei Francisco Brandão, D. Sancha Peres não só seria natural de Santarém como teria herdado a propriedade localizada na bacia da ribeira de Almoster por morte de seus pais, Pero Martins de Vide e Teresa Afonso (BRANDÃO 1650, 148). Seria após enviuvar de seu marido que viria a residir em permanência no paço de Almoster, onde na realidade só em 1317 se construiria o mosteiro (VARANDAS 1994, 30).

Importa ainda observar a hipótese lançada por Leontina Ventura quanto ao Castelo da Vide ser tenência dos «de Vide», de onde poderiam, assim, ter retirado o apelido (VENTURA 1992, 532, nt6), explicando as trajectórias patrimoniais e matrimoniais da família fundadora de Almoster. Perante estes elementos, e na impossibilidade de nos alongarmos sobre este tema na presente dissertação, cabe-nos apenas referir que é nossa vontade vir a abordá-los em estudo autónomo.

[70] Veja-se a sua nota biográfica na entrada de seu marido Rui Garcia de Paiva (VENTURA 1992, 673-75).

em Almoster através de dois cónegos de Coimbra, seus procuradores, João Martins de Soalhães[71] e Geraldo Domingues da Cunha[72]; vindo o consentimento a ser dirigido ao deão da Sé de Lisboa, Gil Martins Rebolo, nesse tão conclusivo ano de 1289, por a sede continuar vacante[73]. O regresso de D. Domingos Anes Jardo ao principal cargo da prelazia de Lisboa no ano seguinte[74], exigindo que o cenóbio lhe fosse sujeito no temporal e no espiritual, viria a dificultar as intenções de D. Berengária Aires, a quem não interessava abdicar da isenção da autoridade diocesana[75], levando-a a apelar contra o religioso em 1293 – o qual viria a falecer no ano seguinte –, precipitando o sucesso do projecto de Almoster. Logo em Janeiro de 1294 era eleito prelado uma figura mutuamente cara a Almoster e ao rei. Quem senão D. João Martins de Soalhães, que enquanto procurador de D. Dinis, de quem era conselheiro, estivera na cúria pontifícia em finais da década de 1280[76] em missão diplomática pela questão das liberdades eclesiásticas, servindo então de procurador dos interesses de D. Berengária Aires[77]. Encontrá-lo-emos no início do ano seguinte a exaltar demoradamente as virtudes que deveria ter um monarca piedoso na carta de confirmação da instituição do mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas, tomando D. Dinis como personificação desse ideal; qual agradecimento pela promoção e sucesso da sua carreira. E estando assim as coisas (*rebus sic stantibus*), observemos a amplitude da possibilidade de concretização das pretensões do rei.

[71] Veja-se a sua biografia em FARELO 2003, 269-71; RÊPAS 2006, 106.
[72] Veja-se RÊPAS 2006 106, nt13; VILAR et CASTELO BRANCO 2005, 95-118.
[73] Também Giulia Rossi Vairo, no seu recente artigo dedicado a Odivelas, tomou o caso do mosteiro de Almoster como "particularmente esclarecedor para a compreensão do silêncio à volta do projecto de Odivelas (VAIRO 2022, 264-65).
[74] D. Domingos Anes Jardo foi bispo de Lisboa entre 1290 e 1293. Chegara a apresentar-se como bispo eleito em 1284 e 1285, sendo destituído pela cúria pontifícia e sucedido pelo curto período de governação de D. Estêvão Anes de Vasconcelos (1286-1287) que antecedeu os anos de vacatura que terminaram em 1290 "que potenciaram decerto a natural propensão do Cabido em apropriar-se de algumas prerrogativas episcopais em tempo de sede vacante" (FARELO 2003, 122). De forma a se compreender melhor os meandros da política eclesiástica da década de 1280, acerca da escolha do deão Gil Rebolo pelo Cabido de Lamego em 1286 e da "eleição não confirmada" de D. Domingos Anes após a morte de D. Mateus pelo «curial» D. Estêvão Anes, veja-se: FARELO 2003, 84.
[75] RÊPAS 2006, 108.
[76] Documenta-se em Roma entre 3 de Abril e 1 de Dezembro de 1289 (FARELO 2003, 271). Porém, tendo em conta que surge como "familiar" de Fernão Anes de Portocarreiro, deão da Sé de Braga, *mui boo crerigo, e foi mui privado d´el rei dom Afonso [x] de Castela* (LL43I5) e seu notário, de quem herdou bens que a Câmara Apostólica viria a considerar indevidos em 1276 (VENTURA 1992, 759), até que ponto poderemos considerar que D. João Martins estivesse em Roma na década de 1270, aquando da morte de D. Fernão Anes? Aí permanecendo, ou aí regressando, na década de 1280.
[77] BNP, *Códices Alcobacences*, nº288, fls.210-210v. (pub. RÊPAS 2006, doc. 3, 116-117).

1.2. *Exceptio regulam probat*

Durante aqueles anos em que se negociava uma bula vinda de Roma que trouxesse a concórdia, a nível de política interna D. Dinis procurava travar o aumento dos bens de raiz da Igreja, através da promulgação de uma série de leis de desamortização aplicadas ao património eclesiástico; o que à partida se aproximava bastante mais de uma medida penalizadora do que de uma que passasse por benquista aos olhos da Igreja. Em Fevereiro de 1295, à data da fundação do mosteiro de Odivelas, já se encontravam em vigor três leis de desamortização, a saber: uma datada de 1286, que proibia aos eclesiásticos e corporações religiosas a compra de bens de raiz, obrigando-os a vender no prazo de um ano os bens que tivessem adquirido desde o início do reinado (1279)[78]; uma outra, datada de 1291 – na sequência de umas cortes malogradas –, que impedia que as ordens religiosas herdassem bens dos seus professos[79]; e ainda uma terceira, mais recente, datada do ano anterior, 1294, que proibia os tabeliães de fazerem escrituras de venda de propriedades a religiosos, e os obrigava a pedir licença ao rei nos casos de alienação para aniversários[80]. O documento fundacional permite-nos verificar que o rei, através de um conjunto de doações e benefícios[81], expressamente, e apenas para aquele novo cenóbio que estava a fundar – o único cisterciense de iniciativa régia, entre outros promovidos por membros da família real – se quis contradizer face ao que vinha a promulgar ao longo dos últimos dez anos, pretendendo "que esta comunidade fosse, de facto, diferente das demais"[82].

Outro caso de *exceptio probat regulam* é o da conformação às disposições vigentes da Ordem de São Bernardo emanadas das reservas dos seus membros quanto à integração de

[78] ANTT, Gaveta 14, maço 7, n.º 20.

[79] ANTT, *LO, Leis*, mç.1, n.º 36. Recentemente também Luís Miguel Rêpas apontou a lei de 1291 como elemento que poderá ajudar à compreensão cronológica do problema (RÊPAS 2022, 283, nt19). À semelhança do que atrás mencionámos relativamente ao artigo de Giulia Rossi Vairo (VAIRO 2022), só tivemos conhecimento deste estudo aquando da sua publicação, já na fase final de elaboração dos nossos trabalhos, considerando-o de extrema relevância por vir corroborar as nossas propostas.

[80] ANTT, *LO, Núcleo Antigo 1,* fls. 20v-21.

[81] Lembramos que além das doações régias aquando da fundação, logo em Abril de 1295 D. Dinis permitiu que a comunidade de Odivelas herdasse e recebesse bens do património pessoal das suas professas e bens de alma doados por privados, contradizendo a lei de 1291 (07.Abr.1295; ANTT, OC, MA, mç. 2, nº34; ANTT, Ch. D. Dinis, Liv. II, doc.376m 400-01). Veja-se: RÊPAS 2022, 283; GOMES 2021, 134. Em 1319 optaria ainda por contradizer a lei de 1286, permitindo-lhes a compra de património. Ao presente importa-nos destacar que o lato desfasamento cronológico entre as duas datas impede-nos de recuperar um evento de 1319 durante a discussão que se prende numa cronologia anterior (quase trinta anos).

[82] RÊPAS 2021, 351. Atendendo a que só em 1300 viria a ser conferido o privilégio semelhante a Almoster, não o referimos dentro da realidade que nos importa analisar de momento, focada na década de 1290. Segundo Frei Francisco Brandão data de 12 de Julho, porém somente o conhecemos através de dois traslados, um dos quais o data de 14 de Julho (15.Mar.1310; ANTT, OC, MSMAlmoster, mç.4, nº29) e outro de 15 de Julho (10.Jan.1302; ANTT, MSMAlmoster, mç.8, nº21). Quanto à datação do diploma relativo a Almoster veja-se: RÊPAS 2022, 283, nt21.

elementos femininos na Ordem, que no início do século XIII (1213) haviam determinado a observância da clausura e a obrigatoriedade de serem tuteladas por um mosteiro masculino como peremptórios condicionamentos às religiosas cistercienses; processo de reforma interna que na década de 1220 viria a proibir a incorporação de novos mosteiros femininos[83]. Conformada às normas, aos benefícios patrimoniais distinguia-a o rigoroso cumprimento da clausura, pretendendo fundar-se como exemplar comunidade monástica, distinta das que à data modelavam a espiritualidade cisterciense feminina[84]; o que levaria, por ordem régia, D. João Martins de Soalhães a determinar constituições depois inscritas na carta de fundação, às quais a abadessa e as primeiras donas se comprometiam a cumprir[85]. Mais que do seu tempo da sua geografia, Odivelas tornava-se *excepção à regra* de uma realidade cisterciense portuguesa na qual não raras vezes as religiosas se ausentavam dos seus mosteiros, maioritariamente por razões económicas do foro do seu património pessoal e familiar, contrariando as determinações do Capítulo Geral[86]; realidade que seria bem conhecida por todos, nomeadamente pelo rei[87].

A par da minuciosa regulamentação do rigor da clausura, na carta de fundação, datada de 27 de Fevereiro de 1295[88], e autorizada por um conjunto pouco inocente de figuras institucionais – D. João Martins de Soalhães, Bispo de Lisboa; o Cabido da cidade; o Capítulo Geral da Ordem de Cister; o abade Frei Domingos, e ainda o convento do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça –, estabeleceu-se que a comunidade religiosa de Odivelas passaria a prestar reverência e obediência ao dito mosteiro de Alcobaça. Esta

[83] A mais recente súmula sobre esta questão poderá ser consultada em RÊPAS 2022, 284 e ss. Porém, já Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria João Branco haviam chamado a atenção para esta peculiaridade aquando da fundação do Mosteiro de Odivelas (VILAR et BRANCO 1992, 594-95). Além da fundação de Santa Maria de Almoster, fora do contexto português importa recordar a fundação de um mosteiro nos arredores de Estocolmo em 1290, ou do mosteiro de Santa Maria de la Valldigna em 1297, curiosamente por Jaime II de Aragão (cunhado de D. Dinis).
Importa ainda ter presente que a proibição de 1220 dizia apenas respeito aos mosteiros que estivessem sujeitos a outras ordens monásticas, passando a tornar-se proibição absoluta a partir de 1228, e evoluindo até ao final da centúria, aquando da fundação de Almoster e de Odivelas (veja-se RÊPAS 2021, 135-137).
[84] Veja-se a este respeito RÊPAS 2021, 351.
[85] ANTT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Liv.1, fl.7; OC, MSMAlcobaça, 1ª Incorp. Docs. Particulares, m.20, nº2; ANTT, Gavetas, Gav.1, m.2, nº14 (cf. GOMES 2021). Comparem-se os estatutos de 1295 com os de 1306 apresentados na *Tabela 2*, em: RÊPAS 2022, 294-95.
[86] A partir de 1257 passara a ser permitido à abadessa que se ausentasse na companhia de duas ou três freiras, e à celeireira na companhia de uma, o que se mantinha em 1295 (LUCET 1977, 352; COELHO 2013). Veja-se a lista de monjas de Arouca e de Lorvão que se ausentaram do mosteiro entre 1264 e 1291 (RÊPAS 2022, 287). Agradecemos a Luís Miguel Rêpas a disponibilidade por nos ter permitido uma longa conversa em torno deste assunto.
[87] Remetemo-nos para os elementos relatados por Luís Miguel Rêpas relativos às abadessas e religiosas de Lorvão e de Arouca (RÊPAS 2022, 287-90).
[88] RÊPAS 2021, vol. I, 114.

isenção da jurisdição diocesana garantira-a D. Dinis em Setembro 1294[89], com a aprovação do Abade Roberto e Capítulo Geral da Ordem de São Bernardo, a instâncias de D. Domingos Martins, abade de Alcobaça[90], após os resultados de Almoster, levando-nos a considerar o nível da relação entre o rei e o clero, num momento pautado, também, pela reacção dionisina a outras formas de poder senhorial.

Desenrolava-se isto num tempo em que muitos conventos e igrejas continuavam sujeitos às vontades de uma nobreza que se arreigava em centenários direitos de padroado. No século XIII saltavam já à vista casos como o do convento de S. Salvador de Grijó[91] – talvez de todos o mais paradigmático –, com mais de duzentos padroeiros, grande parte dos membros das velhas linhagens que então já se aparentavam todas entre si. Como padroeiros de um cenóbio fundado por um antepassado distante mais ou menos identificável, os nobres reclamavam o pagamento de certos tributos, arruinando algumas casas religiosas, e enfraquecendo outras, mesmo as que possuíam um património relativamente mais robusto. É esta realidade que levará D. Dinis a determinar uma única forma de pagamento de acordo com as fontes de receita das casas conventuais; o que de certa forma viria a ser bem aceite e decisivo para as relações do rei com a Igreja, que deixava de estar sujeita às vontades da nobreza que frequentemente lhe alienava bens.

Esta reaproximação do monarca à Igreja parece-nos ser exemplo concomitante com a afirmação anteriormente citada deste se tratar "sobretudo, [de] um acto político"[92]. O caso de Almoster, tão contemporâneo do de Odivelas e que temos vindo pontualmente a referir, leva-nos a conjecturar que dificilmente se teria empreendido semelhante projecto – pelo menos nos mesmos moldes com que estrategicamente foi concebido –, se o Cabido de Lisboa não tivesse à cabeça alguém tão da confiança e conselho de D. Dinis, permitindo-lhe flexibilidade máxima aos desafios que este impunha à estrutura vigente; pelo que os motivos da fundação, as características da comunidade e a escolha do local, não deverão ter respeitado senão a finos critérios de estratégia política. Atendendo ao conjunto inicial de aquisições de propriedades levado a cabo pelo rei a partir de 1290, por que razão, senão por paciente subterfúgio, não se teria dado início à campanha de fundação de um mosteiro cisterciense no termo de Lisboa antes de 1294, quando, após um período de conturbada

[89] Temos conhecimento do assentimento dado pelo Capítulo Geral de Cister através da publicação de Frei Francisco Brandão do documento que encontrou no Livro 2 de Dourados do fundo Alcobacense da Torre do Tombo (OLIVEIRA 1951, 38; VILAR et BRANCO 1992, 591, nt9).
[90] TOMÉ 2001, 14.
[91] Sobre a evolução e estrutura das famílias nobres que detiveram os direitos de padroado do mosteiro de Grijó entre o século XI e XIV, veja-se: PIZARRO 1987.
[92] RÊPAS 2021, vol. I, 115.

sucessão, já ocupava o poder episcopal de Lisboa um prelado que o viria a desempenhar ininterruptamente durante quase duas décadas[93]. Quanto ao local, a opção por fundar em Lisboa um mosteiro da Ordem de São Bernardo parece-nos, assim, ser interesse evidente do rei desde a primeira hora, repleto de significados.

2. Porquê Odivelas e as aquisições que se lhe antecederam

Apesar do carácter ainda itinerante da Corte, o avanço militar sobre os territórios a Sul acabaria por ditar a transferência da sua sede simbólica de Coimbra para Lisboa. Estima-se que em finais de Trezentos o conjunto da cidade e dos arrabaldes que compunham o seu termo pudessem já contabilizar um total de 20 a 25 mil habitantes, aproximando-se de importantes cidades portuárias[94]. Galopante crescimento demográfico entre o século XII e o século XIII em certa medida resultante da transformação de um até então centro rural e marítimo em praça-forte militar, cidade de fronteira que se traduzia em descrições sobre a riqueza do seu dinamismo, mas também na escolha, datada de 1256, durante o reinado de D. Afonso III, de aí se fixar a chancelaria régia[95]. A documentação sobre a cidade conhece então uma autêntica explosão[96], possibilitando análises detalhadas em termos urbanísticos, mas também do foro da história urbana. A maior frequência da Corte na cidade havia tornado mais aliciante o controlo do seu poder efectivo, o aumento de receitas conseguido através do incremento de rendas, e o desenvolvimento do comércio fruto da multiplicação de feiras e mercados que, segundo a opinião popular reformulada pelo clero numa reclamação endereçada ao Papa, resultavam da

> ocupação violenta e ilegal de terrenos municipais e particulares no interior das cidades e vilas para aí construir edifícios, cujas rendas se convertiam em proveito do rei (…) proibindo que se fizessem compras e vendas noutros lugares, com grande detrimento do comércio interno[97].

[93] D. João Martins de Soalhães foi bispo de Lisboa entre 1294 e 1313, vindo a transitar neste último ano para o cargo de arcebispo de Braga, que ocupou até 1325 (cf. FARELO 2003, 270).

[94] Tomam-se como exemplo as cidades portuárias de Almeria e Málaga (SILVA 2013, 7). Quanto ao crescimento na centúria de Trezentos, à semelhança de Iria Gonçalves seguimos a linha de pensamento de Luís Suárez Fernández que coloca Lisboa entre um distinto grupo de cidades que durante esse período cresceram «desmesuradamente», tais como: Londres, Bruges, Sevilha ou Lübech (cf. GONÇALVES 1990, 154). Contudo, atente-se que não existe qualquer espécie de censo ou registo equivalente que nos permita conhecer o crescimento populacional da cidade entre 1147 e o final do século XIII, crescimento que se poderá calcular, sobretudo, a partir do surgimento de novas freguesias, que aumentam das dez em finais do século XII para vinte e três em meados do século XIII (MARTINS 1998, 39). Sobre o desenvolvimento paroquial de Lisboa veja-se: SILVA 1943. Acrescentamos ainda a proposta de A.H. de Oliveira Marques, segundo o qual Lisboa poderia ter cerca de 14.000 habitantes em finais do século XIII (MARQUES 1988, 85).

[95] MARQUES 1988, 81. Atente-se que foi durante o reinado de D. Afonso III que a urbanização de Lisboa se expandiu para a "zona ocidental da cidade, fora das muralhas sarracenas" (cf. GONÇALVES 1990, 156).

[96] SILVA 2022, 197.

[97] CAETANO 1990, 29-30.

Era um modelo europeu em exercício, o que reconhecemos a ser praticado por D. Afonso III ao longo da segunda metade do século XIII. Retomando uma tese que no presente texto teremos de acompanhar como auxiliar na compreensão do reinado daquele e do de seu filho, antes de o termos feito já Marcelo Caetano justificava as querelas entre o monarca e o concelho de Lisboa recorrendo ao exercício da autoridade régia que potenciava "projectos de reforma económica e administrativa sugeridos pela comparação dos seus domínios com a terra do Norte da França", com os quais se propunha "fomentar a riqueza nacional e do mesmo passo aumentar os cabedais da Coroa"[98].

Entre os acordos celebrados no início do reinado de D. Dinis com antigos opositores de seu pai, teremos de destacar um dos primeiros, anterior à concordata de 1289 com a Santa Sé, que procurara pacificar o estado da relação da Coroa com o concelho de Lisboa. Não deixa de ser curioso verificar que o poder concelhio – atente-se que à data continuava desavindo com o poder régio – aquando da primeira contenda contra o Infante D. Afonso viria a responder à chamada do rei, provavelmente prevendo que a vitória pudesse resolver os pleitos pendentes, apesar de D. Dinis só ter voltado a visitar a cidade em 1283; ao fim de quatro anos de reinado[99]. Essa tomada de posição terá contribuído em certa medida para a pacificação das relações. Em 1285, presidia D. Dinis à assembleia magna quando o Alcaide-mor Lourenço Escola expôs uma longa lista de agravos que vinham do reinado do *Bolonhês*, aos quais, depois de examinados, o rei se demonstrou disposto a condescender, ao que o concelho desistiu das demandas na condição de o novo monarca não usurpar propriedades como fizera o anterior. Tratava-se, afinal, de uma cidade que lhe era cara. Tornada "capital" por seu pai, conforme consideram diversos autores, aí fora baptizado D. Dinis[100], aí crescera, e em Lisboa seria «levantado rei»[101]. Se dúvidas houvessem do carácter afectivo e simbólico que ligava o rei à cidade, a fundação do mosteiro de São Dinis de Odivelas dissipá-las-ia, podendo compreender-se à semelhança do que acontecera aquando da fundação de São Vicente de Fora pelo seu trisavô, D. Afonso Henriques.

Paralelamente a tudo isto, a fundação dos mosteiros de São Bento de Cástris (1275) e de Santa Maria de Almoster (1287) permite-nos verificar que na segunda metade de

[98] CAETANO 1990, 29.
[99] CAETANO 1990, 30.
[100] BRANDÃO 1650, 315.
[101] SILVA 2013, 8-9.

Trezentos a Ordem de Cister começava a implantar-se mais a Sul[102]. Depois de Odivelas registar-se-ia um longo hiato de mais de duzentos anos, quase ininterruptos[103], sem fundações cistercienses, retomado apenas no século XVI[104]. Em finais do século XIII, a opção de transferir uma tradição geográfica e de influência cisterciense consolidada num entre Mondego e Minho – descontado o caso de Santa Maria de Alcobaça (1153) – tão mais senhorial, rural e ocupado, por um território a Sul à espera de ser reorganizado, tinha, numa cidade como Lisboa, como únicos limites aqueles que o seu padroeiro elegesse como correspondentes ao sucesso da própria campanha que encabeçava. Assim, distanciando-se, quer a nível geográfico como político, de uma nobreza que por esses anos via as fundações das suas linhagens estremecerem a cada convocação de Cortes ou levantamento de inquirições, e muitos anos antes de ter mandado erguer no termo de Torres Vedras uma igreja com a invocação do seu santo padroeiro[105], no início de 1295, num momento de estratégica afinidade com o bispo e Cabido de Lisboa e com a Santa Sé, e a poucos anos de entrar num novo século, D. Dinis procurava perpetuar, pela primeira vez, a sua memória num edifício religioso que, localizado no termo de Lisboa, ao contrário de tantos outros da mesma ordem se circunscreveria socialmente num espaço eminentemente urbano, tão próximo, à escala, das principais cidades europeias; ou não fosse a sua proximidade com essa urbe muito mais um factor decisivo de circulação de interesses, quer institucionais quer pessoais ou familiares, como adiante veremos, do que entrave à reclusão à qual se submetiam as monjas e que convidava ao afastamento da vida terrena que Lisboa simbolizava.

Correspondendo a circunstâncias tanto de ordem canónica, que regia os cistercienses, como a nível de estratégia governativa, que atraía o rei, perante a necessidade de encontrar um local, e tratando-se de iniciativa régia, da estreita interligação de D. Dinis à cidade e ao seu projecto pessoal resulta a selecção de uma propriedade da Coroa para nela habitar

[102] Veja-se o mapa apresentado em COCHERIL 1978, 489.
[103] Recordemos a fundação do Mosteiro de São Bento de Xabregas, porque edificado em finais do século XV (1492), a mando de D. Afonso V cumprindo o testamento da sua esposa, a rainha D. Isabel, duquesa de Borgonha.
[104] Com Nossa Senhora da Conceição de Portalegre (1518).
[105] Segundo a *ML*, D. Dinis embarcara numa romaria ao túmulo de São Tiago Maior em meados de Janeiro de 1318, tendo chegado a Santiago de Compostela por alturas da festa de Nossa Senhora da Purificação, (2 de Fevereiro). Após regressar da Galiza, entre Abril e Julho de 1318 D. Dinis permaneceu em Torres Vedras, aí ordenando a edificação de uma igreja, que teria como orago o seu santo padroeiro (VAIRO 2012, 12), e de um porto junto ao rio Alcabrichel, o *Porto de S. Dinis*, actual *Porto Novo*, através do qual promoveu a povoação do local (RODRIGUES 1996, 17-24).

a primeira comunidade de religiosas. Formulação de desintrincada elaboração, caso lhe não acrescentássemos outras razões que ora nos permitiremos a conjecturar.

2.1. *Em termo da nossa çidade de Lixboa*

Conforme recentemente nos recordou Manuel Fialho Silva, a atitude dos primeiros reis portugueses em escolher a alcáçova de Lisboa como um dos locais de habitação quando se encontrassem na cidade revela-se com clareza face ao vazio populacional a que fora submetida após a tomada cristã[106]. A opção em deter propriedade régia dentro da alcáçova será certamente anterior a 1206, quando D. Sancho I outorga que os seus moradores *nam sejam costramgidos a hiir em minha oste nem em minha adua*[107], isentando-os do serviço diurno e nocturno. Baseando-se nesse documento Manuel Ferreira de Andrade atestava a existência dos paços reais de Lisboa, apesar de somente em 1218 termos conhecimento de aí possuir casas D. Afonso II, que em Junho desse ano viria a doá-las a três homens da sua confiança, os quais consideraria merecerem estar sob protecção dentro da cidade[108]. Situação que parece ter-se aprofundado com o filho e neto deste, que passaram a estender os períodos de residência em Lisboa levando alguns autores – nos quais nos incluímos – a questionar a ausência de referências documentais ao *Paço Real da Alcáçova*.

Consequência do impulso reformista que vimos a reconhecer, D. Dinis implementou um conjunto de medidas urbanísticas "que se traduziria no maior surto edificador de toda a primeira dinastia"[109]; fenómeno que só por si merece considerações. Já José Augusto de Sotto Mayor Pizarro recordava a sua "apetência pela propriedade não só de casas mas de todo o tipo de tendas de comércio ou mesmo de meios de produção"[110], sentida por todo o reino[111] e observável em Lisboa na construção de "muitos edifícios, & entre elles a Rua Noua dos ferros, e os paços da Alcaceua"[112]. Porque igualmente esclarecedora, reunamos uma amostra do património imobiliário que D. Dinis possuía em Lisboa em

[106] SILVA 2022, 208.
[107] Privilégios que seriam recorrentemente confirmados até D. Afonso V (Cf. SILVA 2022, 1999).
[108] SILVA 2022, 204.
[109] PACHECO 2022, 144.
[110] PIZARRO 2005, 130. Milton Dias Pacheco refere erradamente a página desta obra, considerando-a como página «272», quando na realidade se trata da página «130» (cf. PACHECO 2022, 144, nt32).
[111] PACHECO 2022, 144
[112] LEÃO 1975, 234-45. Recentemente Milton Dias Pacheco debruçou-se sobre "a vasta e diversificada propriedade privada do Rei" no seu estudo dedicado ao Paço de Frielas, demonstrando de que forma se compunha por edifícios residenciais e comerciais (prédios, casas, sobrados, sótãos, quintãs e tendas) e unidades oficinais e agrícolas (açougues, fornos, lagares, currais, celeiros, estrebarias e terras de cultivo), aumentada através de escambos, transações e concessões. Veja-se a listagem das propriedades do rei em PACHECO 2022, 145, nt34.

finais do século XIII, composto por uma tenda nas Fangas Velhas (fg. Madalena), adquirida em 1285; um quarto de uma casa, com sótão e sobrado (fg. São Nicolau), datada de 1294; umas casas compradas à viúva Maria Esteves (fg. Santa Cruz) e *duo palatia in quibus posuit galeones* (fg. Santo Estêvão), propriedades que teriam passado a constar do rol de propriedades dionisinas a partir de 1299[113], ano em que se elaborou um rol de «todallas cassas e tendas que elRey dom Denis avia em a dicta çidade»[114]. Partilhamos da opinião que considera que estas aquisições se justificavam, também, por uma opção assistencial e mecenática do monarca, de que é exemplo um conjunto de benefícios e doações de bens patrimoniais dados a São Dinis de Odivelas[115], que adiante haveremos de discutir.

Analisando especificamente os prédios urbanos, ou seja, as moradas régias do século XIII, António Filipe Pimentel viria a concluir que D. Afonso III e D. Dinis, bem como as suas respectivas rainhas, desencadearam uma autêntica *revolução paçã*[116], passando as *casas de morada* do rei a assumir-se, sobretudo durante o reinado dionisino, como autênticos centros privilegiados da autoridade régia e do funcionamento do aparelho administrativo da Coroa[117]. D. Dinis terá residido em Lisboa logo no primeiro ano de reinado, fixando-se, numa primeira fase, no Paço Real de São Bartolomeu, nos arredores do Castelo de São Jorge[118], e transitando algures ainda em 1279, eventualmente após uma campanha de obras, para o atrás citado Paço Real da Alcáçova[119]; construção que espelha um ponto de chegada da ocupação régia daquele que era, por excelência, o espaço de poder da cidade.

[113] Respectivamente em 1319 e em 1321 viriam a ser doados um campo e umas "casas pequenas" no Chão da Feira, cuja origem no património dionisino desconhecemos (PACHECO 2022, 145). Por esse motivo não os inserimos nos bens que o monarca detinha em Lisboa em finais do século XIII.
[114] GONÇALVES 1980, 162-63.
[115] Veja-se PACHECO 2022, 145, nt35. Além das doações feitas ao mosteiro de Odivelas, tomamos por exemplo a gafaria de Santarém, para a qual o rei comprou uma propriedade; as casas de morada dos baleeiros de Peniche; a construção de igrejas (São Dinis de Porto Novo e São Dinis de Vila Real), capelas (Capela de Nossa Senhora da Escada), e inúmeros benefícios dados aos conventos da Ordem de São Domingos, em Lisboa e em Évora, mas também em Tui. Poderíamos ainda incluir as casas destinadas à fundação do *Studium Generale* em Lisboa, em 1290 (BARROCA 2000, vol.II, t.II, 1342-348; MONTEIRO 1729, 248-50; RAU 1962, 68; DINIS 1962, doc.3, 5, nt4; cf. PACHECO 2022, 146-47, nt35).
[116] PIMENTEL 2003, 278. Na linha da opção dos monarcas se compreenderão as iniciativas das rainhas, D. Isabel de Aragão em Alenquer, Monte Real e Regueira de Pontes, e ainda o Paço de Torres Vedras, que herdara da rainha-mãe D. Beatriz de Gusmão (cf. PACHECO 2022, 152).
[117] MATTOSO 1993, 292-294; PACHECO 2022, 146.
[118] Porque natural de Lisboa crê-se que aí terá nascido o próprio D. Dinis, pelo que pela década de 1250/60 a Corte de D. Afonso III ocuparia o Paço de São Bartolomeu sempre que permanecia na cidade.
[119] PACHECO 2022, 148, nt49.

Volvidos alguns anos, nas vésperas da fundação do mosteiro, D. Dinis documenta-se ao longo de duzentos e um dias em Lisboa entre 1291 e 1293[120], elemento de suma importância que enquadra o interesse patrimonial do monarca aquando das aquisições de bens em Odivelas que em breve viriam a ser doados à comunidade de religiosas. Da preferência por esta cidade é também exemplo o avultado número de residências régias nas suas imediações, em locais vocacionados para a vilegiatura e prontos para as funções governativas da Coroa ou para alojamento dos membros que compunham a Corte, contando-se, nos arredores, o paço de Sintra, e no termo, os paços de Frielas, Lumiar e Xabregas[121]. Ao contrário dos dois primeiros que conhecemos substancialmente bem[122], quanto aos dois últimos não tem sido "possível determinar a ocupação residencial ou a intervenção material nestes edifícios no reinado de D. Dinis"[123].

Nos últimos anos de vida, percorrendo uma geografia semelhante à de seu pai, entre Lisboa e Santarém[124], D. Dinis privilegiou a residência no Paço de Frielas nos meses de Verão e Outono. Localizado a cerca de treze quilómetros de Lisboa e a seis de Odivelas[125], entre a antiga estrada romana que passando por Sacavém e Santarém levava a Coimbra, e ao rio Tejo ao qual eventualmente até à Ribeira da Póvoa, segundo Vieira da Silva e, mais recentemente, Milton Dias Pacheco – que recuperou um interesse de Montalvão Machado[126] –, este paço enquadra-se na rede de residências rurais do rei destinadas ao veraneio, ao recebimento de impostos e ao aprovisionamento de carne efectuado através

[120] BEIRANTE 1969, CXCI-CCII; PACHECO 2022, 148.

[121] SILVA 1995, 83. Na presente investigação não nos haveremos de debruçar sobre o Paço de Xabregas, que identificamos no cartório do mosteiro de Odivelas em 1374, quando a abadessa D. Berengária Martins emprazou a Lopo Afonso *dos Paços d´El-Rei de Xabregas* um bacelo e um chão em Xabregas (12.Fev.1374; ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.389). Importará referir algumas linhas sumárias a respeito deste lugar. Na cronologia em questão Xabregas e Rossio eram as principais áreas cultivadas fora da cidade, beneficiando as suas hortas que abasteciam a cidade das águas que vinham do Areeiro. Manuel Ferreira de Andrade menciona os *Dois Paços de Xabregas* (ANDRADE 1990). A existência de um, ou dois, paços no mesmo local, às portas de Lisboa e próximos aos que ficavam intra muros, num local vocacionado para o abastecimento hortícola da cidade; é tudo quanto conseguimos auferir ao momento.

[122] Sobre o Paço de Sintra, veja-se SILVA 1995. Quanto ao Paço de Frielas, veja-se PACHECO 2022.

[123] PACHECO 2022, 148. Por este motivo Milton Dias Pacheco excluiu intensionalmente os paços do Lumiar e de Xabregas do seu estudo dedicado ao Paço de Frielas.

[124] Atente-se na afirmação de Milton Dias Pacheco, quanto à confirmação de uma especial concentração dos paços reais na região do centro do Reino se poderá dever a um intencional afastamento "da fronteira raiana de Castela, pelos constantes receios de investidas militares, e da faixa litoral atlântica, continuamente fustigada pelo corso islâmico" (PACHECO 2022, 153). No presente texto seguiremos de forma mais aprofundada os factores económicos e demográficos que vinham a caracterizar toda a faixa ribatejana ao longo do rio Tejo, até Lisboa.

[125] PACHECO 2022, 160.

[126] José Timóteo Montalvão Machado foi o primeiro autor a estudar o Paço Real de Frielas (MACHADO 1965, 187), levantando a hipótese de o edifício ter pertencido a D. Afonso III, proposta desde logo infundada pelo próprio, apesar de seguida por Vieira da Silva (SILVA 1995, 83), e mais recentemente refutada por Milton Dias Pacheco (PACHECO 2022, 162).

das caçadas, desporto de natureza nobiliárquica, considerando-se actualmente que a intenção de aumentar a propriedade régia no lugar de Frielas se poderá relacionar com "as obras de renovação/ampliação do edifício residencial" entre os anos de 1309/1310[127] e 1313, quando D. Dinis outorga um diploma promovendo a edificação da capelania real: "nas m[in]has casas de Freelas huma capela" privativa dedicada a Santa Catarina, a Mártir de Alexandria[128]. Um ciclo cronológico de eventos datados do início do século XIV; atente-se. A preferência dos últimos monarcas da primeira dinastia por residências de vilegiatura no termo de Lisboa parece-nos ser, assim, uma realidade enquadrada precisamente no poder que esta cidade concentrava em finais do século XIII.

Dispondo de propriedades em redor do dito paço, a 20 de Fevereiro de 1295 – poucos dias antes da carta de fundação do mosteiro de Odivelas – D. Dinis doa à infanta D. Constança os reguengos de Frielas, Sacavém, Unhos e Camarate, com os respectivos padroados das igrejas locais[129]. A leitura das cláusulas permite-nos verificar que os bens regressariam para a posse do rei caso a infanta casasse, o que em breve viria a acontecer, em 1302, com Fernando IV de Castela. Não é impossível que a campanha dionisina em Frielas tenha ocorrido após a devolução do reguengo, datando a primeira referência à existência do *Paço Real de Frielas* de um contrato datado de Novembro de 1305[130].

A alusão a esta doação convoca-nos para outro paço, bastante mais relacionado com o mosteiro de Odivelas, que em Outubro de 1318 viria a receber de D. Dinis a doação dos direitos de padroado das igrejas de S. João do Lumiar e de S. Julião de Frielas[131]; opção que cremos relacionar-se com a veia mecenática e os direitos senhoriais detidos pelo

[127] A última aquisição que D. Dinis fez em Frielas data de Outubro de 1310, aí se mencionando que "ao Leuante a torre, ao Poemte via puluega, a Aguiom paaços del rey e a Aurego via puluega" (13.Out.1310; ANTT, *LN, Reis*, liv.1, fol. 41r; cf. PACHECO 2022,), pelo que nessa data já existiria o paço régia.

[128] Hagiónimo que não se documenta, segundo Bernardo Sá-Nogueira, em nenhuma das igrejas ou capelas patrocinadas ou com padroado de D. Dinis (SÁ-NOGUEIRA 1988, 421-445). Frei Francisco Brandão sugeriu que "à deuação de Santa Catherina, devia ser por afeiçoado às letras que introduzio neste Reyno em escolas publicas, das quais a Santa Doutora em todas as naçoens he patrocinadora", ou que pudesse relacionar-se com a protecção que os navegantes deviam aquele orago. Duas propostas que nos parecem bastante plausíveis, apesar de, por um lado, desconhecermos os motivos da invocação da padroeira do *Studium Generale* numa capela em Frielas, e por outro termos conhecimento de o dito reguengo ter pertencido, em determinada altura, ao almirante Manoel Pessanha. Terceira hipótese recairia na devoção familiar que uma aia de D. Isabel de Aragão, D. Maria Cornel, aragonesa, tinha com a mártir, supostamente sua antepassada (BRANDÃO 1650, fl.199 e fl.237-243). Bem mais recentemente Milton Dias Pacheco apontou que a escolha de Santa Catarina talvez se possa associar ao nascimento de algum familiar, eventualmente da neta, D. Maria, em virtude desta ter nascido no dia de Santa Catarina do ano de 1313 (PACHECO 2022, 173, nt143).

[129] PACHECO 2022, 162.

[130] 02.Nov.1305; ANTT, *Pergaminhos do Mosteiro de Almoster*, vol. II, fl.41v.

[131] 05.Out.1318; ANTT, OC, MSDO, Liv.2, fl.174.

monarca nessas localidades que ao presente haveremos de privilegiar em detrimento das outras por se relacionarem com o nosso objecto de estudo[132]. Temos notícia de que alguns anos mais tarde, em 1334, D. Teresa Martins Telo, esposa de Afonso Sanches, viria a doar a herdade do *Paço do Lumiar* ao mosteiro de Odivelas[133], e ainda em 1364, aquando de uma doação feita pela abadessa D. Berengária Martins Pimentel de duas courelas de vinha e uma de pão, se mencionava que estas se localizavam *junto ao Paço de D. João Afonso*[134]*;* ou seja, na freguesia do Lumiar, perto do paço que pertencera ao único filho do casal atrás citado, João Afonso de Albuquerque, entretanto falecido[135]. Cremos assim que em data que não nos foi possível determinar, algures em inícios do século XIV, o Paço do Lumiar passara para as mãos daquele famoso bastardo, sucedendo-se na sua administração o filho deste. Por fim, se em finais do século XIII Frielas pertencia à infanta D. Constança e o Lumiar a Afonso Sanches, chamamos a atenção para o facto de na nossa pesquisa também não termos encontrado documentação que comprove a existência do alegado paço de D. Dinis em Odivelas[136], pelo que passaremos a discuti-lo.

2.2. *Em luguar que he chamado Odivellas*

Ao entrar a última década do século XIII estava já em marcha o projecto dionisino. Recordados da afirmação de Luís Miguel Rêpas de que o projecto de Odivelas se teria iniciado, pelo menos, em 1290[137], cremos agora que data desse mesmo ano – certamente que o terá antecedido, mas só então o conseguimos documentar – a escolha do local onde seria fundado o mosteiro cisterciense. Sabemos já que a escolha de Lisboa se tornara bastante cara atendendo aos motivos pessoais do rei, às características económicas da urbe, e ao estado das relações com o concelho na segunda metade da década de 1280;

[132] Retomando a discussão relativa ao local de Xabregas, consideramos que esta zona excêntrica à cidade de Lisboa nunca observou grande expressão patrimonial por parte do mosteiro de Odivelas, apesar de sabermos que em 1295 D. Dinis viria a doar ao mosteiro de Odivelas determinados bens na zona de *Enxobregas* (ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, Liv.2 de Doações, fl. 97v.; cf. AZEVEDO 1961, 14). Já atrás mencionámos que em 1374 viria a ser emprazado um bacelo e um chão no lugar de Xabregas, os quais pertenciam ao mosteiro de Odivelas, porventura em virtude da doação régia do século anterior (12.Fev.1374; ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.389). Por sua vez, em 1516 a abadessa D. Mécia de Alvarenga viria a emprazar algumas courelas de terra por cima de Xabregas (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.395), e ainda no século XVI tomamos conhecimento de um prazo de três courelas de olival a S. Francisco de Xabregas (fg. Nª Srª dos Olivais, t. Lisboa) (ANTT, OC, MSDO, Liv.20, fl.138-46); sendo estas as mais expressivas referências relativas a propriedades do mosteiro de Odivelas neste local.

[133] 01.Ago.1334; ANTT, OC, MSDO, Liv.2, fl.176.

[134] 18.Jun.1364; ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.494.

[135] João Afonso de Albuquerque faleceu a 28 de Setembro de 1354, tragicamente, durante o seu exílio em Castela, para onde passara algures por volta de 1330 (PIZARRO 1999, 193-94).

[136] Também Milton Dias Pacheco o não documentou (veja-se PACHECO 2022, 152, nt60).

[137] RÊPAS 2021, vol. I, 115.

além de que o aparente adiar da concretização do projecto terá ficado a dever-se, em certa medida, ao conturbado período de vacâncias e administrações questionáveis da Sé.

Na Primavera de 1290, já a rainha Dª Isabel dera à luz a primeira filha, a infanta Dª Constança, garantindo a descendência da família real mas não necessariamente a do trono de Portugal, quando Maria Martins, viúva, "vizinha de Lisboa e mulher que foi de Arnato Raimundo", vende ao rei, por 2.100 libras *da moeda velha de Portugal*, nada mais que três casas, um pombal, uma vinha e um pomar[138]. A 18 de Outubro do mesmo ano regista-se nova aquisição régia, desta vez de bens patrimoniais que haviam pertencido a João Mendes e a sua mulher Maria Domingues[139]. Porque situados os bens deste casal no lugar de Odivelas (t. Lisboa), e atendendo ao patronímico de Maria Domingues, talvez este casal se aparentasse com um Martinho Domingues, marido de Aldara Gonçalves, que poucos anos depois, no Verão de 1293, viria a vender ao rei três courelas, com as suas vinhas e pomares, em Odivelas. Cinco courelas, uma almuinha, três casas, um pombal, ainda vinhas e pomares[140]; assim se compunham as aquisições régias anteriores à fundação e doadas pelo rei ao mosteiro em 1295. Aquisições que nos parecem sugerir que pelo menos em 1290 já se havia elegido definitivamente Odivelas como lugar da nova casa monástica a fundar.

A escassez de documentos datados do século XIII demonstram-nos – embora devamos também acautelar, conforme recordam Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria João Branco, o eventual desaparecimento de parte considerável da documentação relativa ao período dionisino[141] – um derradeiro ponto de partida alcançado pela acção governativa e intervenção política de um rei empenhado que dificilmente terá chegado a contrariar a sua própria vontade[142].

As determinações do monarca depressa conduziram a um célere aumento patrimonial, iniciado pela constituição de um considerável conjunto de bens que compunham a doação fundacional do mosteiro em 1295. A carta de fundação documenta todos os herdamentos adquiridos em 1290 a Maria Martins e a seus herdeiros, bem como os de Gonçalo Anes

[138] 16.Abr.1290; ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.33. Não é despiciente considerar que entre as testemunhas deste documento se encontrava Lourenço Escola, que cremos tratar-se do próprio alcaide-mor de Lisboa.
[139] 18.Out.1290; ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.32.
[140] Assim os descrevemos uma vez que não sabemos quantas seriam as vinhas e pomares que pertenciam às três courelas outrora pertencentes a Martinho Domingues e Aldara Gonçalves (28.Ago.1293; ANTT, OC, MSDO, Liv. 1, fl.34).
[141] VILAR et BRANCO 1992, 592.
[142] PIZARRO 2005, 260-61.

da Charneca e de seus herdeiros[143], e os de *Dom Egas* e de seus herdeiros. Um rol de possessões, herdamentos e lugares que o rei obtivera por compra ou por escambo, que compreendiam todas as casas, pomares, moinhos, vinhas, hortas, azenhas, poços, fontes e pedreiras no termo de Lisboa em Odivelas, Enxobregas, Pé de Mú e Loiras[144], com todos os seus direitos e pertenças, eram assim doados *por dote e por arras* ao mosteiro de São Dinis de Odivelas. Ao contrário do que sucede com os bens da viúva Maria Martins, não encontramos descriminados os comprados pelo rei aos dois casais de proprietários do lugar de Odivelas – João Mendes e Maria Domingues, e Martinho Domingues e Aldara Gonçalves –, pelo que supomos que as casas, almuinhas, vinhas e pomares adquiridos entre 1290 e 1293 sejam parte integrante do inventário genérico pouco justificado que em 1295 compunha as propriedades que o mosteiro passava a deter no concelho de Lisboa; beneficiando de um processo bastante semelhante ao anteriormente registado em Frielas.

Aquando da carta de fundação já a abadessa e as primeiras monjas estariam a residir – cremos que, eventualmente, desde o ano anterior (1294)[145] – na *camara de morada que nos havíamos em termo da nossa cidade de Lixboa em lugar que he chamado Odivellas*[146], instituída que estava a comunidade conventual, legitimada a 27 de Fevereiro

[143] Giulia Rossi Vairo, e seguindo-a Luís Miguel Rêpas, têm recentemente filiado Aldara Gonçalves, mulher de Martim Domingues, em Gonçalo Anes da Charneca (VAIRO 2014, 66-67; VAIRO 2022, 257; RÊPAS 2022, 115, nt241). Porém, cremos tratar-se de formulação arriscada só possível à força do patronímico. Nem no documento de 28 de Agosto de 1293, quando D. Dinis compra por 140 libras bens em Odivelas que pertenciam Martim Domingues e Aldara Gonçalves, se menciona o nome do pai desta, nem no acto de doação de 23 de Março de 1295, se inclui a mesma entre os "ereos" de *Gomçallo Annes da Charneca*. Aliás, tendo o rei adquirido uma propriedade em 1293, em 1295 essa propriedade era sua; e aquando da aquisição, o facto de não ser mencionado o nome do pai de Aldara Gonçalves poderá levar-nos a crer que tal propriedade pertencesse apenas a ela e ao seu marido. Ainda que tal possa ser uma hipótese, não a conseguiremos comprovar. Por motivo semelhante se poderia forçar qualquer parentesco entre *Dom Egas* e um dos outros proprietários que venderam bens ao rei na década de 1290; formulação que por certo se considera irrelevante de apresentar atendendo à escassez de documentação.

[144] ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, Liv.2 de Doações, fl. 97v. (cf. AZEVEDO 1961, 14). Veja-se GOMES 2021.

[145] É hipótese que levantamos atendendo à cronologia dos documentos fundacionais do mosteiro, por se mencionar que a primeira comunidade se iria instalar nos edifícios do rei. Discordamos de Giulia Rossi Vairo que refere que só mais tarde "muito provavelmente a seguir à fundação do mosteiro, este complexo ter-se-ia transformado numa residência régia, embora não num verdadeiro paço, mesmo que rural, como aconteceria, por exemplo, em Frielas" (VAIRO 2022, 256). O facto, também verificado pela autora, de aí não ter sido lavrado qualquer diploma, ao contrário do que aconteceu em Frielas, leva-nos a crer que a «residência régia», ou melhor, as "casas de habitação" – José Custódio Vieira da Silva distinguiu as diversas tipologias entre "câmaras de morada", "casas de habitação" e "paço" (SILVA 1995) –, e não "paço" (como em Frielas), a ter sido habitado com relativa frequência pela Família Real, o terá sido em data anterior à da fundação do mosteiro, e não posterior; o que de todo invalida que membros da família real portuguesa aí tenham pernoitado ou habitado em momentos particulares, conforme de facto se verificou.

[146] ANTT, OC, MSDO, Liv. 1, fl.7. Além deste original conservam-se outros dois: ANTT, OC, MSMAlcobaça, 1ª Inc., DP, mç. 20 e ANTT, *Gavetas*, gav. I, mç. 2, nº14 (cf. RÊPAS 2021, 114 nt.239).

de 1295 pelo próprio bispo D. João Martins de Soalhães, e reafirmada pelo monarca nas doações de 23 de Março de 1295[147]. Entre as diversas hipóteses aventadas por Frei Francisco Brandão que no presente texto haveremos de discutir – e em certos casos de criticar –, observamos agora a que propunha ter D. Dinis "agasalhado"

> a Abbadessa, & Religiosas nas casas que ali tinha, que ainda oje permanecem no canto do Mosteiro, que cae para Val de flores, & tem as armas Reaes, & com algum oratório levantado, por entretanto que a Igreja se fazia, continuarão as Religiosas sua obrigação naquele pequeno enserrameto como he costume em qualquer Mosteiro que de nouo se principia[148].

Hipótese esta que, carecendo de documentação que a comprove, nos parece assaz articulada com a realidade que vimos a analisar. Se em finais do século XIII somente documentamos o rei a transacionar propriedade rústica no lugar de Odivelas, datando as obras implementadas no Paço Real de Frielas da primeira década do século XIV, cremos poder considerar que até então a família real e a Corte continuariam a estanciar ocasionalmente na *camara de morada* de Odivelas à qual, a partir de 1295, se incorporara o complexo arquitectónico religioso do Mosteiro de São Dinis e São Bernardo.

Corroborando a *Crónica de D. Dinis* de Ruy de Pina, na monografia que dedicou ao mosteiro António Borges de Figueiredo afirmou que os dez anos que terá durado a obra dirão apenas respeito ao núcleo principal da residência monástica – "quero dizer, aos dormitórios, e mais aposentos, ás indispensáveis oficinas, e sobretudo ao templo que não podia ser preterido por outras construções"[149], tornado urgente para o significativo – caso verídico – número de religiosas que o habitavam[150] após uma década a servirem-se de um oratório provisório. Melhor documentados no cartório do mosteiro de Odivelas do que no cronista e no presbítero estão os cerca de mais de vinte anos de obras de reconstrução na *capellam, domos, & aedificia*[151] que passaram a estar anexados aos paços que a família real detinha em Vale de Flores, entre os montes da Senhora da Luz, a Sul; Tojais, a nascente; e S. Dinis, a poente, à Ribeira de Odivelas[152]. Pois que entrada a segunda década do século XIV, já a Corte habitava o Paço Real de Frielas, e em 1314 continuavam a testemunhar documentos relativos ao mosteiro vários pedreiros e serradores[153], que estariam às ordens de Afonso Martins, «mestre da obra de Odiuellas», título que ainda

[147] RÊPAS 2021, 116.
[148] BRANDÃO 1650, fl.224.
[149] "Temos pois que pelos annos de 1305 estava concluída a obra" (FIGUEIREDO 1889, 153).
[150] Segundo Frei Francisco Brandão, à morte de D. Dinis (1325) residiriam em Odivelas *oitenta Religiosas de veo negro*, número que nos suscita alguma hesitação quando levados a considerá-lo como verídico, tendo em conta o volume, consideravelmente inferior, de religiosas identificadas neste mesmo período.
[151] BRANDÃO 1650, fl.326v.
[152] TOMÉ 2001, 14. Sobre as características fisiográficas e ambientais do local, veja-se: TOMÉ 2001, 25.
[153] RÊPAS 2021, 115.

mantinha em 1324; tempo verbal que nos leva a crer que, possivelmente, daí a um ano, à morte do monarca fundador, as obras pudessem continuar a decorrer[154].

3. Uma questão tumular e algumas teses

Conforme temos demonstrado, muito se tem escrito sobre a relação de D. Dinis com Odivelas, pelo que grande parte da historiografia do mosteiro está amplamente focada no reinado dionisino; síndrome de que, desde já confessamos, também padecemos, mas da qual tentaremos curar-nos na presente dissertação; mais do que no presente capítulo.

A 1295 sucedem-se alguns anos de conflitos militares, iniciados logo nesse ano, poucos meses após a fundação do mosteiro. Auxílios portugueses à turbulência política vivida em Castela, intercalados com a reforma administrativa do reino, o retomar da querela contra um irmão rebelde[155], e o avizinhar de um conflito interno de grande escala com o infante herdeiro que os antecedentes das terceiras inquirições – das cinco que D. Dinis promoveu – lançadas logo no primeiro ano do século XIV deixavam prever. Daí advêm quatro anos de completo vazio de notícias referentes a Odivelas, entre os meses da fundação em 1295 e o início de 1299; silêncio em torno do qual a primeira comunidade de religiosas estaria a constituir-se e a aprender a gerir os bens doados pelo monarca, ao mesmo tempo que continuavam as obras de construção da casa conventual. Afastado por motivos políticos e de governação do reino do projecto que o entusiasmara na primeira

[154] RÊPAS 2021, 121. Quanto à inscrição do nome «Antão Martins» num capitel da igreja do mosteiro de Odivelas, que tem levado vários autores a tomarem-no como corresponsável da obra e irmão de Afonso Martins, é parentesco estruturado num patronímico que nos leva a considerar se não se terá tratado de erro de transcrição do apelativo no Lib. 2 de testamentos, & Capellas, ou do próprio cronista; hipóteses que, como a nossa, não conseguimos confirmar por escassez de documentação. Contudo, segundo Borges de Figueiredo, em 1886 ainda existia no claustro novo "uma lápide com caracteres latinos que dizia ter sido lançada a primeira pedra no ano de 1348, pelo abade de Alcobaça, estando presente o mestre da obra, Domingos Domingues, e que este claustro foi mandado fazer pelo rei D. Dinis" (TOMÉ 2001, 26; cf. FIGUEIREDO 1889, 82); o que segundo o autor inquinava a datação uma vez que o rei falecera em 1325. Cremos que se possa tratar de equívoco na leitura do calendário, pelo que subtraindo trinta e oito anos constactamos que a construção do claustro poderá ter-se iniciado em 1310, ainda em vida de D. Dinis. Desconhecemos se «Mestre Domingos Domingues» seria aparentado com algum dos casais das doações de 1290 e 1293, ou ainda que tenha sido a ele que muitos anos depois, em 1356, a abadessa D. Berengária Martins Pimentel viria a emprazar quatro courelas de herdade no lugar da Alfembra, em Odivelas (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.214).

[155] O Infante D. Afonso foi senhor das vilas e castelos de Portalegre, Marvão, Arronches, Castelo de Vide e Lourinhã (PIZARRO 1999, vol. I, 170; VENTURA 1992, vol. II, 531-33), relevante senhorio fronteiriço que viria a perder devido aos conflitos que o opuseram ao irmão (veja-se: PIZARRO 2005, 125-28). Tendo saído derrotado das três ofensivas, o Infante D. Afonso viria a exilar-se em Castela, onde se documenta entre 1302 e 1306, junto de Fernando IV. Sobre a presença do Infante em Castela até Julho de 1306 veja-se PIZARRO 1999, vol. I, 171; tendo em conta que antes deste autor se afirmava que o exílio de D. Afonso teria durado apenas até 1305. É bastante relevante considerar que o primeiro testamento do rei tenha sido elaborado poucos meses antes do confronto com o irmão.

metade da década, D. Dinis só voltaria a aparecer na documentação odivelense a 8 de Abril de 1299[156], aquando da redacção do seu primeiro testamento, testando ao dito mosteiro quatro mil libras "que deviam ser entregues em herdamentos onde hajam rendas para a vestiaria e para a enfermaria"[157]. Fundado o mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas apenas quatro anos antes, é aparentemente observação elementar que se refira que em Abril de 1299 o rei se mandasse soterrar no mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. Afinal, aí estavam sepultados o seu pai (D. Afonso III) e o seu avô (D. Afonso II). O tio (D. Sancho II) não recebera mais que uma campa rasa em Toledo, onde se exilara e onde morrera; enquanto o bisavô e o trisavô, fundadores da dinastia, repousavam no velho mosteiro de Santa Cruz de Coimbra por terem sido homens de um outro tempo[158].

Em determinado artigo Giulia Rossi Vairo restringe a sua análise a um período muito localizado entre os anos de 1318 e 1322 para defender a intenção dos soberanos, D. Dinis e D. Isabel de Aragão, relativamente a fazerem daquele mosteiro feminino cisterciense o seu panteão familiar, e por conseguinte o de toda a família real portuguesa que deles descendesse[159]. Quanto a justificar-se tal iniciativa régia com o "projecto de reconciliação e pacificação familiar trazido pelo soberano no regresso da peregrinação a Santiago de Compostela" [160], é questão que requere fundamentação que escapa ao presente objecto de estudo, pelo que a guardamos para uma análise futura que a permita. Porém, é certo que por esses anos se registara nova vontade do rei em edificar um novo templo dedicado ao seu santo padroeiro, o que se comprova através de uma licença de construção passada para o efeito em 1312[161], a qual, em finais de 1318, em claro sentido de *ex vo*to – esse sim, eventualmente relacionado com a peregrinação realizada no início desse ano à Galiza, confessemos –, se concretizava na cerimónia de lançamento da primeira pedra da igreja do Porto Novo de São Dinis, em Torres Vedras, no dia 15 de Outubro[162]. Havia

[156] D. Dinis mandou mandara lavrar o seu primeiro testamento a 8 de Abril de 1299, em Santarém. Nesse documento fez apenas doações em moeda (*ANTT*, Gav. 16, mç. 1, nº21); veja-se: BRANDÃO 1650, fl.329-31. A 18 de Abril, ainda em Santarém, ordenou um codicilo a esse testamento, adicionando medidas a adoptar caso falecesse antes que o seu herdeiro atingisse a idade de robora, entre as quais ficar a Rainha D. Isabel tutora dos seus filhos. A infanta D. Constança (1290-1313) tinha então nove anos de idade, feitos a 3 de Janeiro (PIZARRO 2005, 235), e o infante D. Afonso (1291-1357) tinha oito, completados a 8 de Fevereiro (PIZARRO 2005, 236).
[157] PINTO 2000, 9.
[158] Sobre os túmulos dos primeiros reis de Portugal veja-se: GOMES 1997, 283-95.
[159] VAIRO 2012, 209-48.
[160] VAIRO 2011, 433.
[161] BRANDÃO 1650, fl.272, coluna a – 275, coluna b (cf. VAIRO 2012, 13, nt21).
[162] Conforme havíamos referido D. Dinis já se havia fixado em Torres Vedras entre Abril e Julho desse ano. Atente-se que já em anos anteriores o fizera: "em fins de 1300 e em Março e Abril de 1305; em Novembro de 1313 e no ano de 1318, por três vezes, em Maio, Junho e Outubro, sendo nesta última que ele mandou

então pelo menos seis anos que o projecto tinha sido suspenso, e não é de todo impossível que tal construção nunca tenha chegado a ser concluída, iniciada a disputa entre Alcobaça e o concelho pela jurisdição territorial da área onde se pretendia edificar a igreja[163].

Corolário de uma tensão interna que parecia não consentir concórdias, a escalada de diferendos entretanto surgidos entre o rei e o infante herdeiro do trono marcavam toda essa década de 1310, sobretudo os últimos anos. Estamos já num penúltimo período de governação dionisina que terminará em breve em ambiente de revolta contra o rei. São os distintos anos de maturidade do reinado que terminam ao som da guerra[164], por palavras de José Augusto de Sottomayor Pizarro, e que antes havíamos introduzido – navegando-os ao largo – referindo-nos à opção pelo afastamento de espaços caros à nobreza plasmada na fundação régia de um mosteiro no termo de uma cidade.

Daí resulta a importância do ano de 1318 para o estreitar dos laços familiares entre os membros da família real, revelados pela presença das assinaturas da rainha D. Isabel e do infante D. Afonso nos autos de doações a Odivelas, que aparentam poder sugerir um certo abrandar das hostilidades durante o mês de Maio[165], apesar de sabermos que algo terá suscitado a intervenção papal logo em Junho. Com maiores certezas avançamos para a leitura dos fenómenos ocorridos em Outubro. Data precisamente do primeiro dia desse mês, quando através de carta régia são doadas à abadessa D. Urraca Pais de Molnes todas as herdades e casais que o rei tinha no reguengo de Algés de Ribamar, junto de Lisboa, à excepção de duas almargens[166], o primeiro documento que comprova a vontade de D. Dinis de transformar o cenóbio feminino cisterciense no novo panteão da família real

edificar uma igreja a S. Dinis, próximo a Penafirme, em Porto Novo (…) Parece que o monarca gostava muito daqueles sítios porque, falecendo sete anos depois, deixou no seu testamento 100 libras ao convento de Penafirme" (VIEIRA 2011, 107-08).

[163] Alcobaça declarar-se-ia continuamente sua proprietária, e assim acabou por ser reconhecida em 1322, finda a contenda, traduzindo-se na derrota da vontade do rei, que nunca viria a recuperar os terrenos, muito menos a assistir a missa na igreja de Porto de S. Dinis.

[164] PIZARRO 2005, 183.

[165] No princípio de Maio, estava a Corte em Torres Vedras, quando o rei concede à abadessa de Odivelas o casal de Leichim nos arredores de Sintra (04.Mai.1318), e o auto de cedência do padroado das igrejas de S. João de Lumiar e de S. Julião de Frielas (05.Mai.1318), ambos assinados pela rainha D. Isabel e pelo herdeiro, o Infante D. Afonso; padroados que vinham somar-se aos das igrejas de Santo Estêvão de Alenquer e S. Julião de Santarém, doados logo em 1295. Era a primeira doação régia ao mosteiro desde o rol de bens que compunham o «dote» original (1295); haviam passado vinte e três anos. Voltando a expressar-se as intensões de favorecer o mosteiro de Odivelas no ano seguinte (1319), através da permissão conferida à abadessa e religiosas de São Dinis de Odivelas de poderem comprar bens de raiz (ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.58).

[166] Uma em Petinas e outra no Cano. No mesmo documento se declara que o mosteiro seria obrigado, de futuro, a manter cinco capelães, todos eles frades do Mosteiro de Alcobaça (ATT, OC, MSMAlcobaça, Liv. 2 de Dourados, doc. 206, fl. 118v.-119v.). Veja-se GOMES 2021, p.176-79.

portuguesa. Ao instituir uma capela no interior do mosteiro, o monarca afirma que aos seus capelães recairia a responsabilidade de celebrarem uma missa diária e de rezarem pela salvação da sua alma, da alma de seu pai, e ainda das *almas dos outros Reis e Rainhas e Infantes e Infantas que depois em esse mosteiro jouverem*. A certeza de tal projecto – caso dúvidas restassem – provém de uma carta apostólica de João XXII, datada de 27 de Fevereiro de 1319, que confirma a opção do casal de monarcas por aquela *sepultura ecclesiatica* comum num mosteiro pelo qual ambos demonstravam particular devoção. Contudo, sabemos hoje, o que talvez o rei não soubesse à data da sua morte, que D. Isabel de Aragão optaria por ser sepultada no mosteiro de Santa Clara e Santa Isabel de Coimbra. A longa guerra civil (1319-1324) que ensombrou os últimos anos de vida e de reinado de D. Dinis haveriam de separar o casal na morte, afastando-os para locais distintos aos quais a influência em vida dos defuntos acrescentara os seus nomes aos dos próprios mosteiros onde se faziam sepultar.

As decisões régias de 1299 e 1318 viriam a ser revistas a primeira vez a 20 de Junho de 1322, na qual se acrescentavam bens indeterminados, e por último a 21 de Dezembro de 1324, data do derradeiro testamento de D. Dinis, que destinava as quatro mil libras à compra de herdamentos e possessões, concedendo mil libras para os capelães rezarem missa por sua alma no mosteiro e ainda seis mil libras para a compra de herdades que mantivessem os capelães e para ornamentos da capela em honra de S. Luís[167]. À data já se mandava então soterrar no *Mosteiro de Sam Diniz de Odivellas* que tão seguramente podia afirmar tê-lo fundado, feito e dotado – «que eu fundei, e fiz e dotei»[168].

"Espaço simbólico de unificação do Reino"[169] em finais da segunda década do século XIV, apesar de o desconhecermos cremos que tal não estaria ainda na mente do rei na década de 1290. Embora a rainha D. Isabel tenha privilegiado pela proximidade com a espiritualidade cisterciense, podendo levar-nos a supor que tenha exercido influência na fundação de um novo convento de monjas *bernardas*[170], cremos que não terá sido esse um dos principais interesses que em 1295 impulsionavam o projecto, que tantas alterações sofreu ao longo dos séculos desde a sua concepção por um monarca que o adoptou como símbolo do seu reinado; se não em vida, pelo menos na eternidade. Encontramos hoje na

[167] Uma vez mais exemplo da devoção do rei a São Luís, bispo de Tolosa. No segundo testamento (1322) continuava a manter-se a doação de quatro mil libras, desconhecendo-se o seu fim, que aquando do terceiro testamento (1324) expressamente não seriam destinadas à «vestiaria» e à «enfermaria».
[168] SOUSA 1742, vol. I, 125-32. Veja-se PINTO 2000, 9, nt12.
[169] VAIRO 2011, 434.
[170] Relativamente ao interesse de D. Isabel pela espiritualidade cisterciense veja-se: VAIRO 2010.

capela do lado do Evangelho da igreja do mosteiro de Odivelas a *sepultura eclesiástica* de D. Dinis que no projecto monumental de inícios do século XIV se previa ocupar, juntamente com a da rainha, o centro da nave, entre a capela-mor e o coro das monjas. Desconhecemos se em 1325 se encontravam já executados os dois túmulos régios no local suposto. Se por um lado somos da opinião ora levantada de que durante alguns anos o de D. Dinis possa ter ocupado a localização para o qual fora projectado, a existência de um segundo monumento funerário, actualmente em posição simétrica com o do rei, continua hoje a representar um verdadeiro problema historiográfico.

3.1. Excurso heráldico

A identificação tradicional do túmulo que se encontra na capela da abside do mosteiro de São Dinis de Odivelas, do lado da Epístola, atribui-o a D. Maria Afonso, filha bastarda de D. Dinis, a qual terá sido monja do mosteiro, e eventualmente sua abadessa[171]; ideia que foi já, em boa hora, contestada por Carla Varela Fernandes[172] através de valiosos argumentos heráldicos e de arte tumulária documentados na *Crónica del´Rey D. Alfonso IV* e na *Monarquia Lusitana*, propondo que se trate do monumento fúnebre do infante D. João (n.23 de Setembro de 1326[173]), quinto filho de D. Afonso IV, o primeiro a nascer durante o reinado de seu pai, e o qual, já segundo Frei Francisco Brandão, à semelhança dos irmãos Afonso e Dinis "também faleçeo moço, e jaz sepultado no Mosteyro d Odivelas, jumto com elRey D. Denis, seu avoo"[174]. Defendemos que a utilização do advérbio de comparação deverá restringir-se à idade com que terá falecido, e não tanto ao ter sido sepultado juntamente com os irmãos.

Como qualquer outra esta tese também não foi, até hoje, considerada definitiva. Alguns anos corridos, aceitando parte dos argumentos da autora quanto a tratar-se de

[171] Tese iniciada por Frei Francisco Brandão, sucedendo-se Borges de Figueiredo (FIGUEIREDO 1889, 194-95), a figura de D. Maria Afonso foi sendo estudada por José Augusto de Sotto Mayor Pizarro (PIZARRO 1999, vol. I, 203-04); Mário Jorge Barroca (BARROCA 2000, vol.II, t.II, 1397); João Fresco e Sofia Correia Matos (FRESCO et MATOS 2011, 96); Ana Raquel da Cruz Parra, a qual não acrescentou qualquer novidade ao debate desconsiderando as informações reunidas por Mário Barroca (PARRA 2018, 109-110); e, mais recentemente, Luís Miguel Rêpas, que considerou, prudentemente, que "é possível que se identifique com a filha bastarda de D. Dinis" (RÊPAS 2021, 485), sem a considerar hipótese definitiva e rejeitando "a atribuição a D. Maria Afonso de um túmulo rematado com estátua jacente que se encontra na capela colateral" (cf. RÊPAS 2021, 487). Veja-se a entrada biográfica **87** de **D. Maria Afonso**.

[172] FERNANDES 2006, 73-87.

[173] FERNANDES 2006, 76. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro sugere que o Infante D. João "parece ter estado prometido para casar com sua prima, Dona Isabel Afonso de Portugal, filha do Infante D. Afonso, irmão de D. Dinis", tendo falecido em 1327 (PIZARRO 1999, vol. I, 201). Tal notícia parece inclusive retratar uma tentativa de reaproximação de D. Afonso IV do ramo dos seus primos, filhos do tio D. Afonso.

[174] BRANDÃO 1650, 225.

"obra híbrida, que junta, provavelmente, partes de dois túmulos diferentes", Miguel Metelo de Seixas e João Bernardo Galvão-Telles acrescentariam ao *enigma* uma nova proposta que crê tratar-se da figura do infante D. João, no jacente – seguindo a tese de Carla Varela Fernandes –, e das armas de D. Maria Afonso, nas laterais da arca, uma vez que, tendo falecido com cerca de um ano de idade, nada justifica que o infante tivesse usado armas próprias. Quanto à dúvida desencadeada pela divisão do esquartelado, recordam os autores que tal encaixa "perfeitamente na lógica da família real na geração dos netos de D. Afonso III"[175].

Ambas as teorias apresentadas assentam no estudo heráldico, método fundamental para o esclarecimento que ora procuramos. Conforme assinalado por diversos autores[176], a permanência do Portugal-Antigo – cinco escudetes dispostos em cruz semeados de besantes, identificação heráldica primordial da família real portuguesa – esquartelado com armas diferentes foi utilizado por vários descendentes de D. Afonso III[177], entre os quais os netos Afonso Sanches – cujo escudo se caracterizava pela partição formada por uma cruz carregada de castelos – e Maria Afonso – homónima da que temos vindo a referir, que adoptou da heráldica do marido duas flores-de-lis[178]. Delimitando a nossa atenção à heráldica presente em Odivelas, perante escudos esquartelados com as armas de Leão (I quartel), de Portugal-Antigo (II e III quartel) e de Castela (IV quartel) na lateral do túmulo, depressa os identificaríamos com a união de D. Afonso IV e D. Beatriz de Castela. Não fosse a semelhança com as armas usadas pelos meios-irmãos, e dificilmente um leão voltado no primeiro quartel poderia representar D. Maria Afonso, mesmo que se

[175] SEIXAS et GALVÃO-TELLES 2012, 433, nt62. Vejam-se as armas apresentadas pelos autores, em particular as da «Fig.13 – Armas de D. Maria Afonso, filha bastarda de D. Dinis» (SEIXAS et GALVÃO-TELLES 2012, 432), escudo idêntico ao que encontramos na lateral do túmulo da capela do mosteiro de Odivelas.

[176] Agradecemos ao Dr. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, que coorientou a presente dissertação, a indicação de leituras relacionadas com este tema, nomeadamente os esclarecimentos de D. Faustino Menéndez Pidal de Navascués relativamente à utilização de castelos na heráldica régia portuguesa desde o tempo de D. Afonso II e D. Urraca de Castela, e ainda a adopção dos mesmos por familiares estrangeiros, nomeadamente os primos-irmãos de D. Afonso III, a saber: Carlos de Anjou, Roberto de Artois e Afonso de Poitiers, irmãos de São Luís – tantas vezes por nós referido – e filhos de Branca de Castela.

[177] Relativamente à permanência do uso do Portugal-Antigo ou à sua conjugação com armas diferentes, através da partição do escudo (de que são exemplo os escudos esquartelados do túmulo atribuído a D. Maria Afonso) ou da introdução de uma peça, veja-se SEIXAS et GALVÃO-TELLES 2012, 433-35.

[178] Veja-se a súmula bibliográfica reunida ao longo do capítulo que recentemente Gonçalo Vidal Palmeira dedicou ao estudo de armas de Portugal-Antigo (PALMEIRA 2021, 154-66), bem como o extenso elenco de indivíduos que optaram por se fazer representar, sigilográfica ou heraldicamente, através da utilização da flor-de-lis capetíngea, entre eles D. Pedro, conde de Barcelos, no seu túmulo em São João de Tarouca, e da própria D. Maria Afonso, casada com D. João Afonso de Lacerda, "dado que as armas dos Lacerda evocavam ascendência capetíngea desta linhagem" (PALMEIRA 2021, 160-62, nt.65).

desconheça o nome da sua mãe, pois apesar de várias tentativas de identificação certo é que não possuiria qualquer ascendência leonesa.

Curiosamente no mesmo ano em que saía do prelo, em Lisboa, o artigo a duas mãos atrás citado, no Porto era publicado o artigo de Giulia Rossi Vairo que propôs uma nova tese para responder ao enigma tumular[179]. Suportando-se nesta autora e em Carla Varela Fernandes, também Luís Miguel Rêpas rejeitaria a atribuição deste túmulo a D. Maria Afonso, apontando "a completa inadequação dessa arca sepulcral para a representação de uma religiosa, quer pela estátua jacente, quer pela decoração das suas quatro faces"[180]. Pois que, segundo palavras de Carla Varela Fernandes, apesar das modestas dimensões, o monumento funerário "não obedece aos cânones de representação adequados à estátua jacente de uma mulher que foi religiosa professa até à data da sua morte"[181]; o que contraria a hipótese de se tratar de uma figura feminina no jacente. As dimensões modestas são uma pista fundamental para esclarecer este problema, sobretudo se a isso acrescentarmos o que Borges de Figueiredo registou no século XIX aquando da abertura da referida arca sepulcral, que revelou "parte d´um esqueleto de creança que não poderia ter mais d´anno, e um casaquinho de creança de damasco verde"[182]. Perante tal enunciado, temos a certeza de que se trata de um túmulo infantil[183]. Se essa criança é o infante D. João (segundo Carla Varela Fernandes) ou o infante D. Dinis (segundo Giulia Rossi Vairo[184]), é questão que nos absteremos de comentar até à publicação de novas conclusões resultantes da intervenção de restauro do túmulo que se encontra a decorrer. Ainda assim, nada impede que em 1889 se tenha feito uma análise superficial e incorrecta das ossadas, que continuando a carecer de maior rigor talvez venham a confirmar – ou não, e se assim for o aceitaremos – que o *esqueleto de creança* é, na verdade, o conjunto dos restos mortais de não um, mas dois dos netos de D. Dinis.

Certo é que não pertencerão à *Senhora Dona Maria* que Frei Francisco Brandão, em 1650, menciona estar sepultada *na parede do claustro que responde à Capella de São*

[179] VAIRO 2012, 17-18 e ss.
[180] RÊPAS 2021, 487.
[181] FERNANDES 2006, 74. Com efeito, seguimos a conclusão da autora quanto à estátua jacente da monja não a representar vestida com o hábito das monjas bernardas, contrariando as normas, mas sim com trajos seculares, o que seria de difícil explicação caso continuássemos a aceitar a «identificação tradicional» do túmulo, actualmente considerado, em rigor da verdade, o *Túmulo do Infante*.
[182] FIGUEIREDO 1889, 207.
[183] Remetemos para o inventário elencado por Carla Varela Fernandes de autores que documentam a sepultura do infante D. João no mosteiro de Odivelas. (FERNANDES 2006, 76 e ss.).
[184] VAIRO 2012, 17-19. Sobre as datas de nascimento do infante D. Dinis, concluindo que terá nascido no dia de Santa Eulália (12.Fevereiro) de 1317 (cerca de dez anos antes do irmão João ao qual Carla Varela Fernandes atribuí o túmulo de Odivelas), veja-se: VAIRO 2012, 12.

João Baptista[185]. O rigor iconográfico das quatro faces do túmulo da capela de S. Pedro, capela colateral à cabeceira da igreja, do lado da Epístola, impedem-nos de considerar que tenha em certa altura sido retirado da parede ao qual se encostava para ali se enquadrar simetricamente com o monumento funerário de D. Dinis. Urge pois que contrariemos, peremptoriamente, a historiografia que há muito vem justificando a grandiosidade do túmulo por se tratar da sepultura de D. Maria Afonso, abadessa e filha do rei fundador do mosteiro de Odivelas; grande honra póstuma a uma filha bastarda que só a genealogia teria assim justificado que não fosse sepultada em lápide parietal, à semelhança de outras monjas e abadessas de mesmo cenóbio, de que é exemplo a notável lápide da sucessora, D. Urraca Pais de Molnes. Sendo certo que uma era neta paterna de D. Afonso III, e a outra neta materna do seu copeiro-mor, não é menos verdade que tal filiação régia dificulte que se compreenda por que motivo se documenta tão mal D. Maria Afonso, possibilitando-nos discutir a sua existência dentro de um espaço que, pelo menos desde 1318, se vinha a constituir, também, enquanto espaço funerário.

3.2. Bastarda régia, religiosa ou abadessa?

É um eufemismo afirmar que pouco se sabe sobre a vida desta filha bastarda de D. Dinis, à partida dificilmente confundível com a meia-irmã homónima, omitidas ambas pelo meio-irmão, D. Pedro Afonso, conde de Barcelos, do seu *Livro de Linhagens*[186], quando tudo o que sobre ela conhecemos se relaciona com informações tardias recolhidas na *Monarquia Lusitana* que a refere enquanto *Religiosa em Odiuelas*[187], ou resultado de posteriores investigações sempre documentadas na peça de texto setecentista. O cronista relaciona-a com a vontade do rei em fundar um mosteiro

> para recolher nelle Religiosas, & não Religiosos de nossa Ordèm (…) porque tinha duas filhas bastardas, que desejaua acomodar no estado de Religiaõ, & a esse fim fundou junto à Corte de Lisboa este mosteiro, no qual hua dellas tomou o habito[188].

Após termos articulado tantos episódios que marcaram a conjuntura da fundação, só agora introduzimos na presente discussão este motivo de D. Dinis que teria ajudado a impulsionar o projecto de Odivelas, para melhor meditarmos sobre a sua verosimilhança. A existência de *duas filhas bastardas* comprova-se, pese embora a escassez documental relativa a uma delas. Porém, quanto ao desejo de as *acomodar no estado de Religiaõ*, não

[185] BRANDÃO 1650, 187. Ver FERNANDES 2006, 74, nt4.
[186] PIZARRO 1999, vol. I, 200. Acrescentamos igualmente a sua omissão pelo *Livro do Deão*.
[187] RÊPAS 2021, 485.
[188] BRANDÃO 1650, fl.221v.-222.

sendo impossível que, em determinada altura, tivesse sido vontade do monarca que se recolhessem as duas num mosteiro, antes de perceber o quão mais conveniente seria casar uma delas com o herdeiro de um pretendente ao trono do reino vizinho, até que ponto é possível relacionar a sua existência com os primórdios do projecto régio, se se crê que tenham nascido em data posterior a 1295?

Tentativa de explicar o motivo de ter sido esquecida pelos nobiliários, nomeadamente pelo do meio-irmão, José Augusto de Sottomayor Pizarro sugeriu que a omissão de *Maria Afonso I*[189] talvez se possa dever ao facto de o Conde D. Pedro estar desavindo com o cunhado. Não é impossível que com isso se relacionasse a amizade do Conde D. Pedro com Afonso XI de Castela, contra quem D. Afonso de Lacerda, sogro da sua meia-irmã, continuava a disputar o direito ao trono de Leão e Castela; nem tão pouco não terá sido contabilizado o facto de D. João Afonso ter tomado o partido de D. Dinis durante a guerra civil[190]. Assim se poderia explicar a omissão do ramo dos *de La Cerda*, em Portugal desde o tempo de D. Fernando, tio de D. João Afonso. Fica por explicar o motivo de omissão da meia-irmã homónima, de importância política aparentemente mais irrelevante.

Seguindo os autores que a biografaram, permitamo-nos corrigir algumas afirmações compiladas por Margarida da Silva Pinto, e que tantas questões levantam: **1)** "só em 1301 terá nascido D. Maria Afonso"; **2)** o facto de ter entrado no mosteiro de Odivelas "poderá levar a crer que a sua mãe seria natural de alguns lugares do termo de Lisboa"; **3)** em "1276 numa carta de encomenda, o rei protegeu Maria Afonso e as suas possessões"; **4)** entre 1304 e 1305 D. Dinis "doou-lhe bens e direitos em Penacova (…) terras de Jales (…) e herdamentos, possessões, casas e herdades situadas em Pousafoles"[191].

A informação que a autora compulsou sugere-nos algumas idiossincrasias quando confrontados os eventos documentados. Comecemos por esclarecer, com rara facilidade, o ponto **3)**, uma vez que jamais uma carta datada de *1276* se relacionaria com uma possível neta bastarda do então rei D. Afonso III. Trata-se de lapso inesperado – tememos que de leitura –, que não nos ofusca o que quer que seja uma vez que constactamos que este documento, além de não datar desse ano, se refere à filha que casou com D. João Afonso de Lacerda, e não à que terá tomado hábito em Odivelas[192]. Prosseguindo pelos

[189] De forma a melhor as identificarmos seguiremos esta lógica, Maria Afonso I e Maria Afonso II.
[190] PIZARRO 1999, vol. I, 200, nt.199.
[191] Cf. PINTO 2000, 113.
[192] ANTT, *Ch. de D. Dinis*, Liv.3, fl.39.

pontos seguintes, tendo a meia-irmã nascido antes de 1301[193], ano que se aponta como o do nascimento de *Maria Afonso II*, e atendendo à homonímia que partilhavam, torna-se difícil ter certezas absolutas quanto à identidade da beneficiária das doações feitas por D. Dinis em 1304 e em 1305[194], pelo que, ao contrário de Margarida da Silva Pinto, José Augusto de Sottomayor Pizarro as atribui à mais velha.

Desconhecendo-lhes qualquer parentesco documentável, Frei Francisco Brandão viria a aventar algumas hipóteses a propósito da sua mãe, fundamentado no facto de D. Dinis ter tido conversação com uma mulher "chamada Branca Lourenço, que eu presumo ser filha de Lourenço Soares de Valadares"[195]. Suposição, portanto. Mais certo é o que todos os autores que abordaram o tema registam; que a ter gerado descendência desta tais filhos não poderiam ter nascido antes de 28 de Junho de 1301, data de uma carta de doação através da qual – *pela compra do seu corpo* – o rei lhe doa em sua vida e na dos filhos que *se dela tiver algum*, a vila de Mirandela com os seus termos e direitos de juro real[196] – embora supostamente seja este o ano de nascimento de Maria Afonso II. A importância

[193] "Nascida antes de 1301, recebeu várias doações do rei e também foi nomeada por seu irmão Afonso Sanches como possível herdeira do senhorio de Albuquerque" (PIZARRO 1999, vol. I, 199), segundo documento feito em Lisboa a 20 de Abril de 1308, que determinava que no caso de não deixar descendentes a metade que possuía da vila e do castelo de Albuquerque deveria ir, pela seguinte ordem de herdeiros, "primeiro os irmãos, Pedro Afonso, Fernão Sanches, João Afonso e Maria Afonso e, finalmente, o meio-irmão de seu pai, o seu tio Afonso Dinis" (ANTT, Gavetas, XI-6-2, 2º doc.; cf. PIZARRO 1999, vol. I, 191, 155). Por motivos que desconhecemos, mas que cremos justificarem-se sobretudo com a própria existência da sua hipotética meia-irmã, D. Afonso Sanches omitia «Maria Afonso II» numa data (1308) em que esta, supostamente, estaria viva, habitando já no mosteiro de Odivelas.

[194] Cf. PIZARRO 1999, vol. I, 199, nt.196. D. Dinis doou à filha 8000 libs para que com as 5000 que já possuía pudesse adquirir 100 astis de herdade em Tooxi (t. Santarém) ao rabi-mor do reino que a adquirira a D. Pedro Anes Portel (**10.Mar.1304**; ANTT, Gavetas, XII-6-16); a terra de Jales, instituindo-a em morgado para sempre (**20.Mar.1304**; ANTT, Ch. de D. Dinis, Liv.3, fl.30v.); todos os herdamentos que possuía em Penacova, Aboboreira (**30.Out.1304**; ANTT, Ch. de D. Dinis, Liv.3, fl.33v.-34), e Pousa Foles (**01.Jan.1305**; ANTT, Ch. D. Dinis, Liv.3, fl.36v.); e ainda a protecção régia à sua pessoa, bens e dependentes (**28.Jan.1305**; ANTT, Ch. D. Dinis, Liv.3, fl.39).

[195] BRANDÃO 1650, fl.186v. A notável carreira política de Lourenço Soares de Valadares insere-o nos meios cortesãos do século XIII, rico-homem e conselheiro régio que foi de D. Afonso III e de D. Dinis (1268-1298), tenente de Riba Vouga (1273) e de Riba Minho (1279-1287) (cf. PIZARRO 1999, vol. II, 793-95). Dessa proximidade aos mais privilegiados espaços da nobreza terão resultado as suas duas uniões matrimoniais, a primeira com Maria Mendes de Sousa (herdeira dos *Sousões*) e a segunda com Sancha Nunes de Chacim (filha do mordomo-mor D. Nuno Martins de Chacim). A isto acresceria a sua numerosa descendência, unicamente feminina, que consorciando-se com as mais altas linhagens nobres do seu tempo (Sousas, Briteiros, Teles e Castros) ou professando em mosteiros cistercienses, enquadravam um perfil aliciante que Frei Francisco Brandão procurou cunhar ao mosteiro de Odivelas. Cf. RÊPAS 2021, 485, nt.2664.

[196] 28.Jun.1301; ANTT, *Gavetas*, XIII-5-11). A partir deste documento constactamos que à data Branca Lourenço de Valadares ainda não tinha filhos, pelo que a ser filha dela Maria Afonso teria que ter nascido depois de Junho de 1301. Em 1306 a esta doação viria a ser acrescentada a herdade de Gondomar (t. Porto) e a de Cidões (t. Maia) (ANTT, *Ch. de D. Dinis*, Liv.3, fl.49v.) Relativamente ao património de Branca Lourenço, e à possibilidade de o ter perdido aquando do casamento com Martim Anes de Briteiros, veja-se PIZARRO 1999, vol. II, 773 nt.132.

da doação; o patronímico *Lourenço* em relação com Lourenço Soares; e o facto de os reis encontrarem nos círculos cortesãos, nos quais se movimentavam os de Valadares, o meio preferencial para a escolha de barregãs, são factores que contribuem para que diversos autores aceitem hipótese perpetuada na *ML*. Pelos mesmos critérios aceitamos Branca Lourenço como barregã do rei, mas não necessariamente como mãe de D. Maria Afonso.

Recentemente Luís Miguel Rêpas identificou *Maria Afonso II* num único documento – também referido por Margarida da Silva Pinto – do cartório do mosteiro de Odivelas, opção sensata que partilhamos, segundo o qual a 10 de Maio de 1317 era prelada uma *D. Maria Afonso, abadessa de Odivelas*[197]; posição hierárquica condizente com o estatuto social que lhe proviria por, eventualmente, ser descendente do rei fundador do cenóbio cisterciense. Bem mais elucidativo quanto à sua intervenção na casa religiosa do que este único acto que devido a um aforamento feito por uma noviça documentou o seu nome e o cargo que detinha na comunidade de religiosas de Odivelas, parece-nos ter sido o altar consagrado ao Apóstolo Santo André que a mesma terá mandado erguer[198]. Pese embora uma fractura na zona inferior lhe tenha afectado a data, remontando a Borges de Figueiredo, e por informações bastante conclusivas de Mário Jorge Barroca, estabeleceu-se uma datação crítica para a lápide entre 1312 e 1320[199]; o que atendendo à suposta data de falecimento de Maria Afonso se aceita sem grande especulação. Ainda segundo Luís Miguel Rêpas, a confirmar-se que a abadessa de 1317 e a filha bastarda de D. Dinis são a mesma pessoa, esta teria falecido algures antes de 4 de Maio de 1318, data em que surge pela primeira vez como abadessa D. Urraca Pais de Molnes[200].

Obtivemos já uma ideia da cronologia em que terá vivido, nos primeiros vinte anos do século XIV, que tantos têm sugerido terem sido os seus únicos[201]. A hipótese, que a bem

[197] 10.Mai.1317; ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.3. Cf. PINTO 2000, 114; RÊPAS 2021, 489-90.

[198] "DomNA : M(ari)a : FILIA : DOmNI : DI / ONISII : REZ : PORTUG / ALIE : ET : ALGARBII : JU / S(s)IT : FIERI : HOC : ALTARE / : AD : HONOREm : DEI : ET : / : GLORIOSIS(s)IMI : / SanCtI : NA / DREE : A / PPostoLI : E(ra) / M : CCC : L : / (…)" (Cf. BARROCA 2000, vol. II, tomo II, nº526, 1395-398). Veja-se: PIZARRO 1999, vol. I, 200, nt.203 (que o refere segundo informação prestada pelo próprio Mário Jorge Barroca, que só no ano seguinte (2000) viria a publicar a sua monumental tese de doutoramento); RÊPAS 2021, 486. Cremos tratar-se da única prova da passagem da filha bastarda de D. Dinis pelo mosteiro de Odivelas.

[199] BARROCA 2000, vol. II, tomo II, 1395-396.

[200] 04.Mai.1318; ANTT, OC, MSDO, Liv. 18, fl.341 (original); ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fls.15-30 (cópia).

[201] Frei Francisco Brandão refere que "o gosto que elRey teue com o nascimento daquele neto, foi pensionado com a morte de sua filha D. Maria Religiosa no seu Conuento de Odiuelas" que "neste prezente de 1320. foi recolher o premio de sua merecida coroa" (BRANDÃO 1650, fl.389); o neto a que o cronista se refere é o infante D. Pedro, futuro D. Pedro I. Na senda daquele, no século seguinte D. António Caetano de Sousa afirmou que D. Maria Afonso foi "Freira em Odivellas, [e] faleceo no anno 1320, deixando de suas virtudes gloriosa memoria, porque acabou com opinião de Santa" (SOUSA 1735, 283); sucedendo-se no século XIX Borges de Figueiredo, com semelhante datação (FIGUEIREDO 1889, 198-99).

da verdade Luís Miguel Rêpas coloca de forma teórica sem a tornar conclusiva, de Maria Afonso ter abdicado ao cargo em favor de Urraca Pais, remonta a uma velha narrativa formulada por Borges de Figueiredo, e recentemente recolocada por João Fresco e Sofia Correia de Matos[202], talvez baseada na figura de um homem a apunhalar uma jovem mulher esculpida num dos suportes do túmulo que concluímos continuar não raras vezes a ser erradamente atribuído a Maria Afonso. Borges de Figueiredo não terá precisado de muito mais para daí ter recriado um episódio de violação por parte de um "freire d´alguma ordem militar", que enfurecido pela resistência da vítima "com a mão crispada e sanhuda a segura violentamente pelos cabelos, e lhe enterra a sua espada no lado esquerdo do peito"[203]. Ainda segundo o mesmo autor, em sequência de tal episódio não teria o rei conseguido melhor destino para a filha violada a não ser o seu ingresso naquele mosteiro. Tendo já esclarecido a nossa opinião de que no túmulo não estará sepultada a filha bastarda do rei, suspeitamos que perante a inexistência de provas prestadas, caso se tivessem realmente interessado por comprovar tal acontecimento, os autores se pudessem ter servido de uma carta régia de D. Dinis datada de 21 de Abril de 1324, na qual proibia que cavaleiros e quaisquer outros homens que saíssem ou fossem para Lisboa se instalassem no couto do mosteiro, ou lhes tirassem palha ou quaisquer outras coisas, sem a autorização da abadessa[204]. Determinação tardia, quatro anos após o suposto sucedido, se é que a violação não levara a jovem a renunciar ao seu abadessado mais do que a levá-la a professar, seja de que forma for concluímos que tal não passará de complexa construção romântica de um autor oitocentista, que perante o vazio teve vontade de o preencher[205]. Não fosse a inscrição na lápide do altar consagrado ao Apóstolo Santo André e não nos era impossível supor que a existência de uma filha de D. Dinis em Odivelas tivesse sido completa invenção do cronista para explicar o grande interesse do rei por aquele mosteiro.

Margarida Silva Pinto ilustra a tendência de outros autores que, perante a singela identificação de uma D. Maria Afonso como abadessa em 1317, sem grandes dúvidas reconstruiram o seu estatuto social e filiação, por nesse documento do cartório de

[202] FRESCO et MATOS 2011, 96. Seguindo a hipótese formulada por estes dois autores, veja-se: PARRA 2018, 110.
[203] FIGUEIREDO 1889, 204-206.
[204] ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.57; e em traslado em ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.146-49. Documentos estes que pela primeira vez apresentamos a público.
[205] Atente-se que o episódio de violação corresponde em muito às características d´*Os sofrimentos do jovem* de inspiração goethiana, ainda em voga no tempo de Borges de Figueiredo.

Odivelas estar "bem presente a influência que esta monja tinha no cenóbio"[206]. De uma vez só confessemos que o documento em questão não é, de todo, elucidativo de qualquer dimensão social. Nele apenas se regista que a 10 de Maio de 1317 a noviça Constança Lourenço, por licença e outorgamento da abadessa D. Maria Afonso, aforou, perpétua e hereditariamente, um campo em Benfica (fg., c. Lisboa) que herdara de seu pai, Lourenço Peres, a sua mãe, Teresa Martins, e ao segundo marido desta, Afonso Martins «Vara Longa»[207]. Caso tal aforamento não se tivesse realizado jamais conseguiríamos identificar a abadessa Maria Afonso. A presença de uma filha de D. Dinis em Odivelas parece-nos bastante mais assinalável por ter mandado erguer uma lápide no altar a Santo André, do que por se lhe forçar o mais alto cargo na hierarquia conventual. A ter sido de facto a prelada documentada em 1317, e atendendo à datação da lousa, D. Maria Afonso teria sido abadessa do mosteiro de Odivelas algures entre 1314 e 1318, entre os abaciados de D. Constança Lourenço e de D. Urraca Pais de Molnes.

Porque não vislumbramos qualquer razão para que o Conde D. Pedro tivesse omitido a meia-irmã religiosa do seu nobiliário, nem tão pouco para que D. Afonso Sanches a não tenha contemplado na disposição patrimonial de 1308, tendo conhecimento de que Maria Afonso I já se encontraria casada com D. João Afonso de Lacerda, pelo menos, desde 1317[208], e, repita-se, atendendo à proposta de datação da lápide a Santo André algures ao longo da década de 1310, quão descabido seria supor que D. Dinis tivesse acomodado esta filha bastarda na condição de religiosa em Odivelas antes de se ter apercebido das vantagens de a consorciar com o irmão do herdeiro da casa *de La Cerda*, que reivindicaria o trono a Afonso XI? Talvez assim se explicasse por que motivo desconhecemos o patronímico na inscrição lapidar, onde, por ser ainda jovem, apenas surge referida como *DomNA : M(ari)a*. Da mesma forma a refere Frei Francisco Brandão, resultando a composição «Maria Afonso» de uma construção tardia. Em suma, propomos a hipótese de a filha bastarda do rei ter mandado erguer a lápide no altar a Santo André algures na cronologia sugerida por Borges de Figueiredo e Mário Jorge Barroca, eventualmente durante o abaciado de D. Constança Lourenço, e, ou tendo chegado a professar antes de abandonar a vida religiosa para casar, ou sem nunca aí ter chegado a habitar – o que jamais impossibilitaria a vontade de mandar erguer a lápide –, concluímos que não é impossível que a abadessa D. Maria Afonso documentada em 1317, com a qual tantos as

[206] PINTO 2000, 114.
[207] 10.Mai.1317; ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.3.
[208] PIZARRO 1999, vol. I, 199, nt.198.

têm confundido, não fosse filha de D. Dinis, mas sim apenas homónima da única filha bastarda que o monarca gerou fruto do seu relacionamento com D. Marinha Gomes.

Constatando que temos vindo a contrariar diversos autores, arrisquemo-nos então a concluir agora este périplo por uma via tão mais arriscada, mas não menos inteligível, concluindo neste ponto que a complexidade da questão conflui já para uma conclusão que nos sugere diferentes resultados para a sua solução: em primeiro lugar, é seguro afirmar que Branca Lourenço de Valadares não terá gerado descendência do rei, nem antes de 1301 nem depois; em segundo lugar, tendo falecido a abadessa D. Maria Afonso entre Maio de 1317 e Maio de 1318, o episódio datável de 1320 é exclusivamente fruto da imaginação do cronista; e por fim, tendo em consideração a escassez de documentação verídica que a comprove enquanto filha de D. Dinis[209], propomos que D. Maria Afonso fosse, de facto, filha de um *Afonso*, podendo ter iniciado a sua vida religiosa num outro mosteiro cisterciense, eventualmente no de Arouca – conforme adiante procuraremos discutir –, vindo a falecer abadessa em Odivelas, aí sendo sepultada numa lápide parietal na capela do claustro que tinha por orago São João Baptista[210], conforme era costume no espaço funerário das religiosas daquele mosteiro onde D. Dinis se fez sepultar, mas onde poderá não ter chegado a *acomodar* nenhuma filha *no estado de Religiaõ*.

4. Interlúdio factual

Espécie de posfácio a este capítulo de índole espácio-temporal, retomaremos algumas das hipóteses que temos vindo a defender relacionando-as numa conclusão homogénea, que parte de duas ideias centrais, resumidas na evidência de que D. Dinis não fundou o mosteiro de Odivelas para aí se sepultar tornando-o no novo panteão régio, nem tão pouco aí terá professado uma filha bastarda que teria chegado a abadessa em 1317. Começando pelo segundo, ao que atrás expusemos apenas acrescentamos que em finais do século XIII a família real portuguesa era constituída sobretudo por elementos masculinos, lembrando que o rei não poderia ter considerado colocar em Odivelas uma figura da sua família, nem

[209] Importará ainda referir que caso a considerássemos filha bastarda de D. Dinis, a suposta D. Maria Afonso teria que ter nascido, quanto muito, na década de 1290, tendo em conta o nascimento dos restantes filhos bastardos do rei. Pedro Afonso, Afonso Sanches terão nascido algures antes de 1289/90, em data anterior ao nascimento da Infanta D. Constança (1290), e Fernão Sanches em data muito próxima (PIZARRO 1999, vol. I, 186; 189; 194-95; respectivamente). A estar correcta a nossa proposta, não é impossível que D. Maria Afonso, nascida "antes de 1301" (PIZARRO 1999, vol. I, 1999), possa ter nascido ainda durante a década de 1290, eventualmente em data próxima da fundação de Odivelas.
[210] FERNANDES 2006, 85.

mesmo a sua irmã, D. Branca, ausente em Castela[211]. Quanto ao primeiro ponto, importa referir que em 1295 ainda não haviam mortos na família real que reclamassem ser sepultados[212], e da trasladação para Alcobaça dos restos mortais de D. Afonso III, levada a cabo poucos anos antes, depois de o *Bolonhês* ter sido primeiramente sepultado em Lisboa, na Igreja do Convento de São Domingos[213], se conclui que em finais do século XIII, não só as ordens mendicantes estavam mais próximas da espiritualidade urbana vivida em Lisboa, como era política dionisina que Alcobaça continuasse a ser o panteão da dinastia. Quantas dimensões coabitavam, então, em Odivelas à data da sua fundação?

Uma dimensão religiosa será certamente a mais lapalissiana, por se tratar de uma casa conventual fundada poucos anos após a concórdia com a Santa Sé que a autorizou. Porém, a sua concretização em espaço de panteonização só viria a ser uma realidade em data tão precisa quanto distante daqueles anos em que era abadessa Elvira Fernandes. A partir de inícios do século XIV espelhava-se já uma concepção espacial simbólica da vocação funerária do edificado no facto de o rei se sepultar no espaço litúrgico, e as religiosas, sem excepção, no claustro, dentro do espaço monástico.

Ia já longe o ano de 1318, decorridos tantos acontecimentos marcantes. Firmadas as pazes em 1322, após o cerco e combates perto de Coimbra, chegava ao fim a guerra civil

[211] Evoquemos alguns aspectos relevantes sobre a vida de D. Branca (1259-1321) filha mais velha de D. Afonso III e de D. Beatriz de Castela, senhora das vilas de Montemor-o-Velho, Campo Maior e Montalvão, e ainda do mosteiro de Lorvão (VENTURA 1992, vol. II, 534-35 e 537; PIZARRO 1999, vol. I, 168). Em 1282, aquando do início da guerra civil entre Afonso X e o infante D. Sancho, D. Dinis demonstra o seu apoio ao tio, pelo que não será "demasiado arriscado acreditar que D. Beatriz nunca mais terá perdoado a D. Dinis a sua postura para com o avô. Disso mesmo parece ser prova o afastamento da rainha-mãe para Castela" (PIZARRO 2005, 81) acompanhada pela filha, D. Branca, que viria a ser beneficiada no testamento do avô com 100.000 marcos para um casamento que nunca chegou a ser efectuado (PIZARRO 1999, vol. I, 169, nt.19). Assim sendo, há muito que se encontraria ausente do reino. Pouco depois da fundação do mosteiro de Odivelas, a partir de 15 de Abril de 1295, encontramo-la à frente do senhorio do mosteiro das Huelgas de Burgos, aí se mantendo até à data da sua morte, onde se encontra sepultada numa notabilíssima arca armoriada. Não é despiciente considerar que a proximidade desta irmã à religiosidade cisterciense, quer em Lorvão (em Portugal), quer em Huelgas (em Castela), mantendo fora do reino uma então quase secular tradição da família real portuguesa, possa relacionar-se com o carácter cisterciense que parecia marcar as opções régias peninsulares na segunda metade do século XIII.

[212] Exceptuando a infanta D. Sancha, trasladada de Sevilha para Alcobaça ainda na década de 1280, o único indivíduo que poderia fugir a esta lógica seria D. Dinis, filho do infante herdeiro D. Afonso e de D. Beatriz (quanto à sua data de nascimento cf. VAIRO 2012, 12, nt.16), falecido recém-nascido em 1317, sendo sepultado, segundo António Caetano de Sousa, em Alcobaça (cf. PIZARRO 1999, vol. I, 201, nt.208). Não estando documentado que aí tivessem sepultado o bebé, Giulia Rossi Vairo considerou que teria sido sepultado em Odivelas, no tão discutido túmulo do lado da Epístola (VAIRO 2012, 15-20); contrariando, conforme já referimos, a proposta de Carla Varela Fernandes (FERNANDES 2006).

[213] Dessa opção decorre certamente que a 23 de Novembro de 1271, quando D. Afonso III manda lavrar o seu testamento (VENTURA 2005, 156), tenha dotado o Convento de S. Domingos ao Rossio de duzentas libras (para a igreja) e numerosas terras baldias que rodeavam o mosteiro a Norte, a Nascente e a Sul, ou não estivesse este implantado numa área rodeada de excelentes terras de cultivo. Sobre a fundação do convento masculino em 1242, e as transformações que foi sofrendo, veja-se ALVES 2020, 257-62.

que opusera um pai a um filho. Os últimos anos do monarca são de doença que se arrasta até 1325, que ficou gravado na memória dos contemporâneos como o «ano em que morreu o Ilustre Rei D. Dinis»[214]. Cremos que porque restabelecida a harmonia com a memória paterna, não é portanto impossível que em 1327, aquando do falecimento do jovem infante D. João, com cerca de um ano de idade, o rei D. Afonso IV tivesse optado por sepultar esse seu filho no mosteiro fundado por seu pai. Se o *túmulo do Infante*, na capela de São João Evangelista da igreja do mosteiro de Odivelas, onde havia dois anos se sepultara D. Dinis no centro da nave, integrava, à data, o novo panteão da família real portuguesa, que por aqueles anos via já como herdeiro do trono um jovem Pedro de sete anos de idade, é elaboração intrincada somente comprovada pela heráldica presente nas faces do sepulcro, pois continuará por identificar o motivo de aí não ter sido sepultada, no ano anterior, a infanta D. Isabel[215], documentada na casa da avó paterna, a rainha-mãe, que entretanto optara por levar uma vida de contemplação e obra de assistência em Santa Clara de Coimbra[216]. Por esta ter determinado no seu último testamento (1327) que a neta descansasse junto de si no mosteiro de clarissas, talvez possamos supor que a bebé possa ter sido inicialmente sepultada noutro lugar. À semelhança do que fizera o marido, estaria D. Isabel de Aragão a afirmar a existência de um panteão próprio? Certo é que D. Dinis não o planeara, sendo hoje evidência *post mortem*, ao contrário de D. Isabel, que almejou independentizar-se em relação ao que havia decretado em 1318, fixando a sua última morada junto da "«família» conventual" com quem viveu os últimos anos, num mosteiro onde logo empreendeu uma década de melhoramentos contando com o apoio do filho agora rei[217].

[214] PIZARRO 2005, 256.

[215] À semelhança dos irmãos (Dinis e João), também a infanta D. Isabel (1324-1326) não terá ultrapassado o ano de idade (SOUSA 2005, 27).

[216] ANDRADE 2012, 229. Sobre a peregrinação a Santiago de Compostela ter estado na origem de D. Isabel de Aragão ter optado pela vida religiosa, veja-se: ANDRADE 2012, 226. Recorde-se que fora D. João Martins de Soalhães quem, em 1283, concedeu a licença a D. Mor Dias, primeira fundadora, que em 1287 doa à Ordem de Santa Clara este cenóbio nos arredores de Coimbra; o que evidencia desde logo curiosa semelhança com o do termo de Lisboa, uma vez que, fundado em honra de Jesus Cristo e da Virgem Maria, também o era *specialiter* a Santa Isabel e a Santa Clara, como Odivelas era a São Dinis e a São Bernardo, relacionando com a ordem religiosa ao qual o mosteiro se submetia os homónimos hagiografados dos cônjuges reais. Presença e devoção às clarissas de Coimbra que viria a cunhar em D. Beatriz, que acolhera desde tenra idade, e que viria a desejar ser sepultada com o hábito franciscano (REBELO 2018, 100).

[217] Referimo-nos a melhoramentos patrimoniais, alcançados através de doações, benefícios, entre outros, mas sobretudo a urbanísticos, de que são exemplo a construção de um hospital dedicado a Santa Isabel da Hungria, parte integrante do seu ideal de santidade (ANDRADE 2012, 237 e 245); do paço para onde se viria a retirar à morte do marido; e ainda do novo complexo edificado após as cheias de 1331.

Três décadas depois, repetido um episódio que, *mutatis mutandis*, opusera um pai a um filho, seguido de tréguas, em Maio de 1357 o Infante D. Pedro visita o rei D. Afonso IV que acabará por morrer daí a poucos dias, em Lisboa[218]. À primeira vista poderá até surpreender-nos que, falecido na capital do reino, em vez de se sepultar em Odivelas D. Afonso IV tivesse optado por romper com a tradição já secular de se enterrarem os reis de Portugal em casas monásticas. A decisão não era recente, datando de 1345, quando o rei afirma em testamento a sua decisão de se sepultar na Sé Catedral de Lisboa. Concluir a partir desta preferência que a repetida quebra da linha de enterramentos régios, que de Alcobaça passara para Odivelas, e que em meados do século XIV se preteria em favor da Sé de Lisboa, possa levar a que se considere que D. Dinis não terá optado por se sepultar num "importante centro urbano, mas sim por um mosteiro integrado numa realidade rural, mais semelhante ao caso de Alcobaça"[219], conforme o afirma Carla Varela Fernandes, é formulação que contrariaremos ao longo do próximo capítulo, tendo como certo que há três gerações que os reis de Portugal faleciam e optavam por ser sepultados em Lisboa[220].

Meditando sobre a contemporaneidade da citação que antecede este capítulo, quer no século XIX como no século XIV, a leitura da documentação leva a que caminhemos nesta quase contradição. Reis que governam desconstruindo o que os seus antecessores haviam projectado, ao mesmo tempo que se uniformizam realidades que paulatinamente vão compondo um período verdadeiramente paradigmático no qual, e do qual, se desenrolam os acontecimentos que analisamos na presente dissertação. Não será, numa monarquia, a memória individual bastante mais efémera, pelo que substituível, do que a institucional, essa sim em contínua construção?

Regressando à memória lendária da fundação que nos acompanha desde o título, além do protagonismo no episódio milagroso a afeição do rei por São Luís compreende-se pelas relações que o ligavam ao reino de França, tão marcantes na acção governativa de D. Afonso III, e num cognome de fácil interpretação. Leontina Ventura assinala que a real consolidação da monarquia feudal em Portugal, pontualmente iniciada por D. Afonso II, e tão marcante durante o reinado de um D. Afonso III, se entende melhor quanto mais a compararmos com os reinados franceses daquele tempo, e que este conheceu de perto – educado no ordenamento político-jurídico e sociocultural da corte da tia materna, Branca

[218] SOUSA 2005, 264.
[219] FERNANDES 2007, 144.
[220] D. Afonso III foi sepultado no convento de S. Domingos (vontade concretizada em 1279, até o filho ter decidido trasladá-lo para Alcobaça), D. Dinis no mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas (t. Lisboa) e D. Afonso IV na Sé Catedral de Lisboa.

de Castela, e da governação do primo Luís IX[221], numa França que desde o reinado de Filipe Augusto se desenvolvia como o país mais rico da época através do centralismo monárquico. Nessa utilização de "fundamentos «nacionais»" que marcavam a identidade da monarquia francesa poderá ter-se sustentado um projecto aparentado com o da Basílica de Saint-Denis, em Paris, fundado em Lisboa em 1295 – por um rei que o não visitou, mas que sabia o quanto simbolizava a sua existência –, mas que talvez já viesse a ser projectado em anos anteriores, com a homonímia resultante da tradução (mosteiro de São Dinis) e a instituição de uma capela cujo orago era, precisamente, São Luís.

Consequência das actualizadas referências políticas que cremos justificarem o sucesso, se não do seu reinado, do de seu filho D. Dinis; o saldo do reinado de D. Afonso III indica a mudança dos métodos e eficácia do poder, fruto do qual medra um projecto que se exerce cada vez mais nos grandes espaços urbanos. Um novo mundo social que apoiado no desenvolvimento urbano, cujo poder emergente se associava cada vez mais ao poder real, diferia da antiga nobreza terra-tenente ainda em exercício no Norte e que irá ter o seu ocaso durante o reinado dionisino, que estimula o crescimento de uma nova nobreza de corte e permite que ascendam as oligarquias urbanas, que no tempo de D. Afonso IV reflectiriam já no mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas a expressão da modernidade do Portugal do século XIV, substituindo o modelo do rei feudal para o de rei soberano, marcando o aproximar do fim de um tempo que a historiografia viria a catalogar como intermédio.

[221] Branca de Castela criou o sobrinho como a um filho. Por sua vez, "São Luís, primo direito de Afonso, protagoniza a afirmação dos fundamentos «nacionais», uma elaboração assente em estruturas e mentalidades feudais, com elas se combinando e delas retirando a sua força" (VENTURA 2005, 53). COELHO 2010, 151. Com a morte de Luís IX (1226-1270), "o Santo", chegava ao fim o tempo das Cruzadas, através das quais a monarquia francesa adquirira o seu prestígio reconhecido por toda a cristandade (PORTUGAL 2016, 23), ao mesmo tempo que no seu território continuava a enfrentar a resistência de grandes senhores feudais, combatidas desde as reformas de Filipe Augusto (1180-1223), avô paterno de Luís IX, que incrementavam o poder régio debilitando o dos grandes principados.

"É preciso que tudo mude para que tudo fique como está"

Giuseppe Tomasi di Lampedusa, *in* "O Leopardo"

III. As Redes: contextos sociogeográficos

1. Selectividades e perfis de um mosteiro urbano (séc. XIII-XIV)

Surgindo mencionada na carta de fundação de 27 de Fevereiro de 1295, confirmando-a, foi D. Elvira Fernandes a primeira abadessa do Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas, segundo «memoria antigua, que anda[va] no liuro das Calendas»[222]. Seguindo a conclusão de D. Rodrigo da Cunha, Frei Francisco Brandão viria a confirmá-la em diploma do *Livro 2 dos dourados de Alcobaça* datado de 1306, sugerindo que a religiosa fosse oriunda do Mosteiro de São Bento de Cástris, em Évora, fundado cerca de vinte anos antes de Odivelas[223], na senda da vaga de fundações de espaços conventuais a Sul do reino. Luís Miguel Rêpas haveria de propor que, atendendo às dificuldades enfrentadas pelo cenóbio eborense – que fundado em 1274 chegaria a 1288 com apenas dois habitantes –, não é impossível que algumas das monjas beneditinas de Évora tivessem transitado para Odivelas, ou não estivessem aquelas igualmente filiadas ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, a isso se devendo o interregno documental registado até 1341, data de conclusão das obras do novo mosteiro, encontrando-se entre os fólios do cartório de Odivelas o documento mais relevante do Mosteiro de Cástris.

Observação diferente, que refutamos, é a tomada por Giulia Rossi Vairo, que partiu de uma carta de 1295 na qual D. Dinis refere ter metido em Odivelas "Abbadessa e donas da ordin d´Alcobaça"[224] para defender que as referidas *sorores* seriam originárias do Mosteiro de Santa Maria de Cós. Sabemos que Odivelas tinha como *regra* a de São Bento, como *Ordem* a de Cister, e *visitação* e *correcção* do Mosteiro de Alcobaça. No contexto em que se insere não se trata, de todo, de um caso em que «ordin» possa significar «mosteiro», mas somente "Ordem", referindo-se à cisterciense, conforme demonstrou Luís Miguel Rêpas contrariando assim a referida autora. Também nós não aceitamos tal proposta; não tanto porque a escassez das informações sobre Cós não permite identificar entre as suas religiosas algumas das que conhecemos com segurança em Odivelas, mas porque de todas estas informações, entre Cástris (Évora), Cós (Alcobaça) ou Celas (Coimbra), talvez só neste último consigamos seguir o percurso de uma eventual religiosa de Odivelas, identificada por Luís Miguel Rêpas, homónima da primeira abadessa do mosteiro edificado no termo de Lisboa, Elvira Fernandes, monja no Mosteiro de Santa

[222] CUNHA, *HEIL*, fl.229v e BRANDÃO 1650, fls.323-324 (cf. RÊPAS 2021, vol. I, 116).
[223] ATT, OC, MSMAlcobaça, 1ª Inc., DR. mç.3, nº11 e Lº 10, fls.112-113v. (cf. RÊPAS 2021, vol. I, 117, nt.249)
[224] ANTT, MSDO, Liv.2, fl.3; RÊPAS 2021, vol. I, 119, nt258.

Maria de Celas em 1268[225]. O seu percurso no cenóbio conimbricense poderia tê-la catapultado, passados quase trinta anos, para a posição de primeira prelada da casa conventual recém-fundada por D. Dinis, bem como nos sugere que em 1268 fosse ainda uma jovem monja que haveria de viver a segunda metade de Duzentos, vindo a falecer algures no fim do século.

Por enquanto, atendendo a tantos lapsos interpretativos do cronista alcobacence que continuam a constituir-se como pontos de partida para esta discussão, registemos ainda que defendia aquele que as «tres primeiras Abbadessas, D. Eluira Fernandes, D. Constança Lourenço, & Orraca Paes»[226] teriam vindo «dos mosteiros de Arouca & Loruão, & São Bento de Euora cõ outras mais, que formaraõ hum bastante conuento». Convicto das origens eborenses da primeira prelada, não considerava nenhum dos outros dois mosteiros atrás referidos. Actualmente a documentação compilada permite-nos verificar que se trata de informação errónea. Ao contrário do que referira Frei Francisco Brandão, entre Elvira Fernandes e Urraca Pais de Molnes – e incluindo estas na contagem – as primeiras abadessas do Mosteiro de São Dinis de Odivelas foram, não três, mas sim cinco; considerando como "primeiras abadessas" as que marcam uma primeira fase do mosteiro, anterior à morte do fundador, alguns anos depois de se ter iniciado o longo abaciado de D. Urraca Pais. Porém, temos como objectiva um retrato social mais que um individual, pelo que uma divisão da cronologia por abadessados pouco nos elucidaria, urgindo que se formule uma estruturada em torno das origens sociais das religiosas, para que daí nos arrisquemos a considerações relativas à sua parentela.

1.1. Origens e percursos das primeiras religiosas

Comecemos por estruturar a hipótese de a monja Elvira Fernandes documentada em Celas ter sido abadessa de Odivelas no final do século XIII. Omitida por Maria do Rosário Morujão[227] e identificada por Luís Miguel Rêpas, documenta-se em 1268 no testamento de D. Egas Fafes, bispo de Coimbra (1248-67) e arcebispo de Compostela (1267-68), que a contemplava com trinta libras, a ela e a Maria Fernandes, cujo patronímico nos leva a crer que fosse sua irmã. Entre 1292 e 1298 surge como prelada de Celas uma Maria Fernandes. Teriam as duas irmãs sido abadessas dos cenóbios cistercienses em finais do século XIII? A proximidade a tão relevante figura do reinado de D. Afonso III poderia

[225] RÊPAS 2021, vol. I, 117.
[226] BRANDÃO 1650, fl.223-223v.
[227] MORUJÃO 2001.

sugeri-lo. Contudo, não as identificamos em nenhum outro momento da muito longa carreira de D. Egas Fafes de Lanhoso[228], que se documenta como cónego de Braga em 1227, sucedendo daí a duas décadas a D. Tibúrcio na cátedra conimbricense (1248), sendo presença assídua na cúria do *Bolonhês* até à transferência por ordem de Clemente IV para a arquidiocese de Santiago de Compostela em 1267, onde não chegou por ter falecido no regresso da viagem a Roma, em Montpellier, em Março de 1268[229], sendo sepultado no monumento funerário que havia mandado erguer junto ao altar de Santa Clara, em capela por si instituída na Sé de Coimbra.

Optando por seguir os percursos dos seus irmãos, de todos os *Fafes de Lanhoso*, apenas um se nos permitiu à observação que procurávamos: Fernão Rodrigues Fafes. Segundo José Augusto de Sottomayor Pizarro, este seria filho de Rui Fafes de Lanhoso, *o Velho*[230], pelo que sobrinho de D. Egas Fafes. Falecido em data anterior a 1283[231], com filhos mal documentados desde a década de 1290[232], e tendo sido casado com uma filha bastarda do rico-homem Diogo Lopes de Baião[233], talvez nele filiássemos rapidamente Elvira e Maria Fernandes, não fosse o facto de a sua mulher, Guiomar Dias de Baião, ter sido perfilhada e recebida por seu pai como herdeira dos seus bens em 1265, supondo-se que fosse à data ainda solteira[234]. Sendo-nos impossível confirmar ou refutar que estivesse então casada com Fernão Rodrigues Fafes, mas aceitando que já se tivessem consorciado, até que ponto poderiam ter, daí a apenas três anos, duas filhas com idade suficiente para aparecerem na condição de monjas no Mosteiro de Celas? Seriam eventualmente mais velhas que o filho Afonso Fernandes, que se documenta ainda como escudeiro em 1291, pouco antes de as irmãs surgirem como abadessas em Celas e em Odivelas. Recorde-se que em 1265 D. Egas Fafes, então bispo de Coimbra, assistiu à perfilhação feita por Diogo Lopes de Baião a favor daquela filha, sendo nossa interpretação que por detrás desta presença estivessem interesses familiares, resultantes de já estar Guiomar Dias casada com um sobrinho do bispo. Grande proprietário um pouco por toda a região de Coimbra[235], tal como deixou

[228] VENTURA 1992, 750.
[229] SILVA et RAMÔA 2009, 99
[230] PIZARRO 1999, vol.II, 723.
[231] Nesse ano a sua mulher já aparece casada com Martim Esteves Botelho (PIZARRO 1999, vol. I, 296).
[232] Dos três filhos de Rui Fafes que José Augusto de Sottomayor Pizarro inventariou, apenas sobre Afonso Fernandes temos dados documentáveis desde 1291, tendo falecido em 1321, sem descendência pese embora tenha casado, tal como os seus irmãos, Diogo Fernandes (LD17C7) e Lopo Fernandes (LL39C6), que casaram mas que também não deixaram geração; PIZARRO 1999, vol.II, 723-34.
[233] Sobre Guiomar Dias de Baião veja-se PIZARRO 1999, vol. I, 296.
[234] PIZARRO 1999, vol. I, 296.
[235] VENTURA 1992, 753-54.

bens em Lourosa a dois sobrinhos[236], D. Egas Fafes poderia também ter referido no seu testamento aquelas duas sobrinhas religiosas residentes em tão relevante cenóbio na cidade onde ainda em vida decidiu querer ser sepultado. Tendo herdado desse tio-avô um interessante montante pecuniário, e eventualmente deixado a Celas os bens que possuía como era costume fazer-se, é possível que, em 1295, tenha chegado a Odivelas Elvira Fernandes para liderar a primeira comunidade religiosa.

Sendo a identificação das abadessas e de algumas religiosas dos restantes mosteiros cistercienses, em finais do século XIII, compilada ao longo de inúmeros fólios no cartório de Odivelas e recentemente inventariada por Luís Miguel Rêpas, a única documentação possível de que dispomos para fundamentar as nossas questões, e tendo em conta que nenhuma outra exclui as hipóteses que temos vindo a avançar, parece-nos expressivo poder considerar que, caso fossem estas as suas origens familiares, **Elvira Fernandes** reuniria um conjunto de premissas familiares que lhe permitiriam integrar o projecto dionisino; não sendo impossível que tenha interferido nessa decisão D. João Martins de Soalhães, que fizera parte da sua carreira como cónego em Coimbra. Requisitos que, em 1295, passariam pela relevância do seu percurso em Celas, e aos quais não seriam factor de somenos as suas relações familiares, contribuindo para isso a pouco discreta referência a ter Fernão Rodrigues Fafes, seu pai, frequentado os meios cortesãos, e a Diogo Lopes de Baião, seu avô materno, ter sido uma figura importante na nobreza de corte de D. Afonso III, em pacífica transição para a de D. Dinis enquanto se extinguia a sua linhagem.

Sem darmos por concluídas as considerações possíveis sobre a primeira abadessa, acerca da segunda, **D. Maria Nunes**, nada sabemos além de que estaria viva em 1301. Partindo da afirmação de Frei Francisco Brandão, e atendendo à hipótese que Luís Miguel Rêpas levanta com reconhecida apreensão – talvez mais nossa que do autor – poderíamos até considerar tratar-se da homónima que surge como monja do Mosteiro de Lorvão entre 1299 e 1301[237], não fosse surgir como abadessa do Mosteiro de Odivelas a 14.Jan.1301[238], três dias antes de aparecer pela última vez em Lorvão, a 17.Jan.1301[239], o que logo invalida semelhante possibilidade. Na ausência de documentação, reconstruir-lhe genealogias partindo somente do patronímico é tarefa que nos recusamos a desempenhar por perentoriamente negarmos a utilização de tal método. O facto de se documentar num

[236] Fernão Soares e Martim Viegas herdaram as vinhas, adega e cubas que seu tio tinha em Lourosa, as quais havia comprado a Pero Coiano (cf. VENTURA 1992, 754).
[237] RÊPAS 2021, vol. II, 499. Veja-se a entrada biográfica **97** de **D. Maria Nunes**.
[238] ANTT, OC, MSDO, Liv.44, fl.337).
[239] ANTT, OC, MSMLorvão, mç.2, nº8.

único documento relativo ao emprazamento de bens que D. Dinis doara ao mosteiro aquando da fundação em 1295, e que antes disso haviam pertencido ao almoxarife *D. Pêro Fernandes*, leva-nos a concluir que carecemos de elementos para elaborar qualquer hipótese relativa à sua identificação social; se não for isso por si só revelador do seu perfil.

Se a primeira abadessa não era originária do Mosteiro de Cós, nem a segunda do de Lorvão, ao contrário de uma das cinco que foi monja nesse mosteiro (D. Urraca Pais), quão certo estaria Frei Francisco Brandão ao referir que uma das abadessas professara no Mosteiro de Arouca, levando a que tantos autores o seguissem identificando-a com Constança Lourenço de Valadares, monja em Arouca em 1342[240]? Tendo D. Constança Lourenço sido abadessa de Odivelas algures entre 1306 e 1314, dificilmente as separaria uma diferença de vinte e oito anos e tamanha queda na hierarquia conventual. Embora não o tenham constatado diversos autores nossos contemporâneos[241] que aparentemente evitaram considerar estes cálculos, caso optássemos, como eles, por seguir Frei Francisco Brandão, talvez isso nos estimulasse a concordar que D. Dinis teria gerado a filha bastarda que professou em Odivelas com Branca Lourenço de Valadares, irmã de D. Constança Lourenço de Valadares, que teria facilitado a entrada da sobrinha na vida religiosa, não fosse o facto de ser filha do rei patrono factor que dispensava a colaboração de terceiros.

Desarticulados os fundamentos desta hipótese que relacionava os de Valadares com o Mosteiro de Odivelas desde o início do século XIV, não seria a terceira abadessa de Odivelas a **Constança Lourenço de Portocarreiro**, documentada como monja de Lorvão pelos anos de 1287/88[242]? Luís Miguel Rêpas admitiu essa hipótese atendendo ao facto de duas primas direitas terem sido abadessas de dois importantes mosteiros naquele tempo: Teresa Raimundes de Portocarreiro, que depois de ter estado em Lorvão (1290) era por aqueles anos abadessa do Mosteiro de Celas (1303-1315), e Urraca Raimundes de Portocarreiro, abadessa de Lorvão (1318-1322)[243]. Atendendo a que o autor não a filiou em nenhum membro dos de Portocarreiro, aventurámo-nos a ser os primeiros a aparentá-la com estes, e apenas identificámos dois *Lourenços de Portocarreiro*, primos direitos porque netos de Ouroana Raimundes [de Portocarreiro] e Henrique Fernandes Magro[244].

[240] RÊPAS 2021, vol. II, 459; PIZARRO 1999, vol.II, 796. Referida como *freira de Arouca* pelos nobiliários (LL38O9), documenta-se com a irmã Beatriz Lourenço, também freira em Arouca, em 1342 (ANTT, OC, MSMArouca, gav.3, mç.12, nº37).

[241] Referimo-nos a Margarida da Silva Pinto. Veja-se a entrada biográfica **34** de **Constança Lourenço [de Portocarreiro]**.

[242] RÊPAS 2021, vol. II, 262 e 459.

[243] PIZARRO 1999, vol. II, 920.

[244] Vejam-se as reservas que partilhamos quanto a esta união, em PIZARRO 1999, vol.II, 912.

O primeiro, *Lourenço Viegas de Portocarreiro*, foi referido no livro de linhagens como não tendo deixado filhos, vindo José Augusto de Sottomayor Pizarro a defender que tal não corresponde à verdade, identificando-lhe uma filha[245], o que não cremos ser suficiente para nele filiarmos também a abadessa de Odivelas, atendendo a que o facto de se documentar em 1212[246] dificulta que tenha tido uma filha viva mais de cem anos depois[247]. O segundo, *Lourenço Anes de Portocarreiro*, *miles* terratenente com bens nos julgados de Paiva e de Portocarreiro, terá casado em primeiras núpcias com uma prima, Urraca Gonçalves de Cerveira[248], e uma segunda vez com Guiomar Rodrigues Fafes; quem senão uma sobrinha de D. Egas Fafes, irmã de Fernão Rodrigues, que a ter sido pai da abadessa Elvira Fernandes faria com que esta fosse prima-direita de D. Constança Lourenço.

Tão tentadora que se apresenta esta genealogia, que admitimos ser quase inevitável que a consideremos. Fazemo-lo, pelo contrário, atendendo à escassez de documentação que a contrarie; pois que da articulação de elementos biográficos se formulam hipóteses. Com efeito, cremos assim que D. Constança Lourenço possa ter sido filha fruto do segundo casamento de Lourenço Anes, que terá tido duas outras filhas, igualmente omitidas pelos nobiliários, as quais foram monjas em Arouca na primeira metade do século XIV[249]. Daí a considerar que tenha sido irmã destas uma tal Maria Lourenço, monja de Lorvão, que em 1315 veria a abadessa de Odivelas mover uma demanda sobre uma courela de vinha que possuía em Telheiras (t. Lisboa), a qual trazia emprazada Catarina Guilherme ao Mosteiro de Lorvão, é hipótese que contrariamos atendendo a que Lourenço Anes de Portocarreiro teve uma filha com esse nome, a qual não optou pelo

[245] Teresa Lourenço de Portocarreiro, sobre a qual apenas se sabe que casou com Gil Martins de Coreixas, tendo deixado geração (PIZARRO 1999, vol.II, 921).

[246] Data na qual se documenta como vassalo de D. Gonçalo Mendes de Sousa (PIZARRO 1999, vol. II, 921), condição que o terá levado a tomar o partido senhorial contra D. Afonso II, partido no qual os seus irmãos continuariam a militar, mas onde não aparece aquando dos confrontos travados contra D. Sancho II, o que nos leva a crer que Lourenço Viegas poderá ter falecido jovem, algures em meados do século XIII. Segundo o livro de linhagens, a Lourenço Viegas chamaram *Maça Madeira* (LL43B4). Atendendo à sua condição vassálica, teria tomado o partido senhorial contra D. Afonso II

[247] Prende-se com isto o facto de Luís Miguel Rêpas ter identificado uma segunda filha de Lourenço Viegas de Portocarreiro e de Elvira Reinaldes [de Coimbra] como monja de Lorvão (cf. RÊPAS 2021, vol.II, 262).

[248] Apesar de a dispensa papal obtida a pedido de D. Martinho Geraldes datar de 11.Jan.1251, nessa data já eram pais de João Lourenço, Pero Lourenço e Teresa Lourenço (PIZARRO 1999, vol.II, 926-27).

[249] Sancha Lourenço documenta-se como monja em Arouca e em 1323 emprazou a um abade duas casas e dois casais no j. de Paiva; Mor Lourenço documenta-se como monja em Arouca entre 1314 e 1332 (PIZARRO 1999, vol.II, 929) Sobre Sancha Lourenço: ANTT, OC, MSMArouca, gav.6, mç.2, nº1; relativo a Mor Lourenço: ANTT, OC, MSMArouca, gav.3, mç-9, nº17 (22.Nov.1314) e gav.6, mç.2, nº2 (18.Jan.1332). A cronologia de ambas permite-nos relaciona-la com a de Constança Lourenço, abadessa de Odivelas entre 1306 e 1314.

celibato, tendo casado, aliás, duas vezes[250]. Luís Miguel Rêpas considerou poder existir uma ligação entre ambas, relacionando com a posse dessa courela o facto de Constança Lourenço ter herdado de seus pais algumas propriedades em Lisboa e em Torres Vedras, por excelência duas localidades caras a Odivelas a nível de influência patrimonial; o que só por si poderá ter interessado à sua integração naquela comunidade religiosa implantada havia dez anos no termo de Lisboa.

Na senda desta hipótese, importa referir a presença da monja Maria Anes Raimundo – sobrinha das abadessas Teresa e Urraca Raimundes – no Mosteiro de Odivelas em 1339, o que poderá comprovar a duração dos laços familiares que vimos a reconstituir – caso, de facto, se comprovem –, e que relacionavam estas famílias ao cenóbio desde a sua fundação, servindo de exemplo para uma linha de análise que procuramos delinear, a qual não exclui, por um lado, que tenham existido famílias nobres – quer fossem os *Fafes de Lanhoso*, os *de Portocarreiro*, ou ainda outras[251] – interessadas em se mostrarem presentes em Odivelas nos primeiros anos do século XIV, nem que tal se tenha desenrolado de forma distinta à que diversos autores versados nos restantes cenóbios cistercienses portugueses estão habituados a reconhecer. Contudo, aproximando-nos do fim do reinado de D. Dinis, ecoam as palavras de José Augusto de Sottomayor Pizarro: "a diferente atitude do monarca face à nobreza, especialmente para com a mais elevada, não foi um factor de menor importância no conjunto de factos e de circunstâncias que conduziram à guerra civil de 1319-1324"[252]; pelo que nos impomos a tecer alguns esclarecimentos que tardam por terem ficado interrompidos.

1.2. Possíveis filiações de D. Maria Afonso: um caso em estudo

Numa ordem de ideias que as conclusões de Frei Francisco Brandão ou a dramatização literária de Borges de Figueiredo impedem, pelo que cremos que o que exista além delas conflua numa explicação mais convincente, destaca-se o fenómeno do uso do realengo patronímico *Afonso*[253] na mesma geração quer por filhos legítimos quer por bastardos. Mais nos surpreende que os dois únicos filhos bastardos de D. Dinis cujo nome das mães

[250] Referimo-nos a Maria Lourenço de Portocarreiro que casou em primeiras núpcias com Martim Esteves Buval, e depois com Pero Martins Soveral (PIZARRO 1999, vol.II, 929).
[251] Excluímos os de Valadares atendendo aos factos que apresentámos neste capítulo.
[252] PIZARRO 2006, 199.
[253] É o caso de dois filhos de D. Afonso III, pai do Infante D. **Afonso**, senhor de Portalegre, e de **Afonso** Dinis; ou ainda, na geração seguinte, do futuro D. Afonso IV e do seu meio-irmão Afonso Sanches, respectivamente filho legítimo e filho bastardo de D. Dinis.

desconhecemos[254] sejam precisamente Fernão Sanches e Maria Afonso II, os mais discretos entre tão interventivos bastardos régios. Exemplo da expressão de um tempo de transformação onomástica que na viragem para o século XIV perdia a aritmética tradição patronímica[255], a utilização de um nome caro à Família Real não poderá insinuar esta filiação a qualquer *Maria Afonso* que nos surja[256].

As possibilidades de a filiarmos, não sendo muitas, não são nem impossíveis nem de elementar interpretação, e desde logo nos assalta à memória que aquando da carta de fundação de Odivelas em 1295 surgisse entre os confirmantes o nome de Pero Afonso Ribeiro, referido em sexto lugar numa hierarquia que não era inocente, figura famosa da corte dionisina, tutor de dois bastardos régios[257]. A sua relação com a abadessa de Lorvão; as ligações familiares com o Mosteiro de Arouca; a utilização do termo *cavaleiro* por diversos parentes seus; e ainda a referência a uma irmã cujo nome se desconhece, parecem-nos ser indícios das estratégias de recuperação da linhagem dos Ribeiros que Pero Afonso empreendeu em finais do século XIII, por via do apoio régio prestado a D. Dinis, e que poderia, assim, ter levado à aproximação dos seus – eventualmente de uma irmã (Maria Afonso [Ribeiro]) – a espaços cistercienses, precisamente no mesmo período em que o rei fundava o Mosteiro de São Dinis de Odivelas[258].

Quanto à tradicional filiação materna, pelas divergências que aparentemente nunca suscitou, discutamos agora determinada afirmação de Frei Francisco Brandão, que por *Dona Maria* ter tomado o hábito

> Devia ser por sua mãy natural de alguns lugares do termo de Lisboa, & a esse respeito escolheo elRey das quintas que por aqui tinha, esta de Odiuellas para mosteiro, em que a filha D. Maria se recolhesse[259].

Recordemo-nos que no *Livro de Linhagens* o Conde D. Pedro identifica Maria Pires, mãe do seu meio-irmão, o mordomo-mor João Afonso, como "uma boa dona do Porto"[260]; pelo que não seria impossível que a mãe da suposta Maria Afonso fosse uma *boa dona* de Lisboa. Tendo sido D. Dinis *mancebo mui dado a mulheres*[261], dessa característica

[254] À excepção destes dois casos, sabemos que o rei D. Dinis, de Aldonça Rodrigues de Telha, gerou Afonso Sanches; de Maria Pires nasceu João Afonso; com Garcia Anes teve o Conde D. Pedro, e de Marinha Gomes gerou a Maria Afonso I (cf. PIZARRO 1999, vol. I, 184-200).
[255] Merece um estudo mais aprofundado.
[256] Temos notícia de uma D. Maria Afonso, abadessa do Lorvão, em 1255.
[257] Pedro Afonso e Afonso Sanches, os quais terão nascido ainda em meados da década de 1280 (PIZARRO 1999, vol. I, 186 e 189).
[258] Veja-se o que dizemos com maior rigor na entrada biográfica **87** de **D. Maria Afonso**.
[259] BRANDÃO 1650, fl.221v.-222.
[260] LL43Q8.
[261] PIZARRO 2006, 239.

existem provas evidentes nos seus seis filhos bastardos; tal como seis também foram as barregãs que se lhe conhecem. O facto atrás apontado de não identificarmos as mães a dois desses seis filhos tem levado vários autores a considerarem que o rei possa até ter tido mais barregãs do que as seis que lhe conhecemos. Permitindo-nos sobrevoar estes problemas para deles obtermos uma visão mais ampla e estruturada, concluindo que o ano de 1301 marca um referencial inultrapassável que impede a filiação de D. Maria Afonso em Branca Lourenço de Valadares[262], resta-nos retomar outra ideia do cronista, acerca da possibilidade de a barregã ser natural de uma localidade no termo de Lisboa.

Curiosamente, ambas as barregãs de D. Dinis cuja descendência se desconhece – Branca Lourenço de Valadares e Maria Rodrigues de Chacim – eram primas direitas. Movimentando-se os de Chacim sobretudo por terras transmontanas, o facto de Nuno Rodrigues [de Chacim] ter casado com *Maria Miguéis de Lisboa* talvez sugira uma proximidade com aquela cidade das margens do Tejo. Além disso, entre a vasta prole de filhos do avô, o mordomo-mor Nuno Martins de Chacim, contavam-se duas donas do mosteiro de Santos (t. Lisboa), e uma monja de Arouca. Percursos semelhantes tomavam as de Valadares, e aproximando-nos do epílogo desta catalogação de eventos, concluímos que Branca Lourenço, apesar do passado familiar nortenho, por via de ter sido beneficiária de certas heranças de uma tia materna (Branca Nunes de Chacim) e de uma prima paterna em 2º grau (Sancha Rodrigues de Valadares), em Novembro de 1339, já viúva[263], decidiu fazer alterações ao seu património, e através de escambo com o mosteiro de Arouca recebeu determinados bens que outrora compunham o conjunto dos de sua tia Branca Nunes, em troca dos quais doou outros, no termo de Lisboa, que herdara da prima Sancha Rodrigues. E porque esta faleceu antes de 1305, talvez em finais do século XIII, daqui concluímos que desde o início do século XIV até 1339, Branca Lourenço deteve bens no termo de Lisboa, o que, além da proximidade aos meios cortesãos, cremos poder ser suficiente para a tomarmos como uma *boa dona* desta cidade ao tempo em que foi barregã de D. Dinis.

Atendendo às características patrimoniais da maior parte das religiosas de Odivelas, uma barregã com propriedades no termo de Lisboa é notícia demasiado convidativa para a relacionarmos com este cenóbio, e eventualmente com uma filha, não fosse o facto de em 1301 Branca Lourenço ainda não ter tido nenhum filho do rei[264], e talvez porque nunca

[262] Veja-se o que referimos na entrada biográfica **87** de **D. Maria Afonso**.
[263] Martim Anes de Briteiros terá falecido em 1336 (cf. PIZARRO 1999, vol. II, 774).
[264] À data da doação da vila de Mirandela (28.Jun.1301) Branca Lourenço ainda não gerara filhos do rei.

os chegaria a ter, terá casado daí a poucos anos, algures entre 1306 e 1313[265], com Martim Anes de Briteiros[266], cujo pai, João Rodrigues de Briteiros, se documenta a confirmar vários diplomas régios relativos a Odivelas, o que se traduzia em serem os de Briteiros "a única linhagem de ricos-homens sobrevivente"[267]. Tal não impediu que avançado o conflito, aquando do compromisso de paz que sucedeu ao cerco de Coimbra de 1322, surgissem dois dos seus membros como testemunhas do infante D. Afonso[268]. Acresce a tudo isto o facto de Maria Afonso partilhar da mesma cronologia que Branca Lourenço, sua suposta mãe, pelo que, tendo desconstruído os seus supostos fundamentos, por mais aliciantes que fossem, refutamos a ligação dos de Valadares a Odivelas.

Por enquanto, procurando entroncá-la com a nobreza – o que é hipótese com fundo objectivamente próprio atendendo ao teor da presente análise, podendo aquela ter tido uma origem familiar bastante mais urbana –, somente nos resta a proposta de filiação paterna da abadessa Maria Afonso em Afonso Pires Ribeiro, justificada através da teoria por nós formulada, e que serviu sobretudo para reforçar a nossa opinião de que o patronímico não é razão suficiente para a presumirmos filha bastarda de D. Dinis, mais do que para provar que era irmã do conselheiro do rei; apesar da escassez documental não nos permitir negar tal hipótese.

❖

Como vínhamos discutindo, a propósito das suas origens e percursos, afirmar que as primeiras abadessas e religiosas de Odivelas tenham vindo de outras casas conventuais femininas cistercienses é redundante porque elementar, tanto mais que de outra forma não se teria fundado a primeira comunidade que educaria as gerações seguintes em tão rigorosa regra que seria modificada no primeiro ano em que se documentaria no cargo de abadessa D. Constança Lourenço (1306-1314), por considerarem demasiado rigorosas algumas das cláusulas do diploma original[269]. Discutidas as quatro primeiras abadessas, colocámos hipóteses de identificação, concluindo que algumas delas poderão ter detido origens nobres à semelhança de várias outras religiosas dos cenóbios dos seus tempos, partilhando, atente-se, certo grau de parentesco com indivíduos das relações do monarca, mais do que determinada genealogia que remontando à fundação do reino seria enaltecida nos nobiliários do século XIII que as omitiram. Chegados a D. Urraca Pais de Molnes,

[265] PIZARRO 1999, vol.II, 773.
[266] Figura entre as maiores da corte daquele tempo, veja-se a sua biografia em PIZARR0 1999, vol. II, 771.
[267] PIZARRO 2006, 198.
[268] PIZARRO 2006, 199.
[269] ANTT, OC, MSMAlcobaça, 1ª inc., DR, mç.3, doc.11; RÊPAS 2021, vol. II, 469.

cujo abaciado extravasa a vida do próprio monarca fundador, ressalta alguma curiosidade ao observar que a sua chegada a Odivelas coincide com o desejo de D. Dinis ser sepultado no mosteiro que fundara havia mais de vinte anos; corria o ano de 1318. Quão expressiva será a análise das religiosas que o próprio terá conhecido? Não seriam as suas origens, mais que os seus percursos dentro do mosteiro, exemplo maior das estratégias por detrás do projecto que o monarca tinha para a fundação daquele cenóbio cisterciense?

1.3. A comunidade religiosa à data da morte do fundador

Avançando alguns anos na cronologia, D. Dinis viria a falecer a 7 de Janeiro de 1325, em Santarém, de onde D. Afonso e a corte se dirigiram para Lisboa, para o sepultarem no Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas. Segundo Frei Francisco Brandão – e nenhum outro autor descreveu melhor o episódio, descontadas certas singularidades que lhe conhecemos –, o acompanhamento fúnebre,

> com hu concorso de gente innumerauel, e grandes prantos de todos, entrarão na Igreja adornada de luto, e a Abbadessa daquele Convento Dona Orraca Paes com oitenta Religiosas de veo negro, que já então tinha, antes de todos cantarão o primeiro Responso enuolto em saudosas lagrimas deuidas à memoria de seu fundador e bemfeitor.

Uma vez confrontada a documentação, ao longo das primeiras três décadas, entre o ano da fundação do mosteiro (1295) e a morte do rei (1325), além das abadessas que atrás analisámos, temos conhecimento de apenas três freiras em Odivelas, duas monjas e uma noviça, número assinalável por ser evidentemente demasiado reduzido, e que certamente não nos oferecerá uma real amostra quantitativa do total de religiosas que então o habitavam. Por construção do cronista ficamos a saber que eram oitenta[270] – oitenta e uma a contar com a abadessa – as *Religiosas de veo negro* do Mosteiro de Odivelas, em 1325. Podendo tratar-se de um número aproximado – que aqui apresentamos com significativas reservas por nos parecer construção demasiado dissociada da realidade de uma pequena e exclusiva casa religiosa como seria Odivelas –, e apesar de não o termos conseguido comprovar na documentação, é bastante expressivo e quase antagónico atendendo às nove religiosas documentadas entre 1295 e 1325.

Há muito que a primeira abadessa, Elvira Fernandes, tinha falecido, desaparecendo logo em 1299. É nosso entender que as três religiosas documentadas ainda na década de 1320, e algumas das que se fizeram registar por escrito nas décadas seguintes, já poderiam estar, como noviças, ou já professas, em Odivelas à morte do fundador, apesar de não

[270] Também Manuela Justino Tomé refere a que eram oitenta (TOMÉ 2001, 17). Apesar de a autora não referenciar onde se documenta, supomos que terá consultado o mesmo autor que seguimos.

surgirem na documentação. As diferentes circunstâncias em que se documentam também não devem permitir que, excluindo as abadessas, as outras detivessem algum relevo particular, uma vez que surgem mais relacionadas com os seus bens patrimoniais do que com a hierarquia conventual, conforme conseguiremos assinalar em cronologia posterior, nomeadamente ao longo do século XV. A actividade moderada do cartório nos primeiros anos poderá explicar os períodos de interregno entre abadessados aos quais a documentação conhecida não permite responder. O período de administração da abadessa D. Urraca Pais de Molnes inicia uma nova fase do cartório odivelense. Nele identificamos a doação de D. Dinis ao Mosteiro de Odivelas do padroado e dos direitos sobre as igrejas de S. João do Lumiar e S. Julião de Frielas (05.Out.1318[271]); a permissão régia para que a abadessa e religiosas pudessem adquirir propriedades que à sua morte doassem ao mosteiro (09.Set.1319[272]); e entre outros privilégios[273] contam-se as derradeiras doações do fundador, previstas no testamento de D. Dinis, cujos traslados se guardam em Odivelas (20.Jun.1322[274]). Se até então apenas se documentam duas religiosas, a monja **Maria Mendes** (1314) e a noviça **Constança Lourenço** (1317), entre 1318 e 1340 identificamos oito monjas em Odivelas.

Curiosamente, conseguimos reconstituir com maior certeza as genealogias da maior parte destas, ao contrário das daquelas primeiras abadessas que tantas dúvidas nos têm levantado atendendo às formulações fantasiosas que as têm rodeado desde a crónica à historiografia. Deve-se essa característica ao facto de sempre se terem documentado ao lado de familiares, como a monja Maria Mendes, que em 1314 vendeu a Gonçalo Mendes, seu irmão, a parte que lhe ficara da herança de seus pais de umas casas em Torres Vedras e na quintã de entre as vinhas de Pedrulhos por quarenta libras[275]; ou a noviça Constança Lourenço, que em 1317 afora perpétua e hereditariamente por 10 libras anuais, pagas no dia de S. Miguel de Setembro, um campo em Benfica ao seu padrasto Afonso Martins «Vara Longa» e a sua mãe Teresa Martins[276], sendo à data já órfã de pai, Lourenço Peres.

[271] ANTT, OC, MSDO, Liv.2, fl.174.
[272] ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.58. D. Sebastião haveria de dar carta de mercê a 08.Ago.1573 (ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.31 e fl.52-55) a confirmar o privilégio de D. Dinis dado há mais de duzentos anos.
[273] A 21 de Abril de 1324 D. Dinis proíbe que pessoa alguma possa pousar no couto do Mosteiro de Odivelas, ou tirar dele palha ou quaisquer outras coisas, sem a autorização da abadessa (ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.57; translado: Liv.1, fl.146-49).
[274] ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.42-47 e fl.48.
[275] ANTT, *Colegiada de Stª Maria do Castelo de Torres Vedras*, mç.27, nº 13.
[276] ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.3. Veja-se a entrada biográfica **35** de **Constança Lourenço I**.

Se sobre a segunda não conseguimos recuar além da geração dos pais, acerca dos quais só sabemos que possuíam propriedades no termo de Lisboa, relativamente à primeira, seguindo a proposta de Ana Maria Rodrigues, que identificou Gonçalo Mendes com *Gonçalo Moreira*, cavaleiro de Torres Vedras, reconhecemos que este e a irmã Maria Mendes eram filhos do cavaleiro Mendo Ermiges[277]. No presente não nos importará tanto aparentá-los com a linhagem dos *Moreiras*, que nenhum documento explica de que forma teriam passado das terras de Basto para as de Torres Vedras, apesar de Mendo Ermiges poder ser filho de Ermígio Peres de Moreira, tendo o neto usado o topónimo deste avô. As aquisições de propriedades que então iniciou e que haveriam de continuar até à década de 1330 fariam com que, dentro de poucos anos, o irmão Gonçalo Mendes Moreira passasse de grande proprietário rural a alvazil de Torres Vedras (1317-1322). Filha, irmã e cunhada de cavaleiros, escudeiros, alvazis e alcaides, Maria Mendes reunia em torno de si o produto do funcionalismo da elite dirigente torriense, cuja proximidade a Lisboa a terá levado a professar em Odivelas.

Ao contrário daquelas duas, **Clara Peres** surge uma única vez, em 1320, num processo de compra e venda de propriedades em Alenquer[278]; exemplo máximo da carta de privilégios de D. Dinis datada do ano anterior[279], a partir da qual qualquer religiosa passava a poder comprar bens, o que nos alerta mais para os interesses patrimoniais do mosteiro do que para qualquer parentela que lhe desconhecemos, não nos sendo possível considerar que talvez fosse irmã da monja Inês Peres, documentada a partir de 1327.

Entretanto falecido o rei, conforme atrás havíamos sugerido, é possível que várias das religiosas que se documentam em data posterior a 1325 já se encontrassem no mosteiro à morte de D. Dinis. São exemplo disso os casos das irmãs **Catarina** e **Maria Domingues**, documentadas em 1330 como monjas de Odivelas, filhas de Domingos Pais, «canlhador» em Lisboa, ambas falecidas antes de 1358[280]; o de **Sancha Gomes**, monja de Odivelas (1331-45), filha do cavaleiro Gomes Martins, alcaide-pequeno de Lisboa, e de D. Constança Anes [da Arruda], senhores de várias vilas da Estremadura, e de um considerável conjunto de bens na zona de Alenquer e na cidade e termo de Lisboa; e ainda o de **Constança Domingues** (1327), colaça de Constança Anes Palhavã, viúva de um

[277] RODRIGUES 1995, 547.
[278] Mais precisamente todos os bens de raiz que João Anes e sua mulher, Domingas Anes, moradores na aldeia de D. Viegas (t. Alenquer), possuíam na vila e termo de Alenquer (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.24). Veja-se a entrada biográfica **31** de **Clara Peres**.
[279] ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.31; *Chanc. D. Dinis*, vol.3, doc.630 (10.Set.1319); cf. RÊPAS 2021, vol. I, 121.
[280] ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.133 (10.Set.1358). Vejam-se as entradas biográficas **18** e **92**, de **Catarina Domingues** e de **Maria Domingues**, respectivamente.

almoxarife de Lisboa e irmã de **Teresa Anes Palhavã**, que professara em Odivelas onde a encontramos desde 1323, facto que terá contribuído para que Constança Anes deixasse em testamento dez libras ao mosteiro e cinquenta libras à colaça que "«soy» em ordens em Odivelas"[281]. Supor que D. Maria Anes Raimundo já estivesse em Odivelas à morte de D. Dinis, parece-nos conjectura mais arriscada. Porém, considerá-la ao lado das anteriores é acrescentar parte fundamental à hipótese apresentada anteriormente relativa à presença dos de Portocarreiro em Odivelas na primeira metade do século XIV, além de robustecer o quadro que se vem a compor à nossa frente, e que reúne um conjunto bastante significativo de filhas, irmãs, ou parentes de cortesãos, oficiais concelhios e da Coroa, escudeiros e cavaleiros, vereadores e alvazis, alcaides e almoxarifes, mesteirais e proprietários na cidade e no termo de Lisboa e nas demais localidades vizinhas que desde a fundação D. Dinis procurou associar ao Mosteiro de Odivelas através das doações de 1295. E assim, numa amostra de quinze religiosas que não compõem a metade do total documentado no século XIV, interagiam os poderes políticos local/regional e central, que levava os indivíduos dessas famílias que formavam a principalidade urbana e rural de Lisboa e da periferia a procurarem imiscuir-se numa esfera de relações afectas à Coroa, fenómeno que teria em D. Urraca Pais de Molnes bom exemplo para a compreensão das transformações registadas na passagem do reinado de D. Dinis para o de D. Afonso IV.

2. As partes e o todo

No plano interno do período cronológico em discussão, o mosteiro de Odivelas poderá registar três momentos, marcados por factores externos, relativos às diferentes fases de acção política do reinado de D. Dinis. Seguiremos as intitulações com que José Augusto de Sottomayor Pizarro baptizou a divisão do reinado do seu biografado[282]. Compreendem *o ciclo do apogeu* os anos de 1287 a 1305, prelúdio da fundação, das primeiras aquisições que compõem a doação régia que atrás relatámos, as primeiras vendas e aforamentos de prazos[283]. Seguem-se *os anos da maturidade*, entre 1305 e 1318, período no qual D. Dinis

[281] Veja-se a entrada biográfica **33** de **Constança Domingues**.
[282] Referimo-nos aos capítulos intitulados, respectivamente: 3º "O ciclo do apogeu (1288-1304)"; 4º "Os anos da maturidade (1305-1318)" e 5º "Os anos da guerra e da morte (1319-1325)" (PIZARRO 2006, 7-8).
[283] Referimo-nos à venda que em 1300 fez Vicente da Enxarra de uma vinha no local da Palma, termo de Lisboa (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.1), e à doação que em Outubro do mesmo ano D. Dinis, juntamente com a rainha e o infante herdeiro, fez ao Mosteiro de Odivelas do foro pago por Domingos de Gaia e sua mulher Maria Anes pelas azenhas que fizeram em Frielas (ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.36).

consolida o seu projecto, ideia expressa no número considerável de novas doações[284], embora a conturbada política externa apenas o tenha permitido documentar-se de forma muito espaçada: numa carta datada de 1306 que colocava sob sua protecção o Mosteiro de Odivelas, todos os seus membros e possessões, determinando que quem desrespeitasse ou atacasse o mosteiro estaria a demonstrar inimizade ao rei[285]; na ordenação de 1309 relativa às rendas da igreja de São Julião de Santarém, as quais deveriam reverter para ajudar no sustento da abadessa e religiosas do mosteiro[286]; e que terminará com novas doações em 1318. Estas relacionam-se já com a terceira e última fase, anos *da guerra e da morte*, de 1319 a 1325, quando tudo se ressente do estado geral resultante do conflito interno, e em Odivelas se dá início a uma reforma essencial logo em Setembro de 1319, permitindo às religiosas a compra de propriedades, a qual estava interditada a todos os outros cenóbios, e prometendo o rei que jamais lhes mandaria *pôr grades, nem rodas, nem fazer maior encerramento do que aquele que prometiam cumprir*[287].

Concluído este périplo documental, serviu-nos esta tripartição para compreender o quanto nesses títulos se exprime o ambiente de tensões internas vividas em Portugal ao longo desses anos. Em capítulo anterior já nos havíamos referido à intermitência entre a guerra e a paz, entre os conflitos com infantes revoltados, que se manteriam do início ao final do reinado, os confrontos que opunham o monarca ao clero, desde a morosa concórdia com a Santa Sé à aplicação de diversas leis de desamortização. Resolvidos todos os conflitos de forma mais ou menos demorada, maior intransigência régia parece ter sido a que D. Dinis terá aplicado aos nobres, o que, segundo José Augusto de Sottomayor Pizarro, terá levado ao isolamento do monarca, "cada vez mais agastado com o crescente ambiente de rebelião da nobreza"[288], rastilho efervescente que levaria à guerra

[284] A 3 de Agosto de 1306, D. Dinis confirma uma carta de doação de certas heranças e possessões no termo de Lisboa (ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.38-39); dois dias depois, a 5 de Agosto, regista-se a doação de uma vinha e olival no Lugar de Concha e no de Repiles, olivais em Chelas, Alfundão, Çafarbafar, Beirolas, Leiria e Arronches, e ainda um outro olival e almuinhas em Valverde, com todos os seus direitos (ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.41); no dia 24 do mesmo mês e ano, D. Dinis doa ao mosteiro uma propriedade na lezíria da Toureira (ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.49). Acrescenta-se ainda a doação de uma marinha de sal em Santo António do Tojal em 1312 (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.441).
[285] Os infractores deveriam pagar 6.000 soldos e corrigir o mal que fizessem (ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.40).
[286] ANTT, OC, MSDO, Liv.2, fl.89. Relaciona-se com isto a obrigação de João Mendes, vigário da igreja de São Julião de Santarém, dever pagar 800 libras por ano ao Mosteiro de Odivelas, devendo a sua abadessa renunciar a quaisquer possessões (ANTT, OC, MSDO, Liv.2, fl.87)
[287] A primeira determinação régia data do dia 9 de Setembro (ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.58), e a segunda do dia seguinte (ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.31).
[288] PIZARRO 2006, 176.

que marcou o final de um reinado manifesto no reforço do poder régio contra os abusos e várias formas do poder senhorial, que exige o presente interlúdio.

Após a primeira querela com o irmão, D. Dinis ordenara as inquirições de 1284, que viriam a traduzir-se nos protestos da nobreza aquando das Cortes de Lisboa de 1285[289], às quais se haveria de suceder o maior alerta que terá feito tremer as fundações das velhas linhagens portuguesas: a inquirição aos bens do octogenário Conde D. Gonçalo Garcia de Sousa, em 1286[290], a qual poderá ter esclarecido várias questões que viriam a resolver-se nas segundas inquirições, resultantes dos protestos das Cortes de Guimarães. Datadas de 1288, precisamente um ano após a fuga do Infante D. Afonso para Badajoz, revelariam ao monarca um panorama esclarecedor sobre as diversas formas de senhorialização abusiva e quais os seus principais autores. A morte do *Conde* é paradigmática. Por aqueles anos da década de 1280 o compasso é de espera, e, à medida que se escrutinava a nobreza que entrava em crise de rendimentos, a representação biológica das velhas linhagens começava a assistir ao seu ocaso[291]. A condenação das segundas inquirições não se faria tardar, com as Sentenças de 1290, revogadas pelo rei, certamente interessado em acalmar a nobreza no período que se sucedeu, no qual se ocuparia da política peninsular. Não é portanto inocente que datem desse tempo as Cortes de Coimbra (1291), onde o rei promulgou a lei que proibia os mosteiros de herdarem bens de raiz dos seus membros, a maioria membros da nobreza. Sempre que aumentava o poder de uns, limitava o de outros[292], sem nunca se afastar de uma reforma – atrevamo-nos a conotá-la assim – estrutural e prolongada. As três inquirições seguintes, que no total compõem as cinco – número bastante elevado para um só reinado –, datam respectivamente de 1301, 1303 e 1307. Ao fim de treze anos das últimas, um ano após as pazes com o irmão rebelde, D.

[289] A importância destas cortes expressa-se em grande medida no facto de também nelas ter sido objecto de acesa discussão o diferendo que então ainda opunha o rei ao clero, questão herdada do monarca anterior, e que D. Dinis vinha a resolver desde os primeiros anos do seu reinado, conforme demonstrámos em parágrafo anterior.

[290] PIZARRO 1999, vol. I, 221.

[291] Compõem o elenco necrológico as linhagens dos **Teles** – D. Martim Afonso Telo (f.1282) –, **Baião** – D. Pero Ponces de Baião (f.1283) e D. Afonso Lopes de Baião (f.1284) –, **Chacim** – D. Nuno Martins de Chacim (f.1284) –, **Aboim** – D. João Pires de Aboim (f.1285) –, **Sousa** – D. Gonçalo Garcia de Sousa (f.1285) –, **Soveral** – João Gil de Soverosa (f.1296) –, **Vinhal** – Martim Anes do Vinhal (f.1285) – e **Riba de Vizela** – D. Pero Anes de Riba de Vizela (f.1286) e D. Martim Gil de Riba de Vizela (f.1295). Cf. PIZARRO 1993, 95-97; PORTUGAL 2016, 27, nt.80.

[292] Como nos recorda João Francisco Pereira de Castro Portugal, ilustra bem a habilidade política de D. Dinis a sua forma de gerir as acções de afronta à nobreza, sendo bom exemplo disso o facto – também já por nós comentado no presente texto – de que face à reacção negativa após o escrutínio dos abusos senhoriais levantado pelas Inquirições de 1288 o rei tenha sabido responder revogando as sentenças por si proferidas no final do processo, em 1290 (PORTUGAL 2016, 28).

Dinis inaugura o século XIV lançando três inquirições num curto espaço de seis anos, com os processos a arrastarem-se, atendendo que o último inquérito, o de 1307, ainda decorria em 1311. Estava assim traçado o género de simpatia que lhe deviam os nobres.

Exemplo desta enérgica política dionisina contra os poderes senhoriais, se em 1282 as primeiras pazes celebradas com o infante juntaram ao lado do rei como suas testemunhas D. Nuno Martins de Chacim (mordomo-mor), D. Gonçalo Garcia de Sousa (alferes-mor), entre outros membros da alta nobreza, volvidos cerca de quarenta anos – o que só por si já ilustra a longevidade do reinado –, em 1321 D. Dinis far-se-ia rodear por um conjunto de vinte testemunhas pouco inocente da transformação das suas relações mais próximas, entre as quais dois bastardos régios, Afonso Sanches e João Afonso, que desde 1312 ocupavam os cargos de mordomo-mor e alferes-mor; e, entre outros, Fernão Rodrigues Bugalho, alcaide de Lisboa, Lopo Vasques de Alvarenga, e Fernão Vasques Pimentel[293].

Conforme sabemos, daí a alguns anos D. Afonso IV virá a herdar um reino onde já se consolidara "um aparelho administrativo, burocrático e jurídico"[294], como fez notar Maria Helena da Cruz Coelho, em grande parte resultante das medidas dionisinas obviamente conducentes a uma forte reacção dos sectores da nobreza, quer de corte como de segunda ou terceira categoria, que, se entre 1319 e 1324 apoiavam o partido do infante esperando conseguir uma *praxis* mais conducente aos seus interesses, jamais preveriam que uma vez chegado ao trono o novo monarca evidenciasse uma acção de carácter tão restritivo dos direitos e práticas da nobreza e de altos dignitários eclesiásticos enquanto detentores de poderes senhoriais, contrária à que aguardavam, de reconhecimento e reposição dos poderes nobiliárquicos atacados pelo seu progenitor[295]. Concomitantemente às medidas doutrinárias resultantes das novas concepções de poder, de salvaguarda e afirmação dos direitos da Coroa, tomadas logo nos primeiros anos de governação[296], a intensa acção legislativa na justiça e administração do reino aumentava a presença de um conjunto de funcionários e serviços técnicos que levariam o rei a rodear-se de juristas até à década de 1350; iniciativas destinadas a reforçar o poder régio junto da justiça. É paradigmático o

[293] PIZARRO 2005, 199.
[294] COELHO 1988, 35
[295] SOUSA 2005, 97.
[296] Recorde-se que "para pôr cobro a este ciclo vicioso [de violência], como fez notar Marcello Caetano, D. Afonso IV publicou em 17 de Março de 1326 uma lei que (…) proibia também os membros da nobreza de sangue de recorrerem à vindicta privada" (cf. SOUSA 2005, 98).

fim das imensas listas de notáveis, agora substituídas por um número mais reduzido de indivíduos da confiança do rei, no qual se contavam letrados e legistas[297].

Em contrapartida, se ao longo do seu reinado D. Dinis conseguira granjear assinalável adesão e apoio dos concelhos[298] – o que nos parece ser factor decisivo para a compreensão de um perfil social maioritário em Odivelas –, D. Afonso IV viria a impor à administração municipal novos modelos de governação em nome da eficácia e celeridade dos processos, que passavam pela introdução de novos magistrados – corregedores e juízes de fora – e cargos do funcionarismo concelhio – os homens-bons escolhidos para o *vereamento* – que, à semelhança do que acontecia com outros poderes concorrentes – a nobreza e o clero –, procuravam sobrepor aos poderes concelhios exercidos localmente a autoridade régia que agora se fundamentava numa origem divina, manifesta documentalmente no facto de ser D. Afonso IV *pela graça de Deus rei de Portugal e do Algarve*.

Sendo verdade que na viragem do século XIII para o XIV as principais linhagens já se tinham extinguido, é nossa opinião que o referencial que tantos autores têm utilizado para caracterizar as religiosas de Odivelas está inquinado na origem. Paradigmática é a forma como Luís Miguel Rêpas inicia as nótulas biográficas de vinte e seis das quarenta e três religiosas que inventariou: *omitida nos livros de linhagens medievais*[299]; indicador da sua presença social, é certo, mas reflexo diminuto pela lógica das biografias que temos vindo a discutir. Do mesmo modo, "a referência a duas abadessas de Odivelas nos livros de linhagens não significa que a sua comunidade fosse bastante aristocratizada, nem tão-pouco que os demais elementos dessa comunidade não fossem de origem nobre"[300]; defende o autor em obra diferente da anterior. Conclusão que servirá, porém, em comparação com os velhos conventos cuja fundação remontava a um tempo anterior à formação do reino e cujo recrutamento continuava a ser feito entre a alta e a média nobreza[301], para observar que a partir do século XIII, comunidades religiosas inseridas no termo de importantes centros urbanos vinham atender

[297] A Chancelaria régia e o cargo de chanceler-mor ganham importância. Veja-se o caso de Miguel Vivas, clérigo, primo da linhagem dos Nogueira (SOUSA 2005, 76; veja-se a sua genealogia em: FARELO 2012, 155), ou de Pedro do Sem, um leigo letrado que ilustra bem este novo grupo (HOMEM 1985, 181-182).
[298] Bem como o apoio de alguns nobres, com grande adesão nas Ordens Militares (cf. COELHO 1988, 39)
[299] RÊPAS 2021, vol. II.
[300] RÊPAS 2007, 696.
[301] Referimo-nos aos mosteiros de Arouca, de Lorvão e de Celas.

> às expectativas religiosas de outras camadas sociais, sobretudo dos novos grupos em ascensão, ligados à mercancia, às letras e ao funcionalismo régio e municipal, que surgem ao lado de elementos da média e mesmo da pequena nobreza local e regional, formando comunidades mais heterogéneas[302].

Esta vontade de se imiscuírem no mundo religioso indivíduos que aparentemente até então pouco ou nunca o tinham feito, leva-nos a considerar se, mais do que tendência de um tempo que permitia a leigos estarem presentes na vida de determinada casa religiosa, não será prova da aproximação desse novo grupo social a determinada prática de exercício do poder tão característica da alta nobreza nos séculos anteriores, agora continuada ao longo do século XIV. Trata-se assim de observar estes mosteiros urbanos, nomeadamente o de Odivelas, numa abordagem enquanto palco de manifestação de redes de poder simbólico e patrimonial, tecido de geração em geração, conforme os mosteiros do Norte o vinham registando desde o século XII. Através dos mesmos mecanismos se moviam as novas peças do jogo político, que continuava a vincular as suas influências partindo dos laços familiares que compunham a rede em redor de um centro estratégico.

2.1. Familiares e *familiaritas* de Odivelas (século XIV)

De acordo com a definição de Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, entenderemos por «familiares» aqueles que fazem parte da *família religiosa*, ou seja

> seculares, que doando todos os seus bens ou grande parte deles a algum mosteiro, ou qualquer outra casa eclesiástica ou religiosa, umas vezes se entregavam eles mesmos ao serviço de tal corporação, debaixo da obediência do seu prelado, outras vezes, ligados com o matrimónio, ficavam em suas casas, como caseiros colonos ou usufrutuários dos ditos lugares santos (…)[303].

Esta definição, que em artigo relativo ao Mosteiro de Arouca entre os séculos XIII e XIV Luís Miguel Rêpas utilizou para explicar de que forma conseguiam alguns leigos participar nos benefícios espirituais de uma determinada Ordem[304], entendemo-la nós de forma algo diferente por acrescentarmos à discussão um factor paralelo à procura inegável pela espiritualidade por leigos que desejavam obter a sua salvação sem que para isso tivessem de renunciar ao seu estado[305]. Parece-nos evidente que mais que o incentivo espiritual, a *familiaridade* de Odivelas poderia ser ostentada como factor de consolidação de uma consciência social, de grupo. Contudo, não nos importará identificar quem é que através de doações a religiosas de Odivelas foi recebido como familiar do mosteiro,

[302] RÊPAS 2021, 51-78. Luís Miguel Rêpas refere quatro mosteiros com estas características: Almoster (Santarém), Cástris (Évora), Celas (Coimbra) e Odivelas (Lisboa); embora o Mosteiro de S. Bento de Cástris não seja mencionado nos livros de linhagens.
[303] RITA 1998.
[304] RÊPAS 2009, 501
[305] VAUCHEZ 1995, 103-139.

tratando-se de fenómeno praticamente inexistente no contexto odivelense da primeira metade do século XIV[306], que a par das doações régias somente registaria um reduzido número de vendas e aforamentos[307].

Só em 1334[308] se regista a primeira doação feita ao mosteiro por parte de um privado, *D. Teresa, mulher que foi de Afonso Sanches*, que doa ao mosteiro a igreja de São João e a herdade do Paço do Lumiar[309]; pelo que supomos que apesar de, em 1318, D. Dinis ter doado a Odivelas os padroados de São João de Frielas e de São João do Lumiar, a doação do segundo templo não chegou a efectuar-se, ou terá ficado o seu usufruto para o seu filho bastardo[310], à data mordomo-mor do reino. Tendo D. Teresa Martins Telo sobrevivido ao marido[311], um dos últimos documentos em que se registam os nomes dos dois cônjuges é

[306] Referimo-nos em primeiro lugar à doação feita a 2 de Maio de 1306, por João Domingues e sua mulher Aldonça Anes, moradores na aldeia da Charneca, de umas casas, curral e almuinha na Charneca, em desconto de uma dívida que tinham contraído ao Mosteiro de Odivelas (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.259);

[307] A propósito de **vendas**, registam-se as feitas à abadessa D. Constança Lourenço, a primeira em **1309** (20.Set.), feita por D. Francisco da Falagueira, relativa a certos bens no lugar de Telheiras por preço de 150 libras de portugueses (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.1), e em **1311** (19.Jun.), feita por Gil Martins e sua mulher, que vendiam umas vinhas e casas que possuíam em Telheiras por preço de 100 libras (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.2); cuja legalidade somos levados a pôr em causa atendendo a que só a partir de 1319 é que as religiosas de Odivelas passaram a estar autorizadas para comprar propriedades (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.211).

Nos anos seguintes registar-se-iam ainda uma feita em **1328** por Domingos Pires e sua mulher Maria Domingues, de uma courela de vinha com suas casas no lugar de Alfembra, "aquém do rio de Odivelas", por preço de 27 libras (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.212). Quanto a **aforamentos**, recordamos um ao qual já nos referimos, feito em **1317** pela noviça Constança Lourenço, com licença da abadessa D. Maria Afonso (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.3); outro, já no abaciado de D. Urraca Pais, feito por esta, em **1318**, relativo a uma herdade no lugar da Alfembra e de umas casas em Odivelas, a Silvestre Martins e sua mulher (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.211); em **1330** (16.Set.) o mosteiro empraza um herdamento no local a que chamavam "Rio Redondo", a João Martins e a João Vicente por preço do terço do vinho e de tudo o que der a herdade (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.213); em **1331** (08.Mar.) emprazam umas courelas junto aos Pombais a João Pais e sua mulher Guiomar Anes, por preço do terço do que for produzido (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.112).

Documentamos ainda a **transacção** feita por D. Urraca Pais em **1329** (26.Fev.) com Tomé João, trocando um foro por uma courela junto à levada da Azenha, na periferia do mosteiro (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.1).

[308] ANTT, OC, MSDO, Liv.2, fl.176.

[309] Segundo Frei Francisco Brandão, "*O sítio em q a Igreja do Lumiar està edificada, era del Rey D. Afonso Terceiro, q neste lugar tinha hua quinta, a qual por esta causa chamão o Paço, & despois pola possuir Afonso Sanches chamrão o Paço de Afonso Sanches, & este nome de Paço referem ainda oje*" (Brandão, BRANDÃO 1650, 224). Igualmente segundo o cronista em 1312 Sancha Nunes Alfeirãa, religiosa do Mosteiro de Santos, doou ao seu mosteiro umas casas em Lisboa à Pedreira, sendo testemunha dessa escritura "*João Longo de Odivellas, & Martim Longo de Paço de Afonso Sanches*" (BRANDÃO 1650, 225). A Igreja de São João do Lumiar teria sido fundada por D. Mateus, bispo de Lisboa (1259-1282), "*a dous de Abril do anno de mil duzentos & setenta & seis (…) como se alcança do cartório da Sè de Lisboa*" (BRANDÃO 1650, 225).

[310] Partilha-se hipótese semelhante à nossa em GOMES 2001, 46

[311] Afonso Sanches faleceu durante o seu exílio em Castela, em 1328, durante o cerco de Escalona (ANTUNES, OLIVEIRA et MONTEIRO, 1984, 119-121). Cf. PIZARRO 1999, vol. I, 191.

a doação feita em 1322 ao Mosteiro de Pombeiro, do qual ela era "natural e padroeira"[312], cenóbio com o qual daí a alguns anos viria a ter um diferendo que levou à intervenção do monarca, que intercedeu em favor do cenóbio. Talvez daí resultasse alguma antipatia, e apesar de conhecida a afinidade de D. Teresa com Santa Clara de Vila do Conde, mosteiro que fundara em 1317 com o marido e no qual se encontram ambos sepultados, sabemo-la moradora em Lisboa na década de 1330[313], assim se justificando a opção de privilegiar o de São Dinis de Odivelas.

Este episódio aparentemente secundário, parece-nos um bom ponto de partida para demonstrar a atracção que o Mosteiro de Odivelas exercia na população de Lisboa em meados do século XIV, fixando um modelo de recrutamento de religiosas ímpar que convinha às aspirações sociais de variados grupos de cidadãos num espaço peri-urbano. Pois que a referência a uma filha do 1º conde de Barcelos e nora do rei falecido não nos parece suficiente para relacionar o cenóbio com a nobreza medieval portuguesa, mas sim com o facto de essa senhora ter residido em Lisboa. Assim sendo, usaremos a expressão "familiar", mais que num sentido canónico, de forma a relacionarmos com aqueles que, mantendo a sua residência em Lisboa, manteriam uma proximidade estratégica com o mosteiro. Porém, só o enquadramento de episódios esparsos no tempo nos permitem avançar certas hipóteses atendendo às dificuldades impostas pela falta de documentação, como se comprova pelos eventos relativos a Odivelas durante o reinado de D. Afonso IV, resumidos com relativa brevidade, iniciados logo ao fim do primeiro ano de reinado.

2.1.1. Novas parentelas urbanas de uma linhagem de religiosas

No início do Verão de 1326, um breve apostólico do papa João XXII mandava ao Prior de Santa Justa de Coimbra que apurasse a verdade relativamente a uma petição que lhe chegara na qual João Mendes, vigário da igreja de São Julião de Santarém, alegava ter o seu direito de vigairaria posto em causa pela abadessa de Odivelas, D. Urraca Pais, que por o considerar vago apresentava o clérigo Lourenço Peres para ocupar o lugar[314]. Ora, tendo nós conhecimento de que em 1306, se apresentara na corte de Roma, ao papa Clemente V, sentença com a apresentação de João Mendes como vigário perpétuo da

[312] PIZARRO 1999, 192, nt.160. A doação compunha-se de 50 libras anuais relativas aos bens que o casal possuía em Neiva (MEIRELES 1942, 25)
[313] Em 1335, "nas suas casas de Lisboa", com o seu filho João Afonso de Albuquerque, doa ao Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde todos os direitos que tinha nas igrejas de S. Pedro de Atei, de S. Pedro de Cervã e de S. Pedro de Polvoreira (PIZARRO 1999, 192, nt.160).
[314] Breve apostólico datado de 27.Jun.1326 (ANTT, OC, MSDO, Liv.2, fl.94).

igreja de São Julião de Santarém[315], rapidamente damos razão ao clérigo. Acresce o facto de em 1309 D. Dinis lhe ter ordenado que pagasse 800 libras por ano ao Mosteiro de Odivelas, devendo a abadessa renunciar a quaisquer possessões e avenças enquanto o dito vigário estivesse em funções em São Julião[316], o que talvez já denotasse uma fase de retraimento entre o clérigo e o mosteiro, que dentro de dez anos D. Urraca Pais viria a saber aproveitar. Embora a escassez de documentação não permita que tenhamos notícia do desenrolar do processo iniciado em 1326, deve concluir-se que a abadessa não o terá ganho, uma vez que em Maio de 1341 seria apresentado e confirmado o Padre Gil Esteves para ocupar o lugar do vigário João Mendes, entretanto falecido[317]; ainda que tal não signifique que o processo não se tivesse prolongado ao longo de alguns anos.

Cremos que, com a petição de 1326, se possa relacionar o primeiro documento relativo a Odivelas no qual o rei se documenta – um dos poucos, refira-se[318]. Referimo-nos à carta de mercê que no ano seguinte, em 1327, D. Afonso IV passou a Inês Peres, monja de Odivelas, para que esta pudesse comprar herdades até ao bastante considerável valor de 500 libras[319], privilégio que daí a alguns anos a levaria a comprar uma vinha no couto de Odivelas[320], e cremos nós que outras propriedades actualmente indocumentadas no cartório do mosteiro. Se autores como Luís Miguel Rêpas afirmavam que "nada se sabe sobre a sua família" além da sua omissão pelos nobiliários[321], suspeitamos nós que tal

[315] ANTT, OC, MSDO, Liv.2, fl.91.
[316] ANTT, OC, MSDO, Liv.2, fl.87.
[317] Os documentos encontram-se compilados num instrumento em pública forma em ANTT, OC, MSDO, Liv.2, fl.103. A carta com a apresentação do Padre Gil Esteves pela abadessa do Mosteiro de Odivelas data de 17 de Maio, e a confirmação pelo bispo de Lisboa datada do dia seguinte, 18 de Maio de 1341. Atendendo à data cremos que o vigário João Mendes terá falecido algures nesse ano de 1341.
[318] Referimo-nos a algumas confirmações e a um privilégio datados dos primeiros anos da década de 1340, a saber: por traslado datado de 29.Jul.1344 sabemos que em **1342** (9.Jul.) D. Afonso IV confirmara uma carta de D. Dinis datada de 21.Set.1306, dirigida ao alcaide e alvazis de Lisboa, na qual determinava que não se deveriam penhorar nem constranger os homens que lavrassem ou morassem nas almuinhas pertencentes ao Mosteiro de Odivelas, fazendo assim cumprir os privilégios que lhes haviam sido atribuídos (ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.64); em **1343** (21.Dez.), Estêvão Martins, procurador de Senhorinha Gomes – a qual não identificamos mas que julgamos poder tratar-se de uma irmã da monja Sancha Gomes –, mandara lavrar traslados de três cartas régias, uma das quais de **1341** (2.Ago.) na qual D. Afonso IV confirmara as duas anteriores, de D. Dinis, a primeira (2.Set.1306) na qual o rei se comprometia a tomar o mosteiro e as suas gentes sob sua protecção, e outra (24.Ago.1306) pela qual doava a Toureira ao Mosteiro de Odivelas (ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.56); em **1343** (03.Abr.) D. Afonso IV dá ao mosteiro certo privilégio relativo à guarda da mata de Loures (ANTT, OC, MSDO, Liv.12, fl.1).
Há ainda referência a uma compra que em **1337** (23.Ago.) o Mosteiro de Odivelas fez ao rei de um casal de herdade denominado Alcoitão, no termo de Sintra, por preço de 145 libras (ANTT, OC, MSDO, Liv.17, fl.28), longe iam os tempos em que o monarca doava propriedades ao mosteiro.
[319] ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.60.
[320] Luís Miguel Rêpas refere a compra desta vinha ao casal Manuel Anes e Inês Domingues (ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.60v; cf. RÊPAS 2021, vol. II, 474).
[321] RÊPAS 2021, vol. II, 474.

privilégio poderá ser indício de algum interesse de solidariedade táctica do monarca; e aliando a isso os patronímicos de ambos, sugerimos que Inês Peres fosse irmã do clérigo Lourenço Peres, levando-nos a considerar que pudessem os dois irmãos ter formado parte de um projecto de afirmação até à data ignorado, que pela primeira vez levantamos.

Alguns anos depois, em 1337[322], uma carta de mercê mandaria que Martim Vicente substituísse o juiz *Pero Esteves* no dito mosteiro, sem qualquer remuneração[323]. Propomos que seria este o mesmo Pedro Esteves, homem-bom jurado do concelho de Lisboa, membro da equipa governativa[324], que no biénio de 1334-35 ocupava o cargo de juiz do rei, pelo que julgamos que poderá ter estado próximo de Odivelas até ser substituído por um Martim Vicente, também ele oficial concelhio de Lisboa na primeira metade da década de 1330[325]. Tendo noção do quão arriscado será considerar Pedro Esteves pai dos dois religiosos, e ainda mais aparentá-los com a abadessa D. Urraca Pais de Molnes, devido à falta de documentação que o comprove, é hipótese que não resistimos a levantar.

Linhagem originária da antiga freguesia de Santiago de Molnes (j. de Faria), de cuja honra haveriam de tomar o apelativo, radicados a Sul do Cávado no século XI haveriam de se deslocar para Sul na viragem para a segunda metade de Duzentos, quando, a partir de uma aliança entre Estêvão Pires com Urraca Pires Correia, e certamente por influência política do tio D. Paio Pires Correia, Mestre de Santiago, os filhos do casal se aproximam dos meios cortesãos que ditaram os seus percursos. Oportunamente se consorciam com oficiais da corte – do qual é exemplo o casamento com uma filha do copeiro de D. Afonso

[322] Devido ao estado de conservação do documento não conseguimos precisar se se refere a 29.Mar.1332 ou de 1337 (ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.59) – optando por preterir a primeira data à segunda. Cremos tratar-se da segunda data, uma vez que Mário Barroca cita este documento (BARROCA 2000, vol.II, t.II, 743) datando *Pedro Esteves* como almoxarife de Lisboa entre *(…1336-1337…),* período que compreende o nosso, e questionando se será ele o vereador da Fazenda em 1340, o que não duvidamos que seja, podendo ter acumulado o cargo com o de vereador e tesoureiro da câmara.

[323] Mais do que a alteração do juiz, a existência de um magistrado no mosteiro poderá indiciar-nos questões relevantes para a compreensão do funcionamento administrativo de São Dinis de Odivelas e da necessidade de manutenção de clausura das suas religiosas, as quais preservaremos para trabalho próprio por se afastar do nosso principal objecto de estudo.

[324] FARELO 2008, 617-18. Mário Farelo não o identificou, pelo que pela primeira vez sugerimos que tenha sido este Pedro Esteves aquele que foi tesoureiro (1327-28; 1328-29), alvazil geral do cível (1331-32), procurador às Cortes (1331-32), almotacé-mor (1332-33), juiz pelo rei (1334-35), vereador (1339-40), novamente tesoureiro (1340-41), vereador (1341-42; 1342-43). Cremos ainda que terá sido este o *Pero Esteves* que se documenta no *Desembargo* entre 1339 e 1347 (HOMEM 1985, 177-78). Não deverá ser confundido com dois homónimos seus contemporâneos: Pedro Esteves das Fragas, que se documenta entre 1364-69, nem com Pedro Esteves do Hospital/da Ameixoeira, documentado entre 1368-84.

[325] BARROCA 2000, vol.II, t.II, 711-12. Martim Vicente foi procurador do concelho de Lisboa (1331-32), almotacé (1332-33) e alvazil-geral do cível (1335-36).

III –, integram a casa de infantes, ou, optando pela vida religiosa, professam em mosteiros[326], mantendo-se na corte ao longo da primeira metade do século XIV, "sem grande notoriedade, sendo mesmo provável o seu afastamento com D. Afonso IV"[327].

Ainda em vida de D. Dinis chega a Odivelas para ocupar o cargo de abadessa D. Urraca Pais de Molnes, vinda de Lorvão onde se documenta como monja entre 1296 e 1315[328], tendo professado no tempo em que era abadessa a sua tia Aldonça Anes, sendo assim exemplo da tradicional sucessão conventual tia/sobrinha[329]. Das boas relações com o monarca parece ser exemplo o sucesso do seu pedido datado de 1319 – um ano após iniciar o abadessado – para que as religiosas não fossem impedidas de ir à igreja do mosteiro onde já se encontrava o túmulo do monarca[330]. Reconheçamos contudo que nas vésperas do conflito que opunha o rei ao infante, D. Urraca Pais continuava a ser exemplo das filhas de cavaleiros e oficiais da corte que integravam o projecto dionisino, com origens na nobreza regional que paulatinamente se tinha vindo a aproximar dos meios cortesãos, pelo que de uma realidade mais urbana; espaço de poder por excelência para uma religiosa que professara inicialmente num mundo distinto deste. Arquétipo entre as hipóteses genealógicas que conjecturámos acerca das primeiras quatro abadessas de Odivelas e as biografias das primeiras monjas, a chegada da filha de um cavaleiro à posição de abadessa cerca de vinte anos após a fundação do mosteiro parece ser marca evidente do poder e sucesso deste grupo social em Odivelas; evento distinto dos que por esses anos marcavam a linhagem dos Molnes, cujas alianças matrimoniais reflectiam bem a diminuição da sua influência, podendo com isso relacionar-se o facto de alguns parentes terem optado por continuar arreigados ao julgado de Faria[331]. Em poucas gerações, a

[326] Dos doze filhos do casal, referimo-nos com maior detalhe a **Gonçalo Esteves**, cavaleiro, omitido pelos nobiliários, que fez parte da casa do Infante D. Dinis em 1279 recebendo de soldada 300 libras em panos (FREIRA 1916, 59; PIZARRO 1999, vol.II, 1010); **Abril Esteves**, cónego de Braga (PIZARRO 1999, vol.II, 1008); e às irmãs **Sancha Esteves**, abadessa de Vairão (1282-87), **Teresa Esteves**, comendadeira de Santos, **Maria Anes**, monja em Arouca, **Aldonça Anes**, monja em Lorvão e abadessa de Almoster, e ainda uma outra cujo nome desconhecemos que foi freira em Arouca (LD15O6).
Desconhecemos por que motivo alguns filhos apresentam o patronímico «Anes» ou «Pires», apesar de este sugerir uma homonímia patronímica com os pais.

[327] PIZARRO 1999, vol. II, 1003-1004.

[328] José Augusto de Sottomayor Pizarro afirma que terá sido eleita para o cargo de abadessa de Odivelas em 1316 (PIZARRO 1999, vol. II, 1015); contudo, sabemos que em 1317 ainda era abadessa D. Maria Afonso, e que só em 1318 se documenta D. Urraca Pais como abadessa do mosteiro.

[329] RÊPAS 2021, vol. II, 522.

[330] ANTT, *Ch. de D. Dinis*, Liv.3, fl.127vº. O que atesta a celeridade da construção da arca tumular, um ano após a decisão do rei em se fazer sepultar no mosteiro de Odivelas.

[331] Ao contrário dos que já referimos, diversos outros filhos de Estêvão Pires de Molnes e Urraca Pires Correia seriam exemplo desta realidade. **Lourenço Esteves** e o seu filho continuariam ligados à freguesia de Remelhe, no julgado de Faria (PIZARRO 1999, vol. II, 1007); **Gomes Pires** apenas se documenta nas

insuficiente influência de uns e a opção de outros pelo celibato, ao qual não terá sido indiferente a proximidade aos Correias[332], haveriam de conferir um destaque considerável a inúmeras mulheres desta linhagem, cujo "poder" era "bem mais significativo do que o detido pelos seus *irmãos*"[333].

Não tendo os seus irmãos gerado descendência[334], na viragem do século XIII para o XIV a linhagem compunha-se por cinco irmãs religiosas dispersas pelos mosteiros de Vairão, Santos, Arouca e Odivelas; à semelhança das tias que no século anterior se haviam documentado em Arouca, Lorvão, Almoster, Vairão e Santos. Quão ilustrativo seria o facto de D. Urraca Pais, membro de uma importante linhagem de religiosas, ter procurado aproximar de si alguns familiares, nomeadamente os descendentes de um seu meio-irmão, único filho do segundo casamento de seu pai, e o único que teve geração?[335]

Se nada mais sabemos acerca do clérigo Lourenço Peres, e pouco ou nada a propósito de Inês Peres, que se documenta em Odivelas até 1343 – nem tão pouco se o Padre Gil Esteves estaria relacionado com estes[336] –, além do que os documentos do cartório de Odivelas referem, considerando-os filhos de um Pedro Esteves, oficial do concelho de Lisboa, é nossa hipótese que este fosse um dos quatro filhos de Estêvão Pais de Molnes. Assim sendo, a linhagem não se teria "afastado" da corte com D. Afonso IV, como uma leitura focada em questões relativas à nobreza poderia sugerir, mas sim alterado a sua esfera de influências, daí resultando, como no século anterior, o sucesso das suas alianças matrimoniais, tão características do seu tempo. Se Estêvão Pais casou com Teresa Martins da Cunha, o seu filho Martim Esteves viria a casar com Mor Fernandes Bugalho. Os livros de linhagens documentam que antes de casar terá sido clérigo, à semelhança do irmão Gonçalo Esteves, pelo que não será descabido assumir que um seu sobrinho, Lourenço Peres, pudesse ter sido clérigo na década de 1320/30, apesar de apenas se documentar como terratenente no julgado de Faria nas Inquirições de 1343[337].

---

partilhas paternas, das quais herdou bens nos julgados de Panóias e de Faria; e **Rodrigo Anes**, cavaleiro com geração bastarda que terá usurpado foros de um casal no julgado de Faria.

[332] Segundo José Augusto de Sottomayor Pizarro, o elevado número de celibatários justifica-se como equilíbrio do forte índice de fecundidade (PIZARRO 1999, vol.II, 1004).

[333] PIZARRO 1999, vol.II, 1005.

[334] Lourenço Pais, cavaleiro, casou com Maria Anes da qual não teve filhos (LL56N8); quanto a Garcia e Gonçalo Pais, desconhecemos se terão deixado descendência uma vez que apenas se documentam nas partilhas de 1288, sendo o segundo *ainda sem rébora* (PIZARRO 1999, vol.II, 1015).

[335] Paio Esteves de Molnes viria a casar em segundas núpcias com Beatriz Pires de Pereira, antes de 1289 (cf. PIZARRO 1999, vol. II, 1012).

[336] Não sendo «Gil» um nome em uso na linhagem dos Molnes, duvidamos que se possa considerar irmão de D. Inês e Lourenço Peres.

[337] PIZARRO 1999, vol. II, 1017.

Tendo D. Urraca Pais renunciado aos herdamentos que possuía após sair de Lorvão[338], a sua ascensão ao cargo de abadessa de uma casa religiosa tão cara ao monarca ter-se-á devido à notabilidade da sua acção nesse mosteiro, relacionada com a familiaridade que lhe deviam os Molnes, continuada em Odivelas onde levaria a cabo diversos projectos de reforma administrativa[339], podendo com isso relacionar-se a carta de mercê de D. Dinis que logo em Janeiro de 1318 dava o direito à abadessa de requerer um juiz para tratar das demandas relacionadas com quem trabalhasse nas propriedades do mosteiro. Apesar de não sabermos se à data se encontraria em Odivelas, uma vez que só se documenta a partir de Maio, cremos que este documento prova não só que D. Urraca Pais começou o seu longo abaciado de vinte e dois anos no início desse ano de 1318, como terá eventualmente apresentado para o novo cargo que estava a criar um sobrinho. Uma vez que, segundo Mário Barroca, Pedro Esteves se documenta pela primeira vez apenas em 1327, mais do que pôr em causa a possibilidade de ter exercido o cargo de juiz em Odivelas, admitimos que seja prova da transferência daquele *escudeiro*[340] para a esfera de influência de uma tia abadessa, bastião que representava a implantação da linhagem a Sul do reino, mas mais do que isso, na corte e na cidade de Lisboa, vindo ele próprio a ser membro da elite camarária durante vários anos.

Com esta presença em Lisboa em torno de D. Urraca Pais se relacionará também o casamento do sobrinho Martim Esteves, com Mor Fernandes Bugalho, descendente de dois alcaides-mores de Lisboa, nomeadamente Fernão Rodrigues Bugalho, seu pai – que atrás referimos como testemunha de D. Dinis nas pazes de 1321 – e Afonso Guilherme, seu avô materno, importante mercador de Santarém[341]. Pese embora os livros de linhagens não terem registado se esta união terá ou não gerado descendência, defendemos que terá sido através deste ramo que o apelido *Molnes* não se terá extinguido no século XIV.

[338] Veja-se a entrada biográfica **108** de **D. Urraca Pais de Molnes**.

[339] Durante o seu abadessado o rei comprometeu-se a nunca pôr grades nem rodas que impedissem as religiosas de Odivelas de irem à igreja rezar sobre o seu túmulo (1319), sendo suficiente o voto e a promessa que abadessa e religiosas haviam feito (a Deus, a Santa Maria, a S. Bento, a S. Bernardo e a S. Dinis) de servirem a Deus cumprindo a rigorosidade da clausura que lhes era imposta. Mas também seria durante o seu período como prioresa que se promoveria o povoamento e a exploração económica dos domínios fundiários de Odivelas, "nomeadamente através de um aforamento colectivo, com obrigação do plantio de vinha e da construção de casas junto ao mosteiro", bem como através de diversas aquisições patrimoniais, por compra ou por doação, nas proximidades do mosteiro.

[340] Omitido dos livros de linhagens, como aliás o foram grande parte dos membros da linhagem dos Molnes, é possível que fosse Pedro Esteves o escudeiro a quem o tio, Lourenço Pais, deixou em testamento 10 libras (cf. PIZARRO 1999, vol.II, 1017).

[341] Assinale-se a presença deste indivíduo na obra intitulada «Os cavaleiros de Santarém na segunda metade do século XIII», de Mário Viana (VIANA 2012, 61-81). Temos notícia de que terá sido pai de uma "dona Maria Afonso", casada com Fernão Rodrigues Bugalho (cf. MATTOSO 1980, vol.II, 326).

Concordante com a hipótese que aqui apresentamos será talvez a prova documentada de uma *Inês de Molnes*, monja em Odivelas entre 1375 e 1424[342], ocupando o cargo de *cantora* na hierarquia conventual. Sendo elementar constatar que não se trata da mesma Inês Peres, a homonímia que partilhavam e a semelhança de percursos sugerem-nos suficientes afinidades genealógicas para a considerarmos, se não filha, eventualmente neta de Martim Esteves, professando no mesmo mosteiro onde no reinado de D. Afonso IV haviam sido abadessas duas tias-bisavós. Pois que da notoriedade granjeada por D. Urraca Pais ao longo de mais de duas décadas terá certamente resultado que à sua morte lhe tenha sucedido uma irmã, D. Ouroana Pais, até então monja em Arouca, que viria a ocupar o cargo durante poucos anos, entre 1340 e 1342.

2.1.2. Religiosidade familiar do oficialato concelhio de Lisboa

Durante o breve abadessado de D. Ouroana Pais de Molnes registamos o surgimento de uma **Constança Miguéis**, monja de Odivelas (1341-74), cujo património e genealogia conflui no modelo que temos vindo a traçar. Filha de uma família de proprietários lisboetas, com algumas herdades no termo de Almada[343] – as únicas propriedades que o Mosteiro de Odivelas possuiu a Sul do Tejo[344] –, era irmã de Mestre Estêvão, *Doutor em Degredos*. A cronologia permite-nos identificá-lo com Mestre Estêvão das Leis, documentado no Desembargo onde terá feito carreira entre 1343 e 1345[345], convivendo com o atrás biografado Pedro Esteves. Redactor de um total de nove cartas com o seu homólogo Lourenço Gonçalves[346], maioritariamente integradas nos processos das inquirições e confirmações empreendidas pelo monarca, a proximidade deste letrado à

[342] Veja-se a entrada biográfica **50** de **D. Inês de Molnes**.

[343] Até 1341 Constança Miguéis possuía uma casa em Lisboa que herdara do seu pai, e duas courelas herdade no termo de Almada, que herdara da sua mãe, as quais confrontavam com o seu irmão e os herdeiros deste, data na qual escambou estas propriedades com o seu irmão, recebeu em troca uma casa em Lisboa, que acrescentou a outros bens que já possuía nessa cidade, nomeadamente várias casas que confrontavam entre si na freguesia de S. Julião, à calçada de S. Francisco (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.366; 23.Mai.1358); certas propriedades que João de Almada trazia arrendadas em Bicelas (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.419; 09.Out.1341); uma vinha em Alvalade, o Grande, que lhe rendia sete libras em cada ano, duas courelas de vinha «a so lagar» que foi de Elvira Esteves (sua mãe), em Corroios, termo de Almada (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.386; 16.Set.1355).

[344] A 15 de Abril de 1374, a abadessa e convento de Odivelas viriam a escambar uma sobreloja e metade de todas as casas sitas "a cima da dita sobreloja" em Corroios, herdadas por Constança Miguéis à morte dos seus pais, a Vasco Peres, mercador e criado de Francisco Domingues de Beja, por umas casas, com seu sótão e sobrados, em Lisboa, na *Triparia*.

[345] HOMEM 1985, 58-59.

[346] HOMEM 1985, 158.

Coroa é significativa, tendo sido *ouvidor dos feitos* de D. Afonso IV[347]. Atendendo ao conteúdo da carta de escambo feita pela irmã Constança em 1341 constatamos que terá tido *herdeiros*, desconhecendo se seriam seus filhos ou seus sobrinhos, porventura filhos de uma outra irmã, Maria Miguéis, proprietária de bens em Lisboa, a qual se identifica no mesmo documento. Admitimos que fossem seus filhos[348], pelo que Mestre Estêvão terá sido exemplo da tendencial laicização do desembargo régio[349].

É precisamente neste período, ia a meio o reinado de D. Afonso IV, que se observam transformações irreversíveis na gestão municipal da cidade, tais como ter deixado de ter dois alvazis para passar a ter quatro[350] – cujas responsabilidades do foro judicial em breve fariam com que fossem designados como *juízes*[351] –, e ter assistido à criação do cargo de *corregedor* – o da Estremadura, no caso em questão[352] –, entre outros novos cargos[353], resultantes da complexa reforma administrativa que em capítulo anterior havíamos assinalado, a qual viria inclusivamente a alterar o local onde se reunia a administração local, sempre ao ar livre até 1322[354], para um edifício próprio denominado *Câmara do Paço do Concelho*[355]. Somente três reuniões não se realizaram nesse local[356], tendo uma delas decorrido extraordinariamente nos "paços onde João Anes Palhavã faz audiência"[357].

---

[347] Nada mais conseguimos identificar relativamente a Mestre Estêvão das Leis. Segundo pergaminho datado de 5 de Junho de 1328, na sequência de um emprazamento feito em Óbidos por "João Martins, procurador de Mestre Estêvão, prior de S. Pedro de Óbidos" (cf. AZEVEDO 1914, 108).

[348] Caso contrário, terá sido o Mestre Estêvão, prior de São Pedro de Óbidos, que se documenta entre 1327 e 1328? (cf. AZEVEDO 1914, 108).

[349] SOUSA 2005, 73 e ss.

[350] Dois alvazis dos ovençais e dos judeus, encarregados de julgar os pleitos dos ovençais e as contendas entre cristãos e judeus, e dois alvazis gerais que julgariam as restantes contendas (cf. MARTINS 1998, 42). Segundo Gama Barros, no século XIII eram chamados *ovençais de el-rei* todos aqueles que se encarregavam directamente da administração central da casa e fazenda do rei, entre os quais se contam o reposteiro, o porteiro, o eichão, o escanção, entre outros (cf. BARROS 1885, 579)

[351] Desde a origem uma importante magistratura municipal, o cargo de alvazil surge no século XII, encontrando-se o seu carácter electivo documentado desde o século XIII (CAETANO 1990, 24 e ss.).

[352] Só no reinado de D. Fernando I a figura do corregedor veria a sua acção ser circunscrita a Lisboa.

[353] Após termos referido os «corregedores», os «juízes de fora» e os «vereadores», destacamos agora os cargos de **procurador do concelho**, leito pela assembleia dos homens-bons, cabia ao *procurador do concelho* efectuar a defesa dos interesses do concelho e representá-lo junto da Coroa, de instituições, ou ainda de particulares; **tesoureiro**; **contador**; **escrivão do concelho**, escolhido entre os escrivães e tabeliãs da cidade, estava obrigado a servir o concelho em exclusividade (documentam-se diversos escrivães do concelho no cartório do mosteiro de São Dinis de Odivelas, embora não tenhamos conseguido aparentar-lhes nenhuma das religiosas).

[354] FARELO 2008, 91.

[355] Também identificado simplesmente como «Paço do Concelho», veio substituir as reuniões localizadas "junto", "no ado" ou "ante a porta da Sé" (MACEDO et ARAÚJO 1951, 29).

[356] As outras duas reuniões tiveram lugar nos "Paços da Moeda" (1352) e "no balcão a par da Sé" (1360). Cf. MACEDO et ARAÚJO 1951, 29; MARTINS 1998, 43).

[357] MARTINS 1998, 76; BARROCA 2000, vol.II, tomo II, 162, nt.924.

Figuras sobejamente documentadas, os Palhavãs foram intervenientes e eles próprios – à semelhança de outros que os rodearam – testemunhas do cosmopolitismo de Lisboa fruto do incremento das actividades mercantis que arroteavam a ascensão de indivíduos ligados ao grande comércio à condição de homens-bons do concelho cujas carreiras permitiam ascender aos principais órgãos da administração concelhia. Embora se identifique num documento datado de 1290 já como mercador da cidade de Lisboa[358], a principal referência a *João Eanes Palhavã* – pai do anteriormente mencionado, e o antepassado mais remoto desta ilustre família olissiponense – data de 13 de Setembro de 1296[359], quando surge enquanto testamenteiro e *criado* de D. Maria Soares, falecida quatro dias antes. Era esta senhora uma *boa-dona* viúva do mercador Martim Peres, *o Palhavã*, que a partir de 1253 começa a aparecer ao lado das principais figuras da Lisboa do reinado de D. Afonso III. O facto de Martim Peres ter possuído tendas de comércio e uma assinalável fortuna pouco justificada com os escassos bens fundiários que possuía leva-nos a relacionar este casal com as possibilidades de ascensão social que o grande comércio propiciava. Falecida D. Maria Soares após a morte das duas filhas, que aparentemente não terão gerado descendência, surge João Anes a confirmar o testamento da defunta num *estromento* que comprova ter sido ele o principal beneficiado e herdeiro da maior parte dos seus bens[360].

Concordando com as hipóteses lançadas por Miguel Gomes Martins respeitantes ao relacionamento com o casal que o criara e dos quais retirara o apelativo[361], identificamos João Anes como um rico comerciante lisboeta cuja família se rodeia de mesteirais[362] e mercadores que lhes testemunham documentos[363], membros em crescente destaque que ligados ao mundo do grande comércio testavam os limites do seu grupo social. É exemplo

[358] A primeira referência documenta-o como testemunha da doação feita por D. Estêvão, prior de S. Vicente de Fora, de um préstamo da aldeia de *Pousada* (cremos que seja a actual Pousade), no termo da Guarda, ao alferes-mor D. Martim Gil de Riba de Vizela e ao filho homónimo deste (ANTT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., mç.4., doc.21).

[359] BARROCA 2000, vol.II, tomo II, 912; MARTINS 1998, 53.

[360] MARTINS 1998, 54.

[361] Cf. BARROCA 2000, vol.II, tomo II, 481, nt.3260.

[362] Martim Esteves, ourives (ANTT, S. Domingos de Lisboa, Liv.23, doc. 317), e Domingos Martins, sapateiro (ANTT, S. Domingos de Lisboa, Liv.50, fl.32), documentam-se sempre muito próximos de João Anes [Palhavã].

[363] Em 1306, um tal Rodrigo Anes foi procurador de João Anes Palhavã num pleito contra o rei (ANTT, Gaveta 11, Maço 7, doc. nº5). Em 1323, Pedro Anes, Gonçalo Anes e João Mião assistem ao testamento de Sancha Peres (ANTT, S. Domingos de Lisboa, Liv.10, doc. 322 e Liv.23, doc. 317). João de Sampaio e Domingos Anes foram testemunhas da posse do cónego Martim Anes Palhavã como administrador da capela fundada por seus pais (ANTT, S. Domingos de Lisboa, Liv.23, doc. nº319). Destacamos o facto de existirem tantos indivíduos «Anes» junto de João Anes; porém, uma vez que se trata de patronímico resultante de nome tão em voga (João), não nos aventuramos a aparentá-los na genealogia dos Palhavãs.

disso a possível filiação de Sancha Peres, sua mulher, a uma *D. Margarida*, "pobre, que em 1296 habitava numas casas que D. Maria Soares possuía na Pedreira"[364]. À data já teriam casado, e talvez por o matrimónio se ter realizado ainda em vida das filhas de Martim Peres não tivesse permitido a João Anes utilizá-lo como alavanca social. Porém, a aparente modéstia da família de Sancha Peres choca com o quão bem se documentam vários tios e primos, nomeadamente um primo que foi raçoeiro de Lisboa; dois primos religiosos; duas primas que foram donas de Chelas, podendo relacionar-se com estas a inserção da família na vida religiosa dos cenóbios olissiponenses[365]; e ainda um primeiro marido eventualmente proprietário a Sul do Tejo[366].

O sucesso da carreira mercantil de João Anes nas últimas décadas do século XIII comprova-se no facto de os filhos terem sido criados por amas e perceptores, sinal de que antes de 1296 seriam já uma família abastada. Entre os seus vários filhos[367], dos varões foi primogénito o clérigo Martim Anes, e quanto aos outros dois que se seguiram, Pedro e João Anes, quiseram os corregedores ou a história que os irmãos não se tivessem cruzado na administração de Lisboa, à qual os Palhavãs ascendem na década de 1330, muitos anos após a morte do patriarca. Homens-bons do concelho, da confiança e nomeação do corregedor, a influência dos negócios familiares que haviam herdado terá sido o principal catalisador que lhes permitiu tomar o poder concelhio. Pedro Anes foi alvazil do crime e vereador, registando-se entre 1336 e 1342. Daí a um ano apareceria João Anes na ilustre condição de alvazil geral que ocupou entre 1343 e 1358, intercalada com o desempenho das funções de procurador do concelho em 1350. Características eram também as relações que estabeleciam, já não maioritariamente entre mesteirais e figuras relacionadas ao comércio como no tempo do pai, entretanto substituídas pelos titulares dos principais cargos da administração municipal e do clero da cidade, reflexo da sua estratégica ascensão social. Atente-se no facto de a filha de Pedro Anes ter casado com Lopo Afonso das Regras; ou de um dos filhos de João Anes ter sido afilhado de D. Gonçalo Garcia, prior de S. Vicente de Fora.

[364] MARTINS 1998, 58.
[365] Maria e Teresa Anes, filhas de Sancha Peres (cf. MARTINS 1998, 58).
[366] Umas casas situadas em Setúbal e umas vinhas na Charneca. Seguimos a hipótese de Miguel Gomes Martins, que por dedução do patronímico de sua filha, Elvira Soares, considerou tratar-se de um Soeiro (cf. MARTINS 1998, 57).
[367] Ana Cláudia Silveira acrescenta ainda Constança Anes Palhavã, a qual terá casado duas vezes, a 1ª c. Lourenço Peres Nogueira, e a 2ª c. Álvaro Gonçalves de Moura (SILVEIRA 2007, 200), Luís Miguel Rêpas concordou (cf. RÊPAS 2021, vol. II, 514). Veja-se a entrada biográfica **105** de **Teresa Anes Palhavã**.

Entre as filhas do maior mercador da Lisboa de finais do século XIII e inícios do século XIV, contam-se "Teresa e Sancha Anes, que em 1323 eram donas do Mosteiro de Odivelas"[368]. Contudo, se conhecemos bem **Teresa Anes Palhavã** como monja documentada sete vezes no cartório de Odivelas entre 1344 e 1352[369], nada sabemos acerca da passagem da irmã pelo mosteiro, documentando-se apenas aquando da instituição de uma capela na Igreja de Santa Justa, às escadinhas que ligavam esta paróquia – uma das três primeiras de Lisboa[370] – à da Madalena, em cujo adro da igreja residiam os seus pais[371]; «embora se desconheça, quer a respectiva carta de fundação, quer o testamento da instituidora»[372]. Após Miguel Gomes Martins ter afirmado que Sancha Anes fora dona em Odivelas, Ana Cláudia Silveira documentou-a como tendo sido «casada com Pedro Esteves, que desempenhou a função de Tesoureiro do Concelho de Lisboa»[373]; o que Mário Farelo viria a aceitar com algumas reservas, após ter corroborado a hipótese de Miguel Gomes Martins.

Novamente confrontados com a presença de Pedro Esteves, até que ponto se poderá crer que Teresa Anes Palhavã tivesse sido tia de Inês Peres? Estariam os de Molnes relacionados com os Palhavã? Ter-se-ia consorciado esta família de mercadores com a velha linhagem nobre que ocupava o abadessado de dois mosteiros em Lisboa? A partir do momento que aceitemos esta rede de parentescos estaremos a concluir que na primeira metade do século XIV o Mosteiro de Odivelas se revelava como centro nevrálgico do nepotismo das principais figuras da elite concelhia de Lisboa. Aceitemo-lo então, para observarmos até onde nos poderá levar.

Por não a termos identificado em Odivelas, refutamos a ideia de Sancha Anes ter sido religiosa, admitindo por isso que terá casado com Pedro Esteves, que a partir de 1327 se documenta como tesoureiro do concelho de Lisboa. Da sua importância terão certamente beneficiado os cunhados, até então mercadores. Teresa e Sancha Anes seriam as filhas mais velhas, atendendo a que os irmãos apenas se começam a documentar cerca de dez

[368] ANTT, *S. Domingos de Lisboa*, Liv.23, doc. 317 (cf. MARTINS 1998, 59).

[369] Teresa Anes documenta-se em sete documentos do cartório de Odivelas (veja-se a entrada biográfica **105** de **Teresa Anes Palhavã**).

[370] ALVES 2020, II, 141. Em 1173 albergaram-se na Igreja de Santa Justa as relíquias de São Vicente.

[371] Veja-se que já Martim Peres e Maria Soares residiam nesta freguesia (MARTINS 1998, 56). Martim Peres havia comprado três tendas na freguesia da Madalena ao rei Afonso III (ANTT, Leitura Nova, Livro XII da Estremadura, fl.153v.).

[372] SILVEIRA, 2007, 201-209. Sancha Anes terá instituído a capela em data anterior a 1393, o que atendendo à cronologia dos irmãos nos parece referencial óbvio, tanto mais que é bastante provável que nessa data já tivesse falecido há alguns anos, uma vez que os irmãos deixam de se documentar nas décadas de 1340/50 (cf. ALVES 2020, II, 141).

[373] SILVEIRA 2007, 197 e 201.

anos depois[374]. Desconhecemos se Teresa Anes já teria professado em Odivelas à morte do pai (1310), tendo falecido entre 1345 e 1352[375]; era então alvazil o seu irmão João Anes. A sua presença em Odivelas desde a década de 1320 sugere-nos que a opção pela vida conventual poderá ter sido estratégia familiar após a morte do pai, quando os Palhavãs ainda eram mercadores.

Caso semelhante a este viremos a encontrar na freira **Maria Peres**, filha de um tal *Pêro Lourenço, dito de Rouquelas*[376], mercador e proprietário de bens patrimoniais em Almada, já falecido em 1344 quando a filha recebe uma doação de Martim Anes, sobrinho de Martim Bordão, mercador e morador em Lisboa, tendo em consideração todo o bem e toda a ajuda e criação que recebera do pai da monja; o que nos sugere relação clientelar semelhante à que atrás analisámos entre Martim Peres Palhavã e João Anes Palhavã. Assim sendo, Teresa Anes e Maria Peres seriam exemplo da noção de pertença dos mercadores à elite do concelho através da utilização dos mesmos processos de ascensão social praticados quer por cavaleiros quer por funcionários da administração local e da Coroa, não obstante poderem os mesmos indivíduos transitar de carreiras.

Recordemo-nos que em 1345 ainda estaria viva **Sancha Gomes**, a qual terá ingressado no Mosteiro de São Dinis de Odivelas algures por volta de 1331, após obter a anulação do seu matrimónio com João Fernandes Rebotim[377]. Membro de um ramo bastardo de uma linhagem que surge pela primeira vez na corte no exercício de cargos próximos do rei até 1300[378], viria posteriormente a ingressar na Ordem de Santiago, alcançando o cargo de comendador de Castro Verde (1341-1346). Concordada a anulação entre os cônjuges antes de ambos professarem cada qual na sua ordem religiosa, na década de 1330 não deteria a família de Gomes Martins maior importância que aqueles Rebotins, que nesse

[374] **Martim Anes** documenta-se pela primeira vez em Novembro **1333**, sabendo nós que terá feito o seu testamento em Setembro desse ano, "através do qual beneficiava a Sé de Lisboa com uma quantia de 40 libras provenientes de casas e da Quinta do Rego destinada a aniversários e à manutenção de uma capela nessa mesma igreja" (MARTINS 1998, 68); **Pedro Anes** surge como alvazil do crime, em Janeiro de **1336**, no primeiro documento em que se documenta a existência de um Paços do Concelho.

[375] Veja-se a entrada biográfica **105** de **Teresa Anes Palhavã**.

[376] De 16 de Dezembro de 1328 data a escritura de venda que Francisco Domingos, fretador das naus, e sua mulher Teresa Anes Doce, residentes em Lisboa, fizeram a Vicente Pires, dito Monte Córdova, mercador em Lisboa, e a sua mulher Aldonça Martins, de três peças de vinha e uma almuinha na Romeira, termo de Almada, onde se lê o seguinte: "hua casa que he na villa dAlmadãa, que parte, a aguyom, com Pero Rouquelas e, ao leuante, com Lourenço Steuãez (…)" (RÊPAS 2021, vol. II, 500, nt.2747).

[377] Veja-se RÊPAS 2021, vol.II, 508 e OLIVEIRA 2006, 391-392. João Fernandes Rebotim foi comendador de Castro Verde (1341-1346), e eventualmente sobrinho de Mem Rodrigues Rebotim, *vice-chanceler* (cf. FARELO 2008, 407).

[378] No reinado de D. Dinis surgem 26 linhagens cortesãs, ausentes da corte durante o reinado anterior e com percursos muito distintos, segundo José Augusto de Sottomayor Pizarro (cf. PIZARRO 1999, vol.II, 1123-24).

tempo se ofuscavam após um curto período no qual haviam estado próximos do poder real; período esse que mais importava assegurar do que afirmar que se tinha tido depois de o perder?

Entretanto falecidos os pais[379], em meados da década de 1340 Sancha Gomes – se é que envolvida em alguma estratégia familiar como temos vindo a identificar em tantas outras religiosas de Odivelas – era irmã de um latifundiário do concelho de Alenquer, João Gomes, solteiro, e de um dos maiores oligarcas olisiponenses, o escudeiro Fernão Gomes, que fora almotacé (1329; 1342) e que dentro de alguns anos seria alvazil-geral (1347-48)[380]. As raízes da presença destes entre o oficialato olissiponense remontavam ao tempo do avô materno, João Domingues de Arruda, presente em Lisboa desde 1294 e alvazil (1303-04; 1309-10; 1313-14)[381], pelo que se compreende as simpatias que teria em ver uma neta professar no mosteiro cisterciense fundado por D. Dinis; episódio ao qual já não terá assistido. Somava-se a tudo isto a carreira do pai, o cavaleiro Gomes Martins, alcaide-pequeno de Lisboa – porque apaniguado do alcaide-mor, o almirante-mor do reino Nuno Fernandes Cogominho –, e que Mário Barroca sugeriu ter sido também alvazil, atendendo a que em 1302 se documenta um homónimo; o que nos parece corresponder à verdade surgindo ao lado de um indivíduo que porventura será o «Afonso Martins, irmão de Gomes Martins»[382]. Estas nótulas genealógicas traduzem-nos já o quão integrada estaria Sancha Gomes – neta, filha e irmã de alvazis da cidade de Lisboa – no modelo de religiosas que gravitavam no Mosteiro de Odivelas durante o abaciado de D. Urraca Pais de Molnes.

Em finais da primeira metade do século XIV coabitavam no Mosteiro de São Dinis de Odivelas diversas facções apoiantes – umas mais que outras, considere-se – da Coroa, que se revestiam de especial significado pela sua própria identidade familiar. Perante a hipótese de identificação de Pedro Esteves, mencionado em cinco destes novos órgãos concelhios[383], como pai de uma monja – mais que sobrinho de duas abadessas –, e a de

[379] Gomes Martins e D. Constança Anes [da Arruda] terão falecido antes de finais de 1341, ano em que seus filhos fizeram as partilhas da herança paterna. Veja-se a entrada biográfica **104** de **Sancha Gomes**.
[380] BARROCA 2000, vol.II, t.II, 403-407. Surge como alvazil-geral em 1347-48 ao lado de João Anes Palhavã (cf. BARROCA 2000, vol.II, t.II, 714).
[381] BARROCA 2000, vol.II, t.II, 403.
[382] Em 1320 testemunha a manda do cavaleiro Martim Raimundes [Portocarreiro], que já Mário Barroca sublinhava ter sido também presenciada pelo irmão de Nuno Fernandes Cogominho (ANTT*, S. Lourenço de Lisboa*, mç.7, 131 (10.Out.1320; traslado de 31.Mar.1344). Veja-se: PIZARRO 1999, vol. II, 56; BARROCA 2000, vol.II, tomo II, 406.
[383] Tesoureiro (1327-28; 1328-29; 1340-41), Alvazil geral do cível (1331-32), procurador (1331-32), juiz de fora (1334-35) e vereador (1339-40; 1341-42; 1342-43). Veja-se a entrada biográfica **51** de **Inês Peres**.

uma irmã de um desembargador e *ouvidor* do rei – eventual indicador da simpatia deste pelo funcionalismo administrativo que então procurava implementar –, não seria menos indiscreta a presença de outras religiosas, fugazmente mencionadas anteriormente e agora analisadas, nomeadamente de filhas das principais famílias da elite dirigente.

2.1.3. Modalidades e significados das estratégias simbólicas do poder local

Conforme assinalou Carla Varela Fernandes, "alguns indivíduos das elites urbanas de Lisboa preocuparam-se com as suas memórias póstumas, mandando, para tal, erguer túmulos monumentais, lápides decoradas ou, ainda, capelas funerárias"[384]; opções do âmbito funerário semelhantes e na senda das que a nobreza promovia, não obstante de se entenderem estes como pertencentes a um grupo social diferente do daqueles, quiçá mais poderoso mas menos ilustre. Tendo privilegiado pela sepultura na Sé Catedral de Lisboa, suspeitamos que tal se possa ter devido a aí ter sido inicialmente sepultado D. Afonso III, mais do que o seu neto D. Afonso IV, pois que à morte deste o espaço existente começava a ser escasso. Intercalamos como factor crucial determinada ideia relativa ao claustro ter sido projectado com vista a receber sepulturas dos nobres às quais, uma vez somadas às dessa numerosa classe social emergente que as procurava, viria a arrotear outros espaços do complexo religioso como a sala do capítulo, onde encontramos o túmulo de Margarida Alvernaz, analisado pela autora na obra que vimos a citar, que esta *boa dona de Lisboa*, – segundo o nobiliário do conde D. Pedro – instituiu com o marido, o alcaide Nuno Fernandes Cogominho, na capela de *Nossa Senhora da Piedade da Terra Solta* (actual Capela da Misericórdia), ou não tivesse um irmão deste sido cónego da Sé de Lisboa[385].

Relativamente a familiares das religiosas que temos vindo a estudar, temos notícia de que o alvazil João Domingues de Arruda, avô de Sancha Gomes, instituiu capela na colegiada de São Mamede[386]; desconhecendo-se, porém, se aí se terá sepultado. Anotemos que João Domingues era confrade da Confraria dos Clérigos Ricos[387], aparentemente a primeira instituída em Lisboa, ainda no século XIII, que comprova a antiguidade das confrarias clericais em relação às suas congéneres de matriz laical[388].

[384] A autora recorda ainda que o *corpus* existente da escultura tumular deverá corresponder a um número inferior ao que de facto existiu (FERNANDES 2018, 101-128).
[385] PIZARRO 1999, vol. II, 653-54. Gonçalo Fernandes Cogominho, cónego de Lisboa, viria a gerar de Catalina Nicolás um filho, de nome Fernão Gonçalves Cogominho, legitimado por D. Afonso IV em 1328.
[386] ANTT,OC, MSDO, Liv.29 fl.2. Sobre a instituição desta capela veja-se FARELO 2008, 404, nt.2510, e OLIVEIRA 2006, 391.
[387] FARELO 2008, 403.
[388] FARELO 2018, 471.

Exemplo da evolução da rede confraternal de Lisboa em finais do século XIII, que tinha na confraria do Espírito Santo a presença de um grupo de ricos mercadores proeminentes na oligarquia camarária da cidade, cremos que a permanência da Confraria dos clérigos é indício do interesse que em inícios do século XIV um velho oficial concelhio ainda poderia ter na instituição mais antiga da cidade, distinguindo-se dos restantes. Com efeito, se anteriormente tínhamos aproximado Sancha Gomes e Teresa Anes Palhavã como irmãs de oficiais concelhios nas décadas de 1330/40, na viragem do século XIII para o século XIV as suas famílias apresentavam características próprias, distinguindo-se o avô de uma, que procurava casar uma filha com o alcaide, do pai da outra, que especulava os seus interesses mercantis.

Embora a Sé se apresentasse como símbolo máximo do poder religioso da cidade, importa igualmente destacar a presença de sepulturas das famílias dos homens-bons em cenóbios de ordens mendicantes, de vocação mais urbana[389]. Reflexo do estatuto alcançado a partir de finais do século XIII e ao longo da primeira metade do século XIV seria o contacto dos Palhavã com o clero e a Igreja que os via como notáveis beneméritos; prática que remontava ao tempo de D. Maria Soares, que terá instituído uma capela na Igreja da Madalena, deixando à igreja 2.000 libras em testamento testemunhado pelo seu abade, Estêvão Domingues, clérigo da Madalena[390]. Conhecemos bem o quanto João Anes perpetuou as relações com as casas religiosas benquistas pelos seus antecessores. No rescaldo de uma querela que o opusera ao monarca a respeito da posse da Lezíria da Toureira, a 23 de Agosto de 1306, João Anes Palhavã e sua mulher Sancha Peres refundaram a capela de São João Baptista, no Mosteiro de São Domingos de Lisboa, *para aver sepultura pera nossos corpos*[391] no panteão familiar que D. Maria Soares fundara em 1293 para aí se sepultar ao lado do marido e da filha; comprovando que João Anes sucedeu aos primeiros Palhavãs quer na morada terrena como na eterna. Aí seria sepultado em Abril de 1310 *Don Joane Anes Palha Vaa. Cidadão de Lisboa*[392], num dos

[389] Sobre a difusão do ideal de pobreza e do alargamento da vocação caritativa resultante da expansão das ordens mendicantes que promoviam uma autêntica reforma religiosa e eclesiástica do clero urbano paroquial, veja-se FARELO 2018, 472 e ss.

[390] Já havia sido mencionado aquando do testamento de Maria Soares, em 1296, a qual havia feito doações à Igreja da Madalena em 1293. Alguns anos depois seriam próximos de João Anes Palhavã o clérigo Pedro Anes, capelão da Igreja da Madalena (ANTT, S. Domingos de Lisboa, Liv.23, doc. 317), e João Anes, raçoeiro da mesma Igreja (ANTT, S. Domingos de Lisboa, Liv.23, doc. 315 e 317).

[391] ANTT, *S. Domingos de Lisboa*, Liv.23, doc. 315.

[392] BARROCA 2000, vol. II, tomo II, p.110-111. Recordemo-nos que na Sé de Lisboa já Bartolomeu Joanes havia escolhido a fórmula "cidadão de Lisboa" para se autonomear na lápide funerária (cf. FERNANDES 2018, 233-34).

dois únicos túmulos que subsistem nesse antigo convento que as catástrofes do tempo não pouparam, pertencendo o segundo à sua esposa, D. Sancha Peres, falecida em 1343[393], pelo que, de acordo com o que temos vindo a defender, concordamos com Carla Varela Fernandes relativamente a estarem os Palhavãs "interessados em agruparem-se num espaço funerário que fosse o espelho do seu peso social e económico"[394].

Ora, até aqui os dados recolhidos denunciam um perfil maioritário que "Frequentando a corte, não admira que imitasse os nobres", conforme sublinhou José Mattoso[395]. Além da tendência funerária, pautava-se pelos modelos fornecidos pela nobreza o recrutamento da comunidade monástica composto por membros femininos do grupo familiar de oficiais régios e mercadores, letrados e proprietários, que ao mesmo tempo que instituíam capelas funerárias nas igrejas e mosteiros da cidade, viam com bons olhos o ingresso das filhas na clausura do Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas.

Por um lado, poderá ser exemplo dessa opção a que em 1331 levou ao anulamento do casamento de Sancha Gomes com uma figura de uma nobreza de terceiro plano; por outro, considerando como verdadeiros os parentescos que atrás formulámos entre Fafes de Lanhoso e Portocarreiros – apesar de crermos que os primeiros não terão tido conhecimento da amplitude das relações que estariam a criar quando em 1295 Elvira Fernandes iniciou o seu abadessado –, e entre Molnes, Palhavãs e Bugalhos, concluímos que estes teriam convivido em Odivelas com um grupo de indivíduos cuja importância social pouco significativa não os impedia de enviarem para a vida de celibato filhas com dotes patrimoniais que tornavam menos robusta a economia familiar. Desta forma se traduz que em cenóbios inseridos em centros urbanos – Lisboa (Odivelas), Santarém (Almoster) e Coimbra (Celas) – se formassem comunidades heterogéneas de religiosas para darem resposta às expectativas das suas famílias, ligadas a certas camadas sociais em ascensão durante a primeira metade de Trezentos. E uma vez biografadas – tanto quanto possível – as professas, poderemos ainda observá-las não somente como família espiritual, mas também de forma mais homogénea através dos graus de parentesco partilhados sob o mesmo tecto, com frequência assinalável quase desde a fundação, entre irmãs (Maria e Catarina Domingues; Branca e Maria Lourenço), primas, tias e sobrinhas

[393] MARTINS 1998, 64.
[394] FERNANDES 2018, 247
[395] MATTOSO 1992, 123.

(*quiçá* Teresa Anes Palhavã e Inês Peres)[396], aos quais se acrescentavam parentescos informais, nomeadamente de *colaças* (Constança Domingues) e *criadas* (Constança Anes). Significaria isto uma estratégia do poder local exercido por um conjunto de poucas famílias que entre as realidades que partilhavam se contava a presença de familiares professas em Odivelas? Certamente que sim.

Um pequeno grupo de origem nobiliárquica que na presente dissertação procurámos aparentar entre si não parece ter sido suficientemente significativo para Luís Miguel Rêpas, que afirma que "durante todo o século XIV, o Mosteiro de Odivelas não exerceu qualquer atracção sobre a alta nobreza"[397]. É certo que, apesar de confrontado com interesses vários da nobreza, D. Afonso IV não deixaria de se mostrar próximo de Santa Clara de Coimbra após a morte da mãe (1336), onde professavam importantes linhagens nobres como os Cardonas, os Briteiros, os Barbosas, os Sousas, os Vasconcelos, ainda os Melos; o que se por um lado não parece contrariar a política de restrição dos poderes senhoriais[398], mais depressa se compreende – no nosso entender – que aí tenham acorrido essas linhagens para se localizarem ao lado da rainha-mãe.

Porque as contendas continuariam a exprimir-se durante vários anos em argumentos que acusavam o monarca de querer tomar a autoridade do reino, importará observar quais os fidalgos que continuavam a rodear o monarca. De entre todos se destacam os Pachecos, sobejamente conhecidos. Numa segunda linha, ligados ao serviço das casas da família real, contamos os Avelar[399], os Telo e os Castro. Segue-se uma nobreza de corte encabeçada por Pereiras e Briteiros, aos quais se viriam a juntar, quase sempre em reconhecimento por serviços prestados à Coroa: Cunhas, Silvas, Ataídes, Fonsecas, Pimentéis, Vasconcelos, Camelos, Britos, Nogueiras, Portocarreiros, Cogominhos, Bugalhos e Buval[400].

[396] Importa assinalar que no mosteiro de São Dinis de Odivelas não encontrámos nenhum caso em que tenham convivido mães e filhas, como outros autores assinalaram nos casos dos cenóbios por si estudados, como é exemplo o de Lorvão (SANTOS 2001, 24).
[397] RÊPAS 2021, vol. I, 356.
[398] SOUSA 2005, 127
[399] Martim Esteves do Avelar foi mordomo-mor da rainha, e pai de Branca Lourenço (criada) e de Lourenço Martins (copeiro), criados da «casa» de D. Beatriz (veja-se SOUSA 2000, 119). Testemunhou o codicilo de 1354 ao lado de Frei Estêvão, frade de São Francisco; e o segundo (1357) e o terceiro testamento da rainha (1358), à data já mestre da Ordem de Avis (MENINO 2012, 171).
Segundo documento preservado no cartório do Mosteiro de Odivelas, D. João I doa a João Fernandes Pacheco certos bens em Torres Vedras que haviam vagado por morte de Sancha Dias, mulher de Lourenço Martins do Avelar (ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.122).
[400] PIZARRO 1999, vol.II, 1135-36.

Dessas vinte linhagens, nomeadamente das catorze que entre a corte e o serviço régio criavam elos e integravam os seus elementos nos diversos sectores da nobreza de D. Afonso IV[401], identificaremos, sem qualquer dúvida, nove relacionadas com o Mosteiro de Odivelas; número que não cremos poder ser desconsiderado[402].

Sabemos já que os **Portocarreiro** poderão ter estado presentes desde o início do século XIV, ainda durante o reinado de D. Dinis e no de seu filho, eventualmente sucedendo aos Fafes de Lanhoso, na figura da abadessa D. Constança Lourenço [de Portocarreiro], que entretanto falecida se fazia representar em 1339 por uma possível prima, Maria Anes Raimundo, e haveremos de discutir até que ponto por outra, Constança Martins de Basto.

Relativamente aos **Bugalhos**, importa conciliar a sua importância em Lisboa com o facto de um sobrinho das abadessas D. Urraca e D. Ouroana Pais de Molnes se ter consorciado com uma filha desta linhagem de alcaides, conforme discutimos. Sobrinho esse que por via materna descendia dos **Cunha**, sendo a sua mãe cunhada das duas irmãs porque casada com o seu meio-irmão[403]. Características semelhantes eram as que partilhavam os **Britos** e os **Nogueiras**, consorciados com a vasta parentela que a partir dos Molnes e dos Palhavãs se havia tecido em redor de Odivelas. Uma irmã da monja Teresa Anes Palhavã, Constança Anes, que fizera uma valiosa doação ao mosteiro no qual fizera professar uma sua colaça, casara a primeira vez com o almoxarife Lourenço Peres Nogueira, descendente dos das Leis, e uma vez viúva algures por 1326, voltaria a casar com Álvaro Gonçalves de Moura, primo de João Afonso de Brito, bispo de Lisboa. Só a escassez documental não nos permite identificar detalhadamente familiares destes entre as religiosas de Odivelas, sendo certo que de tão intrincada teia de relações se poderão traduzir diversas analogias. Quanto aos **Camelos**, aos **Cogominhos**, aos **Fonsecas** e aos **Pimentéis**, porque extravasam esta cronologia haveremos de os discutir mais adiante.

Não parece isto contrastar com o modelo de "alta nobreza" alheia ao projecto régio de Odivelas que autores com Luís Miguel Rêpas parecem procurar forjar para meados do século XIV, desconsiderando as famílias que, integrando os meios cortesãos, ocupavam os principais cargos da administração laica e eclesiástica de Lisboa? A classificação social que enquadrava a ostentação de fidalguia não deixa de ser narrativa que enquanto *memória* se teria já tornado fonte para a apologia construída para os seus protagonistas,

[401] SOUSA 2005, 123.

[402] Dos parentescos ao presente discutidos, partilhados com Pereiras e Briteiros resultaria a contabilização de um total de 11 religiosas.

[403] Estêvão Rodrigues de Molnes vivia, em 1344, em Chantada, com sua mulher, Sancha Anes da Cunha (cf. PIZARRO 1999, vol. II, 1009-1010).

ou, por outras palavras, não teria o Conde D. Pedro a construir no seu nobiliário "um código social que abrange os diversos sectores da nobreza e confere a cada um dos seus membros um lugar próprio, dentro do respectivo conjunto"[404]. Assim se explicará por que motivo se observa a referência a avoengos terratenentes intervenientes na fundação do reino ao lado de *homens-bons* e *boas donas* de importantes núcleos urbanos.

Conforme vínhamos a discutir, não consideramos que o número de religiosas (apenas três[405]) nos nobiliários medievais sejam um "bom indicador para aferir o nível social"[406] da comunidade do Mosteiro de Odivelas, nem em termos absolutos, nem comparativos, atendendo a que uma parte considerável das origens familiares, mais ou menos ilustres, da nobreza de finais do reinado de D. Afonso IV estava omitida dos livros de linhagens, apesar de se considerar plenamente como integrante desse grupo social.

2.2. Paradigmas em transformação

O momento vivido no Mosteiro de São Dinis de Odivelas em finais do reinado de D. Afonso IV reflecte um quadro algo distinto do que até aqui tínhamos vindo a traçar. Apesar de a documentação não registar que detivessem alguma distinção entre a hierarquia conventual, as filhas e irmãs de oficiais concelhios ou da Coroa que havíamos analisado no subcapítulo anterior surgiam ao lado de proprietárias de bens imóveis cada vez mais bem documentadas que, se por um lado acrescentavam mais-valias à economia do Mosteiro de Odivelas, por outro não pareciam acompanhar a escalada de interesse que as famílias das "notáveis" vinham a construir desde a fundação em finais do século XIII.

Se as famílias de umas não alcançavam particular destaque – que Luís Miguel Rêpas considerou constituírem o grupo «mais representativo» de Odivelas[407] –, as de outras aparentavam ter estagnado numa posição confortável o suficiente para continuarem a fazer parte da elite lisboeta, confluindo na certeza de que na segunda metade do século XIV já se tornara apetecível estar próximo dos interesses que circulavam no Mosteiro de Odivelas. Entrada a década de 1340, no mosteiro o tempo é de aparente compasso, traduzido num conjunto de abadessas praticamente desconhecidas entre 1343 e 1355.

[404] MATTOSO 2015, 31.
[405] RÊPAS 2016, 707.
[406] RÊPAS 2021, vol. I, 356.
[407] Na sua tese de doutoramento considera Luís Miguel Rêpas que "(…) o grupo mais representativo é constituído essencialmente por um conjunto de mulheres cuja família não se identifica, ora devido à inexistência de qualquer informação sobre os seus parentes, ora porque (ainda que conhecendo o nome dos seus pais ou dos seus irmãos) não nos foi possível determinar quem eram" (RÊPAS 2021, vol. I, 353).

2.2.1. Experiências sociais em confronto

Atendendo a que da discussão quase individual das religiosas se retiraram algumas conclusões, é de estranhar que apesar de relativamente bem documentada no cartório odivelense, nada se tenha conseguido apurar a respeito da família da abadessa **Leonor Martins** (1343-1345)[408]. Contemporânea desta, em 1337 documenta-se uma homónima no Mosteiro de Almoster, durante o abadessado de Maria Gomes da Silva (1321-1347), a qual poderia ter saído desse cenóbio para vir ocupar o cargo de abadessa em Odivelas. Porém, tal hipótese dissipa-se caso seja, de facto, a mesma que aí residiu entre 1377-1382[409]. De qualquer forma, o brevíssimo hiato de alguns meses entre 1342 e 1343 que se seguiu à morte de D. Ouroana Pais leva-nos a crer que Leonor Martins lhe tenha sucedido de imediato, logo em 1342, apesar de somente se documentar no ano seguinte.

Conforme atrás havíamos referido, ao longo da primeira metade do século XIV as religiosas de Odivelas nunca se documentam na função de qualquer cargo da hierarquia conventual, configurando as abadessas a única excepção. Atendendo à presença de várias *noviças*, *freiras* e *monjas*, por que motivo terá surgido pela primeira vez uma Leonor Martins no cargo de abadessa, entre outras religiosas há muito documentadas em Odivelas, onde desde há vários anos viviam os rigores da clausura fundacional, e com origens familiares arreigadas a estratégias simbólicas que viam como objectivo social a alcançar terem uma abadessa entre a parentela mais próxima. Afinal, Inês Peres, que anteriormente havíamos aparentado com as irmãs de Molnes, suas tias-avós, ainda se documentava em 1343. Ou o que teria impedido Teresa Anes Palhavã, irmã do *alvazil geral* de Lisboa, ou Sancha Gomes, irmã do *almotacé*, de terem alcançado o mais importante cargo do Mosteiro de São Dinis de Odivelas? Não deixa de ser curioso constatar que praticamente todos os fólios em que Teresa Anes se documenta a refiram como tendo recebido autorização da abadessa Leonor Martins para proceder às suas organizações patrimoniais; pelo que, se Teresa Anes estava em Odivelas desde a década de 1320, é de supor que Leonor Martins se lhe sobrepusesse hierárquica e, porventura, socialmente. A nossa proposta de resposta – se é que a que alcançámos o seja – sugere-nos que Leonor Martins deteria uma posição, se não mais elevada, pelo menos semelhante

[408] Veja-se a entrada biográfica **77** de **D. Leonor Martins**.

[409] Se na *Lista das Monjas de Santa Maria de Almoster* (VARANDAS 1994, 46) José Varandas identifica individualmente Leonor Martins (1337) e Leonor Martins Pombinha (1377-1382), algumas páginas adiante o mesmo autor considera-as a mesma pessoa (VARANDAS 1994, 100, nt.255), através de uma doação efectuada por Domingas Vicente, mulher de João Martins Pombinho, avós da monja Leonor Martins (ANTT, OC, *MSMAlmoster,* mç.3, nº15 (7.Mar.1337).

à das outras religiosas cujas famílias poderiam estar interessadas em ocupar a vacância deixada pela prelada entretanto falecida.

Precisamente em Agosto desse ano de 1342, reuniam-se nos paços do concelho

> Rui Fafez alcaide e Martjm Fafez seu irmão e Afomsso Roiz alvazil geerall e Ruj Piriz alvazil do crime e joham Estevez Pam e Agoa e Pero Annes Palhavaã e Pero Candías e Vasco Annes almoxarife e Afonso Paaeze Afonso Martinz procurador do conçelho e mestre Joane das Lex e Lourenço Martins Botelho e Martim Pipas almoxarife e Afonso Annes Carregueiro e Afonso Annes de Sam Nuno e Martim Vaz estpriuam d´alfandega e Pero Afomsso dAlfama e Afomsso Soares estpriuam do concelho e Domingos Paaez ouvidor d´el Rei e Vasco Estevez Felipe e Joham Roll e Pero Annes fdho de Joham de Benauente (…)[410].

Era então alcaide Rui Fafes, cavaleiro vassalo de D. Afonso IV, e o facto de se ter registado ao lado do irmão não é inocente, pois que Martim Fafes viria a desempenhar o cargo intermitentemente até 1344, sucedendo-se os irmãos neste cargo, ao mesmo tempo que outros indivíduos que atrás identificámos faziam carreira noutros. Este tirocínio de dois irmãos membros de uma família oriunda da Estremadura, proprietários de bens no termo de Santarém[411], terá sido iniciado por Rui Fafes, cavaleiro, em 1324 quando ocupou a alcaidaria de Braga[412], vindo posteriormente a desempenhar os cargos de *ouvidor* e *desembargador* de D. Afonso IV a partir de 1334, até alcançar a alcaidaria olissiponense em 1339, cargo que partilhou com o irmão. Contudo, perante a escassez documental – que referimos pela enésima vez, com a certeza de que não será a última –, o patronímico *Martins* e o modelo sociofamiliar apresentado pelas religiosas cujas famílias temos vindo a identificar tanto poderão sugerir a filiação de Leonor Martins no alcaide Martim Fafes, tal como propor ainda como hipótese que fosse irmã do procurador Afonso Martins (alvazil dos ovençais e dos órfãos em 1336 e procurador em 1342[413]), do vereador Lourenço Martins Botelho (vereador em 1355[414]), ou ainda de outro alguém, pelo que perante tamanha incerteza concluímos que nada conseguiremos avançar acerca da sua filiação em titulares da administração do concelho.

Na dúvida, poderia a filha e sobrinha de dois alcaides ter ascendido a prelada do Mosteiro de Odivelas? Ou, atendendo às semelhanças que partilhava com outras professas, seria a sua família factor conducente a permitir-lhe suceder a uma linhagem aristocrática que dentro de um par de anos se poderia consultar no *Livro de Linhagens*?

---

[410] MARTINS 1998, 71.
[411] OLIVEIRA 2006, 429. Rui Fafes casou com Maria Eanes, filha de João Vivas, procurador do concelho, e sobrinha de Miguel Vivas, bispo eleito de Viseu (cf. OLIVEIRA 2006, 429-33).
[412] PIZARRO 1999, vol. II, 724-25.
[413] FARELO 327-335. Afonso Martins Alvernaz casou com uma neta de João Vicente, cónego de Lisboa.
[414] Já se encontra presente em 1342, e cremos que seja o mesmo

Após o abadessado de Leonor Martins segue-se um longo interregno documental entre 1345 e 1351. Desaparecida Leonor Martins em Maio desse ano, ainda em 1345 o Mosteiro de Odivelas e o vigário da Igreja de São João do Lumiar viriam a emprazar bens no lugar do Lumiar[415], sucedendo-se seis anos nos quais os três únicos fólios que se preservam em Odivelas não referem os nomes de qualquer abadessa. É algures nesse hiato que Luís Miguel Rêpas aponta que terá tido lugar o abadessado de **Constança Martins de Basto**, mencionada pelo Conde D. Pedro no *Livro de Linhagens*[416], mas completamente omitida da documentação do cartório de Odivelas. A cronologia parece indicá-lo. Acresce o facto de o nobiliário de D. Pedro Afonso ter sido redigido, precisamente, nesse período, pelo que o autor estaria ao corrente de quem seria a prelada do mosteiro fundado havia cinquenta anos por seu pai, que nele repousava há já duas décadas.

José Augusto de Sottomayor Pizarro catalogou-a na genealogia dos *Barroso-Basto* entre os seis filhos de Martim Mendes de Basto e de Teresa Raimundes de Portocarreiro: três varões e três filhas através dos quais a linhagem depressa se extinguiu enquanto uns se relacionavam de forma promíscua com Pereiras e Camelos[417], ao mesmo tempo que duas irmãs, Inês e Constança Martins, professavam respectivamente em Lorvão[418] e em Odivelas. Começa-se a traçar entre estes um perfil social e familiar que não poderá passar de forma indiscreta – como cremos que tem sido até aqui.

---

[415] Mais precisamente uma casa com seu quintal e chão no lugar do Lumiar, por preço de três libras, 30 soldos para o Mosteiro de Odivelas, e 30 para o vigário da Igreja de São João do Lumiar, são emprazados a Maria Pires e a seu filho Gonçalo Domingues (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.298). Os outros dois fólios dizem respeito à doação que o escudeiro João Martins fez a Maria Esteves de Santarém em 1347 (ANTT, OC, MSDO, Liv.17, fl.285) e ao translado em pública forma do compromisso da Igreja de S. Julião de Santarém (30.Mai.1351; ANTT, OC, MSDO, Liv.2, fl.97).

[416] «dona Constança Martiiz (…) foi abadessa d´Odivelas» (*LL30B5*). Veja-se RÊPAS 2021, vol. II, 462.
Maria do Rosário Barbosa Morujão e Maria Leonor Silva Santos mencionam o nome de «Senhorinha Martins de Basto» como abadessa de Odivelas, aquando da biografia de Inês Martins de Basto, monja de Lorvão (1332) e de Celas (1334-47), sobre a qual o LL refere apenas que terá sido barregã de Nuno Gonçalves Camelo (*LL30B4*; PIZARRO 1999, vol.II, 29; RÊPAS 2021, vol.II, 83), pelo que seguimos como certo que a abadessa de Odivelas terá sido Constança Martins e não Senhorinha Martins.

[417] Rui Martins de Basto terá gerado um filho "de ganhadia" numa neta de Dom Gonçalo Pereira, Grão-Comendador da Ordem do Hospital, que José Augusto de Sottomayor Pizarro crê ter sido Vasco Rodrigues, freire na Ordem desse famoso bisavô (LL30C6; PIZARRO 1999, vol. II, 627). Os Camelo seriam, também, uma linhagem ligada a Odivelas, por via de uma irmã da abadessa Constança Martins, Senhorinha Martins de Basto, ter sido barregã de Nuno Gonçalves Camelo, cónego de Braga (*LL30B5*), cujos irmãos eram também religiosos: Álvaro Gonçalves, marechal do reino e prior da Ordem do Hospital após ter sido criado do seu antecessor, D. Álvaro Gonçalves Pereira; e Guiomar Gonçalves, abadessa de Entre-os-Rios (PIZARRO 1999, vol. II, 988). Contudo, sabemos que nesse tempo os Camelos, sem gerarem descendência de Bastos e de Cogominhos, seriam um ramo muito próximo dos parentes Pereiras e Pimentéis, em breve bastante presentes no Mosteiro de Odivelas.

[418] Segundo o Conde D. Pedro, Inês Martins terá sido barregã de Gomes Lourenço de Beja, de quem não conta que terá deixado geração, podendo tal tê-la levado a ingressar em Lorvão algures em data anterior a 1332 (*LL30B5*). Sua irmã, Senhorinha, sê-lo-ia de Nuno Gonçalves Camelo (cf. PIZARRO 1999, vol. II, 628).

Antes de mais, conhecemos D. Constança Martins como parente de D. Maria Anes Raimundo[419], já por nós mencionada por se documentar como monja de Odivelas em 1339, cenóbio no qual professou após enviuvar de João Peres Redondo de Sequeira[420]. Não tendo gerado filhos do seu casamento, o grau de parentesco que partilhava com Constança Martins tanto poderá ter concorrido para que esta tenha ingressado no mosteiro, como nos faz tomar como certo que terá sido religiosa em Odivelas algures entre 1345 e 1351. Mosteiro caro à família do ramo materno (os de Portocarreiro[421]), sendo a monja D. Maria Anes prima direita da sua mãe, do ramo paterno (os de Basto), Constança Martins era sobrinha de Lourenço Esteves de Molnes[422], tio das abadessas D. Urraca e D. Ouroana Pais de Molnes, pelo que cremos que tinha já alguma idade em 1339, atendendo a que seria da geração destas, falecidas em breve; relacionando-se ainda com os Pimentéis, uma vez que uma prima-direita do seu pai estava casada com Vasco Martins Pimentel[423], avô e bisavó de duas abadessas que a partir de 1356 viriam a assegurar a prelatura de Odivelas até às primeiras décadas do século XV. Não deixa, portanto, de ser paradigmático verificar o quanto Constança Martins de Basto simbolizava o sucesso da estratégia daquele pequeno grupo de famílias da média nobreza em ascensão ligadas ao serviço régio que a partir de Odivelas haviam repetido naquele novo cenóbio os modelos praticados há muito nos antigos cenóbios cistercienses do interior de Portugal fundados havia já dois séculos. Duvidas houvessem quanto ao seu abadessado omitido pela documentação do cartório de Odivelas, estas nótulas genealógicas confirmá-lo-iam.

Por mais tentadoras que sejam, este raciocínio jamais nos faria colocar a hipótese de Leonor Martins ser irmã de Constança Martins de Basto, após a sucessão entre irmãs que as de Molnes haviam introduzido em Odivelas. Ao contrário de diversos outros casos, o Conde D. Pedro não omitiu nenhum dos filhos de Martim Mendes, inventariando-os aos seis rigorosamente[424], o que impossibilita que não tivesse tido conhecimento da abadessa Leonor Martins, cuja família de origem continuará, assim, por decifrar.

---

[419] José Augusto de Sotto Mayor Pizarro não a refere como tendo professado em Odivelas, mencionando-lhe somente o casamento com «João Pires Redondo II» (cf. PIZARRO 1999, vol. II, 918).
[420] Veja-se a entrada biográfica **89** de **Maria Anes Raimundo**.
[421] Constança Martins de Basto era filha de Teresa Raimundes de Portocarreiro (cf. PIZARRO 1999, vol. II, 627). Veja-se a entrada biográfica **38** de **Constança Martins [de Basto]**.
[422] Tio paterno das abadessas D. Urraca e D. Ouroana Pais de Molnes, segundo o *LL* Lourenço Esteves foi casado em primeiras núpcias com Maria Mendes de Basto, irmã de Martim Mendes de Basto e tia da filha deste, Constança Martins [de Basto] (cf. PIZARRO 1999, vol. II, 628 e 1007).
[423] Referimo-nos a Maria Gonçalves de Portocarreiro, filha de Gonçalo Viegas de Portocarreiro, o *Alfeirão*, e de Sancha Pires da Veiga (LL43B4). Cf. PIZARRO 1999, vol.II, 915 e 917. Desta forma identificamos os Portocarreiro enquanto antepassados comuns dos Pimentéis.
[424] *LL30B5*.

Em 1351 surge como prelada **Teresa Mendes**[425], cujo abadessado irá durar até 1355, sobre a qual, tal como Luís Miguel Rêpas, somos incapazes de reconstruir qualquer filiação, seguindo este autor na possibilidade de aquela levado para a casa conventual uma criada sua, **Constança Anes**, que virá a surgir dentro de vinte anos (1371) como *dona* confessa do Mosteiro de Odivelas[426]. Sucedem-se ao tempo de Teresa Mendes três emprazamentos de bens junto ao mosteiro, mais precisamente dois em Novembro de 1355: um de uma casa e courelas de vinha a Vicente Domingos, e o outro de terras e vinha a João Vicente, desconhecendo-se se entre os dois indivíduos existe qualquer relação de parentesco; e ainda um terceiro, realizado dentro de poucas semanas, que viria a emprazar ao mesmo João Vicente e a sua mulher, Maria Lourenço, outra vinha junto ao mosteiro.

Do conjunto das abadessas praticamente "desconhecidas" durante este período, fora Constança Martins de Basto, oriunda de famílias em "extinção" de uma nobreza de corte muito particular e próxima da Coroa durante o reinado de D. Afonso IV, é de supor que a dificuldade de identificarmos Teresa Mendes se possa relacionar com o dramático evento que marcou o século XIV. Pese embora não nos tenha chegado qualquer notícia relativamente à mortandade que a peste de 1348 provocou em Odivelas, cremos poder partilhar, para o caso em estudo, certa interrogação de Maria Leonor Silva Santos relativa ao Mosteiro de Santa Maria do Lorvão, onde: "Perante a mortandade que dizimou o convento, ter-se-á a comunidade visto obrigada a recorrer a monjas oriundas de famílias menos distintas, para assumirem a direcção da abadia?"[427]. Com efeito, só uma crise da dimensão de uma pandemia poderia pôr fim a um projecto em continuidade desde o reinado de D. Dinis.

Documentada entre 1351 e 1355, a abadessa teria, assim, sobrevivo aos anos da peste ao lado de outras freiras, como Constança Miguéis, Catarina Anes, Constança Anes e Maria Esteves de Santarém, que ainda viviam nas décadas de 1360/70. Outras houve que, ou por se documentarem somente uma vez ou em datas anteriores a 1348, não conseguiremos calcular os seus destinos. Recaindo a escolha em religiosas em posição inferior às anteriores, possivelmente familiares de proprietários urbanos ou rurais que na esperança de se aproximarem das linhagens de notáveis que professavam em Odivelas aí

[425] Identificámos uma Teresa Mendes no Mosteiro de Santa Maria de Almoster, documentada como monja em 1357, referindo José Varandas tratar-se de data póstuma (cf. VARANDAS 1994, 47, nt.130), pelo que poderia ter sido monja desse mosteiro até 1351, transitando para o de São Dinis de Odivelas. Contudo, mais recentemente Luís Miguel Rêpas documentou-a como monja em Almoster nesse mesmo ano de 1357 (cf. RÊPAS 2021, vol.II, 135), impedindo-nos de continuar a teorizar em torno desta hipótese.
[426] Veja-se a entrada biográfica **32** de **Constança Anes Mourela**.
[427] SANTOS 2001, 21.

haviam tomado votos, os anos que se seguem à peste marcam um corte familiar que força um confronto entre famílias que até então coabitavam no mosteiro, sem se aparentarem extra grades. Descontados os casos anteriormente teorizados, de algumas das primeiras abadessas, quando a comunidade religiosa se estava a formar, e ainda o de Leonor Martins, mais pontual, a abadessa do mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas não se aparentava com nenhuma das suas antecessoras; o que perante a falta de dados não significa nem que não tivesse raízes familiares nobres, nem tão pouco que se aparentassem com a elite dirigente lisboeta, hipótese tendencialmente mais robusta que a primeira. Contudo, a hipótese de ter existido uma crise interna iniciada pela peste dentro do cenóbio viria a durar apenas alguns anos, alterando-se definitivamente em 1356, quando, vinda de Santa Maria de Almoster, chega a Odivelas para encabeçar o abaciado D. Berengária Martins Pimentel, oriunda de uma notável família próxima das anteriores linhagens que tinham feito carreira em São Dinis de Odivelas ao longo da primeira metade do século XIV, e que eventualmente teriam perdido alguns dos seus membros nos anos dramáticos da peste.

2.2.2. Património fundiário e predial de um mosteiro urbano

Recuando na cronologia, contemporâneas de Teresa Anes, Constança Miguéis, Sancha Gomes e Maria Peres, nas décadas de 1340 até 1355 surgem sete novas religiosas no Mosteiro de Odivelas: a monja **Catarina Anes** (1343-65), que sabemos ser filha de João Anes, porteiro da rainha D. Isabel, e de sua mulher Estevainha Martins, desconhecendo qualquer outra informação a seu respeito[428]; as irmãs **Branca** e **Maria Lourenço** (1345), proprietárias de um olival em Ferreira do Alentejo mas cujas genealogias desconhecemos, nem tão pouco sabemos se seriam alentejanas vindas, eventualmente, de São Bento de Cástris (t. Évora); **Maria Peres** (1344), *dona professa* – criada de Teresa Mendes[429] – que recebeu de Martim Nunes umas casas e vinha no couto de Odivelas, a qual

[428] Seria o homónimo que enquanto porteiro de Coimbra, ordenado pelo rei efectuou a venda dos bens de Constança Fernandes Barreto ao Mosteiro de Santa Clara de Coimbra? (ANTT, *Sala 25, Mosteiro de Stª Clara de Coimbra*, DP, mç.1, nº31 (doc. de 11 de Jul.) Da relação que já durante o reinado de seu marido a rainha D. Isabel de Aragão estabelecia com esse cenóbio conimbricense parece-nos poder sugerir que João Anes tenha sido porteiro da rainha aquando da sua residência nessa cidade. Não teria então Catarina Anes professado primeiro em Coimbra? E, se sim, por que motivo se teria transferido para Lisboa? São perguntas às quais, por enquanto, não conseguimos obter respostas. Veja-se a entrada biográfica **17** de **Catarina Anes**.

[429] RÊPAS 2021, vol.II, 519-20.

identificamos pela primeira vez[430]; a *monja* **Maria Esteves [de Santarém]** (1347-75), proprietária de bens no termo de Sintra[431]; **Maria Anes** (1352), que herdara bens de seu pai em Alvalade o Grande; e **Maria Juliães** (1352), *monja*, proprietária de bens na periferia de Lisboa, em Alvalade o Grande e em Alcântara[432]. Na sua grande maioria, um conjunto de proprietárias da cidade, termo, e arredores de Lisboa, cuja omissão das suas famílias dificulta a reconstrução de genealogias, o que é, por si só, factor ilustrativo das suas origens e percursos.

Concluiu Margarida da Silva Pinto que os bens patrimoniais do Mosteiro de Odivelas se centravam junto ou nas imediações do complexo monástico, estendendo-se a sua implantação territorial sobretudo a Norte do Rio Tejo[433] "até Torres Vedras, Alenquer, Santa Maria do Paraíso, Cartaxo, e um pouco mais a Norte de Santarém"[434]. Bens que ao longo do século XIV deixariam de destacar no conjunto aqueles que em 1295 tinham sido doados por D. Dinis, uma vez que ao longo dos anos as monjas haviam robustecido a estrutura económica do cenóbio[435] por via de doações, compras e heranças de prédios rústicos (herdades de pão, vinhas, olivais, casais e quintas[436]) localizados numa geografia extensa mas próxima do mosteiro, e urbanos (propriedades e casas, algumas das quais com os seus quintais) localizados sobretudo em Lisboa, que levam a crer, na opinião da autora, que existia uma administração paralela dos bens das monjas e do mosteiro que, à data da investigação, ainda não fora possível estabelecer[437].

---

[430] 23.Fev.1344 (ANTT, MSDO, Liv.7, fl.193). RÊPAS 2021, vol. II, 519-20. Veja-se a entrada biográfica **98** de **Maria Peres**.

[431] Maria Esteves de Santarém recebeu por doação que lhe fizera João Martins, escudeiro, morador em Lisboa, parte de um conjunto de bens no lugar «A de Francisco da Carreira», no termo de Sintra (3.Dez.1347; ANTT, OC, MSDO, Liv.17, fl.285). Daí a alguns anos viria a adquirir a outra parte desses bens por compra feita a Martim Curto (13.Nov.1375; ANTT, OC, MSDO, Liv.17, fl.286). Veja-se a entrada biográfica **93** de **Maria Esteves de Santarém**.

[432] Maria Juliães recebia anualmente 20 libras dos bens que possuía em Alvalade o Grande (fg. Alvalade, c. Lisboa), e 40 libras, além de aves e ovos, de um casal de vinha e canal que tinha em Alcântara (fg. Alcântara, c. Lisboa), que o mosteiro de Odivelas passaria a receber após a sua morte, pelo que terá falecido em data anterior a 25 de Agosto de 1368, quando o mosteiro passou a alugar esse casal. Veja-se a entrada biográfica **94** de **Maria Juliães**.

[433] Os casos pontuais de bens localizados a Sul do Tejo identificam-se em Almada: duas searas (PINTO 2000, 33) e uma vinha (PINTO 2000, 37).

[434] PINTO 2000, 94. Atendendo ao que em capítulo anterior referimos relativamente a D. Maria Afonso, não cremos que o mosteiro de Odivelas tenha alguma vez possuído bens em Pousafoles (d. Coimbra) e em Mortágua (d. Viseu), conforme afirmou Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 28).

[435] Documentam-se 35 actos jurídicos relativos ao aumento patrimonial do mosteiro e das monjas desde finais do século XIII até ao limiar do século XIV (PINTO 2000, 6).

[436] Vejam-se os diversos mapas relativos à localização dos bens patrimoniais presentes ao longo do capítulo II da dissertação de mestrado de Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 30 e ss.).

[437] PINTO 2000, 95. Em jeito de nota, veja-se que ao contrário de outros mosteiros como Lorvão (SANTOS 2001, 84) ou Almoster (VARANDAS 1994, 190), que então se definiam através da exploração indirecta dos seus bens, no Mosteiro de Odivelas foi possível reconhecer, mesmo que "indirectamente, que existiam

A estrutura das unidades de exploração dominantes em Odivelas centrava-se em *casais* e *quintas*, vindo D. João I a dirigir à abadessa uma carta datada de 1398 para que esta e o mosteiro não emprazassem tais herdamentos a "homens poderosos", mas somente a "lavradores" e a "homens de pequena condição", que tal como o rei também nós cremos que estariam mais interessados na exploração desses espaços agrários[438]. Das sete quintas que compunham a paisagem agrária do mosteiro durante o século XIV, a maioria situava-se no termo de Lisboa (Barrosa/Lumiar, Ameixoeira, Palma, Alvalade), às quais se somavam duas em Alenquer (Carnota e Ota)[439]. Após a termos biografado, sendo detentora do maior número dessas peças rústicas, compreendemos a importância e prestígio de Sancha Gomes no mosteiro, exemplo, quer a nível patrimonial como familiar, da implantação de Odivelas em Lisboa e nessa vila da Estremadura[440].

Ao mesmo tempo que D. João I proibia que o mosteiro emprazasse bens rústicos à nobreza (1398), reforçava o património imobiliário urbano permitindo que nobres escambassem propriedades com as religiosas de Odivelas[441]. O interesse por este género de bens parece espelhar-se nas permutas que no limiar do século o rei viria a fazer com o mosteiro, nomeadamente: duas hortas e almuinhas (1396) e outras duas almuinhas (1399), todos estes bens localizados em Xabregas, em troca, em ambos os casos, de casas localizadas na Rua Nova. Género de propriedade distinta, que então distinguia São Dinis de Odivelas de outros mosteiros cistercienses, a forte concentração patrimonial documentada na primeira metade do século XIV viria a ter continuidade daí em diante, sendo já assinalável o número de monjas proprietárias de edifícios habitacionais que se distribuíam pelo perímetro urbano da cidade de Lisboa,

ainda no século XIV, algumas terras em regime de exploração directa" (PINTO 2000, 61), o que se poderá acrescentar às "características especiais" que a administração odivelense se permitiu obter desde a fundação. Sobre estas formas distintas de exploração da terra veja-se a súmula de autores citados por Margarida da Silva Pinto em: PINTO 2000, 60.

Ao aumento dos bens por via de herdamentos e compras contabilizam-se ainda sete permutas desde a década de 1370 até ao final do século, que se crê terem partido da iniciativa do mosteiro (PINTO 2000, 16), ou da administração directa dos bens das religiosas pelas próprias, que desde o reinado de D. Dinis podiam comprar bens, privilégio que foi constantemente confirmado pelos monarcas que o sucederam. (PINTO 2000, 17), apesar de somente documentarmos três compras de propriedades: 1320, 1327 e 1375.

[438] ANTT, OC, MSDO, Liv.1, mç.80. PINTO 2000, 53.

[439] PINTO 2000, 52.

[440] PINTO 2000, 53. Veja-se o que a autora refere sobre estas unidades de exploração (PINTO 2000, 49).

[441] São exemplos disso os casos de Gonçalo Vasques de Azevedo, vassalo de D. Fernando I (doc. 1375); de D. João Afonso, conde de Ourém; e de João Lourenço de Penela, pai da religiosa Maria de Beça e irmão da monja Constança Lourenço II (doc.1390). Vejam-se as entradas biográficas **36** e **90**, de **Constança Lourenço II** e de **Maria de Beça**, respectivamente.

> Desde a rua dos Ourives, em Alfama – a par da Fonte dos Cavalos, na freguesia de S. Cristóvão, na freguesia de S. Julião, na vila Franca, junto dos muros da torre de Lisboa, na rua dos Arcos – freguesia da Madalena, em S. Francisco, na Judiaria, na freguesia de S. Miguel e na rua Nova[442].

Porque atrás as analisámos, compreendemos bem quais as monjas ora identificadas como detentoras de propriedades habitacionais: as irmãs Maria e Catarina Domingues[443], Constança Miguéis[444] e Teresa Anes Palhavã[445], já nossas conhecidas; e ainda duas outras, a monja **Leonor Martins**[446] – oriunda de uma família de moradores em Lisboa, que herdara de seu pai umas casas em Alfama (freg[a]. S. Miguel, c. Lisboa)[447] – e **Guiomar Anes**, cantora-mor (1375-1415) – proprietária no *Chão Loureiro* (f. de S. Cristóvão)[448].

O longo abadessado de duas décadas de D. Berengária Martins (1356-1376) introduz no Mosteiro de Odivelas os cargos hierarquicamente epígonos da abadessa: **prioresa** – Maior Martins (1356-1374) e Joana Martins (1375-76) –, **soprioresa** – Leonor Martins Alvernaz (1375-76) –, **celeireira** – Catarina Martins (1374-76) –, **cantora-mor** – Inês Martins de Paz (1375-1376) e Guiomar Anes (1375-1415)[449] – e **cantora** – Inês Martins de Paz (1374); pelo que, além do cargo de prioresa, tal inovação deverá ter começado a ser prática somente na década de 1370, ou seja, nos últimos anos do abadessado. A par destas seis "titulares", são mencionadas mais oito religiosas residentes em Odivelas entre os anos de 1356 e 1376, algumas das quais continuariam no mosteiro no abadessado seguinte, chegando mesmo a ultrapassar a viragem do século.

---

[442] PINTO 2000, 54. Lembramos os quadros de localização de propriedade urbana em Lisboa realizados através do número de contratos de locação, bem como uma súmula de autores reunidos por Margarida da Silva Pinto que se debruçaram sobre a propriedade habitacional de Lisboa (cf. PINTO 2000, 54, nt.187).
[443] PINTO 2000, 56. Atente-se que não consta que tenha existido prédio com mais de dois andares.
[444] Possuía bens no lugar da *Pedra*, à Calçada de S. Francisco (f. S. Julião, c. Lisboa) e na Rua de Vila Franca (MSDO, Liv.26, fl.366 e fl.419).
[445] Pertenciam-lhe umas casas que herdara por morte de sua mãe, localizadas na Rua dos Ourives (fg. Madalena, c. Lisboa), constituídas por um sótão e um sobrado, com três portais na rua (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.139). Cf. RÊPAS 2021, vol. II, 516.
[446] Filha de um *Martim*, que desconhecemos, e de Maria Esteves, moradora em Lisboa, era irmã de Álvaro Martins, o *Baixo*, também ele morador em Lisboa, pelo que por vezes Leonor Martins surge mencionada com a alcunha do irmão. Cremos que Margarida da Silva Pinto a referiu de forma errada, desconhecendo-lhe o seu estatuto social, pois jamais *Leonor Martins, a Baixa* poderia ter detido semelhante título como «D. Leonor Martins». Discordamos que se possa identificar com a soprioresa Leonor Martins Alvernaz, atendendo a que Leonor Martins, a Baixa surge num documento datado de 1405, quando era soprioresa Beatriz Lourenço Barreto (RÊPAS 2021, vol. II, 480). Veja-se a entrada biográfica **78** de **Leonor Martins, a *Baixa***.
[447] Localizadas em Alfama, a par da Fonte dos Cavalos, essas casas estavam arrendadas a Gonçalo Martins, calafate, e a sua mulher Catarina Esteves, a qual seria irmã de Maria Esteves, podendo aquela ser tia materna de Leonor Martins; hipótese que atendendo à escassez de documentação não aprofundaremos.
[448] PINTO 2000, 55. Veja-se a entrada biográfica **45** de **D. Guiomar Anes [do Paço ou Reinha]**.
[449] Estranha-nos que Luís Miguel Rêpas não a tenha inventariado no *Anexo I.5.6.* Por outro lado, Margarida da Silva Pinto refere-a em PINTO 2000, 107-108.

Neste conjunto de catorze religiosas, descontadas duas já falecidas em 1356 (**Branca Martins** e **Constança Rodrigues**[450]), e um pequeno grupo de três religiosas quase indocumentadas sobre as quais nada conseguiremos afirmar (**Maior Martins**[451], **Inês Martins de Paz**[452] e ***Pomba***[453]), quatro religiosas documentam-se como proprietárias de bens nos arredores de Lisboa (**Leonor Martins, *a Baixa***, **Leonor Vicente**[454], a prioresa **Joana Martins**[455] e a celeireira **Catarina Martins**[456]) e cinco, uma vez decifradas as suas origens familiares (**Guiomar Anes**, **Inês de Molnes**, **Joana Martins Bulhoa**, **Leonor**

[450] Branca Martins e Constança Rodrigues, já teriam falecido em 1356, porventura durante ou na sequência da peste. Os documentos em que se registam refletem a rápida preocupação administrativa da abadessa, logo em 1356: Branca Martins terá falecido antes de 10 de Novembro de 1356, uma vez que só então se documenta relativamente a uma *casaria* que fora sua e que nessa data a abadessa D. Berengária Martins emprazou, em três vidas, a Silvestre Martins e a sua mulher Madalena Vicente; desconhecendo-se se este Silvestre Martins seria irmão? (veja-se a entrada biográfica **16** de **Branca Martins**). Constança Rodrigues já teria falecido a 15 de Outubro de 1356, quando a abadessa D. Berengária Martins afora, perpétua e hereditariamente, uma *casaria* que fora da dita monja a João Martins Moniz e a sua mulher Maria Vicente, por cinco capões, vinte ovos, vinte pães alvos e uma jeira de foro em cada ano (veja-se a entrada biográfica **40** de **Constança Rodrigues**).

[451] Seguindo a hipótese de Luís Miguel Rêpas, identificamos Maior Martins (03.Jan.1374; ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.260) com Maior Esteves (doc.1356), uma vez que no documento de 1356 a prioresa é referida com ambos os nomes. Em 1356, o foro de um pardieiro em Odivelas deveriam reverter para a prioresa (cf. RÊPAS 2021, vol.II, 484-485).

[452] Curiosamente, surge documentada como cantora-mor no mesmo ano (1375) que Inês Martins de Paz (monja em Odivelas desde 1366), sobre a qual nada conseguimos apurar acerca das suas origens familiares ou do seu património, uma vez que somente surge referida nas funções que exerceu na hierarquia do mosteiro: cantora (1374) e cantora-mor (1375-76). Optámos por seguir hipótese semelhante à de Luís Miguel Rêpas que a identificou com a «Inês Martins de Paz» documentada em 1376 com a «Inês Martins» mencionada nos anos anteriores (RÊPAS 2021, vol.II, 469).

[453] Confirmamos a tese de Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 506, nt.2783), que discutiu se *Pomba* (monja em Odivelas em 1356) seria familiar de Leonor Martins Pombinha (monja em Almoster de 1337 a 1382) (cf. VARANDAS 1994, 46).

[454] Terá herdado de seus pais (cujos nomes desconhecemos) o *direito, quarto e foros* de casas, vinhas, herdades de pão, pomares e chouços, com os seus respectivos direitos, em Alcântara (c. Lisboa), recebendo anualmente, de João Pinheiro, onze libras; bens esses que em 1366 (única data em que se documenta no cartório de Odivelas) emprazou a Vicente Domingos e sua mulher Maria Anes, moradores em Alcântara (veja-se a entrada biográfica **83** de **[D.] Leonor Vicente**).

[455] Já estaria em Odivelas à morte de D. Afonso IV, documentando-se como monja entre 1357 e 1366. Herdeira de propriedades rústicas em Benfica (freg^{a} e c. de Lisboa), era filha de Martim Afonso e de Maria Lourenço, ambos falecidos em data anterior a 1357, e sobre os quais somente sabemos terem sido proprietários das vinhas e oliveiras em Benfica que nessa data estariam na posse da filha Joana Martins, que surge como monja em Odivelas de 1357 a 1366, alcançando o cargo de prioresa (1375-1376). Em 1375, com a celeireira e um procurador do mosteiro, deslocou-se a Lisboa para tomar posse das propriedades escambadas com Gonçalo Vasques de Azevedo e sua mulher, Inês Afonso; o que não nos garante que seria sobrinha destes, sendo Inês Afonso, dama da rainha D. Leonor Teles, e irmã de Martim Afonso. Veja-se a entrada biográfica **70** de **Joana Martins**.

[456] Sobre a primeira «celeireira» do Mosteiro de Odivelas somente sabemos que terá possuído uma courela de vinha em Benfica, com suas árvores, que em 1398 rendia anualmente ao mosteiro cinquenta libras da moeda corrente e um par de frangos, pelo que Catarina Martins terá falecido antes da data desse emprazamento feito pela abadessa D. Aldonça Pimentel a Pedro Anes, almocreve, e a sua mulher Catarina Anes, dita Filipa, moradores em Lisboa (veja-se a entrada biográfica **24** de **Catarina Martins I**).

Martins Alvernaz e **Teresa Gonçalves Coutinha**), são figuras modelares da transição social que se regista no Mosteiro de Odivelas durante a segunda metade de Trezentos.

Em Odivelas, depois de numa primeira fase (até 1356) a maioria das religiosas se ter documentado sobretudo enquanto proprietárias de prédios rústicos, património fundiário disperso pela Estremadura e pelo Ribatejo – de onde as monjas e os seus familiares eventualmente retiravam certos apelativos de origem toponímica (Arruda e Santarém)[457] –, num segundo momento (a partir de 1356), um conjunto de figuras detentoras de prédios urbanos ou bens rústicos próximos da cidade de Lisboa marcava já uma diversidade patrimonial bastante significativa. Atendendo a que parte considerável dos fólios em que se virá a documentar a abadessa D. Aldonça Pimentel dizem respeito a propriedades na cidade de Lisboa[458], concluímos o quanto terá perdurado essa realidade. A nível exterior, nessa fase de transição, umas e outras partilhavam mais semelhanças que diferenças.

2.2.3. Estratégias individuais ou familiares

No que se refere à nomeação de D. Berengária Martins para o cargo de abadessa em 1356, há que observar, não só quem era a sua família espiritual, mas também quem era a sua família de origem, atendendo a que entre ambas se entrelaçavam laços de parentesco.

Omitida pelos nobiliários medievais, concordando com os autores que anteriormente a biografaram, conhecemo-la como filha de Martim Vasques Pimentel e de Constança Martins de Resende. Por via materna, era sobrinha de Rui Martins do Casal e Aldonça Martins de Resende, abadessa de Tarouquela[459], pais de Inês Rodrigues do Casal, casada com Afonso Fernandes Fafes, que em capítulo anterior propusemos ser irmão de D. Elvira Fernandes, primeira abadessa do Mosteiro de Odivelas. Todavia, tais relações poderiam estar na ordem das coincidências. A hipótese de ter uma prima-direita casada com um irmão da primeira abadessa de Odivelas não documenta a afinidade entre os dois ramos, tanto mais que, além de uma querela relativa à herança de Martim Afonso de Resende, a cronologia de uma não é compatível com a da outra; o que dificulta que se tenham

[457] Referimo-nos a Maria Esteves de Santarém e a Sancha Gomes, que embora não tendo adoptado esse nome era filha de D. Constança Anes [de Arruda] e neta materna do alvazil João Domingues de Arruda.
[458] Nomeadamente umas casas na freguesia da Madalena (c. Lisboa), doadas por Marinha Anes, criada de Mestre João Fogaça (03.Ago.1379; ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.368); uns pardieiros localizados a par da Judiaria, emprazados a Diogo Afonso, morador na dita cidade de Lisboa (28.Abr.1383; ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.12v.-13v.); e umas casas com sótão e sobrado, com sua câmara, à calçada de S. Francisco (c. Lisboa), emprazadas a Domingos Martins, madeireiro, morador em Lisboa (1385; ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.367). Cf. RÊPAS 2021, vol. II, 410-411.
[459] PIZARRO 1999, vol. I, 723, nt.47.

cruzado, sem inviabilizar o parentesco. Esta hipótese poder-se-á justificar por Constança Martins ser mais nova que a sua irmã, pelo que mais próxima da idade da sobrinha Inês Rodrigues. Tendo Elvira Fernandes vivido na segunda metade do século XIII, e Afonso Fernandes falecido antes de 1321[460], só por esses anos Berengária Martins teria iniciado a sua vida religiosa como monja de Almoster (1319), residindo nesse mosteiro, do qual foi prioresa (1332-1352), até à década de 1350. Irmã de uma *freira d´Arouca*, e de dois *freires do Spital*, Berengária Martins "fora sempre obediente à Ordem e vivera em bom-nome e em boa conversação, fazendo boas obras e serviço a Deus e à sua Ordem"[461], com especial fé pela Santíssima Trindade, que em sua memória, através da renda de bens em Trava que seus pais lhe haviam deixado, o Mosteiro de Almoster recordava mantendo permanentemente iluminada a lâmpada da Trindade[462].

Após alguns anos em que se terá demonstrado bastante difícil a nomeação de novas abadessas em Odivelas, a longevidade e importância do percurso religioso, bem como as qualidades morais de Berengária Martins, terão certamente facilitado a eleição desta para o cargo de prelada daquele cenóbio no termo de Lisboa. Uma carreira exímia ao longo de mais de três décadas parece poder ter ditado, por si só, a escolha que elevou a prioresa de Almoster a abadessa de Odivelas. Mas não será essa uma hipótese insuficiente, mesmo que justifique, em parte, a nomeação, a partir do momento em que lhe identificamos parentes próximos dos cargos de administração laica e eclesiástica de Lisboa?

À data, a linhagem dos Pimentéis ainda não tinha alcançado a posição que normalmente se lhe atribuí. Exemplo disso seria o facto de ainda não terem sido registados no *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro, que lhes teria vinculado um carácter bastante negativo em torno de uma história que estaria ainda na memória dos meios nobiliárquicos. Filho de um *cavaleiro*, segundo o *LL* nascido quando a mãe, Sancha Martins de Riba de Vizela, era ainda casada[463], a bastardia de Vasco Martins Pimentel (avô de Berengária Martins) manchava profundamente as origens dos seus filhos e netos ao longo da primeira metade do século XIV. A sua inserção ao lado das velhas linhagens da alta nobreza só terá ocorrido aquando da primeira "refundição" do nobiliário, realizada na década de

[460] PIZARRO 1999, vol. I, 723. Segundo o *LL* não terá gerado descendência (LL39B6).
[461] RÊPAS 2021, vol. II, 441.
[462] Doze libras, uma pitança de pão, vinho e pescado, pagos ao convento no dia da Trindade (ANTT, OC, MSMAlmoster, mç.6, nº49 e mç.7, nº1ª; 09.Fev1339). Cf. RÊPAS 2021, vol. II, 442.
[463] SOUSA 2000, 32. Vasco Martins viria a ser legitimado quando «era grande», por intercessão dos priores de Landim e de Oliveira, aceitando Martim Gonçalves de Nomães «por ermão» aquele seu meio-irmão (cf. SOUSA 2000, 33).

1360, constituindo "o mais importante acrescento então introduzido"[464]. No entretanto ter-se-ia apurado *a verdade deste feito*, concluindo-se que *fora apostila de mal dizer* lançada por aqueles que *bem nom queriam* a Vasco Martins, formulando-se nova versão da história da família que negava a origem bastarda desta figura assídua nos meios cortesãos e meirinho-mor (1277-1281), que reagiria bastante mal às acusações que lhe faziam[465].

Os motivos, de variada ordem, que terão levado o conde D. Pedro a traçar uma origem negativa dos Pimentéis, omitindo-os, foram já aflorados por Bernardo de Vasconcelos e Sousa, que se debruçou detalhadamente sobre esta linhagem. Impõem-se-nos, por fim, mencionar ainda as constantes alianças matrimoniais tecidas através das hipóteses genealógicas que vimos a discutir, que – após um primeiro casamento com uma Fornelos (descendente dos Fafes de Lanhoso[466]), e de um segundo com Maria Gonçalves de Portocarreiro[467], duas linhagens fundacionais de Odivelas –, as gerações descendentes viriam a procurar com os Pereiras – ou estes com os Pimentéis –, que tornam evidente o porquê de terem sido estes os principais intervenientes na reformulação do *LL*, eventualmente por iniciativa pessoal de Álvaro Gonçalves Pereira, prior da Ordem do Hospital, bisneto de Vasco Martins Pimentel[468].

D. Berengária Martins descendia do primeiro matrimónio do avô, sendo prima-direita de D. Gonçalo Gonçalves Pereira (pai de Álvaro Gonçalves)[469], que no tempo em que ela era monja em Almoster fora bispo de Lisboa (1322), sucedendo a D. João Martins de Soalhães – bispo de Lisboa aquando da fundação em 1295 – como arcebispo de Braga[470]. Dos oito filhos gerados do segundo casamento do avô Vasco Martins, contam-se os tios Martim Vasques, cónego do Porto; Estêvão Vasques, prior da Ordem do Hospital; bem

[464] SOUSA 2000, 31, nt.4.
[465] Nomeadamente às acusações dos Marinhos, ao ponto de o monarca o ter mandado prender (cf. SOUSA 2000, 35).
[466] Maria Eanes de Fornelo era filha de Urraca Fafes de Lanhoso, pelo que neta materna de Fafes Godins de Lanhoso e de Sancha Geraldes [Cabrom] (ou Gravel). Veja-se a árvore de costados de Maria Eanes de Fornelo em SOUSA 2000, 52. Por sua vez, Fafes Godins era irmão de Usco Godins, sendo seus pais Godinho Fafes de Lanhoso, o *Velho*, e Gontinha Mendes de Riba Douro, os quais, assim, eram respectivamente bisavós e trisavós de Maria Eanes e de Vasco Martins (cf. SOUSA 2000, 53).
[467] Veja-se a árvore de costados de Maria Gonçalves de Portocarreiro em SOUSA 2000, 55.
[468] Atendendo a que Vasco Martins era filho de Sancha Martins de Riba de Vizela, importa recordar a animosidade do conde D. Pedro por esta linhagem.
[469] Veja-se a descendência do primeiro casamento de Vasco Martins Pimentel em SOUSA 2000, 193 e 211.
[470] *LD9Q8*. Recorde-se que o arcebispo João Martins de Soalhães (1313-1325) era provavelmente sobrinho de João Viegas de Portocarreiro, cujo filho, Vasco Anes de Soalhães (legitimado por D. Dinis em 1308) viria a casar com Estevainha Gonçalves Pereira; em síntese, a irmã do bispo D. Gonçalo Pereira estava casada com um primo-direito de D. João de Soalhães (KRUS 1989, 89, nt.138).

como a tia Aldonça Vasques, professa no Mosteiro de Arouca[471]. Esta proximidade junto de figuras do clero poderá ter conduzido ao ingresso de duas netas do fundador da linhagem em importantes cenóbios cistercienses. De acordo com o que havíamos assinalado, por via do tio Fernão Vasques, figura truculenta do reinado de D. Dinis, havia ainda a referir uma prima, Isabel Fernandes Pimentel, filha única daquele, consorciada com Fernão Nunes Cogominho, filho de duas relevantes figuras da Lisboa de Trezentos.

Há muito que vimos a mencionar – sem os aparentar – a figura deste tio de Berengária Martins, o almirante-mor Nuno Fernandes Cogominho, que além de ter sido sogro de uma prima, havia casado, em primeiras núpcias, com uma sua tia, Aldara Vasques Pimentel[472], da qual não gerou descendência. Por via do seu segundo matrimónio com Margarida Alvernaz deixou três herdeiros que em poucos anos viriam a extinguir a linhagem: o varão apenas deixou uma filha; e das duas filhas, uma professou no Mosteiro de Celas, e quanto à outra, tendo casado duas vezes, vieram os seus netos e bisnetos a adoptar os apelidos Camelo, Teles e Aragão[473], que entrada a segunda metade do século XIV demonstravam o peso das alianças matrimoniais celebradas pelos avós, que então tanto os distinguiam. Os ramos dos tios Fernão e Aldara Vasques estariam, assim, não só consorciados, como implantados em Lisboa e próximos da corte, pelo que quando chegou à capital, Berengária Martins teria junto de si um pequeno grupo de "notáveis" familiares.

Perante o nome de Margarida Alvernaz, segunda mulher do tio da abadessa Berengária Martins, assalta-nos já à memória o facto de termos documentado em Odivelas uma *dona* de nome Leonor Martins Alvernaz. Entroncamos uma vez mais num caso que, perante a escassez de documentação, não conseguiremos aprofundar. Um estudo de Miguel Gomes Martins a propósito dos Alvernazes e o seu *percurso familiar e institucional entre finais de Duzentos e inícios de Quatrocentos* enquadra-se no conjunto de trabalhos que têm vindo a revelar o interesse pelo estudo das elites urbanas, da qual era exemplo esta família e os seus membros, os quais "davam corpo à administração municipal lisboeta"[474]. Concordando com o autor, Mário Farelo confirmou que "o enraizamento dos Alvernazes

[471] Uma prima direita, Teresa Gonçalves Pereira, irmã do arcebispo D. Gonçalo Pereira, e filha de Gonçalo Pires de Pereira e de Urraca Vasques Pimentel, terá sido também monja e abadessa de Arouca, onde se documenta a partir de 1298 (cf. PIZARRO 1999, vol. II, 897). Lembramos ainda que uma neta de D. Gonçalo Pereira, cujo nome se omite, terá gerado por "ganhadia" (LL30C6) um filho de Rui Martins de Basto, irmão da religiosa de Odivelas Constança Martins de Basto (PIZARRO 1999, vol. II, 627).
[472] PIZARRO 1999, vol. II, 661.
[473] PIZARRO 1999, vol. II, 662-63.
[474] MARTINS 2009, 9.

em Lisboa dataria de finais do século XIII com um Domingos Miguéis Alvernaz"[475], o qual se crê ser o antepassado comum de um grupo de figuras documentadas junto do poder municipal de Lisboa. Ao contrário do que por vezes temos feito, o caso em questão está já bastante estudado, embora não se tenha alcançado ainda uma conclusão definitiva – a qual poderá nunca chegar –, pelo que, concordando com as conclusões das duas teses apresentadas, somente discutiremos os elementos que poderão eventualmente relacionar estas duas senhoras, começando por assinalar que, o facto de Leonor Martins ser referida no cargo de soprioresa entre 1375-76 poderá indicar que então teria já uma idade madura; e os cerca de cinquenta anos que a afastam de Margarida Alvernaz, falecida depois de 1327[476], poderão ter levado a que, pelo menos, não tenham convivido o suficiente.

Casada algures pelos primeiros anos do século XIV[477], embora tenha sido identificada no nobiliário do conde D. Pedro pouco se sabe sobre Margarida Alvernaz além de ter sido *ua boa dona de Lisboa*. Em capítulo anterior já a havíamos introduzido, relativamente à capela que fundou com o marido na Sé. Estas duas situações revelam bem a relevância social da sua pessoa, embora não a consigamos aparentar com outros que por esses anos usavam semelhante apelido[478]. Quanto a Leonor Martins, segundo diversos autores[479], é possível filiá-la num *Martim Alvernaz*, figura que Luís Miguel Rêpas forjou a partir de dois homónimos que segundo Miguel Gomes Martins não se poderão tomar como a mesma pessoa[480]. Quanto a nós, cabe-nos não só concordar que o assunto continua a carecer de uma investigação mais profunda, como individualizar a existência de outros homónimos, documentados pelos mesmos autores.

Martim Domingues Alvernaz, que se crê ter sido filho de Domingos Miguéis Alvernaz, viria a suceder ao irmão João Domingues como alvazil "de forma concomitante, em 1316-1317, 1317-1318 e 1319-1320"[481]. Melhor documentado, embora se desconheça a sua ascendência, *Martim Alvernaz* documenta-se como almotacé-mor (1342) e alvazil dos ovençais (1345-46), alcançando numa segunda fase da sua carreira a corregedoria do

[475] FARELO 2008, 571.
[476] GAGO 2018, 245.
[477] Obrigatoriamente antes de 23 de Agosto de 1307, por via de nesse ano já ter falecido Aldara Vasques Pimentel, tendo Margarida Alvernaz e seu marido comprado nesse dia um casal de herdade em Monfalim (t. Lisboa) pelo preço de 350 libras (PIZARRO 1999, vol. II, 661; GAGO 2018, 244).
[478] Não foi possível alcançar qualquer grau de parentesco com Domingos Miguéis, ou com Martim, João e Pedro Domingues Alvernaz, embora, pelas cronologias, possa ser possível que fossem pai e irmãos, ou eventualmente seus tios e primos.
[479] Referimo-nos a Miguel Gomes Martins, Mário Farelo e Luís Miguel Rêpas, cuja opinião se encontra exposta na entrada biográfica **79** de **Leonor Martins Alvernaz**.
[480] MARTINS 2002, 17.
[481] FARELO 2008, 571.

Algarve (1351-53) e exercendo as funções de sobrejuiz da Casa do Cível (c.1362-66)[482]; tendo Mário Farelo proposto que se tratasse de um sobrinho de Margarida Alvernaz[483]. De facto, esta "mera conjectura sustentável apenas pela cronologia apresentada por ambos" leva-nos a colocar a hipótese de ter sido filho de Martim Domingues, conforme antes de nós Miguel Gomes Martins havia insinuado. Após filiarmos o segundo (Martim Alvernaz) no primeiro (Martim Domingues Alvernaz), resta-nos referir que Miguel Gomes Martins atribuiu-lhe a paternidade de Leonor Martins Alvernaz, que assim seria neta de Martim Domingues, e bisneta de Domingos Miguéis[484].

Caso próximo deste poderá ser o de uma outra monja, mencionada uma única vez em 1361, desconhecendo-se se ainda estaria em Odivelas na década seguinte, convivendo com a prioresa. Num aforamento um tanto impreciso quanto à posse inicial de duas courelas de vinha na Ribeira de *Alffabra* surge uma monja, **Joana Martins Bulhoa**, que "Pelo apelido, pertenceria à família dos Bulhões, que se destacaram, sobretudo, no mundo religioso, na administração concelhia da urbe lisboeta e no oficialato régio"[485]. Porém, tal não foi suficiente para que Luís Miguel Rêpas lhe identificasse qualquer filiação, nem tão pouco o conseguiremos por ora fazer. Perante diversos indivíduos desse patronímico e apelido de tão grande destaque em Lisboa, a cronologia não nos permite tomar o oligarca Martim Peres Bulhão como seu pai, uma vez que este vivera no século XIII, tal como os seus filhos, nem tão pouco com uma suposta neta que usara o patronímico *Martins*, a qual terá (eventualmente) sido sogra d´*O Palhavã*[486]. Várias décadas volvidas, no biénio 1345-46 seria alvazil do crime Pedro Bulhão[487]. Figura de indiscutível destaque, estaremos na presença de um irmão da monja, enésima referência a um oficial da administração concelhia com familiares em Odivelas?

O estilo das origens familiares não difere do de outras que temos vindo a observar. Da mesma forma, e na mesma cronologia, teriam também os Alvernazes e os Bulhões beneficiado de uma notável promoção social por via dos vários anos ao serviço da coroa, "pela via do estabelecimento de alianças endogâmicas dentro do Desembargo régio"[488].

[482] FARELO 2008, 573; RÊPAS 2021, vol. II, 482.
[483] FARELO 2008, 572.
[484] Ao contrário do que sugerira Miguel Gomes Martins, ao presente não cremos que a religiosa fosse filha do anterior pelos motivos apresentados na entrada biográfica **79** de **Leonor Martins Alvernaz**.
[485] RÊPAS 2021, vol. II, 477.
[486] Ana Cláudia Silveira sugeriu que a mãe de Maria Soares (mulher de Martim Peres Palhavã) poderia ser filha de uma Sancha Martins (cf. SILVEIRA 2007, 198).
[487] FARELO 2008, 608-610.
[488] FARELO 2008, 195.

Porém, se por volta dos anos de 1360 os Bulhões pouco ou nada se documentam, a presença de Leonor Martins como prioresa de Odivelas na década de 1370 ocorre num momento de ocaso da linhagem dos Alvernazes em Lisboa, entretanto substituídos por uma nova elite camarária; longe iam os tempos em que um pequeno grupo de famílias da oligarquia olissiponense fazia o seu *cursus honorum* junto da Coroa, conciliando o seu poder local com a presença familiar no mosteiro de São Dinis de Odivelas.

Bem posicionadas as religiosas de Odivelas de forma aparentemente informal junto das mais distintas esferas do poder laico e eclesiástico, que respondiam ao régio, não seria este o único em Portugal? Como tem vindo a ser referido, durante muito tempo as monjas odivelenses interessaram aos autores que sobre elas se debruçaram tendo em conta, ou o cômputo geral da sua vida monástica cisterciense, ou as características específicas do seu património, resultando que as suas ligações familiares, mesmo quando conhecidas, não fossem estudadas de forma a compreender o quão próximas estariam umas das outras, mais do que quem eram ou o quão importantes foram alguns dos seus familiares. Com efeito, o entrelaçado das genealogias destas religiosas ilustram bem o protagonismo alcançado por algumas linhagens ao longo do século XIV, permitindo-nos verificar que certas carreiras individuais viriam já a revelar a predominância de novas famílias; que viam na vida monástica de algumas familiares peça estratégica para o funcionamento desse mecanismo de ascensão social.

2.3. Um tornês de gente: o corte social do século XIV

Considerado o prestígio do clero como etapa para a aristocratização dos membros de uma linhagem – para o caso que vimos a discutir, cremos sempre que mais por motivos de reforço de um poder em composição, e menos por certo "equilíbrio demográfico e económico"[489] –, da procura por lugares de intercessão com o sagrado resultara que ao longo do século XIV diversas linhagens tivessem optado por se aproximar de certos mosteiros que assim privilegiavam em relação a outros, numa lógica de "casa" e "família" espiritual, além – mas nelas integradas – das lógicas sociais mundanas. Desta forma, estiveram as Molnes para Odivelas[490], como as da Fonseca para Almoster; mencionando apenas dois mosteiros do conjunto cisterciense, por se encontrarem em ambos figuras que

[489] Luís Miguel Rêpas utiliza esta formulação para se referir aos interesses das famílias da nobreza pela vida monástica em Arouca em finais do século XIII (RÊPAS 2000, vol. I, 62).

[490] Restringimo-nos à primeira metade do século XIV, uma vez que a partir de 1356 e até às primeiras décadas do século XV (c.1425) esta realidade seria assumida pela linhagem dos Pimentéis, na figura de D. Berengária Martins e de D. Aldonça Pimentel.

nos permitirão abordar pontos de contacto significativos. Problemáticas sociológicas da vida monástica de Quatrocentos, a carência de estudos leva-nos a começar a arrotear o século XV partindo do caso do Mosteiro de São Dinis de Odivelas, de onde, no limiar do século XIV, a velha nobreza de linhagem se começava a afastar-se para dar lugar ao dealbar de um espaço de novas clientelas e interesses, bem como de perfis familiares.

2.3.1. Memória familiar como etapa para a aristocratização

Conforme havíamos referido, seria já após a morte do autor original, falecido em 1354, que no reinado de D. Pedro I se refundiu o *Livro de Linhagens* (1360-65), acrescentado uma terceira vez em finais do reinado de D. Fernando (1380)[491]. A par da actualização da extensa listagem de indivíduos a matéria genealógica produzida naqueles anos introduziu certo conteúdo que continuava a expressar a memória que a nobreza procurava transmitir de si própria; sendo disso exemplo a introdução no *LL* dos Pimentéis através dos Pereiras. Em balanço sobre a cultura da nobreza nos séculos XII a XIV, António Resende de Oliveira entendia que se forjara nesse período um contexto de nova emersão no campo da escrita que produzira uma memória histórica e literária com principal destaque na produção de livros de linhagens, produção genealógica essa que no Conde de Barcelos, refugiado no seu paço de Lalim, tinha cânone de uma frente de resistência ao poder régio; o qual, por via de inquirições ou de uma administração mais rigorosa marcava o compasso de um tempo muito próprio. Contudo, em meados do terceiro quartel do século XIV[492], até que ponto grande parte das reflexões sobre a produção cultural não se sediariam sobretudo na corte régia[493], esvaziados que vinham sendo os espaços nobiliárquicos que convidavam à produção cultural "independente" do grupo. Continuando a parecer-nos que tudo isto se produzia já num momento de viragem, de consolidação de uma nova concepção do espaço cortesão e da Coroa, urge destacar que alguma relação com o passado – sobretudo na construção de uma memória familiar a ele adjacente que circulasse no espaço íntimo ou social; o que, do ponto de vista de uma linhagem, poderá

[491] SOUSA 2007, 887. Sobre as refundições chamamos igualmente à atenção para KRUS 1989, 113 e ss.
[492] Temos notícia de um artigo da autoria de Petrucio L. A. Pessoa intitulado "Mudanças culturais no Portugal medieval do século XIV: do Conde D. Pedro ao rei D. Pedro I" (PESSOA 2017), cuja consulta consideramos fundamental através do resumo divulgado, mas ao qual não conseguimos aceder por não se encontrar disponível para consulta, podendo vir esclarecer diversas questões relativas a este ponto.
[493] António Resende de Oliveira defende, em jeito de conclusão, que aos medievalistas – exceptuando de forma perentória José Mattoso – habituados a olhar o território a partir da corte régia, escapava "um novo cenário de onde emergiam diferentes pólos que manifestavam um dinamismo cultural inusitado e que estava longe de ser acompanhado pela corte régia" (cf. OLIVEIRA 2007, s/p.).

nem sempre querer dizer coisa contrária – continuaria a marcar presença através de representações familiares resultantes da difusão da prática de instituição de morgadios, tão contemporânea de Trezentos; daí resultando a afirmação de João Afonso de Brito, em 1336, quanto a, "emtemdemdo como as casas e os casaaes da moor parte dos homeens filhos d´ algo de Portugal sam baixos"[494], poder a Coroa *tirar mayor serviço* dos fidalgos que sejam mais ricos em bens. Uma ligação entre a riqueza das famílias nobres e o poder régio que, apesar de promovida pelos primeiros[495], não nos parece que tenha sido acompanhada pelos segundos. Aliás, exemplo disso será a presença dos *senhores de Góis*, detentores de um dos mais antigos vínculos do reino[496], nas cortes de D. Afonso IV e D. Pedro I; pelo que também defendemos que a instituição deste regime possa aparecer diversas vezes como "forma de pagamento de serviços, ou de efectivação de ligações clientelares", como é o caso dos morgadios fundados no final do reinado do primeiro e confirmados aos primeiros anos de governação do segundo, para três dos filhos de D. Álvaro Gonçalves Pereira[497], Prior do Hospital, previamente documentado como parente de duas abadessas do mosteiro de São Dinis de Odivelas, marcando presença em momentos assinaláveis da vida de D. Pedro I.

[494] ANTT, *LN*, *Guadiana*, Lº8, fl.58 (cf. ROSA 1995, 51).

[495] Sucede-se como arauto desta ideia de redução do regime de partilhas Fernão Gonçalves Cogominho, em 1357. Veja-se o que afirma Maria de Lurdes Rosa quanto à ligação entre os benefícios familiar e régio não ser o elemento central da maioria das invocações, que parecem privilegiar um benefício interno à família, "de acrescentamento da honra e do reconhecimento social" (cf. ROSA 1995, 52).

[496] Um dos primeiros morgadios fundados foi precisamente o de Góis, por Vasco Pires Farinha em 1300, depois de querelas familiares que envolveram lutas armadas entre bandos rivais típicas da nobreza com os sobrinhos, filhos de um seu irmão já falecido (cf. RAMOS 1956, 154-55), tal como se documenta, supostamente, em fólio datado de 1283 pertencente ao arquivo do Marquês de Abrantes, cuja memória, no seguimento dos pressupostos da nossa discussão, aqui homenageamos (TÁVORA 1965, 36). Veja-se ROSA 1995, 56.

[497] ROSA 1995, 58. Atente-se, contudo, que os três irmãos do *Condestável* Nuno Álvares não pertenciam à família dos instituidores iniciais dos vínculos que lhes foram doados a 6 de Setembro de 1356: Rodrigo Álvares recebe o morgadio das quintas de Águas Belas e de Vale de Orjaes, em Ferreira do Zêzere, de Álvaro Fernandes, escudeiro e vassalo do infante D. Pedro, e tutor dos três filhos do Prior do Hospital (cf. ROSA 1995, 58, nt.69) – desconhecemos se será este o mesmo Álvaro Fernandes (de Carvalho), meirinho-mor (1357-1367), a quem em 1360 (03.Jun.) o rei faz doação de "hua honra que chamam farinha podre a qual diz que he no julgado" de Penacova; o que vimos afirmando quanto à preferência de D. Pedro I beneficiar figuras próximas poderá levar-nos nesse sentido. Por sua vez, Pedro Álvares receberá o de João Afonso, natural de Sevilha, e Diogo Álvares o de Gomes Martins do Monte, vassalo régio, e por fim, eventualmente, quer Gomes Martins como João Afonso, também escudeiros do prior do Hospital, caso não sejam seus homónimos duas das testemunhas da *carta de doação e de ordenação e de morgado*.
Importa ainda destacar que na mesma carta se menciona que os três irmãos eram "criados do prior do Hospital", e ainda que, caso nenhum dos três irmãos gerasse descendência, deveriam os bens ficar "a seus irmãos que venham da parte do dito D. Álvaro Gonçalves (…) e haja os para sempre uma pessoa por morgado pela guisa que dito é de Rodrigo Álvares e de seus descendentes". E só quando a linha varonil se extinguisse "então as filhas maiores possam herdar", arrematando-se o problema de descendência com a entrega, em último caso, das ditas quintas, casais, jurisdição, senhorio, padroado e mais pertenças ao Hospital de Santa Maria de Flor da Rosa.

Por diversos motivos não é inócuo que se introduza a governação de D. Pedro I no quadro de problemas em análise. Examinando a sua corte identificamos que entre os seus oficiais se contam nomes de indivíduos próximos do rei desde a infância. Por volta dos seis anos[498] seu pai dotara-o de um séquito composto por seis pessoas[499], reforçado alguns anos depois – contaria cerca de quinze anos – com a constituição de casa própria e um grupo de vassalos que denotavam já o nível das suas relações. Nomes como Vasco Martins de Sousa «Chichorro», seu futuro *chanceler-mor*, ou João Afonso Telo, a seu tempo *mordomo-mor* e *alferes-mor* do rei que o haveria de tornar titular, viriam a conviver, a partir de 1357, com o *almirante* Lançarote Pessanha, com Gonçalo Vasques de Góis[500] – *escrivão da puridade* (1357-67), que à semelhança de João Afonso Telo, então já conde de Barcelos, viria a acompanhar o monarca durante todo o seu reinado –, e ainda com dois das Leis que se sucedem no cargo de *vedor da chancelaria*[501]: Mestre Lopo (1358) e Mestre Afonso (1358-60), privado do rei – o que lhes reforçava uma importância acima de qualquer cargo do poder camarário e territorial de Lisboa[502]. A presença de alguns destes nomes em Cantanhede em 1360, quando o próprio rei testemunhou o seu casamento com D. Inês de Castro, ou uma semana depois, em Coimbra, quando alguns deles – nomeadamente João Afonso Telo, Vasco Martins de Sousa e Mestre Afonso das Leis – apresentaram duas testemunhas do referido casamento (Estêvão Lobato e D. Gil, à data ainda deão e então já bispo da Guarda), demonstram a transição destas figuras da casa do infante para a corte do rei.

No primeiro momento, em Cantanhede, entre os já mencionados, contavam-se ainda João Esteves, seu privado e em breve vedor da chancelaria (1361-65); Martim Vasques, *senhor de Góis*[503]; Gonçalo Mendes de Vasconcelos; Álvaro Gonçalves Pereira, Prior do

[498] PIMENTA 2005, 165.

[499] Referimo-nos a D. Leonor Afonso (aia), Lopo Fernandes Pacheco (aio e mordomo), Domingos Anes (guarda), Gonçalo Lobato (reposteiro-mor), Afonso Domingues (reposteiro) e Afonso Esteves (reposteiro). PIMENTA 2005, 165; MUXAGATA 2019, 11 (vejam-se as biografias compostas por Filipa Muxagata em MUXAGATA 2019, 33-56 e 84-92).

[500] Em 1336, com Frei Diogo, confessor de D. Afonso IV, Gonçalo Vasques de Góis, também ele figura grada da corte d´*O Bravo*, terá como missão tratar da união matrimonial do infante D. Pedro com Constança Manuel, filha do Infante João Manuel de Castela e de Constança de Aragão (SANTOS 2010, 344).

[501] MUXAGATA 2019, 40.

[502] Recorde-se que Mestre Lopo das Leis havia sido desembargador de D. Afonso IV, documentando-se entre 1346 e 1358, continuando a exercer o cargo no reinado de D. Pedro I onde se documenta num único diploma datado de 1358 (07.Jan.). HOMEM 1985, 146. Sobre Mestre Afonso veja-se HOMEM 1985, 17.

[503] Desconhecemos por que motivo não se terá feito documentar nessa data Gonçalo Vasques de Góis, o qual só viria a falecer, em data que ignoramos, após a morte de D. Pedro I. Apesar da nossa investigação sobre o tema, continuamos a desconhecer em que data é que Gonçalo Vasques renuncia ao senhorio de Góis em nome do sobrinho, filho de sua irmã Maria Vasques. Certo é que em 1360 Gonçalo Vasques continuaria a servir o reino como escrivão da puridade de D. Pedro I e seu conselheiro até à morte deste,

Hospital (1336-80); Gonçalo Pereira; Vasco Gomes de Abreu, entre outros. Esta breve amostra espelha um quadro que em traços gerais continua o que anteriormente havíamos traçado para o reinado anterior. Pois que poderíamos porventura contabilizar entre estes o grande destaque que numa primeira fase da vida de D. Pedro I teve a figura de Lopo Fernandes Pacheco – falecido em data anterior a 1360 –, que de membro de uma nobreza regional viria a destacar-se ao longo do reinado de D. Afonso IV como seu meirinho-mor e conselheiro, como chanceler da rainha, e ainda no cargo de mordomo do infante (1335-38), tornando-se a sua linhagem numa das mais famosas do reino – nem sempre pelos motivos mais pacíficos, sabemo-lo. Figura que uma vez desaparecida viria a ser substituída numa segunda fase de vida do futuro monarca por João Afonso Telo, casado precisamente com Guiomar Lopes, filha de Lopo Fernandes Pacheco. A actuação de D. Pedro I face a esta nobreza de corte parece, enfim, revelar a preferência do rei em ter a seu lado figuras de confiança que o haviam acompanhado ao longo da sua vida. A intimidade que partilhavam começara, em diversos casos, ainda no reinado de D. Afonso IV, ditando várias uniões matrimoniais, tais como a de Vasco Martins de Sousa, à data ainda vassalo do rei, e Inês Dias Manuel, dama da infanta D. Constança, a qual dispunha igualmente de um número de oficiais relevante, entre os quais se destaca Rui Garcia do Casal, seu *mordomo-mor*, um dos quarenta fidalgos da confiança de D. Afonso IV[504].

Entre diversos oficiais que compunham a casa de D. Pedro I ou a dos seus parentes mais próximos, quer no reinado do seu antecessor como do seu sucessor, beneficiando assim as suas linhagens de uma presença geracional na corte, muitos são aqueles aos quais não conseguimos corresponder qualquer genealogia por surgirem referidos somente com nome próprio e patronímico. Contudo, outros haviam que, membros de linhagens já por nós mencionadas anteriormente, viriam a transitar sem grande espavento entre reinados. Refiram-se os casos de Lourenço Domingues Bugalho, alcaide e *guarda da moeda* do rei; de João Lourenço Buval, *guarda-mor*; ou de Gonçalo Anes de Beja, *ouvidor*[505] e comissário enviado a Castela com Aires Gomes da Silva[506], vassalo e *aio* do infante D.

em 1367. Na segunda metade da década seguinte o senhorio de Góis já se encontraria na posse de Estêvão Vasques de Goes, filho de Martim Vasques, pelo que cremos que este terá falecido algures na década de 1370.

[504] SOUSA 2000, 185-186. Lembramos que Rui Garcia era sobrinho de Rui Martins do Casal, tio materno da abadessa D. Berengária Martins Pimentel, por via do seu casamento com Aldonça Martins de Resende, irmã de Constança Martins de Resende, mãe da religiosa de Odivelas.

[505] Gonçalo Anes de Beja havia sido ouvidor do rei D. Afonso IV entre 1354 e 1357, transitando no mesmo cargo para o reinado de D. Pedro I, de quem foi ouvidor durante um ano (HOMEM 1985, 318).

[506] A partir de 1357 o infante D. Fernando é entregue ao aio Aires Gomes da Silva, o que corresponde ao ano em que seu pai iniciou a governação.

Fernando, que tivera como *ama* Inês Rodrigues Pimentel[507], filha de Rui Vasques Pimentel, pelo que prima direita por via paterna de D. Berengária Martins Pimentel, abadessa de Odivelas. Outro parente desta distinta abadessa foi o seu sobrinho, Gil Vasques Resende[508], *aio* do infante D. Dinis, consorciado na linhagem dos Pachecos, o qual julgamos poder ser pai de Joana Gil, eventualmente uma das duas filhas cujos nomes se ignoram[509], e religiosa de Odivelas.

A nível local – de Lisboa, entenda-se –, conforme assinalado por Bruno Marconi da Costa, é durante este reinado que "com interferência política do corregedor, as famílias de maior prestígio (…) são substituídas por figuras de grupos familiares até então desconhecidos na administração"[510]. Desta forma, **Pão e Água**, **Palhavãs** e **Alvernazes** saem de cena para dar lugar a **Carregueiros**[511] e **das Regras**, mas também **Barbuda**, **Fariseu**, **Maça**, **Fragas** e **da Água**. Sem corroborarmos totalmente esta afirmação, tomando como exemplo o parentesco partilhado entre os Palhavãs e os das Regras[512], cuja presença na câmara ou na chancelaria eram apenas fases de uma trajectórias maior forjada numa relação de lealdade e serviço ao rei[513], reconhecemos uma certa sucessão de interesses de alguns dos "antigos" em certas figuras que compunham os "novos". Além dos das Leis, não é de estranhar que outros cortesãos que vimos a mencionar tivessem em Lisboa um importante eixo da sua rede de influência. Mencionado anteriormente, João Lourenço Buval, vassalo do Infante D. Pedro e guarda-mor deste quando rei, era filho de

[507] Inês Rodrigues documenta-se na Chancelaria de D. Pedro I na condição de ama de D. Fernando (MARQUES 1984, 311). Desconhecemos se terá recebido alguma doação por parte dos monarcas. Viria a casar com Mem Gonçalves Camelo, de quem gerou Diogo Gonçalves Camelo. A este propósito veja-se o esquema genealógico IX em SOUSA 2000, 194.

[508] Filho de Vasco Martins de Resende e de Teresa Rodrigues Ribeiro. Recebeu de D. Pedro I a alcaidaria do Sabugal (1357), e em 1361 (16.Ago.) o mesmo rei dava-lhe todas as jurisdições dos coutos e honras que o mesmo possuía (MARQUES 1984, 268).

[509] Bernardo de Vasconcelos e Sousa destacou que além dos filhos (Martim e Fernão Vasques), Gil Vasques terá sido pai de duas senhoras "de nome desconhecido" (SOUSA 2000, 211).

[510] COSTA 2018, 114.

[511] Veja-se que a 15.Mai.1408, a pedido de Estêvão Anes, procurador de Guiomar Anes, freira do Mosteiro de Odivelas, foi passada uma cópia de uma carta lavrada em Odivelas a 01.Mar.1405, nas casas de Gonçalo Vasques Carregueiro, juiz dos feitos do crime na cidade de Lisboa, onde o mesmo era morador (cf. RÊPAS 2021, 425).

[512] Uma filha de Pedro Anes Palhavã casou com Lopo Afonso das Regras, *homem-bom*, procurador do Concelho de Lisboa, tio do Dr. João das Regras.

[513] Para outros indivíduos a sua presença na chancelaria era a única forma de participação, por mais efémera que fosse, nas estruturas administrativas. Veja-se VILAR et BRANCO 2016, 57-79. Chamamos pois a atenção para o facto de nos parecer que a renovação destas pastas se terá feito sobretudo a nível da administração camarária, atendendo a que algumas famílias manteriam a sua posição junto do rei, sendo exemplo disso – descontado o caso dos membros mencionados dos das Leis – a figura de Lourenço Anes Fogaça como chanceler (1374-83), filho de Mestre João Fogaça, cónego de Lisboa e físico da Infanta D. Maria (FARELO 2008, 552; HOMEM 1985, 354-56); contudo, tal continua a carecer de um estudo aprofundado.

Lourenço Martins Buval[514], filho de uma Portocarreiro, casado com uma Avelar[515], e com parentela no mosteiro de Arouca, o qual foi nomeado alcaide-mor de Lisboa em 1360[516].

Apesar de D. Pedro I ter ordenado, eventualmente em 1362[517], a trasladação do corpo de D. Inês de Castro do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra para o de Alcobaça[518], onde o próprio viria a ser sepultado, poucos anos antes, em 1359, a rainha viúva D. Beatriz de Castela havia sido sepultada na Sé de Lisboa[519], onde havia dois anos repousava o marido, segundo disposição datada ainda da década anterior. Seguir certa afirmação de Bernardo Vasconcelos e Sousa que defende que a "preferência dada às cidades e, em especial, a Lisboa, revela Afonso IV como um «rei urbano»"[520] – ideia que partilhamos –, é retomar uma linha de análise já por nós aflorada anteriormente e que agora continuamos verificando, de acordo com o que vimos a discutir neste texto, que

> o ponto que marca o início da viragem na posição relativa do mundo urbano e do mundo rural ocorre, grosso modo, entre as centúrias de Duzentos e Quatrocentos (…) Por isso a crescente atracção de reis como D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV pelas cidades do seu senhorio e, bem entendido, pela principal entre todas, Lisboa, cada vez mais a «cabeça do reino»[521].

Sendo um processo que ocorre na longa duração, durante cerca de um século, ao longo de três reinados, alguns dos quais excepcionalmente longos, quer-nos parecer que estaria já consolidado na década de 1350, com as duas sepulturas régias, e, assim sendo, talvez ainda em 1340, aquando do casamento do Infante D. Pedro com D. Constança Manuel na

[514] VIEGAS et MARTINS 2003, 196.

[515] Lourenço Martins Buval surge a 20 de Junho de 1333 como "cavaleiro de Terra de Santa Maria" sendo então já casado com Teresa Martins [do Avelar]. Conforme recorda Luís Miguel Rêpas, "numa altura de acentuado declínio da linhagem, havia de ascender ao cargo máximo do referido mosteiro [de Arouca] Maria Lourenço de Portocarreiro (1365-1388)" (cf. RÊPAS 2005, 77), filha de Lourenço Martins Buval, a qual adoptava o sobrenome de sua avó paterna, homónima, Maria Lourenço de Portocarreiro. À sua morte seria eleita abadessa de Arouca uma meia-irmã, Leonor Vasques do Avelar (1390-1400), filha do primeiro casamento de sua mãe. Veja-se a genealogia de «Abadessas de Arouca das Famílias Buval e Avelar» em RÊPAS 2005, 78.

[516] MUXAGATA 2019, 85.

[517] Segundo Montalvão Machado, a trasladação (ou mais correctamente a inumação; cf. MACHADO 1967, 111), só poderia ter ocorrido a 2 de Abril de 1362, tendo a construção das notáveis sepulturas régias ocorrido algures durante o ano anterior. Veja-se o que a propósito da construção e data do túmulo de D. Inês de Castro refere o autor em MACHADO 1967, 102).

[518] Estes dois mosteiros foram dos mais beneficiados durante o reinado de D. Pedro I, que se documenta relativamente a **Alcobaça** em 7 datas (entre 1357 e 1366), a **Salzedas** em 4 (entre 1364 e 1367), e a **Santa Clara de Coimbra** em 3 (entre 1357 e 1365), entre outros. Importa destacar que, tal como em Odivelas, na grande maioria dos mosteiros (20 num total de 38) o rei se documenta uma única vez a confirmar os privilégios dessas casas religiosas (cf. PIMENTA 2005, 241-243).

[519] MENINO 2012, 146. D. Beatriz de Castela faleceu a 25 de Outubro de 1359 (MENINO 2012, 142). Veja-se que D. Beatriz estava em Lisboa quando escreveu o seu primeiro testamento, a 21 de Março de 1349.

[520] SOUSA 2000, 246.

[521] MATA 1999, 110.

Sé Catedral de Lisboa, o que se por um lado atesta a opção olissiponense por esses anos, não a garante nas décadas seguintes.

Só ao fim de praticamente um ano de reinado, a 21 de Maio de 1358, por carta de mercê, D. Pedro I coloca o mosteiro de Odivelas e *toda a sua gente e possessões* sob sua protecção[522]; o que seu filho e sucessor, D. Fernando I, fará em dois meses, a 19 de Março de 1367[523], após ter já confirmado ao mosteiro, seis dias antes, os privilégios concedidos nos reinados anteriores[524]. A consulta dos privilégios concedidos por D. Pedro I a casas religiosas revela-nos que, no que a Odivelas diz respeito, este seria o único[525]. Porém, no cartório de Odivelas encontra-se uma carta datada de 20 de Julho de 1361 na qual o rei manda restituir o homiziado do couto do mosteiro, com privilégios semelhantes ao de Alcobaça, pelo que, à partida, não se deverá depreender o total desinteresse régio sobre o cenóbio no termo de Lisboa, embora nele não se volte a documentar. Em suma, a par da manutenção da relação de dependência entre os oficiais concelhios e o poder régio, quer no reinado de D. Pedro I como nos seguintes, e até finais do século XIV, verifica-se em Odivelas o desaparecimento dessas lógicas sociais, que tanto haviam caracterizado o recrutamento social das suas religiosas, e a primazia de D. Aldonça Pimentel, marcante na vida da comunidade já entrado o século XV.

Tornavam-se cada vez mais distantes os vinte anos de abadessado de D. Berengária Martins, falecida em 1376 – ia a meio o reinado de D. Fernando I –, que levara a cabo uma série de emprazamentos que reflectem bem o dinamismo administrativo que o mosteiro viveu entre os reinados atrás mencionados[526]. No entretanto, fenómeno semelhante ao anteriormente assinalado para Leonor Martins Alvernaz[527] e Joana Martins Bulhoa, porventura também derivado da substituição das principais figuras do concelho, será o que poderá ter ocorrido com a monja Inês de Molnes[528], num período em que até aqui se admitia que esta linhagem tinha perdido o apelativo que esta haveria de continuar a usar no século XV. Estas religiosas surgem assim como bastiões da importância que as suas famílias tinham tido nas décadas anteriores, arrastando a sua memória familiar como

[522] ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.61. Sobre a intervenção do rei, identificamos ainda o alvará (20.Jul.1361) no qual se mandava restituir um homiziado do couto do Mosteiro de Odivelas com os mesmos privilégios do Mosteiro de Alcobaça (ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.130).
[523] ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.65.
[524] ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.66 (11.Mar.1367).
[525] PIMENTA 2005, 242.
[526] Destacamos o que foi feito com D. João Afonso, conde de Ourém, e sua mulher D. Guiomar, em 1376.
[527] Atente-se que um Martim Alvernaz foi sobrejuiz de D. Pedro I entre 1363 e 1366 (PIMENTA 2005, 223).
[528] Poderá descender de Pero Esteves, o único dos irmãos das abadessas D. Urraca e D. Ouroana Pais de Molnes que sabemos ter deixado descendência (cf. PIZARRO 1999, vol. II, 1017).

etapa fundamental para a aristocratização do espaço conventual, quando, fora dele, em processos pouco lineares, os seus familiares já não o conseguiam fazer nas suas redes de influência.

A partir de 1379 surge como abadessa de Odivelas **Aldonça Pimentel**, cujas origens familiares remontavam à esfera de proximidades de D. Afonso IV[529], para iniciar um novo abadessado num momento muito particular da história da sua família e da do reino. Filha de um primo-direito da abadessa sua antecessora, a sua importância em data anterior àquela parece traduzir-se no facto de aquando da refundição do *LL* o seu nome não ter sido registado, embora se mencione a sua existência, omitindo-se o seu nome[530]. Seria então somente uma das filhas de João Afonso Pimentel, alcaide de Bragança nomeado por D. Pedro I (1357)[531], o qual surgira ao lado de Afonso IV no tratado de 1328, numa lista encabeçada – então evidentemente – por Lopo Fernandes Pacheco[532]. Gravitando em torno da Coroa ou consorciando-se com cortesãos de reputação indiscutível, reinserida a linhagem nos anais de memorialização da nobreza portuguesa, independentemente de esta ocorrência carecer de provas documentais, não se articularia a presença de D. Aldonça Pimentel com o estabelecimento definitivo dos Pimentéis junto da Coroa, marcando quase setenta anos de história do Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas?

2.3.2. Mosteiro sombra: funcionamento geracional

Continuada a actividade laboriosa do cartório odivelense em torno da administração patrimonial, partilhamos da opinião de Luís Miguel Rêpas quanto à quase inexistência de informações relativas a Aldonça Pimentel, embora fosse profundamente documentada, "quase sempre no cumprimento das suas funções de prelada"[533]. Relativamente aos bens que terá levado para o mosteiro, nada sabemos. Cremos que aí terá professado algures durante o abadessado da prima, cuja excelência moral – ou virtude do parentesco que

[529] Seu pai, João Afonso Pimentel, fora um dos quarenta fidalgos apresentados por ocasião do tratado de 1328 com Afonso XI de Castela.
[530] Desconhece-se o nome de um filho e três das filhas de João Afonso Pimentel, mesmo da que casou e teve descendência com Vasco Martins Leitão. Somente se identifica o nome de Rodrigo Afonso Pimentel, pai do 1º conde de Benavente (Cf. SOUSA 2000, 221).
[531] PIZARRO 1987, 285.
[532] João Afonso surge em 38º lugar, enquanto um seu primo direito, João Rodrigues Pimentel, surge em vigésimo terceiro. Eram netos do meirinho-mor Vasco Martins, o primeiro fruto do primeiro casamento com Maria Anes Fornelos (ramo de D. Berengária Martins e de D. Gonçalo Pereira), e o segundo do segundo casamento com Maria Gonçalves Portocarreiro, parente de figuras odivelenses do século XIV e antepassada comum de diversos parentes dos Pimentéis: Pereiras, Cogominhos, Cunhas, Zotes, Camelos, Gois, Aragões e Vasconcelos.
[533] RÊPAS 2021, vol. II, 409.

partilhavam – lhe teria permitido reconhecer nela uma sucessora. Porém, contrariamente ao que seria de espera – mas sem conferir caso isolado –, Aldonça Pimentel surge referida pela primeira vez já no exercício do cargo que viria a ocupar durante meio século. A 3 de Agosto de 1379[534], *por muito bem e ajuda que del recebera e emtendia a receber ao deante*, Marinha Anes, criada de Mestre João Fogaça[535], doava ao mosteiro umas casas em Lisboa (freg[a] da Madalena), as quais haviam sido de Maria Anes. Embora os *Fogaça* fossem então, conforme afirmámos, uma das famílias que havia deposto os Palhavã e os Alvernaz, desconhecemos se se terão interessado tanto pela comunidade cisterciense quanto aqueles, nem tão pouco sabemos qual foi a ajuda que Marinha Anes recebera do mosteiro. Aldonça Pimentel só voltará a surgir daí a quatro anos (1383[536]), conduzindo os destinos do cenóbio através dos anos conturbados da crise de sucessão que levaram a comunidade a deixar pela primeira vez o mosteiro, ao fim de noventa anos.

A crise de 1336-1348 marcara o último grande momento de instabilidade da turbulenta primeira metade do século XIV. Fora episódios localizados ou conflitos de ordem de política externa[537], entre 1348 e 1383 assistira-se a um raro período de paz, que terminara em anos de conturbada política governativa de D. Fernando I, seguido de um dramático interregno. Em Odivelas, este período que sucedeu aos anos da peste abarcou uma realidade interna vivida na longa duração até aos primeiros anos de abadessado de D. Aldonça Pimentel. O clima de instabilidade gerado a partir 1383 ainda corria aquando da consolidação da vitória do Mestre de Avis, eleito nas cortes de Coimbra em Abril de 1385; e conforme recorda Humberto Baquero Moreno, há alguns anos que se vinha a assistir a uma forte contestação da realeza por parte da nobreza, suscitando cortes em Coimbra na viragem de 1397 para 1398[538]. Num contexto político muito próprio se perscrutavam trajectórias políticas de diversas linhagens e elites governantes[539].

[534] ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.368.
[535] Oficial régio (cf. GOMES 1995, 139). Melhor documentado surge o *chanceler* Lourenço Anes Fogaça (doc.1368-99), ouvidor de D. Fernando (1368-72), chanceler/vedor da chancelaria (1373-83), chanceler durante a regência de D. Leonor de Teles (1383-84) (cf. HOMEM 1985, 147-151). Atendendo ao seu patronímico não é impossível que consideremos João Fogaça como pai de Lourenço Anes.
[536] ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.12v.-13 (28.Abr.1383).
[537] Referimo-nos, a título de exemplo, à perseguição feita por D. Pedro I aos nobres que haviam assassinado D. Inês de Castro; às decisões que pontualmente levavam alguns membros da nobreza a abandonarem o reino; mas sobretudo às pretensões de D. Fernando I sobre o trono de Castela, vago após o assassinato de Pedro I, o *Cruel*, em Março de 1369, por Henrique de Trastâmara, seu irmão bastardo, o que viria a originar em Portugal uma sucessão de três guerras, terminadas um ano antes da morte do rei.
[538] MORENO 1987, 103.
[539] Veja-se Luís Miguel Rêpas e Joaquim Serra para o caso de Évora (RÊPAS 2022, 477; SERRA 2015).

Interessando-se por um dos mais trágicos episódios relativos à vivência religiosa de então, Luís Miguel Rêpas partiu de documentação até à data inédita para abordar pela primeira vez "a temática do abandono dos espaços monásticos durante os conflitos armados do último quartel do século XIV"[540]. É o caso das monjas de Lorvão, *que por necessidade da guerra* se recolhem nas casas do deão D. Rui Lourenço, em Coimbra, logo em 1382, beneficiando do alojamento de D. João I *dentro na cerca da dicta cidade* em 1385[541]; das de Arouca, refugiadas em local incerto dentro das muralhas do Porto[542]; das de Almoster, em Santarém; das de Cástris, em Évora.

Somente em 1385, nos *paços do almirantado* para onde entretanto a instabilidade política fruto da guerra havia transferido as religiosas de Odivelas à semelhança das suas congéneres, se documenta a abadessa D. Aldonça Pimentel ao lado de Maior Lopes, *prioresa*, sobre a qual nada sabemos[543], a não ser que terá falecido poucos anos depois, uma vez que em 1390 era prioresa Constança Lourenço [de Penela][544]. A documentação inexistente talvez nos permita apontar que o interregno documental que se verifica entre 1383 e 1385 possa comprovar que o êxodo de Odivelas se deu logo aos primeiros momentos de instabilidade. Entre 1386 e 1387 *fazem mosteiro*[545] nas casas de morada do falecido Afonso Domingues, o qual fora privado dos reis[546], ignorando-se os motivos que pesaram na decisão, ou sequer se aquele alguma vez se relacionou com o mosteiro. Tudo nos leva a crer que dois ou três anos após a aclamação de D. João I as donas de Odivelas continuavam a ter receio de regressar ao mosteiro.

Caso semelhante acontecia com as donas de Chelas, que *com temor dos enmjigos* se haviam refugiado em casas que tinham em Lisboa, aí permanecendo até 1386; ou as de

[540] RÊPAS 2022, 478.
[541] ANTT, OC, MSMLorvão, Gav.2, mç.4, nº9/2 (10.Nov.1382). RÊPAS 2022, 478.
[542] Talvez no Mosteiro de São Domingos (cf. RÊPAS 2022, 479).
[543] Documenta-se uma única vez nessa data (1385), no desempenho da sua função (RÊPAS 2021, 495). Veja-se a entrada biográfica **85** de **Maior Lopes**.
[544] Menciona-se sempre como «Constança Lourenço». A prioresa Constança Lourenço era filha de Lourenço Fernandes, privado do rei (D. João I), e irmã de João Lourenço de Penela, que comprou a metade do casal de Faião (t. Sintra) – o qual havia pertencido a João Gomes e sua mulher Margarida Anes, moradores no Lumiar (t. Lisboa) – (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.79; 09.Mai.1390); vindo o dito casal a pertencer aos bens do Mosteiro de Odivelas através de escambo feito pela abadessa D. Aldonça Pimentel em troca do que o cenóbio tinha na Telhada (t. Alenquer) e em Penela (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.80 e fl.81; 14.Mai.1390). Veja-se a entrada biográfica **36** de **Constança Lourenço II**.
[545] ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.6 (10.Jun.1386). Quer nesta nota como na seguinte citamos a transcrição documental feita por Luís Miguel Rêpas (cf. RÊPAS 2021, 412-14).
[546] Segundo consta nos seguintes documentos: ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.7 (29.Jul.1386); Liv.9, fl.300 (26.Nov.1386); Liv.7, fl.199 (09.Jan.1387); Liv.7, fl.202 (09.Jan.1387); Liv.7, fl.200 (27.Jan.1387); Liv.7, fl.201 (07.Fev.1387); Liv.11, fl.509 (03.Mar.1387); Liv.10, fls.438 e 439 (04.Mar.1387); Liv.11, fl.509 (03.Ago.1387).

Santos, que fizeram mosteiro nas casas do Cabido da Sé até 1387[547]. Quanto às de Odivelas – após novo hiato documental registado entre 4 de Março de 1387 e 28 de Março de 1388[548] –, ou porque a vida comunitária dentro da cidade se dificultara, ou por terem salvaguardada alguma estabilidade no espaço monástico de origem, só voltariam a estar *todas juntas em cabido* no mosteiro em Março de 1388, para onde terão regressado entretanto[549]; o que permite algumas leituras relativas à instabilidade vivida no termo da cidade de Lisboa durante esse período, que extravasa os limites tradicionais da datação da denominada revolução cumulativa à crise dinástica iniciada em 1383, e que ainda se fariam sentir – por palavras de Humberto Baquero Moreno –, "tanto nos tempos mais próximos como ainda naqueles que se prolongam até à paz com Castela de 1411"[550]. A isso se referia ainda a comunidade de Odivelas quando, em 1398, "devido à guerra entre Portugal e Castela", o cónego Gonçalo Domingues, procurador do mosteiro, e Afonso Domingues, procurador de Almoster, concordam em suspender o feito que opunha os dois cenóbios quanto à herança de uma antiga freira, "ficando reservado a Odivelas o seu direito sobre os ditos bens, para o demandar quando quisesse, sem que prescrevessem os prazos legais"[551]. Por desconhecermos documentação que indique o contrário, supomos que terá ficado concluído nesse momento o pleito resultante das disposições de ordem patrimonial de **Teresa Gonçalves Coutinha**[552], professa em Odivelas ainda durante o abadessado de D. Berengária Martins (algures antes de 1367), prima da então abadessa de Almoster[553], e já viúva de Afonso Rodrigues do Casal do qual tivera descendência[554]; daí se podendo compreender a sua opção por um mosteiro no termo de Lisboa, cidade onde há muito a família do marido se havia estabelecido, quando a sua família de origem

[547] RÊPAS 2022, 480.
[548] Nesta data a abadessa D. Aldonça Pimentel e o convento do mosteiro de Odivelas emprazam, em três vidas, uma courela de vinha à ribeira, junto ao mosteiro, a João Afonso, filho de Afonso Anes de Louro, pela terça parte do vinho, uma jeira anual e lagaragem (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.9; 28.Mar.1388).
[549] Sem se debruçar sobre tal por ser cronologia que ultrapassava os limites da sua tese, Luís Miguel Rêpas alertou para o facto de em finais do século XIV a abadessa e a comunidade conventual de Odivelas, "ou, pelo menos, algumas das suas monjas", surgirem por variadas vezes em diversos espaços da cidade de Lisboa (RÊPAS 2021, vol. II, 410). Não seria esta uma opção exemplo de certa mudança de mentalidade quanto aos limites da comunidade conventual, resultante dos anos passados na cidade e longe do mosteiro?
[550] MORENO 1987, 103.
[551] ANTT, OC, MSMAlmoster, mç.4, nº41 (30.Jul.1398). Cf. RÊPAS 2021, vol. I, 135.
[552] O seu testamento beneficiava apenas os mosteiros de Almoster e de São Domingos de Santarém.
[553] O pai de Teresa Gonçalves [Coutinha], Gonçalo Martins da Fonseca, era primo-direito de Guiomar Afonso da Fonseca, abadessa do Mosteiro de Santa Maria de Almoster (1314 e 1323-1365).
[554] Veja-se a entrada biográfica **106** de **Teresa Gonçalves Coutinha (ou [da Fonseca])**.

privilegiava Almoster, para onde Teresa Gonçalves viria a transitar em 1367, aí vindo a falecer por volta de 1390.

Tendo notícia de que o único irmão da abadessa de Odivelas cujo nome não se ignora, Rodrigo Afonso, comendador-mor da Ordem de Santiago, estava casado com uma da Fonseca[555], esta união coloca em questão se o aparente interesse do cenóbio não seria, na realidade, conveniência pessoal da linhagem que desde meados desse século se encontrava à frente dos destinos de Odivelas. Uma vez mais, confundindo-se a família de sangue com a espiritual, internamente – quanto aos aspectos cerimoniais da vida nobiliárquica do mosteiro, que lhe vincavam a diferenciação e distinção social –, no final do século XIV rumo à viragem para o século XV assiste-se em Odivelas a uma certa hegemonia de um pequeno grupo familiar encabeçado pela abadessa.

Temos notícia de que a 19 de Dezembro de 1391, "junto ao poço de Borratém[556], dentro de umas pousadas em que agora pousa a honrada religiosa D. Aldonça Pimentel, abadessa do mosteiro de Odivelas"[557], juntamente com **Joana Gil** e **Inês Vasques**, donas professas de Odivelas, "como convento, fazendo cabido", emprazaram uma casa e um pedaço de campo anexo à casa no Vale da Oliveira (t. Lisboa), a Afonso Vicente[558], almuinheiro, e a sua mulher Constança Esteves. Diante dos elementos mencionados, caberá responder a determinadas interrogações relativas a estas religiosas que protagonizaram a comunidade odivelense. Após termos identificado anteriormente Joana Gil como sobrinha-neta da abadessa D. Berengária Martins, o que a entroncaria na genealogia comum dos Pimentéis como prima de D. Aldonça Pimentel – o avô da primeira era primo-direito do pai da segunda[559] –, importa-nos conhecer Inês Vasques como "sua sobrinha"[560], filha que era de uma sua irmã, casada com Vasco Martins Leitão[561]. Além destas, que por mais que uma vez a acompanharam em cabido, graças a

[555] *LL35D4*. Rodrigo Afonso casou com N. Lourenço da Fonseca, cujo primeiro nome se desconhece (PIZARRO 1987, 285). Igualmente se desconhece se terão deixado descendência, pelo que cremos que tal se poderá dever ao facto de ser esta uma união muito recente à data da refundição do *LL*. Veja-se SOUSA 2000, 221.

[556] Topónimo que se crê ter evoluído do árabe «fonte da Figueira», designou o poço actualmente oculto no interior de um prédio pombalino, o qual surge documentado em 1552, e que agora (DIAS 1996).

[557] Cf. RÊPAS 2021, 417-18. Desconhece-se a localização destas casas, mas tal poderá levar-nos a considerar se não teriam as donas de Odivelas, à semelhança do que acontecia com as donas de Chelas, residência própria em Lisboa.

[558] Filho de Vicente Anes, cesteiro, presente ao momento do emprazamento.

[559] Aldonça Pimentel e Joana Gil eram, respectivamente, bisneta e trineta de Vasco Martins Pimentel.

[560] Assim se documenta em 1405 (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.13; 23.Jan.1405).

[561] De acordo com Bernardo de Vasconcelos e Sousa, João Afonso Pimentel e Constança Rodrigues de Morais terão sido pais de Rodrigo Afonso Pimentel, com descendência documentada nos Condes de Benavente, entre outros; mas também de um conjunto de dois filhos e três filhas cujos nomes

Luís Miguel Rêpas conhecemos hoje que terá estado em Odivelas uma outra familiar, Catarina Martins Pimentel, documentada entre 1410 e 1419, a qual trazia emprazadas umas casas em Lisboa, na freguesia de S. Julião, que pertenciam ao mosteiro de S. Vicente de Fora[562]. Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação[563]. No campo das certezas, poderemos sim concluir que por via deste grupo de mulheres se reforçava no Mosteiro de Odivelas a presença e influência de uma linhagem que, a nível do reino, vivia então um momento crítico para a família.

Preocupado D. João I em reaver as terras que anos antes doara à nobreza pelo auxílio prestado durante o cerco de Lisboa (1384), em finais do século XIV não tardam a surgir opositores nobilitados para lhe contestar tal decisão[564], entre os quais o *Condestável* do reino, D. Nuno Álvares Pereira, cujos senhorios o destacavam a nível de todo o reino[565]. Do propósito do monarca saíram lesados os Coelho, Machado, Cunha, Avelar, Camelo, Ulveira, Taveira… e destacando-se entre todos, os Pachecos e os Pimentéis; resultando numa série de exílios. À semelhança de todos estes membros da grande e média nobreza, porventura iniciando o surto migratório, um sobrinho da abadessa de Odivelas, João Afonso Pimentel[566], viria a optar pelo exílio em Castela. Segundo alguns autores tal acontecimento deverá ter ocorrido no início do ano de 1398, pelos meses de Fevereiro ou Março, aí permanecendo até 1403. Apesar do parentesco com o exilado, tudo leva a crer que as boas relações das religiosas do mosteiro de Odivelas com a Coroa se manteriam.

2.3.3. Revolução dentro de portas: contornos sociais

A longevidade do abadessado de D. Aldonça Pimentel espelha-se na sua convivência com catorze religiosas documentadas entre 1379 e 1425[567]. Isolando estas monjas de um

desconhecemos. Uma destas filhas viria a casar com Vasco Martins Leitão, do qual sabemos ter gerado descendência (cf. SOUSA 2000, 221),

Segundo as genealogias, o nome da sua mulher seria Inês Afonso Pimentel, que cremos ter sido forjada posteriormente por se desconhecer ao certo o nome dessa sua segunda mulher, com a qual estaria casado desde 1365 e por via da qual recebia comedoria do mosteiro de Grijó: "Vasco Martinz Leitom da parte da molher que foy fylha de Johane Affonso Piimentel e a huum filho. Item dous fihos e duas filhas que foram do dicto Johane Affomso e ham d´aver comeduras enteiiras" (PIZARRO 1987; SOUSA 2000).

[562] RÊPAS 2021, vol. II, 408, nt.2274.

[563] Veja-se a entrada biográfica **26** de **Catarina Martins [Pimentel]**.

[564] Paralelamente, começa-se a "limitar a possibilidade dos fidalgos transmitirem os bens da coroa aos seus descendentes que não fossem de linha masculina e legítima" (MORENO 1987, 113).

[565] Outra medida imposta passava pela obrigação dos fidalgos recuperarem as terras que haviam concedido aos seus criados em troca de vassalagem (MORENO 1987, 106).

[566] Não se confunda João Afonso Pimentel, 1º conde de Benavente, com o seu avô homónimo, pai de D. Aldonça Pimentel.

[567] Por ordem cronológica do seu aparecimento na documentação, mencionando somente o ano relevante para as integrar como coevas de D. Aldonça Pimentel, atendendo a que algumas delas surgem

todo cisterciense desconhecido que continua por estudar[568], por via da documentação as referir de forma sumária, fica por identificar em rigor um conjunto de religiosas, entre as quais a já mencionada *prioresa* **Maria Lopes**; **Leonor Afonso**; **Violante Afonso**; e se é que a não referimos antes **Leonor Vicente**[569]. Contemporâneas destas, apesar de consideravelmente melhor documentadas, numa segunda linha temos conhecimento de **Maria Anes**, que sabemos ter sido filha de João do Outeiro e de Maria Martins, os quais em 1404 doam à filha certos bens em Barcarena (t. Lisboa), local onde residiam; e de **Isabel d´Andreste** (1402-27), filha de Mestre Fernando, cirurgião do rei, beneficiada por D. João I que lhe doa todos os bens que lhe cabiam por ser herdeira de seu pai após a morte deste, ao tempo em que era freira em Santa Clara de Santarém[570].

Por fim, ocupando os mais altos cargos da hierarquia conventual durante vários anos, surgem **Guiomar Anes** [do Paço ou Reinha], *cantora-mor* (1425), e futura abadessa de São Dinis de Odivelas – filha de João Esteves do Paço, morador no Lumiar, também ele beneficiado por D. João I[571], e de Margarida Peres, que segundo hipótese que pela primeira vez levantamos poderá relacionar-se com os do Rego e os Bugalhos, e por via destes com uma tia da linhagem dos Pimentel[572]; **Beatriz Lourenço Barreto**, mormente referida como «Beatriz Barreta», *soprioresa* (1408-1413); e **Constança Lourenço**, *prioresa* (1390-1414), filha de Lourenço Esteves, *privado do rei*[573], e irmã do cavaleiro João Lourenço de Penela[574], *juiz do crime* (1409-1410) – em cuja descendência, optando

na documentação ainda no abadessado anterior, e que muitas irão transitar para os seguintes: **Inês de Molnes** (-1424); **Leonor Martins *Baixa*** (-1405); **Guiomar Anes** (1384-); **Maria Lopes** (1385); **Constança Lourenço [de Penela]** (1390-1414); **Inês Vasques [Leitão]** (1391-1405); **Joana Gil** (1391); **Isabel d´Andreste** (1402); **Maria Anes** (1404); **Leonor Vicente** (1406); **Beatriz Lourenço Barreto** (1408-); **Catarina Martins Pimentel** (1410-1419); **Violante Afonso** (1425) e **Leonor Afonso** (1425). Excluímos deste número a referência coeva a Teresa Gonçalves Coutinha, freira ao tempo de D. Berengária Martins.

[568] Luís Miguel Rêpas procurou observar as religiosas do século XIV (RÊPAS 2021). Urge a elaboração de um estudo semelhante para o século XV, que poderá responder a diversas hipóteses que neste momento e ao longo do presente trabalho levantamos.

[569] Mencionada em 1406, ano em que Vicente Diniz emprazou casas e terras em Alcântara – foreiras ao Mosteiro de Odivelas – que haviam pertencido ao pai de Leonor Vicente, até que ponto poderá ser a mesma que se documenta em 1366, ainda durante o abadessado de D. Berengária Martins, que em capítulo anterior havíamos referido enquanto proprietária de bens nos arredores de Lisboa (veja-se a entrada biográfica **83** de **[D.] Leonor Vicente**). O desfasamento cronológico de quarenta anos entre os dois episódios e o interregno no seu entretanto não deixam de ser pontos que dificultam tal interpretação.

[570] Veja-se a entrada biográfica **55** de **Isabel d´Andreste**.

[571] Em 1396, D. João I manda entregar a João Esteves do Paço do Lumiar os bens que haviam pertencido a Rui Lopes, compostos por casas, lagar, forno de cozer pão e uns pardieiros, à Calçada de Paio de Novais, na cidade de Lisboa (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.29).

[572] Veja-se a entrada biográfica **45** de **D. Guiomar Anes [do Paço ou Reinha].**

[573] Mário Farelo considerou como pai de João Lourenço [de Penela] um "Lourenço Esteves, vassalo do rei, conselheiro e privado de D. Pedro" (FARELO 2008, 498); suposição que agora garantimos.

[574] Estava presente aquando do escambo feito por D. Aldonça Pimentel dos bens que o Mosteiro de Odivelas tinha na Telhada e em Penela pelo Casal de Faião (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.80 e fl.81-84;

por uma rara adopção de apelativos[575], viremos a identificar uma Maria de Beça como monja de Odivelas (1432-34)[576] –, e de Lourenço Esteves, o Moço, desembargador e conselheiro do Mestre de Aviz[577].

Beneficiando umas das suas doações (Isabel d´Andreste e Guiomar Anes), e provindo outras de famílias da sua confiança (Aldonça Pimentel e Constança Lourenço), como não enquadrar as religiosas do Mosteiro de Odivelas entre alguns dos mais notáveis fidalgos de Portugal da transição para o século XV, que apesar de terem figurado como principais apoiantes da causa do Mestre de Aviz se viriam a incompatibilizar com a política de D. João I, partindo em grande número para Castela. Neste momento de inícios do século XV, ainda era viva Inês de Molnes, *cantora-mor*, figura que se distinguia na hierarquia do mosteiro antecedendo a soprioresa, sem que tal nos leve a reconstituir qualquer réstia de interesse de uma linhagem extinta no século anterior. Falecida esta em 1424, determinada listagem datada do ano seguinte demonstra quais eram as figuras que nos últimos anos de vida e abadessado acompanhariam D. Aldonça Pimentel, permitindo descortinar a breve sucessão da liderança da comunidade: Beatriz Lourenço, *soprioresa*, e Guiomar Anes, *cantora-mor*[578].

Sessenta e nove foi o total de anos que os Pimentéis estiveram à frente do mosteiro de Odivelas, com apenas duas abadessas de assinalável longevidade. Período esse no qual, persistentemente, o entendimento sobre quem era importante, ou dispensável – a nível do reino mas também do cenóbio –, oscilava, tabelado mais do que uma vez pelo poder régio. Ao longo do presente capítulo perscrutamos de que forma se foram sucedendo as gerações deste mosteiro no termo de Lisboa desde o reinado de D. Dinis, seu fundador, a quem terá certamente interessado a primeira composição social da comunidade religiosa, que viria a chegar ao final do século XIV com a valorização própria que a leitura se lhe atribua.

14.Mai.1390); documento no qual se refere o nome de seu pai e a sua relação com a prioresa do mosteiro, sua irmã. Não deixa de ser interessante que se refira que em 1517 o Mosteiro de Odivelas viria a comprar o casal de S. Bento (t. Torres Vedras), ao Conde de Penela (ANTT, OC, MSDO, Liv.16, fl.1-6), então João de Vasconcelos e Meneses (2º conde de Penela), trineto de João Mendes de Vasconcelos, senhor de Penela, que tanto quanto conseguimos averiguar nada tinha que ver com esta família de oligarcas olissiponenses. Mário Farelo identifica João Lourenço [de Penela] entre um grupo de oligarcas provenientes de fora do espaço estremenho da cidade de Lisboa, para através dele confirmar "o poder de atracção da urbe, através do estabelecimento de um grupo privilegiado que partilhava com a sua congénere solarenga o reconhecimento identitário a partir de uma base toponímica" (FARELO 2008, 187).

[575] FARELO 2008, 241.

[576] Veja-se a entrada biográfica **90** de **Maria de Beça**.

[577] Lourenço Esteves, o Moço, terá falecido antes do documento de 1390 presente em Odivelas, em data anterior a 26 de Julho de 1385 (FARELO 2008, 499).

[578] Em 1424 ainda era cantora, sucedendo a Inês de Molnes como cantora-mor.

Assim, adulterando o sentido a determinado título literário[579], valendo umas vezes mais, outras vezes menos, que um tornês, é no espaço do Mosteiro de Odivelas que gravita um todo social constituído por gente que no século XV se individualizava e reconhecia como que tecida em entrecruzadas relações familiares, rede de estratégias assumida pela própria comunidade de religiosas.

Num regime de permanente pressão da grande nobreza e de pontuais excepções do poder régio, desaparecidas as relações tácitas com a administração camarária de Lisboa, a presença de uma nobreza de linhagem entretanto implicitamente beneficiária do poder régio ao mesmo tempo que o contestava trazia a Odivelas novas lógicas sociais. Descendendo dos avoengos registados em nobiliário pelo Conde D. Pedro, as figuras que em inícios do século XV marcavam o rumo dos destinos do reino eram tão fiéis descendentes deles como de um novo aparelho cujo poder era produzido segundo a vontade do rei. Longe iam os tempos em que a velha nobreza senhorial em desavença se afastava da corte para os seus domínios nortenhos, mantendo o seu poder simbólico, que nestes netos do século XV transitava de imediato para outra figura, cabendo-lhes o consentimento ou o exílio.

3. Se é isto uma nova elite nobiliárquica

Através dos numerosos contratos imobiliários que compõem a base documental do cartório de Odivelas durante os séculos XIV e XV, tornou-se possível destrinçar certas genealogias que na presente dissertação apresentamos de forma segura numa catalogação de elementos biográficos, esquematizados em anexo próprio. Perante as conclusões dos capítulos anteriores, os limites do nosso objecto de estudo demonstram-nos já que um sistema de parentesco poderá ser, antes de mais, uma rede de relações sem existência material directamente perceptível[580], pelo que urge reconstruir a sua organização abstrata através de um exame rigoroso dos enunciados que detemos. Os parentescos explícitos em Odivelas são em número comparativamente menor àqueles que se podem deduzir pelos apelidos apresentados sobretudo pelas religiosas que se documentam a partir do século XV. Se em documentação datada, ainda, do abadessado de D. Aldonça Pimentel, se

[579] Referimo-nos à obra de Aquilino Ribeiro «Cinco réis de gente», cujo montante pecuniário substituímos pelo «tornês», considerada a primeira moeda de prata portuguesa, cunhada no reinado de D. Dinis, apesar de se desconhecer qualquer documento que o comprove. Em analogia com o facto de se tratar de uma produção política dionisina, à semelhança do mosteiro de Odivelas, o grupo social que para ele se recrutava e que em torno do dito mosteiro gravitava forjava-se a partir de características bastante próprias à luz do seu tempo.

[580] PASTOR 1990, 55.

alcançam consideráveis ramos de parentesco que tinham como antepassado comum a linhagem da própria abadessa, corrido o século XV, os documentos dilatam as relações possíveis, ainda que ampliem as menções a religiosas que se sucedem numa hierarquia geralmente perceptível. Certa referência datada de 1405 relativa a "D. Aldonça Pimentel, abadessa do mosteiro de Odivelas, e (…) [a] Inês Vasques, sua sobrinha, monja do dito mosteiro"[581] constitui uma rara linha formada a partir de parentescos colaterais que nos levam a percepcionar até que ponto no século XV não se começava a destacar no mosteiro um conjunto social individualizado – pelo que já não estruturado numa lógica familiar que explicara parte significativa das sucessões de abadessados desde a fundação em 1295 – em figuras participantes no marco social vivido pelas "elites" do reino, com particular destaque na cidade de Lisboa, que passaremos a estudar detalhadamente.

Quando confrontado com a necessidade de apelidar o grupo social que vinha a estudar, Mário Farelo defendeu ser necessário "proceder à escolha de um ou mais conceitos que traduzam o posicionamento na sociedade daqueles"[582]. Potenciando esta reflexão, Adelaide Millán da Costa constactou que "o termo elite corresponde a uma categoria sociológica que, para se tornar operatória, necessita da adopção de referentes"[583]; sustentáculos que garantem a certos indivíduos a sua inserção nesses grupos[584], ainda que jamais se pudessem ter identificado, à época, de forma tão conceptual[585]. Tais critérios cimentavam-se em conceitos que sistematizavam núcleos de actuação e de sociabilidade próprios dos poderes formais que a partir de um espaço comum, gravitando entre a coroa e o concelho de Lisboa, circunscreviam, quer do ponto de vista geográfico como social, a população que vimos a analisar.

Partindo do nosso objecto de estudo, comecemos por seguir três factores tradicionais que segundo Jacques Le Goff permitiriam a um indivíduo a sua pertença a uma «elite»: nascimento, riqueza e saber; considerando que ninguém a integraria apenas com um desses "trunfos", e que reunir os três era coisa rara[586]. Ora, atendendo a isto, denotamos

[581] ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.13 (23.Jan.1405). Cf. RÊPAS 2021, vol. II, 422.
[582] FARELO 2008, 27.
[583] Conclusão seguida através de determinado artigo de Elisabeth Crouzet-Pavan, intitulado "Élites (les) urbaines: aperçus problématiques", apresentado ao XXVIIe Congrès de la SHMES, em Roma, em Maio de 1996, e publicado em Paris, pela Publications de la Sorbonne, em 1997 (cf. COSTA 2001, 63).
[584] COSTA 2001, 63.
[585] FARELO 20008, 27. Tal como nós também Mário Farelo recordava ser difícil "a designação escolhida para apelidar o grupo em estudo, na medida em que o grupo raramente se designa de forma conceptual na documental existente", daí se retirando a necessidade de utilizar conceitos formulados *a posteriori*.
[586] Atente-se que a figura do mercador-jurista tão característica na investigação de Jacques Le Goff pouco se reconhece em Portugal (DUARTE 2001, 235, nt.10), mas não coexistiria alguma semelhança num grupo

uma clara diferença comparativamente com a definição da velha nobreza medieval dos livros de linhagem, cujo *nascimento* garantia a integração no grupo ao qual se continuaria a pertencer apesar de os percursos de vida, inclusive dos descendentes, poderem desassociar os herdeiros dos privilégios dos seus antepassados. Por outro lado, por via de diversos exemplos que temos vindo a discutir, consideramos que *riqueza* e *saber* são características do foro pessoal, não necessariamente relacionadas com uma esfera familiar e social privilegiada – apesar de dela poderem beneficiar –, à qual esses factores poderiam permitir ascender; de que são exemplo diversas figuras ligadas ao mundo mercantil ou administrativo, da vereação camarária ao desembargo régio, presentes em Odivelas.

Ainda que deles beneficie, o presente objecto de estudo permite-se autonomizar num grupo social concepcionalmente lato, considerando como denominadores a interacção de diversos episódios e conceitos que, a seu tempo, e enquadrados em áreas determinadas, temos vindo a utilizar. Assim sendo, o termo *oligarquia* que expressava o raciocínio de Mário Farelo sobre o seu grupo de dirigentes concelhios[587], foi por nós utilizado sempre que *elite urbana* se apresentava termo demasiado abrangente ao ponto de não reflectir a amplitude dos poderes formais dos indivíduos. Porque ao presente privilegiávamos para o século XIV a leitura de um grupo social, se não mesmo um todo familiar – ou mais do que um –, assumíamos o termo sem qualquer repartição por funções de cariz profissional[588]. A comparação nunca fora, assim, feita entre a massa humana que a integrava e aquela que dela ficava ausente, tanto mais que a discussão corria dentro das especificidades do grupo presente no mosteiro de São Dinis de Odivelas ao longo daquela centúria, individualizando hierarquias internas e, quando exequível, espelhando os seus reflexos no cômputo externo da realidade do reino.

Desmultiplicando a adaptabilidade do conceito através da análise racional de Adelaide Millán da Costa, verificamos que, até aqui, por muito que os tenhamos procurado biografar, o nosso estudo sobre certos indivíduos que terão integrado determinadas instituições – religiosas ou camarárias, entre outras – se circunscrevia a determinada influência territorial, sempre no "exercício do poder e não com a fonte do mesmo"[589]. De acordo com José Mattoso[590], de forma conceptualmente mais manifesta se identificaria a

de famílias de mercadores entretanto tornados em oficiais? Lembremo-nos que Pedro e João Eanes Palhavã poderão ter estado à frente dos negócios do pai antes de integrarem a administração municipal.

[587] FARELO 2008, 30.

[588] Mário Farelo defende a co-existentência de uma pluralidade de elites urbanas, declinado o conceito principal em elites de carácter económico, social, político, religioso ou camarário (FARELO 2008, 30).

[589] COSTA 2001, 64.

[590] MATTOSO 1997, 15.

nobreza, atendendo a que ser nobre passaria sempre por possuir o exercício efectivo de poderes senhoriais que legitimavam o poder da fidalguia, quer fosse herdeira ou tivesse usurpado dos seus antepassados essa superioridade ideológica[591].

Conscientes da dicotomia entre a "construção historiográfica do grupo/efectiva existência do mesmo na sociedade"[592], perante a unanimidade de autores que corroboram a viabilidade do estudo em questão através da operacionalidade de laços institucionais – de leitura pouco transparente, embora presente, no cartório de Odivelas –, não seria a realidade familiar de cada religiosa, e a sua própria inserção social, por si, elemento mensurável que viabilizava a classificação de grupos integrantes de um sistema auto-referencial, conducentes à consciência que a sociedade coeva tinha da ascensão destes burocratas régios[593]. Assim o procuraremos teorizar por considerarmos que a realidade existe mesmo quando os conceitos que a identifiquem não tenham sido, ainda, formulados. Sempre sujeita a um ordenamento nobiliárquico próprio, não se teria identificado a nobreza dos séculos anteriores a ela própria como um conceito, e a de então como um outro, novo?

3.1. Familiares e *familiaritas* de Odivelas (séc. XV)

Relativamente aos termos utilizados, seguimos os pressupostos com que os havíamos utilizado no capítulo homónimo dedicado à centúria anterior. A homogeneidade do título justifica-se, assim, pela procura de analogias que corroborem o momento de transição social experienciado no alvorecer do século XV. Tendo exercido, como espaço simbólico, a atracção de diversas franjas sociais e económicas da população da cidade de Lisboa durante o século XIV, seguir-se-á agora um longo período no qual, escasseando as notícias de maior, relacionaremos a comunidade odivelense com o período de triunfo da autoridade senhorial sobre os princípios da centralização do poder régio, resultantes do reinado de D. Afonso V.

Com o intuito de "fazer um reparo e lavrar um protesto"[594], Montalvão Machado propôs-se discutir a omissão de um episódio digno de nota, que terá certamente marcado o final do abadessado de D. Aldonça Pimentel; derradeiro momento de viragem das duas

[591] NASCIMENTO 2005, 54.
[592] COSTA 2001, 65.
[593] COSTA 2001, 66. Adelaide Millán Costa sugere o termo "burocracia régia, transversalmente [como] os homens da justiça, o conjunto dos oficiais régios a actuar em núcleos urbanos, o corpo camarário de uma cidade, [e] os homens que integram os ofícios eclesiásticos numa diocese" (cf. COSTA 2001, 65-66).
[594] MONTALVÃO 1967, 1

fases da nossa análise. Finalizados os preparativos da campanha que levaria a Ceuta, ao estalar um novo surto de peste em Lisboa, a Família Real terá procurado proteger-se, primeiro em Sacavém, de onde, sentindo *a dor da peste*[595] que atingira a vila, se transferiram para o mosteiro de Odivelas, onde a rainha acamou, vindo a falecer pouco depois, em Julho de 1415, sendo aí sepultada *ante Chorum Monialium*[596]. Tendo em conta que só em Outubro do ano seguinte o seu corpo viria a ser transladado para a Batalha, resta-nos concluir que, pela primeira vez, e durante mais de um ano – *onde o seu corpo jouve sepultado quinze mezes* –, jazeu em São Dinis de Odivelas uma rainha[597]; onde há quase cem anos repousava um rei. Em Junho de 1425 o Infante D. Pedro[598] viria a honrar a memória de sua mãe ordenando que aí se estabelecesse uma capela com administrador próprio pertencente à sua casa[599], a qual terá alcançado certa longevidade, pelo menos até

[595] MACHADO 1967, 2. Veja-se a entrada bibliográfica correspondente relativa à segunda parte do terceiro volume da *Crónica de El-Rei D. João I* de Gomes Eanes de Zurara (cf. MACHADO 1967, 12).

[596] Conforme se lê no epitáfio do túmulo da rainha na Igreja do mosteiro da Batalha: "(…) Obiit autem decima octava die Julii anno Domini 1415. Et in Monasterio de Odivellis ante Chorum Monialium decima nona die mensis ejusdem extiti sepulta: Et anno sequenti mensis Octobris die nona fuit pretiosum corpus ejus desepultim (…)" (cf. MACHADO 1967, 3).

[597] Onde estaria localizado o primeiro túmulo da rainha D. Filipa de Lencastre? Seria provisório, ou avizinhava-se já a sua transladação? Caso se verificasse como peça definitiva, ter-se-ia considerado o mosteiro de Odivelas, a certa altura, enquanto panteão da nova dinastia, que emergira a partir da cidade de Lisboa? Permitimo-nos assim levantar algumas destas questões que até hoje não vimos serem respondidas, nem tão pouco afirmadas, pelo que ao presente continuaremos sem lhes conseguir dar resposta. Contudo, sabemos hoje, através de documento guardado no cartório de Odivelas que ora divulgamos, que o local de sepultura da Srª D. Filipa de Lencastre viria a servir posteriormente de sacristia da igreja do mosteiro de Odivelas (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.266). Tratando-se esta da neta homónima (filha do Infante D. Pedro), até que ponto, no final do século XV, não se poderia ter sepultado em local exclusivo da sua condição social e familiar, de assinalável notoriedade comparativamente às restantes monjas do mosteiro; local esse onde antes poderia ter sido sepultada a rainha sua avó (cf. MACHADO 1967, 10).

[598] Atente-se que encontramos no cartório de Odivelas um documento de emprazamento e aforamento feito entre o Infante D. Pedro e o Mestre de Santiago, o qual havia aforado a Nuno Vaz a vinha "do Outeiro", ao Paço do Lumiar, que pertencia ao mosteiro das Comendadeiras de Santos, pelo preço do quarto de tudo o que desse a dita vinha de foro cada ano (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.303). Desconhecemos por que motivo se encontra em Odivelas este documento, que nos leva a supor que pertencesse ao arquivo pessoal de D. Filipa de Lencastre, podendo esta ter herdado de seu pai a dita vinha. Quanto às peças que compunham o arquivo de D. Filipa, em 1875 Pinho Leal registou que se encontraria no mosteiro um manuscrito relativo a esta matéria da autoria da própria, datado de 1480. Em 1967, na sua obra dedicada à presença da rainha D. Filipa de Lencastre em Odivelas, Montalvão Machado viria a questionar-se se a obra continuaria no mosteiro, pelo que em jeito de resposta póstuma esclarecemos que não, atendendo a que não a identificámos entre os fólios do cartório deste cenóbio.

[599] "(…) Ordeno e estabeleço Sua Capella pera sempre no Moesteiro de Odivellas, no qual ella fez fim no curso desta vida mortal, onde o seu corpo jouve sepultado quinze mezes, parecendo-me cousa convinhável que em aquelle lugar seja feita della memoria em ho qual leixou os trabalhos e pennas mundanas e começou de viver segundo eu creyo em certa esperança e muito chegada Glória Eternal e esta Capella que asy ordeno me apraz que seja coutada per huu Monje d´Alcobaça (…)" (cf. MACHADO 1967, 3). Encarregava o Infante D. Pedro um tal de João Álvares, seu colaço e tesoureiro, "da governança desta Capella e das couzas que a ella pertencê". Ao administrador da capela, bem como aos seus sucessores, eram conferidas umas casas localizadas na rua da Ferraria da Ribeira (fg. São Gião, c. Lisboa),

ao tempo de D. João IV, quando em 1643, antes de ser nomeado cronista-mor do reino, Frei Francisco Brandão a ela se refere na obra que dedicou à memória da neta homónima da rainha, a Infanta D. Filipa de Lencastre, filha do Infante D. Pedro, afirmando que aí se continuava a dizer *missa quotidiana, a que estão obrigados os Priores dos Religiosos que nella assistem*[600], pela memória da rainha.

Penitenciando-se por inicialmente ter datado a instituição oficial da capela de 1445, o cronista viria a corrigir-se, atribuindo-a a data incerta, anterior a Dezembro de 1439, atendendo a que o instituidor se intitulava, ainda, enquanto *Infante, Duque de Coimbra e Senhor de Montemor*, e não como *Regente*; dignidades que adiante haveremos de abordar. Omitida durante os anos de regência, apenas sabemos "que, depois da morte trágica de seu pai, recolheu ao Mosteiro de Odivelas, embora não professasse"[601]. Falecido o duque de Coimbra na Batalha de Alfarrobeira (1449), a partir da década seguinte passaremos a encontrar a sua filha a adquirir casas no lugar de Odivelas, iniciando uma vasta aquisição de bens patrimoniais que se prolongará pelas décadas seguintes[602], dinamizando parte significativa da produção do cartório de Odivelas na segunda metade do século XV.

Falecida a 25 de Julho de 1497, seria sepultada em capela anexa à igreja do mosteiro a *Senhora Dona Filipa* – como por diversas vezes surge mencionada na documentação odivelense – que integrara a *família religiosa* dessa mesma centúria, rodeando-se por figuras de uma nobreza recentemente renovada durante o reinado de D. Afonso V, estruturada no reinado de D. João II, e influente no de D. Manuel I.

3.1.1. A comunidade e a sua sucessão

Para o século XV e inícios do século XVI dispomos de um maior número de códices formados por documentação maioritariamente relativa à gestão do mosteiro de Odivelas. Emprazamentos, renovações de prazos, contratos de compra e venda, sentenças; conteúdo sempre presente desde os documentos fundacionais do século XIII. Destaque agora para o número de medições e demarcações que são requeridas em propriedades adquiridas na centúria de Trezentos. Ao contrário do que sucedia em décadas passadas, exceptuando

outras na rua da Ferraria (fg. Madalena, c. Lisboa), umas "aas Fângas do Paço", outras na rua "a que chamã Donna Maria Mafalda", e ainda certos bens em Torres Novas.

[600] ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.266 (documento sem datação).

[601] MACHADO 1967, 5.

[602] Logo a 10 de Fevereiro de 1456 D. Filipa adquiriu a Pedro Afonso, sapateiro, umas casas no lugar de Odivelas, e a Lopo Vaz uma casa em Vila Ladra (fg. Odivelas, t. Lisboa) (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.207). Veja-se a súmula de aquisições apresentada na entrada biográfica **43** de **D. Filipa [de Lencastre] (ou de Coimbra)**.

raros casos pontuais, na sua grande maioria as religiosas deixam de surgir documentadas em relação ao seu património familiar, que lhes vinculava origens e parentescos, passando agora a identificar-se com escasso rigor através da utilização de um nome de família – herdado por via paterna ou materna –, sucedido pela esclarecedora posição hierárquica.

Desde 1426 que ocupava o cargo de abadessa de Odivelas D. Guiomar Anes, atrás referida quando ainda era *cantora-mor*, ao tempo do abadessado de D. Aldonça Pimentel. Considerando que a sua mãe, Margarida Peres, era irmã de Inês Peres Bugalho e de Gonçalo Bugalho[603], logo a aparentámos como sobrinha de Leonor Rodrigues Pimentel, que já viúva, em 1390, doara um casal na *Torre dos Tortos* à sobrinha Inês Peres e a seu marido, João do Rego, pais de **Aldonça Vasques do Rego** (doc.1433-1477), prima-direita de D. Guiomar Anes. Desconhecemos por que via eram aquelas sobrinhas da viúva do cavaleiro Estêvão Eanes, por diversas vezes alvazil-geral do concelho de Lisboa (de 1335 a 1374)[604]. Porém, cremos que pudesse ser ele o elo genealógico comum, atendendo a serem todos moradores e figuras notáveis na cidade de Lisboa, além do facto de a genealogia do primeiro marido de Leonor Rodrigues Pimentel, Gonçalo Mendes de Vasconcelos, fidalgo da casa de D. Fernando I, se encontrar consideravelmente estudada, impossibilitando-nos de nela identificarmos qualquer um dos indivíduos supracitados.

Filha de João Rodrigues Pimentel e de Estevainha Gonçalves Pereira – duas linhagens co-irmãs que há muito relacionámos –, era neta materna de Rui Vasques Pimentel – filho de Vasco Martins Pimentel e de Maria Gonçalves de Portocarreiro (bisavós de Leonor Rodrigues) – e de Teresa Afonso Bugalho, filha de Rui Pais Bugalho, *bõo cavaleiro e privado d´el rei dom Dinis*[605], membro de uma família de alcaides de Lisboa com membros sobre os quais atrás nos debruçámos. Por via paterna, era sobrinha de uma aia de D. Fernando I, e prima em segundo grau de D. Berengária Martins, pertencendo à geração de Aldonça Pimentel, com quem partilhava o mesmo bisavô, Vasco Martins Pimentel. Duas abadessas do Mosteiro de Odivelas, onde nessa década de 1390 residiam Joana Gil (sobrinha-neta de Berengária Martins) e Inês Vasques Leitão (sobrinha de Aldonça Pimentel), trinetas do fundador da linhagem; o que por si poderia justificar a aproximação dos seus dependentes deste cenóbio, na pessoa de duas sobrinhas religiosas.

Se os do Paço haviam beneficiado de bens doados por D. João I nessa última década do século XIV, nomeadamente os que haviam pertencido a Rui Lopes, à Calçada de Paio

[603] Veja-se o **Esquema Genealógico § 11 (Paço/Rego)**.
[604] Veja-se o **Esquema Genealógico § 10 (Pimentel II)**.
[605] LL71B3 (cf. SOUSA 2000, 128).

de Novais (t. Lisboa), os do Rego, sendo de igual forma há várias gerações uma família de proprietários do termo de Lisboa, onde residia uma elite concelhia que se destacava nos destinos políticos da cidade e do reino, viriam a ser alvo de ações régias distintas[606]. O facto de um irmão de João do Rego, Álvaro do Rego, ter sido um dos homens bons de Lisboa em 1383, pouco teria contribuído para impedir que daí a alguns anos, a 20 de Janeiro de 1394, D. João I viesse a doar a João Gonçalves, criado de D. João Anes, bispo de Évora, todos os bens móveis e de raiz que haviam pertencido a Gonçalo Vasques do Rego (pai de João e de Álvaro), por desserviço ao reino, andando aquele em Castela[607]. Desconhecemos de que forma terá o escudeiro João do Rego superado a imagem familiar que se lhe vinculava no início da nova dinastia, não sendo de desconsiderar que talvez se tivesse devido a isto a permanência de Aldonça Vasques do Rego no cargo de soprioresa após a morte da abadessa sua prima, ou ainda a constante passagem de cargos que a viria a acompanhar ao longo de toda a sua vida, chegando a transitar, em 1455, de *prioresa* para *regedora* – cargo que acumulou com o de *soprioresa* –, fenómeno até então nunca antes registado.

Corria isso num momento em que, tendo alcançado o cargo de *regedora* em 1452, posição que conferia prestígio hierárquico, apesar de não raras vezes parecer ser desconsiderado no mosteiro de Odivelas[608], surge pela primeira vez como *soprioresa* **Isabel Vasques de Alvarenga** (doc. 1443-1455), precisamente entre 1452 e 1455. A 13 de Julho desse último ano[609], ao contrário do espectável, que seria Aldonça Vasques do Rego vir finalmente a ascender ao topo da hierarquia conventual, Isabel Vasques passa a documentar-se enquanto prelada, tal como acontecera com a sua antecessora, Beatriz Lourenço Barreta, que transitara do cargo de soprioresa directamente para o de abadessa.

Descontados os percursos individuais de cada um, sendo João Esteves do Paço e João do Rego exemplo de terratenentes com grande expressão económica no termo e na cidade de Lisboa, que reconheciam em Odivelas um espaço estratégico privilegiado para os destinos da família, Aldonça Vasques do Rego teria professado beneficiando certamente do abadessado de sua prima, D. Guiomar Anes [do Paço], cujo pai decerto ascendera política e socialmente por via dos benefícios recebidos de D. João I em finais do século

[606] Veja-se o que referimos a este respeito destas distinções familiares nas entradas biográficas **2** e **45**, de **Aldonça Vasques do Rego** e **D. Guiomar Anes [do Paço ou Reinha]**, respectivamente.
[607] ANTT, *Chancelaria de D. João I*, Liv.2, fl.89v (20.Jan.1394).
[608] Antes de Aldonça Vasques, que o viria a acumular com o de soprioresa, apenas Isabel Fernandes de Resende se documentara nesse cargo durante um curto espaço de tempo, entre 1444 e 1445 (veja-se a entrada biográfica **56** de **Isabel Fernandes [de Resende]**.
[609] ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.160.

XIV[610]. Relativamente a Isabel Vasques de Alvarenga, embora não tenhamos conseguido rastrear com total certeza a sua genealogia, o seu aparecimento poderá relacionar-se dentro da mesma conjuntura, por via de cargos ocupados por alguns dos seus familiares, nomeadamente, o Dr. Gomes Martins de Vasconcelos, *chanceler-mor* de D. João I, e a mulher deste, Catarina Teixeira, *camareira-mor* da Infanta D. Isabel[611].

Andado o século XV, dentro de portas a comunidade atravessava um novo momento de omissão da maior parte das famílias das religiosas, pelo que desconhecemos qualquer genealogia relativa às monjas **Catarina Martins** (doc. 1428-1439) e **Joana Dias** (doc. 1429-1439); ignorando ainda se Leonor Afonso ou Isabel d´Andreste[612] continuariam a residir no mosteiro. Além destas, quão longe fora a memória de uma das mais notáveis famílias ligadas a São Dinis de Odivelas no século XIV, que ainda em 1439 era *prioresa* a – presumivelmente – septuagenária **Inês de Molnes** (doc. 1375-1439) que aí residiria desde o reinado de D. Fernando I[613]. Timidamente se documentavam por esses anos duas outras *freiras*, **Beatriz de Gusmão** (doc. 1434-1443) e **Isabel Gomes de Azevedo** (doc. 1424-1472), cujas genealogias continuamos a desconhecer, apesar de crermos que algo lhes tenhamos acrescentado[614]; não deixando de ser curioso constatar que se encontrava em Odivelas uma descendente de uma das cinco principais linhagens de Espanha[615], e uma filha de uma família de alcaides-mores de Alenquer adeptos da causa do Infante D. Pedro durante a década de 1440 e reintegrados na casa de D. Afonso V na década de 1450.

Perante percursos diferentes que distinguiam a filha de um escudeiro terratenente e beneficiário de D. João I (Guiomar Anes do Paço) da filha de um proprietário de uma vinha na Telhada, à Várzea de Alenquer (Beatriz Lourenço Barreto), além da prima-direita da primeira (Aldonça Vasques do Rego) que se viria a manter nos mais altos cargos da hierarquia do mosteiro de Odivelas – sem, contudo, alcançar o de abadessa –, documentam-se ainda **D. Violante de Carvalho** (doc. 1425-1464), filha até agora omissa de Diogo Afonso de Carvalho, da família dos senhores de Souto d´El-Rei (c. Lamego), *honrado cavaleiro* do *Desembargo régio*, figura constante nos reinados de D. João I, D.

[610] Veja-se a entrada biográfica **45** de **D. Guiomar Anes [do Paço ou Reinha]**.
[611] Veja-se a entrada biográfica **62** de **Isabel Vasques de Alvarenga** e o **Esquema Genealógico § 2 (Alvarenga/Cabral)**. Supomos que este Gomes Martins de Vasconcelos e Catarina Teixeira seriam bisavós da abadessa D. Mécia de Alvarenga (veja-se a entrada biográfica **100** de **D. Mécia de Alvarenga**).
[612] Uma vez mais encontramo-nos na presença de uma filha de uma figura próxima de D. João I, Mestre Fernando, cirurgião do rei (veja-se a entrada biográfica **55** de **Isabel d´Andreste**).
[613] Veja-se a entrada biográfica **50** de **D. Inês de Molnes**.
[614] Vejam-se as hipóteses genealógicas relativas a estas religiosas apresentadas nas entradas biográficas **7** e **57**, de **Beatriz de Gusmão** e **Isabel Gomes de Azevedo**, respectivamente.
[615] Referimo-nos, além dos de Gusmão, aos Lemos, aos Castro, aos Lara e aos Haro.

Duarte e D. Afonso V[616], e grande proprietário no termo de Lisboa com interesses patrimoniais e familiares no Minho[617]; **Isabel Fernandes de Resende**[618] (doc. 1435-1472), a seu tempo *soprioresa*, *regedora* e *prioresa*, que supomos poder ser descendente de Vasco Martins de Resende, irmão da abadessa D. Berengária Martins – último reduto da influência dos Pimentéis em Odivelas –; **Beatriz de Góis**, *prioresa* (doc. 1444-1445), ela própria beneficiária directa de D. João I[619], que cremos pertencente a uma família de oficiais da corte, oriunda da média nobreza regional de Alenquer com assinalável poder económico e imobiliário na cidade e termo de Lisboa[620], ao lado da qual se documenta **Joana Farinha** – ao que tudo indica nunca terá professado[621] –, que em 1437 se retirara para o mosteiro *considerando os muitos trabalhos e fortunas deste mundo das quais se queria afastar e entregar-se ao serviço de Deus*[622].

A ausência de detalhes de maior leva-nos a basear a nossa abordagem na correlação de hipóteses para estabelecer as biografias destas senhoras. Nem mesmo das abadessas conhecemos uma filiação exacta. Permanecendo em Aldonça Vasques do Rego[623] e eventualmente em Isabel Fernandes de Resende[624] a multiplicidade de ramos de uma genealogia comum que se havia sucedido no mosteiro de Odivelas desde a fundação em 1295 até à hegemonia da linhagem dos Pimentéis extinta em 1425, simbolicamente continuada no abadessado seguinte[625], à morte de Guiomar Anes do Paço já Beatriz Lourenço Barreto se destacava à frente dos destinos daquela casa conventual.

Deve pois ressalvar-se que, se a crise dinástica de finais do século XIV não trouxera rupturas significativas do ponto de vista da orgânica hierárquica do mosteiro, o período de regência que se sucedeu à morte de D. Duarte manifestou-se por um tímido momento de mudanças significativas. A figura da abadessa parece estar ainda bastante longe de se

[616] Cremos tratar-se de Diogo Afonso de Carvalho, escrivão da câmara de D. João I (1431) e de D. Duarte, vassalo e ouvidor da corte (1438-40) e desembargador da Casa do Cível de D. Afonso V (1440-63). Cf. SOVERAL 2017, 46, nt.256 e nt.257).
[617] Veja-se a entrada biográfica **111** de **D. Violante de Carvalho**.
[618] Veja-se a entrada biográfica **56** de **Isabel Fernandes [de Resende]**.
[619] D. João I concedeu a *dona* Beatriz de Góis uma tença anual de 185 libras (24.Mar.1429; ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.24).
[620] Veja-se a entrada biográfica **6** de **Beatriz de Góis**.
[621] Veja-se a entrada biográfica **67** de **Joana Farinha**.
[622] 02.Jan.1437 (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.24).
[623] Atente-se ao parentesco de Aldonça Vasques do Rego com a sua tia Leonor Rodrigues Pimentel, prima de duas abadessas de Odivelas (veja-se a entrada biográfica **2** de **Aldonça Vasques do Rego**).
[624] Caso descenda, de facto, do ramo iniciado por Vasco Martins de Resende e Teresa Rodrigues Ribeiro (veja-se a entrada biográfica **56** de **Isabel Fernandes [de Resende]**).
[625] Empregamos a palavra "simbolicamente" atendendo a que não documentamos se a presença de D. Guiomar Anes em Odivelas se poderá dever ao parentesco que ligava uma sua tia (Leonor Rodrigues Pimentel) à sua antecessora.

encontrar controlada por um grupo social uniforme, continuando figuras da velha nobreza de corte a suceder a outras de origens aparentemente mais modestas, e vice-versa; ainda que se possam então verificar certos interesses da Coroa ou da família real, que cremos resultantes do interesse demonstrado pelo Infante D. Pedro ao fundar em Odivelas uma capela em honra da memória da rainha sua mãe. Conforme haveremos de reconhecer adiante, «Barreto» é apelido de destaque durante o período da regência, durante o qual a antiga soprioresa Beatriz Lourenço Barreto ocupou o cargo, nele permanecendo ao longo dos primeiros anos de reinado de D. Afonso V, mais precisamente até 1453, estando ao tempo já resolvidos os principais diferendos entre o poder régio e o poder senhorial.

Os dados de que dispomos não nos permitem destrinçar cabalmente os parentescos da maioria das religiosas deste período, resultando – num conjunto de hipóteses que nos reclamam autoria – a própria tentativa de justificar a sua presença em Odivelas num processo de observação dos principais momentos vividos pela nobreza portuguesa no século XV. Levados a questionarmo-nos sobre quem comporia esse grupo social durante o reinado do *Africano*, nele encontraremos expressos os «Abreus», recém-regressados à Corte, mantendo-se uns do lado da rainha D. Leonor e outros do lado do Infante D. Pedro. Por termos identificado no cartório de Odivelas um conjunto significativo de informações relacionadas com um ramo da linhagem dos Abreus, oriundo de Torres Vedras, exilado durante o período de regência, consideramos tratar-se de uma linhagem sempre próxima da família real e de figuras que a seu tempo aparentavam deter, ou estar em vias de alcançar, o poder régio, nela entroncando **D. Inês [de Abreu]**, comumente identificada como *D. Inês*, abadessa do mosteiro de Odivelas a partir de 1458[626].

Fidalgos na terra de Monção que serviam a Coroa desde a fundação do reino, algures pela primeira metade do século XIV os Abreus haviam-se consorciado com os Britos, através do matrimónio de Diogo Gomes de Abreu I[627] com uma filha de Martim Afonso de Brito, *cavaleiro* e *rico-homem*, pelo que neta de D. João Afonso de Brito, bispo de Lisboa (1326-1341), relativamente a quem sabemos que após enviuvar servia D. Beatriz como sua aia, em Castela, para onde se haviam exilado por motivos políticos que por certo tornariam Diogo Gomes de Abreu I contrário à nova dinastia. Escrutinando filiações e parentescos, cremos poder entroncar a abadessa D. Inês de Abreu nessa família de avoengos destacados na cidade de Lisboa, com ascendência numa velha nobreza de corte,

[626] Mais precisamente a partir de 8 de Outubro de 1458 (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.514).
[627] Na presente dissertação identificado como «Diogo Gomes de Abreu I», de forma a distingui-lo dos seus descendentes homónimos.

que no século XV ou se consorciava com famílias igualmente notáveis ou optava pela vida eclesiástica, sendo disso exemplo João Gomes de Abreu, bispo de Viseu (1462/63-1482) – que supomos irmão de D. Inês –, e D. Álvaro de Abreu, bispo de Évora (1428/29-1440) – um seu parente colateral[628]. Falecidos aqueles bisavós exilados em Castela, os Abreus registam duas gerações aparentemente discretas, com uniões matrimoniais de pouca monta, retomando algum destaque apenas nas figuras do bispo de Viseu e dos seus irmãos, pelo que não será isto elemento despiciente na hora de considerarmos como irmã destes uma abadessa de Odivelas[629].

Aqui chegados, a presença de uma *dona* **Leonor Barreta** (doc. 1458-1474)[630], pouco tempo depois de ter sido abadessa Beatriz Lourenço Barreto; da *abadessa* **D. Mécia de Alvarenga**, algumas décadas após se documentar no mesmo cargo uma familiar, Isabel Vasques de Alvarenga; ou ainda da *escrivã* **Isabel Abreu** (doc. a partir de 1516)[631] e da *porteira* **Guiomar de Abreu** (doc. a partir de 1522)[632], apesar de cronologicamente mais distantes da abadessa D. Inês – já para não falar de Mécia de Abreu, grande benfeitora do mosteiro em finais do século XV[633] –, jamais se poderá considerar factor coincidente, mas sim permanente e estrutural, tendo em conta não só as características de recrutamento das religiosas de São Dinis de Odivelas, mas sobretudo a tradicional transmissão de laços de parentesco de fora para dentro de portas que há muito vimos a discutir.

De forma porventura mais evidente surgirá como abadessa já no reinado de D. João II a dita D. Mécia de Alvarenga, a qual conduzirá os destinos do mosteiro durante os últimos anos do nosso estudo, até à segunda década do século XVI. A presença de Isabel Vasques de Alvarenga em meados da centúria parece uma vez mais explicar a ascensão ao topo da hierarquia conventual daquela com a qual partilhava o nome da família à qual pertenciam. Sem, contudo, o conseguirmos averiguar, por a identificarmos em Odivelas somente a

[628] Veja-se a entrada biográfica **47** de **D. Inês [de Abreu])** e o **Esquema Genealógico § 1 (Abreu)**.
[629] No *LL* Damião de Góis identificou a mulher de Vasco Gomes de Abreu (filho de Diogo Gomes de Abreu) como *Mayor Fernandes de Saa*, filha de João Rodrigues de Sá (cf. VASCONCELOS 2014, 194). Porém, certas genealogias consideram tratar-se sim de «Maria Anes de Portocarreiro», descendente do terceiro casamento de Vasco Martins de Resende (seu avô), pelo que sobrinha-neta da abadessa D. Berengária Martins [Pimentel]. A ser assim, a linhagem dos Pimentéis continuaria, ainda que dissimulada e sem as estratégias políticas outrora adoptadas, a administrar o mosteiro de Odivelas na figura de uma tetraneta de Martim Vasques Pimentel e de Constança Martins de Resende. Porém, desconhecendo com segurança a genealogia partilhada entre Abreus e Portocarreiros, não avançaremos uma conclusão a este respeito.
[630] Veja-se a entrada biográfica **76** de **Leonor Barreto**.
[631] Veja-se a entrada biográfica **54** de **[D.] Isabel de Abreu**.
[632] Veja-se a entrada biográfica **44** de **Guiomar de Abreu**.
[633] Veja-se o que referimos sobre D. Mécia de Abreu na entrada biográfica **47** de **D. Inês [de Abreu]**.

partir da década de 1470, pensamos poder considerar que já aí residiria durante o breve abadessado de Isabel Vasques de Alvarenga.

Entroncando a abadessa D. Mécia como bisneta do Dr. Gomes Martins de Vasconcelos e de Catarina Teixeira, a mesma passa a apresentar-se como prima colateral do ramo dos de Alvarenga que através do Dr. Rui Gomes de Alvarenga[634], *chanceler-mor* de D. Duarte e de D. Afonso V, e *conde palatino* ao tempo em que presidia à Casa da Suplicação[635], se viriam a destacar como alcaides de Torres Vedras, sucedendo nesse cargo aos primos da abadessa D. Inês[636]; o que não deixa de se apresentar como curioso que uma Alvarenga tivesse sucedido a uma Abreu em Odivelas, podendo ainda relacionar-se com esta teia de parentescos as decisões testamentárias de Mécia de Abreu no início do século XVI. Rui Gomes de Alvarenga fora também alcaide de Torres Vedras, a par de outros cargos palatinos que parecem ter ditado o sucesso das carreiras de muitos dos seus familiares[637]. Percorrendo cada geração de Abreus esses espaços de influência política e simbólica tecidos entre os meios cortesãos, a Coroa e a cidade, na Primavera de 1472, habitando no mosteiro de Odivelas a Srª D. Filipa – após o interesse denotado da casa do duque de Coimbra pela última morada da rainha D. Filipa de Lencastre com que iniciámos este capítulo –, aí seria recebida a sobrinha desta, a Infanta D. Joana, que dentro de poucos meses viria a partir para o Mosteiro de Jesus, em Aveiro, precisamente com "D. Mécia de Alvarenga, uma monja professa da Ordem de Cister"[638]. A datação, em pleno abadessado de D. Inês [de Abreu], em que se renovavam os estatutos familiares de diversas monjas professas, leva-nos a considerar D. Mécia como sobrinha da falecida abadessa Isabel Vasques de Alvarenga – o que geracionalmente a cronologia parece corroborar. Muitos anos depois, em 1490, adoecendo a Infanta, parte de Odivelas uma comitiva em direcção a Aveiro com o fim de a visitar, encabeçada pela então já abadessa D. Mécia de Alvarenga e por D. Filipa de Lencastre – que haveria de sobreviver à sobrinha

[634] Acresce considerar que Rui Gomes de Alvarenga foi também instituidor do morgado de Nossa Senhora da Conceição, em 1475, importante património localizado no território de Torres Vedras.
[635] NASCIMENTO 2022, 67 e 70.
[636] Fora alcaide de Torres Vedras, algures entre 1369 e 1373 (ano em que já se documentava enquanto alcaide de Tomar) o cavaleiro João Gomes de Abreu, que cremos poder primo, ou porventura irmão, de Vasco Gomes de Abreu, avô da abadessa D. Inês, e antepassado de um ramo de Abreus de Torres Vedras (veja-se o **Esquema Genealógico § 1 (Abreu)**).
[637] Além dos ocupados por seus pais (um chanceler e uma camareira), atente-se que o seu filho, Lopo Soares, seria capitão-mor e governador da Índia, vindo uma filha deste, D. Guiomar Soares (neta de Rui Gomes de Alvarenga), a casar com D. Afonso de Vasconcelos e Meneses, filho do 2º conde de Penela, e descendente dos de Abrantes, dos de Viana, e ainda da Família Real.
[638] MOITEIRO 2013, 48, nt.3.

–, juntamente com outras religiosas odivelenses[639]. A sua proximidade com a filha de D. Afonso V, herdeira e regente do reino no ano imediatamente anterior à sua estadia no mosteiro de Odivelas, denota a importância desta religiosa e porventura dos seus familiares no próprio tempo, apesar de os desconhecermos em detalhe, permitindo-lhe alcançar o cargo de abadessa durante o reinado de D. João II, e apresentando-se como exemplo evidente da intervenção de cortesãos descendentes de uma elite regional, não obrigatoriamente nobiliárquica, que a partir dos seus cargos, mais que da sua ascendência, difundiam a sua própria promoção social na administração do mosteiro, mas sobretudo na vida dos membros de uma família real cada vez menos numerosa, e de um conjunto de linhagens cujos avoengos notáveis de quem herdavam os apelidos haviam ganho destaque somente a partir da viragem do século XIV para o século XV.

3.1.2. Velhos poderes de novas clientelas

Em finais de Outubro de 1439 um grupo de homens notáveis de Lisboa reuniu-se na Igreja de São Domingos – espaço simbólico e político por excelência, conforme temos vindo a observar – para acordarem a concessão da regência ao Infante D. Pedro, tio do jovem rei. Negando a competência do rei falecido, estando vacante a Coroa por ser ainda menor o herdeiro, são estes procuradores de Lisboa quem escolhe a sucessão, segundo uma faculdade que competirá, desde sempre, às cortes, conforme acontecera em 1385[640]. Comunicados de imediato os resultados da reunião às várias cidades, vilas e lugares do reino, que logo os apoiaram, no dia 1 de Novembro o dito Infante jurava em Lisboa, em nome do sobrinho, "a sua nomeação como tutor, curador, regedor, governador e defensor dos Reinos de Portugal, e do senhorio de Ceuta"[641], até que aquele atingisse idade suficiente para governar. Aprovadas pelo Regimento do Reino em reunião realizada em Torres Novas no ano anterior (1438), as Cortes de 1439 deveriam decorrer em Novembro, embora só tenham aberto formalmente a 10 de Dezembro, já com a presença de D. Afonso V. Há que assinalar, portanto, o papel destes cidadãos de Lisboa e das suas ações diligenciadas a partir desta cidade para impor o tio como único regente durante a menoridade do sobrinho, tendo em conta que a regência partilhada com a rainha viúva

[639] MOITEIRO 2013, 234.
[640] Recordemos as palavras de João Gouveia Monteiro, relativamente ao facto de o Mestre de Avis, após a recuperação de algumas praças, ter avançado para a "batalha política" nas cortes de Coimbra, com o apoio da argumentação de João das Regras (cf. MONTEIRO 2003a, 35). Recorde-se que seria nessas mesmas cortes que Nuno Álvares Pereira viria a ser nomeado Condestável do reino. Veja-se ASCENSÃO 1985, 161-176.
[641] DIAS 2016, 7.

"não estaria a produzir os resultados exigidos para as necessidades das principais cidades do Reino"[642]; justificação de cariz declaradamente urbano.

A documentação parece indiciar que os trabalhos terão cessado algures antes do Natal, decorrendo o despacho da maior parte dos documentos ao longo dos primeiros meses de 1440. Da importância dos assuntos em debate, nomeadamente da necessidade de estabelecer uma definição política relativa à regência do Reino, resultou uma assinalável afluência às Cortes de 1439, que elucidam o papel das cidades, nomeadamente da de Lisboa, no apoio a facções opostas à Coroa. Repetição do apoio ao Mestre de Avis em 1385? No fundo, conforme assinalado por Luís Adão da Fonseca

> São os comerciantes dessas cidades que garantem os créditos com que são pagos os soldados recrutados em Inglaterra, e são eles, nomeadamente os de Lisboa, os que inspiram as decisões – verdadeiro golpe institucional – das Cortes de Coimbra março/abril de 1385.[643]

Na esteira das reflexões de António Manuel Hespanha, se por um lado seria ainda pouco efectiva a função político-social do direito penal real na sociedade «sem Estado» do século XVI[644], esta função transmitir-se-ia de igual forma noutras matérias, jurídico-políticas, resultando – quer-nos parecer – numa forma de promoção um tanto individual dos meios humanos que levariam ao seu sucesso, à data ainda por articular em definitivo com a vontade régia. Não sendo raros os momentos de interregno na Coroa portuguesa, os acontecimentos ocorridos há mais de cinquenta anos que haviam tornado vitoriosa a dinastia reinante estariam ainda na memória das famílias do reino, sobretudo das de uma cidade como Lisboa, palco de alguns dos eventos mais marcantes desse período. Assim, desde finais do reinado de D. João I que se sobrepunham duas correntes político-sociais, uma das quais passando pela organização do reino, e outra pela heterogeneidade dos objectivos das campanhas além-mar. Dispensando-nos ao desenrolar dos acontecimentos ocorridos durante o reinado de D. Duarte, que medeiam o entusiasmo das posições favoráveis à guerra em África logo em 1433 e as consequências da campanha de Tânger em 1437, chegados às Cortes de Leiria (1438) com três hipóteses de actuação[645] – tomando os principais e as cidades de Lisboa e do Porto o partido que defendia o prolongamento das negociações sem excluir a intervenção militar – a morte do rei em

[642] DIAS 2016, 7.
[643] FONSECA 1986, 88.
[644] FONSECA 1986, 39.
[645] Interrogando-se D. Duarte relativamente a qual decisão a tomar, "a primeira, representada por D. Pedro, D. João e a maioria das cidades e vilas, defendeu a entrega de Ceuta em troca da liberdade de D. Fernando; a segunda, mais numerosa, contou com o arcebispo de Braga e o conde de Arraiolos, defendendo a não entrega de Ceuta; a terceira, advogou pelo prolongamento das negociações, tentando tirar o infante do cativeiro, não excluindo, para isso, uma nova intervenção militar" (cf. LIMA 2014, 175).

Setembro desse ano[646] apenas irá fomentar o clima de tensão que tem motivado longos debates historiográficos. O *capítulo XXV* da Crónica de Rui de Pina descreve a divisão que se vivia em Lisboa entre os apoiantes da rainha D. Leonor e os do Infante D. Pedro, duque de Coimbra, que tendo ouvido as agruras dos lisboetas repreendeu os levantamentos que o pressionavam a tomar a regência de imediato, defendendo a convocação de Cortes logo nesse ano. Com a cidade novamente em insurreição, os cidadãos – autonomamente, atente-se – recebem mal a missiva da rainha, ao ponto de Gomes Borges, escrivão da chancelaria régia, ter corrido perigo de morte somente por a ter diligenciado[647]; elegem D. Álvaro Vasques de Almada como *alferes*; pressionam o arcebispo D. Pedro de Noronha[648] a fugir; disputam a posse do castelo com o alcaide D. Afonso, senhor de Cascais, fidalgo próximo de D. Leonor, em breve sucedido pelo Infante D. João –; e por mais que a rainha se ocupasse em expedir cartas visando contrariar estas atitudes, com início a 10 de Dezembro as Cortes de Lisboa reuniriam um total de setenta e duas cidades e vilas adeptas da elevação do Infante D. Pedro, que assumirá a regência do reino entre 1439 e 1448. Uma década durante a qual, fruto de alguns incidentes fatais[649], e de outros diplomáticos[650], se experienciou um período de aguardada estabilidade que viria a cessar uma vez mais em Alfarrobeira (1449).

Perante o peso político da cidade de Lisboa, a escassez informativa do cartório de Odivelas leva-nos a retirar certas ilações significativas. É de assinalar a escassa intervenção de D. Afonso V em Odivelas, limitada a dois momentos distintos, o primeiro protocolar, logo no início do reinado (9 de Fevereiro de 1439), no qual confirma os privilégios e graças do mosteiro, e o segundo excepcional, ocorrido daí a mais de três décadas, quando em 1473 concedeu ao mosteiro licença para a compra de bens de raiz até à quantia de 100.000 reais. A dificuldade de identificação presente na maioria das

[646] D. Duarte viria a ser vítima da peste, falecendo em Tomar (cf. MORENO 1980, 4).
[647] MORENO et FREITAS 2006, 79.
[648] Filho de D. Afonso, conde de Noronha (Astúrias) e de D. Isabel, era neto paterno de Henrique II de Castela e neto materno de D. Fernando I de Portugal, tendo como irmãos D. Fernando, 2º conde de Vila Real, D. Sancho, 1º conde de Odemira, e D. Constança, casada com D. Afonso, duque de Bragança. À morte do pai, em 1395, passariam os quatro irmãos a ficar aos cuidados de seu tio-avô, o rei D. João I.
[649] Referimo-nos à vitória do Condestável D. Álvaro de Luna, aliado do duque de Coimbra, contra os irmãos da rainha D. Leonor (1444), e à morte desta em Toledo (1445). Sobre a participação de Álvaro de Luna no plano estratégico de defesa do duque de Coimbra, veja-se MORENO et FREITAS 2006, 82-84 e 90-91.
[650] Lembramos que em Maio de 1441, aquando das Cortes de Torres Vedras, seria aprovada a promessa de casamento entre D. Afonso e a prima, D. Isabel, filha do Infante D. Pedro. Anos depois, à data em que o sobrinho pôde finalmente subir ao trono, continuaria a assumir a regência por vontade daquele. Só em 1447, em Lisboa – onde mais poderia ser? –, D. Isabel receberia o seu primo como marido, além de uma renda fixa de 1.160.000 reais anuais.

religiosas de Odivelas deste período só poderá comprovar o relativo desinteresse que as principais linhagens da nobreza do reino lhe continuavam a ditar, beneficiando assim uma pequena nobreza local geograficamente próxima dos interesses patrimoniais do cenóbio. Ou porventura, até que ponto não estaria, então, a nobreza portuguesa a passar por um momento de readaptação à nova cena política.

Em Março de 1449, nas vésperas de Alfarrobeira, regressa a Portugal Afonso Pimentel, conde de Benavente[651] – sobrinho da abadessa D. Aldonça Pimentel –, inimigo de Álvaro de Luna, levando o Infante D. Pedro a temer uma possível aliança entre o conde e o seu meio-irmão D. Afonso. Passadas mais de duas décadas desde a morte da abadessa D. Aldonça Pimentel, ignoramos – apesar de o supormos – se a longevidade dos Pimentéis em Odivelas não seria contrária à facção do duque de Coimbra, tendo aparecido à frente dos destinos da casa conventual uma figura, eventualmente, da linhagem dos Barreto; embora esta se documente como abadessa a partir do reinado de D. Duarte.

Enquanto regente, D. Pedro tomará medidas que em prol da pacificação do reino irão "afastar os partidários de D. Leonor e abafar qualquer foco de oposição"[652], por via da adopção de processos há muito praticados pelo poder régio, como o confisco de bens ou a exoneração de cargos públicos dos seguidores da pretensão contrária à sua, substituindo-os por afectos à sua campanha, resultando numa nova vaga de exílios forçados para Castela, semelhante à vivida no reinado de D. João I, agora de figuras como os senhores de Cascais e João Freire de Andrade[653], ou de

> Nuno de Noronha, Diogo Gomes de Abreu[654] – juiz em Torres Vedras e corregedor na comarca da Estremadura – e Diogo Gonçalves Lobo, escudeiro que acompanhou D. Leonor para Castela. Outros criados e elementos da casa de D. Leonor seguiram-na para Castela […] Os criados dos partidários da rainha que se mantiveram fiéis à causa sofreram igual sorte[655].

Importante seria também a demonstração do controlo de poder dos novos beneficiados a esferas menos identificáveis. Atendendo a que as intenções jamais se compreendiam de forma exclusivamente familiar, se em tempos passados um tal de Gonçalo Anes de Abreu, morador em Torres Vedras, antepassado primordial dos *Falcões*, fora beneficiado por D. João I com bens de João Fernandes Pacheco[656], agora, ao mesmo tempo que Diogo Gomes

[651] MORENO et FREITAS 2006, 102.
[652] MORENO et FREITAS 2006, 85.
[653] As duas famílias viriam a unir-se em breve aquando do matrimónio de Isabel de Meneses, viúva de D. Fernando (filho de D. Afonso, senhor de Cascais), com João Freire de Andrade, união apadrinhada pela própria D. Leonor, provocando a ira de D. Pedro (cf. MORENO et FREITAS 2006, 85).
[654] Cremos tratar-se de Diogo Gomes de Abreu II, a quem filiámos abadessa D. Inês de Abreu, filho de Diogo Gomes de Abreu I, exilado em finais do século XIV. Veja-se o **Esquema Genealógico § 1 (Abreu)**.
[655] MORENO et FREITAS 2006, 85-86.
[656] Veja-se o que referimos a respeito desta doação na entrada biográfica **47** de **D. Inês [de Abreu]**.

de Abreu era afastado do reino, a Álvaro de Abreu, *escudeiro* da casa do Infante D. Pedro, eram entregues os bens de João de Barros, *guarda-roupa* da rainha D. Leonor[657]. Por termos entroncado Diogo Gomes de Abreu II, juiz de Torres Vedras, com a abadessa D. Inês [de Abreu][658], cremos poder reconhecer nesta o regresso dos de Abreus à cena política durante o reinado de D. Afonso V, já na década de 1450.

O estudo de Humberto Baquero Moreno relativo a Alfarrobeira permitiu ao autor afirmar que "um terço dos elementos ligados à casa do infante D. Pedro foi beneficiado com a política de confiscações de bens"[659], atitude de fidelidade que acaba por justificar as opções defendidas pelos cidadãos de Lisboa durante o período de instabilidade política. Daí resultara a entrada de novos protagonistas na vida administrativa da cidade, grande parte deles aparentados com religiosas de Odivelas – apesar de algumas delas somente se virem a documentar muitos anos depois –, sendo nomeados o *alferes* Álvaro Vasques de Almada para alcaide-mor do castelo de Lisboa[660]; Aires Gomes da Silva, fidalgo da casa do duque de Coimbra, para *regedor* da Casa do Cível da cidade, após se ter destacado como regedor da justiça na comarca de Entre Douro e Minho[661]; Diogo Afonso Manga-Ancha, para *presidente* da Relação[662]; Luís de Azevedo, agora no cargo de *vedor* da Fazenda[663]; Lopo Afonso, *escrivão da puridade*[664]; Gomes Anes, *desembargador* da casa

[657] ANTT, *Chancelaria D. Afonso V*, Liv.2, fl.95 (09.Mai.1441). Cumpre assinalar que por mais que o tivéssemos tentado, à data não conseguimos entroncar Álvaro de Abreu na família de Diogo Gomes de Abreu II, somente os considerando próximos atendendo ao nome de família que utilizavam. Chamamos ainda a atenção para um estudo sobre a ascendência dos Abreus que se encontra em fase de preparação por Gonçalo Vidal Palmeira e Nuno Abreu e Lima, a quem agradecemos por nos terem fornecido dados e prespectivas relevantes para a compreensão da linhagem dos de Abreu até ao século XIII.

[658] Veja-se a entrada biográfica **47** de **D. Inês [de Abreu]**.

[659] MORENO 2006.

[660] Álvaro Vasques – ou «Vaz», corruptela do patronímico medieval –, 1º conde de Abranches (a partir de 1445), casou em segundas núpcias, sendo já titular, com D. Catarina de Castro, irmã de D. Garcia de Castro, tia paterna da abadessa D. Joana de Castro (veja-se a entrada biográfica **64** de **D. Joana de Castro**).

[661] Aires Gomes da Silva era pai de Fernão Teles de Meneses, governador da casa da Infanta D. Joana, filha do duque de Coimbra, a qual viria a habitar em São Dinis de Odivelas na segunda metade do século XV (veja-se a entrada biográfica **63** de **Infanta D. Joana (ou Santa Joana Princesa)**.

[662] Chanceler-mor do reino e regedor da casa da suplicação, irá estar a cargo da oração de abertura das Cortes de Lisboa (1446), em nome do regente D. Pedro.

[663] Filho de Lopo Dias de Azevedo, fundador do ramo dos Azevedos de São João de Rei, seria um primo colateral relativamente afastado de Isabel Gomes de Azevedo, porque descendente de Vasco Pais de Azevedo, irmão de Gomes Pais de Azevedo, pelo que tio de um filho deste último, o alferes Gonçalo Gomes de Azevedo, que considerámos avô de Isabel Gomes de Azevedo (veja-se a entrada biográfica **57** de **Isabel Gomes de Azevedo**).

[664] Ignoramos se se poderia aparentar com as religiosas Leonor Afonso (doc. 1425-1429) e Violante Afonso [do Casal] (doc. 1425-1443).

do Cível[665]; e finalmente Fernão da Fonseca, *alcaide pequeno* da cidade[666]. A partir de Lisboa a situação governativa estendia-se pelas comarcas do reino, inclusive ao Algarve, que contava com Fernão Barreto como corregedor, filho de uma família nobre que desde o reinado de D. Afonso III prosperara ao nível regional.

Cumpre recordar que, apesar de Humberto Baquero Moreno não se ter alongado na descrição dos Barretos de Quarteira descendentes do fronteiro-mor e alcaide Gonçalo Nunes Barreto[667], a presença de Beatriz Lourenço Barreto no mosteiro de Odivelas poderá compreender-se entre as estratégias do Infante regente. Surgindo nesse cenóbio como *soprioresa* a partir de 1408, seria filha de um Lourenço Vicente, relativamente ao qual somente sabemos ter possuído vinhas na Telhada (t. Alenquer), estranhando-nos que o pai não seja referido com apelido na escritura datada de 1411[668], tanto quanto nos estranha que o aparecimento deste apodo tivesse origem fortuita perante o cenário político que vinha a ser traçado, tratando-se, provavelmente, da linhagem com maior influência na região do Algarve. Curiosamente, seria precisamente nesse lugar do termo de Alenquer que a futura abadessa D. Inês [de Abreu] viria a possuir uma quintã, desconhecendo se desta faziam parte as vinhas que Beatriz Barreto herdara, restando apenas, portanto, a certeza de que ainda em pleno século XV o recrutamento das monjas de Odivelas se continuava a estender da cidade de Lisboa a toda a Estremadura.

Perscrutam-se diversos nomes de família na hierarquia do mosteiro documentada às primeiras linhas de cada fólio, salientando-se a existência de nomes caros ao partido do duque de Coimbra, nomeadamente os Barreto e os de Azevedo, apesar de continuarem por filiar com certezas de maior as religiosas que os usaram. Por outro lado, o aparecimento dos de Alvarenga e dos de Abreu denotam já um momento de viragem irreversível na vida do mosteiro, ou não se tivesse enquadrado a cronologia de D. Inês [de Abreu] na vaga de perdões régios e mercês de que saíram beneficiados diversos membros da sua linhagem, entre os quais aquele que cremos ser o seu próprio pai, o *corregedor*

[665] Gomes Eanes viria a suceder no cargo de *ouvidor régio* a Diogo Afonso de Carvalho, pai da religiosa D. Violante de Carvalho (doc.1455-1466), por nomeação de D. Afonso V em 1440 (veja-se a entrada biográfica **111** de **D. Violante de Carvalho**).

[666] Cf. MORENO 2006, 86. Além destes, outros houve que assumiram o posto de controlo pelas comarcas: Gil Rodrigues, chanceler da correição da Estremadura; Rodrigo Anes, fiscal da fronteira das Beiras e de Trás-os-Montes; Fernão Barreto, corregedor no Algarve; Diogo Gil Ferreira, corregedor em Lisboa; Egas Gonçalves, corregedor na Estremadura; Bartolomeu Vasques, meirinho na comarca da Beira (MORENO 2006, 87).

[667] Sobre a linhagem dos Barreto do Algarve veja-se MORENO 1995b, 125-133.

[668] ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.106 (27.Mai.1411). Atendendo à cronologia, cremos que seria bastante precoce a adopção de um apelido por via materna, não deixando de ser esta uma hipótese a ter em consideração. Veja-se a entrada biográfica **11** de **Beatriz Lourenço Barreto.**

Diogo Gomes de Abreu II, entretanto regressado a Portugal do exílio, a quem D. Afonso V doou os bens que haviam pertencido a diversos partidários de D. Pedro presentes na batalha[669]; mas também outros familiares, tais como: Lopo Gomes de Abreu, que recebeu em 1458 a terra de Valadares, que D. Duarte outorgara a seu pai, Pero Gomes de Abreu, conselheiro régio[670]; ou Álvaro de Abreu, *cavaleiro*, que teria já passado para a casa do Infante D. Henrique em 1453[671], quando o rei lhe concedeu a dízima e os foros dos mouros da mouraria de Elvas[672], alcançando no entretanto o cargo de *escudeiro régio*[673].

Ao analisar os triunfos de Alfarrobeira observamos que, ao contrário do que seria de supor, após 1449 – exceptuando casos muito concretos, alguns dos quais relacionados com a morte dos mesmos na batalha – os indivíduos afectos à causa do duque de Coimbra, e inclusive os seus familiares mais próximos, convivem de forma regular com a nobreza afecta à Coroa, não recebendo qualquer dano por parte de D. Afonso V[674]. Fixamo-nos em determinada afirmação que justifica a atitude do monarca através do peso que o perdão exercia na "«grande humanidade» com que D. Afonso V, homem de grande religiosidade, pautava os seus actos"[675], relacionada com a certeza – hipótese que privilegiamos – de que os eventos que levaram a 1449 não foram despoletados pela recusa de uns em reconhecer D. Afonso V como rei, mas sim pela rejeição de outros da regência e acção política do Infante D. Pedro, não sendo de estranhar, assim, que o seguissem sobretudo os que, pertencendo à sua casa, o viam como seu senhor, caracterizando-se Alfarrobeira não como "uma vitória do rei na afirmação do seu poder, mas uma vitória da nobreza que se opunha de forma crescente às medidas centralizadoras de D. Pedro"[676].

---

669 ANTT, *Chancelaria D. Afonso V*, Liv.3, fl.40 (27.Mar.1453). A 28 de Maio de 1453 ser-lhe-ia confirmado o emprazamento da Quintã d´Ageire (t. Montemor-o-Velho) (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv.3, fl.87).

670 ANTT, *Chancelaria D. Afonso V*, Liv.1, fl.62. Pero Gomes de Abreu terá falecido em data anterior a 4 de Dezembro de 1453, conforme se atesta numa carta de confirmação de D. Afonso V relativa ao castelo de Lapela (ANTT, *Chancelaria D. Afonso V*, Liv.4, fl.64).

671 Consideramo-lo o mesmo e não um homónimo do apoiante do Infante D. Pedro durante a regência.

672 ANTT, *Chancelaria D. Afonso V*, Liv.4, fl.12 (03.Jan.1453).

673 ANTT, *Chancelaria D. Afonso V*, Liv.4, fl.37 (18.Out.1453). Nessa data Álvaro de Abreu era morador em Ponte de Lima, sendo nomeado pelo rei para o cargo de procurador do número na comarca e correição de Entre-Douro-e-Minho, em substituição de João Barreiros, que renunciara.

674 Convidamos a recordar, a título de exemplo, o caso dos **Almada**, na pessoa da viúva de Álvaro Vasques de Almada, 1º conde de Abranches, que em Julho de 1449 recebe de D. Afonso V a renda das sisas dos judeus que pertenciam de direito a seu marido, e de seu filho, Fernando de Almada, que sucede a seu pai como capitão-mor do reino; e dos **Ataíde**, tendo Pero de Ataíde, filho de João de Ataíde (camareiro-mor do Infante D. Pedro) obtido carta de perdão em 1451 a pedido do Infante D. Henrique – a cuja casa o fidalgo pertencia –, e sua mãe, condessa viúva, recebido no ano seguinte (1452) a confirmação da vila de Penacova, permanecendo o senhorio na posse dos seus descendentes (cf. MORENO 2006, 106-107).

675 MORENO 2006, 107.

676 MORENO 2006, 107.

Colaborando com uma nobreza que entra reforçada na segunda metade da centúria, após uma década de insurreições contrárias às campanhas no Norte de África sequencial às manifestações contrárias em tempos do rei seu pai, na década de 1430, D. Afonso V irá empenhar-se no projecto marroquino que agora se previa revigorar a dinastia de Avis, cujos efeitos o irão obrigar a continuar a política de favorecimento da nobreza fora do reino. Num período de progresso económico aparentemente ilusório, que a todos envolve "mas que só a alguns, poucos, proporciona algum envolvimento positivo"[677], meditemos a afirmação de Humberto Baquero Moreno sobre as características do momento político "que em termos sociais viria certamente a agravar as relações entre os homens"[678].

Páginas volvidas, passa Baquero Moreno a uma descrição demográfica de um reino despovoado desde o século XIV que ocupara a regência do Infante D. Pedro, levando-o a conceder cartas de couto a territórios fronteiriços, indicando-lhes figuras como Álvaro Pires de Távora para Mirandela (1440), Duarte de Meneses para Vilar Maior (1440)[679] e Fernão Coutinho para Celorico de Basto (1441)[680]. Défice demográfico esse que, mantendo-se na segunda metade do século XV, manifesta as dificuldades das guerras no Norte de África, às quais se tinha oposto o Infante D. Pedro, espelhadas na historiografia tradicional na ideia de se tratar de "um sorvedouro de homens". A continuidade desta política de repovoamento fronteiriço no reinado do sobrinho denota certas alterações de perfis que importam comportar. Logo em 1450, João de Gouveia, fidalgo da casa real, é encarregue do couto da sua quintã de Colmeal das Donas[681]; alguns anos depois, João Freire de Andrade receberia o de Alcoutim (1458), Sancho de Noronha o de Odemira (1465) e João de Castro o de Monsanto (1476), vindo estes, ou os herdeiros, a ser elevados a condes das respectivas localidades nos reinados de D. Afonso V e de D. João II[682].

[677] MORENO 2006, 109
[678] MORENO 2006, 108.
[679] D. Duarte de Meneses seria conselheiro régio e alferes-mor de D. Afonso V, bem como alcaide de Vilar Maior, vindo a ser substituído em 1451 por Rui de Melo (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv.11, fl.46).
[680] MORENO 2006, 109.
[681] João de Gouveia, alcaide-mor de Castelo Rodrigo, foi pai de D. Isabel de Gouveia, c.c. Fernão Cabral, primo direito de Violante Álvares Cabral, que propusemos tratar-se da homónima que foi abadessa do mosteiro de Odivelas (veja-se o **Esquema Genealógico § 2 (Alvarenga/Cabral)**).
[682] À data de criação do couto de homiziados de Odemira já D. Sancho de Noronha era **conde de Odemira**, tendo recebido o título em 1446. D. João de Castro sucedia a seu pai, já falecido em 1476, no título de **conde de Monsanto**, sendo o segundo titular deste título criado por carta régia de D. Afonso V em 1460. Por fim, o genro de João Freire de Andrade, D. Fernando de Meneses receberá o título de **conde de Alcoutim** por carta régia de D. João II datada de 15 de Novembro de 1496, o qual irá acrescentar a dois outros títulos, a saber: o de Marquês de Vila Real, instituído na pessoa de seu pai, D. Pedro de Meneses, 3º conde de Vila Real, em 1489, e o de Conde de Valença, criado por D. Manuel I em 1499 a favor de Fernando de Meneses, primo do anterior titular, D. Henrique de Meneses, 4º conde de Viana do Alentejo.

Relacionando-os do ponto de vista genealógico, a grande maioria destes fidalgos de meados do século XV começa a compor uma interessante amostra que permite interpretar as redes de parentesco que além de os interligarem se transpunham para o interior do mosteiro de Odivelas na pessoa de algumas das suas mais notáveis religiosas. Assim se efectivava uma "nova clientela" serviçal a um poder régio preponderante, arreigada a uma herança de "velhos poderes" continuamente exercidos que justificavam as estratégias sociais e familiares praticadas dentro do próprio grupo.

3.1.3. De «Elite local» a «Nobreza do reino»

Em Novembro de 1438, aquando das cortes abertas pelo doutor Vasco Fernandes de Lucena, desejavam ver cumpridas as últimas disposições de D. Duarte um grupo pouco inocente de indivíduos, entre os quais se destacavam o *marechal* Vasco Fernandes Coutinho[683], o arcebispo D. Pedro de Noronha[684] e Sancho de Noronha[685]; "homens que manifestam a opinião defendida pela mais ilustre nobreza", encabeçada por D. Afonso, conde de Barcelos, que marcava a oposição à regência de D. Pedro, aos quais poderíamos ainda acrescentar D. Frei Nuno Gonçalves de Góis, prior do Crato[686]. Contrária a estes coexistia uma elite concelhia com plena consciência da sua capacidade económica e decisão governativa que lhe poderia conferir prestígio, na qual se encontrava uma aristocracia rural interveniente nas assembleias concelhias, composta, em grande número, por vassalos do rei.

> A teia governativa emaranha-se nestes séculos XIV e XV. Mas tenderá sempre para a oligarquia. Por um lado o concelho é controlado pelos representantes do rei – corregedores, juízes régios, almoxarifes e outros. Internamente é controlado pelas elites locais, que se permeabilizam aos agentes senhoriais ou da família real. Complica-se o xadrez dirigente. Há conluios, há facções e afeições. Esse intrincado jogo relacional entre o oficialato régio e senhorial e os oficiais e homens bons da governança local está ainda, em boa parte, por determinar. Mas devia existir, como se entrevê nas Cortes. Difícil é

[683] Futuro 1º conde de Marialva, título nobiliárquico concedido por D. Afonso V em 1440. Vejam-se os parentescos entre os Coutinhos e os Gusmão na entrada biográfica **7** de **Beatriz de Gusmão**.
[684] Talvez tenha sido por esses anos que D. Pedro de Noronha gerou um filho de cada uma das duas irmãs de Bartolomeu Perestrelo, importando-nos ao presente sobretudo a relação sacrílega que terá tido com D. Isabel Perestrelo, freira professa em Odivelas (veja-se a entrada biográfica **60** de **Isabel Perestrelo**).
[685] Atente-se que se os dois últimos (D. Pedro e D. Sancho de Noronha) eram irmãos, o primeiro viria a ter um sobrinho casado com uma bisneta do segundo, cujo nome desconhecemos (cf. VASCONCELOS 2014, 445). Tendo o arcebispo D. Pedro de Noronha gerado um filho de Isabel Perestrelo, este, de nome D. João de Noronha, alcaide-mor de Óbidos, viria por sua vez a ser pai da sua única herdeira, D. Joana de Noronha c.c. Gonçalo Vaz Coutinho, neto do marechal Gonçalo Vasques Coutinho. Em suma, Isabel Perestrelo, freira em Odivelas, seria bisavó da primeira mulher de Diogo Coutinho, irmão dos condes de Marialva, que se crê ter sido assassinada por este após descobrir que seria amante de D. Francisco Coutinho, 4º conde de Marialva (vejam-se as entradas biográficas **7** e **60** de **Beatriz de Gusmão** e **Isabel Perestrelo**, respectivamente).
[686] NASCIMENTO 2005, 21.

> averiguar a quem servia, ainda que sem dúvida possamos dizer que favorecia as elites locais e alguns senhores em detrimento do poder e erário régios[687].

Por palavras de Maria Helena da Cruz Coelho se identifica a principal conclusão à data alcançada: o desconhecimento, e paralelamente a sugestiva hipótese, do favorecimento de uma elite local num momento de nova composição do poder régio, que gradualmente começava a exercer uma acção fiscalizadora sobre os interesses particulares da vida económica daqueles, que se sobrepunha aos interesses públicos da comunidade. Grupo formado por homens bons envolvidos na governança, dentro do qual se escolhiam os procuradores a apresentar em cortes, onde expressavam o descontentamento ao papel dos corregedores, maioritariamente nobres que enquanto extensões do poder real ameaçavam o jogo político das elites locais; "braço [que] será continuamente usado na regência"[688].

A par da actividade mercantil, não exclusivamente marítima, há muito que se vinha a destacar na *cidade* uma intensa vivência de corte. Assim o mencionou Humberto Baquero Moreno, assinalando que aí "reside grande número de fidalgos que possuem terras na Estremadura e ocupam cargos de relevo nas áreas administrativas e financeiras"[689]; o que consideramos expressão máxima e transversal da manifesta maioria dos perfis que vimos a escrutinar, de famílias relacionadas com Odivelas em meados do século XV. Corolário das mesmas conclusões, aqui lidas pela objectiva focada no mosteiro, a estas linhagens de fidalgos da Estremadura – tomemos como exemplo o caso dos Abreu ou dos Alvarenga – somavam-se agora diversos cavaleiros de uma elite local com propriedades fora da cidade mas que nela ocupam lugares de relevo – consideremos os do Rego, os Carvalho ou ainda um ramo dos de Góis –, compondo cada vez mais uma sociedade cortesã fechada sobre laços familiares apertados.

> Uns mais ligados às figuras centrais da corte, com eles vivem o dia a dia: oficiais encarregados da gestão dos núcleos das diversas casas, outros criados, escudeiros, cavaleiros, mais ou menos presentes, mais ou menos afastados que habitam terras mais ou menos longínquas e aí possuem capacidade de intervenção local[690].

Distribuindo-se pelo protocolo das casas essenciais da corte, transitavam uns para as casas próprias estabelecidas pelos infantes, de que são exemplo os casos que se seguem documentados no cartório de Odivelas[691]: os de **Góis**, na figura de Henrique de Góis –

[687] COELHO 1994, 30.
[688] COELHO 1994, 25.
[689] MORENO et FREITAS 2006, 114.
[690] MORENO et FREITAS 2006, 279.
[691] Ultrapassando a cronologia em discussão, importa ainda lembrar a figura de um João Alvernaz, *escudeiro* do Infante D. Fernando, documentado em Odivelas em 1399 (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.96), algumas décadas após aí se ter documentado como dona professa Leonor Martins Alvernaz, soprioresa na década de 1370. Veja-se a entrada biográfica **79** de **Leonor Martins Alvernaz**.

filho de João Anes de Góis, *meirinho* de D. João I do qual recebera mercê da Quinta da Barrosa, junto à ribeira de Odivelas – *escudeiro* da casa de D. Duarte (1436)[692]; dos **Barreto**, por matrimónio, caso se comprove que a religiosa Leonor Barreta fora a mesma pessoa que casara com um filho de João de Melo, alcaide-mor de Serpa e *copeiro-mor* de D. Afonso V, e que fora neta de Diogo Pereira, comendador-mor da Ordem de Santiago e governador da casa do Infante D. João, tio de D. Afonso V[693]; dos de **Teive**, tendo Diogo de Teive sido capitão de caravelas e *escudeiro* da casa do Infante D. Henrique, tal como havia sido seu pai, Lopo Afonso de Teive, juiz na cidade do Porto[694]; dos **Cabral**, desde que Luís Álvares Cabral, herdeiro único de seu pai a quem sucedeu no senhorio de Zurara e nas alcaidarias da Guarda e de Belmonte, e *vedor* da casa do Infante D. Henrique[695]; dos **Miranda**, através de sucessivas gerações, permitindo-nos destacar as figuras de dois filhos de Martim Afonso da Charneca, Martim Afonso de Miranda, *rico-homem* da casa real e membro do conselho de D. Afonso V (antepassado dos morgados da Patameira), e Fernão Gonçalves de Miranda I[696], *conselheiro* e fidalgo da casa de D. Afonso V, casado com D. Branca de Sousa, *dama* da Infanta D. Isabel[697]; dos **Alvarenga**, tendo o Dr. Rui Gomes de Alvarenga sido "presidente e chanceler-mor do conselho del Rey dom Duarte e assi del Rey dom Afonso, o 5º, seu filho", monarca que o elevaria a *conde palatino* em 1452[698]; dos **Leite**, oficiais régios e da casa ducal de Bragança[699]; dos **Borges**, linhagem em que um Rui Dias de Borges, senhor de Carvalhais, apresenta uma carreira deveras expressiva da ascensão social que vimos a discutir, passando de almoxarife da alfândega

[692] Propusemos filiar neste ramo de Góis ligados à pequena aristocracia que tinha como centro patrimonial e de actuação política a cidade de Lisboa, a religiosa Beatriz de Góis (veja-se a entrada biográfica **6** de **Beatriz de Góis**).
[693] Veja-se a entrada biográfica **76** de **Leonor Barreto**.
[694] Veja-se a entrada biográfica **82** de **Leonor de Teive**.
[695] Veja-se a entrada biográfica **110** de **D. Violante Álvares Cabral**.
[696] Na presente dissertação identificamo-lo de seu filho homónimo, a quem nomeamos enquanto «Fernão Gonçalves de Miranda II».
[697] Veja-se a entrada biográfica **112** de **D. Violante de Sousa (ou [de Miranda])**.
[698] Através do **Esquema Genealógico §2 (Alvarenga/Cabral)** supomos que a abadessa D. Mécia de Alvarenga pudesse ser sobrinha-neta do Dr. Rui Gomes de Alvarenga, irmão de Mécia de Alvarenga c.c. Velxira.
[699] Veja-se a entrada biográfica **10** de **Beatriz Leite**. Embora seja figura documentada já nos primeiros anos do século XVI, partindo a hipótese de filiação a um tronco descendente de Álvaro Anes Leite, senhor da Torre de Calvos (c. Cabeceiras de Basto), aparentamo-la com os filhos deste, a saber: Vasco Leite, o *Velho*, que acompanhou D. Afonso V na batalha de Toro em 1476; e Luís Leite, desembargador do duque de Bragança (cf. HENRIQUES 2012, 43), que cremos tratar-se de D. Fernando, 2º duque e neto de D. João I.

de Lisboa, a camareiro-mor de D. Duarte, e daí a cavaleiro do conselho régio e porteiro-mor de D. Afonso V[700]; e ainda de um Pêro Rodrigues, *cavaleiro e vassalo da casa real*[701].

Outros havia que, fazendo carreira na Casa do Cível[702] ou da Suplicação, os tribunais superiores do reino, patrocinavam uma notável estratégia de poder e ascensão social a partir da cidade de Lisboa, como é o caso – entre outros[703] – dos **Carvalho**, anteriormente mencionados, de Diogo Afonso de Carvalho, cavaleiro e *desembargador* no reinado de D. Afonso V (1440-1463) – pai da religiosa D. Violante de Carvalho (doc.1455-1466); de um ramo de **Silveira**, proveniente do Dr. Gonçalo Mendes da Silveira, *desembargador*, que cremos ter casado em primeiras núpcias com Branca Botelho – gerando D. Inês da Silveira, religiosa de Odivelas, e duas outras filhas consorciadas uma com um fidalgo e outra com um escudeiro da casa real[704] – e em segundas com D. Maria de Meneses, filha de Lopo Vaz de Sequeira, alcaide-mor do Landroal, e de D. Cecília de Meneses, descendente dos senhores de Cantanhede, cujo pai fora mordomo-mor da rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V[705]; ou dos **Silva[706]** e dos **Silveiras** de Alvito, linhagem de grande destaque durante a centúria, assente na figura do Dr. João da Silveira, 1º barão de Alvito (1475)[707], doutor em leis, juiz desembargador e *chanceler* da Casa do Cível e *regedor* da Casa da Suplicação da regência de D. Pedro ao reinado de D. Afonso V, tendo sido escrivão da puridade, *chanceler-mor* e *vedor* da fazenda no reinado de D. João II, pai de Filipe de Sousa, *moço fidalgo* e *cavaleiro* do conselho de D. João II, *vereador* de Lisboa,

[700] Veja-se a entrada biográfica **19** de **Catarina Borges**.
[701] Pai da freira Antónia Lopes (doc. 1500). Veja-se a entrada biográfica **4** de **Antónia Lopes**.
[702] Lembramos a figura de Aires Gomes da Silva, regedor da Casa do Cível e alcaide-mor de Montemor-o-Velho, pai de Fernão Teles de Meneses, governador da casa da Infanta D. Joana (Santa Joana Princesa), que residiu em Odivelas. Em 1475 João de Teive, filho de Diogo de Teive, viria a vender a capitania das Flores e do Corvo que herdara de seu pai, ao dito Fernão Teles.
[703] Atente-se que embora não tenhamos conseguido filiar a religiosa D. Catarina de Melo, identificámos no cartório de Odivelas alguns documentos relacionados com membros desta linhagem, nomeadamente um emprazamento que se enquadra perfeitamente na cronologia em análise, datado de 8 de Setembro de 1441 (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.390), no qual a abadessa D. Beatriz Barreto emprazava uma vinha e um olival em Santa Maria do Paraíso a Álvaro Gomes, escudeiro de Pedro Vasques de Melo, 1º conde de Atalaia, regedor da Casa do Cível, e casado com D. Maria de Noronha, irmã do arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha, que já sabemos relacionado com a religiosa Isabel Perestrelo.
Veja-se a entrada biográfica **27** de **D. Catarina de Melo**.
[704] Referimo-nos a Inês de Carvalho c.c. Álvaro Peixoto Pereira, fidalgo da casa real, e a Branca Lourenço de Carvalho c.c. Rui Lopes [de Rebelo], escudeiro do Infante D. Pedro e da casa real, e escrivão da Câmara (1455). Veja-se a entrada biográfica **111** de **D. Violante de Carvalho**.
[705] Veja-se a entrada biográfica **111** de **D. Violante de Carvalho**.
[706] Caso D. Isabel da Silva (doc. a partir de 1519) tenha sido, de facto, filha de Diogo da Silva de Meneses, *cavaleiro* que participou no desastroso cerco de Tânger em 1437 (veja-se a entrada biográfica **61** de **D. Isabel da Silva**).
[707] Título nobiliárquico de juro e herdade concedido a 27 de Abril de 1475 por D. Afonso V ao Dr. João da Silveira, c.c. D. Maria de Sousa Lobo, herdeira do senhorio de Alvito.

instituidor do morgado de Monfalim (t. Torres Vedras), e pai de "donna Breatiz, que foi freira em Odivelas"[708] e abadessa deste mosteiro na segunda metade do século XVI[709].

Terceiros, constituindo uma camada inferior desta elite local, mesclada entre homens de leis e homens de armas, servindo o mosteiro em cargos administrativos patrocinavam o ingresso de filhas no estado de religiosas e o estatuto da própria família, destacando-se neste grupo, entre outros[710], o anteriormente referido *procurador* João Esteves do Paço, pai da abadessa ao tempo de D. Duarte[711]; Lourenço Anes, *escudeiro*, *procurador* do mosteiro ao tempo de D. Afonso V[712], e proprietário de bens imóveis na cidade de Lisboa[713], pai da religiosa **Joana Gonçalves d´Ornelas** (doc.1458-1479)[714]; Fernão Álvares, *bacharel*, que deteve o cargo de *procurador-geral* do mosteiro durante o abadessado de D. Inês [de Abreu], pelas décadas de 1470/80, e que poderá porventura ser familiar da monja **Inês Álvares** (doc.1434-1455)[715]; e Pedro da Costa, *mordomo* de São Dinis de Odivelas, casado com Isabel Botelha, que em 1542 trazia umas casas em Lisboa que pertenciam ao mosteiro, e que poderá porventura relacionar-se com duas religiosas: **Mécia da Costa**, *soprioresa* (doc.1496-1503)[716] e **Filipa da Costa** (doc.1498-1499)[717]; eventualmente perpetuando uma prática comum no mosteiro desde o início do século XV.

Aqui chegados, perante tão expressivos apelidos documentados em Odivelas, na sua grande maioria, já na viragem do século XV para o século XVI, datando dos reinados de D. João II e de D. Manuel I, cumpre-nos meditar se aí teriam professado caso os seus antepassados directos e parentes colaterais não tivessem sido peças deste jogo político em execução durante a primeira metade do século XV, alimentado por D. Afonso V através de doações e tenças, que entendia serem devidas recompensas aos serviços prestados,

[708] VASCONCELOS 2014, 554.
[709] Recordemo-nos ainda que por via materna D. Beatriz da Silva era trineta de João Gomes da Silva, senhor de Vagos e alferes-mor de D. João I. Veja-se a entrada biográfica **13** de **D. Beatriz da Silva**.
[710] Recordemos a figura de dois outros procuradores do mosteiro de Odivelas no início do século XV que sabemos terem alcançado certo destaque na cidade e termo de Lisboa do seu tempo, a saber: Gonçalo Domingues, cónego da Sé, documentado em 1398 (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.12v.-13v.), e Estêvão Anes, procurador de Odivelas em 1409 (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.368), e que atendendo a que em 1415 residia na "torre que foi de João Esteves do Paço" (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.177), consideramos tratar-se de um familiar de D. Guiomar Anes, abadessa de Odivelas (veja-se a entrada biográfica **45** de **D. Guiomar Anes [do Paço ou Reinha]**).
[711] Veja-se a entrada biográfica **45** de **D. Guiomar Anes [do Paço ou Reinha].**
[712] A título de exemplo veja-se certo documento datado de 13.Jul.1455 (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.160).
[713] ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.323 (23.Out.1462).
[714] Veja-se a entrada biográfica **69** de **Joana Gonçalves d´Ornelas**.
[715] Veja-se a entrada biográfica **48** de **Inês Álvares**.
[716] Veja-se a entrada biográfica **101** de **Mécia da Costa**.
[717] Veja-se a entrada biográfica **42** de **Filipa da Costa**.

assim encontrando sustento e parcerias disponíveis para a intensa actividade militar que se desenrolava em África e em Castela, marcando o ritmo da corte afonsina[718].

Na esteira destas conclusões, servindo de argumento, seria precisamente na centúria quatrocentista "que a Coroa portuguesa maior número de títulos nobiliárquicos criou", afirmando-se D. Afonso V "como recordista neste campo"[719]. À morte de seu avô, D. João I, em 1433, além dos graus maiores que concedera aos seus filhos, somente se documentava um outro titular, D. Pedro de Meneses, 1º conde de Vila Real (1424) e 2º conde de Viana do Alentejo (1433), neto de D. João Afonso Telo de Meneses, antigo conde de Ourém, título que andava então na posse dos descendentes do recentemente falecido *condestável* D. Nuno Álvares Pereira, transitando para a casa de Bragança. Saul António Gomes recorda que o Infante D. Pedro, quando regente, "não se mostrou menos simpatizante deste modelo de promoção da nobreza do reino"[720], e eis que na década de 1440, em nome do rei, elevaria a duque de Bragança (1442) o maior líder da oposição, seu meio-irmão, D. Afonso, 2º conde de Neiva e 8º conde de Barcelos, "elemento que muito utilizou as intrigas de corte e, certamente, esteve muito implicado nas falsas notícias que corriam neste período conturbado"; adoptando o duque de Coimbra semelhante política de contenção das aspirações da fidalguia junto dum expressivo grupo de antagonistas que havíamos identificado no início do presente subcapítulo ao lado da rainha D. Leonor de Aragão, em 1438, a saber: o *marechal* Vasco Fernandes Coutinho, 1º conde de Marialva (1440) e D. Sancho de Noronha, 1º conde de Odemira (1446).

Estabilizadas as indecisões políticas com Alfarrobeira, após um hiato considerável em que somente documentamos a atribuição ao Infante D. Fernando do ducado de Beja (1453), o governo pessoal de D. Afonso V abre pretexto a um longo período de concessões de títulos a partir de 1460, multiplicadas na década seguinte fruto da conquista de Arzila e da tomada de Tânger (1471)[721], e da Guerra Peninsular (1475-1479)[722]. Engrandecendo no serviço ao monarca, quer no esforço de guerra como na governação, chegando os membros da chancelaria e do desembargo a integrar as campanhas militares,

[718] MORENO et FREITAS 2006, 280.
[719] GOMES 2006, 131.
[720] GOMES 2006, 131.
[721] Neste ano são concedidos os títulos de conde de Penela (D. Afonso Vasconcelos e Meneses), conde de Loulé (D. Henrique de Meneses), conde de Santa Comba e conde de Arganil (D. João Galvão, bispo de Coimbra). Dentro de dois anos viria a conceder a D. João, filho de D. Fernando, 2º duque de Bragança, o título de marquês de Montemor-o-Novo (1473). Cf. GOMES 2006, 132.
[722] GOMES 2006, 132. Veja-se a listagem de «Participantes portugueses em Toro ao lado de D. Afonso V» de Humberto Baquero Moreno e Isabel Vaz de Freitas (MORENO et FREITAS 2006, 233-243), na qual encontramos diversos familiares de religiosas de Odivelas.

a súmula dos elementos antecedentes permite-nos identificá-los na cronologia que vínhamos a seguir tendo como objectiva o mosteiro. As três décadas de abadessado de D. Inês [de Abreu] compõe assim uma amostra expressiva da aproximação de famílias fidalgas ao poder real, que não teriam ficado indiferentes à passagem da Infanta D. Joana[723] por São Dinis de Odivelas, na companhia de sua tia, a *Senhora Dona Filipa* [de Lencastre], como por diversas vezes surge mencionada na documentação do cartório de Odivelas[724].

Hipotecando em Alfarrobeira a força da sua autoridade e as relações com os seus familiares consanguíneos, quer pertencentes à família real, quer às influentes casas ducais que com plena autonomia passavam agora a partilhar o poder do reino, do «*sumário das rengas [e despesas] do Reyno de 1473*» se retira que nesse ano o rendimento da filha do monarca provocava a quarta maior despesa do erário régio, um total de 998.000 reais, auferidos nesse primeiro ano de residência no mosteiro de Jesus de Aveiro; antecedido apenas pelo rendimento do próprio rei (11.330.000 reais), do Infante D. João (3.000.000 reais), e sua mulher, D. Leonor (1.000.000 reais)[725]. Sucedia à infanta toda a alta nobreza, agora nobilitada, que dominava os maiores lugares da hierarquia do reino, marcando o timbre social do século XV. Uma nova geração, efectivamente renovada por D. Afonso V através da política régia de concessões e tenças, composta por protagonistas provenientes de ramos secundogénitos ou naturais das antigas linhagens, notabilizados no funcionalismo urbano e/ou cortesão dependente do poder régio, cujas "preocupações em matéria sociojurídica, económico-fiscal e por vezes militar"[726] apresentavam agora abertamente em Cortes, por excelência espaço politizado em que se marcava o timbre das elites concelhias, que eram agora os próprios servidores do rei.

Sistematizadas todas as hipóteses genealógicas apontadas para as religiosas de São Dinis de Odivelas, de acordo com a conjuntura que vimos a seguir, remontamos o grosso dos seus familiares mais próximos a um grupo particularmente distinto que servindo a Coroa proliferava na administração das principais instituições jurídico-administrativas do reino sediadas na cidade de Lisboa. Sendo marcadas estas carreiras pelo nível de alianças matrimoniais a que se permitiam – conforme haveremos de discutir adiante –, é disso expressão por demais evidente no segundo casamento do Dr. Gonçalo Mendes da Silva,

[723] Veja-se a entrada biográfica **63** de **Infanta D. Joana (ou Santa Joana Princesa)**.
[724] Veja-se a entrada biográfica **43** de **D. Filipa [de Lencastre] (ou de Coimbra)**.
[725] GOMES 2006, 133.
[726] GOMES 2006, 137.

desembargador, com a filha de um ramo de Meneses, alcaides e oficiais da corte[727]. Esclarecimento indispensável para entender a natureza da cidade enquanto espaço de actuação da nova nobreza do reino, que via num mosteiro geograficamente próximo em que à data residiam membros da própria família real um meio político de estruturar e testar a dimensão das suas redes de poder.

3.2. A reconstituição possível de um grupo

Partindo da linha de António Machado de Faria, "tratado genealógico ou crónica estão (…) em iguais condições, esta mais sujeita ao subjectivismo dos informadores e do autor"[728], e aquele não menos; pelo que perante um relato genealógico cremos que poderá subjazer ainda, descontada a narrativa histórico-simbólica que introduzia os títulos do nobiliário do conde de Barcelos, certo nível de equívoco consciente que precede na sua quase totalidade lapsos da memória recolhida que os autores foram privados de confirmar através de fontes documentais.

Apesar de se afirmar sucessor da obra do conde de Barcelos, as "linhagens novas" abordadas por Damião de Góis no seu *Livro de Linhagens Novas* ou *de Portugal* apresentam diversas semelhanças que as caracterizam individualmente e em grupo, distinguindo-as de outras presentes nos textos genealógicos anteriores. Em traços gerais, exceptuando casos muito particulares[729], o levantamento de dados desta obra conduziu a um total próximo de uma centena de linhagens provenientes das mais diversas origens, compondo um retrato da aristocracia do reino até meados do século XVI.

Sendo o próprio autor filho da fidalguia de corte que servira os interesses da família real a partir da administração política local de uma vila na Estremadura, tomando parte da casa do rei D. Manuel I a partir de 1518, primeiro como *pajem de lança* e depois como *moço da câmara*[730], perfil requerido a um membro da elite política portuguesa desde a centúria anterior, da notabilidade alcançada através dos seus estudos e viagens pela Europa resultaria a sua nomeação para diversas funções profissionais no reinado de D.

[727] Veja-se a entrada biográfica **52** de **D. Inês da Silveira**.
[728] FARIA 1956, XIII.
[729] Excluímos um ramo de **Manuéis**, descendentes de Frei João Sobrinho, letrado e provincial da Ordem do Carmo, que viveu nos reinados de D. Duarte de D. Afonso V, vindo a ser bispo de Ceuta e da Guarda (VASCONCELOS 2014, 150-152).
[730] Natural de Alenquer, Damião de Góis era filho de Rui Dias de Góis, almoxarife da rainha D. Leonor e da sua quarta mulher, Isabel Gomes de Limi, filha de Álvaro Gomes de Limi e neta de Nicolau de Limi, nobre flamengo estabelecido em Portugal no século XV (cf. GÓIS 2001, 5; VASCONCELOS 2014, 15-18).

João III[731]. Desconhece-se ao certo em que data terá começado a compor o seu livro de linhagens. Segundo António Pestana de Vasconcelos,

> (…) este texto é, provavelmente, uma das mais importantes fontes genealógicas para o conhecimento das principais linhagens da Nobreza portuguesa, no período a que vulgarmente denominamos de Baixa Idade Média e Renascimento e que, de uma maneira geral, prolonga as informações do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, de meados do século XIV, até ao último quartel do século XVI[732].

Considerando-se desde as primeiras edições – no entretanto desaparecidas umas, e de novo copiadas outras, entre as quais a que no século XVIII estaria na posse de D. António Caetano de Sousa – como "sendo neste género a mais estimável [obra] depois da que escreveu o Conde D. Pedro"[733], em certo manuscrito do famoso nobiliário das famílias de Portugal do século XVII se identifica a sua sugestiva sucessão de autores, a saber:

> Livro de Linhagens como o principiou o conde Dom Pedro f.o del rey D. Diniz em tempo del rey Dom Affonso o 4º e prosseguirão o D.or João das Regras em tempo del rey Dom João o 1º e Damião de Goez no del rey Dom Joam 3º acrescentadas alguas gerações que Dom Antonio de Lima juntou, e outras que de novo começarão ajustado com os genealogistas de Castella atte o anno de 1650[734].

Tendo anteriormente, em capítulo cronologicamente adequado, discutido as intenções do conde D. Pedro com a sua compilação genealógica, e as mutações que esta viria a ser alvo poucos anos depois, ainda na segunda metade do século XIV, de forma a introduzir estrategicamente nos seus títulos linhagens em ascensão política e social, como os Pereira, e atendendo a que o processo heurístico de Damião de Góis se poderá relacionar já não com a origens das principais famílias do reino à época da fundação, mas sim com "as acções heroicas em que estiveram envolvidos – particularmente por via das armas na Reconquista, no norte de África ou nas praças do Oriente –, os seus ascendentes ilustres, descendentes e colaterais"[735], surpreenderá a referência ao primeiro seguidor do legado genealógico iniciado pelo conde de Barcelos. Quem senão o Dr. João das Regras, uma das principais figuras que no olhar de Fernão Lopes estiveram perto e coadjuvaram o Mestre de Avis[736], ao lado de Álvaro Pais[737] – de quem aliás era enteado – e de D. Nuno Álvares Pereira, podendo a composição linhagística da sua autoria compreender-se como "expressão da contínua rivalidade do legista face ao guerreiro. Augurando o proeminente

[731] Veja-se a nota biográfica de Damião de Góis em GÓIS 2001, 5-10.
[732] VASCONCELOS 2014, 13. Consulte-se a análise que António Pestana de Vasconcelos dedica a esta obra em VASCONCELOS 2014, 13-20.
[733] GÓIS 2001, 15.
[734] *Livro de linhagens como o principiou o Conde Dom Pedro…* 1650. Lembramos que esta publicação não seria muito posterior à perda do original manuscrito de Damião de Góis, desaparecido após a morte de Diogo de Castilho Coutinho, guarda-mor da Torre do Tombo (1612-1632), tendo as buscas para o encontrar tido um resultado infrutífero (cf. VASCONCELOS 2014, 14).
[735] VASCONCELOS 2014, 18.
[736] COELHO 2006, 10.
[737] Sobre esta figura veja-se HOMEM 1984, 93-130.

lugar deste no campo de batalha e junto do coração do Mestre"[738]. Desconhecendo-se o período durante o qual João das Regras teria continuado a obra, por termos notícia de que terá falecido em 1404[739] propomos datar o seu livro de linhagens da década de 1390, quando, estabilizada a situação do reino durante os anos que sucederam a Aljubarrota, o membro de uma família de letrados da cidade de Lisboa, que se destacara no processo de ascensão social que a nova dinastia permitira em finais do século XIV, entrava em confronto com o nobre mais poderoso do seu tempo, notável descendente do principal promotor de tão estratégica obra genealógica composta havia cerca de três décadas.

Seguindo o rol de genealogistas referidos no manuscrito do século XVII, tendo Damião de Góis sido nomeado por alvará régio como Guarda-mor da Torre do Tombo em 1548, António Pestana de Vasconcelos propõe que "terá sido por esta altura que por encomenda do Infante D. Luís (1506-1555), terá recebido a incumbência de realizar a obra"[740] o mesmo autor que dentro de alguns anos viria a publicar a primeira versão da *Crónica do Príncipe D. João*, depois D. João II, em 1568[741]. Caso o manuscrito de João das Regras date, de facto, da década de 1390, teria passado mais de século e meio até que na década de 1550 alguém se importasse em "declarar por escritura" as genealogias de Portugal, que por palavras do próprio autor

> (…) cousas desta qualidade não são para pessoas a que a natureza não separou do saber e condições das alimárias mais que na forma e na fala senão para homens doutos discretos criados e cursados nas cortes dos reis e príncipes e práticos nos negócios delas[742].

Auto-caracterização que segundo António Baião terá trazido a Damião de Góis, ainda em vida, "as más vontades de certas famílias ilustres cujas prosápias genealógicas se viram amarfanhadas, a ponto de o fazerem desaparecer da Torre do Tombo"[743]. Um "amarfanhado" tão consentâneo do período que medeia os dois manuscritos, atravessando várias gerações da nobreza portuguesa do século XV que impossibilitava o registo seguro das suas origens a qualquer genealogista.

A cronologia em estudo na presente dissertação termina, *lato sensu*, na década de 1530, pelos anos em que Damião de Góis – após recusar a D. João III o rendoso cargo de

[738] COELHO 2006, 46.
[739] Veja-se HOMEM 1982, 241-253.
[740] VASCONCELOS 2014, 17.
[741] VASCONCELOS 2014, 18.
[742] *Livro de linhagens como o principiou o Conde Dom Pedro…* 1650. Lembramos que esta publicação não seria muito posterior à perda do original manuscrito de Damião de Góis, desaparecido após a morte de Diogo de Castilho Coutinho, guarda-mor da Torre do Tombo (1612-1632), tendo as buscas para o encontrar tido um resultado infrutífero (cf. VASCONCELOS 2014, 14).
[743] BAIÃO 1931, 17; RAMOS 2020, 32.

Tesoureiro da Casa da Índia – andaria por Pádua, após ter presenciado em Freiburg a morte de um amigo, o idoso e doente Erasmo de Roterdão[744]. Em 1536 falecia em Odivelas a abadessa D. Violante Álvares Cabral[745], sucedendo-lhe no cargo de prelada a antiga *soprioresa*, D. Joana de Castro, filha de D. Garcia de Castro, cunhada de Miguel Corte-Real, *porteiro-mor* de D. Manuel I, sobrinha do 1º conde de Monsanto (D. Álvaro de Castro), do 1º conde de Abranches (D. Álvaro Vaz de Almada[746]), e sobrinha-neta do 1º conde de Atouguia (D. Álvaro Gonçalves de Ataíde)[747]. A sua presença consolida no mosteiro de São Dinis de Odivelas um ponto de chegada desta alta nobreza em convulsão na viragem do século XIV e renovada durante o século XV, pertencendo diversas religiosas contemporâneas a linhagens dignas de nobiliário e/ou de armorial influentes no reinado de D. Manuel I.

3.2.1. Entre o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro e o de Damião de Góis

Ao concluir a sua análise, José Augusto de Sottomayor Pizarro afirmava que em 1328 os 40 fidalgos representantes de 26 famílias diferentes distribuíam-se da seguinte forma:

> 17 fidalgos estavam directamente ligados ao partido de D. Afonso enquanto Infante, representando 11 linhagens (Pacheco, Chancinho, Ataíde, Pimentel-Resende, Pereira, Cunha, Azevedo, Zote, Camelo, Casal e Novais); 9 surgem nos meios cortesãos pela primeira vez, assim como as 6 linhagens a que pertenciam (Fonseca, Coutinho, Azambuja, Teixeira, Amaral e Vaiões); 3 pertenciam a 2 linhagens anteriormente ligadas à vassalidade do Infante D. Afonso de Portalegre (Correia e Farinha-Góis); 11, finalmente, tinham sido apoiantes de D. Dinis durante a Guerra Civil de 1319-1324, representando 8 linhagens (Cunha, Vasconcelos, Altero, Bugalho, Alcoforado, Redondo, Barroso e Aboim)[748].

Ausentes da corte na viragem do século XIII para o século XIV andavam ainda certas famílias que haveriam de a integrar no tempo de D. Afonso IV – "Abreus, Alvins, Avelar-Soveral, Barbudos, Cambras, Cerveiras, Coelhos, Cogominhos ou Ribeiros"[749] –, cujos intervenientes destacámos em capítulo anterior, documentando-se em Odivelas nove das linhagens do reinado de D. Afonso III – Portocarreiros, Bugalhos, Cunhas, Britos, Nogueiras, Camelos, Cogominhos, Fonsecas e Pimentéis. Pelo que, procurando responder à pergunta que nos tem acompanhado, parece-nos que dentro do nosso principal objecto de estudo a sua resposta não poderá ser encontrada numa definição suficientemente sucinta, ainda que as suas diversas componentes não se revelem pouco esclarecedoras.

---

[744] GÓIS 2001, 6-7.
[745] Surge documentada pela última vez a 29 de Janeiro de 1536 (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.72). Veja-se a entrada biográfica **110** de **D. Violante Álvares Cabral**.
[746] Após a sua morte em 1449, a sua viúva viria a casar em segundas núpcias com o 2º conde de Atouguia.
[747] Veja-se a entrada biográfica **64** de **D. Joana de Castro**.
[748] PIZARRO 1999, vol.II, 135-136.
[749] PIZARRO 1999, vol.II, 136.

Dedicando-nos no presente capítulo à reconstituição das principais linhagens do reino no século XV, traçando-lhes as suas origens e o momento preciso em que se deu o seu aparecimento, alcançamos um total de 94 títulos na obra de Damião de Góis. Descontadas determinadas particularidades deste texto genealógico[750], debruçar-nos-emos somente sobre 82 dessas linhagens, das quais, além do título que analisa a descendência régia de D. Afonso Henriques a D. João III, 7 descendem de ramos da família real, que entroncam em D. Pedro I – 4 ramos descendentes do Infante D. João (**Bragança**[751], **Eças**[752], **Guerra**[753] e um ramo dos de **Vasconcelos**, senhores de Cascais[754]); os **Noronhas**[755], descendentes por via bastarda de D. Fernando I; a casa dos duques de **Bragança**, descendentes de D. João I[756]; e ainda 1 ramo descendente do Infante D. Fernando, duque de **Viseu** e de **Beja**, filho de D. Duarte, e em breve consorciados com a família real –

[750] Seguindo o índice elaborado por António Pestana de Vasconcelos (VASCONCELOS 2014, 583-86), referimo-nos a diferentes níveis de análise, tais como: **1)** a repetição de apelidos, de que são exemplo os três ramos de Cunhas, e os dois troncos de «Anriquez» (Henriques), de Azevedos, de Camelos, de Costas, de Figueiredos, de Furtados, de Lobos, de Monizes, de Noronhas, de Silveiras, de Sousas, e de Vasconcelos – contabilizámo-los de forma individual sempre que a sua singularidade o exigiu; **2)** a existência de 9 títulos relativos a genealogias do século XII e que ao presente não nos importarão escrutinar, excluindo-as do nosso cômputo total, de que são exemplo: a «Progenia do conde dom Henrique», a «Progenia da rainha dona Maphalda molher del Rey dom Afonso Henriquez», uma explicação do «(…)parentesco que os reis de Portugal tem com os de Inglaterra» - bastante perceptível na reconstituição da memória genealógica de uma dinastia iniciada por uma rainha inglesa –, as linhagens de «Dom Rodrigo Frojaz», de «Ramiro Rey – historia» ou dos senhores da Biscaia, com três títulos distintos («Dom Diogo Lopes senhor da Biscaya, historia»; «From senhor da Biscaia»; «Senhores da Biscaya»), ou o título relativo a «Gonçalo Mendez da Maia, que chamarão o Lidador, e das batalhas que fez» (VASCONCELOS 2014, 346); **3)** o facto de a descendência do Infante D. Dinis, filho de D. Pedro I, ter permanecido em Castela; e **4)** ao seu aparecimento em data que extravasa a nossa cronologia, como os Esteves de Nápoles («Esteves de Natoles»), e o título de D. Jorge de Lencastre, bastardo de D. João II, o qual foi criado pela tia, Santa Joana Princesa, em Aveiro – onde cremos que se terá cruzado com a tia-avó D. Filipa e com a abadessa D. Mécia de Alvarenga e outras religiosas do Mosteiro de Odivelas, pelo menos, quando estas se deslocaram ao Convento de Jesus no final da vida da Infanta.

[751] VASCONCELOS 2014, 68. Consideramos não poder tratar-se de uma "linhagem", atendendo a terem existido apenas duas gerações destes senhores de Bragança, nomeadamente, D. Fernando (filho bastardo de Infante D. João), que casando com D. Leonor Coutinha, filha de Vasco Fernandes Coutinho e de Beatriz Gonçalves de Moura geraram um único filho, D. Duarte, que sucedeu a seu pai no senhorio de Bragança, vindo a falecer sem deixar geração.

[752] VASCONCELOS 2014, 59 e ss.

[753] VASCONCELOS 2014, 68. Tenha-se em conta que D. Pedro da Guerra não terá tido descendência dos seus filhos varões – D. Fernando, arcebispo de Braga, e D. Luís, bispo da Guarda –, vindo o dito apodo («Guerra») a extinguir-se na geração que parte da união da sua filha D. Inês da Guerra com Álvaro Pires de Távora, o Velho, senhor de Mogadouro.

[754] VASCONCELOS 2014, 66.

[755] Netos por bastardia de D. Fernando I, cuja filha, D. Isabel, casou com D. Afonso, conde de Noronha e Gijón, filho de um bastardo de Henrique II de Castela (LLDG, p.69-81). Acrescentamos como secundários a estes os **Henriques**, ramo bastardo de descendentes do conde D. Afonso, que se viriam a consorciar com os Melos, de Martim Afonso de Melo, alcaide-mor de Évora e Olivença (VASCONCELOS 2014, 113-119).

[756] VASCONCELOS 2014, 82-91.

compondo um total de 7 títulos relativos a indivíduos próximos da família real e bastante interventivos do ponto de vista político-económico na cronologia em análise a partir do reinado de D. Afonso V.

No século XVI, das velhas linhagens medievais portuguesas – 26 segundo o estudo de José Augusto de Sottomayor Pizarro –, restavam somente 11, tratando-se de verdadeira continuação do nobiliário do conde de Barcelos os seguintes títulos: o dos **Sousas**, quer os "que o Livro das Linhagens aqui da fim"[757] (os Sousa Chichorro) como uns "que vem d´Afonso Denis, filho del Rei dom Afonso de Bolonha"[758]; o dos **Pereiras**[759], individualiza-se dentro destes o de «Dom Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga»[760]; o dos **Cunhas**,[761] há muito consorciados com **Camelos**, apelido que se extingue logo na terceira geração[762]; o dos **Coutinhos**[763], "donde mais longe se poderão alcançar" até ao primeiro conde de Borba; o dos **Ataídes**, condes da Castanheira no século XVI[764]; o dos de **Melo**, das origens do século XIII que partilhavam com Riba de Vizela e Ribadouro, a uma ramificação ocorrida com um guarda-mor de D. João I[765]; o dos de Cabreira, de origem leonesa de antanho, onde entroncam **Vasconcelos**[766], mas também **Alvelos** e **Ribeiros**[767]; e o dos de **Azevedo**[768], ramificados. Perante estes, que melhor exemplo poderá comprovar as afirmações que anteriormente corroborávamos relacionadas com o ocaso das principais linhagens medievais após o reinado de D. Dinis.

Cerca de dois séculos após o nobiliário do conde D. Pedro ter sido completado em meados da segunda metade do século XIV para integrar, entre outros, linhagens como as

[757] VASCONCELOS 2014, 353.
[758] VASCONCELOS 2014, 377.
[759] VASCONCELOS 2014, 381.
[760] VASCONCELOS 2014, 385.
[761] VASCONCELOS 2014, 409.
[762] VASCONCELOS 2014, 424-427. Damião de Góis inicia o título dos Camelos em Frei D. Álvaro Gonçalves Camelo, prior do Crato e marechal do reino, mencionando o nome de seus pais, tendo o seu único filho, homónimo, casado com D. Inês de Sousa, filha de Martim Afonso de Sousa, gerando a Luís Álvares de Sousa, que viria a deixar cair o apelativo paterno.
[763] VASCONCELOS 2014, 430-449.
[764] VASCONCELOS 2014, 166. O nobiliário do conde de Barcelos identificava os de Ataíde («Taíde», grafia que Damião de Góis mantém) no título 48º, enquanto descendentes de *Dona Elvira Roiz filha do Alcaide Dom Rodrigo Fernandes de Podentes*, tomando Damião de Góis a sua origem nesse aparente descendente dos de Ribadouro, Martim Viegas de Ataíde.
[765] VASCONCELOS 2014, 169.
[766] VASCONCELOS 2014, 171-174. Veja-se o ramo descendente destes, os **Alvarengas** (VASCONCELOS 2014, 547-549), nomeadamente os que Damião de Góis individualiza enquanto "Item. Huns Soarez" (VASCONCELOS 2014, 557), título com o qual discordamos.
[767] VASCONCELOS 2014, 486-494. Identificam-se diversos indivíduos desta linhagem ao longo do nobiliário do conde de Barcelos, sem, contudo, possuírem o seu próprio título nessa obra.
[768] VASCONCELOS 2014, 495-506. Com título próprio na obra do conde de Barcelos, atente-se.

dos Pereira e dos Camelo, mais de metade daquelas famílias que então se destacavam, com maior ou menor poder no reinado de D. Pedro I, tinham entretanto desaparecido. Das restantes, tome-se como exemplo o facto de os Sousas descenderem agora de Martim Afonso de Sousa, *fidalguo muito honrado* nos reinados de D. Fernando I e de D. João I[769], cujos filhos casaram com Ataídes, Camelos, Freires de Andrade e Távoras – duas famílias da velha fidalguia, e duas de uma nova, a primeira descendente de um galego Mestre da Ordem de Cristo que passara para Portugal no tempo de D. Pedro I e de D. Fernando I, e a segunda de um fidalgo transmontano elevado a *reposteiro-mor* de D. João I, consorciando-se com outras figuras da casa do monarca, intervenientes nos destinos administrativos da cidade de Lisboa[770].

A par de todos estes, formando entre si um grupo de homens fidalgos e bons cavaleiros naturais de diversas cidades e vilas do reino, que vinha a notabilizar-se no serviço ao rei, não raras vezes como alcaides das suas localidades ou oficiais régios, destacavam-se nesta categoria: de Lisboa, os **Mirandas** – castelhanos que haviam passado para Portugal no reinado de D. Fernando I –, os **Nogueiras**[771] – varões descendentes de Mestre João das Leis e senhores do principal morgadio da cidade, que logo se haveriam de consorciar com os Britos, fundindo dois importantes morgadios; os **Malafaias** e uns **Azevedos**, ramos colaterais herdeiros de um escrivão da chancelaria de D. Fernando I e de D. João I – o qual era também senhor de Belas, pelo que à falta de lhes conhecermos a origem concreta os consideraremos de Lisboa[772]; os descendentes de **Álvaro Pais**, cidadão honrado de Lisboa ao tempo de D. Pedro I e de D. Fernando I, cuja intervenção no partido do Mestre de Avis alavancou os destinos da sua linhagem[773]; os **Pessanhas**[774], família de gerações de almirantes de origem genovesa que remontava ao século XIII, caso raro entre os que temos visto; e os da **Mina**, apelativo resultante do patrocínio régio do chefe da

[769] VASCONCELOS 2014, 353.
[770] Damião de Góis inicia o título dos Távoras em Lourenço Pires de Távora, figura do reinado de D. Fernando I, cujo filho, o reposteiro-mor Pedro Lourenço de Távora, viria a casar com uma filha de João Esteves de Azambuja, privado de D. Pedro I e alcaide-mor de Lisboa; pais do anteriormente mencionado Álvaro Pires de Távora, reposteiro-mor, e alcaide de Miranda do Douro, Mirandela e Alfândega da Fé.
[771] VASCONCELOS 2014, 130.
[772] VASCONCELOS 2014, 140. Acresce que uma filha de Gonçalo Pires veio a casar com um filho de Afonso Anes Nogueira, alcaide-mor de Lisboa, o que atesta a nossa hipótese de se tratar de uma família proeminente na cidade.
[773] VASCONCELOS 2014, 153. Somente na geração dos netos se observam alguns casamentos dignos de nota, nomeadamente com uma de Brito, dos senhores do morgado de São Lourenço de Lisboa; com um da Cunha, camareiro-mor do Infante D. Fernando; e com um de Sá, alcaide-mor e vedor da fazenda do Porto, cujas carreiras como oficiais da família real ou de um concelho denotam o cume das pretensões sociais de uma família de origens aparentemente mais humildes, comprovando que a ruptura que vimos…
[774] VASCONCELOS 2014, 158-162.

linhagem[775]. Do Porto, contavam-se os **Sás**[776] – que originaram gerações sucessivas de alcaides dessa cidade – e os **Carneiros** que surgem apenas no reinado de D. João II e de D. Manuel I[777], entre outras famílias cujos percursos não terão justificado que fossem recordadas neste nobiliário; da Beira Alta, os **Cabrais**[778] – senhores da terra de Zurara e alcaides da Guarda e de Belmonte, cuja origem do primeiro antepassado não nos foi possível comprovar; da Covilhã, uns **Figueiredos**[779], dois irmãos filhos do alcaide-mor dessa vila e que aparentemente nada têm que ver com os que serviram a família real no século XIV; de Évora, os **Silveiras**[780], os **Galvões**[781], e os **Mascarenhas**[782]; de Beja, os **Britos**[783] – que em breve haveriam de passar a Lisboa –, os **Atouguias**, criados do Infante D. Fernando, e uns **Correias** oriundos de Setúbal, consorciados e parentes colaterais destes[784]; de Portel, um ramo de **Paes**[785], patronímico que parece bastar a uma linhagem alentejana que logo na segunda geração, marcando presença em Lisboa, se consorcia com os condes de Abrantes; de Moura, os **Castelo-Branco**[786] – tendo Lopo Vaz sido alcaide da vila e monteiro-mor de D. João I e de D. Duarte; de Portalegre, os **Tavares**[787] – em breve tesoureiros da casa de Ceuta e consorciados com famílias de Lisboa ou de oficiais da casa real; e do Algarve, ainda os **Barretos**[788], fidalgos, sucedendo como alcaides de Faro, fronteiros desse reino do Sul, um ramo de **Monizes** naturais de Silves[789], e uns **Costas** e **Corte Reais** de Tavira[790];

[775] Referimo-nos a Fernão Gomes [da Mina], "cidadão honrado de Lisboa, e se chamou da Mina porque teve os tratos da Mina e Guiné" (VASCONCELOS 2014, 182-183).
[776] VASCONCELOS 2014, 109.
[777] VASCONCELOS 2014, 229.
[778] VASCONCELOS 2014, 186-188.
[779] VASCONCELOS 2014, 205-206.
[780] VASCONCELOS 2014, 98-102.
[781] VASCONCELOS 2014, 184-185.
[782] VASCONCELOS 2014, 542-547.
[783] VASCONCELOS 2014, 131-138.
[784] VASCONCELOS 2014, 223.
[785] VASCONCELOS 2014, 181.
[786] VASCONCELOS 2014, 125-129.
[787] VASCONCELOS 2014, 175-176.
[788] VASCONCELOS 2014, 177-180.
[789] VASCONCELOS 2014, 142-146. Apesar de a linhagem começar em Vasco Martins Moniz e no seu irmão, somente sabemos que Henrique Moniz foi alcaide-mor de Silves, tendo casado com a filha de Vasco Anes Corte Real, de Tavira, unindo duas das principais famílias algarvias do século XV.
Um outro ramo de Monizes identifica-se em Lisboa, como oficiais de D. Nuno Álvares Pereira; porém, nada sabemos relativamente às origens destes, que se viriam a desenvolver pela capital (VASCONCELOS 2014, 147).
[790] VASCONCELOS 2014, 217-222.

Destaque-se uma outra linha de linhagens que se evidenciavam no serviço às casas de membros da família real, entre eles: os **Soares de Albergaria**[791], apelativo utilizado pela primeira vez na geração dos filhos de Fernão Gonçalves de Santar, criado de D. João I; os **Almeidas**, cujo patriarca foi vedor da casa de D. João quando este ainda era apenas Mestre de Avis[792]; os de **Lemos**[793], que se destacam como criados de D. Afonso, duque de Bragança, depois de na geração anterior terem sido honrados cidadãos de Lisboa desde o reinado de D. Fernando I; e os **Câmaras [de Lobos]**, descendentes de João Gonçalves Zarco, cavaleiro e criado do Infante D. Henrique[794]. Semelhantes àqueles, mas bastante mais recentes, os **Sequeiras**[795], naturais de Coimbra e pertencentes à casa do Infante D. Pedro. A listagem fica concluída com uns **Costas**[796], descendentes de um camareiro e armador-mor de D. Manuel I, casados em Lisboa.

Por fim, com níveis de intervenção e importância muito díspares entre si, nem sempre se encontrando na mesma cronologia, surgem, no tempo de D. Dinis, algo timidamente, os **Oliveiras**[797], figuras da casa da rainha D. Isabel, que se consorciaram com os **Pestanas**[798], naturais de Évora; no tempo de D. Afonso IV, os **Almadas**[799] – apelido que só passariam a usar na geração dos netos, após duas gerações em que se identificavam pelos patronímicos, adoptando a partir de 1445 o «Abranches» como óbvia estratégia de distinção social promovida pelo regente –, e os **Mouras**, que vinham a ser mencionados esporadicamente, sem grande relevância, desde os nobiliários do século XIV[800]; os **Figueiredo**, fidalgos consorciados com velhas linhagens da nobreza medieval que ganham destaque a partir do momento em que um Gonçalo Garcia é escolhido como aio do Infante D. João, filho de D. Pedro I e de D. Inês de Castro[801]; no reinado de D. Pedro I surgem os primeiros **Freires de Andrade**[802] e os **Furtados**, em breve *Furtados de*

[791] VASCONCELOS 2014, 139.
[792] VASCONCELOS 2014, 531-542.
[793] VASCONCELOS 2014, 166-168.
[794] VASCONCELOS 2014, 120.
[795] VASCONCELOS 2014, 169. Francisco Anes, o antepassado mais remoto dos Sequeiras, foi amo do Infante D. Pedro, tendo criado a sua filha e futura rainha, D. Isabel. Logo na segunda geração os seus filhos consorciam-se com figuras de algum destaque, de uma elite intermédia pouco interveniente, chegando a aventurar-se pelos caminhos que levavam à Índia.
[796] VASCONCELOS 2014, 230.
[797] VASCONCELOS 2014, 605-609.
[798] VASCONCELOS 2014, 610-620.
[799] VASCONCELOS 2014, 601-604.
[800] VASCONCELOS 2014, 189-193.
[801] VASCONCELOS 2014, 202-204.
[802] VASCONCELOS 2014, 507-513.

Mendonça[803]; e durante os reinados de D. Fernando ou de D. João I, surgem, a seu tempo: os **Limas**, galegos; os **Távoras**[804], fidalgos transmontanos; os **Abreus**[805], depois ramificados nos seus parentes colaterais, os **Falcões**[806]; os **Sampaios** – que parecem ter permanecido as primeiras gerações em Trás-os-Montes[807]; os **Lobos**, barões de Alvito, consorciados com Silveiras[808]; os **Goios**[809], cavaleiros que sucederam aos Camelos como priores do Crato durante o reinado de D. João I; e os **Carvalhais**[810] – cavaleiros, primos-direitos dos Pereiras, pelo que também dos duques de Bragança, os quais se viriam a destacar como alcaides-mores de Tavira, não se consorciando, porém, exclusivamente com famílias da elite algarvia. Já na segunda metade do século XV, seguindo o partido de D. Afonso V após as guerras que o levaram a almejar tomar a coroa de Castela, surgem em Portugal famílias fidalgas castelhanas, entre elas os **Pantojas**[811], os **Bendanhas**[812], os **Anhaias**[813] e os **Saldanhas**[814]; no mesmo reinado começam a destacar-se os **Brandões**[815], beneficiando do poder que detinham as famílias dos seus cônjuges; e finalmente, nos reinados de D. Afonso VI e de D. João II, surgem os **Carvalhos**[816].

O longo excurso das "linhagens novas" do século XVI, agora concluído, justifica-se como elemento auxiliar na identificação da sociabilidade das monjas de São Dinis de Odivelas pertencentes a um tempo em que, atendendo ao nosso objecto de estudo, os registos administrativos se sobrepuseram aos familiares, avolumando-se na produção do cartório de Odivelas certos nomes que chegariam à primeira metade do século XVI a carecer de nobiliário que os relacionasse. Entre as religiosas havia quem, descendendo de mais do que um grupo social, prenunciava já no século XV o futuro dessa nobreza "amarfanhada" e dispersa por todo o reino. Todavia, perante uma leitura geral, a lógica conceptual que a princípio procurávamos forjar tende a não parecer tão exequível quanto se poderia esperar. Não fosse o peso de determinados intervenientes no mundo urbano

[803] VASCONCELOS 2014, 523-530.
[804] VASCONCELOS 2014, 517-522.
[805] VASCONCELOS 2014, 194-197.
[806] VASCONCELOS 2014, 163-165.
[807] VASCONCELOS 2014, 198-201.
[808] VASCONCELOS 2014, 549-555.
[809] VASCONCELOS 2014, 215-216.
[810] VASCONCELOS 2014, 207-212.
[811] VASCONCELOS 2014, 231-232.
[812] VASCONCELOS 2014, 233.
[813] VASCONCELOS 2014, 234.
[814] VASCONCELOS 2014, 235-236.
[815] VASCONCELOS 2014, 227-228.
[816] VASCONCELOS 2014, 213.

lisboeta que há muito os vinha a catapultar para espaços sociais exteriores aos de origem, de que forma o ramo dos de Vasconcelos e Meneses, condes de Penela, descenderia de uma união entre um neto (ainda que bastardo) de D. Pedro I e D. Inês de Castro, D. Afonso, senhor de Cascais, e D. Branca, filha única e herdeira do Dr. João das Regras, representante dos das Leis, letrados com larga carreira em Lisboa que haviam tomado os estudos por apelativo. Na geração seguinte a filha destes, D. Isabel, casaria com D. Álvaro de Castro, 1º conde de Monsanto e tio paterno de **D. Joana de Castro**, abadessa de Odivelas a partir de 1537. Após enviuvar, D. Afonso viria a casar em segundas núpcias, e a gerar D. Fernando de Vasconcelos, consorciado com uma filha do terceiro matrimónio de D. Pedro de Meneses, 1º conde de Vila Real e 2º conde de Viana do Alentejo, com a qual viria a gerar a D. Afonso de Vasconcelos e Meneses, 1º conde de Penela[817], casado com D. Isabel da Silva, filha de D. Lopo de Almeida, 1º conde de Abrantes. Em suma, uma rede de parentescos recém-tecida nas primeiras gerações da nova dinastia.

O estudo das alianças matrimoniais de D. Pedro de Meneses – sobre quem havíamos ressalvado ter sido o primeiro nobre titular ainda durante o reinado de D. João I – é por si só paradigmático do perfil social possível a um nobre de pergaminhos no início da nova dinastia. Casara a primeira vez com Margarida de Miranda, filha de D. Martim Afonso da Charneca[818], fidalgo que ao serviço do *Condestável* D. Nuno Álvares Pereira jurara de *preito e menagem* o Mestre de Avis como *regedor e defensor do reino* em 1383, vindo a receber deste quando rei o direito de padroado da Igreja de São Cristóvão (c. Lisboa). Assim sendo, D. Pedro de Meneses era cunhado de Fernão Gonçalves de Miranda I, conselheiro de D. Afonso V, pelo que tio da filha deste último, **D. Violante de Sousa (ou [de Miranda])**, *soprioresa* e *prioresa* do mosteiro de Odivelas ao tempo de D. João II e de D. Manuel I[819]. Deste primeiro matrimónio viriam a nascer duas filhas: D. Leonor, casada com D. Fernando, 3º duque de Bragança; e D. Brites, herdeira do condado, que viria a casar com D. Fernando de Noronha (2º conde de Vila Real[820]), irmão de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa, que terá gerado descendência sacrílega – legitimada em 1455, durante o reinado de D. Afonso V – de **Isabel Perestrelo**, religiosa de Odivelas, e

[817] Titulo nobiliárquico criado em 1471 por D. Afonso V, a seu primo em 4º grau de consanguinidade, D. Afonso de Vasconcelos e Meneses, bisneto do Infante D. João, filho de D. Pedro I e de D. Inês de Castro, e meio-irmão de D. João I (avô de D. Afonso V).
[818] VASCONCELOS 2014, 103.
[819] Veja-se a entrada biográfica **112** de **D. Violante de Sousa (ou [de Miranda])**.
[820] VASCONCELOS 2014, 72.

de uma irmã desta, D. Branca; irmãs de Bartolomeu Perestrelo, 1º capitão-donatário da ilha de Porto Santo[821].

Falecida a sua primeira mulher, D. Pedro de Meneses voltaria a casar com uma filha do *marechal* Gonçalo Vasques Coutinho, e pela quarta e última vez com Genebra Passanha, filha do *almirante* Carlos Passanha – duas figuras de notáveis oficiais da corte com presença documentada em Lisboa – não tendo destas gerado qualquer descendente. No entretanto, casara novamente, pela terceira vez, com outra Coutinho, desta vez uma filha do senhor de Castelo Rodrigo, gerando uma única filha, casada com D. Fernando de Vasconcelos, filho de D. Afonso, senhor de Cascais[822], iniciando – conforme havíamos dito – o ramo dos condes de Penela. Entre os seus quatro filhos ilegítimos, além do varão, D. Duarte de Meneses, que viria a suceder como conde de Viana, sendo 1º capitão de Alcácer-Ceguer, destacamos Aldonça de Meneses, consorciada com Rui Nogueira, alcaide da cidade de Lisboa, filho de Afonso Anes Nogueira, e neto materno de Vasco Lourenço de Almada, vereador da câmara (1365-66) e procurador do concelho de Lisboa (1381-83)[823], que de mercador e cidadão passara a mordomo e conselheiro de D. Fernando I, tendo sido avô paterno de D. Álvaro Vaz de Almada, 1º conde de Abranches – primo-direito de Rui Nogueira e de seu irmão D. Afonso Nogueira, arcebispo de Lisboa –, falecido ao lado de seu irmão, D. Pedro Vaz, nesse «ribeiro que se diz d´Alferrobeira».

Damião de Góis inicia o título dos Nogueira – família de Lisboa com um documentado passado familiar ligado à alcaidaria da cidade e ao funcionalismo régio desde o reinado de D. Dinis – em Mestre João [Peres Nogueira] das Leis, referindo ter sido este *sennhor do morgado de São Lourenço de Lixboa*[824], que em breve passaria a pertencer aos Britos por via de uma filha deste, Violante Nogueira, ter casado com João Afonso de Brito, senhor do morgado de Santo Estêvão de Beja[825]; bisavós de Estêvão de Brito, herdeiro dos dois morgadios e casado com D. Beatriz de Miranda – irmã da *prioresa* D. Violante de Sousa (ou [de Miranda]) –, e de Mem de Brito, juiz da alfândega de Lisboa[826]. Além do mais, importa recordar que um irmão de Mestre João das Leis, Lourenço Peres *o Novo*,

[821] Veja-se a entrada biográfica de Bartolomeu Perestrelo em VIEIRA 2016, vol. II, 828-29. Cf. a entrada biográfica **60** de **Isabel Perestrelo**.
[822] VASCONCELOS 2014, 66.
[823] FARELO 2009, 663-665.
[824] VASCONCELOS 2014, 130. Sobre a instituição do morgadio de São Lourenço de Lisboa veja-se: FARELO 2007, 151. Aí se comprova que o morgado seria primeiramente "administrado por Afonso Peres e depois pelos filhos de Mestre João das Leis" (cf. FARELO 2007, 151).
[825] VASCONCELOS 2014, 131.
[826] VASCONCELOS 2014, 132.

fora o primeiro marido de Constança Anes Palhavã, irmã de Teresa Anes Palhavã, freira em Odivelas em meados do século XIV.

Intervindo em alguns dos casos mais mediáticos do seu tempo, como o de D. Inês de Castro, apenas no reinado de D. Fernando I voltaria Afonso Anes Nogueira a encontrar espaço para a sua projecção política, tendo sido nomeado membro do conselho do rei e aquantiado de sua casa. Desta forma, concluímos que optando uns pelo matrimónio com famílias abastadas de mercadores há muito estabelecidos em Lisboa e presentes em São Dinis de Odivelas, como os Palhavãs[827], e "aproveitando [outros] a rentabilidade do oficialato régio a nível local no seio das grandes cidades"[828], encontrando-se *ao serviço da Coroa no século XIV*, por palavras de Mário Farelo

> Seriam estas famílias de servidores régios que estariam melhor colocadas para insinuarem-se nos cargos estratégicos de supervisão da fiscalidade régia e facultarem aos seus membros uma formação superior que lhes permitiria ingressar no Desembargo régio e na assessoria dos monarcas portugueses. O que, em última instância, permitiria, a um número restrito dentre elas, ascender à chamada «nova nobreza» constituída com a implantação e o fortalecimento da dinastia de Avis[829].

Junto dos monarcas na corte, criando feudos na urbe olisiponense, destacavam-se famílias como os Nogueira ou os Miranda que, cada qual em tempo próprio, por motivos diversos e em gerações distintas, utilizaram como fio condutor para a promoção social dos seus membros o vínculo a espaços religiosos, quer através do direito de padroado quer por via do ingresso de filhas na vida religiosa, em particular em Odivelas, onde pesariam certos factores que conotamos de "promoção horizontal"[830], vinculada a uma intrincada rede de parentescos que aparentava a larga maioria das religiosas às "novas linhagens". Considerando nós que a metamorfose social destas teria levado Mestre João das Regras a procurar explicar as origens genealógicas da nobreza de Avis, o mesmo motivo viria, muitos anos depois, a interessar a Damião de Góis, ou porventura – hipótese que nos parece mais credível, pelo que a defendemos – ao Infante D. Luís, duque de Beja, que no reinado de seu pai assistia ao interesse demonstrado pela aristocracia portuguesa em vincular a própria identificação pessoal dos seus membros, e sobretudo de cada linhagem, a identificadores maiores de um grupo aparentemente homogeneizado, mas que na realidade não o fora na sua origem, conforme atestam as entradas biográficas dos avoengos fundadores de cada linhagem nova contemplada por Damião de Góis.

---

[827] Atente-se no caso de Lourenço Peres Júnior c.c. Constança Anes Palhavã, irmã de Teresa Anes Palhavã, religiosa de Odivelas. Vejam-se as entradas biográficas **33** e **105** de **Constança Domingues** e **Teresa Anes Palhavã**, respectivamente.
[828] FARELO 2007, 157.
[829] FARELO 2007, 145.
[830] FARELO 2007, 156.

Apesar do alcance que esta imagem poderia espelhar sobre os traços comuns destas famílias, cremos que para que tudo o que vimos discutindo não nos pareça algo meramente conjuntural numa análise que incide sobre um objecto de estudo bastante específico, como é um mosteiro cisterciense feminino, importa prosseguir na sua direcção, explorando através das suas fontes documentais manifestações da "ascensão de novos grupos ao poder, ao lado da decadência de linhagens até então tradicionais"[831]. Subjaz a tese de Fernão Lopes, cronista ao serviço da corte de D. João I e de seus filhos, relativa a ter aquele devido a sua "eleição ao facto de ter assumido a chefia do movimento popular que rejeitava o legítimo herdeiro do trono, D. João de Castela"[832], contra o qual se insurgia por se arreigar a esse direito, resultante do poder político que continuariam a deter estes cidadãos honrados de Lisboa em 1439, à nomeação do regente, que segundo uma nova concepção de direito[833] legitimariam a nova dinastia iniciada por um neto de reis por via bastarda, que passara a sua infância "entregue a um honrado cidadão lisboeta, Lourenço Martins, que tinha a sua morada na Praça do Canos, junto da Sé"[834]. Tudo isto havia sido presenciado por diversas religiosas de Odivelas, do exílio em Lisboa no final do século XIV, ao correr dos dias em que reunidas em cabido conviviam lado a lado linhagens que fora de portas rivalizavam entre si um espaço de poder e actuação próprio, cujos sucessos se viriam a traduzir num registo oficializado em armorial e na sua própria memorialização em nobiliário, que concepcionalmente as considerava pertencentes a um único grupo.

3.2.2. O mosteiro, a nobreza e o *armorial*: crepúsculo de um tempo

Os elementos que temos vindo a discutir demonstram que todas as "novas linhagens" teceram as suas estratégias de afirmação social no espaço da cidade de Lisboa, através do fortalecimento da sua relação com a Coroa, e da sua própria concepção enquanto «elite», numa primeira fase, e por via das alianças matrimoniais das primeiras gerações enquanto «família», numa subsequente, aparentando-se entre si numa rede circunscrita de poder.

Temos trazido presente o quanto a heráldica pode comportar de mensagem histórico-cultural, permitindo-nos observar através da sobrevivência da arquitectura de escudos as fisionomias de conjuntos. Tal como Braamcamp Freire previa que "todo este estirado

[831] NASCIMENTO 2005, 158.
[832] SARAIVA 1988, 166.
[833] Sobre a discussão entre "direito senhorial" e "direito de naturalidade" – ou «o amor da terra», segundo Fernão Lopes –, veja-se SARAIVA 1988, 168-170.
[834] COELHO 2006, 16.

aranzel sobre os livros das armas parecerá ao leitor não vir a propósito da sala dos brasões no paço de Sintra"[835], também nos parece que venha a propósito do objecto de estudo que presentemente nos ocupa. Segundo o autor,

> A pintura do tecto da sala das armas, tendo sido mandada fazer por D. Manuel, foi contemporânea do começo do livro de António Godinho, pelo mesmo Rei ordenado, já parte feito antes do seu falecimento, e que para os brasões dos veados serviu de guia e modelo.
>
> Posso mesmo dar a certeza de haver sido pintado o tecto entre os anos de 1515 e 1520, porque lá se encontram as armas do infante D. Duarte, nascido em 7 de Setembro do primeiro daqueles anos, e não se encontram as do infante D. Carlos, nascido a 18 de Fevereiro de 1520, e a quem seu pai apenas oito meses sobreviveu[836].

Contemporâneas da obra, em Odivelas, adoecendo D. Mécia de Alvarenga, transitava o lugar de abadessa para D. Violante Cabral, as quais conviviam com diversas monjas cujas famílias se retratavam no paço de Sintra. Perante a datação atribuída à obra por Braamcamp Freire indagamos até que ponto não se enquadraria esta política armorialista na série de reformas legislativas manuelinas, manifestando o critério centralizador do monarca, com reflexos na articulação do príncipe com a nobreza, em tempos terra-tenentes de difícil controlo e agora serventuários da coroa. Dessa forma se justifica que no centro do tecto em cúpula se espelhassem as armas do rei, e de roda destas oito outras, cada qual de seu filho. Sucedendo-se do friso oitavado que recorta os ângulos da sala ao que abaixo reveste já as paredes e os cantos, surgem dispersos setenta e dois veados trazendo pendentes um escudo e um timbre entre as hastes. 72 veados, ostentando 72 armas, de 72 linhagens, ilustram desde o reinado de D. Manuel I o tecto de uma das salas mais icónicas do palácio da vila de Sintra; paço régio de veraneio dos monarcas da segunda dinastia, em que se retrata uma elite social que se verificaria extraordinariamente estável nas centúrias seguintes[837]. A mesma que se expressava em estratégias de promoção social – tornando-se cada vez mais difícil perscrutar através dela um mero interesse do foro económico-patrimonial – num espaço monástico com implantação urbana ou peri-urbana como o mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas, em cujo cartório identificámos religiosas oriundas dessa nova "elite" nobiliárquica.

No século XVI inicia-se um período de acentuada preocupação da Coroa e dos nobres pela compilação de materiais heráldicos e genealógicos[838], transpostos em manuscritos iluminados que codificam o direito heráldico dos indivíduos, como extensão da acção centralizadora do rei. Medida com genealogia própria, que poderá remontar ao reinado

[835] FREIRE 1973, 21.
[836] FREIRE 1973, 22-23.
[837] MONTEIRO 2003a, 1-15.
[838] SERRÃO 1968, 428.

de D. João II, no qual se prolongam as discussões em torno da reforma das armas reais até à sua morte, suscitando vários problemas heráldicos logo nas Cortes de 1482, impondo a necessidade de precisão de um registo completo das armas do reino, materialização das identidades mais notáveis do seu tempo. Assim se pautava um acirrado ataque à nobreza, por parte de um rei herdeiro de um outro que a nobilitara através de concessões e tenças, conferindo-lhe poderes agora colocados em debate político; os quais levariam Rui de Pina a considerar ter sido "uma lástima que Affonso V fosse rei"[839], por lhe parecer que aquele ditara a influência da nobreza mais próxima da Coroa sobre os destinos da governação de Portugal. Da acção política de D. João II – que fazia temer uma aristocracia que supunha poder voltar a ver o seu poder ser limitado[840] – resultaria tanto a execução de D. Fernando, 3º duque de Bragança, em Évora, no ano de 1483[841], como a elevação de um cunhado deste, D. Pedro de Meneses (até então 3º conde de Vila Real[842]), a 1º marquês de Vila Real, figura que o reverenciava com majestade[843]. Curiosamente, estes dois indivíduos viriam a ser tios de D. Catarina Henriques, religiosa de Odivelas, cuja biografia extravasa a cronologia da presente dissertação[844], embora tal não impeça que à semelhança de outras a consideremos enquanto exemplo da chegada da alta nobreza ao mosteiro de Odivelas nos primeiros anos do século XVI.

Contemporânea destes e outros episódios que alteravam o quadro social de Portugal[845], no reinado de D. Manuel I, na senda da reforma documental que levaria à *Leitura Nova*,

[839] PINA 1901, 6.

[840] Sublinhe-se que além da política de D. João I, a 2 de Novembro de 1436 D. Duarte proibira a abadessa e religiosas de Odivelas de emprazarem terras a homens nobres, "visto serem maus pagadores e não trazerem qualquer benefício ao dito mosteiro" (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.344).

[841] Seguir-se-iam as mortes, ocorridas em 1484, de D. João, marquês de Montemor (filho do 2º duque de Bragança), e de D. Diogo, duque de Viseu (filho do Infante D. Fernando). Cf. FONSECA 2006, 196-97.

[842] Filho de D. Fernando de Noronha, 2º conde de Vila Real (irmão de D. Pedro, arcebispo de Lisboa, e de D. Sancho de Noronha, 1º conde de Odemira), e neto materno de D. Pedro de Meneses, 1º conde de Vila Real, nobilitado no final do reinado de D. João I.

[843] FONSECA 2008, 60. A casa real de D. João II era assim composta por figuras da sua "irrestrita confiança" entre as quais "D. Diogo Ortiz, bispo de Tânger, o Doutor Fernão Rodrigues, prior do Crato, D. Álvaro de Castro, vedor da Fazenda, Antão de Faria, camareiro, e Pêro d´Alcáçova, secretário" somando-se a estes a casa de Almeida e o conde de Abrantes (cf. FONSECA 2008, 60-61).

[844] Por motivos cronológicos não nos foi possível identificar D. Catarina Henriques no inventário das religiosas do mosteiro de Odivelas que segue no **Anexo I**. D. Catarina Henriques era filha de D. Afonso, 1º conde de Faro e 2º conde de Odemira, e de D. Maria de Noronha, pelo que neta paterna de D. Fernando, 2º duque de Bragança, e neta materna de D. Sancho de Noronha, 1º conde de Odemira. Veja-se a sua entrada no título da «Casa de Bragança», no *Livro de Linhagens Novas* de Damião de Góis: "outra [filha] que he freira em Odivellas per nome dona Catarina Henriquez" (VASCONCELOS 2014, 85).

[845] Referimo-nos ao avanço das conquistas ultramarinas que, entre as suas "maiores razões para esta transfiguração da ordem militar" após o estabelecimento da paz com Castela, viriam a cambiar a condição militar da nobreza para a profissionalização dos homens armados, tornando-se o exército num "negócio e os soberanos, que dispunham de recursos para mantê-los às suas ordens, maior destaque ganhavam no cenário de poder" (cf. FONSECA 2008, 62-63).

urgia "a preocupação de estabelecer com luxo e precisão a "distinção" e a "origem" das famílias no quadro social e político da época" [846]. Assim sendo, em 1509 era concluído em pergaminho com ricas iluminuras aquele que daria pelo nome de *Livro Grande da Armaria* (ou do *Armeiro-Mor*), iniciado muitos anos antes a pedido de D. João II, segundo Machado de Faria[847]. Ultrapassando a própria componente heráldica, o *armorial* retratava de forma encadeada um complemento aos livros de linhagens medievais; importando-nos recordar que o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* continuava a ser, ao tempo, o códice luso mais prestigiado desta natureza. Nesse sentido, o desenvolvimento do interesse genealógico-heráldico nele contido relacionar-se-ia ainda numa sociedade em que a posição social era hereditária, e num contexto de difusão de uma cultura letrada, levando-nos a discutir se não seria uso prestado tanto à identidade individual como à de retracto completo de um grupo, de que poderão ser exemplo tanto os brasões pessoais que jamais ficariam excluídos, como as armas das principais casas de Portugal.

Afigurando-se esta conjuntura próxima do nosso horizonte hermenêutico, ao presente importar-nos-á identificar os seus títulos a partir do quinto capítulo do armorial, iniciado pelos oito escudos de armas de membros da família real, seguidos pelas " famílias que, por descendência dos reis portugueses, trazem as armas de Portugal, um quartel com elas ou parte das mesmas (…) [encontrando-se] misturadas com as de menor categoria e mais recente nobreza"[848]; as quais compunham um total de 287 famílias nobres, de diversas origens, portuguesa ou estrangeira, contando-se entre elas brasões pessoais[849].

Verificando-se certos defeitos do armorial datado de 1509 – entre eles a omissão de diversos timbres tão característicos da produção heráldica do período compreendido entre os anos de 1480 a 1530, enquanto símbolo de distinção da nobreza[850] –, por volta de 1521 e 1541 seria redigido um outro, por António Godinho, escrivão da câmara, intitulado *Livro da Nobreza e Perfeição de Armas* (ou da *Torre do Tombo*), que embora não tenha ficado isento de imperfeições, representando um número consideravelmente menor de brasões, serviria de guia na decoração da cúpula dos *Brasões da Sala de Sintra*.

[846] FILHO 2013, 111.
[847] FILHO 2013, 111-112. Sobre a autoria do códice veja-se FILHO 2013, 120-122 e FREIRE 1973, 9-16. Segundo Braamcamp Freire, este livro estivera inicialmente à guarda do armeiro-mor António Rodrigues, bacharel, rei de armas e juiz da nobreza, encontrando-se em 1899 na posse do próprio rei D. Carlos (cf. FREIRE 1973, 9).
[848] FILHO 2013, 114-113.
[849] Sobre a composição artística dos diversos escudos veja-se FILHO 2013, 115-120.
[850] PASTOREAU 2006 (cf. FILHO 2013, 122).

Ao presente, importando-nos a observação dos dois armoriais enquanto instrumentos de identificação de nomes de família, mais que de personagens, compreenderemos a nossa análise na senda da obra oitocentista de Anselmo Braamcamp Freire[851] dedicada à *sala dos veados* em cuja cúpula se desenham "trinta e dois veados no friso que circunda toda a sala, dezasseis, nos quatro membros da parede, na parte não afrontada pelo tecto; e por último, vinte e quatro nos quatro ângulos da sala"[852]. Seguindo a ordem iniciada no *Armeiro-Mor*, assim estariam "as armas no seu lugar e ordem, como haviam sido dadas antigamente"[853], pelo que aos Duques de Bragança e de Coimbra sucediam a casa do Marquês de Vila Real (Meneses); a dos condes de Odemira (Noronhas); a dos de Tentúgal (Melo[854]); dos de Penela (Vasconcelos); grande parte da casa de Noronha, com armas diferenciadas nos ramos dos de Odemira e dos condes de Valença; a dos condes de Marialva (Coutinhos), e ainda os condes de Monsanto (Castro[855]). A partir destes, cada brasão passa a corresponder directamente a uma linhagem com chefia única identificável, e já não ao espectro familiar possível a uma casa senhorial. A encabeçar este grupo surgiam os Ataídes (condes de Atouguia[856]), os Eças, um ramo de Meneses (condes de Cantanhede[857] e de Tarouca[858]), entre outros com familiares professas em Odivelas.

---

[851] Sobre o terceiro armorial ordenado por D. Manuel I, que "tinha o título de Livro antigo dos Reis d´Armas (…) desapareceu, quando o terremoto arruinou o Cartório da Nobreza" (cf. FREIRE 1973, 7).

[852] FREIRE 1973, 31.

[853] FREIRE 1973, 39. "Quem entra vê logo à sua direita, no friso do corte do tecto, as armas dos Noronhas. Vai lendo sempre para a esquerda até chegar às dos Côrte Riais, pegadas às primeiras; então passa para a carreira de veados, nas paredes, abaixo do friso, e continua a ler de Lemos em diante, sempre para a esquerda, até aos Soutomaiores. Chegando aqui, só ficam por ver os brasões pintados nos cantos da sala, e começa pelos do ângulo situado por baixo do lanço onde se vêem os Noronhas, e principiando em Lobatos e seguindo sempre para a esquerda, vem acabar nos Borges, o último dos brasões sobre a porta da entrada" (FREIRE 1973, 31). Veja-se a planta esquemática produzida pelo Conde de Sabugosa em "O Paço de Cintra" e reproduzida na obra de Braamcamp Freire (cf. FREIRE 1973, 32).

[854] Título nobiliárquico relativamente recente, de juro e herdade, criado por D. Manuel I em 1504 a favor de D. Rodrigo de Melo, descendente da Casa de Bragança – porque filho primogénito de D. Álvaro de Bragança, e neto de D. Fernando, 2º duque de Bragança –, e posteriormente elevado a Marquês de Ferreira por D. João III em 1533.

[855] Recorde-se que D. Álvaro de Castro, 1º conde de Monsanto, era tio paterno de D. Joana de Castro, abadessa de Odivelas (veja-se a entrada biográfica **64** de **D. Joana de Castro**).

[856] Já antes havíamos mencionado D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1º conde de Atouguia, como tio-avô de D. Joana de Castro, abadessa de Odivelas (veja-se a entrada biográfica **64** de **D. Joana de Castro**).

[857] Título nobiliárquico conferido por D. Afonso V em 1479 a D. Pedro de Meneses, senhor e 1º conde de Cantanhede, dos Meneses que havíamos referido a propósito do segundo casamento do Dr. Gonçalo Mendes da Silveira, pai de D. Inês da Silveira, religiosa de Odivelas, falecida em data anterior a 1525, pelo que a cremos contemporânea dos armoriais (veja-se a entrada biográfica **52** de **D. Inês da Silveira**).

[858] Título nobiliárquico concedido por D. Manuel I a D. João de Meneses, filho de D. Duarte de Meneses, 1º conde de Viana, e neto paterno de D. Pedro de Meneses, 1º conde de Vila Real, que casara em primeiras núpcias com Margarida de Miranda, irmã de D. Violante de Sousa (ou [de Miranda]). Veja-se a entrada biográfica **112** de **D. Violante de Sousa (ou [de Miranda])**.

Consultada a lista de casas titulares existentes em Portugal a partir de 1385 elaborada por Nuno Gonçalo Monteiro, verificamos que da única criada em data anterior a 1390, em número sempre crescente passariam a dezasseis em 1520[859]. Identificando entre estas as famílias da *fidalguia de linhagem e armas* do reino, após a discussão que lavrámos no subcapítulo anterior, compreenderemos agora que chegados ao início do século XVI

> At the base was a vast and imprecise category of "simple nobility" and the knights who wore habits, which included all those who had licentiateships and bachelor's degrees, high-ranking army officers, militias and orderlies, wholesale traders, judges and councillors from an indeterminate number of towns and cities, and a large section of the restricted group of public servants. In short, all those who "lived nobly"[860].

Da leitura individual dos setenta e dois brasões, alcançámos um total de dezanove freiras que entroncam directamente com pelo menos uma das linhagens retratadas, não sendo caso isolado que algumas delas se aparentem com outras através de parentescos colaterais ou artificiais, mais ou menos próximos[861]. Na cronologia em discussão, permitindo suportar-nos na obra de Braamcamp Freire, identificamos em Odivelas – ainda que nem sempre as consigamos filiar, limitando-nos a registar-lhes o resultado da coincidência dos seus apelidos com os estudados naquela obra – religiosas pertencentes às linhagens dos **Noronhas** (Isabel Perestrelo[862] e D. Antónia de Noronha); **Castro** (D. Joana de Castro e D. Guiomar de Castro); **Sousas** (D. Violante de Sousa (ou [de Miranda]) e D. Violante de Sousa); **Pereira** (Isabel Pereira); **Melo** (D. Catarina de Melo); **Silva** (D. Isabel da Silva e D. Beatriz da Silva); **Azevedo** (Beatriz de Azevedo); **Abreu** (Isabel de Abreu e Guiomar de Abreu); **Cabral** (D. Violante Álvares Cabral); **Miranda** (D. Violante de Sousa (ou [de Miranda]); **Tavares** (Beatriz Tavares); **Costa** (D. Mécia da Costa e Filipa da Costa); **Teixeira** (Catarina Teixeira II), e **Borges** (Catarina Borges).

Descontando-se deste rol, por motivos cronológicos, quinze religiosas documentadas em meados do século XV, anteriores aos reinados de D. Manuel I e D. João III[863], sendo contemporâneas umas das outras, a maior parte das religiosas odivelenses supra referidas

[859] MONTEIRO 2003b, 4.
[860] MONTEIRO 2003b, 3.
[861] Atente-se para o caso dos Ataídes e os Castros, parentes de D. Joana de Castro, ou os Meneses, com os quais se relacionam as religiosas D. Violante de Sousa (ou [de Miranda]) e D. Inês da Silveira).
[862] Recorde-se a respeito destes que Isabel Perestrelo gerara um filho de nome D. João de Noronha.
[863] Referimo-nos a D. Leonor de **Sousa** (doc.1434-79); a Leonor **Pereira** (doc.1458-74); a Isabel Gomes de **Azevedo** (doc.1458-72); a D. Inês [de **Abreu**] (doc.1458-89); a D. Violante de **Carvalho** (doc.1455-66); a Catarina **Teixeira** I (doc.1472-89); a Beatriz de **Góis** (doc.1429-45); a D. Beatriz Lourenço **Barreto** (doc.1408-53) e Leonor **Barreta** (doc.1458-74); a cinco religiosas da linhagem dos Pimentéis (**Pimentel**), cujo brasão de armas figura em 64º lugar); e a Catarina Vasques de **Aguiar** (doc.1464-73).

figuram no mosteiro na viragem do século XV para o XVI, e ao longo das quatro primeiras décadas da centúria.

Tomando como ponto de partida o decorrer do abadessado de D. Mécia de Alvarenga, até ao final da nossa cronologia alcançamos um total de 29 religiosas, entre as quais a própria e as dezanove que havíamos referido anteriormente, às quais se juntavam outras de linhagens que tendo ficado ausentes das pinturas do tecto da sala do paço de Sintra[864], viam os seus nomes de família perpetuados no *Armeiro-Mor*, a saber: **Silveira**[865] (D. Inês da Silveira), **Xira**[866] (Joana de Xira) e **Teive**[867] (Leonor de Teive). Quanto às restantes: uma era filha natural de um cavaleiro da casa real nomeado apenas com nome e patronímico, ignorando-se a origem do que a própria usava (Antónia Lopes[868]); duas viriam a ter a sua genealogia registada no nobiliário de Damião de Góis, embora não tenham vivido o suficiente para o saber (Beatriz **Leite** e Joana **Pantoja**); e sobre as últimas três, incapazes de as filiarmos, pouco ou nada sabemos (Maria de Bobadela, Catarina Fernandes II e Joana Draga).

Se em finais do século XIV apenas aparentávamos nove religiosas de Odivelas às velhas linhagens medievais registadas no nobiliário do conde D. Pedro, mais de um século depois a identificação de vinte e cinco religiosas oriundas da nobreza num total de vinte e nove denota as experiências entretanto vividas. Como lembrava António José Saraiva,

> A nobreza local, a que ficou registada nos livros de linhagens, afundou-se, ao que parece, na catástrofe de 1383. Mas outra se criou, com origem nos filhos e netos de D. João I e de Nun´Álvares, cujo poder não é já propriamente local, mas nacional, pois se entende indiscriminadamente de norte a sul do território. Esta nobreza estava no topo da corte. É com ela que D. João II tem de se haver, não podendo evitar que um dos seus principais representantes, D. Manuel, filho do duque de Viseu, venha a herdar o trono[869].

É precisamente esta nobreza que se vislumbra a ocupar todos os cargos da hierarquia conventual de Odivelas no início do século XVI. Longe iam os tempos em que os patronímicos nos impediam de perscrutar hipóteses de filiação às religiosas que tinham antecedido estas em Odivelas, as quais, surgindo agora com nome de família, não raras

---

[864] Cumpre assinalar a representação de quatro outros brasões de armas presentes no *Armeiro-Mor*, relativos a famílias de religiosas de Odivelas do século XV, a saber: **Farinha** – Joana Farinha (doc.1437), caso tenha realmente professado –, **Ornelas** – Joana Gonçalves d´Ornelas (doc.1458-79) –, **Gorizo** – Isabel de Gorizo (f. ant.1470) – e **Amaral** – Leonor do Amaral (doc.1474), embora nos pareça arriscado aparentar esta religiosa com a chefia desta casa. Veja-se a entrada biográfica **75** de **Leonor do Amaral**.

[865] ANTT, *CR, Cartório da Nobreza*, Liv.19, fl.68.

[866] "Armas de Velxira Chefe" (ANTT, *CR, Cartório da Nobreza*, Liv.19, fl.107).

[867] ANTT, *CR, Cartório da Nobreza*, Liv.19, fl.117.

[868] Embora fosse filha de uma Filipa de Morais, optámos por não a considerar como pertencente a esta família com brasão de armas referido nos últimos fólios do Armeiro-Mor (ANTT, *CR, Cartório da Nobreza*, Liv.19, fl.125v.). Veja-se a entrada biográfica **4** de **Antónia Lopes**.

[869] MONTEIRO 2003a, 3.

vezes o adoptavam por via materna, constituindo uma linha de sucessão onomástica radicalmente inovadora.

Alguns meses antes de o bacharel António Rodrigues assinar e selar com as suas armas, em Lisboa, a 15 de Agosto de 1509[870], o livro do *Armeiro-Mor*, surgira pela primeira vez em São Dinis de Odivelas uma *monja* de nome «Violante Álvares»[871], que dentro de alguns anos passaria a surgir com o identificativo nome de **Violante Álvares Cabral**; a qual, de *cantora* em 1516[872], logo ascenderia a *abadessa* no ano seguinte[873]. Cremos que por motivos de saúde se terá retirado do cargo de prelada D. Mécia de Alvarenga, surgindo entre Maio de 1517[874] e Dezembro de 1519[875] enquanto "abadessa a velha" ou "abadessa que foi". Fora pois durante o abadessado desta, no decorrer do longo reinado de D. Afonso V e já entrado o de D. João II, que a maior parte dos nomes que vimos a identificar se haviam aproximado do mosteiro, por motivos que, carecendo de provas documentais, não raras vezes desconhecemos.

Oriunda da fidalguia pertencente às casas de membros da família real e a ordens religiosas, que a partir da segunda metade do século XV se viriam a ocupar das viagens de exploração marítimas, D. Violante Álvares Cabral – "mulher de alto sentido de responsabilidade e muito interesse pelas artes e letras"[876] –, figura envolta em diversos atributos panegíricos, que seria responsável por uma relevante intervenção cultural na vida das monjas de Odivelas, de que foram exemplo a representação do *Auto da Cananea* de Gil Vicente na igreja do mosteiro em 1534, e as duas fases de obras de restauro do edifício do mosteiro motivadas por dois violentos terramotos ocorridos, respectivamente, em 1531 e 1536[877].

Tendo D. Violante Cabral falecido algures neste último ano[878], e a *prioresa* Joana de Xira algures no ano anterior[879], a esta última viria a suceder Beatriz de Azevedo, que em 1535 se documentara em duas datas distintas, primeiro como *soprioresa*[880], e dentro de alguns meses como *prioresa*[881], mantendo-se neste cargo até ao término da nossa

[870] Cf. FREIRE 1973, 9.
[871] ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.53 (12.Fev.1509).
[872] ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.93 (11.Jun.1516).
[873] ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.19 (30.Mar.1517).
[874] ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.292; Liv.10, FL.335-336 (18.Mai.1517).
[875] ANTT, OC, MSDO, Liv.20, fl.10-18; Liv.43, fl.XXVIv. (28.Dez.1519).
[876] MIRRADO 2016, 90.
[877] Veja-se o que a propósito disto referimos na entrada biográfica **110** de **D. Violante Álvares Cabral**.
[878] Documenta-se pela última vez a 29 de Janeiro de 1536 (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.72).
[879] Veja-se a entrada biográfica **73** de **Joana de Xira**.
[880] ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.318 (04.Ago.1535).
[881] ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.132-139 (13.Out.1535).

cronologia, em Janeiro de 1537[882]. Em 1535 documentar-se-iam ainda D. Beatriz da Silva, *bolseira*, Joana Pantoja, *vestiária*, Isabel Pereira, *celeireira*, e D. Isabel da Silva, *sacristã*. É de notar a ausência de D. Joana de Castro, que se documentara enquanto soprioresa até 1531[883], e a quem sucedera a própria Joana de Xira, que à data ainda seria *cantora*, ao tempo em que Maria de Bobadela era *prioresa* (1518-1532). Perante a inexistência de uma prioresa, o pontual hiato documental que decorre no cartório de Odivelas entre 1532 e 1537 levar-nos-ia a supor que D. Joana de Castro tivesse ocupado o cargo – dele transitando para o de abadessa –, embora nele não se documentasse, nem em nenhum outro, caso Beatriz de Azevedo o não ocupasse em 1535.

Em Agosto de 1537, ia sensivelmente a meio o seu primeiro ano de abadessado, um seu familiar, D. Rodrigo de Castro, solicitou a D. João III que lhe metesse em Odivelas duas filhas, dado o seu estado de pobreza resultante dos gastos empregues no serviço ao rei. Contudo, ignoramos se de facto aí terão professado essas senhoras, atendendo a que Damião de Góis não identifica filhas religiosas a *Dom Rodrigo de Castro, chamado o de Monsanto*, filho bastardo de D. Álvaro de Castro, 1º conde de Monsanto, pelo que primo-direito por bastardia da dita D. Joana de Castro[884]. Por via da descendência bastarda deste seu tio, teria uma prima abadessa de Santa Clara de Coimbra[885], e três primas em segundo grau – filhas de D. Joana de Castro, casada com D. João de Noronha, filho de D. Fernando de Noronha, 2º conde de Vila Real – professas, uma "no mosteiro da Conceição de Beja, e duas que forão freiras no mosteiro de Jhesus de Aveiro"[886]. Desconhecendo assim de que forma seria aparentada com a sua *soprioresa* D. Guiomar de Castro, em 1537 a abadessa D. Joana contaria na sua *entourage* com nomes bastante identificativos da intromissão nos destinos de Odivelas das linhagens nobres do reino que vimos a discutir, entre os quais Beatriz Tavares, *bolseira* e *cantora-mor*; Isabel Pereira, *celeireira*, e D. Antónia de Noronha, *escrivã*; que transitavam no mesmo cargo do abadessado anterior.

Todas estas senhoras haviam presenciado a visita do Abade Dom Edme de Salieu a Odivelas em 1532, que aí chegara vindo da sua visitação a todas as comunidades cistercienses de Portugal e Espanha. Decorriam então as primeiras obras de restauro após o terramoto do ano anterior, quando o abade de Claraval, admirando o rigor monástico

[882] ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.268-271 (03.Jan.1537).
[883] ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.8-14 (02.Jan.1531).
[884] VASCONCELOS 2014, 270-71. As quatro filhas identificadas teriam todas elas casado, D. Joana com João Fernandes Cabral; D. Guiomar com João Rodrigues de Vasconcelos; D. Isabel com D. Fernando de Castro; e D. Antónia com um Lobo, da linhagem dos barões de Alvito (cf. VASCONCELOS 2014, 270).
[885] VASCONCELOS 2014, 265.
[886] VASCONCELOS 2014, 267.

em que viviam as religiosas, decidiu pedir ao rei D. João III a transferência de freiras de São Dinis de Odivelas para Santa Maria de Almoster, para reformarem este cenóbio. Já em 1522, aquando da reformação sob auspícios de D. Francisco da Fonseca, bispo de Titópolis, pelos mesmos motivos aí se haviam recrutado monjas para irem reformar aquele mosteiro e o de São Bento de Cástris. Sendo este, por certo, um dos eventos mais marcantes vividos em Odivelas no término da nossa cronologia, importa atender que residindo então dentro de portas 90 religiosas[887] – apenas mais dez que as 80 com que a casa fora fundada em 1295, mantendo-se essas *Religiosas de veo negro* à morte de D. Dinis em 1325 –, aí teriam continuado 70 monjas, 5 noviças e 14 irmãs conversas, pelo que a ter sido deferido o pedido do abade de Claraval só se teria transferido uma freira. Tendo sido sempre esta a dimensão do mosteiro, no início do século XVI como ao longo do nosso intervalo cronológico, as cerca de trinta freiras ora identificadas compõem um terço significativo que nos serve de modelo para retratar os vestígios deixados pela documentação.

Após termos atribuído à presença de D. Filipa de Lencastre e da Infanta Santa Joana Princesa a chegada das primeiras linhagens da alta nobreza a Odivelas em finais do século XV; entregando a D. Mécia de Alvarenga as características que intermediavam várias origens familiares de um grupo social compósito em transformação, coabitando na corte e na cidade, e espelhadas em armorial e em nobiliário; ou ainda observando os parentescos que através da cidade de Lisboa viriam a vincular entre si do ponto de vista genealógico a maioria dos nobres nobilitados a partir da regência do Infante D. Pedro e ao longo do reinado de D. Afonso V; importava-nos definir o problema com a maior clareza, tratando de saber que grupos participavam na distribuição do poder à escala nacional, que interagindo com outros se serviam do mosteiro de São Dinis de Odivelas enquanto palco de manifestação de redes dessa constante estratégia de afirmação social e política tecida através da proximidade ao poder régio ao longo de gerações e de séculos

A nossa interrogação inicial leva-nos a passos largos para um último ponto de chegada, a resposta que nos vem acompanhando desde a ideia central desta dissertação. Quer nos séculos XIII/XIV como nos séculos XV/XVI, Odivelas tornara-se um centro estratégico de influências vinculadas a laços familiares da elite social portuguesa que marcava o timbre próprio de cada tempo, a qual, a partir da cidade de Lisboa passara a exercer relevância económica e política por todo o reino, cada vez mais gravitando na órbita de

[887] MIRRADO 2016, 79.

uma Coroa da qual dependia. Estava ultrapassada a condição do rei como *primus inter pares* da nobreza, esses "agora lobos tais", argumento figurado que ousamos transcrever do *Auto da Cananea* de Gil Vicente representado em Odivelas em 1534, os quais estavam para o seu tempo conforme um dia D. Dinis o esperara através dessa sua última morada.

> (…)
> Que sempre os vossos fins
> concertem com o começo[888].

[888] VICENTE 1959, vol.II.

IV. O Poder do Urso

O ponto em que nos encontramos permite-nos já uma série de conclusões, que nos levam a retomar certas afirmações anteriormente apresentadas, ora cotejadas com o conteúdo recolhido num longo balanço cronológico, que iniciado em finais do século XIII se concluí na primeira metade do século XVI. Discorrendo numa lógica geracional, assim foi crescendo a tabela prosopográfica, alcançando um total de 115 religiosas dispersas por cerca de dez reinados. Urge já que a par deste excurso narrativo e documental se expliquem as intenções para com a argumentação direcionada em dois pontos essenciais da leitura de redes de poder formadas a partir de Odivelas.

Enquadrando-se num espaço geográfico a que correspondiam carreiras pessoais que em breve se tornariam marcas de origem familiar, da leitura dos bens patrimoniais que as primeiras monjas levavam para o mosteiro se retira o cunho marcadamente urbano desta comunidade cisterciense. Reproduziam-se então na urbe os mecanismos de articulação de grupos de poder que medram do projecto de D. Afonso III, de desenvolvimento de um novo mundo social a partir do estímulo dado às oligarquias urbanas e a uma nobreza de corte emergente ao tempo de D. Afonso IV, cujos principais intervenientes levariam autores como Luís Miguel Rêpas a assinalar que, "durante todo o século XIV, o Mosteiro de Odivelas não exerceu qualquer atracção sobre a alta nobreza"[889]. Porém, tendo identificado um pequeno grupo de origem nobiliárquica que aí se formara, comprovamos a possibilidade de duração de uma genealogia inicialmente partilhada sobretudo entre algumas das primeiras abadessas, até gerações de filhas ou parentes de cortesãos, oficiais concelhios e da Coroa, escudeiros e cavaleiros, vereadores e alcaides. Todos estes formavam uma principalidade urbana e rural a partir da cidade de Lisboa, elevando-se num incentivo espiritual de que era factor uma própria consciência social em consolidação, ao tempo em que a velha nobreza rural caminhava em direcção ao ocaso.

Por palavras de Luís Krus, "finalizava então, com a refundição de 1380-1383 do Livro de Linhagens, um discurso sobre as origens da nobreza que se iniciara um século antes com o Livro Velho"[890]. Assim teria começado, segundo o autor, "a revolução de 1383", num país real relativamente ao qual até à data as grandes linhas da historiografia vinham a vincular uma ideia geral que continuava por aprofundar. Uma vez discutidas estas conclusões, atendendo às proposições do nosso objecto de estudo, concluímos que tal

[889] RÊPAS 2021, vol. I, 356.
[890] KRUS 1989, 572.

reestruturação da organização social da aristocracia do reino não se terá verificado, senão, na segunda metade do século XV, tendo os descendentes dos biografados nos nobiliários da centúria anterior avançado em direcção a Alfarrobeira ainda com o pendão e a caldeira herdados de avoengos ricos-homens, a par de outros detentores de uma notabilidade recentemente adquirida por via dos postos em que haviam servido a Coroa. Uns e outros encontrariam espaços próprios na nova arqueologia de poder em construção no período da regência do Infante D. Pedro e fundamentada durante o reinado de D. Afonso V.

Num centro estratégico de influências vinculadas a laços familiares, solo apartidário, embora nunca neutro, coabitavam monjas provenientes de diversas origens genealógicas e políticas, formando redes de parentesco e poder que nos levam a pesar a expressividade da presença nobiliárquica em Odivelas. Nem tão pouco a presença de Fafes de Lanhoso, Portocarreiros, Molnes e Pimentéis o comprovam, como a cidade não era, ainda, na viragem do século XIV para o século XV, da nobreza que se destaca entre Aljubarrota e Alfarrobeira. Ao longo do nosso raciocínio encontrámos todas estas famílias a gravitarem em torno da Coroa, consorciando-se de forma a inserirem a sua genealogia nos anais de memorialização nobiliárquicos.

As nossas ilações deixam em aberto diferentes caminhos de análise sobre um tema que a objectiva nos levava a discutir de forma a que oferecesse, em lugar de destaque, uma leitura sobre o mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas através do seu riquíssimo *corpus* documental. Reconhecemos portanto que se tenham tomado de um raciocínio monográfico próprio soluções que completassem lacunas que a historiografia tradicional vinha a cristalizar.

Debruçados com detalhe sobre as religiosas cujos avoengos e parentes mais próximos, tomando parte do jogo político, se filiavam numa elite que entrando reforçada na segunda metade do século XV se tornava indispensável para a compreensão da natureza da cidade de Lisboa como espaço de actuação desta "nova nobreza", alcançávamos o primeiro ponto. Umas por identificativos patrimoniais; outras por estrita ascendência; terceiras pela utilização de apelativos que por si só as documentavam; da observação individual das religiosas começa-se a traçar um perfil social pouco indiscreto, que na viragem do século atraía a Odivelas uma amostra considerável da alta nobreza nobilitada do reino. Do primeiro ponto ressaltava a verificação do segundo, num esclarecimento que defende uma das principais linhas de raciocínio seguidas na presente dissertação, ao ponto de lhe conferir título: a real intenção do monarca aquando da fundação do mosteiro.

Reza a lenda – vinculada pela historiografia tradicional que procura antever no projecto dionisino uma forma de agradecimento a certa protecção celestial – que andando certo dia D. Dinis à caça pelo termo de Beja, "junto de umas rochas na ribeira do Guadiana, encontrou um urso, conhecido na região por ser de grande ferocidade"[891]. José Augusto de Sottomayor Pizarro descreve-nos o episódio miraculoso, posto que à perseguição ao animal aquele o teria atacado, socorrendo-se o rei de São Luís, bispo de Tolosa, cuja hagiografia vinha à data a somar milagres. Há muito que lhes entroncámos uma genealogia e um projecto régio comuns, assim se compreendendo o nível de afeição que o rei de Portugal dedicava àquele santo a quem mandara já fazer uma capela no mosteiro de São Francisco de Beja. Morta a fera, as motivações particulares do monarca conduziriam à fundação de um mosteiro de particular invocação, espaço de protecção espiritual e económica. Não tendo a mais recente empreitada de requalificação da arca sepulcral identificado qualquer marca do ataque lendário, estas linhas são escritas ao momento em que se encerra um túmulo para se abrirem novas discussões.

Ao presente, o "milagre fundacional" leva-nos ao nível principal da nossa análise, um ponto que nos acompanhou ao longo de toda a cronologia, quando aos primeiros anos do século XIV afluem a Odivelas figuras pertencentes a uma emergente e heterogénea elite urbana sediada em Lisboa, que devia a sua relevância política à proximidade da Coroa e da administração concelhia da cidade. Tendo como pilar interrogativo que se trataria de uma investigação sobre Odivelas, através da relação do mosteiro com os grupos urbanos e nobiliárquicos da cronologia em análise, a partir do campo prosopográfico, dirigido de forma objectiva às religiosas odivelenses – que seguirá em *fase* própria –, percebemos até que ponto os dados recolhidos explicavam o cômputo geral do reino. Não fora a vida monástica peça estratégica para o funcionamento do mecanismo de ascensão social das linhagens do século XVI, e dificilmente aí encontraríamos uma nobreza estabilizada que, embora não fosse de prever à morte de D. Dinis, nem *quiçá* tão pouco nos reinados que se viriam a seguir, viveria naquele mosteiro de fundação régia no qual um dia se mandara sepultar um rei que prenunciara a derradeira transformação social de todo o reino. Num momento de crepúsculo de um tempo que se avizinhava, repousando na igreja do mosteiro de Odivelas com a solenidade de um poder suportado por uma figura de bestiário, um possível urso que, aludindo ao suposto episódio biográfico experienciado em vida, aí sustentava o sucesso tardio do projecto régio.

[891] PIZARRO 2005, 136.

SEGUNDA FASE

CATÁLOGO PROSOPOGRÁFICO

Índice | Religiosas do Mosteiro de Odivelas (1295-1537)

1. D. Aldonça Pimentel
2. Aldonça Vasques do Rego
3. D. Antónia de Noronha
4. Antónia Lopes
5. Beatriz de Azevedo
6. Beatriz de Góis
7. Beatriz de Gusmão
8. Beatriz Esteves I
9. Beatriz Esteves II
10. Beatriz Leite
11. Beatriz Lourenço Barreto
12. D. Beatriz da Silva
13. Beatriz Tavares
14. D. Berengária Martins Pimentel
15. Branca Lourenço
16. Branca Martins
17. Catarina Anes
18. Catarina Domingues
19. Catarina Borges
20. Catarina Esteves
21. Catarina Fernandes I
22. Catarina Fernandes II
23. Catarina Gonçalves
24. Catarina Martins I
25. Catarina Martins II
26. Catarina Martins [Pimentel]
27. D. Catarina de Melo
28. Catarina Teixeira I
29. Catarina Teixeira II
30. Catarina Vasques (ou Vaz) de Aguiar
31. Clara Peres
32. Constança Anes Mourela
33. Constança Domingues
34. Constança Lourenço [de Portocarreiro]
35. Constança Lourenço I
36. Constança Lourenço II
37. Constança Martins
38. Constança Martins [de Basto]
39. Constança Miguéis
40. Constança Rodrigues
41. Elvira Fernandes [Fafes de Lanhoso]
42. Filipa da Costa
43. D. Filipa [de Lencastre] (ou de Coimbra)
44. Guiomar de Abreu
45. D. Guiomar Anes [do Paço ou Reinha]
46. D. Guiomar de Castro
47. D. Inês [de Abreu]
48. Inês Álvares
49. Inês Martins de Paz
50. D. Inês de Molnes
51. Inês Peres
52. D. Inês da Silveira
53. Inês Vasques [Leitão]
54. [D.] Isabel de Abreu
55. Isabel d´Andreste
56. Isabel Fernandes [de Resende]
57. Isabel Gomes de Azevedo

58. Isabel de Gorizo
59. Isabel Pereira
60. Isabel Perestrelo
61. D. Isabel da Silva
62. Isabel Vasques de Alvarenga
63. Infanta D. Joana (ou Santa Joana Princesa)
64. D. Joana de Castro
65. Joana Dias
66. Joana Draga
67. Joana Farinha
68. Joana Gil
69. Joana Gonçalves d´Ornelas
70. Joana Martins
71. Joana Martins Bulhoa
72. Joana Pantoja
73. Joana de Xira
74. Leonor Afonso
75. Leonor do Amaral
76. Leonor Barreto
77. D. Leonor Martins
78. Leonor Martins, a *Baixa*
79. Leonor Martins Alvernaz
80. Leonor Pereira
81. D. Leonor de Sousa
82. Leonor de Teive
83. [D.] Leonor Vicente
84. Madalena Fernandes
85. Maior Lopes
86. Maior Martins (ou Maior Esteves)
87. D. Maria Afonso
88. Maria Anes [do Outeiro]
89. Maria Anes Raimundo
90. Maria de Beça
91. Maria de Bobadela
92. Maria Domingues
93. Maria Esteves de Santarém
94. Maria Juliães
95. Maria Lourenço
96. Maria Mendes
97. D. Maria Nunes
98. Maria Peres
99. Maria Vasques
100. D. Mécia de Alvarenga
101. Mécia da Costa
102. D. Ouroana Pais de Molnes
103. *Pomba*
104. Sancha Gomes
105. Teresa Anes Palhavã
106. Teresa Gonçalves Coutinha (ou [da Fonseca])
107. D. Teresa Mendes
108. D. Urraca Pais de Molnes
109. Violante Afonso [do Casal]
110. D. Violante Álvares Cabral
111. D. Violante de Carvalho
112. D. Violante de Sousa (ou [de Miranda])
113. Violante de Sousa
114. Violante Vasques
115. [D.] Violante Vasques

1. D. Aldonça Pimentel
Abadessa (1379-1425)

A biografia de D. Aldonça Pimentel foi já alvo de estudo por parte de Luís Miguel Rêpas[892], que à semelhança do que fez com outras religiosas do Mosteiro de Odivelas do século XIV lhe elencou um sumário rigoroso de documentos nos quais surge mencionada. A família e demais aspectos genealógicos relacionados com esta religiosa foram sendo abordados ao longo da presente dissertação, pelo que ora nos restará concluir a nossa discussão numa síntese acompanhada pela consulta da sua respectiva genealogia[893].

Filha de **João Afonso Pimentel** e de **Constança Rodrigues de Morais**, pais de "dous filhos e duas filhas", as quais *ham d´aver comeduras enteiiras* no Mosteiro de São Salvador de Grijó[894]; segundo o Conde D. Pedro, este casal apenas teria tido três filhos: "Rodrigo Afonso, freire de Santiago, e duas filhas"[895], cujos nomes se desconhecem. Assim sendo, defendemos que uma delas seria Aldonça Pimentel, e a segunda a suposta Inês Pimentel[896], casada com Vasco Martins Leitão[897], pais da religiosa Inês Vasques.

A longevidade de seu pai documenta-o ao longo de grande parte e em momentos cruciais do século XIV, surgindo desde logo entre um dos quarenta fidalgos apresentados por D. Afonso IV em 1328[898]; em 38º lugar numa extensa lista na qual consta um seu primo direito, João Rodrigues Pimentel, filho de Rui Vasques Pimentel. Em 1357, D. Pedro I nomeia-o alcaide de Bragança, detendo o senhorio dessa vila transmontana[899]. Segundo José Augusto de Sottomayor-Pizarro, já teria falecido em 1365, quando os seus filhos recebem por inteiro a comedoria no mosteiro de São Salvador de Grijó, pertencendo aqueles à família patronal por via materna[900].

---

[892] RÊPAS 2021, vol. II, 407-439. Uma vez mais agradecemos a Luís Miguel Rêpas o extenso trabalho desenvolvido na sua tese de doutoramento cuja consulta, sobretudo do Anexo I.5.6 tanto nos auxiliou.
[893] Veja-se o **Esquema Genealógico § 9 (Pimentel I)**.
[894] PIZARRO 1987, 69.
[895] LL35D3.
[896] Veja-se que o nome «Inês» seria caro para os Pimentéis, uma vez que a irmã de João Afonso se chamava precisamente Inês Afonso Pimentel, casada com Soeiro (ou Sancho) Martins de Barbosa (SOUSA 2000, 221). Inês Vasques [Leitão] homenagearia, assim, essa sua tia-avó.
[897] Veja-se a entrada biográfica **53**, relativa a sua filha, **Inês Vasques [Leitão]**.
[898] Por ocasião da celebração do tratado de 25 de Março de 1328 com Afonso XI de Castela (ANTT, Gavetas, gav.8, mç.11, nº5; SOUSA 2000, 138).
[899] PIZARRO 1987, 117, nts. 247, 248 e 249.
[900900] Este ramo dos Pimentéis ter-se-ia aproximado do Mosteiro de São Salvador de Grijó por via do casamento de dois irmãos (João e Rodrigo Afonso Pimentel) com duas irmãs (Constança e Inês Rodrigues de Morais). PIZARRO 1987, 284-85.

Supomos-lhe alguma proximidade com a abadessa Berengária Martins Pimentel, por via de ser esta prima direita de João Afonso Pimentel (pai de Aldonça Pimentel), e tia do ramo dos de Resende descendentes de Vasco Martins, que cremos avô de Joana Gil, dona professa de Odivelas. Tendo destacado ao longo da dissertação as teias de relações que aproximavam os Pimentéis à cidade de Lisboa, parece-nos conducente considerar que teriam privilegiado por uma presença constante no mais importante mosteiro cisterciense da região, tomando os destinos da casa conventual durante mais de meio século.

Segundo a documentação recolhida no cartório de Odivelas, e anteriormente publicada por Luís Miguel Rêpas, em 1398[901] D. João I agraciou a abadessa D. Aldonça com a doação de uma quintã na ribeira de Odivelas, inicialmente na posse de Lopo Fernandes Pacheco, e que no entretanto transitara para Mestre Martinho, físico do rei, o qual, juntamente com a sua mulher Joana Martins, em 1404 vendera a quintã, composta por casas, ribeira e vinhas, a dois casais por duzentas dobras castelãs de bom ouro pesadas e examinadas por Afonso Peres, ourives[902]. Sabemos também que D. Aldonça Pimentel terá tido pelo menos um criado, João Vasques[903], morador no próprio mosteiro, o qual virá a ser monteiro do rei D. João I; desconhecendo nós se seria criado do mosteiro ou, de facto, da própria abadessa – podendo tal evidência levar-nos a considerar que o facto de ter professado numa casa monástica não retiraria a esta nobre fidalga a possibilidade de manter certos preceitos nobiliárquicos. É certamente o mesmo *João Vasques*, morador na aldeia do Mosteiro de Odivelas, que juntamente com a sua mulher e com Domingos Anes, ovelheiro, e a mulher deste, Maria Domingues, moradores no Lumiar, a 23 de Janeiro de 1405 doaram à abadessa uma quinta na ribeira de Odivelas, com suas confrontações. Formavam estes quatro indivíduos os dois casais de compradores da quintã de Mestre Martinho, e na esteira do que Luís Miguel Rêpas levantou a propósito da legitimidade da apropriação da quintã por parte do rei naqueles primeiros anos do século XV, até que ponto não se poderá tratar de estratégia da própria abadessa em reaver um bem que lhe havia pertencido[904]. Membro de uma família da velha nobreza "regenerada" no século XIV, composta por alguns membros que apesar de terem apoiado a causa do Mestre de Aviz se caracterizavam por se terem incompatibilizado com as políticas deste quando rei,

[901] 29.Out.1398 (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.12).
[902] 04.Fev.1404 (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.12).
[903] Referido enquanto "criado da abadessa de Odivelas" (25.Nov.1413; ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.204), continuaria a sê-lo mesmo após ter sido nomeado monteiro do rei D. João I (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.117; Liv.11, fl.18 e Liv.26, fl.176 e 177. Seria João Vasques do Rego, irmão de Aldonça Vasques do Rego, monja de Odivelas a partir de 1435?
[904] Veja-se RÊPAS 2021, vol. II, 408.

até que ponto não poderemos retirar deste episódio um exemplo da operacionalidade concreta das acções do monarca no controle de uma nobreza que, neste caso, operava as suas esferas de influência em torno do Mosteiro de Odivelas, estrategicamente próximo da cidade de Lisboa e então de assinalável importância, ao ponto de ser opção de retiro da própria família real aquando da peste em 1415, que viria a vitimar a rainha D. Filipa.

Documentada ao longo de quarenta e seis anos (entre 1379 e 1425) – definitivamente o maior abadessado da cronologia contemplada na presente dissertação –, D. Aldonça Pimentel é mencionada pela última vez a 14 de Agosto de 1425, pelo que cremos que terá falecido algures por volta dessa data.

Surge referida em 110 documentos[905].

[905] Surge referida como *abadessa* a **03.Ago.1379** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.368), a **28.Abr.1383** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.12v.-13), a **02.Mai.1383** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.12v.-13v.; cópia passada a 21.Jun.1398 no claustro da Sé de Lisboa a pedido do procurador do mosteiro, Gonçalo Domingues, cónego da Sé), a **18.[??].1385** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.367; já antes de nós Luís Miguel Rêpas havia chamado à atenção para o facto de só se conseguir ler "Ma(…)o", ficando a dúvida entre os meses de Março e Maio (RÊPAS 2021, 495), porém, atendendo ao espaçamento ocupado pela palavra tendemos a optar pela primeira opção: Março), a **19.Ago.1385** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.86), a **26.Jan.1386** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.300), a **10.Jun.1386** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.6), a **29.Jul.1386** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.7), a **26.Nov.1386** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.300), a **09.Jan.1387** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.199 e 202), a **27.Jan.1387** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.200), a **07.Fev.1387** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.201), a **03.Mar.1387** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.509), a **04.Mar.1387** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.438 e fl.439; original duplo – cf. RÊPAS 2021, vol.II, 414), a **14.Ago.1387** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.8), a **28.Mar.1388** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.9), a **06.Mar.1389** (ANTT, OC, MSDO, Liv.2, fl.108 (original) e fls.109-112 (cópia)), a **12.Set.1389** (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.365), a **07.Mai.1390** (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.80), a **09.Mai.1390** (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.79), a **14.Mai.1390** (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.80), a **08.Nov.1390** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.16v-17), a **03.Jul.1391** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.27), a **19.Jul.1391** (ANTT, OC, MSDO, Liv.46, fl.65), a **27.Fev.1395** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.8-9, fl.9-10 e fl.16-16v.), a **19.Nov.1395** (ANTT, OC, MSDO, Liv.13, fl.2 e Liv.19, fl.10-10v. e 10v.-11v.), a **08.Jul.1386** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.114), a **27.Dez.1396** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.13v.-14 e fl.17v.-19; conforme reparou Luís Miguel Rêpas, em Liv.19, fl.17v.19 a palavra dez foi raspada e corrigida para vinte, pelo que em Liv.19, fl.13v.14 o documento correspondente a esta referência se encontra, por lapso, datado de 07.Dez.1396: cf. Repas, 2021, 419), a **20.Fev.1397** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.17v.-19), a **21.Jan.1398** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.19v.), a **04.Mar.1398** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.12), a **07.Mai.1398** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.13v.-14), a **07.Nov.1398** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.344), a **07.Jan.1399** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.15v.-16; Luís Miguel Rêpas apenas lhe refere o primeiro fólio (fl.15v.), registando que "o documento encontra-se incompleto" (RÊPAS 2021, vol.II, 421)), a **28.Nov.1399** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.14v.-15), a **08.Set.1402** (ANTT, OC, MSDO, Liv.44, fl.94; cf. Repas, 2021, 422), a **28.Jul.1404** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.31v.-32; em cópia de 12.Dez.1409), a **30.Out.1404** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.26-30), a **20.Dez.1404** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.310), a **01.[??].1405** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.41), a **23.Jan.1405** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.13), a **10.Fev.1405** (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.366 (original) e fl.368 (referência a esta datada em documento de 28.Mai.1409), a **27.Fev.1405** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.343), a **01.Mar.1405** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.11 e fl.16 (em traslado de 22.Mai.1408), Liv.8, fl.3; Liv.9, fl.299, fl.306, fl.364, fl.366 e fl.368; Liv.11, fl.3 e fl.41); Liv.46/cx37, fl.62; veja-se a inventariação cronológica dos documentos desta data em RÊPAS 2021, vol. II, 425), a **15.Mar.1405** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.366), a **[?].Mai.1405** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.307), a **04.Mai.1405** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.23-24), a **05.Mai.1405** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.19, fl.23-24), a **12.Jul.1405** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.24-25), a **24.Ago.1405** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, f.365), a **01.Set.1405** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.310), a **08.Jan.1406** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.307; em traslado de 15.Mai.1408), **12.Fev.1406** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.25-25v.), a **27.Dez.1406** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.308), a **[??].[??].1406** (ANTT, OC, MSDO, Liv.2,

2. Aldonça Vasques do Rego

Prioresa (1455)

Regedora (1452-1455)

Soprioresa (1433-1477)

Monja (1435-1443)

Filha do escudeiro **João do Rego** e de **Inês Pires Bugalho**, figuras paradigmáticas da penetração da pequena nobreza cortesã – em declínio nos finais do século XIV[906] – em Loures, detentores de bens patrimoniais próximos dos caminhos que levavam a Lisboa, dos quais viria a beneficiar a sua própria promoção social resultante da presença regional à escala dos arredores da cidade.

---

fl.180; ilegível), a **13.Nov.1407** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.115), a **06.Jun.1408** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.116), **01.Jul.1408** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.309 e fl.368), a **13.Abr.1409** (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.368), a **15.Mai.1409** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.343), a **12.Set.1409** (ANTT, OC, MSDO, Liv.2, fl.244), a **16.Set.1409** (ANTT, OC, MSDO, Liv.2, fl.244; Liv.6, fl.17), a **17.Set.1409** (ANTT, OC, MSDO, Liv.2, fl.244), a 11.Out.1409 (ANTT, OC, MSDO, Liv.2, fl.244), a **12.Out.1409** (ANTT, OC, MSDO, Liv.2, fl.244), a **27.Nov.1409** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.175), a **20.Jan.1410** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.345), a **11.Jun.1410** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.369, fl.s.n., fl.370 e fl.371; Liv.44, fl.219v. (traslado de 07.Ago.1545); ANTT, OC, MSDO, Tomo 3º, Mç. ou Cód. 46 (cx. 37), nº100 (RÊPAS 2021, 432), a **31.Dez.1410** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.32v.), a **08.Jan.1411** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.106), a **05.Fev.1411** (ANTT, Oc, MSDO, Liv.19, fl.32v.), a **27.Mai.1411** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.106), a **25.Fev.1412** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.18; Liv.8, fl.4; Liv.9, fl. s/n), a **02.Jul.1412** (ANTT, OC, MSDO, Cód. 44, cx.35, fl.233; ver RÊPAS 2021, 434), a **25.Mar.1413** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.86v.), a **13.Mai.1413** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.495), a **25.Nov.1413** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.204), entre **02.Ago. e 09.Dez. de 1414** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.14), a **26.Ago.1414** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.4; Liv.6, fl.117; Liv.26, fl.176), a **01.Dez.1414** (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.1), a **20.Jan.1415** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.177), a **16.Fev.1416** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.5), a **10.Mar.1417** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.18), a **11.Jan.1420** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.374), a **16.Mar.1422** (ANTT, OC, MSDO, Liv.17, fl.509), a **21.Dez.1422** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.1 e fl.2 – veja-se o que a propósito da datação deste documento referimos na entrada de D. Guiomar Anes do Paço), a **13.Jan.1424** (ANTT, OC, MSDO, Cód.44, cx.35, fl.235), a **08.Jul.1424** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.114; Liv.11, fl.508), a **08.Out.1424** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.87; e em traslado em: ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.88) e a **14.Ago.1425** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.8); e por fim, postumamente, a **23.Jul.1431** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.1). Luís Miguel Rêpas acrescenta ainda à sumarização de documentos relativos a D. Aldonça Pimentel um outro, póstumo, datado de **09.Set.1430** (ANTT, OC, MSDO, Cod46cx37, nº63 e nº99). Além de traslados de documentos atrás citados, D. Aldonça Pimentel surge ainda mencionada em documento da Colegiada de S. Julião de Frielas datado de 2**2.Ago.1389** (ANTT, *Colegiada de S. Julião de Frielas*, mç.1, nº46), num processo que colocou as religiosas de Odivelas contra D. João, bispo de Lisboa, "por não ter em consideração que eles e a sua igreja de Frielas, há mais de cem anos, estavam e estão em posse pacífica de haver, levar e receber, à vista dos bispos de Lisboa, a totalidade dos frutos das herdades próprias da dita igreja, das herdades das capelas e dos aniversários da dita igreja e da porta da igreja, sem deles pagar nenhuma terça pontifical, assim se usando e acostumando, comummente, pelos ditos tempos, entre todas as outras igrejas da cidade e do bispado de Lisboa" (RÊPAS 2021, vol. II, 415).

[906] OLIVEIRA 1999, 83.

Há notícia de que em 1388 já teria falecido Vasco Nunes, o qual havia sido morador na aldeia do Lumiar, "que chamam o Paço", e pai de Álvaro Vasques, escudeiro[907]. Pelo mesmo documento identificamos que João do Rego era filho de Gonçalo Vasques do Rego (avô paterno de Aldonça Vasques), e irmão de um Álvaro do Rego. Assim sendo, cremos poder considerar que Vasco Nunes era pai de Álvaro Vasques e Gonçalo Vasques do Rego, que por sua vez era pai de João do Rego e de Álvaro do Rego. Por um lado, isto permitiria compreender por que motivo a filha de um João e neta de um Gonçalo se faria identificar com o patronímico «Vasques», memória longínqua de um bisavô do século XIV; por outro, não deixa de ser curioso considerar que João do Rego teria assim casado com a sua tia, quando já viúva de seu tio Álvaro Vasques.

Temos notícia de que em 1390[908], Leonor Rodrigues Pimentel, então já viúva do cavaleiro Estevão Anes, moradora na cidade de Lisboa, doou um casal na *Torre dos Tortos*[909] a João do Rego e a sua mulher *Inês Bugalha*, sua sobrinha. Desconhecendo por que via era a primeira tia da segunda, em finais do século XIV os Bugalho de Lisboa já se entrelaçavam na linhagem dos Pimentéis, desde que Teresa Afonso Bugalho casara com Rui Vasques Pimentel (avós paternos de Leonor Rodrigues Pimentel[910]). Com maiores certezas somos levados a crer que aí já tivesse fixado residência este casal, na dita torre, frente à Ponte de Lousa[911], apesar de em 1394 termos notícia de que o escudeiro João do Rego seria, ainda, morador no Lumiar[912]. Nesse mesmo ano de 1390 Inês Bugalho recebeu um casal por título de doação[913], e em 1394 outros dois, por legado testamentário de seu irmão Gonçalo Bugalho[914], os quais viriam a ser herdados pela filha[915]. Aldonça

[907] 03.Ago.1388 (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.168).
[908] 21.Dez.1390 (ANTT, OC, MSDO, Liv.12, fl.231). Em 1392 João do Rego tomaria posse de um serrado com suas casas localizado à Torre dos Tortos, o qual havia recebido a título de doação, certamente a de Leonor Rodrigues, tia da sua mulher Inês Bugalho (ANTT, OC, MSDO, Liv.12, fl.233). Cf. OLIVEIRA 1999, 83.
[909] O topónimo sofreu alterações significativas, devendo tratar-se da actual localidade de Torre dos Trotes, próxima da localidade de Ponte de Lousa, a Nordeste da Ribeira de Loures. A localização geográfica deste local poderá levar-nos a ver nele, eventualmente, uma das principais entradas para a cidade de Lisboa no século XIV.
[910] Veja-se o **Esquema Genealógico § 10 (Pimentel II)**.
[911] OLIVEIRA 1999, 83
[912] 07.Mar.1394 (ANTT, OC, MSDO, Liv.12, fl.234).
[913] ANTT, OC, MSDO, Liv.12, fl.232-233.
[914] 07.Mar.1394 (ANTT, OC, MSDO, Liv.12, fl.234).
[915] ANTT, OC, MSDO, Liv.12, fl.236. A 23.Jun.1455 a soprioresa Aldonça Vasques do Rego viria a emprazar um pomar com suas almoinhas e casas na Torre dos Tortos, junto à Ribeira de Loures, a Vasco Vicente, escudeiro do conde de Abranches, e a sua mulher Brites Anes, por preço de 150 reis brancos de 35 libras o real e 2 galinhas de foro (ANTT, OC, MSDO, Liv.12, fl.237). Muito provavelmente o mesmo prédio rústico, ou parte dele, constituído por um casal de pão com suas pertenças e confrontações, que em 1475 a abadessa D. Inês viria a emprazar a Álvaro Fernandes, lavrador, estando presente a prioresa Catarina Teixeira, e a soprioresa Aldonça Vasques do Rego (19.Ago.1475; ANTT, OC, MSDO, Liv.12, fl.239).

Vasques viria ainda a receber, em 1466, um quinhão de casal na Ribeira de Loures por doação de **Fernão de Sequeira**[916], *escudeiro* do Conde de Vila Real[917], morador na vila de Sintra[918] e seu cunhado, atendendo a que se encontrava casado com a sua irmã **Inês do Rego**. Além desta irmã, documentamos-lhe um irmão, **Gonçalo Vasques do Rego**, a quem em 1370[919] D. Fernando I contemplou com uma quintã localizada entre o lugar dos Calvos e o sopé do Soeirão (t. Loures), que antes dele havia pertencido, por via de sucessivas doações, a Mestre Gonçalo [das Decretais], e antes deste a Pedro Anes, copeiro de D. Afonso IV[920]. Essa quintã viria posteriormente a passar para a posse de João de Ornelas, contador régio[921], e deste para Luís Álvares, criado e mestre-sala do rei D. João I. Esta listagem concluí que as doações régias contemplavam fundamentalmente os funcionários e nobres da Corte, "numa faixa que ia desde A-dos-Calvos/Pai Joanes até às Miolas na encosta do Soeirão"[922]. Em suma, os do Rego destacam-se como uma família nobre que permite escrutinar diversas realidades e expressões que tomava a aristocracia urbana no termo de Lisboa entre os séculos XIV e XV[923].

Ainda em finais do século XV era notário geral da cidade de Lisboa um outro João do Rego, *escudeiro do rei*[924], que cremos poderá ser descendente desta família com raízes

---

É curioso assinalar a presença de escudeiros dos condes do reino a adquirirem bens nos arredores da cidade de Lisboa, onde eventualmente residiriam os seus senhores.

[916] Omitido no LL de Damião de Góis, Fernão de Sequeira seria da geração do fundador da linhagem: "Francisqu´Eanes foi hum homem honrado de Coimbra, amo do Infante D. Pedro, que criou a Rainha donna Isabel, sua filha, molher del Rey dom Afonso, o 5º" (VASCONCELOS 2014, 169), relativamente ao qual, desconhecendo-se com quem terá casado, se registam seis filhos, dos quais três usaram o apodo «Sequeira». As suas relações com a Coroa ou com Lisboa atestam a proximidade de Fernão de Sequeira a uma família de escudeiros terratenentes do termo. João de Meira "foi morto em Lixboa sendo moço solteiro" e Beatriz Correa foi "molher de Gonçalo Teixeira, almoxarife da portagem de Lixboa". Além disso, cremos poder tratar-se, eventualmente, de um descendente de D. Fernão Rodrigues de Sequeira, mestre da Ordem de Avis em 1426, ano em que emprazou duas courelas de vinha e mato situadas no Lumiar (12.Set.1426; ANTT, *Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis*, mç.10, nº860), o que poderá comprovar a presença dos Sequeiras neste lugar do termo de Lisboa desde o início do século XV.

[917] Em 1466 seria titular do condado de Vila Real D. Pedro de Meneses, 3º conde de Vila Real.

[918] 29.Mai.1466 (ANTT, OC, MSDO, Liv.12, fl.238).

[919] ANTT, Chanc. D. Fernando I, Liv.1, fl.57; ver OLIVEIRA 1999, 81, nota 443.

[920] FREIRE 1973, vol. I, 480; OLIVEIRA 1999, 81, nt. 442).

[921] Cremos que possa tratar-se de um familiar de Joana Gonçalves de Ornelas, filha de Lourenço Anes [de Ornelas], e neta de um suposto João – atendendo ao patronímico de seu pai. Atendendo à cronologia, não seria descabido considerar que fosse seu avô (veja-se a entrada de Joana Gonçalves de Ornelas.

[922] OLIVEIRA 1999, 82.

[923] Veja-se o **Esquema Genealógico § 11 (Paço/Rego)**.

[924] Documenta-se entre 1480 e 1501 (29.Abr.1480|ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.7; Liv.7, fl.90; 03.Mai.1488|ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.52; 26.Jul.1491|ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.312; 16.Jan.1494|ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.21; 27.Out.1496|ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.239; 05.Fev.1498|ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.16; Liv.6, fl.22; 01.Jul.1501|ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.313). Talvez se possa identificar com o Dr. João do Rego, já falecido em 1565, marido de Catarina Mendes Loba, e pai de Jorge do Rego Lobo, fidalgo da casa real ao tempo de D. Sebastião, e administrador da capela de seu pai na igreja de S. Jorge (c. Lisboa)

em Loures e no Lumiar; o qual lavrou diversos documentos do cartório do Mosteiro de Odivelas. De algum subterfugio terá recorrido para o identificarmos em 1404 numa carta de quitação dirigida a Jossepe Sosser e Samul Pulgão, judeus, moradores em Lisboa, relativa à importância das custas a que fora condenado o Mestre de Avis, credor de ambos, no feito de apelação em que haviam sido partes o dito João do Rego e o próprio Mestre, por motivo da colocação de marcos que delimitavam uma herdade de pão e vinho junto à aldeia do Lumiar.

❖

Ingressando no Mosteiro de São Dinis de Odivelas (t. Lisboa), Aldonça Vasques do Rego documenta-se como *monja* entre 1435 e 1443[925], sendo a única que parece ter regredido na hierarquia conventual, uma vez que entre 1453 e 1453 se documenta como *regedora*, e em 1455 surge como *prioresa*, passando, a partir de 1458, a surgir como *soprioresa*. Em determinado documento comprovamos que o cargo de regedora seria o segundo mais importante na hierarquia conventual, aí se registando o nome das seguintes: Beatriz Barreto, abadessa; Aldonça Vasques do Rego, regedora; Isabel Fernandes de Resende, prioresa, e Isabel Vasques de Alvarenga, soprioresa[926]. Viria ainda a ocupar o cargo de *regedora* (entre 1452-55), documentando-se nesse cargo no dia de Natal de 1455, quando a 23 de Junho do mesmo ano já se havia documentado novamente como *prioresa*.

Surge mencionada em 47 documentos[927].

(31.Jan.1565; ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.202-209). Talvez fosse aparentado com um certo Pedro do Rego, público tabelião de Lisboa em 1522 (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.248).

[925] 27.Dez.1443 (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.3v-4 e fl.4v.).

[926] 20.Nov.1452 (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.47).

[927] Surge referida como *monja* a **20.Jun.1435** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.2), a **05.Fev.1436** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.2v. e fl.3), a **27.Dez.1443** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.3v-4 e fl.4v.); como *soprioresa* a **08.Nov.1448** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.373), a **08.Jan.1453** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.126), a **08.Out.1458** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.514; Liv.30, fl.40 (25.Jan.1463) e fl.41 (10.Nov.1467), a **31.Dez.1461** (ANTT, OC, MSDO, Liv.24, fl.89), a **24.Mar.1462** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.496; Liv.12, fl.92), a **21.Abr.1462** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.392), a **23.Out.1462** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.107), a **25.Abr.1464** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.17), a [**??].Mar.1465** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.51-54), a **18.Mar.1465** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.320; Liv.43, fl.X), a **13.Jan.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.7), a **25.Mar.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.6), a **29.Mai.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.12, fl.238), a **01.Set.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.22, fl.391), a **17.Dez.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.29), a **02.Mai.1468** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.515), a **22.Mai.1469** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.277), a **29.Dez.1469** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.232; Liv.25, fl.127), a **15.Out.1470** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.278), a **02.Mai.1471** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.205; Liv.18, fl.190; fl.343), a **12.Ago.1472** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.119), a **15.Fev.1474** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.LVVII), a **28.Fev.1472** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.163), a **15.Fev.1474** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.7; Liv.43, fl.LVVII), a **23.Set.1474** (ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.3), a **19.Ago.1475** (ANTT, OC, MSDO, Liv.12, fl.239), a **27.Dez.1475** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.19; Liv.24, fl.3), a **06.Set.1477** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.161); como *regedora* a **20.Nov.1452** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.47; treslado em: ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.59-68), a **22.Nov.1452** (ANTT, OC,

3. D. Antónia de Noronha

Escrivã (1537…)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Surgindo no momento final da nossa cronologia, durante o abadessado de D. Joana de Castro, cremos que poderá ter professado no Mosteiro de Odivelas ainda durante o período de D. Violante Álvares Cabral, falecida nesse ano de 1537, pelo que a integramos na nossa listagem. Ao certo sabemos que à data aí residiria com Beatriz de Azevedo, *prioresa*; D. Guiomar de Castro, *soprioresa*; Catarina Teixeira; Joana Pantoja, *vestiária*; Beatriz Tavares, *bolseira* e *cantora-mor*; D. Isabel da Silva, *sacristã*, e Isabel Pereira, *celeireira*.

A presença de uma Noronha em Odivelas na primeira metade do século XVI espelha o momento que então se vivia no cenóbio do ponto de vista da sociabilidade da alta nobreza da centúria em questão. Apoiantes da Coroa, defensores do partido da rainha D. Leonor em 1438 e depois de D. Afonso V em Alfarrobeira, beneficiados com o título de condes de Ourém no reinado de D. João II, e com o de condes de Alcoutim no de D. Manuel I, seguimos a opinião de António Pestana de Vasconcelos que identifica os de Noronha "como pertencente[s] à alta nobreza de corte". Ao tempo em que viveu D. Antónia os de Noronha eram já detentores de diversos títulos nobiliárquicos, entre os quais o condado e marquesado de Vila Real, o condado de Ourém, Alcoutim, Odemira, Linhares e Monsanto; consorciando-se com linhagens que os entroncavam no ducado de Bragança, no marquesado de Montemor-o-Novo, no condado de Faro, de Abrantes (dos Almeidas), de Penamacor (dos Albuquerque), da Atalaia (dos Melo) e da Feira (dos Pereiras); famílias da alta nobreza portuguesa dos séculos XV e XVI.

Confrontando as obras de António Pestana de Vasconcelos que mais recentemente se debruçaram sobre as genealogias dos Noronhas[928], verificamos que apesar de o nobiliário de Damião de Góis não identificar qualquer «D. Antónia de Noronha», atendendo à sua

MSDO, Liv.30, fl.165), a **08.Jan.1453** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.126), a **25.Dez.1455** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.69-72); e como *prioresa* a **23.Jun.1455** (ANTT, OC, MSDO, Liv.12, fl.237).

[928] Referimo-nos especificamente à sua dissertação de doutoramento em História Medieval e do Renascimento apresentada à FLUP (VASCONCELOS 2008) e à edição do *Livro de Linhagens de Portugal* de Damião de Góis (VASCONCELOS 2014). Lembramos ainda a investigação de André Teixeira sobre "Uma Linhagem ao Serviço da «Ideia Imperial Manuelina»: Noronhas e Meneses de Vila Real em Marrocos e na Índia" (TEIXEIRA 2004).

cronologia talvez a possamos identificar entre as "outras filhas freiras"[929], cujos nomes se desconhecem, de três dos filhos de D. Pedro de Noronha, mordomo-mor de D. João II, comendador da Ordem de Santiago e senhor do Cadaval, e de D. Catarina de Távora, filha de Martim de Távora, reposteiro-mor de D. Afonso V, e de D. Brites de Ataíde; a saber: **D. Henrique de Noronha**[930], mordomo-mor e comendador da Ordem de Santiago, casado com D. Guiomar de Castro, filha de D. João de Noronha e de D. Joana de Castro; e **D. Martinho de Noronha**, casado com D. Guiomar de Albuquerque, filha herdeira do senhor do morgado de Vila Verde que continuou nos seus descendentes. Com efeito ambos os irmãos parecem ter gerado pelo menos duas filhas religiosas, entre outros filhos cujas biografias parcamente se conhecem. Além destes, um seu tio paterno, **D. Fernando de Noronha**, teria também, entre uma vasta descendência de diversos mancebos que faleceram sem casar, certas filhas "que forão freiras"[931], além de D. Isabel de Castro[932], mulher de Pedro Álvares Cabral, pelo que cunhada da abadessa D. Violante Cabral.

Desta estreita relação entre este ramo colateral dos Noronhas titulares – descendentes de um arcebispo de Lisboa que passaram a centúria de Quatrocentos a ocupar cargos da maior proximidade da Coroa – com os Cabrais, parece ter resultado um outro matrimónio. Segundo Damião de Góis, o bisneto herdeiro de Pedro Álvares Cabral viria a casar com D. Maria de Noronha, nada mais que filha do mordomo-mor D. Henrique de Noronha. Apesar de a cronologia identificável para estas figuras parecer verídica, o desfasamento geracional serve-nos de alerta; afinal até que ponto poderia um indivíduo ter casado com uma senhora da geração do seu avô?

❖

Ao presente importa-nos sim afirmar como hipótese que a religiosa D. Antónia de Noronha seria descendente deste ramo secundogénito de Noronhas oficiais da Coroa, iniciado pelo arcebispo D. Pedro de Noronha, irmão de D. Sancho de Noronha, 1º conde de Odemira, e de D. Fernando de Noronha, 2º conde de Vila Real[933]. Além do parentesco artificial com os Cabrais, destacamos, entre diversos outros, a existência de D. Catarina

[929] VASCONCELOS 2014, 71.
[930] Veja-se a entrada relativa a Henrique de Noronha em VASCONCELOS 2008, 264.
[931] VASCONCELOS 2014, 72.
[932] Filha de D. Constança de Castro, neta de Gonçalo de Albuquerque, senhor de Vila Verde dos Francos (veja-se o que referimos a respeito da passagem deste senhorio para esta linhagem na entrada biográfica **114** de **Violante Vasques**), e sobrinha de Afonso de Albuquerque, reputado vice-rei da Índia, tomando o «Castro» e preterindo o «Noronha», D. Isabel vincularia uma tendência feminina crescente no século XV que chegaria em muitos casos, entre fidalgos e plebeus, ao século XIX e XX.
[933] Entre os filhos de Afonso Henriques, conde de Noroña e Gijón (eventualmente trisavô de D. Antónia de Noronha) identifica-se ainda D. Constança, segunda mulher de D. Afonso, 1º duque de Bragança.

de Noronha, abadessa de Almoster[934], filha de D. Pedro de Meneses, marquês de Vila Real, e neta paterna de D. Fernando de Noronha; a qual partilhava o mesmo bisavô com D. Henrique de Noronha. Assim relacionados os de Noronha com a Ordem de Cister, não deixa de ser curioso constactar que – segundo o nobiliário de Damião de Góis – além da existência da abadessa D. Catarina, em nenhum outro ramo de Noronhas, exceptuando o atrás mencionado do arcebispo D. Pedro, entroncamos filhas religiosas nas gerações próximas de D. Antónia de Noronha.

Surge mencionada num único documento na nossa cronologia[935].

4. Antónia Lopes

Freira (1500)

Filha natural de **Pêro Rodrigues**, *cavaleiro* e *vassalo* da casa real, e de **Filipa de Morais**, foi legitimada por D. Manuel I por carta de legitimação datada de 20 de Setembro de 1500. Omitida da documentação odivelense, somente a identificamos através deste diploma régio, cuja data nos permite inseri-la no abadessado de D. Mécia de Alvarenga.

Não surge documentada no cartório de Odivelas na nossa cronologia.

5. Beatriz de Azevedo

Dona (1529-…)

Soprioresa (1535)

Prioresa (1535-…)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação[936].

[934] VASCONCELOS 2014, 73.

[935] Surge referida como *escrivã* a partir de **03.Jan.1537** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.268-271), continuando a documentar-se até meados do século XVI.

[936] A sua cronologia impede que a consideremos a homónima considerada em certos nobiliários como filha de Lopo Dias de Azevedo, e que terá casado com o cavaleiro Álvaro Vaz Leitão – sobrinho da abadessa D. Aldonça Pimentel por via de ser filho de Vasco Martins Leitão e de Inês [Afonso] Pimentel –, alcaide-mor de Torres Vedras (1389-1417), cujo matrimónio, apesar de perpetuado por Alão de Morais, carece de confirmação documental. Veja-se a investigação dedicada aos senhores do paço da Torre de Figueiredo das Donas, da autoria de Manuel Abranches de Soveral.

Sobre as origens dos Azevedos remetemos para a leitura da entrada de Isabel Gomes de Azevedo, permitindo-nos iniciar a presente biografia em finais do século XV. Figura do início do século XVI, até que ponto poderemos aparentar Beatriz de Azevedo com a dita *dona* Isabel Gomes de Azevedo, documentada no Mosteiro de Odivelas entre 1424 e 1472[937]? A propósito desta identificámos uma Leonor Gomes de Azevedo, *comendadeira* de Santos no final do século XIV. Três religiosas omitidas pelos livros de linhagens medievais que assim sendo surgem pontualmente cada qual num século próprio. Servem-nos estas duas últimas para avançar determinadas hipóteses relativamente à primeira.

Damião de Góis apresenta-nos duas únicas possibilidades de filiação, a saber: **1)** temos notícia de que Diogo de Azevedo, bisneto de Lopo Dias de Azevedo – em quem José Augusto de Sotto Mayor Pizarro concluí a genealogia desta linhagem por se tratar de indivíduo já da segunda metade do século XIV –, cuja descendência continuou o apelido «de Azevedo», terá sido pai de duas filhas "que forão freiras"[938], uma das quais poderia responder por nome tão de Quinhentos como era o de «Beatriz»; **2)** segunda hipótese filia-a a um ramo secundário de Azevedos que se haveriam de destacar por terem ocupado a alcaidaria de Alenquer ao longo de quatro gerações consecutivas – desde o reinado de D. João I até que Rui Gomes de Azevedo a vendeu a D. Luís da Silveira, 2º conde de Sortelha, valido de D. João III –, por via do comendador Lopo Vaz de Azevedo, o *Monge*, almirante e craveiro da Ordem de Avis, filho secundogénito do alcaide Gonçalo Gomes de Azevedo, ter gerado descendência bastarda, entre a qual se contariam determinadas filhas religiosas cujos nomes se desconhecem[939].

Quanto à origem destes Azevedos de Alenquer pouco ou nada sabemos. O nobiliário do século XVI que temos vindo a seguir parece indicar que "Gonçalo Guomes d´Azevedo (…) asima dito foi alferes del Rei dom Afonso, o quarto (…) e foi casado com Moor Esteves (…) de que ouve estes filhos, convem a saber, Rui Gomes d´Azevedo (…)"; porém, atendendo ao que referimos na entrada de Isabel Gomes de Azevedo acerca das filiações dos Azevedos do século XIV, e por seguirmos a hipótese aventada por José Augusto de Sotto Mayor Pizarro que documenta um único Rui Gomes de Azevedo como filho de Gomes Pais de Azevedo e não do dito Gonçalo Gomes de Azevedo, seu irmão, que terá gerado somente uma filha (Mécia Gomes de Azevedo), optamos por não avançar

[937] Veja-se a entrada biográfica **57** de **Isabel Gomes de Azevedo**.
[938] VASCONCELOS 2014, 500. Merece ter em particular consideração o facto de serem as únicas religiosas mencionadas na descendência dos Azevedos de São João de Rei.
[939] VASCONCELOS 2014, 506.

qualquer formulação a este respeito. À nossa reserva somam-se ainda alguns elementos, tais como o facto de o Rui Gomes mencionado pelo Conde D. Pedro ter casado em data anterior a 1333 com Guiomar Peres de Vila Maior[940], ao contrário do alcaide, cuja mulher se desconhece; e ainda a referência a Rui Gomes de Azevedo, alcaide-mor de Alenquer, ter sido "hum fidalgo honrado em tempo del Rey dom João, o primeiro"[941]. Tratando-se portanto de indivíduos distintos, cumpre considerar até que ponto a descendência do alferes-mor Gonçalo Gomes não tivesse continuado num único ramo feminino, embora os restantes três supostos filhos não fossem referidos em 1365 como naturais do Mosteiro de Grijó.

Aqui chegados, considera-la filha de **Diogo de Azevedo** seria atribuir-lhe ascendência directa aos Azevedos de São João de Rei e a um casal de trisavós identificáveis na nossa análise: Vasco Martins Leitão e Inês Pimentel (irmã da abadessa D. Aldonça Pimentel). Por outro lado, tratando-se de uma filha de **Lopo Vaz de Azevedo**, relacioná-la-íamos com um comendador da Ordem de Avis, capitão de Tânger, somando-se às religiosas do Mosteiro de Odivelas que a partir da segunda metade do século XV parecem ter sido recrutadas entre famílias nobres relacionadas com ordens militares; o que, ainda que não o consigamos comprovar, nos parece ser hipótese credível atendendo às circunstâncias levantadas ao longo desta hipótese biográfica e genealógica.

Relativamente ao seu percurso na comunidade odivelense, Beatriz de Azevedo já era *soprioresa* em 1535, ainda em tempo de D. Violante Álvares Cabral, transitando nesse cargo para o abadessado de D. Joana de Castro. Surgindo como *soprioresa* a 4 de Agosto de 1535, no dia 13 de Outubro do mesmo ano viria já a documentar-se enquanto *prioresa*, sucedendo nesse cargo a Joana Xira.

Surge mencionada em 5 documentos[942].

6. Beatriz de Góis

Prioresa (1429-1445)

[940] Este casal gerou pelo menos três filhos – João Rodrigues, Diogo Gomes e Maria Rodrigues de Azevedo –, que receberam a "comedoria" da igreja de Vilar de Porcos e do Mosteiro de Grijó por via destes terem pertencido a seu pai (PIZARRO 1999, vol. I, 315-16).

[941] VASCONCELOS 2014, 503.

[942] Surge referida como *dona* a partir de **11.Jun.1529** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.131); como *soprioresa* a **04.Ago.1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.318); e como *prioresa* a **13.Out.1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.132-139; traslado: ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.140-153) e a **03.Jan.1537** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.268-271).

Antes de identificarmos a genealogia de Beatriz de Góis, comecemos por afirmar que seguimos a opinião de António Pestana de Vasconcelos ao enquadrar os Góis como pertencentes à média nobreza de corte[943], cuja presença frequente na Ordem do Hospital lhe valia as mais altas dignidades desde o século XIV, marcando posições partidariamente precisas ao longo dos conflitos da primeira metade do século XV.

Documentam-se diversas homónimas na cronologia em questão, dificultando-nos as conclusões que procuramos alcançar. Referimo-nos, mais especificamente, a duas primas afastadas[944]: **1)** Beatriz de Góis, com quem Diogo Fernandes de Almeida celebrou o seu quarto e último casamento[945], sendo ele rico-homem, alcaide-mor de Abrantes e senhor do Sardoal, e ainda vedor da fazenda[946], o que nos leva a identificá-la como filha – omitida por Damião de Góis[947] – de Frei Nuno Gonçalves de Góis, prior do Crato[948]; e **2)** Beatriz

[943] VASCONCELOS 2014, 393.

[944] Ambas descendentes de Estêvão Vasques de Góis, alcaide de Lisboa (1388-90), a Beatriz de Góis que casou com Diogo da Silveira era tetraneta deste, descendendo do ramo herdeiro dos senhores de Góis através de Nuno de Góis; enquanto que a Beatriz de Góis casada com Diogo Fernandes de Almeida era sua bisneta, porque neta de Lourenço Esteves de Góis, Prior do Crato (veja-se a genealogia dos Góis em: VASCONCELOS 2014, 389).

[945] Garantida a descendência pelo primeiro matrimónio na figura de D. Lopo de Almeida, 1º conde de Abrantes, Diogo Fernandes de Almeida casara em segundas núpcias com a filha do alcaide Afonso Anes Nogueira, com a qual não gerara qualquer descendência por aquela ter falecido, crê-se que algures por volta de 1427. Em 1439 Diogo Fernandes voltaria a enviuvar, agora de Maria Afonso de Sousa.

[946] GAYO 1992, II, 72; António Pestana de Vasconcelos não refere mais nada a seu respeito; já quanto ao de seu marido (legitimado por carta de 23.Jan.1395; VASCONCELOS 2008, vol. II, 23) veja-se a sua referência na entrada de seu pai, Fernando Álvares de Almeida, 1º alcaide-mor de Abrantes, comendador de Vila Viçosa e de Jerumenha, aio dos infantes filhos de D. João I, tendo acompanhado este ao paço de S. Martinho, a 6 de Dezembro de 1383, onde mataram o Conde Andeiro (VASCONCELOS 2008, vol. II, p.23; MORENO, 1980, p.696-698).

[947] VASCONCELOS 2014, 531.

[948] Frei Nuno Gonçalves (VASCONCELOS 2008, vol. II, 169-70) teve descendência legitimada a 04.Dez.1437 gerada de Beatriz Gonçalves, solteira – Gonçalo de Góis, Diogo de Góis e Estêvão de Góis, alcaide de Mértola –, e bastarda – Fernão de Góis, comendador de Barrô (documentado entre 1440-54; VASCONCELOS 2008, vol. II, 165-66), e Pedro de Góis, comendador de Santa Cruz de Marmelar, Moura e São Brás de Lisboa, partidário de D. Afonso V em Alfarrobeira (MORENO 1980, 821-23; VASCONCELOS 2008, vol. II, 171, nt. 1566). Nuno Gonçalves de Góis acompanhou a rainha D. Leonor no exílio para Castela em 1440 (VASCONCELOS 2008, vol. II, 170; MORENO 1980, 92; *MH* 1965, vol. VIII, 31, nt. 1), pelo que propomos que terá falecido pouco depois, tendo em conta ser esta a última data na qual o documentamos.

Era filho bastardo de Lourenço Esteves de Góis, comendador de Vera Cruz e Prior do Crato (VASCONCELOS 2008, vol. II, 167-68), relativamente a quem Felgueiras Gayo no *NFP* refere que era filho Estêvão Vasques de Góis, vassalo de D. João I e alcaide-mor de Lisboa, e de D. Constança Afonso (GAYO 1992, XV, 104; VASCONCELOS 2008, vol. II, 168), e irmão de Nuno de Góis, senhor de Góis, e de Pedro de Góis. Uma sucinta mas clara discussão acerca dos parentescos que os nobiliários do século XVIII e XIX lhe atribuem poderá encontrar-se em VASCONCELOS 2008, vol. II, p.168, nt. 1532; atente-se nos mencionados contributos do Marquês de Abrantes.

de Góis, mulher de Diogo da Silveira[949], fidalgo do conselho e escrivão da puridade do rei, que ainda estaria viva em 1463 aquando do testamento do seu marido lavrado antes da sua partida na armada[950]. O casamento com um Silveira remete-nos para uma convivência a dois níveis, um marcadamente regional – quer em Évora como em Lisboa –, e outro do foro social, passando da média nobreza cortesã para se extinguir a sua primogenitura nos reputados Silveiras; além de nos comprovar que «Beatriz» era um nome caro à linhagem. Discutida a filiação desta última D. Beatriz de Góis[951], certo é que não poderemos considerar nenhuma delas como sendo a mesma a quem, residindo como *dona* no Mosteiro de São Dinis de Odivelas, a 24 de Março de 1429 D. João I concedeu uma tença anual de 185 libras[952].

A genealogia dos de Góis não refere outra «Beatriz de Góis» além destas. Esta última data parece refutar por si só a possibilidade de se tratar da mulher de Diogo Fernandes de Almeida. Tendo em conta que Fernão Álvares de Almeida (pai de Diogo Fernandes) ainda se documentava precisamente nesse ano de 1429[953], o filho, comparativamente menos documentado, só poderia ter sucedido em data posterior a esta, impossibilitando que a mulher tivesse, em tão curto espaço de tempo, professado; além de que esta ainda vivia, já viúva, em 1459 – quando há muito que a homónima deixara de se documentar em Odivelas. Porém, relativamente à herdeira dos senhores de Góis, até que ponto uma religiosa que ocupava o alto cargo de *prioresa* do Mosteiro de São Dinis de Odivelas em

[949] Veja-se a genealogia dos Góis (VASCONCELOS 2014,), que transcrevemos de forma sucinta: Beatriz de Góis (c.c. Diogo da Silveira) – Fernão Gomes de Góis (c.c. Beatriz ou Leonor da Cunha) – Mécia Vasques de Góis (c.c. Gomes Martins de Lemos) – Estêvão Vasques de Góis (c.c. Leonor Gonçalves) – Nuno de Góis (c.c. Maior) – Estêvão Vasques de Góis (c.c. Constança Afonso), vassalo de D. João I e alcaide de Lisboa (1388-90). Não deixaremos de assinalar as nossas dúvidas quanto a uma viúva em 1464 poder ser tetraneta de um alcaide da Lisboa de 1390; eventual consequência geracional de uma assinalável longevidade destes indivíduos.

[950] CATATÃO 2010, 63, nt. 137. Pelo casamento de ambos D. Afonso V doara a Diogo Martins da Silveira uma tença anual de 30.000 reis brancos até perfazer a quantia de 3.000 coroas de ouro da moeda de França (CATATÃO 2010, 115).

[951] Além de António Pestana de Vasconcelos, também Maria dos Anjos Catatão a considera "filha maior de Fernão Gomes de Góis, fidalgo e camareiro-mor de D. Manuel I" (CATATÃO 2010, 2015, nt. 313), o que nos parece difícil de considerar atendendo a que, ainda reinando D. Afonso V aquando do testamento de Diogo da Silveira, até que ponto o sogro deste poderia estar vivo desempenhando cargos cortesãos dois reinados depois, em finais do século XV. Cremos tratar-se sim daquele que participando com seu pai, Gomes Martins de Lemos, na tomada de Ceuta, fora armado cavaleiro por D. João I, vindo a ser camareiro deste monarca, tendo falecido algures por volta de 1458, após participar na conquista de Alcácer Ceguer, jamais alcançando o reinado de D. Manuel I.

[952] Veja-se a cronologia de José Maria Mirrado (MIRRADO 2016, 157).

[953] Fernão Álvares de Almeida, acompanhara o Mestre de Avis ao paço de S. Martinho a 6 de Dezembro de 1383 para matar o Conde Andeiro (MORENO 1980, 696-98; VASCONCELOS 2008, vol. II, 23). Em 1400 (05.Out.) recebe os direitos reais da vila de Abrantes; em 1428, por mercê, a portagem de Santarém; e em 1429 as rendas de Abrantes (VASCONCELOS 2008, vol. II, 24).

1445 poderia ter vindo, dentro de alguns anos – eventualmente em 1454[954] – a abandonar a vida eclesiástica para se consorciar com Diogo da Silveira? Teria a extinção da linhagem exigido tamanha decisão?

Impossibilitados de a relacionarmos com segurança com qualquer uma destas suas homónimas, e optando por investigar a sua genealogia, consideremos que tenha nascido no início do século XV. Seguindo a cronologia confrontamo-nos com um Nuno de Góis, em tempos criado de D. João I, a quem em 1440 D. Afonso V concedeu todos os privilégios que haviam pertencido a Rui Gomes de Azevedo, alcaide-mor de Alenquer, por via de o primeiro ter casado com Beatriz de Ataíde, viúva do segundo. Em pleno século XV estes dois homens pareciam suceder-se em cargos quer a nível profissional como familiar[955]. Uma vez que aquele não se poderá confundir com o Nuno Gonçalves de Góis, Prior do Hospital (sogro de Diogo Fernandes de Almeida) – teve geração bastarda legitimada em 1437 por D. Duarte, não sendo de crer que tivesse alguma vez casado[956] –, nem com o Nuno de Góis que foi irmão de Álvaro Vasques de Góis[957] e filho de Estêvão Vasques de Góis – figura documentada ao longo do último quarto do século XIV –, alcançamos um terceiro homónimo omisso da genealogia dos de Góis. Não sendo certa a linha genealógica de Nuno de Góis, a proximidade de famílias de Alenquer ao Mosteiro de Odivelas há muito que deixara de ser uma novidade. Acresce o facto de esta relação aproximar, por via de parentescos artificiais, a *prioresa* Beatriz de Góis com a *dona* Isabel Gomes de Azevedo, contemporâneas em Odivelas na primeira metade do século XV.

❖

Discutida a genealogia conhecida dos de Góis, enquadramos já qualquer hipótese que venhamos a aventar num quadro muito preciso e localizado cronologicamente.

Através de documentação do cartório do Mosteiro de Odivelas temos notícia de que em determinada carta datada de 1437 D. Duarte confirmou determinada vontade de Joana Farinha, viúva, a qual, considerando "os muitos trabalhos e fortunas deste mundo das

[954] D. Afonso V confirma o contrato de casamento do casal, depois de em 1452 ter aberto uma excepção à Lei Mental para que o senhorio de Góis pudesse ser transmitido a Beatriz de Góis.
[955] Veja-se a entrada biográfica **57** de **Isabel Gomes de Azevedo**.
[956] Nem a sua condição clerical o permitiria, quanto mais ter sido alcaide de uma localidade.
[957] Terá falecido numa das três "guerras fernandinas", algures entre 1369 e 1382, pelo que seu pai, Estêvão Vasques, terá deixado o senhorio de Góis em testamento à neta Mécia Vasques de Góis. Um neto de Álvaro Vasques, de nome Pedro de Góis, viria a receber brasão de armas passado por D. Manuel I em 1513 (Chanc. De D. Manuel, livro XI, fl.88). Porém, a paternidade de Álvaro Vasques é há muito discutida sem consenso entre os genealogistas, sendo certo que a dita Mécia Vasques era neta de Estêvão Vasques.

quais se queria afastar" se entregou ao serviço de Deus entrando no Mosteiro de São Dinis de Odivelas na companhia de Beatriz de Góis, já então religiosa no dito cenóbio[958]. Era sua vontade que enquanto vivesse fosse Beatriz de Góis a receber os direitos e rendas de uma quinta no lugar de Poverba (t. Lisboa) – onde até então a própria Joana Farinha residia –, vindo a propriedade a ser herdada por Henrique de Góis, irmão de Beatriz de Góis, ou pelo seu herdeiro mais próximo, após a morte de ambas, na condição de dar às religiosas do Mosteiro de Odivelas cem coroas de ouro ou igual quantia.

Cremos que o dito Henrique de Góis poderá ser o mesmo que com esse nome surge enquanto escudeiro da casa de D. Duarte em 1436[959]. Um outro documento até à data inédito, também ele pertencente ao cartório de Odivelas, indica que em tempo de D. João I se fizera mercê a um tal *João Anes de Goes* da Quinta da Barrosa, junto à ribeira de Odivelas, a qual por morte daquele ficaria para o seu filho, Henrique de Góis, e à morte deste para a sua filha, omitida no dito documento[960]. Atendendo a que a dita quinta ficara devoluta após a morte desta, cremos que a descendência de João Anes se terá extinguido na geração dos seus filhos.

João Anes de Góis fora meirinho da corte de D. João I (1409)[961], documentando-se pelo menos até 1435[962]. Cremos que terá falecido algures nesse ano, pelo que logo em 1436 já o seu filho Henrique de Góis se encontrava envolvido nos destinos da Quinta da Barrosa. Pertenceriam estes a uma "pequena aristocracia ligada ao poder [da cidade de Lisboa que] utilizou da sua posição social e política" para beneficiar de um fenómeno de valorização imobiliária assinalável estudado por João Miguel Simões[963]. Todas as casas que João Anes aforara haveriam de passar para seu filho, o dito Henrique de Góis, que terá tido como única herdeira a sua filha Isabel de Aguiar (f.01.Ago.1446); pelo que em 1453 D. Afonso V viria a vender a Quinta da Barrosa a João Vaz, escudeiro da casa real, pelo preço de oito mil reis brancos, devendo aquele continuar a pagar um marco de prata

[958] 02.Jan.1437 (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.24).
[959] Nesse ano o rei mandava que lhe pagassem – a Henrique de Góis e à abadessa de Odivelas – um marco de prata de foro cada ano pela Quinta da Barrosa (fg. Lumiar, t. Lisboa) (07.Nov.1436; ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.344).
[960] 25.Mai.1453; ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.345.
[961] Nesse ano aforou umas casas régias na zona de São Cristóvão (c. Lisboa), entre o centro político (a Alcáçova) e o centro financeiro (arrabalde ocidental de Santa Justa) da cidade de Lisboa (cf. SIMÕES 2017, 102).
[962] 11.Mar.1435 (cf. SIMÕES 2017, 103).
[963] SIMÕES 2017, 103.

ao Mosteiro de Odivelas como se fazia desde o tempo de João Anes de Góis, conforme assegurava a abadessa[964].

Começando a desenrolar-se a genealogia da nossa biografada, Beatriz de Góis poderia perfeitamente ser filha do *meirinho* **João Anes de Góis**, irmã de Henrique de Góis, e tia de Isabel de Aguiar; embora «Anes» seja patronímico omisso na árvore genealógica dos senhores de Góis[965], onde não se identifica qualquer «João».

Cronologicamente João Anes de Góis encontrar-se-á em posição semelhante a Gomes Dias de Góis[966], moço criado de D. Fernando I e de D. João I, que transitaria para a casa do Infante D. Henrique por ocasião de o rei ter dotado os infantes de casas próprias. Além de sobrinho de Nuno Martins de Góis, rico-homem da casa de D. Fernando e pai de uma Beatriz Nunes de Góis – assim se documentando a opção de todos os ramos de Góis pelo nome «Beatriz» –, temos notícia de Gomes Dias ter vivido em Alenquer[967], sendo senhor das saboarias de Alenquer, Arruda, Azambuja, Aldeia Galega, Óbidos e Atouguia[968] – as quais passaria aos seus descendentes[969]. Podendo relacionar-se com estes o Nuno de Góis que fora alcaide de Alenquer, cremos poder documentar a existência de um ramo de Góis

[964] Por se recusar a pagar a dita quantia ser-lhe-ia passada uma sentença a 23.Jul.1456 (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.346). Na origem do pagamento estaria o facto de a dita quinta ter sido deixada de forma algo controversa e muito contestada pelos seus herdeiros, por Maria Vaz, mulher do cavaleiro João Correia, ao Mosteiro de Odivelas em 1405 (veja-se, entre outros, o documento datado de 15.Mai.1409; ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.343). À morte de João Correia, que no fim da vida se tornara frade de São Domingos de Lisboa, sendo vontade do falecido que a Quinta da Barrosa fosse entregue ao Mosteiro de Odivelas, por a dita não ter sido vendida no prazo de um ano conforme estava obrigado, o direito da mesma fora deixado pelos herdeiros a D. João I, passando por intermédio régio a João Anes de Góis; o que justificou que em 1435, sendo a quinta novamente alvo de pleito, D. Duarte a tivesse entregue a Henrique de Góis e não à abadessa do Mosteiro de Odivelas.

[965] Além do dito meirinho João Anes, somente fomos capazes de identificar um Pedro Anes de Góis – documentado em 1487 na Chancelaria de D. João II (04.Out.1487; *Chanc. de D. João II*, Liv.21, fl.26), o que nos impede de o considerarmos irmão de João Anes (f. c.1435) – casado com Maria Nunes, mencionados no Armorial Lusitano como tendo sido pais de Ana de Góis, mulher de João Álvares Colaço, que recebera armas próprias de D. Afonso V em 1473 pelos seus feitos nas campanhas de África (ZÚQUETE 1987, 170).

[966] Fundador dos Dias de Góis (VASCONCELOS 2008, vol. II, 391), linhagem referida no nobiliário de Damião de Góis apesar de relativamente breve uma vez que o único filho de Gomes Dias, Lopo Dias, depois de o pai lhe ter negado licença "para passar em Africa com os Iffantes dom Anrique e dom Fernando, quando no anno do Senhor de mil e quatrocentos e quarenta e nove forão cercar Tangere, tomou o disso tamanho desgosto, e tanta sanha, que jurou que nunca se chamaria do appellido de Goes, como seu pay, nem filho que tivesse" (VASCONCELOS 2014, 559).

[967] VASCONCELOS 2014, 558.

[968] VASCONCELOS 2008, vol. II, 391.

[969] O seu neto Rui Dias de Góis continuaria a exercer o senhorio das respectivas saboarias (VASCONCELOS 2008, vol. II, 397).

– distinto do dos senhores de Góis[970] – que oriundo desta vila da Estremadura teria passado a exercer as suas estratégias familiares na proximidade a Lisboa.

Em suma, e após termos localizado o tronco principal da linhagem dos de Góis a nível genealógico e cronológico, concluímos que Beatriz de Góis, *prioresa* de Odivelas, era filha de um oficial da corte, eventualmente pertencente a uma média nobreza regional oriunda de Alenquer e com assinalável poder económico e imobiliário na cidade e no termo de Lisboa, situação que a terá levado a professar em Odivelas, sendo exemplo do estilo de recrutamento urbano que em meados do século XV continuava a ser praticado no dito cenóbio cisterciense.

Surge mencionada em 7 documentos[971].

7. Beatriz de Gusmão

Freira (1434-1443)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

No início do século XIV, dois irmãos da linhagem dos *de Gusmão* haviam casado com nobres portuguesas: Álvaro Pires de Gusmão com Urraca Afonso, filha de João Afonso – alferes, mordomo-mor e filho de D. Dinis[972] –, e Nuno Pires de Gusmão com Urraca Mendes de Sousa[973]. Uma irmã destes, Sancha Pires de Gusmão, casara antes de 1317 com Gonçalo Anes de Berredo, tendo descendência que manteve este apelido[974].

Chegados à primeira metade do século XV, identificamos em Portugal uma única senhora a usar este apelido: D. Francisca de Gusmão mulher de Diogo Coutinho[975], filho

[970] Não alcançámos qualquer relação entre as duas linhagens homónimas, tendo os Dias de Góis sido contemplados na investigação de António Pestana de Vasconcelos por via de os bisnetos de Gomes Dias se terem destacado como cavaleiros da Ordem de Cristo.
Cumpre destacar que apesar de terem, eventualmente, residido em Évora, Beatriz de Góis, mulher de Diogo da Silveira, optara por se mandar sepultar no recém-fundado mosteiro de Santa Maria de Jesus de Xabregas – cenóbio franciscano fundado em 1455 em terrenos doados por D. Afonso V a D. Guiomar de Castro, condessa de Atouguia –, o que poderá traduzir uma preferência pela cidade de Lisboa onde há muito se desenvolviam os percursos pessoais e profissionais dos de Góis (RAMOS et BRAGA 2016, 6).
[971] Surge referida como *monja* a **24.Mar.1429** e a **02.Jan.1437** (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.24); e como *prioresa* a **21.Jun.1444** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.15; Liv.10, fl.334; Liv.18, fl.92 e fl.93-96) e a **??.Abr.1445** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.368B)
[972] PIZARRO 1999, vol.I, 198.
[973] PIZARRO 1999, vol.I, 214.
[974] PIZARRO 1999, vol. II, 765-66.
[975] GAYO 1992, IV, 12. No início do século XVI, quando já todos respondiam pelo paterno «Coutinho», uma sua neta haveria de manter o apelido «Gusmão»: Joana de Gusmão, freira em Santa Clara do Porto, filha de Vasco Coutinho (VASCONCELOS 2008, vol. II, 116).

de Gonçalo Vasques Coutinho, 2º conde de Marialva[976], e de D. Beatriz de Melo, pelo que irmão de D. Leonor Coutinho, abadessa de Arouca (doc. 1462-1488). A genealogia imprecisa da biografia de D. Francisca impede-nos de a aparentarmos directamente nos três irmãos Gusmão do século XIV que o conde D. Pedro narrou ao lado dos principais da Hispânia estruturados a partir dos Trastâmaras. Por outro lado, a atribuição do título de conde de Marialva aos Coutinhos ocorre precisamente a meio da cronologia conhecida para a religiosa Beatriz de Gusmão, podendo a sua (eventual) familiar ainda não ter casado com o neto do 1º conde.

Em 1471 falecia na tomada de Arzila D. João Coutinho, 3º conde de Marialva, sem deixar descendência, passando o título para o irmão, D. Francisco Coutinho, 4º conde de Marialva[977]. Omitindo-lhe o nome, Damião de Góis refere uma filha de Gonçalo Vaz Coutinho e de D. Joana de Noronha[978] – filha de D. João de Noronha, alcaide-mor de Óbidos, e neta paterna de Isabel Perestrelo, freira em Odivelas[979] –, como "molher de dom Diogo Coutinho, irmão dos condes de Marialva"[980]. António Pestana de Vasconcelos nomeou-a como «dona Filipa Coutinha», a primeira esposa de Diogo Coutinho com a qual não gerou descendência e que o próprio terá assassinado em data incerta após ter tomado conhecimento de que aquela seria amante de seu irmão Francisco[981]. Todos eles figuras da segunda metade do século XV[982], cremos que este episódio poderá ter ocorrido algures pela década de 1480, vindo Diogo Coutinho a casar posteriormente, em segundas núpcias, com a dita D. Francisca de Gusmão, filha bastarda de D. Henrique de Gusmão, 2º duque de Medina Sidónia.

[976] Título nobiliárquico atribuído em 1440 por D. Afonso V a Vasco Fernandes Coutinho.
[977] Título confirmado em 1475.
[978] Certas genealogias atribuem-lhe o nome de «D. Joana de Castro», por via de «Noronha» ser apelido paterno – era neta paterna de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa – e de «Castro» ser o apelido de sua mãe, D. Filipa de Castro, filha de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1º conde de Atouguia, e de D. Guiomar de Castro.
[979] Veja-se a entrada biográfica **60** de **Isabel Perestrelo**.
[980] VASCONCELOS 2014, 445.
[981] "(…) returned from Otranto and learned, through a half-burnt letter handed to him by a slave, that his wife had become the mistress of his brother, Don Francisco Coutinho (…) He promptly killed her"
[982] Em 1498 D. Francisco Coutinho, meirinho-mor e então já referido enquanto "conde de Marialva e de Loulé – pelo que já teria casado com D. Beatriz de Meneses, filha de D. Henrique de Meneses, conde de Viana do Alentejo, de Viana da Foz do Lima e de Valença, e capitão das praças marroquinas de Alcácer-Ceguer e Arzila –, recebe o privilégio para que "um seu filho maior que ficar à hora da sua morte" viesse a herdar a vila e o castelo de Castelo Rodrigo (*Chanc. de D. Manuel I*, Liv. 29, fl.121v.). Cremos que à data ainda não tivesse nascido D. Guiomar Coutinho, sua única filha e herdeira.

Entroncando-a na casa de Medina Sidónia, o mais importante ducado castelhano do seu tempo[983], e sendo D. Francisca de Gusmão da geração destes, é de crer que a freira Beatriz de Gusmão pertencesse a uma geração anterior àquela. Porém, a única «Beatriz de Gusmão» identificável na árvore genealógica dos duques de Medina Sidónia é uma meia-irmã do primeiro duque, João Afonso de Gusmão (avô paterno de D. Francisca), filha de D. Henrique de Gusmão, conde de Niebla, e fundadora da linhagem dos *Noronhas e Anriquez* (Henriques) de Portugal referidos no nobiliário de Damião de Góis[984], por via do seu casamento com D. Diogo Henriques[985]. Apesar de o genealogista afirmar que teria residido em Sevilha[986], até que ponto poderemos considerar como hipótese que Beatriz de Gusmão, após enviuvar, tenha optado pela vida religiosa num mosteiro no termo de Lisboa, vindo os seus netos (e não os seus filhos) a casar em Portugal[987]. De qualquer forma, a sua posição social dificilmente a colocaria em lugar pouco assinalável dentro da hierarquia conventual do Mosteiro de São Dinis de Odivelas.

Corria o abadessado de Beatriz Barreto. Em 1434 Beatriz de Gusmão surge em plano algo recuado, sucedendo à abadessa, à prioresa Isabel Fernandes, a Catarina Esteves, Violante Afonso, e apenas antecedendo D. Leonor de Sousa. Dois anos volvidos, em 1436, além das quatro primeiras[988], surge em segundo lugar, como prioresa, Inês de Molnes, e em quinto lugar Aldonça Vasques do Rego, antecedendo Beatriz de Gusmão, que surge em sexto e último lugar. Por outro lado, em 1443 a religiosa parece catapultar-se para terceiro lugar, identificando-se logo após a soprioresa Isabel Fernandes. Qualquer que tenham sido as motivações que a levaram a transitar entre lugares numa hierarquia

[983] Dentro de alguns anos receberiam a Grandeza de Espanha (1520), mantendo-se o título nos Pérez de Guzmán até 1779, quando por via de o ter herdado os descendentes do 11º Marquês de Villafranca passaram a usar o Álvarez de Toledo que lhes provinha por via desse avoengo titular. Lembramos que no século XVII a filha do 8º duque de Medina Sidónia, D. Luísa Francisca de Gusmão, viria a ser rainha de Portugal pelo seu casamento com D. João IV.

[984] VASCONCELOS 2014, 117.

[985] No seu *LL* Damião de Góis filia incorrectamente D. Diogo Henriques, por via bastarda, no conde D. Afonso Henriques, pai dos Noronhas de Portugal, o que já António Pestana de Vasconcelos havia corrigido considerando-o filho de D. Fernando Henriques, 1º senhor das Alcáçovas, meio-irmão do conde D. Afonso, pai do conde de Odemira, do conde de Vila Real e do Arcebispo de Lisboa (bisavô de D. Filipa, primeira mulher de Diogo Coutinho).

[986] Damião de Góis refere que "Dom Diogo Anriquez (…) viveo em Sevilha, e foi casado com dona Maria de Gusmão (…)" (VASCONCELOS 2014, 117). Cremos tratar-se de um equívoco do genealogista, uma vez que os genealogistas parecem concordar tratar-se de «Beatriz» e não de «Maria», concorrendo para esta certeza o facto de uma irmã, Maria de Gusmão ter casado com o conde de Alba de Liste.

[987] Os filhos, Diogo e João Henriques [de Gusmão], casaram em Castela, onde o primeiro foi comendador de *Los Sanctos* da Ordem de Santiago de Castela (VASCONCELOS 2008, vol. II, 260-61). Uma sua neta, filha de João Henriques [de Gusmão], viria a casar com João Gonçalves da Câmara de Lobos, 2º capitão da Ilha da Madeira (VASCONCELOS 2014, 117).

[988] D. Leonor de Sousa não surge nos documentos de 1436.

aparentemente tão estruturada ao longo dos cerca de dez anos em que se documenta, certo é que na primeira metade do século XV um Gusmão que residisse em Portugal era, do ponto de vista genealógico, descendente da castelhana casa de Medina Sidónia com presença na Ordem de Santiago, e parente dos portugueses Noronhas, pertencentes à alta nobreza de corte e detentores das mais altas dignidades e títulos do reino.

Surge mencionada em 6 documentos[989].

8. Beatriz Esteves I

Monja professa († ant. 17.Jan.1361)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Falecida antes de 17 de Janeiro de 1361, relativamente a Beatriz Esteves somente podemos afirmar que possuía um casal no lugar da Sapataria (t. Lisboa), que nessa data a abadessa D. Berengária Martins [Pimentel] aforou a Domingos Anes da Azenha e a sua mulher Constança Francisques, moradores no dito lugar.

Distinguimo-la da sua homónima documentada no início do século XV considerando-a enquanto «Beatriz Esteves I».

Surge mencionada num único documento[990].

9. Beatriz Esteves II

Dona professa (1405)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Cremos tratar-se de pessoa distinta da homónima falecida em data anterior a 1361, pelo que a identificamos enquanto «Beatriz Esteves II», uma vez que a 24 de Agosto de 1405 surgem mencionados certos bens localizados no Lumiar os quais *som de Beatriz Esteves dona professa do dito mosteiro*, estando ainda viva nesta data, os quais nesse dia seriam emprazados pelo preço de quinhentas libras. Cremos que caso a dita freira já

[989] Surge referida a **18.Dez.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.304), a **20.Jun.1435** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.2), a **05.Fev.1436** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.2v. e fl.3), a **27.Dez.1443** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.3v-4 e fl.4v.)

[990] Surge referida postumamente a **27.Jan.1361** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.344). Luís Miguel Rêpas biografou-a através do mesmo documento ora citado (RÊPAS 2021, vol. II, 439).

tivesse falecido se teria feito referência a tal situação no documento. Atendendo a que tal não acontece, cremos que esta Beatriz Esteves, proprietária no Lumiar, não será a mesma que no século XIV teria possuído um casal no lugar da Sapataria.

Surge mencionada num único documento[991].

10. Beatriz Leite

[*Freira*] (1510-1518)

Celeireira (1508-1524)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Figura do século XVI, documentando-se ao longo de dois abadessados – o de D. Mécia de Alvarenga e o de D. Violante Cabral –, somente a conhecemos por via da sua posição hierárquica dentro da comunidade religiosa do Mosteiro de São Dinis de Odivelas, que não nos transmite qualquer elemento relativo à sua genealogia ou biografia, pelo que à data continuamos a desconhecer a composição da sua família e do seu património.

O facto de ser mencionada ao lado de Catarina Borges em 1508 – data da sua primeira referência no cartório de Odivelas – leva-nos a considera-la relativamente próxima desta após identificarmos Álvaro Anes Leite, senhor da Torre de Calvos (c. Cabeceiras de Basto) e morador na Quinta de Barrozão, casado com Filipa Borges, figuras de meados do século XV. Segundo o *NFP* de Felgueiras Gayo[992], um filho deste casal, Vasco Leite, acompanhou D. Afonso V a Castela, encontrando-se na batalha de Toro (1476), contando-se, entre os descendentes deste tronco comum dos Leite, alguns oficiais régios e da casa ducal de Bragança[993]. Um filho deste, Diogo Leite, capitão da moeda e juiz dos órfãos da cidade do Porto, onde residiu ao tempo de D. João II, foi pai de dois filhos, não tendo o varão gerado descendência, e extinguindo-se o apelido no momento em que a filha, Beatriz Leite, casou com Manuel de Moura [Coutinho][994]. Estaremos perante a mesma pessoa que no início do século XVI viria a professar em Odivelas? A cronologia da religiosa Beatriz Leite pareceria mais condicente com a de Diogo Leite do que com a da

[991] Surge referida como *dona professa* a **24.Ago.1405** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.365).
[992] GAYO 1992, VI, 254-255.
[993] Referimo-nos a Margarida Leite (filha de Vasco Leite e neta de Álvaro Anes Leite) foi casada com Manuel de Abreu, "guarda-roupa de D. Afonso V", e a um irmão desta, Luís Leite, foi desembargador do Duque de Bragança (GAYO 1992, VI, 255).
[994] GAYO 1992, VI, 255.

sua homónima filha deste último, pese embora esta seja uma hipótese que ao presente teremos de deixar em aberto por não identificarmos outra «Beatriz Leite» entre a genealogia conhecida desta família minhota, detentora da Torre de Calvos.

Surge mencionada em 19 documentos[995].

11. Beatriz Lourenço Barreto

Abadessa (1434-1453[996])

Soprioresa (1408-1427)

Filha de **Lourenço Vicente**[997], atendendo a que este não se documenta com um apelativo desconhecemos se o apelido «Barreto» lhe advinha por via paterna ou materna. A linhagem dos Barreto haveria de se destacar na primeira metade do século XV durante o período da regência do Infante D. Pedro; panorama que, eventualmente, enquadra a nomeação de Beatriz Barreto para o cargo de abadessa do Mosteiro de Odivelas.

A utilização de um patronímico no século XV não nos poderá levar a considerar que Lourenço Vicente seria filho de um «Vicente», podendo este ter sido utilizado já por seu pai, ou não, como sucede com uma contemporânea de Beatriz Barreto em Odivelas, Aldonça Vasques do Rego, filha de um João e neta de um Gonçalo, dos quais não herda qualquer patronímico. Cremos ainda que *dona* Leonor Barreto, documentada entre 1458 e 1474 em Odivelas, poderá aparentar-se com a nossa biografada.

Maioritariamente referida enquanto *D. Beatriz Barreta*, exemplo comum da corruptela de um apelido masculino numa figura feminina, o facto de se documentar, por vezes,

---

[995] Surge referida como *celeireira* a **12.Mai.1508** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.215), a **06.Jul.1508** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.71), a **05.Dez.1515** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.23), a **08.Nov.1522** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.11); e sem referência a qualquer cargo na hierarquia conventual a **12.Fev.1509** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.53), a **03.(…).1510** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.370), a **11.Jun.1516** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.93), a **28.Jun.1518** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.24), a **14.Dez.1518** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.12, fl.13 e fl.15; Liv.6, fl.126), a **28.Dez.1519** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.XXVIv.), a **06.Out.1522** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.248), a **26.Out.1522** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.127), a **10.Dez.1523** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.234-239; Liv.11, fl.294-295 e fl.296-297) e a **15.Out.1524** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.128-131).

[996] Documenta-se ainda num único documento datado de 25.Dez.1455 (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.69-72), sobre o qual nos debruçamos na entrada biográfica **62** de **Isabel Vasques de Alvarenga**.

[997] Apesar de a cronologia da investigação de Luís Miguel Rêpas não lhe ter permitido biografar Beatriz Lourenço, o autor referiu-a em alguns documentos do cartório de Odivelas relativos ao abadessado de D. Aldonça Pimentel, nomeadamente num de 1411 no qual se documenta o dito Lourenço Vicente, pai da então soprioresa Beatriz Lourenço (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.106; RÊPAS 2021, vol. II, 433).

enquanto «D. Beatriz Lourenço Barreta»[998], permite-nos identifica-la com a soprioresa do abadessado de D. Aldonça Pimentel[999]. Tendo esta falecido entretanto, a 9 de Agosto de 1430 surgem "Beatriz Lourenço, soprioresa do mosteiro de Odivelas, [e] Isabel Fernandes, dona do mosteiro de Odivelas"[1000] em demanda pelos bens que haviam sido de Diogo Gil, por herança de sua primeira mulher, Leonor Álvares, e que Aldonça Pimentel vendera a Rodrigo Álvares de Valderes[1001]. A avença então acordada seria confirmada no dia seguinte pela abadessa D. Guiomar Anes do Paço[1002].

Daí a alguns anos virá a surgir sozinha, já como abadessa, num documento datado de 7 de Junho de 1434, assim se comprovando que terá sucedido a D. Guiomar Anes. A partir de 18 de Dezembro de 1434 Beatriz Lourenço Barreto passará a documentar-se entre as demais figuras da hierarquia conventual de então, que a acompanhariam ao longo dos primeiros anos do seu abadessado[1003]. Apesar das posteriores referências a Guiomar Anes do Paço – uma em 1434 e outra em 1438[1004] –, e tendo em conta o hiato documental registado no final do abadessado desta (entre 1431 e 1434), defendemos que, ao certo, Beatriz Barreto se documenta oficialmente enquanto abadessa a partir de Junho de 1434.

Surge mencionada em 37 documentos[1005].

---

[998] Veja-se, a título de exemplo, uma carta de arrematação datada de 18.Nov.1437 (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.285), ou o documento datado de 13.Mai.1413 no qual se lê «Beatriz Lourenço Barreta, soprioresa» (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.495).

[999] Lembramos a transcrição deste documento feita por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 434).

[1000] RÊPAS 2021, vol. II, 438.

[1001] O veredicto ditou que o mosteiro pagasse a Leonor Fernandes e a suas filhas, herdeiras de Diogo Gil, 50.000 reais brancos correntes (veja-se RÊPAS 2021, vol. II, 439).

[1002] Documentam-se a seu lado Leonor Afonso, Violante Afonso, Joana Dias, Leonor Dias, Catarina Martins, Isabel Gomes, Aldonça Vasques e Isabel Vasques, entre outras donas do mosteiro de Odivelas.

[1003] Isabel Fernandes, soprioresa; Catarina Esteves; Violante Afonso; Beatriz de Gusmão e D. Leonor de Sousa (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.304). Surpreende-nos a omissão da prioresa, podendo este cargo estar já associado a Inês de Molnes, que assim se documenta logo no ano seguinte (20.Jun.1435; ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.1 e fl.2); a qual poderia eventualmente estar ausente de Odivelas em Dezembro de 1434. Além destas, entre 1435 e 1437 documentam-se ainda Catarina Martins (1436-1437), Aldonça Vasques [do Rego] (1435-1437) e Joana Dias (1437).

[1004] Veja-se o que a este respeito referimos na entrada biográfica **45** de **Guiomar Anes do Paço**.

[1005] Surge referida como *soprioresa* a **06.Jun.1408** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.116), a **13.Mai.1413** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.495), entre **02.Ago. e 09.Dez. de 1414** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.14), a **26.Ago.1414** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.117; Liv.26, fl.176), a **14.Ago.1425** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.8) e a **07.Dez.1427** (ANTT, OC, MSDO, Liv.17, fl.507); e como *abadessa* a **07.Jun.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.302), a **18.Dez.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.304), a **20.Jun.1435** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.1 e fl.2), a **05.Fev.1436** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.2v. e fl.3), a **13.Nov.1437** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.510), a **18.Nov.1437** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.285), a **05.Jan.1438** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.3; treslado datado de 06.Fev.1543 (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.5-5v.), a **17.Jan.1438** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.97), a **27.Jul.1438** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.10), a **21.Jul.1439** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.286), a **23.Abr.1441** (ANTT, OC, MSDO, Liv.17, fl.508), a **08.Set.1441** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.390), a **27.Dez.1443** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.3v-4 e fl.4v.), a **21.Jun.1444** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.15; Liv.10, fl.334; Liv.18, fl.92 e 93-96), a **??.Abr.1445** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.368B), a **26.Jun.1445** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.5), a **30.Abr.1446** (ANTT, OC, MSDO, Liv.17, fl.510), a **08.Nov.1448** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.373), a

12. Beatriz Tavares

Bolseira e *cantora-mor* (1537-…)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Figura do século XVI, Beatriz Tavares documenta-se no final da nossa cronologia, sendo já abadessa D. Joana de Castro, pelo que somente a documentamos no presente rol de biografias por crermos que a sua posição hierárquica em 1537 exige que tivesse à data alguma idade, podendo ter professado, eventualmente, durante o período de D. Violante Álvares Cabral, ou ainda de D. Mécia de Alvarenga.

Surge mencionada num único documento[1006].

13. D. Beatriz da Silva

Monja (final do séc. XV)

Bolseira (1529-1535…)

Abadessa (séc. XVI)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

No século XVI a linhagem dos da Silva desmembrava-se em diversos ramos colaterais dos que estariam na origem das Casas de Campo Maior e Portalegre[1007], descendentes de Rui Gomes da Silva, filho de Aires Gomes da Silva, aio de D. Fernando I. Ao longo da nossa dissertação identificámos este ascendente da linhagem entre as figuras que ao longo do século XIV parecem ter transitado de reinado de forma aparentemente menos convulsa que outros até ao final da primeira dinastia. Porém, o *LL* de Damião de Góis não nos

19.Jan.1450 (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.137), a **20.Nov.1452** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.47; treslado em: ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.59-68), a **22.Nov.1452** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.165), a **08.Jan.1453** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.126), a **25.Dez.1455** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.69-72 – veja-se o que referimos a respeito deste documento na entrada de **D. Isabel Vasques de Alvarenga**); e, postumamente, num documento datado do abadessado de D. Inês, a **09.Jul.1462** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.118).

[1006] Surge como *bolseira* a partir de **03.Jan.1537** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.268-271).

[1007] A primeira gerada num ramo alentejano dos da Silva por via de Rui Gomes da Silva ter sido alcaide-mor de Campo Maior e Ouguela (VASCONCELOS 2014, 327-329), e a segunda fundada por seu filho, Diogo da Silva de Meneses (VASCONCELOS 2014, 324-327).

permite reconhecer nenhuma «D. Beatriz da Silva»[1008] entre os membros que compõem o título desta linhagem continuada pelos diversos filhos de Rui Gomes da Silva (filho primogénito de Aires Gomes), que parecem ter estrategicamente acrescentado ao antigo nome de família entretanto conotado com o partido derrotado em Alfarrobeira o recém-adquirido – por via não legítima[1009] – «Meneses», proveniente do avô materno, D. Pedro de Meneses, 1º conde de Vila Real. Desconhecendo o paradeiro de «D. Beatriz da Silva», importava atender a uma outra hipótese.

Atendendo a que o nobiliário encomendado pelo Infante D. Luís (1506-1555) só seria concluído após a morte deste, e que então era ainda abadessa de Odivelas D. Joana de Castro, é de admitir que Damião de Góis pudesse ter referido «D. Beatriz da Silva» apenas como freira, porventura desconhecendo que esta viria a ser abadessa dentro de poucos anos[1010]. Com efeito, através da sua cronologia se compreende que D. Beatriz da Silva possa pertencer às últimas gerações contemplada por Damião de Góis. Uma vez que não surge no título de descendentes do alferes-mor Diogo Gomes da Silva, até que ponto a poderemos considerar a "donna Breatiz, que foi freira em Odivelas", filha de D. Filipe de Sousa, e neta do Doutor. João Fernandes da Silveira, 1º barão de Alvito[1011]. Atendendo a que as duas irmãs, D. Guiomar e D. Joana, terão adoptado o apelido materno «da Silva» - prática comum no contexto nobiliárquico português do século XVI –, tudo leva a crer que também D. Beatriz o tenha utilizado.

Filipe de Sousa foi figura da segunda metade do século XV. Filho secundogénito do 1º barão de Alvito e de D. Maria de Sousa [Lobo], herdeira desta linhagem à morte de seus meios-irmãos[1012], foi moço fidalgo e cavaleiro do conselho de D. João II, vereador de Lisboa e comendador de S. Martinho de Sande (Ordem de Cristo), tendo instituído com sua segunda mulher, D. Filipa da Silva[1013], o morgado de Monfalim, no termo de Torres Vedras; geografia cara ao mosteiro de Odivelas. A sua cronologia permite-nos atribuir-lhe uma filha religiosa que tendo, eventualmente, professado ainda no final do

[1008] A única deste nome documenta-se como filha de João Gomes da Silva, craveiro da Ordem de Cristo, filho de Diogo Gomes da Silva (VASCONCELOS 2014, 345).
[1009] Rui Gomes da Silva casou com D. Isabel de Meneses, filha natural de D. Pedro de Meneses, 1º conde de Vila Real (VASCONCELOS 2014, 323).
[1010] Há contudo que ter em conta que determinada referência de Damião de Góis aos anos de 1557-59 (LLDG, fl.276v.-277) – anos do abadessado de D. Beatriz da Silva – poderá impossibilitar esta hipótese, não sendo, ainda, de descartar, que as revisões finais da obra não tenham contemplado todas as partes.
[1011] VASCONCELOS 2014, 554.
[1012] Veja-se VASCONCELOS 2014, 551-52.
[1013] Não raras vezes D. Filipa da Silva surge como «D. Filipa da Cunha», por via de ser filha de Gil Vaz da Cunha e de D. Isabel da Silva, filha de D. Diogo da Silva e neta de João Gomes da Silva, senhor de Vagos – ramo da casa dos Silva da Chamusca.

século XV, durante o abadessado de D. Mécia de Alvarenga, transitando ainda como *monja* para o de D. Violante Álvares Cabral, viria a alcançar o cargo de *bolseira* a partir de 1529, e vivido até provecta idade que lhe permitisse administrar a mesma casa conventual em finais da década de 1550[1014].

A referência ao verbo copulativo utilizado por Damião de Góis – "que foi freira em Odivelas" – poder-nos-ia levar a crer que já tivesse falecido à data de publicação do nobiliário, o que tendo em conta que D. Beatriz da Silva se documentou como *abadessa* por volta de 1558-59, poderia levar-nos a estranhar que o genealogista a não tivesse referido como tal. Contudo, tendo em conta o que até agora discutimos, e atendendo a que não se documenta na mesma cronologia uma homónima em Odivelas, defendemos que D. Beatriz da Silva era descendente por via paterna dos Silveiras, barões de Alvito, e por via materna dos Silva, sendo trineta de João Gomes da Silva, alferes-mor de D. João I e senhor de Vagos[1015].

Surge mencionada em 7 documentos[1016].

14. D. Berengária Martins Pimentel[1017]

Monja de Almoster (1319)

Prioresa de Almoster (1332-1352)

Abadessa de Odivelas (1356-1376)

Filha de **Martim Vasques Pimentel** e de **Constança Martins de Resende**, era irmã de Vasco Martins de Resende, *cavaleiro*; Afonso e João Vasques, os quais "morrerom freires do Spital", sem geração; Maior Martins, freira em Arouca, e Inês Martins. Era neta paterna de Vasco Martins Pimentel – fundador da linhagem dos «Pimentel» –, e prima-direita de João Afonso Pimentel, pai da abadessa D. Aldonça Pimentel (doc. 1379-1425),

[1014] Juntamente com D. Beatriz da Silva, compunham a comunidade odivelense em finais da década de 1550: D. Antónia de Noronha, prioresa; Maria Freire, soprioresa; D. Leonor de Noronha, sacristã; D. Isabel da Silva, porteira; D. Guiomar de Albuquerque; Francisca Vieira; Catarina Teixeira; entre outras (18.Abr.1559; ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.81-84).

[1015] Veja-se o **Esquema Genealógico § 13 (Silva/Silveira (Alvito)**.

[1016] Atendendo a que a cronologia de Beatriz da Silva extravasa o presente trabalho, somente a referiremos como *bolseira*, tal como se documenta a **11.Jun.1529** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.131; Liv.8, fl.24) e a **08.Mai.1530** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.7), a **29.Nov.1530** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.35-43), a **02.Jan.1531** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.8-14), a **18.Out.1532** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.19-22) e a **04.Ago.1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.318).

[1017] D. Berengária Martins Pimentel foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 101) e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 440-451).

sua sucessora em Odivelas. Por via materna era sobrinha de D. Aldonça Martins [de Resende], abadessa do mosteiro de Tarouquela, e de Rui Martins do Casal, curiosamente, sogro de Afonso Fernandes Fafes, que na presente dissertação propusemos ser irmão da primeira abadessa do mosteiro de Odivelas, D. Elvira Fernandes; podendo este grau de parentesco não ter ditado a sua entrada para o mosteiro, tanto mais que terá sido a forma distinta com que ao longo de vinte anos se encarregou do priorado de Almoster que lhe terá possibilitado a transição para o cargo mais alto da hierarquia conventual em Odivelas.

Omitida dos nobiliários medievais, a inserção da sua linhagem no Livro de Linhagens do Conde D. Pedro parece datar da refundição realizada na década de 1360, sendo então, aparentemente, apurada a verdade quanto à bastardia de Vasco Martins Pimentel (avô de D. Berengária Martins), que manchara a honra dos seus descendentes durante a primeira metade do século XIV. Por termos discutido esta questão em capítulo próprio da presente dissertação, lembramos apenas que convencionalmente se atribui a reformulação do dito nobiliário a Álvaro Gonçalves Pereira, prior da Ordem do Hospital, filho de D. Gonçalo Gonçalves Pereira, bispo de Lisboa (1322) e primo-direito de D. Berengária Martins. Além deste primo, documentam-se ainda como figuras de relevo do clero português do século XIV os tios Martim Vasques, cónego do Porto, Estêvão Vasques, prior da Ordem do Hospital, e D. Aldonça Vasques, freira professa no mosteiro de Arouca – o que poderá ter ditado o início das relações dos Pimentéis com a nobiliárquica Ordem de Cister. Do ponto de vista da administração laica, destaca-se o tio Nuno Fernandes Cogominho, almirante-mor do reino, consorciado em segundas núpcias com uma das mais destacadas famílias da oligarquia lisboeta, os Alvernaz. Contamos ainda uma sua prima-direita, Inês Rodrigues Pimentel, a qual fora *ama* de D. Fernando I, e um sobrinho, Gil Vasques de Resende, *aio* do infante D. Dinis.

Podendo o parentesco que partilhava com membros cortesãos ou da administração laica e eclesiástica de Lisboa e do reino[1018] ter justificado a sua nomeação para o cargo de abadessa de Odivelas na década de 1350 – estaria em marcha o processo de legitimação da sua família entre as mais nobres do reino –, cremos que parte destes factores não estariam ainda em consideração em 1319, quando D. Berengária Martins se documenta como monja do mosteiro de Santa Maria de Almoster por ocasião das partilhas feitas pelo meirinho Pêro Esteves, dos bens de Martim Afonso de Resende (avô materno de D.

[1018] Veja-se o **Esquema Genealógico § 9 (Pimentel I)**.

Berengária Martins)[1019]; processo este já investigado por Luís Miguel Rêpas[1020]. O seu parentesco com uma religiosa de Arouca – a tia D. Aldonça Vasques [Pimentel], cujas origens não permitiam ainda o relevo hierárquico demonstrado pela sobrinha –, há muito mosteiro caro à nobreza medieval portuguesa, poderá sim ter justificado a inserção de D. Berengária Martins e de sua irmã Maior Martins na vida religiosa.

Monja no mosteiro de Santa Maria de Almoster, pelo menos, desde 1319, foi devota da Santíssima Trindade e "sempre obediente â Ordem e (…) fazendo boas obras e serviço a Deus e à sua Ordem"[1021]. Terá chegado a São Dinis de Odivelas alguns anos após a crise de abaciados experienciada nesse cenóbio ao longo dos anos de peste, iniciando, a partir dos seus vinte anos de abadessado, a primazia dos Pimentel à frente dos destinos daquele mosteiro no termo de Lisboa registada de meados do século XIV até à primeira metade do século XV. Usava selo próprio, conforme surge mencionado num documento de 1356[1022]. Registamos que terá sido no final do seu abaciado que se começou a documentar a hierarquia de cargos existentes na comunidade conventual – abadessa > prioresa > soprioresa > celeireira > cantora-mor > cantora (doc. 1374-1375) –, merecendo ainda ser assinalado o interesse revelado por D. Berengária Martins pela administração patrimonial dos bens do mosteiro, em escambos e emprazamentos continuados por sua prima D. Aldonça Pimentel.

Surge mencionada em 36 documentos do cartório do mosteiro de Odivelas [1023].

[1019] Segundo Luís Miguel Rêpas foi Vanda Lourenço Menino quem pela primeira vez indicou a existência deste documento; veja-se: RÊPAS 2021, vol. II, 441.

[1020] RÊPAS 2021, vol. II, 440.

[1021] RÊPAS 2021, vol. II, 441.

[1022] 20.Dez.1356 (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.214).

[1023] Surge referida num fólio do Mosteiro de Stª Maria de Tarouquela referente a um documento lavrado em Braga a **13.Mar.1319**, data na qual Vasco Martins de Resende, por si e como procurador de suas irmãs Maior Martins, monja em Arouca, e Berengária Martins, monja em Almoster, e Martim Anes, dito Moreira, procurador de D. Aldonça Martins de Resende, abadessa do Mosteiro de Tarouquela, e de Mor Martins de Resende, sua irmã (tias maternas dos primeiros), aceitam as partilhas feitas por Pêro Esteves, quando era meirinho, dos bens que foram de Martim Afonso de Resende, avô materno dos primeiros (Vasco, Maior e Berengária Martins) e pai das segundas (Aldonça e Mor Martins), por entenderem que as partilhas eram melhores que as que no entretanto Martim Gil havia feito dos mesmos bens (ANTT, OSB, MSMT, mç.15, doc. s/nº; cf. Repas, 2021, 441). Vejam-se os documentos relativos ao seu percurso em Almoster ao longo das décadas de 1330 e 1340 transcritos por Luís Miguel Rêpas em: RÊPAS 2021, vol. II, 442-443. Surge pela primeira vez em Odivelas, já como *abadessa* a **20.Set.1356** (ANTT, OC, MSDO, Tomo 3º, Maç. ou Cód. 46 (cx.37), nº1a; cg. RÊPAS 2021, vol. II, 443), documentando-se de seguida a **12.Out.1356** (ANTT, OC, MSDO, Tomo 3º, cod.46, nº1d; cf. RÊPAS 2021, vol. II, 443), a **15.Out.1356** (ANTT, OC, MSDO, Tomo 3º, cod.46, nº1c e nº1h; cf. RÊPAS 2021, vol. II, 443), a **10.Nov.1356** (ANTT, OC, MSDO, Tomo 3º, cod.46, nº1g; cf. RÊPAS 2021, vol. II, 444), a **12.Nov.1356** (ANTT, OC, MSDO, Tomo 3º, cod.46, nº1f; cf. RÊPAS 2021, vol. II, 444), a **15.Nov.1356** (ANTT, OC, MSDO, Tomo 3º, Maç. ou Cód. 46 (cx.37), nº1i; cg. RÊPAS 2021, vol. II, 444), a **20.Nov.1356** (ANTT, OC, MSDO, Tomo 3º, Maç. ou Cód. 46 (cx.37), nº1b e nº1j; cf. RÊPAS 2021, vol. II, 444), a **28.Nov.1356** (ANTT, OC, MSDO, Tomo 3º, Maç. ou

15. Branca Lourenço

Monja (1345)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Irmã de Maria Lourenço, *monja de Odivelas*, com a qual partilhava a posse de um olival em Alfundão (freg[a], c. Ferreira do Alentejo), que lhes rendia anualmente três libras; rendimento que após a morte das duas irmãs passaria a ser pago ao Mosteiro de Odivelas. A 25 de Abril de 1345 a abadessa Leonor Martins emprazou o olival, em três vidas, a Estêvão Sabor e a sua mulher Maria Miguéis, moradores em Marvila (t. Lisboa).

A localização desta propriedade não nos permite confirmar se Branca Lourenço e sua irmã possuíam ascendência alentejana, nem tão pouco se teriam nascido em Alfundão ou em Ferreira do Alentejo, o que a confirmar-se talvez nos pudesse indicar que antes de Odivelas tivessem estado em São Bento de Cástris (c. Évora). A transferência para Lisboa

---

Cód. 46 (cx.37), nº1e; cf. RÊPAS 2021, vol. II, 444), a **06.Dez.1356** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.214), a **14.Dez.1356** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.215), a **20.Dez.1356** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.214 e fl.215; Liv.6, fl.3) – lembramos ainda uma outra data presente nestes documentos, a qual já foi discutida por Luís Miguel Rêpas em RÊPAS 2021, vol. II, 445, nt.2458 –, a **15.Fev.1357** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10. fl.2), a **23.Jul.1357** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.371; traslado passado a 12.Ago.1357), a **23.Mai.[1358]** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.366; seguimos Luís Miguel Rêpas quanto à proposta de datação deste documento: cf. RÊPAS 2021, vol.II, 446, nt.2464), a **10.Out.1358** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.133), a **17.Jan.1361** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.344), a **20.Fev.1361** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.159), a **20.Abr.1361** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.4), a **08.Mai.1361** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.216), a **15.Out.1361** (ANTT, OC, MSDO, Tomo 3º, Maç. ou Cód.46 (cx.37), nº71; cf. RÊPAS 2021, vol. II, 447), a **08.Mar.1364** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.1; traslado passado a 12.Ago.1364), a **20.Jun.1365** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.494; traslado passado a 18.Jun.1366) a **20.Fev.1366** (ANTT, OC, MSDO, Tomo 3º, Maç. ou Cód.46 (cx.37), nº72; cf. RÊPAS 2021, vol. II, 448), a **03.Mar.1366** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.1), a **22.Mar.1366** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.512), a **25.Ago.1368** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.513), a **31.Ago.1368** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.513), a **24.Set.1373** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.33), a **03.Jan.1374** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.260), a **12.Fev.1374** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.389), a **15.Mar.1374** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.386), a **15.Jan.1375** (ANTT, OC, MSDO, Tomo 3º, Maç. ou Cód.46 (cx.37), nº6; cf. RÊPAS 2021, vol. II, 450), a **02.Mai.1375** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.397), a **11.Mai.1375** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.4), a **03.Nov.1375** (ANTT, OC, MSDO, Liv.17, fl.286) e a **02.Mai.1376** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.397).

Encontramos D. Berengária Martins Pimentel em documentação do cartório da Colegiada de S. Julião de Frielas, nomeadamente em dois documentos, datados de **08.Jan.1371** (ANTT, *Colegiada de S. Julião de Frielas*, mç.1, nº56 (cópia) e 57 (original)) e de **28.Dez.1371** (ANTT, *Colegiada de S. Julião de Frielas*, mç.1, nº56). Veja-se RÊPAS 2021, vol. II, 449.

continuará uma incógnita, eventualmente relacionada com a memória relacionada com a presença de monjas desse cenóbio eborense em Odivelas logo após a fundação.

Surge mencionada num único documentos[1024].

16. Branca Martins

Monja († ant. 10.Nov.1356)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Ao certo apenas sabemos que possuía uma casaria no lugar de Odivelas que rendia ao mosteiro três libras, a qual, em 1356, foi emprazada pela abadessa D. Berengária Martins, em três vidas, a Silvestre Martins e a sua mulher Madalena Vicente.

Surge mencionada num único documento[1025].

17. Catarina Anes[1026]

(† ant. 20.Jun.1365)

Monja professa (1343-1344)

Filha de **João Anes**, porteiro da rainha D. Isabel de Aragão, e de **Estevainha Martins**. Terá tido irmãos, cujo nome desconhecemos, podendo ter sido sua irmã Luzia Anes, casada com João Martins, *homem del rei* – segundo proposta de Luís Miguel Rêpas[1027]. Em 1343 a abadessa Leonor Martins nomeou o procurador do Mosteiro de Odivelas, Domingos Domingues, dito *Tiçarro*, de proceder à demarcação de todos os bens, heranças e herdades móveis e imóveis, herdados por Catarina Anes, em sequência do falecimento de seus pais, e à partição dos mesmos bens com os irmãos da monja[1028]. Poucos dias

[1024] Branca Lourenço foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 101) e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 451). Surge referida como monja professa a **25.Abr.1345** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.396).

[1025] Surge referida postumamente a **10.Nov.1356** (ANTT, OC, MSDO, Tomo 3º, Maç. ou Cód. 46 (cx.37), nº1g; cf. RÊPAS, 2021, vol. II, 452).

[1026] Catarina Anes foi biografada anteriormente por Margarida da Silva Pinto, que apenas a refere num documento incorrectamente datado pela autora de «1366» - "ANTT, Mosteiro de Odivelas, Liv. 11, ms. 494" (PINTO 2000, 102) –, mas que sabemos datar, sim, de 20.Jun.1365 (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.494); e mais recentemente por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 452-454).

[1027] RÊPAS 2021, vol. II, 453.

[1028] RÊPAS 2021, vol. II, 452-53.

depois, a 3 de Janeiro de 1344, estando na vila de Santarém na pousada do tabelião, o procurador Domingos Domingues viria a escambar um astil de herdade com a sua parte de casas na rua da Trindade de Santarém e um olival em Pé de Aranha (t. Santarém) que haviam pertencido a João Anes e a sua mulher, pelo que os consideramos como proprietários de Santarém, desconhecendo se seriam naturais dessa localidade. Além destes, terá herdado de seus pais duas courelas de vinha e uma para pão no *termo do Paço de D. João Afonso*, as quais foram emprazadas em 1365 pela abadessa D. Berengária Martins a Vicente Esteves, sapateiro, e a sua mulher Catarina Martins, moradores em Lisboa, pelo foro anual de doze libras de dinheiros portugueses que deveriam ser pagos a Catarina Anes enquanto a mesma fosse viva. Assim sendo, concluímos que esta religiosa seria uma proprietária de bens urbanos e rurais em Lisboa e em Santarém, tendo o seu pai ocupado um cargo privilegiado de serviço à casa da rainha D. Isabel de Aragão.

Surge mencionada em 3 documentos[1029].

18. Catarina Domingues

Monja (1330)

Filha de **Domingos Pais**, *canlhador* em Lisboa, e irmã de Maria Domingues, monja professa no Mosteiro de Odivelas, com a qual partilhava a posse de um chão na cidade de Lisboa, na rua dos *Asteeiros* (fg. Madalena, c. Lisboa), ao muro da cerca e à torre do armazém, no qual deveriam ser construídas casas que viessem a render de foro anual catorze libras; as quais ficariam para o mosteiro à morte das duas irmãs, vindo a ser, em 1358, emprazadas pela renda de doze libras[1030].

Surge mencionada em 2 documentos[1031].

19. Catarina Borges

Dona (1498-1518)

[1029] Surge referida como *monja* a **15.Dez.1343** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.297), a **03.Jan.1344** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.297); e, postumamente, a **20.Jun.1365** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.494).

[1030] Catarina Domingues foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 102) e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 454-55).

[1031] Surge referida como monja em **1330** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.247; conforme alerta Luís Miguel Rêpas, este documento encontra-se praticamente ilegível, pelo que desconhecemos o dia e mês em que foi elaborado (RÊPAS 2021, vol. II, 454)); e, postumamente, a **10.Set.1358** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.133)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

A informação recolhida na documentação do cartório do Mosteiro de Odivelas não nos permite um conhecimento objectivo sobre a vida de Catarina Borges, pelo que optaremos por a investigar dentro da linhagem dos Leite, discutidos na entrada de Beatriz Leite.

Documentando-se estas duas religiosas praticamente na mesma cronologia, apesar da descendência dos senhores da Torre de Calvos ter perdido o nome família da sua avoenga Filipa Borges, envolvida em dúvida por diversos genealogistas, conforme recorda no seu *NFP* Felgueiras Gayo:

> (…) há dúvida por que Trocato Peixoto, e outros, a fazem irmã de Diogo Borges Comendatário do Mosteiro de Refoios de Basto e filhos de Duarte Borges, e sua m.er D. Elvira Alcaforado no ttº. De Andrades Freires (…) outros que fora filha do dito D. Diogo Borges Comendatário de Refoios, e Sr. das quintas de Jou e do Congo, e neta de Gonçalo Borges Porteiro Mor do Rei D. Afonso IV[1032].

De qualquer das formas, a ascendência dos Leite a antepassados oficiais da coroa desde o século XIV parece estar assegurada. Por outro lado, confundindo-se a ascendência dos Borges nestes comendadores de Refoios de Basto, o elevado grau de homonímia leva-nos a documentar alguns indivíduos que usaram o nome «Rui Borges» ao longo do século XV. A sua caracterização, caso seja o mesmo em todas as notícias que registam o nome, varia bastante, existindo um filho de Diogo Borges, de nome Rui Dias Borges, senhor de Carvalhais e almoxarife da alfândega de Lisboa[1033], camareiro-mor de D. Duarte e cavaleiro do conselho e porteiro-mor de D. Afonso V[1034]. Por via da única «Catarina Borges» que temos notícia da linhagem dos Borges do século XV, membro do ramo dos «Borges» senhores de Alva, Felgueiras Gayo não só a consorciou com *Afonso de Mansilha*[1035], como a considerou filha do alcaide Rui Borges[1036], senhor de Gestaçô, neta

[1032] GAYO 1992, VII.

[1033] GAYO 1992, III, 104 e ss. Terá tido uma bisneta de nome «Catarina Borges», cuja cronologia cremos que extravasa a da religiosa de Odivelas.

[1034] Veja-se a «Tabela 1» da investigação de Luís Seabra Lopes sobre "Os Borges de Carvalhais", na qual documenta como hipotético avô de António Borges de Miranda, 3º senhor de Carvalhais, um Rui Borges, porteiro-mor de D. Afonso V e filho de Diogo Borges, e por hipótese distinta um homónimo alcaide-mor de Santarém e senhor de Carvalhais (cf. LOPES 2017, 105).

[1035] GAYO 1992, III, 96. Tendo sido considerado durante largos anos com um fidalgo galego que servira D. Afonso V na batalha de Toro, certos genealogistas consideram que terá sido um escudeiro do infante D. Henrique, natural de Vouzela, filho natural de João Afonso e de Marinha Sanches, legitimado por carta régia datada de 30 de Julho de 1433.

[1036] Segundo o *NFP* Rui Borges foi alcaide-mor de Santarém e vedor da fazenda de D. Duarte, tendo estado em Ceuta e recebido a confirmação do seu senhorio por mercê de D. Afonso V feita em Torres Vedras a 3 de Julho de 1449, e confirmada por D. Manuel I em Évora a 10 de Junho de 1497 (GAYO 1992, III, 96).

de João Gonçalves Borges, e bisneta de Gonçalo Vasques Borges[1037]. Apesar de não termos qualquer referência documental que nos permita entroncar *dona* Catarina Borges com qualquer destes oficiais do século XV, dado os seus perfis não é impossível considerar que uma religiosa do mosteiro de Odivelas descendesse destes Borges com destaque considerável a partir do reinado de D. Afonso V. Documentando-se no final da centúria, poderia eventualmente ter sido filha ou neta daqueles. Quanto à sua posição geracional, perante a sua cronologia em Odivelas assaltam-nos ainda duas dúvidas: a primeira, se em 1498 a dita Catarina Borges era jovem o suficiente para ser filha de um camareiro do rei falecido em 1438; e a segunda, se a mesma religiosa se terá deixado de documentar em 1518 por (1) ter falecido ainda jovem, por (2) ter já idade suficiente para ter nascido algures em meados do século XIV, ou ainda, por outro lado, (3) ter transitado para outro cenóbio. Ao presente não saberemos responder a nenhuma das questões ora levantadas.

Surge mencionada em 17 documentos[1038].

20. Catarina Esteves

Freira (1428-1469)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Surge durante os abadessados de D. Guiomar Anes do Paço, de D. Beatriz Lourenço Barreto e de D. Inês [de Abreu], documentando-se quase sempre em quarto lugar na hierarquia conventual apesar de não surgir associada a qualquer cargo, ao lado das *prioresas* Inês de Molnes e Isabel Fernandes [de Resende] – ao tempo da anterior era esta soprioresa –, da *soprioresa* Aldonça Vasques [do Rego], e das *monjas* Beatriz de Gusmão, Catarina Fernandes, Catarina Martins, Inês Álvares, Isabel Gomes de Azevedo, Isabel Vasques [de Alvarenga], Joana Dias, D. Leonor de Sousa e Violante Afonso [do Casal].

[1037] GAYO 1992, III, 95. Felgueiras Gayo considera Gonçalo Vasques como contemporâneo de D. Pedro I, tendo sido "Sr- de Calvos. Ourilhe e de Alvaro e da Torre de Moncorvo e Escrivão da Puridade do d.º Rey D. Pedro 1.º" – o cargo de escrivão deverá ter-lhe sido conferido por via de seu sogro o ter detido anteriormente.

[1038] Surge referida como *dona* a **30.Dez.1498** (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.162), a **08.Mai.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.70), a **07.Abr.1507** (ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.8), a **12.Mai.1508** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.216-225), a **06.Jul.1508** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.71), a **12.Fev.1509** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.53), a **03.(…).1510** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.370), a **10.Abr.1516** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.335 e fl.336-339; Liv.43, fl.XIv.), a **11.Jun.1516** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.93), a **28.Jun.1518** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.24), a **14.Dez.1518** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.12, fl.13 e fl.15; Liv.6, fl.126),

Junto a D. Inês documenta-se pela última vez a 29 de Dezembro de 1469, com Isabel Fernandes de Resende e Aldonça Vasques, num emprazamento de casas e forno na freg[a] de São Nicolau (c. Lisboa) a João de Sequeira, monteiro da rainha D. Isabel, pelo preço de 150 reis brancos de 35 libras de ouro cada real[1039]; pelo que cremos que terá falecido algures após essa data.

Surge mencionada em 10 documentos[1040].

21. Catarina Fernandes I

Freira (1428-1443)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Documenta-se ao longo dos abadessados de D. Guiomar Anes do Paço e de D. Beatriz Lourenço Barreto. Desaparecendo da documentação em 1443, cremos que terá falecido algures após essa data, pelo que não se poderá considerar a mesma pessoa que a sua homónima que a partir de 1492 seria registada como *celeireira*.

Surge mencionada em 9 documentos[1041].

22. Catarina Fernandes II

Celeireira (1492-1503)

Prioresa (1499)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Atendendo ao hiato documental registado entre 1443 e 1492 cremos que não se possa considerar a mesma pessoa que a sua homónima anteriormente biografada. Passaremos a

[1039] ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.127.

[1040] Surge referida a **09.Jan.1429** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.88v.-89), a **23.Jul.1431** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.96), a **15.Mai.1432** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.93), a **29.Jul.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.91v.-92), a **??.??.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.104v.) – não nos foi possível identificar o dia e mês do dito documento devido ao mesmo se encontrar praticamente ilegível –, a **18.Dez.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.304), a **26.Dez.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.106v.-107 e fl.107v.), a **21.Jul.1439** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.286) e a **29.Dez.1469** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.127).

[1041] Surge referida como *freira* a **13.Dez.1428** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.88-88v.), a **09.Abr.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.90-91), a **11.[??].1435** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.93v.), a **20.Jun.1435** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.94), a **05.Fev.1436** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.2v. e fl.3), a **13.Nov.1437** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.510) e a **27.Dez.1443** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.3v-4 e fl.4v.).

distingui-las considerando a que pela primeira vez se documenta a 24 de Março de 1492 enquanto Catarina Fernandes II. Nessa data sucedia hierarquicamente à abadessa (D. Mécia de Alvarenga), à soprioresa (D. Violante [de Sousa]) e antecedia a bolseira (Maria de Bobadela), as quais continuariam a documentar-se durante a cronologia em apresso.

Se nos documentos datados de Março de 1492 se omite o nome da prioresa[1042], a 24 de Março de 1493 ocupava o cargo D. Violante de Sousa. Um hiato de alguns anos levará a que só em 1497 se volte a documentar uma religiosa nesse cargo, sendo a partir daí prioresa *D. Violante de Miranda*[1043] (doc. 1497-1499). Surgindo Catarina Fernandes como *prioresa* uma única vez, a 29 de Janeiro de 1499, ao lado da soprioresa Maria de Bobadela – depois de até 23 de Janeiro desse ano se ter documentado sempre como *celeireira*, sendo prioresa *D. Violante de Miranda* e soprioresa Mécia da Costa –, a este momento suceder-se-ão alguns meses em que o cartório de Odivelas não registou actividade, até que a 8 de Maio de 1499, voltando Catarina Fernandes a documentar-se enquanto celeireira, era já prioresa uma outra «D. Violante» – o que contribuí para a confusão de homónimas que haveremos de destrinçar nas entradas biográficas destas religiosas. É portanto de crer que, ou Catarina Fernandes chegou de facto a ser prioresa durante alguns meses do primeiro semestre de 1499, ou tal referência se deve a um equívoco do escrivão. Exceptuando este episódio, Catarina Fernandes documenta-se enquanto *celeireira* ao longo de cerca de uma década, ao lado de D. Mécia de Alvarenga, *abadessa*, "D. Violante de Sousa"[1044], *prioresa*, Mécia da Costa, *soprioresa*, Maria de Bobadela, *bolseira*, e antecedendo Leonor de Teive, *sacristã*, e as monjas Catarina Borges, Filipa da Costa e Joana Draga.

Surge mencionada em 23 documentos[1045].

[1042] Sucede a D. Mécia de Alvarenga uma «D. Violante, soprioresa». Veja-se a entrada biográfica **112** de **D. Violante de Sousa (ou [de Miranda])**.

[1043] Surge como «D. Violante de Miranda» em todos os documentos compreendidos entre as datas de 21.Jun.1497 (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.57) e 19.Mar.1498 (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.498). Veja-se a entrada biográfica **112** de **D. Violante de Sousa (ou [de Miranda])**.

[1044] Veja-se a entrada biográfica **112** de **D. Violante de Sousa (ou [de Miranda])**.

[1045] Surge referida como *celeireira* a **24.Mar.1492** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.200), a **28.Mar.1492** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.s.n.), a **04.Out.1493** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.349), a **08.Out.1495** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.363), a **28.Set.1496** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.129), a **02.Mar.1497** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.78), a **21.Jun.1497** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.57), a **25.Jun.1497** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.455), a **19.Mar.1498** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.498), a **30.Dez.1498** (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.162), a **23.Jan.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.132), a **08.Mai.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.70), a **18.Jun.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.8; Liv.30, fl.124), a **13.Jul.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.320), a **16.Jul.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.128; Liv.43, fl.LV-LVv.), a **12.Nov.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.334), a **14.Jan.1501** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.321), a **23.Jan.1501** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.XXVIv.), a **27.Fev.1501** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.214). a **27.Mai.1503** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.325); e como *prioresa* a **29.Jan.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.153),

23. Catarina Gonçalves

Dona (1469)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Documenta-se num único fólio, datado de 29 de Dezembro de 1469, no qual a abadessa D. Inês [de Abreu] renovou o emprazamento de umas herdades no Lumiar que haviam sido de João Esteves e que agora trazia Gil Martins pelo preço de cem reis brancos de trinta e cinco libras cada real de foro cada ano. Encabeçavam a doação em representação dos interesses do mosteiro a *abadessa* D. Inês, a *prioresa* Isabel Fernandes de Resende, a *soprioresa* Aldonça Vasques do Rego, e a dita *dona* Catarina Gonçalves; pelo que, sendo aparentemente diminuta a sua posição na hierarquia do mosteiro, e atendendo ao seu patronímico, propomos que apenas tenha sido referida em relação àquele que supomos ser seu irmão, João Gonçalves, *estalajadeiro que mora na estalagem que foi da cega*, e que nesse ano de 1469 servia como procurador da abadessa e demais religiosas do Mosteiro de São Dinis de Odivelas, sendo referido no emprazamento em questão.

Surge mencionada num único documento[1046].

24. Catarina Martins I[1047]

(† ant. 04.Mar.1398)

Celeireira (1374-1376)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Catarina Martins foi a primeira religiosa a documentar-se no cargo de «celeireira» do mosteiro de São Dinis de Odivelas, num documento datado de 3 de Janeiro de 1374, ao lado da abadessa D. Berengária Martins Pimentel, da prioresa Maior Martins e da cantora Inês Martins de Paz. Além destas, conviveu ainda com *dona* Joana Martins (prioresa em 1375-76), *dona* Leonor Martins Alvernaz (soprioresa em 1375-76) e Inês de Molnes

[1046] Surge referida como *dona de Odivelas*, seguindo-se à soprioresa D. Aldonça Vasques do Rego, num documento datado de **29.Dez.1469** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.232).

[1047] Catarina Martins I foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 103) e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 455-456).

(cantora). Em Abril de 1375 viria a receber de Vasco Lourenço de Almada, procurador de Gonçalo Vasques de Azevedo, *vassalo del rei* D. Fernando I, em nome do mosteiro de Odivelas – juntamente com a prioresa Joana Martins e o procurador João Esteves –, a posse do lugar de Fontoira e da casa que trazia aforada João Martins [de Guimarães], e ainda umas herdades que João Vicente trazia aforadas a Gonçalo Vasques de Azevedo, concluindo desta forma o processo de escambo acordado em Janeiro desse ano entre as donas de Odivelas e o dito Gonçalo Vasques, através do qual aquelas haviam escambado a quintã que tinham na Horta Lagoa (t. Santarém) por uma vinha e um bacelo com casa térrea em Fontoira e três courelas de vinha em Picoas (c. Lisboa), que em Abril passaram a integrar o património fundiário e imobiliário do mosteiro.

Catarina Martins documenta-se num ponto de chegada de um percurso administrativo próprio, através do qual as religiosas de Odivelas se haviam relacionado com membros da nobreza através de escambos que reforçavam o património de ambos. O escambo de 1375 é assim compreendido à luz de um mosteiro de cariz urbano no termo de Lisboa que privilegiava propriedades próximas da sua implantação territorial, preterindo outras mais distantes, como seria o caso de uma quintã em Santarém. Ainda em 1376 viriam a repetir o processo, escambando o que tinham na *Moia*, lugar de Caniços, por todas as herdades que os condes de Ourém[1048] possuíam na Portela (t. Lisboa). A partir de 1398 D. João I proibiria que o mosteiro emprazasse bens rústicos à nobreza, impedindo a continuidade desta política de aquisições.

Curiosamente nesse mesmo ano de 1398, a 4 de Março, em cabido "nas pousadas onde costumava morar o prior da Golegã" em Lisboa, a abadessa D. Aldonça Pimentel emprazou a Pedro Anes, almocreve, e a sua mulher Catarina Anes, "dita Filipa", moradores no lugar de Valverde (t. Lisboa), uma courela de vinha em Benfica que ficara ao mosteiro por morte de Catarina Martins, freira em Odivelas[1049]. Atendendo a que à data já teria falecido, não a podemos considerar como a homónima documentada na primeira metade do século XV; pelo que a consideraremos enquanto «Catarina Martins I».

Surge mencionada em 5 documentos[1050].

[1048] D. João Afonso [Telo de Meneses] e D. Guiomar [Lopes Pacheco].
[1049] RÊPAS 2021, vol. II, 420.
[1050] Surge referida como *celeireira* a **03.Jan.1374** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.260), a **15.Jan.1375** (ANTT, OC, MSDO, Tomo 3º, Maç. ou Cód. 46 (cx.37), nº67; RÊPAS 2021, vol. II, 455), a **14.Abr.1375** (ANTT, OC, MSDO, Tomo 3º, Maç. ou Cód. 46 (cx.37), nº67; RÊPAS 2021, vol. II, 456) a **02.Mai.1376** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.397) e, postumamente, a **04.Mar.1398** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.12).

25. Catarina Martins II

Monja (1428-1439)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Temos notícia de que Catarina Martins, *celeireira* na década de 1370, terá falecido em data anterior a Março de 1398, pelo que, documentando-se esta apenas a partir de 1428, a consideraremos como sua homónima, enquanto «Catarina Martins II».

Catarina Martins II surge no mosteiro de Odivelas durante o abadessado de D. Guiomar Anes do Paço, tendo convivido no mosteiro com esta e com a *prioresa* D. Inês de Molnes (doc. 1428-39), a *soprioresa* Beatriz Lourenço [Barreto] (doc. 1428-ant.1434), a *cantora* Isabel Fernandes (doc. 1428-ant.1434), e as *donas professas* Violante Afonso [do Casal], Catarina Fernandes, Isabel Gomes [de Azevedo] e Isabel Vasques [de Alvarenga]. Daí a alguns anos, mantendo-se no cargo de prioresa D. Inês de Molnes, e sendo eleita para o cargo de abadessa a antiga soprioresa D. Beatriz Barreto, ao longo do ano de 1434 Catarina Martins II documenta-se ao lado das religiosas que já a acompanhavam na década anterior, sendo agora soprioresa a antiga cantora Isabel Fernandes de Resende, às quais se juntavam outras, tais como: Aldonça Vasques do Rego, Beatriz de Gusmão, Catarina Esteves, Joana Dias, Leonor de Sousa e Maria de Beça.

Catarina Martins II documenta-se pela última vez a 21 de Julho de 1439, pelo que cremos que terá falecido algures em data posterior a essa, ainda durante o abadessado de D. Beatriz Lourenço Barreto.

Surge mencionada em 6 documentos[1051].

26. Catarina Martins [Pimentel]

Monja (1410-1419)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

[1051] Surge referida como *monja* a **13.Dez.1428** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.88-88v.), a **09.Abr.1434** (ANTT, OC, MSO, Liv.40, fl.90-91), a **29.Jul.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.91v.92), a **20.Jun.1435** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.2), a **13.Nov.1437** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.510), a **21.Jul.1439** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.286).

Foi Luís Miguel Rêpas quem pela primeira vez a identificou[1052], documentando-a no cartório do mosteiro de S. Vicente de Fora a partir de 31 de Dezembro de 1410, data em que arrendou a Aires Peres, mercador e morador na cidade de Lisboa, pelo período de nove anos, umas casas em Lisboa que trazia emprazadas em sua vida ao mosteiro de S. Vicente de Fora, as quais lhe passaram a render duas mil libras ao ano[1053]. Tendo este arrendamento continuado ao longo dos anos seguintes aparentemente sem levantar qualquer questão, a 17 de Julho de 1419 o mosteiro de S. Vicente de Fora viria a discutir a sua legitimidade, reivindicando a posse das casas pouco tempo antes do contrato celebrado com Aires Peres terminar; haviam passado precisamente nove anos[1054].

Por extravasar a cronologia da investigação de Luís Miguel Rêpas, Catarina Martins Pimentel foi somente identificada na entrada biográfica de D. Aldonça Pimentel. Por integrar a nossa, procuremos documentar os espaços e redes familiares que a integravam.

Em primeiro lugar, cumpre esclarecer que atendendo ao facto de não se documentar no cartório de Odivelas, não a haveremos de considerar enquanto a mesma pessoa que «Catarina Martins II», somente referida a partir de 1428, podendo ambas as religiosas terem, eventualmente, convivido nas primeiras décadas do século XV.

Ao tempo da geração de Constança Martins, a descendência de Martim Vasques Pimentel já se havia extinguido, adoptando a sua varonia (ramo ao qual pertencia a monja Joana Gil) o apelativo *Resende* que os vinha a distinguir dos restantes ramos da linhagem. Catarina Martins [Pimentel] poderá ser descendente de algum dos irmãos omissos da abadessa D. Aldonça Pimentel; ou de um Martim Afonso Pimentel – irmão do 1º conde de Benavente, João Afonso Pimentel – casado com Inês (ou Isabel) Vasques de Melo, com a qual somente terá tido descendência masculina[1055]. Seguindo a primeira opção, seria sobrinha de D. Aldonça Pimentel – o que consideramos mais viável uma vez que se conhecem os nomes dos três sobrinhos do 1º conde de Benavente, e caso contrário

[1052] RÊPAS 2021, vol. II, 408-409.

[1053] 3**1.Dez.1410** (ANTT, OC, MSVF, 1ª inc., mç.25, nº15)

[1054] Lembramos o agradecimento tecido por Luís Miguel Rêpas à Drª Isabel Branquinho, que lhe cedera informação relativa a este documento, o qual pela segunda vez publicamos e que nos atesta a presença dos Pimentéis no mosteiro de São Dinis de Odivelas na primeira metade do século XV, sob os laços de parentesco e estratégia da abadessa D. Aldonça Pimentel.

[1055] Bernardo de Vasconcelos e Sousa filia três filhos a este casal, a saber: Vasco Martins Pimentel; João Afonso Pimentel, casado com Teresa Pacheco; e Rodrigo Afonso Pimentel. Veja-se o «Esquema Genealógico XI. Descendência de Afonso Vasques Pimentel, filho do 1º casamento de Vasco Martins Pimentel» (SOUSA 2000, 221).

estaríamos apenas a acrescentar-lhes uma irmã sem documentação que o comprovasse ao certo –; optando pela segunda, aparentá-la-íamos enquanto sobrinha-neta da abadessa[1056].

Concluímos que, ao certo, terá pertencido ao grupo de religiosas da linhagem dos Pimentéis que habitando em Odivelas construíam a partir deste mosteiro parte considerável da esfera de influências da linhagem tecida através dos cargos de poder da cidade e termo de Lisboa, que já então lhes permitiam alcançar os do reino e ter a sua genealogia espelhada no principal nobiliário do seu tempo. Tendo por ascendente simbólico a tia D. Berengária Martins, na transição do século XIV para o XV acompanhavam D. Aldonça Pimentel várias sobrinhas e primas, entre as quais podemos identificar Inês Vasques [Leitão], Joana Gil [de Resende] e Catarina Martins [Pimentel], compondo uma extensão da linhagem dos Pimentéis para o interior do mosteiro de São Dinis de Odivelas.

Surge mencionada num único documento[1057].

27. D. Catarina de Melo

Monja (1526)

Escrivã da fazenda (1529-1555)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Atendendo à sua cronologia cremos que D. Catarina de Melo possa ter professado no Mosteiro de São Dinis de Odivelas ainda durante o abadessado de D. Mécia de Alvarenga. A primeira notícia que temos a seu respeito data de 1526, quando o mosteiro tomou posse em seu nome do casal de Pai Joanes (t. Loures)[1058], permitindo-nos localizar parte do seu património em documentação que nunca refere os seus familiares.

A presença de indivíduos que usaram o apelido «Melo» documenta-se no cartório de Odivelas desde 1441, corria o abadessado de D. Beatriz Barreto, quando o mosteiro emprazou uma vinha e um olival em Santa Maria do Paraíso a Álvaro Gomes, escudeiro de Pedro Vasques de Melo e morador em Lisboa[1059]. Cremos tratar-se precisamente do 1º

[1056] Veja-se o **Esquema Genealógico § 9 (Pimentel I)**.

[1057] Não surge na documentação do mosteiro de São Dinis de Odivelas, pelo que só a identificamos, de facto, no de S. Vicente de Fora, a **31.Dez.1410** (ANTT, OC, MSVF, 1ª inc., mç.25, nº15) e a **17.Jul.1419** (ANTT, OC, MSVF, 1ª inc., mç.25, nº15). Cf. RÊPAS 2021, vol. II, 409, nt.2275.

[1058] ANTT, OC, MSDO, Liv.13, fl.4. Pai Joanes é actualmente um local nos arredores do município de Loures.

[1059] 08.Set.1441 (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.390).

conde de Atalaia[1060], regedor da Casa do Cível, que lhe poderia exigir residência na capital; casado com D. Maria de Noronha, filha de D. Afonso Henriques, conde de Gijón.

Vários anos volvidos, em 1518, Diogo Vaz[1061] de Melo viria a vender umas casas na Rua dos Cavaleiros, à Mouraria (c. Lisboa), a D. Violante Cabral pelo preço de 60.000 reis[1062]. Cremos tratarem-se precisamente das mesmas que em 1571 viriam a ser emprazadas a D. Margarida de Sousa, mulher de António de Melo[1063], continuando ao fim de cerca de meio século a compor o património imobiliário do mosteiro.

Em 1531 uma D. Catarina de Melo, com procuração de seu marido Cristóvão de Melo, apresentara o *desestimento* de um casal no termo de Alenquer[1064]. Cremos tratar-se do mesmo Cristóvão de Melo a quem em 1553 D. Joana de Castro emprazou umas casas no campo de Alvalade Grande[1065]. Estando este vivo em ambas as datas, jamais poderemos considerar a *escrivã da fazenda* de Odivelas em 1531 como mulher de Cristóvão de Melo, pelo que se tratará de uma homónima sua contemporânea.

Por fim, temos ainda notícia de que em 1558 se arrematataram umas azenhas que pertenciam a D. Ana da Silva e a Diogo de Melo, em Colares (t. Sintra)[1066]. Esta ligação entre os «Melo» e os «Silva» poderá comprovar-se num outro documento, datado de 1 de Agosto de 1575, no qual o mosteiro escambou ao cabido da Sé de Lisboa umas casas ao poço de Nª Srª da Esperança, à Rua Direita (c. Lisboa), por um casal localizado nos Pombais, junto ao mosteiro; casas essas que haviam sido incorporadas ao património odivelense por herança de D. Filipa da Silva[1067], freira professa, que as recebera de seu pai, Diogo de Melo[1068]. A proximidade cronológica dos dois eventos e a transmissão feminina do nome de família materno leva-nos a filiar a religiosa D. Filipa da Silva em Diogo de Melo e D. Ana da Silva.

O *Livro de Linhagens* de Damião de Góis refere um único «Cristóvão de Melo» entre as gerações de Melos investigadas, o qual era filho de Fernão de Melo Cascavel, tendo sucedido a seu pai no cargo de alcaide-mor de Évora e sido casado com D. Leonor da

[1060] Título nobiliárquico criado a primeira vez por D. Afonso V, a 21.Dez.1466, a favor de D. Pedro Vaz de Melo, em sua vida, vindo o dito título a ser conferido a 17.Jul.1583 por D. Filipe I a D. Francisco de Ataíde.
[1061] Surge já com a versão quinhentista do patronímico «Vasques».
[1062] ANTT, OC, MSDO, Liv.24, fl.64.
[1063] 22.Set.1571 (ANTT, OC, MSDO, Liv.20, fl.128-32).
[1064] ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.117-20.
[1065] 14.Jul.1553 (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.35-38).
[1066] ANTT, OC, MSDO, Liv.20, fl.240-46.
[1067] Já havíamos mencionado o nome de D. Filipa da Silva na entrada de D. Beatriz da Silva. Conforme então havíamos explicitado, o motivo de não a introduzirmos no presente inventário prende-se com a cronologia em que a mesma é referida.
[1068] 01.Ago.1575 (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.218-229).

Silva, filha de João da Silva, camareiro-mor do ainda infante e futuro rei D. João II[1069]; não se podendo, à partida, documentar senão como homónimo daquele que se terá documentado em Odivelas. Quanto a um «Diogo de Melo», o único que se documenta no *LL* do século XVI é um filho do segundo casamento de Martim Afonso de Melo, guarda-mor de D. João I, alcaide-mor de Évora e de Castelo de Vide, casado pela primeira vez com D. Beatriz Pimentel, filha de João Afonso Pimentel, e em segundas núpcias com D. Briolanja de Sousa, filha de Martim Afonso de Sousa. Diogo de Melo era irmão de D. Branca, que segundo Damião de Góis casara com *dom Fernando Anriques, castelhano, senhor das Alcacevas*, e de D. Beatriz de Melo, 2ª condessa de Marialva por via do seu casamento com D. Gonçalo Coutinho. Desconhecendo-se por completo qualquer «António de Melo» que não o filho de Rui de Melo, alcaide-mor de Elvas, que casou com dona Antónia de Vilhena, filha de D. Luís de Meneses, alferes-mor e monteiro-mor de D. João III – o «António de Melo» documentado poderia, porventura, ser filho deste casal, relativamente ao qual Damião de Góis, tendo notícia de ter existido geração, não a documenta no *LL*. Além destes, apenas documentamos duas religiosas cujos nomes se omitem no nobiliário – filhas de D. Rodrigo de Melo, conde de Tentúgal (1504) e marquês de Ferreira (1533), e cunhadas de D. João da Silva, conde de Portalegre (1498)[1070] –, que terão sido freiras no mosteiro de São João de Setúbal; convento dominicano fundado no período manuelino pelo que daí não deverá ter surgido uma professa que transitasse para a clausura cisterciense vivida em Odivelas.

Aqui chegados, sem termos conseguido entroncar a escrivã da fazenda em nenhum dos Melos do século XVI documentados em Odivelas – quiçá um dia, regressando a este enigma genealógico, a consigamos filiar –, resta-nos colocar como hipótese que D. Catarina de Melo possa ter sido irmã de D. Isabel de Melo, *celeireira* (doc. 1539-1541), que surge ao lado de D. Joana de Castro, abadessa, D. Guiomar de Castro, *soprioresa*, de Joana Pantoja, Catarina Teixeira, D. Beatriz da Silva e D. Maria de Noronha – cujos cargos não são referidos. Todas elas figuras contemporâneas de D. Catarina de Melo, surpreende que a própria não seja mencionada nos documentos em que surge D. Isabel de Melo[1071]. Resta-nos a certeza de que ainda estaria viva, uma vez que em 1555 continuava

[1069] Damião de Góis apenas lhe indica uma filha, que terá casado com D. Fernando Henriques, senhor das Alcáçovas (cf. VASCONCELOS 2014, 475).
[1070] VASCONCELOS 2014, 471-72.
[1071] Referimo-nos mais especificamente aos seguintes, datados, cronologicamente, de 06.Fev.1539 (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.423-28), 28.Jan.1541 (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.260-262) e 26.Jun.1544 (ANTT, OC, MSDO, Liv.28-31). Alertamos para o facto de nestas datas não surgir o cargo de escrivã da fazenda, o que contribui para a nossa certeza de que este continuaria a ser ocupado por D. Catarina de Melo.

a ser referida como *escrivã* D. Catarina de Melo, surgindo imediatamente após D. Beatriz da Silva, *bolseira*[1072]. Dois anos depois, a 19 de Fevereiro de 1557, sucedia-lhe nesse cargo, precisamente, D. Isabel de Melo[1073].

Surge mencionada em 10 documentos[1074].

28. Catarina Teixeira I

Prioresa (1472-1489; 1498)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Cremos que se possa relacionar com o Dr. João Teixeira, conselheiro e chanceler-mor *del rei*, que em 1487 recebeu umas herdades de pão, vinha, chãos, matos e águas, com suas casas, nos Cadafais (t. Alenquer), por via de emprazamento da abadessa D. Mécia de Alvarenga; ao tempo em que Catarina Teixeira era prioresa do mosteiro de Odivelas.

A frequência de homónimas e as teias de relações que aparentavam os Alvarengas com os Teixeira, levam-nos a discutir os membros destas famílias de um único ponto de vista genealógico[1075]. Segundo o *LL* de Damião de Góis[1076], temos notícia de que Gomes Martins de Vasconcelos, *chanceler-mor* de D. João I – filho de Martim Mendes de Vasconcelos e de Inês Martins de Alvarenga –, terá casado com Catarina Teixeira, *camareira-mor* da Infanta D. Isabel, com a qual gerou o Dr. Rui Gomes de Alvarenga,

[1072] 14.Mar.1555 (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.44-47). Este documento relaciona-se com um emprazamento de uma vinha e canavial na Urmeira e de uma vinha à Pedregueira, comprovando a manutenção do interesse demonstrado pela administração patrimonial do Mosteiro de Odivelas naquele local.

[1073] ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.270-74. Sendo abadessa D. Joana de Castro, documentam-se neste documento, por ordem decrescente consoante a sua hierarquia: Beatriz de Azevedo, prioresa; Violante de Lordelo, soprioresa; D. Beatriz da Silva, bolseira; D. Isabel de Melo, escrivã da fazenda; Genebra Malheira, celeireira; Helena [?] – cujo nome não identificámos – , vestiária; Catarina Teixeira e D. Isabel da Silva.

[1074] Surge referida como *escrivã da fazenda* a **11.Jun.1529** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.131; Liv.8, fl.24), a **08.Mai.1530** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.7), a **29.Nov.1530** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.35-43) e a **02.Jan.1531** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.8-14), a **22.Abr.1531** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.19), a **18.Out.1532** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.19-22), a **04.Ago.1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.318), a **16.Out.1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.144) e a **13.Dez.1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.54). É provável que fossem suas parentes D. Leonor de Melo, que em 1544 possuía uma quinta no Paço do Lumiar foreira ao Mosteiro de Odivelas (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.108-111), D. Maria de Melo, bolseira em 1597 (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.169-176) e D. Brites de Melo, abadessa do Mosteiro de Odivelas na primeira metade do século XVI, enraizando-se desde Catarina de Melo a linhagem dos Melos em Odivelas.

[1075] Veja-se o **Esquema Genealógico § 2 (Alvarenga/Cabral)**.

[1076] VASCONCELOS 2014, 548.

conde palatino (a partir de 1452[1077]), cujos filhos, tendo ambos deixado apenas descendência feminina, seriam os últimos a ter usado este nome.

Determinado fólio do cartório de Odivelas permite-nos documentar o casal Fernão Afonso, cavaleiro, e Catarina Teixeira, que em 1387 adquiriram o Casal do Barreiro, em *Randide*[1078] (t. Torres Vedras), o qual, em 1462, seria vendido precisamente a Velxira, *cavaleiro professo*, pelo preço de sete mil reis brancos. Seriam os primeiros, entretanto falecidos, sogros do segundo; pelo que Catarina Teixeira seria homónima de sua mãe? A existência de interesses patrimoniais em Torres Vedras poderá ainda explicar a nomeação de Gomes Soares (filho do Dr. Rui Gomes de Alvarenga) para o cargo de alcaide-mor dessa vila[1079].

Porém, tendo filiado no primeiro casal de oficiais da corte de D. João I uma Mécia de Alvarenga, mulher de Velxira, os quais em 1410 viviam à Calçada de São Francisco, em Lisboa[1080], os quais haveremos de propor serem avós da abadessa D. Mécia de Alvarenga, até que ponto não poderemos também relacionar a *prioresa* Catarina Teixeira que surge documentada na mesma cronologia que D. Mécia de Alvarenga, com aquela homónima, eventualmente sua avoenga, camareira da duquesa de Borgonha? Esta rede tecida através de laços familiares poderá explicar por que motivo, em 1486[1081], as duas religiosas surgem num documento relativo aos bens patrimoniais da então já viúva Mécia de Alvarenga. Em suma, cremos que a *prioresa* Catarina Teixeira pudesse ser, eventualmente, prima da *abadessa* D. Mécia de Alvarenga; apesar de à data não possuirmos dados que permitam descrever de que forma o seriam.

❖

Documentando-se enquanto *prioresa* entre 12 de Agosto de 1472 e 27 de Maio de 1479, ao lado da *abadessa* D. Inês [de Abreu], da *soprioresa* Aldonça Vasques do Rego, e, excepcionalmente, da *bolseira* Catarina Vaz de Aguiar (em 1473), das *donas* Leonor do Amaral, Leonor Barreto, D. Leonor de Sousa, Leonor Pereira, Joana Gonçalves [d´Ornelas] e Violante Vasques (em 1474 e 1479), e ainda da *freira professa* Madalena Fernandes (em 1479). Terá sobrevivido às duas primeiras, vindo a transitar no mesmo cargo para o abadessado seguinte, pelo que entre 26 de Abril de 1480 e 1489 encabeçou

[1077] GOMES 2006, 131.
[1078] Actual freguesia de São Pedro da Cadeira, orago da igreja matriz que passou a nomear a povoação a partir do século XVIII.
[1079] Gomes Soares seria também reposteiro-mor e conselheiro de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I.
[1080] 30.Out.1410 (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.393).
[1081] 08.Jul.1486 (ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.123). Este documento apresenta alguma dificuldade de leitura.

a hierarquia da comunidade religiosa de Odivelas, sucedendo à abadessa D. Mécia de Alvarenga e antecedendo a soprioresa D. Violante[1082].

Após um considerável período de omissão, a partir de 7 de Abril de 1507 volta a surgir uma «Catarina Teixeira», agora referida em terceiro lugar na hierarquia conventual (como soprioresa), ocupando o pódio D. Mécia de Alvarenga (abadessa) e D. Violante de Sousa (prioresa), seguindo-se Maria de Bobadela (bolseira), Catarina Borges e Beatriz Leite (celeireira)[1083]. O hiato documental registado entre 1489 e 1507 leva-nos a considerar se não estaremos nós perante duas homónimas. Ter recuado na hierarquia conventual, apesar de não ser fenómeno único na cronologia em análise[1084], não deixa de ser um ponto a ter em conta caso a procurássemos desassociar da primeira, o que se poderá comprovar uma vez que desde 14 de Fevereiro de 1498 que se documentava no cargo de soprioresa Mécia da Costa[1085]; desconhecendo-se nestes documentos o paradeiro de Catarina Teixeira, que se documenta pela última vez a 9 de Junho desse ano de 1498[1086], podendo alguma das duas datas tratar-se de equívoco do escrivão. Sendo este o último ano em que se refere o seu nome, cremos que Catarina Teixeira terá falecido depois de Junho de 1498.

Poderíamos considerar que Catarina Teixeira tivesse estado ausente algures pelos primeiros anos do século XVI, não fosse termos notícia de que em 1535, já no final do abadessado de D. Violante Cabral – sucedendo sem qualquer cargo à prioresa (Beatriz de Azevedo), à soprioresa (D. Guiomar de Castro) e à vestiária (Joana Pantoja), e antecedendo a celeireira (Isabel Pereira), a sacristã (D. Isabel da Silva), a bolseira (D. Maria de Noronha e D. Beatriz da Silva[1087]), a escrivã (D. Catarina de Melo e D. Antónia de Noronha[1088]), a cantora (Beatriz Tavares) e a porteira (D. Joana de Castro) – voltaria a surgir uma monja homónima; a qual seria ainda viva pelos anos de 1537 a 1559[1089], nos

[1082] Após ter sido referida como «D. Violante, soprioresa» até 29.Jul.1489 (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.210), «D. Violante» – como é normalmente mencionada – surge, excepcionalmente, como «Violante Vasques, soprioresa» a 13.Mar.1479 (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.LXXIX) e a 15.Nov.1489 (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.211). Veja-se a entrada biográfica **112** de **D. Violante de Sousa (ou [de Miranda])**.
[1083] ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.215.
[1084] Recorde-se o caso de D. Aldonça Vasques do Rego.
[1085] Fixemos, a título de exemplo, as datas de 14.Fev.1498 (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl. 202), 27.Fev.1501 (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.214) e 18.Ago.1502 (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.112).
[1086] ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.32.
[1087] A 13.Out.1535 era bolseira D. Maria de Noronha (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.132-139). Dois dias depois, a 15.Out.1535, regista-se nesse cargo o nome de D. Beatriz da Silva (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.143),
[1088] D. Antónia de Noronha documenta-se a partir de 03.Jan.1537 (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.268-271).
[1089] Refira-se como prova documental dois documentos datados, respectivamente, de 28.Jan.1541 (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.260-262) e de 18.Fev.1559 (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.65-68). Por serem datas que extravasam a nossa cronologia não haveremos de as referir para documentar a religiosa que datamos da primeira metade do século XV.

abadessados de D. Joana de Castro e de D. Beatriz da Silva. Tamanha longevidade impossibilita-nos de considerar que se trate da homónima documentada a partir de 1472, que ao presente biografamos, pelo que as passaremos a distinguir entre «Catarina Teixeira I» (doc. 1472-1489) e «Catarina Teixeira II» (doc. 1508-1559).

Surge mencionada em 41 documentos[1090].

29. Catarina Teixeira II

Soprioresa (1507-1508)

Dona (1535-1559)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Quanto à sua genealogia, somente conseguiremos associar-lhe o que atrás se referiu relativamente a Catarina Teixeira I, pelo que não se tratando da mesma pessoa talvez esta pudesse ser familiar da anterior, eventualmente sua sobrinha.

Foi *soprioresa* a partir do abadessado de D. Mécia de Alvarenga – pelo que apesar de ser figura da centúria de Quinhentos a integramos na nossa cronologia –, documentando-se no cargo a partir de 7 de Abril de 1507. Tendo considerado que o hiato documental registado entre 1498 e 1507 teria ditado o falecimento de Catarina Teixeira I, o surgimento de uma "Catarina Teixeira, anciã" em determinado documento datado de

[1090] Catarina Teixeira I surge referida como *prioresa* a **12.Ago.1472** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.119), a **25.Mar.1473** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.454), a **08.[??].1474** (ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.388) – não temos total certeza quanto ao mês em que foi lavrado este documento –, a **15.Fev.1474** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.7; Liv.43, fl.LVVII), a **30.Jun.1474** (ANTT, OC, MSDO, Liv.13, fl.52), a **23.Set.1474** (ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.3), a **08.Out.1474** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.389), a **19.Ago.1475** (ANTT, OC, MSDO, Liv.12, fl.239), a **27.Dez.1475** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.19; Liv.24, fl.3), a **06.Fev.1476** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.112), a **10.Fev.1477** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.6; Liv.7, fl.164-165; Liv.17, fl.543), a **10.Ago.1477** (traslado do original em: ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.89-93), **a 06.Set.1477** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.161), a **13.Mar.1479** (traslado a 26.Abr.1545; ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.LXXIX), a **23.Abr.1479** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.4 e fl.5), a **27.Mai.1479** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.388), a **26.Abr.1480** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.7), a **08.Jul.1480** (ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.123), a **25.[Mar].1487** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.69) – não temos total certeza quanto ao mês em que foi lavrado este documento –, a **07.Abr.1487** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.5 | Traslado datado de 10.Mai.1757; ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl. s.n.), a **[??].Jul.1487** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.203), a **15.Nov.1487** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.111), a **17.Nov.1487** (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.161), a **27.Dez.1487** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.68), a **03.Jun.1488** (ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.387), a **21.Jun.1488** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.20; traslado a 27.Jul.1545 | ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.LXLv.), a **06.Jun.1489** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.203 e fl.209; Liv.11, fl.442), a **29.Jun.1489** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.8), a **29.Jul.1489** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.210), a **05.Set.1489** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl. LIXv.-LX; traslado a 12.Nov.1544), a **15.Nov.1489** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.211), e ainda a **09.Jun.1498** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.32) – considerando nós que esta data se encontra incorrecta (cf. entrada biográfica **112** de **D. Violante de Sousa (ou [de Miranda]**).

1516 depressa se poderia relacionar com Catarina Teixeira II, justificando por que motivo a partir de então deixaria de se associar a qualquer cargo.

Em 1535 voltaria a surgir uma «Catarina Teixeira», sem qualquer referência ao cargo que então ocuparia, sucedendo a Beatriz de Azevedo, prioresa, e antecedendo *dona* Joana Pantoja. Caso a consideremos a mesma – a documentação permite indicar que seja –, ter-se-ia documentado em Odivelas até 1559, demonstrando uma longevidade assinalável; tanto mais que já em 1516 se consideraria "anciã", tendo-se porventura retirado da vida administrativa da comunidade religiosa, continuando a integrar o inventário hierárquico por razões de excelência moral demonstrada ao longo da primeira metade do século XVI.

Surge mencionada em 19 documentos[1091].

30. Catarina Vasques (*ou* Vaz) de Aguiar

Monja (1464-1473)

Bolseira (1473)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Em 1464 a abadessa D. Inês emprazou em seu nome [de Catarina Vasques] um casal de pão com suas casas junto a Fanhões (freg[a] St. António do Tojal, t. Lisboa)[1092], a João Anes Boto, filho de João Boto, pelo que essa propriedade seria parte integrante dos seus bens à data da sua entrada no mosteiro de Odivelas, ou entretanto herdados. Qualquer uma das duas hipóteses nos permite considera-la à luz dos critérios de recrutamento por nós discutidos ao longo da presente dissertação para as religiosas de Odivelas, utilizados desde a fundação e ainda praticados em pleno século XV.

[1091] Catarina Teixeira II surge referida como *soprioresa* no abadessado de D. Mécia de Alvarenga, a **07.Abr.1507** (ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.8), a **02.Mai.1508** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.216-225; Liv.43, fl.CL), a **12.Mai.1508** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.215), a **06.Jul.1508** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.71); e como *anciã* a **11.Jun.1516** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.93). Documenta-se ainda, já sem qualquer cargo associado, durante os abadessados de D. Violante Cabral – a **04.Ago.1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.318), a **12.Out.1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.44, fl.5-5v.), a **13.Out.1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.132-139 e fl.140-153), a **15.Out.1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.143), a **16.Out.1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.144) e a **13.Dez.1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.54) –; de D. Joana de Castro – a **03.Jan.1537** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.268-271), a **06.Fev.1539** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.423-428), a **05.Jan.1543** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.21-24) a **26.Jun.1544** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.28-31) e a **19.Fev.1557** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.270-274) –; e ainda no de D. Beatriz da Silva – a **18.Abr.1559** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.81-84).

[1092] 12.Mar.1546 (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.20-23). O casal de Fanhões seria demarcado em 1546 por requerimento de Isabel Dias, mulher de Jorge Anes, que o trazia emprazado.

Tendo entretanto alcançado o cargo de *bolseira*, surge documentada pela última vez a 25 de Março de 1473, já enquanto *Catarina Vaz de Aguiar*, sendo bom exemplo do processo de simplificação patronímica registada inicialmente no século XV, tendo o patronímico medieval *Vasques* – que nos recorda um qualquer avoengo mais ou menos distante de nome «Vasco» – transitado para uma nova fórmula, ainda vigente: *Vaz*.

Surge mencionada em 4 documentos[1093].

31. Clara Peres[1094]

Dona (1320)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

No seguimento do privilégio de D. Dinis relativo à possibilidade de a abadessa e donas de Odivelas poderem comprar propriedades e doá-las ao mosteiro de Odivelas, datado de 9 de Setembro de 1319, sem impedimento algum legal durante um período de dez anos, a 10 de Janeiro de 1320, Clara Peres, *dona* de Odivelas, compra todos os bens de raiz que João Anes e sua mulher Domingas Anes, moradores na aldeia de D. Viegas (t. Alenquer), possuíam em Alenquer e seu termo, bem como em todo o reino de Portugal e do Algarve, pelo preço de 75 morabitinos.

Surge mencionada num único documento[1095].

32. Constança Anes Mourela[1096]

Dona confessa ([1353]-1371)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Cremos que se possa tratar de uma *dona confessa*, relativamente mal documentada, de São Dinis de Odivelas do século XIV. As nossas hipóteses assentam, primeiramente, num

[1093] Surge referida como *freira professa* a **25.Abr.1464** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.17 e fl.20-23), a **17.Dez.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.29),e também como *bolseira* a **25.Mar.1473** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.454); surgindo ainda, postumamente, a **12.Mar.1546** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.20-23).

[1094] Clara Peres foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 103) e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 456-457).

[1095] Surge referida como *freira* a **10.Jan.1320** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.24).

[1096] Luís Miguel Rêpas menciona «Constança Anes» na entrada de «D. Teresa Mendes» (RÊPAS 2021, vol. II, 519).

documento datado de 1353, através do qual a abadessa D. Teresa Mendes aforou perpétua e hereditariamente a Gonçalo Esteves Ribeira e a sua mulher Constança Martins uma courela de vinha em Vila Nova, a qual havia pertencido a Constança Anes Mourela, pela terça parte da colheita, e ainda uma casa no dito lugar, que fora de Vicente Domingues Canhestro, por 50 soldos e uma jeira; courela essa que viria a ser emprazada a Gonçalo Esteves Ribeira e a sua mulher Constança Martins.

Este nome poderia passar-nos despercebido, caso não o viéssemos a documentar quase vinte anos depois, em documento datado de 1371, no qual se menciona *Constança Anes, dona confessa do mosteiro de Odivelas, que foi criada de Teresa Mendes, em tempos abadessa desse mosteiro*. O desaparecimento do apelativo «Mourela» pouco poderá contribuir para refutar a hipótese de Constança Anes ter sido criada da abadessa D. Teresa Mendes na década de 1350, vindo posteriormente a professar no mosteiro onde residiria. Através deste último fólio, datado de 9 de Março de 1371, documentamos a doação que Afonso Esteves lhe fez de uma vinha com suas árvores junto ao dito mosteiro.

Surge mencionada em 2 documentos[1097].

33. Constança Domingues[1098]

Monja (1327)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Irmã de João Colaço, herdaram cada qual cinquenta libras de Constança Anes Palhavã, que os contemplou no seu testamento, no qual se menciona que Constança Domingues era sua colaça e *soia em ordens em Odivelas*; tendo o mosteiro recebido dez libras para uma pitança, "se aí disserem uma missa oficiada no dia da sua sepultura"[1099]. Pese embora não a consigamos filiar, o dito testamento permite-nos relacioná-la com a família Palhavã,

[1097] Surge referida como «Constança Anes Mourela» a **08.Nov.1355** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.194) e a **26.Abr.1362** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.198), e como «Constança Anes» a **09.Mar.1371** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.196). Atente-se que Margarida da Silva Pinto, equivocando-se, considerou tratar-se de uma «Constança Nunes» no documento datado de 1371 (PINTO 2000, 106).

[1098] Constança Domingues foi anteriormente biografada por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 457-458).

[1099] Ao contrário do previsto em 1327, Constança Anes Palhavã acabaria por ser sepultada em São Francisco de Lisboa, onde havia fundado a capela de São Luís, a qual dota com bens localizados em Lisboa: uma adega e suas cubas, uma vinha e uma propriedade na Ameixoeira (SILVEIRA 2007, 200; RÊPAS 2021, vol. II, 458).

discutida ao longo da presente dissertação, oriunda do meio mercantil e considerada uma das principais da oligarquia olissiponense do século XIV.

O sucesso assinalável da carreira mercantil de João Anes Palhavã, sobretudo nas duas últimas décadas do século XIII, poderá comprovar-se pela utilização de métodos tendencialmente associados à nobreza na educação dos seus filhos, que seriam criados por amas e perceptores, podendo uma destas figuras ter sido a mãe – cujo nome desconhecemos – de Constança Domingues, que sendo amamentada ao mesmo tempo que Constança Anes lhe teria conferido o parentesco de "irmã colaça" daquela, à semelhança do irmão, João, que porventura à falta de um apelativo terá deixado cair o patronímico que lhe adviria por serem filhos de um «Domingos» para adoptar aquela marca característica do seu percurso ao lado de uma das mais poderosas famílias de Lisboa na viragem do século XIII para o século XIV. Apesar desta hipótese, seguimos a proposta de Luís Miguel Rêpas que aponta para a possibilidade de aqueles serem filhos de Domingos Colaço, documentado em 1302 como procurador de Lourenço Gonçalves Magro[1100], e parentes de Afonso Colaço, vereador do concelho de Lisboa (1354-1358; 1372-1374), almoxarife da Portagem (1358-1365) e vereador pelo rei (1371)[1101].

O facto de Teresa Anes Palhavã ter professado em Odivelas em data anterior a 1323 poderá ter ditado o ingresso daquela familiar de parentesco artificial dos Palhavã (ainda mercadores na década de 1320) na casa conventual a que aqueles se vinham a associar de forma estratégica, compreendendo a noção de partilha dos processos de ascensão social há muito praticados por elementos da nobreza.

Surge mencionada num único documento[1102].

34. Constança Lourenço [de Portocarreiro][1103]

Abadessa de Odivelas (1306-1314)

[1100] 26.Mar.1302 (ANTT, OC, MSMAlcobaça, 1.ª inc., mç.23, nº2). Cf. RÊPAS 2021, vol. II, 458. Relativamente à biografia de Lourenço Gonçalves Magro veja-se: FARELO 2003, vol. II, 292-295; VENTURA 1992, vol. II, 665-666 e PIZARRO 1999, vol. I, 477.

[1101] RÊPAS 2021, vol. II, 458.

[1102] Não surge documentada no cartório do mosteiro de Odivelas. Surge referida no testamento de Constança Anes Palhavã, datado de **27.Ago.1327** (ANTT, Arquivo do Arquivo, Registo do Arquivo, L.7, fl.93-95v). Lembramos o agradecimento de Luís Miguel Rêpas a Mário Farelo pela indicação e leitura deste documento (cf. RÊPAS 2021, vol. II, 458, nt.2521).

[1103] Constança Lourenço [de Portocarreiro] foi anteriormente biografada com bastante imprecisão por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 104), e de forma consideravelmente mais documentada por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 458-461).

Seguimos a hipótese levantada por Luís Miguel Rêpas, que pela primeira vez propôs que esta abadessa pudesse pertencer à linhagem dos de Portocarreiro, e não à dos de Valadares, conforme a historiografia tradicional há muito vinha a defender. Tendo nós procurado robustecer a proposta inicial ao longo do corpo de texto da presente dissertação, passamos a apresentar o cômputo geral do estado da questão relativa à genealogia desta abadessa.

Ao presente colocamos em hipótese tratar-se de uma filha de **Lourenço Anes de Portocarreiro**, *miles* terratenente com bens nos julgados de Paiva e de Portocarreiro, e de sua segunda mulher[1104] **Guiomar Rodrigues Fafes**, irmã de Fernão Rodrigues Fafes; e não de Lourenço Viegas de Portocarreiro, conforme no corpo de texto da presente dissertação deixámos escrito. Por via da união de seus pais se concluí que Constança Lourenço [de Portocarreiro] seria prima-direita da abadessa Elvira Fernandes [Fafes de Lanhoso], à qual viria a suceder em Odivelas cerca de dez anos após a morte daquela[1105].

Igualmente omitidas dos nobiliários surgem duas irmãs, Sancha e Mor Lourenço, sobre as quais sabemos terem sido monjas no mosteiro de Arouca na primeira metade do século XIV. Porém, desconhecendo nós que D. Constança Lourenço tenha estado em Arouca, e dissociando-a da homónima monja do Mosteiro de Lorvão, somente propomos que a tradição familiar religiosa adviria de terem estado neste último mosteiro duas primas direitas: Teresa Raimundes de Portocarreiro, monja de Lorvão (doc. em 1290) e abadessa de Celas (doc. 1303-1315), e Urraca Raimundes de Portocarreiro, abadessa de Lorvão (doc. 1318-1322); tias da *monja* Maria Anes Raimundo, religiosa em Odivelas.

Falecida uma hipotética prima, Elvira Fernandes [Fafes de Lanhoso], algures por volta de 1299, não é despiciente considerar que se viesse a repetir a tradicional sucessão do cargo de prelada entre senhoras pertencentes à mesma família. Com efeito, sucedendo à abadessa Maria Nunes – cujas origens desconhecemos –, D. Constança Lourenço documenta-se enquanto abadessa do Mosteiro de Odivelas a partir de 1306, estando em Lisboa, a 14 de Julho desse ano, juntamente com todo o convento, com o abade de Alcobaça, Frei Pedro, o bispo de Lisboa, D. João de Soalhães, e o rei, D. Dinis, no

[1104] Casou a primeira vez com uma prima, Urraca Gonçalves de Cerveira (PIZARRO 1999, vol. II, 912).

[1105] Veja-se o **Esquema Genealógico § 5 (Fafes de Lanhoso/Portocarreiro)**. Conforme discutimos ao longo do corpo de texto da presente dissertação, discordamos com os autores que a consideram tratar-se de «D. Constança Lourenço de Valadares», monja em Arouca (1342), levando a uma linha de raciocínio infundada que documentaria a relação de D. Dinis com Branca Lourenço de Valadares, irmã de Constança Lourenço.

momento de modificação dos estatutos originais do mosteiro, por considerarem que certas cláusulas promulgadas em 1295, aquando da fundação, "eram tão rigorosas que não se podiam cumprir"[1106].

Surge mencionada em 6 documentos[1107].

35. Constança Lourenço I[1108]

Noviça (1317)

Filha de **Lourenço Peres** e de **Teresa Martins**; após a morte de seu pai a mãe viria a casar em segundas núpcias com Afonso Martins «Vara Longa», com quem viria a aforar à filha uma herdade em Benfica (t. Lisboa), que lhe coubera por herança paterna e do qual a dita Constança Lourenço recebia dez libras de foro anual, pagas *pelo dia de S. Miguel de Setembro* (29.Set.). Segundo Luís Miguel Rêpas o facto de ter ficado órfã de pai poderá "ter contribuído para o seu ingresso na comunidade de Odivelas"[1109].

Atendendo a que não possuía qualquer apelativo, e de forma a distingui-la de uma homónima documentada em Odivelas a partir do final do século XIV, considerá-la-emos enquanto «Constança Lourenço I».

Surge mencionada num único documento[1110].

36. Constança Lourenço II[1111]

Prioresa (1390-1414)

Filha de **Lourenço Esteves**, *privado do rei* D. João I, era irmã de João Lourenço de Penela – que comprou a metade de um casal de Faião (t. Sintra), que havia pertencido a

[1106] RÊPAS 2021, vol. II, 460.
[1107] Surge referida como *abadessa* a **14.Jul.1306** (ANTT, OC, MSMAlcobaça, 1ª inc., DR, mç.3, doc.11) – cf. RÊPAS 2022, Esposas de Cristo, p.460, nota 2534), a **20.Set.1309** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.1), a **19.Jun.1311** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.2), a
[1108] Constança Lourenço foi anteriormente biografada, incorrectamente, por Margarida da Silva Pinto, que a considerou a abadessa homónima (PINTO 2000, 104), e mais recentemente, através do mesmo documento que ao presente utilizamos, por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 461-462).
[1109] RÊPAS 2021, vol. II, 461.
[1110] Surge referida como *noviça* a **10.Mai.1317** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.3).
[1111] Constança Lourenço II foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 104).

João Gomes e sua mulher, Margarida Anes, moradores no Lumiar (t. Lisboa)[1112] –; de Lourenço Esteves, o *Moço*; e de Beatriz Lourenço, moradora na Telhada (t. Alenquer)[1113], e mulher de Gil Fernandes de Elvas[1114]. Era tia de Maria de Beça, religiosa em Odivelas[1115].

Cremos que entre os bens que Constança Lourenço II terá levado para o mosteiro se encontrariam outros na Telhada, escambados em Maio de 1390 pelo dito casal de Faião[1116]; podendo Lourenço Esteves ser natural, ou apenas proprietário, do termo de Alenquer, embora se lhe identifiquem bens em Penela[1117].

Surge mencionada em 7 documentos[1118].

37. Constança Martins[1119]

Monja (1352-c.1356)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Monja no mosteiro de São Dinis de Odivelas durante o abadessado de D. Berengária Martins [Pimentel], a qual emprazou, em seu nome, a Joana Pires, viúva, e sua filha Maria Martins, umas casas localizadas à Calçada de São Francisco (freg^{a} São Julião, c. Lisboa), nada mais sabemos a respeito de Constança Martins. Cremos que apesar de se referir "Era de 1346", a datação do dito documento se encontra incorrecta. Não necessariamente por à data ainda estar em uso a Era Hispânica, mas sim por D. Berengária Martins ter sido abadessa entre 1356 e 1376, pelo que o documento só poderá datar deste período[1120].

Margarida da Silva Pinto identificou uma «Constança Martins» num emprazamento de uma vinha situada em Alvalade-o-Grande, que ficará à dita religiosa por herança de

[1112] 09.Mai.1390 (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.79).
[1113] Desconhecemos qualquer outro dado biográfico relativo a Beatriz Lourenço, cujos bens na Telhada (t. Alenquer) estariam entre os escambados em 1390 entre o seu irmão e o Mosteiro de Odivelas.
[1114] FARELO 2008, 498-99.
[1115] Veja-se a entrada biográfica **90** de **Maria de Beça**.
[1116] ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.81-84.
[1117] FARELO 2008, 499.
[1118] Surge referida como *prioresa* a **14.Mai.1390** (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.80), a **06.Jun.1408** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.116), a **13.Mai.1413** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.495), entre **02.Ago. e 09.Dez. de 1414** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.14), a **26.Ago.1414** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.117; Liv.26, fl.176) e a **01.Out.1414** (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.1).
[1119] Constança Martins foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 105).
[1120] Em vez de 1346 propomos datar o referido documento de 1356, apesar de a dificuldade de leitura do suporte documental não nos permitir uma conclusão definitiva e absoluta.

seus pais, em 1352[1121]. Atendendo à proximidade das duas datas em discussão, cremos tratar-se da mesma pessoa, pelo que apenas consideraremos uma «Constança Martins».

Surge mencionada num único documentos[1122].

38. Constança Martins [de Basto][1123]

Abadessa (entre c.1345-c.1351)

Filha de **Martim Mendes de Basto** e de **Teresa Raimundes de Portocarreiro**, surge mencionada pelo conde D. Pedro no seu *Livro de Linhagens* enquanto "dona Costança Martiiz […] abadessa d´Odivelas"[1124], apesar de não se documentar uma única vez no cartório do mosteiro de São Dinis de Odivelas. Ao presente seguimos a hipótese lançada por Luís Miguel Rêpas, pelo que propomos que Constança Martins [de Basto] possa ter sido abadessa do mosteiro de Odivelas algures entre 1345 e 1351; anos de hiato temporal no qual não se documenta nenhuma prelada, entre os abadessados de Leonor Martins e de D. Teresa Mendes. Poderá corroborar esta hipótese o facto de o conde de Barcelos se ter referido a uma outra filha de Martim Mendes de Basto, Inês Martins de Basto, como abadessa de Celas, "sem que haja qualquer diploma coevo que o comprove"[1125].

Porque admitimos como válida e correcta esta filiação, sabemo-la neta de Mem Gomes [de Basto] e de D. Maior Peres Ervilhoa; e sobrinha de D. Maria Anes Raimundo (doc. 1339), que lhe poderá ter ditado o ingresso na vida religiosa daquele mosteiro cisterciense localizado no termo de Lisboa, onde havia alguns anos fora abadessa – segundo proposta que na presente investigação avançámos – uma sua familiar, D. Constança Lourenço [de Portocarreiro] (doc. 1306-1314). Em suma, é nosso entender que a presença de Constança Martins [de Basto] em Odivelas simboliza o sucesso da estratégia adoptada por um grupo de famílias da média nobreza aparentadas com duas das primeiras abadessas do cenóbio, o ponto de chegada de uma política de alianças familiares e simbólicas que visava repetir no termo de Lisboa os modelos praticados há muito pela alta nobreza nos antigos cenóbios

[1121] 08.Ago.1352 (28.Jan.1353; ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.16).
[1122] Surge referida a **03.Mai.1346** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.366).
[1123] Constança Martins [de Basto] foi anteriormente biografada por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 462).
[1124] LL30B5.
[1125] Cf. RÊPAS 2021, vol. II, 462, 2543. Inês Martins de Basto fora barregã de Gomes Lourenço de Beja, sendo monja dos mosteiros de Lorvão e de Celas, onde terá eventualmente sido prelada (PIZARRO 1999, vol. II, 28-29).

cistercienses do Norte de Portugal. Famílias essas em "extinção" de uma nobreza de corte muito particular durante o reinado de D. Afonso IV, que muito em breve seriam depostas pela hegemonia linear da linhagem dos Pimentéis.

Não surge mencionada em qualquer documento do cartório de Odivelas[1126].

39. Constança Miguéis[1127]

Monja (1341-1374)

Filha de **Elvira Esteves**, desconhece-se o nome de seu pai. Irmã de Mestre Estêvão das Leis, *Doutor em Degredos*[1128], morador e vizinho na cidade de Lisboa, e de Maria Miguéis, a qual detinha umas casas na mesma cidade, cremos que Constança Miguéis fosse oriunda de uma família de proprietários lisboetas, com algumas herdades no termo de Almada – as únicas propriedades que o mosteiro possuía a Sul do Tejo. Afinal, a monja era detentora de várias outras na calçada de S. Francisco (fg. S. Julião, c. Lisboa)[1129], de uma vinha em Alvalade-o-Grande[1130] e duas courelas de vinha e chão localizados em Corroios (t. Almada)[1131], as quais confrontavam com propriedades de seu irmão e dos herdeiros deste – os quais cremos poderem tratar-se de filhos de Mestre Estêvão das Leis, exemplo da tendencial laicização do desembargo régio. Este irmão representa ainda uma outra característica do perfil de recrutamento desta religiosa, tratando-se da irmã de um oficial

Constança Miguéis surge pela primeira vez durante o breve abadessado de D. Ouroana Pais de Molnes, mais precisamente em 1341. Embora Luís Miguel Rêpas tenha procurado justificar o escambo celebrado a 9 de Outubro desse ano através do interesse de Constança Miguéis em "organizar o seu património"[1132], quer-nos parecer que a troca de metade de uma casa em Lisboa (que lhe havia ficado de seu pai) e duas courelas de herdade no termo de Almada (que lhe haviam ficado de sua mãe), por uma casa em Vila Franca (t. Lisboa), denota um evidente interesse da própria administração de São Dinis de Odivelas.

[1126] Somente a identificamos no *LL* do conde D. Pedro (LL30B5).
[1127] Constança Miguéis foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 105-106) e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 463-465).
[1128] Documentado no Desembargo (1343-1345), foi *ouvidor dos feitos* de D. Afonso IV.
[1129] ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.366 e fl.419.
[1130] A vinha rendia anualmente sete libras (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.16).
[1131] Rendiam anualmente sete libras e meia, um capão e uma dúzia de ovos.
[1132] RÊPAS 2021, vol. II, 463.

Semelhante interesse terá estado na origem do escambo datado de 1374 – feito com Vasco Peres, mercador, criado de Francisco Domingues de Beja, e sua mulher, Guiomar Peres, moradores em Lisboa –, através do qual a abadessa de Odivelas trocou os bens que ainda detinha em Corroios (t. Almada) – que haviam ficado ao mosteiro por herança de Constança Miguéis – por umas casas na *Triparia*, em Lisboa.

Transitando de abadessados, terá sobrevivido aos anos da peste juntamente com outras religiosas, entre as quais: Catarina Anes, Constança Anes e Maria Esteves de Santarém.

Surge mencionada em 5 documentos[1133].

40. Constança Rodrigues[1134]

Monja († ant. 15.Out.1356)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Sobre Constança Rodrigues somente temos notícia póstuma de que teria possuído uma casaria em Odivelas, a qual após o seu falecimento rendia de foro anual ao mosteiro cinco capões, vinte ovos, vinte pães alvos e uma jeira; pelo que apesar de já ter falecido em 1356 a enquadramos entre as religiosas proprietárias de bens nos arredores da cidade de Lisboa, que caracterizavam a maior parte do recrutamento do mosteiro de Odivelas no século XIV. Segundo sugerimos na presente dissertação, à semelhança de Branca Martins também Constança Rodrigues poderá ter falecido durante ou em sequência da peste.

Surge mencionada num único documento[1135].

[1133] Surge referida como *monja* a **09.Out.1341** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.419), a **08.Ago.1352** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.16), a **16.Set.1355** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.386), a **02.Mai.1356** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.386), a **23.Mai.[1358]** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.366) – seguimos a proposta de datação defendida por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 465, 2561) –, e a **15.Abr.1374** (ANTT, OC, MSDO, Tomo 3º, Maç. ou Cód.46 (cx.37), nº56; cf. RÊPAS 2021, vol. II, 465, 2565).

[1134] Constança Rodrigues foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 106-107) e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 466).

[1135] Surge referida postumamente como *monja* a **15.Out.1356** (ANTT, OC, MSDO, Tomo 3º, Maç. ou Cód. 46 (cx.37), nº1h; cf. RÊPAS 2021, vol. II, 466).

41. Elvira Fernandes [*Fafes de Lanhoso*][1136]

Monja do Mosteiro de Celas (1268)

Abadessa do Mosteiro de Odivelas (1295-1299)

Apesar de não surgir directamente mencionada em nenhum documento, sabemos hoje que foi a primeira abadessa do Mosteiro de São Dinis de Odivelas, por «memoria antigua, que anda[va] no liuro das Calendas»[1137]. Segundo D. Rodrigo da Cunha e Frei Francisco Brandão seria oriunda do Mosteiro de São Bento de Cástris (Évora), o que expressamente contestámos na presente dissertação, propondo que tenha professado em Santa Maria de Celas (Coimbra), onde em 1268 se documenta uma monja chamada *Elvira Fernandes*, a qual seria beneficiária de trinta libras no testamento de D. Egas Fafes [de Lanhoso], bispo de Coimbra (1248-1267) e arcebispo de Compostela (1267-1268), como uma **Maria Fernandes**, eventualmente sua irmã, a qual virá a surgir, anos mais tarde, como abadessa de Celas (1292-1298).

Sem aventar uma possível genealogia para esta religiosa, Luís Miguel Rêpas teve "em consideração não só a associação onomástica e cronológica" partilhada entre as duas religiosas de Celas, mas também a proximidade a D. Egas Fafes, que aparentemente "reforçava o seu peso social e espiritual, que era, afinal, o que se pretendia para aquelas comunidades conventuais"[1138]. Interessando-nos alcançar a sua filiação, lançamos pela primeira vez a hipótese de Elvira e Maria Fernandes serem filhas de **Fernão Rodrigues Fafes**, filho de Rui Fafes de Lanhoso, o *Velho*, e sobrinho do bispo D. Egas Fafes; pertencendo a uma das mais notáveis famílias conimbricenses do século XIII, o que teria contribuído para o ingresso na comunidade de religiosas cistercienses dessa cidade, em Celas. Por via das hipóteses discutidas no corpo de texto, Elvira Fernandes seria filha do dito Fernão Rodrigues e de **Guiomar Dias de Baião**, filha bastarda do rico-homem Diogo Lopes de Baião, figura de grande destaque na nobreza de corte de D. Afonso III[1139].

Aliando-se aos interesses de D. João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa, que fizera grande parte da sua carreira como cónego de Coimbra, a presença de uma religiosa desta cidade com um percurso notável num mosteiro cisterciense, origens familiares boas relações nos meios cortesãos parece explicar o surgimento de Elvira Fernandes como

[1136] Elvira Fernandes foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 107) e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 466-469).
[1137] RÊPAS 2021, vol. II, 116. ATT, OC, MSMAlcobaça, 1ª Inc. DR. mç.3, nº11 e Lº 10, fls.112-113v.
[1138] RÊPAS 2021, vol. II, 467.
[1139] A presente proposta é apresentada no **Esquema Genealógico § 5 (Fafes de Lanhoso/Portocarreiro)**.

primeira abadessa do Mosteiro de São Dinis de Odivelas, ainda em vida do fundador, D. Dinis, em cuja corte se movimentariam os familiares da religiosa.

Surge mencionada em 3 documentos[1140].

42. Filipa da Costa

Freira (1498-1499)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Somente temos notícia de Filipa da Costa através de três fólios do cartório do mosteiro de Odivelas. A 30 de Dezembro de 1498 documenta-se no escambo que a abadessa D. Mécia de Alvarenga fez com Tristão de Sousa, com o qual trocou uma terra nas Ribas, junto à quinta que aquele tinha no termo de Alenquer, por um quarto do casal do Poço do Musgo (t. Sintra). No ano seguinte, a 18 de Junho assiste ao emprazamento de uma quinta junto à aldeia da Ota (t. Alenquer), e a 12 de Novembro, está presente no escambo feito entre as religiosas de Odivelas e a comendadeira e donas do mosteiro de Santos, tendo as primeiras escambado um serrado de vinha e horta localizado atrás do cenóbio feminino da Ordem de Santiago e um olival que as ditas donas tinham em Val de Cavalinhos, por umas casas localizadas à Sapataria (t. Lisboa) – onde o mosteiro de Odivelas já detinha bens desde o século XIV[1141].

Figura de finais do século XV, Filipa da Costa surge ao lado da *prioresa* D. Violante [de Sousa] (doc.1498-1499), da *soprioresa* Mécia da Costa (doc.1499), da *celeireira* Catarina Fernandes (doc.1498-1499), da *bolseira* Maria de Bobadela (doc.1498-1499) e das *monjas* Catarina Borges (doc.1498), Leonor de Teive (doc.1499), Joana Draga (doc.1499), entre outras religiosas não nomeadas nos dois documentos.

Surge mencionada em 3 documentos[1142].

[1140] Surge referida a **27.Mar.1295** (ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.7; ANTT, OC, MSMAlcobaça, 1ª inc., DP, mç.20, nº2; ANTT, *Gavetas*, Gav.1, mç.2, nº14 (originais); cf. RÊPAS 2021, vol. II, 468), a **05.Jan.1299** (ANTT, OC, MSDO, Liv.2, fl.95) e postumamente a **14.Jul.1306** (ANTT, OC, MSMAlcobaça, 1ªinc. DR, mç.3, doc.11 (original em latim); cf. RÊPAS 2021, vol. II, 469).

[1141] Lembramos os bens da monja Beatriz Esteves I, falecida antes de 1361 (veja-se a entrada biográfica **8** de **Beatriz Esteves I**).

[1142] Surge referida a **30.Dez.1498** (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.162), a **18.Jun.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.124) e a **12.Nov.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.334),

43. D. Filipa [de Lencastre] (*ou* de Coimbra)

(n. 1437, Coimbra – f.25.Jul.1497, Odivelas)

(doc. entre 1477-1492)

Filha do **Infante D. Pedro**, duque de Coimbra, e de **D. Isabel de Urgel**; era irmã da rainha D. Isabel – rainha-consorte por via do casamento com seu primo-direito D. Afonso V – e de D. Brites de Meneses, pelo que tia materna de D. João II. Encontra-se já bastante bem estudada por diversos autores, pelo que ao presente apenas referiremos algumas notas relativas à sua passagem pelo mosteiro de São Dinis de Odivelas.

Com a sua memória familiar se relaciona determinada notícia relativa a um contrato feito entre o *Infante D. Pedro de Alfarrobeira*, seu pai, e o Abade e o mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, que lhe havia de dar um monge que para sempre cantasse missa em Odivelas pela alma da rainha D. Filipa, a qual havia sido sepultada nesse mosteiro e que à data jaziam os seus ossos no da Batalha, com os de seu marido, D. João I, segundo constava do *Cartório de Alcobaça, Livro 22 dos dourados, fl.122*[1143]. Desconhecemos em que data terá passado a residir no mosteiro de Odivelas, considerando que terá sido pouco após a morte de seu pai na batalha de Alfarrobeira (1449), vindo a optar por uma casa conventual cara à sua família por a ela se ter dedicado seu pai – num período em que o rei, D. Duarte e posteriormente D. Afonso V, pouco se terão interessado por Odivelas – e de aí ter sido sepultada inicialmente a sua avó paterna homónima, a rainha D. Filipa de Lencastre. Aí viria a receber a seu cuidado a sua sobrinha, D. Joana, que educou até que esta optou pelo Convento de Jesus de Aveiro, na década de 1470, onde nunca chegou a professar votos perpétuos por ser uma potencial herdeira ao trono de Portugal.

Certo é que em 1456 a documentamos a adquirir a Pedro Afonso, sapateiro, umas casas no lugar de Odivelas, e a Lopo Vaz, seu comprador, uma outra em Vila Ladra (fg. Odivelas), o que sugere já uma opção por articular os seus interesses patrimoniais com os do mosteiro. Exemplo disso terão sido o grande número de aquisições que se seguiram, a saber: a Quinta da Barrosa (1477[1144]); uma courela em Loures (1478[1145]), uma vinha e chão com suas oliveiras junto ao mosteiro, adquiridas a Gonçalo Fernandes (1479[1146]);

[1143] ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.266 (documento sem datação).

[1144] Data de 27 de Fevereiro de 1477 a compra de D. Filipa da Quinta da Barrosa (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.347). Em 1482 D. João II viria a proceder à confirmação da dita quinta a sua tia D. Filipa (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.348), que em 1493 viria a ser emprazada pela abadessa D. Mécia de Alvarenga a Rui Martins, que fora escudeiro de D. Filipa (04.Out.1493; ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.349).

[1145] (22.Ago.1478; ANTT, OC, MSDO, Liv.13, fl.112).

[1146] ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.206.

no ano seguinte, em 1480, Sebastião de Goes vendeu um casal denominado *Casal Ventoso*, por cima do mosteiro de Odivelas, a D. Filipa, pelo preço de setenta mil reis brancos[1147]; umas casas térreas e duas courelas de pão em Odivelas (1489[1148]); a Quinta da Urmeira (1491); e ainda uma outra quinta de pão, vinho, azeite e frutas, com as suas respectivas pertenças e casas, também na Urmeira (1492). A este período haveria de se suceder um outro, no final da sua vida, no qual procederia à venda ou doação destes bens.

Documentam-se vários indivíduos pertencentes à sua casa, que a terão acompanhado surgindo enquanto testemunhas de diversos documentos do cartório do mosteiro, tais como, seguindo uma ordem cronológica: Brás Gonçalves[1149], João Correia[1150], Rui Martins[1151], António Fernandes[1152], seus escudeiros; Pedro Anes, capelão-mor[1153]; Fernão

[1147] O *Casal Ventoso* viria a ser aforado em 1499 pela abadessa D. Mécia de Alvarenga a Dinis Álvares pelo preço de seis quarteiros de trigo, um moio de cevada e duas galinhas, de foro anual (13.Ago.1499; ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.92). Em 1545 viriam a proceder à sua medição (20.Ago.1545; ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.93-104); curiosamente, nesta data refere-se que o casal se denominava *Casal Ventoso de Loures*, apesar de sabermos que se localizava "por cima do Mosteiro de Odivelas" no documento de 1499. Em 1571 procede-se à demarcação dos seus caminhos (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.107-108), vindo a ser emprazado em 1595 a D. Margarida de Sousa (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.109-114) – ano em que Luís Antunes, clérigo menor, faz uma petição sobre o referido casal (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.123) – e em 1597 a Isabel Antónia (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.115-122).
Esta propriedade confrontava com um casal que pertencia à Sé de Lisboa e com um outro que pertencia a João Álvares de Portocarreiro (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.90 e fl.91), o que nos poderá indicar que em finais do século XV (1480) os Portocarreiro ainda residiam em Lisboa, detendo bens patrimoniais nos seus arredores.

[1148] Adquiridas a Pedro Afonso e sua mulher Isabel Vicente, que rendiam de foro 7.000 reis (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.212).

[1149] 10.Fev.1477; ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.6.

[1150] Surge documentado a 26.Abr.1480 (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.7) e a 29.Jul.1489 (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.210).

[1151] Surge documentado a 07.Abr.1487 (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.5; traslado a 10.Mai.1757; ANTT, OC, MSDO, Liv.7, s.n.) e a 06.Jun.1487, quando a abadessa D. Mécia de Alvarenga lhe empraza um pomar e um pedaço de chão a Vila Ladra, junto ao lugar de Odivelas, pelo preço de quatro alqueires de trigo, uma galinha e um frango de foro anual (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.203).

[1152] Surge documentado a 23.Jan.1491 (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.s.n.).

[1153] 17.Nov.1487; ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.161.

de Pina, procurador[1154]; ou ainda Jaime da Fonseca[1155], Lopo Vaz[1156], João Roiz, Luís de Lemos[1157] e Gonçalo Álvares[1158], seus criados.

No cartório de Odivelas encontram-se os testamentos de D. Filipa, o primeiro datado de 19 de Julho de 1492[1159], e o segundo de 9 de Novembro de 1493[1160]. Na senda das suas disposições testamentárias, a 6 de Fevereiro de 1493, viria a doar ao mosteiro duas quintas que adquirira, localizadas na Urmeira[1161] – as quais havia comprado uma em 1491[1162] e a outra em 1492[1163] –, e a 18 de Março do mesmo ano, por carta régia de D. João II, o rei desobriga o Mosteiro de Odivelas da dívida que era obrigado a pagar sobre aquilo que D. Filipa possuía em Alcobaça, a qual deixara em testamento que fosse o cenóbio no qual professara obrigado a pagar a dita dívida, o que não agradou às religiosas que logo reunindo alguns letrados chegaram à conclusão legal de que não estavam obrigadas a nada[1164]. Importará referir que muitos anos após o falecimento de D. Filipa, ainda em

[1154] *Idem*. A abadessa D. Mécia de Alvarenga viria a escambar com Fernão de Pina umas terras na dos Negrais e na Albergaria por um casal na dos Porqueiros (t. Sintra).

[1155] 06.Jun.1489 (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.203; Liv.11, fl.442). Nessa data D. Mécia de Alvarenga emprazou ao próprio Jaime da Fonseca a marinha de sal em Santo António do Tojal, denominada "Marinha d´El-Rei" (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.442), a qual havia sido doada ao mosteiro de Odivelas por D. Dinis em 1312 (15.Ago.1312; ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.441). A marinha voltaria a ser emprazada ao longo dos séculos XVI e XVII.

[1156] Surge referido a 07.Abr.1487 (traslado de 10.Mai.1757; ANTT, OC, MSDO, Liv.7, s.n. [entre o fl.3 e o fl.4]), a 21.Jun.1488 (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.20); e postumamente, em treslado, a 16.Fev.1548 (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.527-534). Surge também referido como seu escudeiro, em 1491 (23.Jan.1491; ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.s.n.), juntamente com António Fernandes. A 26 de Janeiro de 1491 (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.289), Lopo Vaz comprou, em nome de D. Filipa, a Quinta da Urmeira, e pagando a D. Brites Belharraguda, viúva de Afonso Furtado de Mendonça, vinte e cinto mil reis e cinquenta e cinco cruzados, valor distinto dos duzentos mil reis combinados sete dias antes. D. Filipa viria a doar-lhe [a Lopo Vaz e seus herdeiros] casas no lugar de Odivelas e em Vila Ladra (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.207).

[1157] João Roiz e Luís de Lemos surgem ambos a 06.Jun.1489 (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.203; Liv.11, fl.442).

[1158] 15.Nov.1489 (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.211).

[1159] ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.272a.

[1160] ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.278-284.

[1161] ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.265. A Quinta da Urmeira viria a ser emprazada por D. Mécia de Alvarenga em 1509, rendendo de foro três moios de trigo, dois moios de cevada e a metade do azeite que nela se produzia (07.Out.1509; ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.291).

[1162] A 19 de Janeiro de 1491, D. Brites Belharraguda, viúva de Afonso Furtado de Mendonça, vendeu a D. Filipa a Quinta da Urmeira, junto a Odivelas, com todas as suas pertenças e confrontações, pelo preço de duzentos mil reis (19.Jan.1491; ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.288). Contudo, segundo documento de 26 de Janeiro de 1491 (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.289), Lopo Vaz, comprador em nome de D. Filipa (porque seu criado e eventualmente servindo como seu procurador) entregou à referida viúva vinte e cinto mil reis e cinquenta e cinco cruzados, valor distinto dos duzentos mil reis combinados sete dias antes.
Lembramos que os Furtado de Mendonça seriam dentro de algumas gerações Viscondes de Barbacena.

[1163] A 10 de Março de 1492, Mestre Leão, judeu, físico, morador na Judiaria de Lisboa, e sua mulher (cujo nome desconhecemos), venderam uma quinta de pão, vinho, azeite, frutas e suas pertenças, entre as quais se incluiriam algumas casas, a D. Filipa, por preço de cento e vinte mil reis brancos (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.290). Esta quinta de Mestre Leão havia antes pertencido a Vasco Anes e a seu filho Álvaro Vasques.

[1164] ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.285.

1515, por alvará régio, se nomeava um juiz para cumprir o seu testamento, entretanto alvo de demandas entre a abadessa de Odivelas e certos beneficiários[1165].

A *Senhora Dona Filipa*, como por diversas vezes surge mencionada na documentação do cartório de Odivelas, faleceu no dia 25 de Julho de 1497[1166]. O local onde foi sepultada serviu mais tarde de sacristia da Igreja do Mosteiro de Odivelas[1167].

Surge mencionada em 38 documentos[1168].

44. Guiomar de Abreu

Porteira (1522)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Seria certamente membro da linhagem dos de Abreu estabelecidos nas esferas mais próximas do mosteiro de Odivelas desde que aí fora abadessa uma familiar, D. Inês [de Abreu], abadessa na segunda metade do século XV, em cronologia não muito distante da de Guiomar de Abreu pelo que esta aí poderá ter professado ainda durante o abadessado dessa sua familiar. Apesar de não identificarmos nenhuma «Guiomar de Abreu» entre os

[1165] 16.Out.1515; ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.286-287.

[1166] Em 1527, por carta do Abade da Ordem de Cister, procedeu-se ao inventário pela alma da *Senhora D. Filipa filha d´El-Rei* (…) (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.263). Surge referido

[1167] (Desconhece-se a data deste documento; ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.266).

[1168] Surge referida – não raras vezes em relação aos seus criados que acompanhando-a no mosteiro serviram de testemunhas de vários documentos de finais do século XV – a **10.Nov.1456** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.207), e enquanto moradora no Mosteiro de Odivelas a **17.Jan.1477** (ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.22), a **10.Fev.1477** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.6 e fl.7), a **27.Fev.1477** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.347), a **10.Nov.1477** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.264) – apresenta a seu sobrinho, D. João II, uma carta régia de D. Afonso V, que lhe permitia possuir determinados bens sem embargo algum –, a **22.Ago.1478** (ANTT, OC, MSDO, Liv.13, fl.112), a **27.Abr.1479** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.206), a **29.Abr.1480** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.7; Liv.7, fl.90 e fl.91), a **[??].Jun.1481** (ANTT, OC, MSDO, Liv.12, fl.256), a **[??].Jul.1481** (ANTT, OC, MSDO, Liv.12, fl.257), a **[??].[??].1482** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.348), a **07.Abr.1487** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.5), a **17.Nov.1487** (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.161), a **21.Jun.1488** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.20), a **06.Jun.1489** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.203 e fl.209; Liv.11, fl.442) a **29.Jul.1489** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.210), a **21.Out.1489** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.212), a **15.Nov.1489** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.211), a **19.Jan.1491** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.288; Liv.43, fl.CLXXVIIv.-CLXXIIIv.), a **23.Jan.1491** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.s.n.), a **26.Jan.1491** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.289), a **06.Mar.1492** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.290), a **10.Mar.1492** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.290), a **14.Mar.1492** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.CLXXX), a **19.Jul.1492** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.272b-277) – por ocasião do seu testamento –; a **05.Fev.1493** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.265), a **06.Fev.1493** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.265), a **18.Mar.1493** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.285), a **04.Out.1493** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.349), a **09.Nov.1493** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.278-284), a **17.Mar.1494** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.208); e postumamente a **16.Out.1515** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.286-287), a **14.Jul.1517** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.227) e em **1527**, ano em que a Ordem de Cister procurou inventariar os bens de alma da *Senhora Dª Filipa* (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.263).

membros desta linhagem estudados por Damião de Góis no seu *LL*[1169], atendendo à sua cronologia poderá ser uma das "quatro filhas que são freiras"[1170] de Vasco Gomes de Abreu, capitão de Sofala, filho de Antão Gomes de Abreu – falecido em 1506 a caminho da Índia –, e neto de Diogo Gomes de Abreu. Também Antão Gomes tivera filhas religiosas[1171]; pelo que, atendendo à sua cronologia, não nos parece impossível que uma religiosa de Odivelas documentada em 1522 pudesse ser ainda sua filha. Provavelmente a sua provecta idade tê-la-ia levado a documentar-se uma única vez naquele cenóbio, após ter professado inicialmente num outro que ao presente desconhecemos; pelo que poderia ainda ser filha – hipótese que cremos bastante possível, pese embora não se documente – de Nuno Martins da Silveira e de D. Leonor de Abreu, pelo que neta do *alcaide* Gonçalo Anes de Abreu, e bisneta de João Anes de Abreu, alcaide de Torres Vedras[1172].

Na mesma cronologia surge em Odivelas uma D. Isabel de Abreu (doc.1516), que cremos que poderá ter alcançado o cargo de *escrivã da fazenda* em 1522. A semelhança onomástica que partilhavam leva-nos a ponderar considera-las como irmãs uma da outra, caso não tivesse D. Isabel sido filha de Leonel de Abreu[1173]. Num jogo de relações familiares que nem sempre conseguimos alcançar, se terá documentado no mosteiro de Odivelas durante o abadessado de D. Violante Cabral uma Guiomar de Abreu, religiosa de origem nobiliárquica, é certo, e professa num mosteiro que continuaria a ser caro à sua linhagem no século XVI, aí vindo a alcançar o cargo de *porteira* em 1522.

Surge mencionada num único documento[1174].

45. D. Guiomar Anes [do Paço *ou* Reinha][1175]

Abadessa (1426-1438)

Cantora-mor (1425)

Monja professa/Freira (1384-1409 | 1422-1427)

[1169] VASCONCELOS 2014, 194-197.
[1170] VASCONCELOS 2014, 196.
[1171] VASCONCELOS 2014, 195. Segundo Damião de Góis dois dos seus filhos viriam a morrer solteiros a caminho da Índia (João e Vasco Gomes de Abreu). Segundo Felgueiras Gayo o dito João Gomes terá morrido na Ilha de São Lourenço.
[1172] Veja-se a entrada biográfica **47** de **D. Inês [de Abreu]** e o **Esquema Genealógico§ 1 (Abreu)**.
[1173] Veja-se o que referimos acerca desta possibilidade na entrada biográfica **54** de **[D.] Isabel de Abreu**.
[1174] Surge referida como *porteira* a **06.Out.1522** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.248).
[1175] D. Guiomar Anes foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto, que a considerou apenas enquanto cantora-mor, datando-a numa cronologia compreendida entre 1375 e 1415 (PINTO 2000, 107-108).

Filha de **João Esteves do Paço** – que chegou a ser procurador de São Dinis de Odivelas – e de **Margarida Peres**[1176], moradores na torre do Paço do Lumiar do qual seu pai terá retirado o apelativo que usava, documentamos a referência a este local noutros cartórios que o identificam como "aldeia do paço da par do Lumiar, termo de Lisboa"[1177], pelo que «do Paço» resultaria do topónimo existente e não de um qualquer edificado habitado por esta família no século XIV.

Segundo determinada ideia discutida por Mário Farelo relativa à habitação das famílias da oligarquia camarária de Lisboa:

> Tornando-se membros destacados da elite dirigente da urbe, a aposta na ruralização ou em aldeias e vilas de menores dimensões, poderia funcionar como um elemento de mimetismo e mesmo de projecção. À semelhança dos senhorios leigos nobiliárquicos, para um bom número destes oligarcas o talhar um domínio nesses espaços possibilitava a consolidação da sua preeminência. Diluidos na oligarquia citadina autóctone e estrangeira, eles seriam uns dos melhores; do alto das suas casas ou mesmo das suas torres[1178].

O mesmo autor lista uma série de referências a torres no termo de Lisboa[1179], na qual se identifica a «torre do Lumiar» desde, pelo menos, 1310[1180]. Porém, desconhecemos se esta família já aí residiria desde essa data, encontrando-nos igualmente impossibilitados de afirmar se seriam, em inícios do século XIV, membros da elite concelhia olissiponense.

O interesse patrimonial por bens rurais no termo de Lisboa é visível em diversos casos[1181]. No Paço do Lumiar se terá estabelecido algures por volta de 1370 Nuno Rodrigues, oficial concelhio com uma longa e quase ininterrupta carreira iniciada ainda na década de 1340[1182], interveniente nos rumos camarários do século XIV, até então residente na freguesia de São Mamede (c. Lisboa). Também no Lumiar, nomeadamente no lugar d´A-do-Ferreiro, à Cruz do Lumiar (t. Lisboa), possuía uma quintã João Rol,

[1176] Surgem referidos postumamente a **02.Set.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.2).
[1177] ANTT, *Convento de S. Domingos de Lisboa*, Liv.11, fl.90 (29.Jun.1386); veja-se FARELO 2008, 40, nt.188.
[1178] FARELO 2008, 237.
[1179] FARELO 2008, 237, nt.1326.
[1180] ANTT, COM, OC/CT, mç.1, nº16, fl.1v. (27.Ago.1310).
[1181] Além dos que mencionamos, lembramos que o **Dr. Gil do Sem**, Doutor em Leis e conselheiro do rei, era proprietário de um botafel no Lumiar (FARELO 2008, 686); e que **Afonso Martins Alvernaz**, no seguimento de um arrendamento que havia feito (em 1389), a 26 de Julho de 1390, em Almada, viria a receber uma doação régia de D. João I dos direitos que o monarca detinha no Paço do Lumiar (ANTT, Chancelaria de D. João I, liv.2, fl.44); veja-se MARTINS 2002, 34. Quanto à datação desta doação não se encontrar em sintonia com os itinerários do rei que nesse dia se encontraria em Santarém veja-se: FARELO 2008, 337.
[1182] Nuno Rodrigues foi alvazil (antes de 1348), alvazil-geral (1349-50 e 1357-58), procurador do concelho (1355-56), vereador (1356-57, 1358-59 e 1371-72) e alvazil do crime (1361-62 e 1377-78); cf. FARELO 2008, 604.

almoxarife do rei[1183], sobrinho de uma dona de Santos[1184]; ou ainda um *João do Lumiar*, tesoureiro do concelho de Lisboa (1393), "oligarca proprietário de um moinho" [1185] ao Lumiar, onde certamente se localizaria parte do seu património, e exemplo da adopção de apodos toponímicos tomada pelos oligarcas do concelho. Temos notícia de certa referência ao "caminho que vem do lugar do moinho que foi de João do Lumiar", em local junto a um campo entre o caminho que vem de Vila Franca de Xira para Alverca, onde estaria a «Torre da negra»[1186]. Datando todas estas informações da viragem do século XIV para o século XV, não se podendo confundir os seus percursos, à falta de os podermos aparentar entre si, João Esteves do Paço e João do Lumiar seriam certamente figuras que partilhariam certas semelhanças, terratenentes com grande expressão no termo de Lisboa.

Outra figura que aí residiria era João do Rego, o qual possuiria uma quintã "entre o Lumiar e o Paço" noticiada desde 1390[1187], o qual, nesse mesmo ano, juntamente com sua mulher, Inês Peres Bugalho, fez doação à igreja de S. João do Lumiar, na qual desejavam serem sepultados[1188]. Cremos que poderão ter casado nesse mesmo ano, ou pouco antes, uma vez que dois anos antes, em 1388, o mesmo João do Rego estaria casado com a viúva de Álvaro Vasques, filho de Vasco Nunes, morador entre o Lumiar e o Paço, e neto materno do oligarca Rui Vasques de Loures, o qual teve larga descendência colocada no mosteiro de Santos[1189], muito antes de uma filha do segundo marido da

[1183] Morador e cidadão de Lisboa, não terá alcançado grande relevância em Lisboa, possuindo os seus principais interesses patrimoniais pelo termo: Lumiar, Arruda, Frielas, Loures, Foradoiro, Caparota, Fontainhas (junto à aldeia de Telheiras), e ainda em Montemor (FARELO 2008, 520).

[1184] Urraca Simões, a qual deixara em testamento ao sobrinho um casal em S. Romão, na Portela de Arruda (04.Fev.1333; ANTT, Gav.21, mç.3, nº20). Cf. FARELO 2008, 520, nt.3605.

[1185] FARELO 2008, 500

[1186] FARELO 2008, 350; ANTT, MSMChelas, mç.37, nº729 (09.Out.1407).

[1187] 05.Jul.1390 (ANTT, OC, MSDO, Liv.12, fl.232).

[1188] É portanto natural que estas famílias se relacionassem com a vivência social, mas também espiritual, destas localidades, conforme se atesta, além deste e de outros casos, o facto de ter sido sepultada na igreja de São João do Lumiar Margarida Vicente, mulher de **Pedro Esteves da Ameixoeira** (ou Pedro Esteves do Hospital, forma com que era maioritariamente referido, por ter sido provedor do Hospital instituído por D. Maria de Aboim, entre 1368 e 1383), almoxarife do rei antes de se ter iniciado na carreira de oficial concelhio de Lisboa, cidade onde residiam, o qual também retirava o seu apodo da homónima zona peri-urbana da cidade. Este fenómeno onomástico dos oligarcas urbanos, tão semelhante ao que desde séculos anteriores se documentara com a nobreza rural, merece que seja estudado em trabalho próprio, que de momento se encontra no prelo.

De se referir ainda que Pedro Esteves viria a doar alguns dos seus bens à Igreja de São João do Lumiar, elegendo-a como última morada durante algum tempo, até a ter preterido, em finais do século XIV, a favor da Sé de Lisboa, certamente por motivos "da sua ligação às instituições pias criadas pelo O Bravo e pela rainha" (FARELO 2008, 621).

[1189] FARELO 2008, 394

mulher do seu neto ter professado em Odivelas[1190]. Nesta teia de relações familiares, até que ponto não poderia Margarida Peres, mulher de João Esteves do Paço, ter sido irmã de Inês Peres Bugalha, mulher de João do Rego?

Este segundo casal teria residido igualmente em Loures, e em 1439 aí se documentava uma sua filha, irmã da então soprioresa Aldonça Vasques, de nome Leonor Gonçalves do Rego, cujas casas de morada se localizavam na "torre a par do Lumear"[1191] – certamente na torre de João Esteves do Paço. Sabemos que já em 1402 surgia na documentação referência às "casas de João Esteves do Paço, morador a par do Lumiar"[1192], substituindo-se o posteriormente mencionado termo «torre», facto que não nos leva a concluir que estas "casas" fossem outras que não as mesmas que serviam de residência a esta família. Em suma, concluímos que a proximidade das duas residências poderá ter-se devido, no mínimo, a relações partilhadas de vizinhança, e eventualmente de parentesco. Por esta linha de análise, à qual – por enquanto – mais nada conseguiremos acrescentar, a abadessa **Guiomar Anes** seria prima direita de **Aldonça Vasques do Rego**, professa no Mosteiro de Odivelas durante o abadessado da primeira.

A primeira vez que João Esteves, pai de D. Guiomar Anes, surge na documentação do cartório de Odivelas data de 1383, quando João Esteves Queixada e sua mulher Maria Mealha, moradores em Lisboa, vendem a João Esteves do Paço, morador no Lumiar, três courelas de herdade no lugar de Belas por preço de cem libras de dinheiro português[1193]. Dentro de poucos anos João do Rego começaria a documentar-se na mesma freguesia, vindo a casar com Inês Peres Bugalha, sobre a qual então somente sabemos que seria irmã de Gonçalo Bugalho, escudeiro de sua tia Leonor Rodrigues Pimentel, falecido poucos anos depois, em 1394[1194]. Encontrando-se na mesma cronologia, convivendo no mesmo espaço, e partilhando o mesmo patronímico, algures neste espaço de cerca de dez anos balizado pelos eventos mencionados se teriam entroncado as duas famílias.

Sendo certo que o não poderemos garantir definitivamente, cremos que o possamos tomar como possível. Ficará por explicar a relativa diferença geracional existente entre Guiomar Anes, mencionada a partir da década de 1380 e falecida na década de 1430, e de Aldonça Vasques, documentada a partir da década de 1430 até 1470; porém, como em

[1190] Veja-se o que sobre isto referimos na entrada biográfica **2** de **Aldonça Vasques do Rego**, filha de João do Rego e de Inês Peres Bugalha.
[1191] ANTT, OC, MSDO, Liv.12, fl.236 (04.Fev.1439).
[1192] ANTT, OC, MSDO, Liv.46, fl.16 (03.Dez.1402).
[1193] ANTT, OC, MSDO, Liv.17, fl.505.
[1194] FARELO 2008, 394. ANTT, OC, MSDO, Liv.12, fl.232 (05.Jul.1390).

tantos outros casos, por demais circunstâncias familiares resultantes da idade de seus pais ou das fases de vida destes, não cremos que seja este um argumento válido que permita contrariar a hipótese ora traçada.

Além da compra de três courelas em Belas em 1383, no ano seguinte João Esteves do Paço adquire uma courela de herdade no lugar de «Pera Longa», também em Belas; o que ilustra uma clara opção por bens neste território a Oeste da área do Mosteiro de Odivelas, e algo afastado do seu lugar de origem. Em 1396, por via de provisão régia, D. João I virá a mandar entregar a João Esteves do Paço do Lumiar, os bens que haviam pertencido a Rui Lopes, compostos por casas, lagar, forno de cozer pão e uns pardieiros, à Calçada de Paio de Novais (t. Lisboa)[1195]; pelo que enquadramos João Esteves no extenso grupo de novos proprietários beneficiados por D. João I, na sequência das transformações sociais resultantes de finais do século XIV e princípios do século XV. Nas proximidades da *Calçada de Paio de Novais* ficaria o *Chão do Loureiro*[1196] (freg[a] S. Cristóvão, c. Lisboa), onde se localizariam umas casas – desconhecemos se seriam as doadas em 1396 ou outras anteriormente ou entretanto adquiridas – de João Esteves, as quais um seu homónimo trazia aforadas com direito de senhorio em 1409[1197], e que em 1415 a abadessa do Mosteiro de Odivelas viria a emprazar[1198]

João Esteves e Margarida Peres terão falecido em data anterior a 30 de Outubro de 1404[1199]. Nessa data, a abadessa e o convento do mosteiro de Odivelas nomeiam Álvaro Fernandes, clérigo de Santo Estêvão de Lisboa, para que partisse e demarcasse os bens e as heranças deixadas pelos pais de Guiomar Anes, com Estêvão Anes e com Martim de Belas, testamenteiros do falecido João Esteves, apresentando-se ainda como partidores Pêro Anes do Lumiar[1200] e Vasco Afonso da Ameixoeira.

Daí a alguns anos, em 1415, residia na "torre que foi de João Esteves do Paço"[1201], Estêvão Anes, o que, atendendo a que desconhecemos a descendência deste além da filha religiosa, nos leva a crer que a residência terá continuado a ser habitada pela família, caso consideremos Estêvão Anes[1202] como filho do anterior casal. Por enquanto, ficarão por

[1195] ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.29.
[1196] Os dois locais constam da descrição do Bairro do Rossio iniciada pelo desembargador Sebastião Mendes de Carvalho a 15 de Dezembro de 1755 (ANTT, *Feitos Findos, Juízo da Inspeção de Bairros*, liv.10).
[1197] ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.175 (27.Nov.1409).
[1198] ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.177 (20.Jan.1415).
[1199] ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.26-30.
[1200] Seria familiar de João Esteves do Paço (do Lumiar)?
[1201] ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.177.
[1202] Cremos que se possa identificar com o indivíduo homónimo que em 1409 era procurador do mosteiro de São Dinis de Odivelas (cf. ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.368).

entroncar na genealogia dos do Paço do Lumiar dois indivíduos cujos patronímicos nos levam a considerar que seriam irmãos: Aires e Estêvão Vicente do Paço; aos quais, em Março de 1405, a abadessa D. Aldonça Pimentel empraza, ao primeiro, a metade de uma vinha em Odivelas[1203]; e ao segundo, a metade do arneiro que fora de Mem Gonçalves[1204]. Ao longo do século XV viriam a documentar-se no cartório do Mosteiro de Odivelas diversos indivíduos que terão utilizado o apodo «do Paço», quase sempre com elementos que não nos permitem assegurar a sua relação com os que ao presente nos importam, podendo tratar-se de normais casos de assimilação onomástica ou de adopção de um mesmo topónimo por indivíduos distintos. É o caso de Gil Martins do Paço, contador do rei e morador em Lisboa em 1440[1205]; de Rui Dias do Paço e seu filho João Roiz do Paço, cavaleiro e almoxarife em Évora, casado com Brites Anes e proprietário de bens na freguesia de Santo António do Tojal[1206]; ou ainda de outros, em épocas distantes destas e desfasadas umas das outras, cuja referência ao *Paço do Lumiar*[1207] se confunde já com o local de morada, e não com o distintivo familiar usado no século XIV e que continua a figurar na toponímia do local aos nossos dias.

❖

Quanto à presença de **D. Guiomar Anes [do Paço]** em Odivelas, com o consentimento da abadessa D. Aldonça Pimentel, emprazou uma courela de vinha na Urmeira (t. Lisboa) a Domingos Anes e a sua mulher Catarina Gonçalves, moradores no mesmo lugar, devendo este casal dar-lhe anualmente – e após a sua morte ao mosteiro – o quarto do vinho e tinta carregado à custa do foreiro para a adega que a mesma Guiomar Anes possuía no Lumiar[1208]. Em 1405 D. Aldonça Pimentel empraza quatro courelas de vinha que haviam sido de João Esteves do Paço; devendo ter pertencido a este a courela no Salteiro, composta por dois botafeis de terra, que a 1 de Março desse ano a abadessa de Odivelas empraza a João Martins, morador em Telheiras (t. Lisboa), devendo este pagar

[1203] ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.11.
[1204] ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.3.
[1205] ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.125 (07.Mai.1440).
[1206] Bens esses, compostos por herdades de pão, casas e montados, que a 13 de Maio de 1490 ano vendeu por dois mil reis brancos a Afonso Lopes Bulhão, cujo nome logo nos convoca para uma família de Lisboa (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.201), e que cremos ser irmão de Francisco Lopes de Bulhão, filho de Afonso Lopes (pai do filho homónimo), a quem D. Mécia de Alvarenga escambou um casal no lugar das Lebres (freg. Stº António do Tojal) a 24 de Março de 1492 (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.367-393).
[1207] É exemplo desta situação Antão Lourenço do Paço do Lumiar, vinhateiro, que trazia aforadas umas terras aos Pombais, relacionadas com uma sentença dada em favor do Mosteiro de Odivelas contra (curiosamente) João do Rego, em 1565 (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.202-209).
[1208] E ainda, de foro anual, pelo dia de Natal, uma boa galinha, trinta soldos antigos e uma jeira (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.1). Adega esta que certamente já havia pertencido a seu pai.

de foro anual a terça parte do vinho que na dita courela se produzir – pelo que deveria ter plantadas videiras – à monja Guiomar Anes. Em 1414 a dita D. Guiomar Anes possuía uma herdade no lugar dos Pombais[1209], próximo ao mosteiro, a qual confrontava com umas almuinhas que então vinham sendo emprazadas pela abadessa D. Aldonça Pimentel a João Lourenço Delgado e a sua mulher Maria Anes, moradores na aldeia dos Pombais[1210]. Em 1438 D. Duarte viria a passar uma sentença régia relativa à posse de todos os bens que haviam sido de João Esteves, pai de D. Guiomar, que deveriam ficar para o Mosteiro de Odivelas após a morte desta, pelo que cremos que terá falecido em data anterior a esta; sendo que desde Junho de 1434 que se documentava como *abadessa* D. Beatriz Barreto.

Tendo sucedido no cargo de abadessa do mosteiro de São Dinis de Odivelas após a morte de D. Aldonça Pimentel, ocorrida algures no final do Verão de 1425, D. Guiomar Anes documenta-se em 1427 (07.Dez.), a arrendar em nome do mosteiro um casal com duas casas que tinha na Idanha (freg^{a} de St^{a} Maria de Belas, t. Lisboa), a Afonso Velho, morador em Belas, nos Paços do Infante D. João, casal esse que estivera arrendado a João Afonso[1211]. Esses bens na Idanha – os quais poderiam ser os que seu pai havia comprado ainda em finais do século XIV – viriam, muitos anos depois (1441), a ser emprazados pela abadessa D. Beatriz Barreto a Afonso Fernandes e a sua mulher Joana Pires[1212]. Abadessa esta que, documentando-se a partir de Junho de 1434, terá sucedido a D. Guiomar Anes. Apesar de duas pontuais referências datadas dos primeiros anos de abadessado da sua sucessora – uma de 1434 e outra de 1438[1213] –, sabemos que D. Guiomar Anes deixara de se documentar a partir de 1431, iniciando um período de cerca de três anos de hiato durante o qual desconhecemos quem terá assumido os destinos de São Dinis de Odivelas; se ainda a própria D. Guiomar Anes ou se já D. Beatriz Barreto.

Surge referida em 21 documentos[1214].

[1209] Seria a que em 1565 viria a ser contestada por João do Rego?
[1210] ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.117 (26.Ago.1414).
[1211] ANTT, OC, MSDO, Liv.17, fl.507.
[1212] ANTT, OC, MSDO, Liv.17, fl.508 (23.Abr.1441).
[1213] Referimo-nos a dois fólios datados, respectiva e cronologicamente, de **02.Set.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.2) e de **26.Jul.1438** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.305).
[1214] Surge referida como *monja* a **21.Dez.1384** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.1 e fl.2), a **08.Jul.1386** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.114), a **01.Mar.1405** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.11; Liv.11, fl.3), a **15.Mar.1405** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.366), a **01.Jul.1408** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.309), a **01.Jul.1408** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.309), a **27.Nov.1409** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.175), a **15.Abr.1410** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.311), a **25.Fev.1412** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.18), a **26.Ago.1414** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.117), e a **20.Jan.1415** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.177); como *cantora-mor* a **14.Ago.1425** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.8); e como *abadessa* a **07.Jan.1427** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.17), a **03.Ago.1428** (ANTT, OC, MSDO,

46. D. Guiomar de Castro

Bolseira (1522-1523)

Soprioresa (1537…)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Será certamente «D. Guiomar de Castro», que surge assim identificada, com o respectivo apelido de família, a partir de 1537, ocupando já o cargo de *soprioresa* do mosteiro de Odivelas. Cremos que se poderá tratar de uma familiar próxima de D. Joana de Castro, figura de grande destaque em Odivelas no início do século XVI.

Em documento datado de 10 de Dezembro 1523 surge a anteceder a dita D. Joana de Castro, que então ocupava ainda o cargo de *soprioresa*, o que cremos poder tratar-se de alguma indefinição na hierarquia, uma vez que no ano anterior (1522) a hierarquia de Odivelas era composta por D. Violante Cabral (abadessa), Maria de Bobadela (prioresa), D. Joana [de Castro] (soprioresa), Leonor de Teive (sacristã), Beatriz Leite (celeireira), D. Guiomar [de Castro] (bolseira) e D. Isabel [de Abreu] (escrivã da fazenda)[1215].

Surge referida em 7 documentos[1216].

47. D. Inês [de Abreu]

Abadessa (1458-1489)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Documenta-se maioritariamente enquanto «D. Inês», sempre no exercício das suas funções de prelada. O seu apodo surge referido uma única vez, num documento datado de 1474, no qual se identifica enquanto «D. Inês daavreu»[1217], o que nos levou a concluir ser este o seu nome de família, e a considera-la como: **D. Inês de Abreu**.

Liv.29, fl.5), a **28.Nov.1430** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.261), a **15.Jul.1431** (07.Mai.1443; ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.4), a **23.Jul.1431** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.1), e ainda – cremos que postumamente –, a **02.Set.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.2) e a **26.Jul.1438** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.305).

[1215] ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.127.

[1216] Surge referida como *D. Guiomar, bolseira*, a **06.Out.1522** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.248), a **26.Out.1522** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.127), a **08.Nov.1522** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.11). a **10.Dez.1523** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.234-239; Liv.11, fl.294-295 e fl.296-297); e como *soprioresa* a partir de **03.Jan.1537** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.268-271).

[1217] ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.389. Agradecemos a Luís Miguel Rêpas a sua simpatia e disponibilidade na discussão iniciada pela procura e leitura deste documento.

Uma série de documentos relativos a um ramo de Abreus residente em Torres Vedras no século XV ocupam diversos fólios do códice factício que actualmente identificamos como *Livro 15* do cartório do Mosteiro de Odivelas[1218]. Afinal, São Dinis de Odivelas, na figura da abadessa D. Mécia de Alvarenga, foi beneficiário do testamento de **Mécia de Abreu**, herdando todos os bens móveis e imóveis que aquela detinha. Em 1503[1219], por alvará régio de D. Manuel I se determinou que as religiosas do Mosteiro de Odivelas pudessem possuir os bens que Mécia de Abreu havia doado à abadessa e ao mosteiro; por via de testamento confirmado dois anos depois (1505)[1220]. Esta doação remonta a Janeiro de 1477, quando em Torres Vedras, nas casas de Diogo [Gomes] de Abreu[1221], cavaleiro, sua filha D. Mécia de Abreu destina ao Mosteiro de Odivelas a legítima que lhe havia cabido por falecimento de sua mãe, Violante Vaz, na vila de Torres Vedras[1222], da qual se destaca a Quinta de São Domingos (t. Torres Vedras)[1223]. Acompanha as disposições um sujeito de nome João Alvernaz[1224], escudeiro, vassalo do rei, e morador em Torres Vedras, que virá a ser nomeado procurador de Mécia de Abreu em 1478 aquando da rematação das casas que haviam pertencido a Diogo Gomes de Abreu[1225], o qual dera licença a sua filha para que pudesse esta fazer seu herdeiro quem ela quisesse[1226]; assim se concluindo que em finais da década de 1470 o casal já havia falecido. Ignoramos se Mécia de Abreu terá habitado em São Dinis de Odivelas[1227], desconhecendo ao momento

A título de exemplo, tomemos em consideração a carta régia de mercê datada de 1307, dada por D. Dinis a «Lourenço Martins da aureu», clérigo e uchão do infante D. Afonso (futuro D. Afonso IV), permitindo-lhe que emprazasse a Alcobaça todos os bens que possuía em Muge e seu termo (29.Jan.1307; ANTT, OC, MSMAlcobaça, 1ª incorporação, Documentos régios, mç. 3, nº13); caso em que não se declinou o apelido escrito. De qualquer forma, cremos que também aqui poderemos considerar o nome de Lourenço Martins de Abreu, o que documentará a proximidade destes à Corte desde o início do século XIV.

[1218] Além de bens pertencentes ao mosteiro e a Mécia de Abreu, num total de 46 documentos em pergaminho e 41 em papel identificamos ainda bens de João Fernandes Pacheco, exilado em Castela em finais do século XIV, sendo os seus bens confiscados entre 4 e 12 de Abril de 1398 (FERNANDES 2008, 48).

[1219] ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.6.

[1220] ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.7.

[1221] Cremos que seria sua mulher Beatriz Lourenço, que surge mencionada como mulher de um cavaleiro de nome «Diogo Gomes de Abreu» em 1468 (ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.26).

[1222] 17.Jan.1477; ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.22.

[1223] 25.Jan.1477; ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.23.

[1224] É possível que se trate de um parente de um outro João Alvernaz, escudeiro do Infante D. Fernando, que em 1399 serviu de procurador de sua mãe Guiomar Esteves (30.Jan.1399; ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.96), e que atendendo ao desfasamento cronológico cremos que jamais se poderá confundir com este.

[1225] ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.24 e fl.25.

[1226] 18.Mar.1468; ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.26.

[1227] De referir ainda que em 1463 recebeu carta de privilégio de D. Afonso V isentando-a do pagamento de alguns direitos sobre um moinho que possuía no reguengo junto à vila de Torres Vedras, o qual havia pertencido a seu pai, Diogo Gomes de Abreu, cavaleiro régio (08.Ago.1463; ANTT, Chanc. Afondo V, Liv.9, fl.120); e que em 1494 Mécia de Abreu recebeu por carta de doação da Infanta D. Isabel o quarto dos moinhos que esta possuía em Torres Vedras (ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.29).

os motivos que a levariam a interessar-se por esse mosteiro no termo de Lisboa. Face a esta incógnita passaremos a identificar algumas linhas de análise.

Através do cartório de Odivelas temos notícia da figura de **Gonçalo Anes de Abreu**, morador em Torres Vedras, beneficiário dos bens que haviam pertencido a João Fernandes Pacheco[1228]. A cronologia permite que se trate do conhecido "fidalgo muito honrado em tempo del Rey dom Fernando e del Rey dom João o primeiro"[1229], alcaide-mor de Alter do Chão, senhor de Castelo de Vide e de Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas, o qual terá sido casado com uma senhora cujo nome Damião de Góis aparenta desconhecer, omitindo-a do seu nobiliário, da qual gerou a João Falcão, alcaide-mor de Mourão, casado com D. Branca de Sousa, filha de Lopo Dias de Sousa, Mestre da Ordem de Cristo[1230]; D. Álvaro d´Abreu, bispo de Évora; e Leonor de Abreu, mulher de Nuno Martins da Silveira, o *Velho*, escrivão da puridade do rei D. Duarte.

O ramo de descendentes de Gonçalo Anes de Abreu surge no título dos «Falcões», e não naquele dedicado a *Hum ramo de Abreu*, iniciado por Damião de Góis em *Vasco Gomes de Abreu* (I) "fidalgo muito honrado em tempo del Rey dom Fernando"[1231], casado com *Mayor Farnandes de Saa* (segundo o *LLDG*) ou Maior Fernandes de Portocarreiro (segundo o *Título de Abreu*)[1232]; os quais geraram descendência, precisamente, num *Diogo Gomez de Abreu* (II). Assim sendo, atendendo às semelhanças onomásticas, podemos concluir que é muito pouco provável que os dois ramos de Abreus presentes no *Livro de Linhagens* de Damião de Góis, e aqui em discussão, não entronquem algures em finais do século XIV. Identificamos Vasco Gomes de Abreu no *Título de Abreu*, genealogia manuscrita em meados do século XVII[1233], que o filia em Diogo Gomes de

[1228] Os seus bens em Torres vedras viriam a ser vendidos por Gonçalo Anes de Abreu em 1406, ao Dr. Gomes Martins, doutor em leis e juiz do desembargo régio, por preço de 80 coroas de ouro (ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.120). Em 1407 D. João I confirma a venda dos bens denominados "o Morgado" (ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.121). No mesmo ano, doa a João Fernandes Pacheco os bens que haviam vagado por morte de Sancha Dias, mulher de Lourenço Martins do Avelar, alcaide da Guarda e de Celorico (ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.122). Apesar de lhe conhecermos uma carta datada de 12 de Novembro de 1404 que "nos indica manter a sua presença em terras castelhanas" (MORENO, 108; ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv.3, fl.70v.), teria regressado ao reino em 1407?

[1229] Omisso do título dos Abreu, enquanto «Gonçal´Eanes d´Abreu» surge no título dos Falcões [fl.60v.] (VASCONCELOS 2014, 163).

[1230] António Pestana de Vasconcelos biografou «Lopo Dias de Sousa II» na sua tese intitulada *Nobreza e Ordens Militares* (VASCONCELOS 2014, 317-18). Seria filho de D. Álvaro Dias de Sousa, 16º senhor de Sousa, e de D. Maria Teles de Meneses.

[1231] VASCONCELOS 2014, 194.

[1232] Ambos os nobiliários referem como seu pai um tal *João Rodrigues*, divergindo no nome de família deste. O Título de Abreu identifica-o como «D. João Rodrigues de Portocarreiro, senhor de Vila Real».

[1233] ANTT, Genealogias Manuscritas, nº110. O manuscrito foi escrito entre 1651-54, sendo 3º conde de Regalados Francisco Gomes de Abreu.

Abreu (I), filho de um companheiro de D. Afonso IV na Batalha do Salado e embaixador do mesmo rei a Castela aquando do casamento do Infante D. Pedro com D. Constança Manuel, e de D. Violante Afonso [de Brito], filha de Martim Afonso de Brito, cavaleiro e rico-homem, e neta de D. João Afonso de Brito, bispo de Lisboa; a qual, após enviuvar, encontrando-se em Castela, seria aia da rainha D. Beatriz, filha de D. Fernando I.

Relacionada com estes Abreus identificados por Damião de Góis, representantes directos do tronco principal de Abreus do reino de Portugal, outra informação, se bem que mais espaçada na documentação, poderia eventualmente considerar a abadessa D. Inês entre as "filhas que são freiras" [1234] de *Antão Gomez d´Abreu* – filho do dito Diogo Gomes de Abreu (II), pelo que neto de Vasco Gomes de Abreu (I) – e *de D. Isabel de Mello e d´Albergaria*, filha de Fernão Soares de Albergaria, senhor de Prado[1235]. Exceptuando essa vaga memória registada por Damião de Góis, nada nos comprova que entre essas religiosas se encontrasse D. Inês.

Em fólios individualizados, documentam-se ainda no mosteiro de Odivelas um **Pedro de Abreu**, cavaleiro, fidalgo da casa da rainha, morador na cidade de Lisboa e procurador das capelas funerárias do rei D. Afonso IV e da rainha D. Beatriz na Sé[1236], e um tal **Soeiro Gomes de Abreu**, a quem em 1512 a abadessa D. Mécia de Alvarenga emprazou diversos bens em Poverba (t. Alverca). Se relativamente ao segundo nada consta nos nobiliários que temos vindo a citar, quanto ao primeiro, coevo da abadessa D. Inês – que se viria a documentar em Odivelas dentro de poucos anos –, não é impossível que se trate de *Pedro Gomes de Abreu*, filho de Diogo Gomes de Abreu (II) e irmão de Antão Gomes de Abreu, pelo que cunhado de João Falcão, filho de Gonçalo Anes de Abreu, que cremos seu parente – teriam como antepassado comum Diogo Gomes de Abreu (I)? –, através do casamento com uma filha do Mestre da Ordem de Cristo[1237]. Não deixa de ser relevante destacar que o procurador das capelas régias da Sé era bisneto de um embaixador e trineto de um homem de armas do rei que nelas jazia. A proximidade desta linhagem à cidade poderá ainda espelhar-se no facto de uma neta de Pedro Gomes de Abreu, de nome D.

[1234] Dos filhos varões de Antão Gomes de Abreu e de D. Isabel, João e Vasco Gomes de Abreu morreram ainda solteiros a caminho da Índia, tendo o segundo ("ainda que não foi casado") gerado pelo menos três filhos bastardos, e "quatro filhas que são freiras". Lembramos que anteriormente já as havíamos discutido a respeito de Guiomar de Abreu, religiosa de Odivelas, que procurámos aparentar neste ramo de Abreus (veja-se a entrada biográfica **44** de **Guiomar de Abreu**).
[1235] VASCONCELOS 2014, 195.
[1236] 16.Jun.1541; ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.6. Nessa data Pedro de Abreu aforou um pedaço de herdade no termo de Alverca a Pedro de Coimbra e sua mulher Inês Gonçalves, moradores na cidade de Lisboa
[1237] VASCONCELOS 2014, 194. Pedro Gomes de Abreu casou com D. Aldonça de Sousa, e João Falcão com D. Branca de Sousa, filhas de Lopo Dias de Sousa e de D. Maria Pires Ribeira

Beatriz de Lima, ter sido a segunda esposa de João de Brito, filho de Mendo de Brito e irmão de Luís de Brito, senhores do morgado de São Lourenço de Lisboa –, família de notáveis da cidade na centúria de Quatrocentos; parentes afastados dos de Abreu, que como atrás observámos se haviam consorciado com os de Brito no século XIV[1238].

Aqui chegados, sendo totalmente desconhecida a sua filiação, e atendendo ao que atrás expusemos, cremos ser possível considerar que D. Inês de Abreu descenda de um ramo destes Abreus de Torres Vedras, com várias gerações de avoengos notáveis em Lisboa e de embaixadores nobres. Ramificados uns na família do alcaide-mor Gonçalo Anes de Abreu, filho de João Gomes de Abreu, nomeado por D. Fernando I como alcaide-mor de Torres Vedras (1369)[1239]; e outros na de Vasco Gomes de Abreu (I) – primo-direito do pai do anterior, netos de Lourenço Gomes de Abreu –, e do qual descendem diversos outros anteriormente mencionados, cremos que Vasco Gomes de Abreu (I) possa ser um antepassado da abadessa D. Inês de Abreu, documentada cerca de cem anos depois desse honrado fidalgo dos reinados de D. Pedro I e D. Fernando I.

Sabemos hoje que Damião de Góis terá omitido diversos indivíduos do seu nobiliário, entre os quais figuras femininas; sinal mais de desconhecimento que de intriga, que havia justificado algumas das lacunas do *LL* do Conde de Barcelos. Segundo António Pestana de Vasconcelos, um dos filhos de D. João Gomes de Abreu, bispo de Viseu (1462-1482), terá sido o *comendador* Diogo Gomes de Abreu (III), casado com D. Teresa, filha de Diogo de Azevedo, aparentemente sem descendência[1240]. Documentado entre 1425 e 1475, até que ponto a extinção da linhagem varonil se poderá ter ficado a dever à existência de descendência feminina? Ignorando-se a cronologia de D. Teresa, Diogo Gomes de Abreu poderia ter casado com Violante Vaz em segundas núpcias, algures na segunda metade do século XV, vindo a gerar nesta a sua filha Mécia de Abreu, que viria a falecer sem descendência e a desmembrar o património familiar através de doações ao Mosteiro de Odivelas. Além disto, poderá acrescer a esta hipótese o facto desta filha se documentar até inícios do século XVI. O interesse de Mécia de Abreu por este cenóbio –

[1238] Recordamos o casamento de Diogo Gomes de Abreu (I) com Violante Afonso de Brito.

[1239] Apesar das nossas dúvidas quanto à veracidade da obra de Felgueiras Gayo, que só após constante confrontação de documentos nos pareceu acertado validar (GAYO 1992, 98). Seu filho, Gonçalo Anes de Abreu, viria a vender a alcaidaria-mor de Torres Vedras a Gomes Martins em 1407, que cremos ser o mesmo (Dr. Gomes Martins, juiz do desembargo do rei D. João I) que por esses anos lhe terá adquirido bens segundo escrituras presentes no cartório do Mosteiro de Odivelas.

[1240] VASCONCELOS 2014, 16; veja-se a entrada deste no LL de Damião de Góis (VASCONCELOS 2014, 197), que refere que terá tido filhos bastardos, entre os quais Pedro Gomes de Abreu.

se é que nele não terá habitado –, poderia, assim, dever-se à proximidade de uma figura sua familiar com aquele mosteiro cisterciense.

Veja-se que entre os dois outros filhos do bispo de Viseu, figuras da segunda metade do século XV, um deles, Pero Gomes de Abreu, casou com uma filha de Álvaro da Cunha, sendo "huns tempos senhor do morgado de Tavoa que lhe foi tirado por demanda"[1241]; e o outro, Luís de Abreu, casou com a filha de um tesoureiro do príncipe D. Afonso, filho de D. João II. É na geração destes que termina o tomo dos Abreus estudados por Damião de Góis, que refere um último Diogo Gomes de Abreu (IV), que porque filho de João Gomes da Cunha cremos tratar-se já de indivíduo do século XVI. Assim sendo, o pai de Mécia de Abreu, falecido na década de 1470, só se poderá identificar com o filho de João Gomes de Abreu, bispo de Viseu.

A par de tudo isto, sabemos que a abadessa D. Inês possuía uma quintã na Telhada, local situado no termo de Alenquer, concelho que confronta com o de Torres Vedras. Partilhando de cronologia semelhante à do bispo João Gomes de Abreu, até que ponto seria D. Inês irmã deste prelado, pelo que filha de Diogo Gomes de Abreu (II) e de Leonor Viegas [do Rego][1242], e neta paterna de Vasco Gomes de Abreu (I)? Assim se poderia justificar que três das suas sobrinhas, filhas de Antão Gomes de Abreu, tivessem professado – continuando, ao presente, a desconhecer o local exacto de residência dessas religiosas –, bem como a proximidade de uma sua sobrinha neta, Mécia de Abreu, ao mosteiro do qual era abadessa à morte do sobrinho, Diogo Gomes de Abreu (III). O corolário destas considerações encontra-se exposto na genealogia de D. Inês de Abreu[1243].

Surge referida em 61 documentos[1244].

[1241] VASCONCELOS 2014, 196.

[1242] Damião de Góis ignora o apodo de "dona Leanor Viegas", bem como a sua filiação (VASCONCELOS 2014, 194). Atente-se que nada conseguimos apurar quanto à família de Aldonça Vasques do Rego se poder aparentar com estes, melhor documentados em séculos anteriores ao final do século XIV.

[1243] Veja-se o **Esquema Genealógico § 1 (Abreu)**.

[1244] Surge referida como *abadessa* a **08.Out.1458** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.514; Liv.30, fl.40 (traslado datado de 25.Jan.1463) e fl.41 (traslado datado de 10.Nov.1467)), a **11.Fev.1459** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.51), a **31.Dez.1461** (ANTT, OC, MSDO, Liv.24, fl.89), a **24.Mar.1462** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.496: Liv.12, fl.92), a **21.Abr.1462** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.392), a **09.Jul.1462** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.118), a **23.Out.1462** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.107), a **25.Abr.1464** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.17), a **[??].Mar.1465** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.51-54), a **18.Mar.1465** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.320; Liv.43, fl.X), a **13.Jan.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.7), a **25.Mar.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.6), a **16.Ago.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.123), a **01.Set.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.22, fl.391), a **17.Dez.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.29), a **02.Mai.1468** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.515), a **22.Mai.1469** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.277), a **29.Dez.1469** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.232; Liv.25, fl.127), a **15.Out.1470** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.278), a **02.Mai.1471** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.205; Liv.18, fl.190; Liv.18, fl.343), a **28.Fev.1472** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.163), a **12.Ago.1472** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.119), a **09.Mar.1473** (ANTT, OC, MSDO, Liv.13, fl.53), a **25.Mar.1473** (ANTT, OC, MSDO,

48. Inês Álvares[1245]

Monja (1434)

Bolseira (1455)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Documenta-se a partir do abadessado de D. Beatriz Lourenço Barreto. Transitando para o seguinte, em 1455 a abadessa D. Isabel de Alvarenga ter-se-á deslocado a Alenquer onde, perante Álvaro da Castanheira, vassalo do rei e notário público por D. Isabel nessa vila. "logo pela dita senhora abadessa foi dito que com acordo de Inês Alvares, bolseira, e de Madanela Fernandes, celeireira, e de Lourenço Anes, procurador do dito mosteiro" – e pai da religiosa Joana Gonçalves d´Ornelas[1246] –, se passaria a emprazar em *vida de duas pessoas* um casal de pão denominado a Carnota (t. Alenquer) a Fernão Martins e a João Vicente.

Ainda em 1434 se documentavam Lopo Álvares e sua mulher, Inês Anes, moradores no mosteiro, beneficiários de um emprazamento feito pela abadessa D. Beatriz Barreto, composto por uma casa térrea com sua câmara e seu chouço de terras na aldeia do mosteiro (Odivelas)[1247].Atendendo à presença do *bacharel* Fernão Álvares no cartório de Odivelas, o qual, durante as décadas de 1470/80, deteve o cargo de procurador-geral do

Liv.10, fl.454), a **28.Jul.1473** (ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.1), a **02.Nov.1473** (ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.2), a **15.Fev.1474** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.7; Liv.10, fl.8-19; Liv.43, fl.LVVII), a **30.Jun.1474** (ANTT, OC, MSDO, Liv.13, fl.52), a **23.Set.1474** (ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.3), a **08.Out.1474** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.389), a **19.Ago.1475** (ANTT, OC, MSDO, Liv.12, fl.239; Liv.14, fl.298), a **27.Dez.1475** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.19, Liv.24, fl.3), a **06.Fev.1476** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.112), a **10.Fev.1477** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.6; Liv.7, fl.164-165 (traslado); Liv.17, fl.543; Liv.43, fl.CXXII), a **11.Ago.1477** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.89-93), a **06.Set.1477** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.161; não é mencionado o seu nome, mas refere-se a «abadessa», sendo nomeadas a prioresa, Catarina Teixeira, e a soprioresa, Aldonça Vasques), a **13.Mar.1479** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.LXXIX; traslado datado de 26.Abr.1545), a **23.Abr.1479** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.4 e fl.5), a **27.Mai.1479** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.388), a **27.Nov.1481** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.233), a **02.Jul.1482** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.391), a **26.Nov.1482** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.234-235), a **06.Mar.1483** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.236), a **[??].[??].1487** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.69), a **21.Jun.1488** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.LXLv.; traslado datado de 27.Jul.1545) e a **15.Nov.1489** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.211).

[1245] Desconhecemos se se poderá tratar da mesma religiosa que daí a poucos anos, a partir de 1458, se viria a intitular como abadessa «D. Inês», e que havíamos proposto tratar-se de «D. Inês [de Abreu]». Atendendo a que «Álvaro» é nome desconhecido nos ramos de Abreus que discutimos a propósito da genealogia dessa abadessa, e a que num documento datado de 1474 se crê ler o seu nome de família, não ousaremos considerar tal hipótese, individualizando «Inês Álvares» de «D. Inês [de Abreu]».

[1246] Veja-se a entrada biográfica **69** de **Joana Gonçalves d´Ornelas**.

[1247] ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.107v.). Cumpre-nos assinalar a identificação de uma aldeia nos arredores do mosteiro cerca de 150 anos após a fundação do mosteiro (1295).

mosteiro de Odivelas ao tempo de D. Inês [de Abreu][1248], podemos porventura considerar que este tenha sido familiar da religiosa Inês Álvares, com a qual partilhava o patronímico além de poder igualmente ter sido proprietário de umas casas, onde eventualmente residiria, localizadas aos Pombais[1249].

Surge referida em 3 documentos[1250].

49. Inês Martins de Paz[1251]

Dona professa (1366)

Cantora (1374)

Cantora-mor (1375-1376)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Surge documentada apenas no contexto da hierarquia conventual, surgindo como *dona professa* a partir de 1366, e alcançando os cargos daí a alguns anos os cargos de *cantora* (1374)[1252] e *cantora-mor* (1375). Documentando-se nestas três datas apenas com nome e patronímico, enquanto «Inês Martins», cremos que se possa identificar com «Inês Martins de Paz», documentada como cantora-mor de Odivelas logo em 1376; seguindo assim a opção apresentada inicialmente por Luís Miguel Rêpas[1253].

Surge mencionada em 4 documentos[1254].

[1248] A título de exemplo atente-se na datação de dois documentos que o mencionam, a saber: 08.Out.1474 (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.389) e 26.Nov.1482 (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.234-235).

[1249] Num documento datado de 1542 alude-se a um chão localizado nos Pombais, junto das casas de Fernão Álvares (27.Mar.1542; ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.178-180).

[1250] Surge referida como *monja* a **09.Abr.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.90-91), a **07.Jun.1434** (ANTT, OC MSDO, Liv.40, fl.91-91v.); e como *bolseira* a **13.Jul.1455** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.160).

[1251] Inês Martins de Paz foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto enquanto «Inês Martins», cantora-mor documentada entre 1366 e 1375 (PINTO 2000, 108-109) e por Luís Miguel Rêpas enquanto «Inês Martins de Paz», que lhe recolheu os dados biográficos que ora discutimos (RÊPAS 2021, vol. II, 469-471).

[1252] Recordamos a chamada de atenção apresentada por Luís Miguel Rêpas, que antes de nós constactou que Inês Martins de Paz foi a primeira religiosa portuguesa da Ordem de Cister a documentar-se no cargo de *cantora* (1374), sendo registada a hierarquização do cargo a partir de 1375, quando Inês Martins surge enquanto *cantora-mor* e Inês de Molnes enquanto *cantora* (RÊPAS 2021, vol. II, 469).

[1253] RÊPAS 2021, vol. II, 469.

[1254] Surge referida como *dona professa* a **03.Mar.1366** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.1); como *cantora* a **03.Jan.1374** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.260), e como *cantora-mor* a **15.Jan.1375** (ANTT, OC, MSDO, Tomo 3º, Maç. ou Cód. 46 (cx.37), nº6; cf. RÊPAS 2021, vol. II, 470) e sem cargo – embora em data que nos leva a crer que mantivesse o cargo de cantora-mor – a **02.Mai.1376** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.397).

50. D. Inês de Molnes[1255]

Cantora (1375-1405)

Cantora-mor (1424)

Prioresa (1427-1439)[1256]

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Ignorando-se o patronímico que poderá ter prescindido em cronologia relativamente precoce, o seu nome de família elucida-nos quanto à sua origem familiar. Apesar de não lhe conseguirmos traçar uma genealogia exacta, cremos que a sua presença no mosteiro de São Dinis de Odivelas se possa dever a aí terem sido abadessas duas eventuais tias durante o reinado de D. Afonso IV: D. Urraca e D. Ouroana Pais de Molnes. De acordo com o que havíamos afirmado no corpo de texto da presente dissertação, a notoriedade granjeada sobretudo por D. Urraca Pais ao longo de mais de duas décadas de abadessado terá resultado não só que à sua morte lhe tenha sucedido uma irmã, mas também que por via da sua figura tenham integrado a casa conventual que administrava alguns elementos da sua família de sangue, como poderá ter sido o caso de D. Inês, documentada a partir de 1375, cerca de trinta anos após a morte de D. Ouroana Pais.

Ocupando o cargo de *cantora* ainda durante o abadessado de D. Berengária Martins Pimentel, viria a transitar na mesma posição hierárquica para o de D. Aldonça Pimentel, alcançando o cargo de *cantora-mor* em 1424. Viria a ser *prioresa* de D. Guiomar Anes do Paço e de D. Beatriz Lourenço Barreto, demonstrando-se uma das figuras mais relevantes e documentadas do mosteiro de Odivelas da segunda metade do século XIV até à primeira metade do século XV. A sua longevidade permitiu-lhe viver, no mínimo, quatro abadessados, documentando-se ao longo de sessenta e quatro anos (entre 1375 e 1439). Cremos que somente a sua idade, ou com mais probabilidade a pouca relevância política exercida pelo seu "agregado" familiar no século XV, não lhe terão permitido alcançar o cargo de *abadessa*. Terá falecido, provavelmente octogenária, algures por volta do ano de 1439, sendo sucedida daí a poucos anos por Isabel Fernandes.

Surge mencionada em 13 documentos[1257].

[1255] No século XV o apelido continuava a surgir com grafia diversa, destacando-se a opção «Moldes».

[1256] Luís Miguel Rêpas assinalou que Inês de Molnes ocupou o cargo de prioresa no «2º ¼ do séc. XV»

[1257] Surge referida como *cantora* a **15.Jan.1375** (ANTT, OC, MSDO, Liv.46, fl.6), e sem qualquer cargo associado a **12.Jul.1405** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.24-25), data em que continuaria a manter o cargo de «cantora»; como *cantora-mor* a **13.Jan.1424** (ANTT, OC, MSDO, Liv.44, fl.235); e como *prioresa* a

51. Inês Peres[1258]

Monja (1327-1343)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Ao longo da presente dissertação optámos por estudar a figura de Inês Peres à luz da realidade característica do mosteiro de Odivelas do século XIV, aparentando-a com as abadessas D. Urraca e D. Ouroana Pais de Molnes. Tudo porque através de um breve apostólico do papa João XXII datado de 1326, temos notícia que João Mendes, vigário da igreja de São Julião de Santarém, considerava ver o seu direito de vigairaria posto em causa por D. Urraca Pais de Molnes, abadessa do mosteiro de Odivelas, que defendendo estar o dito lugar vago apresentava o clérigo Lourenço Peres para que o viesse a ocupar; o que a seu tempo documentámos como estando ocupado pelo dito João Mendes desde 1306[1259]. A partir destas notícias provenientes da corte de Roma formulámos uma hipótese de tal se ter devido a um aproveitamento estratégico da abadessa, em introduzir um membro da sua própria família na vigairaria de São Julião, igreja dependente de São Dinis de Odivelas. No ano seguinte (1327) documentar-se-ia pela primeira vez a monja Inês Peres, numa carta de mercê de D. Afonso IV que lhe permitia comprar herdades até ao valor de 500 libras[1260]; processo este que nos leva a crer que tal privilégio e semelhança patronímica possa ser indício de Inês Peres ser irmã do clérigo Lourenço Peres.

Alguns anos volvidos, em 1337, temos notícia de um juiz Pedro Esteves relacionado com o mosteiro de Odivelas, que propusemos ser o mesmo que alguns anos antes, como homem-bom jurado do concelho de Lisboa, integrara em diversos cargos o governo da cidade entre 1327 e 1347. Sendo o patronímico «Peres» sinónimo da existência de um «Pedro» como pai dos dois irmãos religiosos, a figura do juiz Pedro Esteves parece-nos compreender diversos pontos de contacto entre as características de recrutamento das religiosas de Odivelas e a genealogia das duas irmãs de Molnes, que na década de 1320,

27.Dez.1427 (ANTT, OC, MSDO, Liv.17, fl.507), a **13.Dez.1428** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.88), a **20.Jun.1435** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.1 e fl.2), a **27.Dez.1435** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.19), a **05.Fev.1436** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.2v. e fl.3), a **13.Nov.1437** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.510), a **18.Nov.1437** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.285) e a **21.[??].1439** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.286),

[1258] Inês Peres foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 109) e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 474).

[1259] ANTT, OC, MSDO, Liv.2, fl.91.

[1260] ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.60.

nas vésperas da guerra-civil, continuavam a ser exemplo das filhas de cavaleiros e oficiais da corte que entretanto integrados no mundo urbano beneficiavam da aproximação ao rei.

Carecendo de outras notícias relativas tanto a Inês Peres como a Lourenço Peres, filiando-os no juiz **Pedro Esteves**, oficial concelhio de Lisboa, é nossa hipótese que este fosse um dos quatro filhos de **Estêvão Pais de Molnes**, casado com Teresa Martins da Cunha e pai de Martim Esteves, casado com **Mor Fernandes Bugalho**, filha de Fernão Rodrigues Bugalho, e neta materna de Afonso Guilherme, importante mercador de Santarém, e ambos alcaides-mores de Lisboa. A homonímia que partilhavam, as possíveis afinidades genealógicas e a semelhança de percursos são factores que nos levam a propor esta composição genealógica que, lembramos, carece de documentação mais detalhada[1261].

Surge mencionada em 2 documentos[1262].

52. D. Inês da Silveira

Monja († ant. 1525)

Filha do Doutor **Gonçalo Mendes da Silveira**, do desembargo régio[1263] – que ao longo da década de 1460 adquiriu diversas propriedades registadas no cartório de Odivelas – e de **Branca Botelho** (ou Botelha), era neta materna de Isabel Anes. Embora Gonçalo Mendes da Silveira não surja no título desta linhagem no *LL* de Damião de Góis, encontramos um «Doutor Gonçalo Mendes da Silveira, desembargador da Casa do Cível» no título dos *Sequeiras*, como tendo sido casado em segundas núpcias com D. Maria de Meneses, filha de Lopo Vaz de Sequeira, alcaide-mor do Landroal[1264], que "casou a furto com donna Cezilia de Meneses", filha de D. Fernando de Meneses, senhor de Cantanhede[1265] e mordomo-mor da rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V. A referência explícita a um indivíduo deste nome, desembargador da Casa do Cível e casado uma

[1261] Veja-se a proposta genealógica apresentada no **Esquema Genealógico § 7 (Molnes/Palhavã)**.
[1262] Surge referida como *dona* do mosteiro de Odivelas a **08.Dez.1327** (ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.60) e a **30.[??].1343** (ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.60v.).
[1263] Documenta-se em 1489, numa venda feita por D. Maria de Noronha, condessa da Atalaia, de uma azenha em Bocelas (t. Lisboa), junto ao Mosteiro de São Domingos, numas casas onde então poisava a dita condessa (23.Jul.1489; ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.18).
[1264] Lopo Vaz era filho de Francisco Anes, fundador da linhagem dos Sequeira e "homem honrado de Coimbra, amo do Iffante dom Pedro, que criou a Rainha donna Isabel, sua filha, molher del Rey dom Afonso, o 5º" (VASCONCELOS 2014, 169).
[1265] D. Fernando de Meneses era avô paterno de D. Pedro de Meneses, 1º conde de Cantanhede (1479).

segunda vez com D. Maria de Meneses, levam-nos a considerar tratar-se do mesmo que teria, assim, casado em primeiras núpcias com Branca Botelho, e sido pai de D. Inês da Silveira, religiosa no mosteiro de Odivelas[1266].

Apesar do título académico de seu pai, certo é que não proviriam estes «Silveiras» do ramo mais próximo de parentes colaterais dos barões de Alvito. Damião de Góis não continuou a descrição genealógica do único *Gonçalo da Silveira* que refere, primogénito de Nuno Martins da Silveira, o *Velho*, e de Leonor de Abreu, nem tão pouco a de um seu irmão, *Vasco da Silveira*, por ter notícia de "que mancebos e sem casar morrerão em Castela" [1267]. Ora, caso filiássemos o Dr. Gonçalo Mendes da Silveira em Nuno Martins da Silveira, natural de Évora e escrivão da puridade de D. Duarte, e em Leonor de Abreu, filha de Gonçalo Anes de Abreu, senhor de Castelo de Vide – com o qual em momento próprio procurámos aparentar a abadessa D. Inês de Abreu (que seria filha de um primo de Gonçalo Anes de Abreu)[1268] –, viríamos a entroncar nestes uma linhagem de grande destaque em São Dinis de Odivelas durante o século XV. Afinal, perante estes pressupostos, até que ponto não nos levariam os mesmos a aparentar a própria abadessa D. Inês [de Abreu] como irmã de Leonor de Abreu; apesar de as explicações relacionadas com Mécia de Abreu nos parecerem – ao momento – mais acertadas, entroncando-a como descendente de Vasco Gomes de Abreu (I).

Outra hipótese, não menos plausível, poderia ainda considerar que o Dr. Gonçalo Mendes da Silveira teria adoptado por apodo um topónimo existente no termo de Torres Vedras, o que poderia justificar a utilização do patronímico «Mendes» ao longo do século XV, quando o mesmo é desconhecido e a sua prática inexistente entre os Silveiras registados em nobiliário. Talvez assim se possa explicar por que motivo no título dos *Sequeiras* Damião de Góis não refira qualquer entrada específica para «Gonçalo Mendes da Silveira», que a ela não teria direito por não provir de nenhuma linhagem de notáveis fidalgos do século XV.

Cremos que D. Inês da Silveira possa ter professado em Odivelas durante o abadessado de D. Mécia de Alvarenga, porventura ainda em finais do século XV. Terá falecido algures em data próxima, embora anterior, a 1525, uma vez que desse ano data a sentença do mosteiro contra Lopo Botelho, seu tio materno, o qual pretendia tomar os bens que São Dinis de Odivelas viria a receber por via do falecimento de sua sobrinha alegando

[1266] Veja-se o **Esquema Genealógico § 12 (Silveira)**.
[1267] VASCONCELOS 2014, 98
[1268] Veja-se o **Esquema Genealógico § 1 (Abreu)**.

como justificação o facto de à morte dessa ainda ser viva Isabel Anes, sua mãe e avó materna de D. Inês da Silveira, a qual deveria ser considerada legítima herdeira desses bens, sobre eles ditando uma última palavra, e não o mosteiro, como vinha a ser feito[1269].

Surge mencionada num único documento[1270].

53. Inês Vasques [Leitão][1271]

Monja (1391-1405)

Filha de **Vasco Martins Leitão** e de **Inês [Anes] Pimentel**[1272], neta paterna de Martim Gonçalves Leitão e de Aldonça Anes da Cunha, e neta materna de João Afonso Pimentel e de Constança Martins de Morais; por via de seu avô materno era sobrinha de D. Aldonça Pimentel, abadessa do mosteiro de Odivelas (doc. 1379-1425). Através de um documento datado de 1402 presente no cartório do mosteiro temos ainda notícia de que era irmã da dita monja uma tal Violante Vasques, casada com Martim Gomes, comendador-mor da Ordem de Santiago[1273]. Inês Vasques documenta-se em 1391 num emprazamento feito em Lisboa, junto ao poço de Borratém – à data as religiosas continuavam ausentes do mosteiro, de onde haviam saído por ocasião da crise de sucessão – juntamente com Joana Gil, *dona professa* e sua prima afastada com a qual partilhava o mesmo trisavô (Vasco Martins Pimentel), tendo sido sobrinha-neta da antiga abadessa D. Berengária Martins Pimentel, prima-direita do pai da abadessa D. Aldonça Pimentel.

Surge mencionada em 3 documentos[1274].

54. [D.] Isabel de Abreu

Freira (1516)

Escrivã da fazenda (1522)

[1269] Em 1521, por sentença régia de D. Manuel I, Lopo Botelho, fidalgo da casa del rei, viria a receber a confirmação relativa à herança de sua sobrinha, tomando uma quinta em Alverca (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.21-23); o que nos leva a crer que D. Inês da Silveira já tivesse falecido.

[1270] Surge referida como *freira* a **[??].[??].1525** (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.25).

[1271] Inês Vasques foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 109).

[1272] PIZARRO 1987, 67-68.

[1273] 08.Set.1402 (ANTT, OC, MSDO, Tomo 1º, Maç. ou Cód.44 (cx. 35), fl.94).

[1274] Surge referida como *dona professa* a **19.Dez.1391** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.17v.-19), a **08.Set.1402** (ANTT, OC, MSDO, Tomo 1º, Maç. ou Cód.44 (cx. 35), fl.94; cf. RÊPAS 2021, vol. II, 422) e a **23.Jan.1405** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.13).

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Após termos discutido as origens da abadessa D. Inês, compreendemos por que motivo terá aparecido no Mosteiro de São Dinis de Odivelas uma religiosa descendente desta linhagem. Cremos poder considerar tratar-se de *donna Isabel*, filha de **Leonel de Abreu**, filho e herdeiro de Pedro Gomes de Abreu (II), casado com uma filha de Pedro de Sousa Ribeiro, alcaide-mor do Pombal; sobre a qual mais nada se conhece[1275]. A cronologia que partilham parece sugerir esta possibilidade, apesar de não ser referida como «freira» à semelhança de casos semelhantes, o que desde logo evidencia algumas discrepâncias. A dita D. Isabel era trineta de Pedro Gomes de Abreu (I), que havíamos considerado irmão da abadessa D. Inês [de Abreu]. Documentando-se esta até 1488, até que ponto teria uma sobrinha-bisneta/trineta[1276] em tão longínquo grau de parentesco a partilhar o espaço conventual logo em 1516. Vinte e oito anos medeiam as duas datas, podendo D. Isabel de Abreu ser ainda uma jovem nesse ano, e D. Inês [de Abreu] registar já uma idade considerável em 1488. Num jogo de gerações de uma família maioritariamente masculina onde as filhas – se é que existiram mais além das que Damião de Góis registou – somente se documentam na condição de mulheres de outros nobres com entrada no nobiliário, teria uma jovem nascida na viragem do século XV para o XVI professado num mosteiro onde se destacara uma tia idosa, figura plena da centúria de Quatrocentos.

Cremos que se possa identificar com a *D. Isabel, escrivã da fazenda*, documentada em 1522, já durante o abadessado de D. Violante Cabral. A sua origem nobiliárquica e o seu estatuto dentro do mosteiro são pistas que contribuem para a utilização do pronome Dona, e não é despiciente considerar que já a abadessa *D. Inês* [de Abreu] se havia documentado maioritariamente pelo nome próprio.

Surge mencionada em 3 documentos[1277].

55. Isabel d´Andreste

Freira de São Dinis de Odivelas (1402-1427)

[1275] VASCONCELOS 2014, 195.

[1276] Dependendo que se considere filha de Diogo Gomes de Abreu (I) ou do bispo João Gomes de Abreu.

[1277] Surge referida a **11.Jun.1516** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.93), e caso seja de facto ela, documenta-se como «D. Isabel, escrivã da fazenda» a **08.Nov.1522** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.11) e a **26.Out.1522** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.127). Nestes últimos dois documentos poderá eventualmente dar-se o caso de se tratar de D. Isabel de Castro, religiosa de Odivelas documentada no século XVI.

Freira de Stª Clara de Santarém (c.1409)

Filha de **Mestre Fernando**, *cirurgião del rei* D. João I, sobre o qual nada sabemos; Isabel d´Andreste documenta-se pela primeira vez em 1402 (14.Nov.), relativamente a uma fazenda que havia herdado por falecimento de seu pai. Volvidos alguns anos, em 1409, aquando da doação que D. João I lhe fez de todos os bens que seu pai havia deixado, Isabel d´Andreste surge enquanto *freira em Santa Clara de Santarém*, onde terá residido apenas durante alguns anos, tendo regressado a Odivelas em 1416, ano em que emprazou várias heranças em Torres Vedras a João Esteves. A localização destas propriedades leva-nos a considerar que porventura a sua família pudesse ser originária daquela região, onde, uma vez fixados na capital e próximos da esfera da Coroa, das boas relações familiares com o monarca teria resultado o benefício concedido por D. João I à religiosa.

Surge mencionada em 4 documentos[1278].

56. Isabel Fernandes [de Resende]

Monja (1427-1432)

Cantora (1428)

Soprioresa (1434-1445)

Regedora (1444-1445)

Prioresa (1448-1471)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Como ponto de partida, a sua identificação no cartório de Odivelas merece algumas considerações. Surge identificada com o nome completo, Isabel Fernandes de Resende, num primeiro documento datado de 1434[1279], somente voltando a ser referida como tal – quase ininterruptamente[1280] – a partir de 1448[1281].

[1278] Surge referida como *freira do mosteiro de Odivelas* a **14.Nov.1402** (ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.90), a **24.Jul.1409** (ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.91) e a **07.Dez.1427** (ANTT, OC, MSDO, Liv.17, fl.507); e como *freira em Santa Clara de Santarém* a **02.Ago.1416** (ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.93).

[1279] 29.Jul.1434 (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.91v.-92).

[1280] Somente em 1462 (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.496; Liv.9, fl.6; Liv.22, fl.391) e em 1471 (02.Mai.1471; ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.190 e fl.343).voltaria a ser referida como «Isabel Fernandes», cremos que por equívoco dos escrivães.

[1281] 08.Nov.1448 (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.373).

A 7 de Dezembro de 1427 temos notícia de uma monja de nome «Isabel Fernandes», num processo de arrendamento feito pela abadessa D. Guiomar Anes, sendo prioresa D. Inês de Moldes e soprioresa Beatriz Lourenço [Barreto]. No ano seguinte a dita Isabel Fernandes surge pela primeira e única vez enquanto *cantora*[1282], voltando aquela a surgir, sem qualquer cargo associado, entre 1431-1432[1283]. Omitida a prioresa Inês de Molnes de alguns fólios, o cargo seria exercido em 1434 por uma «Isabel Fernandes» que cremos ser a própria que aqui nos tem interessado. Porém, atendendo a que Inês de Moldes voltará a documentar-se no cargo de *prioresa* entre os anos de 1434 e 1439, cremos que tal referência no documento datado de 1434 se possa dever a equívoco do escrivão, sendo Isabel Fernandes *soprioresa* e não *prioresa*, como se depreende em diversos fólios a partir desse mesmo ano[1284], tendo sucedido a Beatriz Lourenço [Barreto], que entretanto alcançara o cargo de abadessa. A partir de 1441[1285], desaparecida de D. Inês de Molnes, o cargo de *prioresa* passaria a ser ocupado por Beatriz de Góis, mantendo-se Isabel Fernandes no de soprioresa, que em 1444 viria a acumular com o de regedora[1286]. Em 1443, sendo abadessa D. Beatriz Barreto, seria a própria Isabel Fernandes, na qualidade de *soprioresa*, a confirmar um emprazamento, embora o nome da abadessa continue a ser documentado nessa escritura.

Aqui chegados, perante a referência a uma «Isabel Fernandes de Resende» enquanto *prioresa* num documento datado de 1448[1287] – no qual surge como regedora Aldonça Vasques do Rego e como soprioresa Isabel Vasques de Alvarenga –, tudo parece indicar tratar-se da mesma religiosa que até então, somente com nome (Isabel) e patronímico (Fernandes) se havia documentado como *soprioresa*.

A sua presença à frente da administração dos cargos mais importantes do mosteiro de São Dinis de Odivelas ao longo de cerca de quatro décadas em pleno século XV, leva-nos a considerar que talvez se possa aparentar com a linhagem dos Pimentéis, podendo descender do ramo iniciado por Vasco Martins de Resende e Teresa Rodrigues Ribeiro, irmão e cunhada da abadessa Berengária Martins Pimentel, e avós paternos de Joana Gil, monja em Odivelas no início do século XV, quando era abadessa a prima D. Aldonça

[1282] 13.Dez.1428 (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.88-88v.).
[1283] 23.Jul.1431 (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.96 e fl.104) e 15.Mai.1432 (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.93).
[1284] 1434 (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.91-91v., fl.104v., fl.105, fl.106-106v., fl.106v.-107, fl.107v.).
[1285] ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.390.
[1286] ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.92 e fl.93-96.
[1287] ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.373.

Pimentel, com a qual cremos que Isabel Fernandes de Resende ainda poderá ter convivido apesar de sobre tal não termos notícias.

Defendemos que Isabel Fernandes de Resende terá falecido em 1472, algures entre 28 de Fevereiro – data do último fólio em que se documenta – e 12 de Agosto, dia a partir do qual passa a surgir no cargo de *prioresa* Catarina Teixeira[1288].

Surge mencionada em 56 documentos[1289].

57. Isabel Gomes de Azevedo

Freira (1428-1472)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Descendendo os seus avoengos dos Baiões-Azevedo do Entre Lima e Cávado[1290], após terem feito parte das linhagens da média nobreza de corte[1291] que no início do século XIV

[1288] 12.Ago.1472 (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.119).

[1289] Surge referida enquanto «Isabel Fernandes» como *monja* a **07.Dez.1427** (ANTT, OC, MSDO, Liv.17, fl.507); como *cantora* a **13.Dez.1428** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.88-88v.); sem qualquer cargo associado a **23.Jul.1431** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.96 e fl.104); novamente como monja a **15.Mai.1432** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.93) e a **21.Jul.1439** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.286); como *prioresa* onde cremos que se deverá ler «soprioresa» a **18.Dez.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.304), como *soprioresa* a **09.Abr.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.90-91), a **07.Jun.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.91-91v.), a **26.Dez.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.104v., fl.105, fl.105v.-106, fl.106v.-107 e fl.107), a **11.[??].1435** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.93v.), a **20.Jun.1435** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.1-1v. e fl.2; Liv.40, fl.94) a **05.Fev.1436** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.2v.), a **05.Mai.1436** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.3), a **13.Nov.1437** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.510), a **18.Nov.1437** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.285), a **08.Set.1441** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.390) e a **27.Dez.1443** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.03v.-4 e fl.4v.); e como *soprioresa* e *regedora* a **21.Jun.1444** (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.92 e fl.93-96) e a **[??].Abr.1445** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.368B). Surge referida enquanto «Isabel Fernandes de Resende» como *prioresa* onde cremos que se deverá ler «soprioresa» a **29.Jul.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.91v.-92); como *prioresa* a **08.Nov.1448** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.373), a **20.Nov.1452** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.47; treslado em: ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.59-68), a **08.Jan.1453** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.126), a **08.Out.1458** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.514), a **31.Dez.1461** (ANTT, OC, MSDO, Liv.24, fl.89), a **24.Mar.1462** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.496 – apenas enquanto «Isabel Fernandes» – e fl.92), a **21.Abr.1462** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.392), a **23.Out.1462** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.107), a **25.Jan.1463** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.40), a **18.Mar.1465** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.51-54 e fl.320; Liv.43, fl.X), a **13.Jan.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.7), a **25.Mar.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.6), a **16.Ago.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.123), a **01.Set.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.22, fl.391), a **17.Dez.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.29), a **02.Mai.1468** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.515), a **22.Mai.1469** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.277), a **29.Dez.1469** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.232; Liv.25, fl.127), a **15.Out.1470** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.278) – apenas enquanto «Isabel Fernandes» –, a **02.Mai.1471** (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.190 e fl.343) e a **28.Fev.1472** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.163).

[1290] PIZARRO 1999, vol. II, 1005. Assinalamos a investigação que se encontra a ser realizada por Gonçalo Vidal Palmeira para a sua dissertação de mestrado, relativa a alguns membros desta linhagem.

[1291] Veja-se o Quadro VII relativo às «Categorias da Nobreza» (PIZARRO 1999, vol. II, 1142).

estavam ligadas ao partido do futuro D. Afonso IV[1292], no século XV os Azevedos viriam a ganhar destaque considerável através da sua proximidade ao partido do Infante D. Pedro, duque de Coimbra, daí resultando a atribuição do cargo de vedor da fazenda a Luís de Azevedo, filho de Lopo Dias de Azevedo, fundador do ramo dos Azevedos de São João de Rei, em quem o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro termina as gerações da linhagem e o de Damião de Góis inicia as que se seguiram.

José Augusto de Sotto Mayor Pizarro filia a Gomes Pais de Azevedo, vassalo do conde de Barcelos e alcaide de Albuquerque[1293], numerosa descendência composta – entre outros[1294] – pelo alferes-mor Gonçalo Gomes de Azevedo, do qual teria nascido "uma única filha"[1295]; passando ao presente a debruçar-nos sobre a possibilidade de terem existido outros filhos. Desacreditando o conteúdo do *Livro das Campainhas* (1365), o mesmo autor propunha que ao contrário da informação do nobiliário do conde D. Pedro, o almirante Bartolomeu Pessanha teria sido casado com Mécia Gomes de Azevedo, e não com Leonor Gomes de Azevedo, abadessa de Rio Tinto (doc. 1326-37)[1296]. Perante esta construção genealógica, uma outra parece eventualmente corroborar esta. Deparemo-nos com certa transcrição de António Pestana de Vasconcelos, que afirma o seguinte:

> Gonçalo Guomes d´Azevedo irmão de Vasco Guomes (…) foi casado com Moor Esteves, filha de (…), de que ouve estes filhos, convem a saber, Rui Gomes d´Azevedo (sic), Lianor Guomes d´Azevedo, molher do almirante Mice Bertolameu Peçanha, e por morte deste marido foi comendadeira do mosteiro de Santos, e Tereja Corea, primeira molher de Vasco Martins de Melo, o amtiguo, alcaide-mor d´Evora e de Santarem, e Mecia Guomes d´Azevedo, molher de João Lourenço Escola (sic)[1297].

Até à data considerávamos Rui e Leonor Gomes – os únicos conhecidos com estes nomes – como irmãos de Gonçalo Gomes de Azevedo, e não como seus filhos. Atendendo a que o primeiro se documenta pela primeira vez em 1308 e que já teria falecido em 1365[1298], a sua cronologia parece aproximar-se tanto da de Gonçalo Gomes, figura plena

[1292] Atente-se para o facto de só em meados do século XIV se encontrar um membro desta linhagem, Gonçalo Gomes de Azevedo, ligado ao serviço régio enquanto alferes-mor de D. Afonso IV na Batalha do Salado; cargo que não lhe terá granjeado uma aliança matrimonial assinalável, atendendo a que segundo o Conde D. Pedro terá casado com Mor Esteves de Évora, filha de um carvoeiro da Estremadura (LL30L8), com a qual gerou uma única filha, Mécia Gomes de Azevedo, a qual viria a casar com João Lourenço Escola – que cremos filho de Lourenço Escola, morador em Lisboa (PIZARRO 1999, vol. I, 308 e 316; KRUS 1989, 354-355). Seguimos a hipótese de José Augusto de Sotto Mayor Pizarro quando ao facto de, por via de serem ambos sobrinhos de Vasco Pais de Azevedo, Rui Gomes de Azevedo (irmão de Gonçalo Gomes) ter sido igualmente partidário do infante D. Afonso (PIZARRO 1999, vol. II, 1133; MATTOSO 1985, 300).
[1293] Viria, já com assinalável idade, a integrar enquanto vassalo a casa do infante D. Pedro (PIZARRO 1999, vol. I, 314, nt.34).
[1294] PIZARRO 1999, vol. I, 313-18.
[1295] PIZARRO 1999, vol. I, 316.
[1296] PIZARRO 1999, vol. I, 316-17.
[1297] VASCONCELOS 2014, 503, nt.2426
[1298] PIZARRO 1999, vol. I, 314-15.

da primeira metade do século XIV, como da do pai deste, Gomes Pais de Azevedo, que ainda vivia em 1355; pelo que jamais poderia ser neto deste último, por mais idoso que tivesse falecido Gomes Pais. Por outro lado, seguir a mesma lógica para o caso de Leonor Gomes de Azevedo parece impossibilitar-nos de a considerarmos, de facto, a mesma pessoa que a comendadeira do Mosteiro de Santos que aí se documentou até 1391. A longevidade de seu pai e um certo desfasamento de idades para com os irmãos mais velhos poderia explica-lo, caso José Augusto de Sotto Mayor Pizarro não a tivesse documentado enquanto abadessa de Rio Tinto entre 1326 e 1337; além de que um "hipotético abandono da vida claustral" algures por 1340/50 é hipótese difícil de sustentar a partir do momento em que se considere tratar-se daquela que em 1365 estaria viúva de Bartolomeu Pessanha.

O facto de o autor citado por António Pestana de Vasconcelos não lhe identificar o abadessado de Rio Tinto deverá ser compreendido à luz de um outro equívoco desta genealogia que substituindo patronímicos considera irmão de Gonçalo Gomes um tal *Vasco Gomes d´Azevedo*, pai de uma monja de Lorvão e avô materno de um tal *Gonsalo Vas d´Azevedo* que teria sido casado com *Ines Afonso*. Ora, sendo estes indivíduos bem documentados por José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, identificamos o primeiro com Vasco Pais (e não Gomes) de Azevedo – irmão de Gomes Pais, pelo que tio do alferes-mor Gonçalo Gomes –, e o último com Gonçalo Vasques de Azevedo, filho de Vasco Gomes de Azevedo e sobrinho (em vez de sobrinho-neto) do alferes, e neto do fundador deste tronco de Azevedos.

Aqui chegados identificamos já dois ramos destintos dos de Azevedo: um primeiro iniciado por Gomes Pais de Azevedo, pai do alferes-mor Gonçalo Gomes de Azevedo e avô paterno da *comendadeira* Leonor Gomes de Azevedo; e um segundo descendente de seu irmão, Vasco Pais de Azevedo, que consideramos bisavô de Lopo Dias de Azevedo. Seguindo o nobiliário de Damião de Góis não identificamos qualquer referência a uma «Isabel Gomes» para a cronologia que a poderia contemplar[1299]. O facto de a partir de Lopo Dias os Azevedos de São João de Rei terem perdido o patronímico «Gomes» que até então caracterizara tantos membros da linhagem leva-nos a procurá-lo entre os ramos que eventualmente ainda o utilizavam, restando-nos os Azevedos de Alenquer, sendo a

[1299] As únicas referências a uma «Isabel» na linhagem dos Azevedos surgem em: 1) *dona Isabel Coutinha*, filha de Pedro Lopes de Azevedo e tetraneta de Lopo Dias de Azevedo, fidalgo dos reinados de D. Fernando e de D. João I (VASCONCELOS 2014, 501), pelo que muito distante cronologicamente da religiosa de Odivelas; 2) *Isabel d´Azevedo*, membro do ramo dos Azevedos de Alenquer, filha de Lopo Vaz de Azevedo pelo que suposta irmã de Beatriz de Azevedo – veja-se a entrada **nº5** de Beatriz de Azevedo – e figura do século XVI e não do século XV.

dita Isabel Gomes de Azevedo (doc. 1424-72) contemporânea de Gonçalo Gomes de Azevedo[1300], nomeado por D. Afonso V fidalgo da sua casa em 1456[1301], filho de Rui Gomes de Azevedo, fidalgo do tempo de D. João I. Um indivíduo cuja idade lhe permitisse já algum destaque pessoal na viragem do século XIV para o XV poderia perfeitamente ser pai de uma religiosa documentada ao longo de mais de quarenta anos, pelo que seria ainda uma jovem aquando da sua primeira referência datada de 1428 – era ainda vivo o próprio monarca.

Reconstruídas as genealogias, perante os cenários possíveis a sua filiação parece-nos poder ser relativamente consensual – pese embora careça de elementos e de opiniões em contrário que não as nossas por termos sido os primeiros a considerá-la –, entroncando-a no ramo de um filho do alferes-mor Gonçalo Gomes de Azevedo, tornando-a sobrinha da comendadeira Leonor Gomes de Azevedo (doc. 1378-1391)[1302]. Duas senhoras, filhas de uma família nobre com grande destaque no serviço à Coroa, que entre o século XIV/XV parecem ter servido estrategicamente os interesses da sua linhagem aproximando-se de dois dos núcleos religiosos mais relevantes da cidade de Lisboa, tornada capital do reino. Caso assim a consideremos, enquanto filha de Rui Gomes de Azevedo, Isabel Gomes de Azevedo poderia ter sido tia paterna de Lopo Vaz de Azevedo, ao qual, tendo tido filhas religiosas, anteriormente havíamos filiado a *prioresa* Beatriz de Azevedo (doc. 1535).

Documenta-se pela primeira vez no mosteiro de São Dinis de Odivelas em Dezembro de 1428, ao tempo do abadessado de D. Guiomar Anes do Paço, surgindo ao lado de D. Inês de Moldes, *prioresa*; D. Beatriz Lourenço [Barreto], *soprioresa* – e em breve *abadessa* –; Isabel Fernandes [de Resende], *cantora* – e em breve *soprioresa* –; Catarina Martins, Violante Afonso [do Casal], Catarina Fernandes e Isabel Vasques [de Alvarenga]. Em 1434, no primeiro ano de abadessado de D. Beatriz Barreto, passam a surgir a seu lado, além de algumas das anteriores e em datas distintas, as monjas Aldonça Vasques do Rego, Beatriz de Gusmão, Catarina Esteves, Inês Álvares e Joana Dias. Tendo transitado para os abadessados de Isabel Vasques de Alvarenga (1455) e de D. Inês [de Abreu] (a partir de 1458), virá a documentar-se pela última vez em Fevereiro de 1472, ao

[1300] Não confundir com outros homónimos coevos. O Gonçalo Gomes a que nos referimos foi pai do alcaide Rui Gomes de Azevedo, do comendador Lopo Vaz de Azevedo e do almirante Francisco de Azevedo.
[1301] 05.Mar.1456. Gonçalo Gomes passaria a ocupar o cargo de vedor dos vassalos régios das vilas de Alenquer, Vila Verde, Arruda, Povos, Castanheira e Vila Franca, em substituição de Nuno de Góis, que renunciara, e que no mesmo ano perdera o direito à alcaidaria de Alenquer por vontade do monarca (SOVERAL 2003, 18-19); curiosamente o próprio Nuno de Góis que viria a casar com a viúva de Rui Gomes.
[1302] VASCONCELOS 2008, vol.II, 43.

lado da então *prioresa* Isabel Fernandes [de Resende] e da *soprioresa* Aldonça Vasques do Rego, com as quais convivia em Odivelas havia quatro décadas; às quais se juntavam agora Leonor Barreto, Violante Vasques, Leonor Pereira e Joana Gonçalves d´Ornelas.

Surge mencionada em 15 documentos[1303].

58. Isabel de Gorizo[1304]

Freira († ant. 1470)

Filha de **Vasco Domingues**, sobre quem mais nada sabemos além de ter deixado em herança a sua filha uma quintã *que he no Samouco de Ribatejo*, a qual seria emprazada em 1470, pela abadessa D. Inês [de Abreu], a Rui Lopes de Vasconcelos, fidalgo da casa do Infante D. Fernando, pelo preço de 2.500 reis de 35 libras o real de foro cada ano. Apesar de tal não ser referido, cremos que talvez já tivesse falecido em data anterior a 1470, o que teria possibilitado o emprazamento da sua herança.

Relativamente à sua família, identificamos pontualmente dois «Gorizos» no cartório de Odivelas, nomeadamente um João de Gorizo em 1374[1305] e um Fernão de Gorizo em 1439[1306]; numa cronologia que, embora não muito distante, nos leva a crer que fossem indivíduos de gerações distintas. Temos notícia de um Afonso Martins de Gorizo, partidário de D. João I em 1383-85, que em 1384 recebeu os bens que haviam sido de seus sogros, João Afonso de Atalaia, e cunhadas, Maria e Brites Afonso, por estas terem tomado o partido de D. Beatriz[1307], e ainda todos os bens localizados em Povos, na Castanheira, e em Aldeia Galega que haviam sido de Rui Fernandes por este ter passado

[1303] Surge referida a **13.Dez.1428** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.88-88v.), a **[??].[??].1431** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.104), a **[??].[??].1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.104v.), a **09.Abr.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.90-91), a **29.Jul.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.91v.-92), a **26.Dez.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.106v.-107 e fl.107v.), a **08.Out.1458** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.514; Liv.30, fl.40 (traslado datado de 25.Jan.1463), fl.41 (traslado datado de 10.Nov.1467) e fl.123 (traslado datado de 16.Ago.1466)), a **18.Mar.1465** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.X), a **13.Jan.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.7), a **22.Mai.1469** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.277) e a **28.Fev.1472** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.163).

[1304] Agradecemos a Luís Miguel Rêpas a sua colaboração na leitura do apelido «Gorizo», bem como na identificação de outros indivíduos desta família no cartório de Odivelas.

[1305] ANTT, OC, MSDO, Tomo 3º, Maç. ou Cód. 46 (cx. 37), nº56. Não se poderá identificar com o homónimo, escudeiro, que no século XVI pediria ao rei que decidisse relativamente ao agravo que interpusera numa causa com Domingos Dias, escrivão da câmara de Santarém, sobre a herança de Afonso Martins (ANTT, Colecção de cartas, Núcleo Antigo 881, nº300).

[1306] ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.286.

[1307] 03.Mai.1384 (cf. DIAS 2004, vol. I, 1, 258, nº488).

a Castela[1308]. Além destes, somente temos notícia de Leonor Gonçalves de Gorizo, que Mário Farelo documentou como tendo sido casada com o cavaleiro Fernão Feio, criado de D. João I e alcaide-pequeno de Lisboa (doc. 1426-1443) e irmão de Diogo Feio, escudeiro e *juiz do crime* de Lisboa (doc. 1412-1413)[1309]. Estas informações levam-nos a considerar os «Gorizo» como uma família de moradores em Lisboa, com armas próprias registadas no *Livro do Armeiro-mor*[1310], documentando-se alguns dos seus membros colaterais como oligarcas na câmara da cidade. Em suma, e por não documentarmos qualquer «Vasco» ou «Domingos» nos escassos membros desta família que surgem na documentação da *Torre do Tombo*, cremos que a religiosa Isabel de Gorizo poderá entroncar, porventura por via materna, num ramo descendente de algum destes Gorizos lisboetas do século XV.

Surge mencionada num único documento[1311].

59. Isabel Pereira

Celeireira (1535-1537…)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Embora apresente um nome de família pertencente a uma linhagem bem documentada, nada conseguimos escrutinar quanto à sua genealogia, por via de somente se documentar no cargo de *celeireira* do mosteiro de Odivelas. Documentando-se no final da nossa cronologia, somente a referimos uma vez que, tendo idade suficiente em 1535 para assumir um cargo na hierarquia conventual, tudo indica que já residisse em São Dinis de Odivelas em data anterior a essa, eventualmente durante o abadessado de D. Violante Cabral, ou ainda no de D. Mécia de Alvarenga.

Surge mencionada em 2 documentos[1312].

[1308] 14.Jan.1384 (cf DIAS 2004, vol. I, 1, 116, nº228).
[1309] FARELO 2008, vol. I, 386-87.
[1310] ANTT, Casa Real, Cartório da Nobreza, Liv.19, fl.91.
[1311] Surge referida a **15.Out.1470** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.278).
[1312] Surge referida como *celeireira* a **04.Ago.1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.318) e a **03.Jan.1537** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.268-271).

60. Isabel Perestrelo

Freira professa (1496)

Omitida da documentação odivelense, somente a identificamos através de um diploma régio da *Chancelaria de D. Manuel I*, datado de 29 de Abril de 1496, mais precisamente a carta de legitimação de sua filha (sacrílega), Inês Perestrela, mulher de João de Beja, escudeiro e morador em Coimbra, a qual gerara de Frei Rodrigo, *bacharel* e frade de missa da Ordem de São Domingos[1313]. Desconhecemos se Isabel Perestrelo já teria falecido em 1496, parecendo-nos, porventura, que assim fosse; podendo aquela ter residido em São Dinis de Odivelas durante grande parte do século XV até ao abadessado de D. Mécia de Alvarenga. Seguimos determinada afirmação de Sónia de Sousa Amorim Teixeira relativa à filha da religiosa que perante alguns exemplos considera que "as alianças matrimoniais funcionaram por vezes como meio de ascensão da legitimada dos quadros médios e inferiores do clero para a pequena nobreza"; o que logo evidencia a origem desta biografada. Ainda que provenientes da alta nobreza, na maior parte dos casos o estigma da ilegitimidade levava a que se contraíssem matrimónios com nobres estabilizados numa posição política e patrimonial discreta. Curiosamente, caso contrário registaria um outro filho sacrílego desta religiosa, unido matrimonialmente com uma das mais notáveis linhagens da alta nobreza portuguesa da cronologia em análise; o que desde logo poderá denotar um evidente exemplo de sucesso pessoal fruto de estratégias e carreiras políticas deveras particulares.

Provinham os Perestrelo, corruptela de *Pallastrelli*, uma das mais antigas e nobres famílias de Piacenza, no Norte de Itália[1314], do mundo mercantil lisboeta que há muito se compunha de italianos que desde o século XIII formavam na cidade uma comunidade considerável sucessivamente salvaguardada pelos monarcas portugueses[1315], devendo-se a sua notável ascensão social a estratégicas relações matrimoniais com figuras da nobreza.

[1313] ANTT, *Leitura Nova*, Liv.1, fl.127v. Sónia de Sousa Amorim Teixeira referiu-a enquanto "freira professa do Mosteiro de Ornelas", devendo ler-se «freira professa no Mosteiro de Odivelas» (TEIXEIRA 1996, 171). Veja-se na mesma obra a entrada de Isabel Perestrelo (TEIXEIRA 1996, 233).

[1314] Piacenza era então uma importante cidade portuária localizada nas margens do rio Pio, em posição privilegiada do ponto de vista viário, nó de ligação entre o interior e o mar e entre Milão e Génova. Sobre a origem italiana desta família veja-se: ALESSANDRINI 2012, 82-83 e 85-86.

[1315] Remetemos para a consulta das informações compiladas a este respeito por Nunziatella Alessandrini desde o reinado de D. Dinis, nomeadamente sobre Dom Vivaldo Vivaldi, que à semelhança de tantos outros passara a Portugal no reinado de D. Afonso III "por respeito de mercantia que chamou a esta cidade muitos cidadãos nobres das Republicas Italianas" (ALESSANDRINI 2012, 85 e 87-89). Veja-se ainda ALESSANDRINI et FLOR 2013.

Algures em data anterior a 1399 passara a Portugal um Filippo Pallastrelli[1316], a quem D. João I viria a conceder armas portuguesas reconhecendo as suas nobres origens familiares e cedendo-lhe "as suas casas na Rua de Subripas", em Coimbra. Encontramo-lo a residir na cidade do Porto em 1415, já casado, eventualmente em segundas núpcias, com D. Catarina de Melo[1317], da qual terá gerado quatro filhos, que haveremos de discutir.

Após diversas décadas de tensão entre mercadores estrangeiros e nacionais, adoptando a coroa um papel diplomático activo e interveniente, chegados ao século XV aos quatro irmãos Perestrelo permitia-se já uma sólida integração na sociedade portuguesa do seu tempo. Na viragem do século eram estes uma notável "família" de parentes directos, colaterais ou por afinidade, que se afamava através do destaque da carreira de Bartolomeu Perestrelo (n. c.1384 - f.1457[1318]) ao arquipélago da Madeira, tendo sido o primeiro capitão-donatário da ilha de Porto Santo, e sogro de Cristóvão Colombo[1319] – o que era já um parentesco a apresentar em Abril de 1496, tendo este regressado no mês anterior da sua segunda viagem ao Continente Americano. Além deste identificamos *Richarte* ou Rafael Perestrelo, prior da Igreja de Santa Marinha do Outeiro – nada mais que uma das mais ricas freguesias da cidade de Lisboa – e membro do Senado Municipal (1437); e ainda duas filhas, a dita D. Isabel, e D. Branca, que a seu tempo terão sido ambas concubinas de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa[1320]; que na presente dissertação identificámos enquanto figura próxima do partido de D. Leonor após a morte do rei. Tendo ambas gerado descendência sacrílega desta união[1321], surpreende-nos que só em 1496 seria legitimada a filha gerada com Frei Rodrigo, muitos anos após ter recebido carta de legitimação (29.Abr.1455) o filho de Isabel Perestrelo e D. Pedro de Noronha, D. João de Noronha, alcaide-mor de Óbidos, casado a primeira vez com D. Filipa de Castro, filha de Álvaro Gonçalves de Ataíde, conde de Atouguia, e aio de D. Afonso V, com quem deixou descendência[1322].

[1316] Também documentado enquanto "micer Filypam Perestrello", "Filiponi" ou "Filipão Perestrello" (cf. ALESSANDRINI 2012, 83). Sobre Filippo Pallastrelli e toda a genealogia dos Perestrelo veja-se o estudo de Nicolau Florentino e Regina Maney (FLORENTINO et MANEY 1893).

[1317] Diversos nobiliários afirmam que terá casado uma primeira vez com Catarina Visconti, familiar dos duques de Milão (cf. ALESSANDRINI 2012, 84).

[1318] Cf. THOMAZ 2021, 13. Veja-se a informação recolhida relativamente a «Bartolomeu Perestrelo» por Nunziatella Alessandrini em ALESSANDRINI 2012, 90-95.

[1319] Cristóvão Colombo casara com Filipa Moniz [Perestrelo], fª de Bartolomeu Perestrelo e Isabel Moniz.

[1320] Cf. ALESSANDRINI 2012, 89.

[1321] Branca Dias Perestrelo terá gerado Isabel, legitimada um ano antes de seu primo, a 13 de Agosto de 1454 (ANTT, Leitura Nova, Liv.2, de legitimações, fl.109v.), e ainda dois filhos varões, a saber: D. Rodrigo de Noronha, bispo de Lamego, e D. Pedro de Noronha, mordomo-mor de D. João II.

[1322] Não consta que tenha gerado descendência do seu segundo matrimónio com Mécia de Sequeira.

Em suma, estas informações denotam já o perfil de Isabel Perestrelo, nobre proveniente de uma das mais notáveis famílias de navegadores do século XV, cujo poder concreto se expressava tanto na posse de património na cidade de Lisboa como no nível de uniões matrimoniais que a ascensão social alcançada lhes permitia tecer[1323]. Conotando-a como uma das figuras mais notáveis e poderosas que habitaram São Dinis de Odivelas no século XV, surpreende-nos que se encontre omitida da documentação ora compulsada.

Não surge mencionada em nenhum documento do cartório de Odivelas.

61. D. Isabel da Silva

Celeireira (1519)

Sacristã (1535-1537)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Terá professado no Mosteiro de Odivelas ainda durante o abadessado de D. Mécia de Alvarenga, documentando-se pela primeira vez no cargo de *celeireira* (1519). A sua omissão ao longo das décadas seguintes levaria a que só em 1537 voltasse a documentar-se no cargo de *sacristã*, antecedendo a então *celeireira*, Isabel Pereira.

Tendo anteriormente discutido a genealogia da linhagem dos da Silva na entrada de D. Beatriz da Silva, *bolseira* de Odivelas (doc. 1529-1535), relativamente a D. Isabel da Silva haveremos de nos remeter directamente para as religiosas registadas por Damião de Góis no LL, mais precisamente nas três filhas religiosas de Diogo da Silva de Meneses – *mui esforçado cavaleiro porque elle se achou no ascalamento de Tangere, que fez o Iffante dom Fernando*[1324] –, filho de Rui Gomes da Silva; a saber: D. Isabel e D. Guiomar da Silva, freiras no mosteiro [de Nossa Senhora da Conceição] de Beja, e D. Filipa da Silva, freira em Santa Clara de Santarém[1325]. Seria possível que um indivíduo vivo em 1437, tivesse uma filha viva daí a cem anos? Além desta incógnita, atendendo a serem aqueles dois mosteiros obedientes à Ordem de Santa Clara, sob jurisdição franciscana, e que transitar de um mosteiro para o outro, mesmo que este não obedecesse à regra

[1323] Veja-se o **Esquema Genealógico § 4 (Castro/Perestrelo)**.
[1324] VASCONCELOS 2014, 324.
[1325] VASCONCELOS 2014, 325.

anterior, não era fenómeno inexequível[1326], até que ponto poderemos considerar a dita D. Isabel, filha de Diogo da Silva de Meneses, como *celeireira* em Odivelas em 1519? Poderia a sua longevidade explica-lo? Seria ainda parente afastada de D. Beatriz da Silva, entroncando os dois ramos na figura de Gonçalo Gomes da Silva? Por via de o não conseguirmos comprovar, não avançaremos qualquer destas hipóteses.

Surge mencionada em 3 documentos[1327].

62. Isabel Vasques de Alvarenga

Monja (1428-1443)

Soprioresa (1448-1455)

Abadessa (1455)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Quanto à sua família de origem, alcançando uma posição de destaque na nobreza de corte por via da união de Martim Mendes de Vasconcelos com Inês Martins de Alvarenga, a linhagem dos de Alvarenga viria a perder o apodo na primeira metade do século XV, quando o Dr. Rui Gomes de Alvarenga gera de uma filha de Estevão Soares de Melo três filhos que viriam a perpetuar o apelativo desse avô numa descendência exclusivamente feminina[1328]. Ao tempo em que Gomes Soares ocupava a alcaidaria-mor de Torres Vedras, e Lopo Soares era *enviado por el Rey dom Manuel a India, logo quando se descobrio com hua armada de viagem*, já havia falecido D. Isabel de Alvarenga, sendo sua sucessora como prelada de Odivelas D. Mécia de Alvarenga. Em nenhuma das duas poderemos entroncar os de Alvarenga mencionados por Damião de Góis, genealogista que refere expressamente que do casamento com os de Vasconcelos "ouve filhos, e diz que os não poem aquy por se não saberem", à excepção de Gomes Martins de Vasconcelos, *chanceler-mor* do rei D. João I. Entroncando nesta união, ou eventualmente descendendo do pai de D. Inês Martins, Martim Rodrigues de Alvarenga, é esta a origem

[1326] Lembramos que já no século XIV Teresa Gonçalves Coutinha transitara do mosteiro de Odivelas para o de São Domingos de Santarém, estabelecimento monástico então recém-fundado onde professavam freiras dominicanas. Veja-se a entrada **107** de **Teresa Gonçalves Coutinha (ou [da Fonseca])**.

[1327] Surge referida como *celeireira* a **28.Dez.1519** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.XXVIv.) e como *sacristã* a **04.Ago.1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.318) e a **03.Jan.1537** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.268-271).

[1328] Gomes Soares gerou a *dona Madanela* ou *Margarida* (VASCONCELOS 2014, 548, nt2925) c.c. D. João de Larcão, caçador-mor de D. João III; e Lopo Soares gerou a *dona Guiomar de Melo* c.c. D. Afonso de Meneses, filho de D. João de Meneses, 2º conde de Penela (cf. VASCONCELOS 2014, 548-549).

familiar mais remota que, ao momento, podemos documentar para as duas abadessas do mosteiro de São Dinis de Odivelas.

Registada pela primeira vez na presente dissertação, surgindo documentada enquanto *abadessa* apenas como «D. Isabel de Alvarenga», o desuso do patronímico (Vasques) que usava até então a partir de 1455 parece ser exemplo de uma prática datada de meados do século XV, à semelhança do que se verifica com D. Beatriz [Lourenço] Barreto. A adopção do apelido de família como elemento constitutivo e fundamental do nome surge igualmente em Isabel Fernandes de Resende, que até à década de 1440 se identificara apenas com nome próprio e patronímico. Documentando-se Isabel Vasques de Alvarenga desde 1428 como monja, durante o abadessado de D. Guiomar Anes, apresenta um percurso cronologicamente semelhante ao de Isabel Gomes de Azevedo e Isabel Fernandes [de Resende] (*cantora* em 1428). Documentando-se nessa data ao lado destas duas religiosas, da *prioresa* D. Inês de Moldes, da *soprioresa* Beatriz Lourenço [Barreto], e das monjas Catarina Martins, Violante Afonso [do Casal] e Catarina Fernandes, Isabel Vasques viria a alcançar a posição de *soprioresa* já no final do abadessado de D. Beatriz Barreto (c.1448), sucedendo a Isabel Fernandes [de Resende] – relativamente à qual cremos que imediatamente após a morte de Beatriz de Góis se passara a documentar como *prioresa*. Assim documentada no início da década de 1450[1329], teria sucedido a Aldonça Vasques do Rego que durante esses anos se documentava como *regedora*, vindo a ser aparentemente ultrapassada por Isabel Vasques em 1455.

Com efeito, em Julho de 1455 surge como *abadessa* «D. Isabel de Alvarenga», juntamente com Inês Álvares, *bolseira*, e Madalena Fernandes, *celeireira*, num emprazamento relativo a um casal de pão localizado no termo de Alenquer; o que desde logo levanta algumas dúvidas a partir do momento em que a documentamos no cargo de *soprioresa* no Natal desse ano, sendo abadessa D. Beatriz Barreto. Estranhando-nos que tal possa ter ocorrido, documentando-se D. Beatriz Barreto pela última vez a 8 de Janeiro de 1453[1330], era então *soprioresa* Isabel Vasques de Alvarenga, cremos que a datação atribuída por Bernaldim Belágua, escrivão da medição e demarcação dos bens do mosteiro de Odivelas durante o século XVI, ao lavrar, a 6 de Abril de 1546, o traslado do dito documento datado de *25 de Dezembro de 1455*, está incorrecta. Porém, uma vez que desconhecemos o paradeiro do documento original, não conseguiremos garantir tal hipótese, nem tão pouco atribuir outra data para o emprazamento que terá sido feito de

[1329] Entre 1452 (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.47 e fl.59-68) e 1455.
[1330] ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.126.

um casal na freguesia de Carnide a Vasco Vicente, morador no Paço do Lumiar. Verificado um hiato temporal entre o final do abadessado de D. Beatriz Barreto – que assim sendo cremos ter terminado em 1453 – e o início do de D. Inês [de Abreu] (c.1458), não é impossível que durante esse curto período de tempo tenha sido abadessa D. Isabel Vasques de Alvarenga, somente se documentando no Verão de 1455.

Documentando-se D. Mécia de Alvarenga, futura abadessa de São Dinis de Odivelas, naquele mosteiro desde a década de 1470, até que ponto o seu ingresso nesta casa da Ordem de Cister se poderia ter devido à presença de D. Isabel de Alvarenga, sua familiar (seria sua tia?), abadessa do mosteiro cerca de quinze anos antes.

Surge mencionada em 12 documentos[1331].

63. Infanta D. Joana (*ou* Santa Joana Princesa)

(†12.Maio.1490, Aveiro)

De forma algo *sui generis* referimos neste cômputo total de religiosas do mosteiro de São Dinis de Odivelas uma figura que não professou neste cenóbio cisterciense – contrariando a vontade da sua família, entenda-se, da família real –, vindo a optar pelo Convento de Jesus de Aveiro, mosteiro de monjas dominicanas.

Filha de **D. Afonso V** (1432-1481) e de **D. Isabel de Coimbra** (1432-1455), e irmã mais velha de D. João II (1455-1495), era sobrinha materna de D. Filipa de Lencastre, residente em Odivelas ao longo da segunda metade do século XV. Atendendo a que muitos se têm ocupado com a sua biografia, ao presente limitamo-nos a discutir apenas o que se relacione com a sua presença em Odivelas, que descrevemos em capítulo próprio da presente dissertação.

Segundo António Gomes da Rocha Madahil, cronista tardio da infanta, ambos os textos narrativos relativos à vida da infanta – a *Crónica* e o Memorial – se devem a uma mesma autoria. Na *Crónica* regista-se a presença de D. Afonso V na inauguração da obra do Mosteiro de Jesus de Aveiro, "cuja primeira pedra colocou, facto interpretado pela

[1331] Surge referida como *dona* ou *monja professa* a **13.Dez.1428** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.88-88v.), a **10.Ago.1430** (ANTT, OC, MSDO, Tomo 3º, Maç. ou Cód. 46 (cx.37), nº63 e nº99 (original); cf. RÊPAS 2021, vol. II, 438), a **09.Abr.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.90-91) e a **27.Dez.1443** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.3v-4 e fl.4v.); como *soprioresa* a **08.Nov.1448** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.373), a **20.Nov.1452** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.47; traslado em: ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.59-68), a **08.Jan.1453** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.126) e a **25.Dez.1455** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.69-72; traslado datado de 06.Abr.1546); e como *abadessa* a **13.Jul.1455** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.160).

autora como anúncio profético da vinda da Infanta Joana"[1332] para Aveiro em 1472, após ter permanecido durante algum tempo em Odivelas com sua tia D. Filipa de Lencastre. A razão que aparentemente explica o falecimento de D. Brites Leitoa, fundadora do Convento de Jesus, fora daquela casa conventual, está aparentemente relacionada com a biografia da própria D. Joana, que teria pedido à madre que a acompanhasse no episódio que levou a comunidade de monjas dominicanas a abandonar temporariamente o cenóbio, vindo a vitimar uma das suas fundadoras, em data discutida por dúbia historiografia[1333].

Não surge mencionada em nenhum documento do cartório de Odivelas.

64. D. Joana de Castro

Soprioresa (1518-1531)

Abadessa (1537-…)

Filha de **D. Garcia de Castro** e de sua segunda mulher ***dona Catarina***[1334]; era neta paterna de D. Fernando de Castro, senhor do Paul de Boquilobo, e de D. Isabel de Ataíde, irmã de Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1º conde de Atouguia[1335] (tio-avô de D. Joana de Castro), e filha de Martim Gonçalves de Ataíde, alcaide-mor de Chaves, e de D. Mécia Vasques Coutinho (bisavós de D. Joana de Castro); e sobrinha paterna de D. Álvaro de Castro, 1º conde de Monsanto[1336], e de D. Álvaro Vaz de Almada, 1º conde de

[1332] SOBRAL 2015, 214.

[1333] Conforme apurado por Cristina Sobral, apesar de a *Crónica* mencionar que a saída se devera ao surto de peste de 1479, tal só deverá ter ocorrido após 1482, provavelmente em 1485 (SOBRAL 2015, 215). O convento de Aveiro fora fundado por D. Brites Leitoa e D. Mécia Pereira na segunda metade do século XV.

[1334] Segundo o *LL* de Damião de Góis, após um primeiro matrimónio com D. Beatriz da Silva – outras genealogias atribuem-lhe o apelido paterno: «Lima» –, filha de D. Leonel de Lima, 1º visconde de Vila Nova de Cerveira, com a qual gerou seis filhos (D. Fernando e D. Rodrigo, "que ambos morrerão moços solteiros e sem geração"; D. Álvaro de Castro c.c. D. Leonor de Noronha; D. Jorge de Castro c.c. D. Brites Pereira; D. Guiomar de Castro c.c. Aires da Silva, senhor de Vagos, regedor da Casa da Suplicação e camareiro-mor de D. João II; e D. Filipa de Castro c.c. Gomes Soares, alcaide-mor de Torres Vedras), D. Garcia de Castro terá casado em segundas núpcias "à sua vontade com *hua molher*" (VASCONCELOS 2014, 270-71), cujo nome o genealogista desconhece, e que António Pestana de Vasconcelos registou apenas como «dona Catarina» (VASCONCELOS 2014, 271, nt.702). Apesar de algumas genealogias lhe apontarem um nome de família (Gouveia), não o seguiremos na presente investigação por não o considerarmos suficientemente documentável.

[1335] Título nobiliárquico atribuído por carta régia de D. Afonso V a 17 de Dezembro de 1448 a favor de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde.

[1336] Título nobiliárquico atribuído carta régia de D. Afonso V a 21 de Maio de 1460 a favor de D. Álvaro de Castro, casado com D. Isabel da Cunha, senhora de Cascais, e bisneto do conde D. Álvaro Pires de Castro, condestável do reino, provindo este ramo de «Castros» dos descendentes deste filho bastardo de D. Pedro Fernandes de Castro, o *da Guerra*.

Abranches[1337]. Entre os seus irmãos inteiros contam-se D. António e D. Pedro de Castro, que faleceram solteiros e sem geração; D. Francisco de Castro; e D. Isabel de Castro, casada com Miguel Corte Real, porteiro-mor do rei D. Manuel I[1338].

A genealogia de D. Joana de Castro espelha não só a importância social que detinham os seus familiares, mas também o sucesso do seu percurso dentro do mosteiro de São Dinis de Odivelas, resultando na sua atribuição do cargo de *abbadessa*[1339]. Talvez tenha beneficiado da importância desta sua familiar D. Rodrigo de Castro, que logo em 1537 solicitara a D. João III que lhe metesse em Odivelas duas filhas, dado o seu estado de pobreza, devido aos gastos que tivera ao serviço do monarca.

O primeiro documento do cartório de Odivelas que se refere a esta nobre religiosa data de 5 de Fevereiro de 1518, quando, sendo abadessa D. Violante Cabral, e estando ainda viva D. Mécia de Alvarenga, "abadessa que foi do dito mosteiro"[1340], D. Joana de Castro se documenta a suceder como *soprioresa* a Maria de Bobadela, que a partir dessa data passara a documentar-se como *prioresa*. O seu precoce aparecimento em tão importante cargo leva-nos a considerar se tal não se poder ter devido à importância que a sua família de origem detinha entre a nobreza de corte titular que saindo beneficiada pelo patrocínio de D. Afonso V se destacara como pertencente à alta nobreza a partir de meados do século XV. Concluímos a nossa cronologia utilizando como termo *ante quem* o primeiro ano de abadessado de D. Joana de Castro (1537), que consolida a presença no mosteiro de São Dinis de Odivelas da alta nobreza renovada ao longo do século XV, documentando-se a dita ao lado de outras religiosas cujas genealogias reais ou por nós elaboradas consideram pertencentes a linhagens dignas de nobiliário e de armorial, como Beatriz de Azevedo, *prioresa*; D. Guiomar de Castro e Violante de Lordelo, *soprioresas*; D. Isabel de Melo,

[1337] Título nobiliárquico atribuído por Henrique Vi, rei de Inglaterra, a 4 de Agosto de 1445, a favor de D. Álvaro Vaz de Almada, companheiro da Ordem da Jarreteira, falecido na batalha de Alfarrobeira, que em 1440 fora nomeado alcaide-mor de Lisboa, vindo a destacar-se como um dos mais notáveis partidários do Infante D. Pedro. Tendo-nos já referido a parte considerável da sua biografia ao longo da presente dissertação, importa-nos concluir que D. Álvaro Vaz de Almada fora casado em segundas núpcias – sendo então já conde de Abranches – com D. Catarina de Castro, irmã de D. Garcia de Castro, pelo que tia paterna da abadessa D. Joana de Castro. Encontram-se no cartório de Odivelas uma série de fólios datados entre 1447 e 1451 relativos ao conde de Abranches ou a indivíduos próximos, nomeadamente um seu criado, João Gonçalves, a quem o dito conde emprazara uma quinta na Poverba, junto a Alverca (12.Ago.1447; ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.2 | 04.Out.1448; ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.3 | 21.Fev.1449; ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.4 | 03.Out.1451; ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.5).

[1338] VASCONCELOS 2014, 271. Veja-se o **Esquema Genealógico § 4 (Castro/Perestrelo)**.

[1339] Cremos que o motivo que terá levado Damião de Góis a identifica-la como "abbadessa do mosteiro de Odivellas" (VASCONCELOS 2014, 271) se poderá dever ao facto de a dita D. Joana de Castro ainda estar viva, detendo o cargo, à data da publicação da obra.

[1340] ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.14.

escrivã da fazenda; Catarina Teixeira; D. Isabel da Silva, *sacristã*; D. Beatriz da Silva, *bolseira*; entre outras[1341].

Surge mencionada em 25 documentos[1342].

65. Joana Dias

Monja (1429-1439)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Documenta-se a partir de 1429, durante o abadessado de D. Guiomar Anes do Paço, ao lado de D. Inês de Moldes, *prioresa*; Beatriz Lourenço [Barreto], *soprioresa*; Leonor Afonso; Violante Afonso [do Casal]; Leonor Dias; Catarina Martins; Isabel Gomes de Azevedo; Aldonça Vasques do Rego; Isabel Vasques de Alvarenga, entre outras donas do mosteiro de São Dinis de Odivelas[1343]. Em Setembro de 1430 confirmou-se a avença que em nome da abadessa fizera a *soprioresa* D. Beatriz Lourenço [Barreto], *dona* Isabel Fernandes e Rodrigo Anes, procurador-geral de Odivelas, com Leonor Fernandes, segunda mulher e à data já viúva de Diogo Gil, cavaleiro, morador em Silves, em nome desta e na qualidade de tutora de suas filhas, dos bens que a abadessa D. Aldonça Pimentel vendera a Rodrigo Álvares de Valderes, os quais pertenciam ao falecido Diogo Gil, por herança de Leonor Álvares, sua primeira mulher. Concluído o processo com o mútuo

[1341] Referimo-nos a Joana Pantoja, *vestiária* e *porteira*; Isabel Pereira, *celeireira*; Beatriz Tavares; D. Maria de Noronha; D. Antónia de Noronha, *escrivã* e *bolseira*; Genebra Malheira, *celeireira*. Alertamos para a investigação que se encontra a ser elaborada por Sofia Correia de Matos Boto para efeitos da sua tese de doutoramento, e que esperamos vir a elucidar-nos sobre a realidade nobiliárquica vivida no mosteiro de Odivelas após o término da nossa cronologia.

[1342] Surge referida como *soprioresa* a **05.Fev.1518** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.14; Liv.6, fl.127), a **28.Jun.1518** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.24), a **14.Dez.1518** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.12, fl.13 e fl.15; Liv.6, fl.126), a **25.Fev.1519** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.35), a **[??].[??].1519** (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.174), a **28.Dez.1519** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.XXVIv.), a **05.Dez.1520** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.20-23), a **11.Jul.1521** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.LXXXLv.), a **06.Out.1522** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.248; Liv.43), a **26.Out.1522** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.127), a **26.Jan.1523** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.XXX), a **28.Jan.1523** (ANTT, OC, MSDO, Liv.23, fl.14), a **10.Dez.1523** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.234-239; Liv.11, fl.294-295 e fl.296-297), a **15.Out.1524** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.128-131), a **27.Mar.1526** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.9v.-10), a **29.Nov.1530** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.35-43), a **02.Jan.1531** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.8-14); e como *abadessa* a partir de **03.Jan.1537** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.268-271).

[1343] 10.Set.1429 (ANTT, OC, MSDO, Tomo 3º, Maç. ou Cód. 46 (cx.37), nº63 e nº99). Cf. RÊPAS 2021, vol. II, 439, nt.2424. Num documento datado de 9 de Abril do mesmo ano surgem ainda a seu lado, além de Leonor Afonso e de Leonor Dias, a *prioresa* D. Inês de Molnes e a *monja* Catarina Esteves (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.88v.-89).

acordo de pagamento de 50.000 reais brancos correntes a Leonor Fernandes[1344], no dia seguinte, a 10 de Setembro de 1430, seria confirmado pela abadessa e pelas religiosas do mosteiro de Odivelas.

Transitando para o abadessado de D. Beatriz Lourenço Barreto (a partir de 1434), Joana Dias continuaria a documentar-se como *monja*, surgindo casualmente em posições diferentes da hierarquia conventual de Odivelas, ao lado de Isabel Fernandes de Resende, *soprioresa*; D. Leonor de Sousa; Violante Afonso [do Casal]; Catarina Esteves; Isabel Gomes de Azevedo; Aldonça Vasques do Rego; Isabel Vasques de Alvarenga; Maria de Beça; Inês Álvares; Beatriz de Gusmão; e Catarina Martins[1345].

Surge mencionada em 8 documentos[1346].

66. Joana Draga

Freira (1499)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Documenta-se uma única vez, num escambo entre a abadessa do mosteiro de Odivelas (D. Mécia de Alvarenga) e a comendadeira do mosteiro de Santos, que trocara um serrado de vinha e horta localizado atrás do cenóbio feminino da Ordem de Santiago e um olival em Val de Cavalinhos, por umas casas localizadas à Sapataria (c. Lisboa).

Não tendo conseguido alcançar qualquer outra informação a seu respeito, através do cartório de Odivelas temos notícia de uma «Catarina Draga», viúva de Vicente Frias, documentada num emprazamento datado de 26 de Janeiro de 1523, cronologia não muito distante da de Joana Draga, religiosa em 1499[1347].

Surge mencionada num único documento[1348].

[1344] Através deste documento temos notícia de que eram seus criados João Anes e João Afonso, moradores em Silves, que se documentam enquanto testemunhas da avença, ao lado de Vasco Anes, criado do chanceler Vasco Esteves; de dois moradores em Almada (João Lourenço e Diogo Álvares, escudeiros do comendador da vila de Almada; de Pêro Vasques, sapateiro, morador à praça dos Escanos (c. Lisboa) e de Diogo Rodrigues, escudeiro, morador em Faro (cf. RÊPAS 2021, vol. II, 439, 2424).

[1345] 1434 (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.88v-89 e ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.90-91).

[1346] Surge referida a **09.Jan.1429** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.88v.-89), a **06.Mai.1429** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.89-89v.), a **10.Set.1430** (ANTT, OC, MSDO, Tomo 3º, Maç. ou Cód. 46 (cx.37), nº63 e nº99; cf. RÊPAS 2021, vol. II, 439), a **15.Mai.1432** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.93), a **09.Abr.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.90-91), a **29.Jul.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl. 91v.-92), a **13.Nov.1437** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.510) e a **21.Jul.1439** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.286).

[1347] 26.Jan.1523 (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.XXX).

[1348] Surge referida a **12.Nov.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.334),

67. Joana Farinha

? (1437)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Ignorando se terá realmente professado, Joana Farinha documenta-se no mosteiro de Odivelas em Janeiro de 1437, para o qual se retirara *considerando os muitos trabalhos e fortunas deste mundo das quais se queria afastar e entregar-se ao serviço de Deus*, em companhia de Beatriz de Góis, futura *prioresa* daquela casa conventual (entre 1444-45), à qual viria a doar uma quintã que possuía em Poverba (t. Alverca).

Surge mencionada num único documento[1349].

68. Joana Gil[1350]

Dona professa (1391)

Cremos tratar-se da filha de **Gil Vasques de Resende**, *aio* do Infante D. Dinis[1351], e de sua mulher, cujo nome se desconhece nos nobiliários, somente restando notícia de que pertenceria à linhagem dos Pachecos; a quem Bernardo de Vasconcelos e Sousa filiou Martim e Fernão Vasques de Resende[1352] e duas filhas de "nome desconhecido"[1353], pelo que defendemos que uma delas seria esta que terá professado no mosteiro de Odivelas no final do século XIV. Neta paterna de Vasco Martins de Resende e de Teresa Rodrigues Ribeiro, pelo que sobrinha-neta de D. Berengária Martins Pimentel, abadessa de São Dinis de Odivelas, e bisneta de Martim Vasques Pimentel e de Constança Martins de Resende, tios-avós da abadessa D. Aldonça Pimentel, será junto a esta sua prima, e a uma

[1349] Surge referida a **02.Jan.1437** (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.24).

[1350] Joana Gil foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 110) e brevemente mencionada por Luís Miguel Rêpas na entrada biográfica dedicada a «D. Aldonça Pimentel» (RÊPAS 2021, vol. II, 409).

[1351] Conforme havíamos mencionado no corpo de texto da presente dissertação, Gil Vasques de Resende recebera de D. Pedro I a alcaidaria do Sabugal (1357) e todas as jurisdições sobre os seus coutos e honras (1361).

[1352] Veja-se o que propusemos acerca da identificação de Leonor Pereira como membro dos Pimentéis por via de se poder tratar de uma neta de Fernão Vasques de Resende, camareiro-mor de D. João II de Castela, na entrada biográfica **80** de **Leonor Pereira** (doc.1458-1474), e relativamente à origem do apelido utilizado por **Isabel Fernandes [de Resende]** na entrada biográfica da própria (**56**).

[1353] SOUSA 2000, 211.

outra, Inês Vasques [Leitão], sobrinha da anterior, que Joana Gil se documenta pela primeira vez, a 19 de Julho de 1391, *junto ao poço de Borratém*, em Lisboa; continuavam as donas de Odivelas a residir na cidade para onde se haviam mudado anos antes por motivos de segurança suscitados pela crise de sucessão que entretanto estalara em 1383, e que em 1391 ainda não estaria completamente estabilizada.

Surge mencionada num único documento[1354].

69. Joana Gonçalves d´Ornelas

Freira (1458-1479)

Filha de **Lourenço Anes**, *escudeiro* e procurador-geral do mosteiro de São Dinis de Odivelas, e de **Leonor Gonçalves**; é exemplo da adopção do patronímico, quebrando a tradicional transformação onomástica do nome próprio do pai. Desconhecemos ainda se o apelido *d´Ornelas* lhe proviria por via paterna ou materna.

Temos notícia de que em 1462 seu pai, Lourenço Anes, lhe doara umas casas deixadas por sua mulher na Rua dos Escanos, "abaixo donde mora Pedro Roiz de Castro". Porém, tal documento sugere-nos que nessa data o próprio estaria vivo e a esposa seria já defunta; o que nos leva a estranhar determinado documento datado de 1460, no qual sua mãe, Leonor Gonçalves, deixava à filha Joana Gonçalves os bens deixados pelo marido, os quais se compunham de dois assentamentos de casas em Lisboa e uma quintã com suas vinhas, pomares e casas[1355]. Ao certo somente poderemos concluir que a religiosa terá herdado bens de seus pais, os quais terão falecido algures por volta da década de 1460.

Cremos tratar-se da mesma *Joana Gonçalves* que surge em dois documentos datados de 23 de Abril de 1479, sem apelido ou qualquer outro indicador, seguindo-se a D. Inês [de Abreu] (*abadessa*) e a Catarina Teixeira (*prioresa*).

Surge mencionada em 16 documentos[1356].

[1354] Surge referida a **19.Dez.1391** (ANTT, OC, MSDO, Liv. 46, fl.65; cf. RÊPAS 2021, vol. I, 418, nt.2315).

[1355] Leonor Gonçalves conservava para si as casas onde residia na freguesia da Sé (c. Lisboa).

[1356] Surge referida a **08.Out.1458** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.514; Liv.30, fl.40 (traslado datado de 25.Jan.1463) e fl.41 (10.Nov.1467), a **11.Jul.1460** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.323), a **31.Dez.1461** (ANTT, OC, MSDO, Liv.24, fl.89), a **23.Out.1462** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.324 e Liv.29, fl.107), a **13.Jan.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.7), a **01.Set.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.22, fl.391), a **17.Dez.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.29), a **22.Mai.1469** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.277), a **15.Out.1470** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.278), a **28.Fev.1472** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.163), a **23.Set.1474** (ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.3), a **23.Abr.1479** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.4 e fl.5),

70. Joana Martins[1357]

Monja (1357-1366)

Prioresa (1375-1376)

Filha de **Martim Afonso** e de **Maria Lourenço**[1358], temos notícia de que teria possuído vinhas e oliveiras localizadas junto à ponte de Benfica (c. Lisboa) que lhe haviam cabido em herança por morte de seus pais, as quais tendo sido emprazadas a Lourenço Durães e a sua mulher Maria Anes, moradores em Lisboa, rendiam ao mosteiro, de foro anual pago pelo dia de São Martinho (11.Nov.), *15 libras de dinheiros portugueses*.

Margarida da Silva Pinto documenta-a entre 1357 e 1376, referindo que só a partir do ano de 1375 "assume o cargo de prioresa, na altura em que D. Berenguela Martins era abadessa"[1359]. Por outro lado, Luís Miguel Rêpas identifica-a como *monja* entre 1357-1366 e como *prioresa* entre 1375-1376, destacando certo documento que atesta que em 1375 se terá ausentado do mosteiro para, juntamente com a *celeireira* Catarina Martins e o procurador do mosteiro, João Esteves, ir a Lisboa tomar posse de certas propriedades que o mosteiro de Odivelas havia escambado com Gonçalo Vasques de Azevedo, *vassalo del rei*, e sua mulher Inês Afonso.

Surge mencionada em 5 documentos[1360].

71. Joana Martins Bulhoa[1361]

Monja (1361)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

[1357] Joana Martins foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 110) e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 475-476).
[1358] ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.s.n. [535]. Os pais de Joana Martins terão falecido em data anterior a 1357.
[1359] PINTO 2000, 110.
[1360] Surge referida como *monja e professa* a **15.Fev.1357** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.2) e a **03.Mar.1366** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.1); e como *prioresa* a **15.Jan.1375** (ANTT, OC, MSDO, Liv.46, fl.6), a **14.Abr.1375** (ANTT, OC, MSDO, Liv.46, fl.67) e a **02.Mai.1376** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.397).
[1361] Joana Martins Bulhoa foi anteriormente biografada por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 477), e equivocamente considerada por Margarida da Silva Pinto enquanto «Joana Martins», prioresa, à qual nos referimos na entrada biográfica anterior (PINTO 2000, 110).

Seguimos a proposta de Luís Miguel Rêpas que considerou que "pelo apelido, pertenceria à família dos Bulhões, que se destacaram, sobretudo, no mundo religioso, na administração concelhia da urbe lisboeta e no oficialato régio"[1362]. Não tendo tal conclusão permitido ao autor identificar qualquer filiação ou grau de parentesco, procurámos fazê-lo através das informações disponíveis acerca desta família de grande destaque em Lisboa a partir do século XIII. Assim sendo, e porque conforme havíamos defendido no corpo de texto da presente dissertação não nos parece que, tratando-se de indivíduo de finais do século XIII, o oligarca Martim Peres Bulhão pudesse ser um familiar próximo de *dona* Joana Martins, cronologicamente mais próximo temos notícia de um Pedro Bulhão, *alvazil do crime* (1345-46), figura de indiscutível destaque no oficialato concelhio, e porventura irmão – ou um parente muito próximo – de Joana Martins Bulhoa (doc. 1361). Porém, à semelhança do que acontecera com os Palhavã (da *monja* Teresa Anes) e os Alvernazes (da *soprioresa* Leonor Martins), também os Bulhões viriam a beneficiar, num primeiro momento, de notável promoção por via de vários anos de serviço ao desembargo régio e à cidade de Lisboa; sendo, num segundo momento, substituídos por uma nova elite camarária, que os excluía. Tal poderá explicar a quase irrelevância de Joana Martins Bulhoa em Odivelas.

Desconhecendo qualquer referência ao seu património familiar, resta-nos uma única notícia que lhe documenta a posse de duas courelas de vinha na ribeira de *Alffabra*, que lhe haviam sido consignadas pela abadessa de Odivelas, rendendo de foro anual oito libras em dinheiro e um carneiro; courelas essas que a partir de 8 de Maio de 1361 passaram a ser aforadas a Gil Domingues e a sua mulher, Constança Esteves, moradores em Vila Ladra. Após a sua morte a terça parte da colheita passaria a reverter para o dito mosteiro.

Surge mencionada num único documento[1363].

72. Joana Pantoja

Vestiária (1535)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

[1362] RÊPAS 2021, vol. II, 477.

[1363] Surge referida como *monja* a **08.Mai.1361** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.216).

Apesar de nada o documentar, cremos poder entronca-la com bastante segurança na linhagem de Pero Pantoja[1364], cavaleiro honrado "que se veio a serviço a el Rey dom Afonso, o 5º de Portugal no tempo das guerras que ouverão antre elle e el Rey dom Fernando sobre a excelente senhora"[1365]; assim o introduz o *Livro de Linhagens* de Damião de Góis, que o considera o antepassado mais remoto dos Pantojas. A nota biográfica referir-se-á, por certo, aos incidentes que se seguiram à morte de Henrique IV de Castela em 1474, tendo o exército castelhano sido liderado por Fernando II de Aragão, recentemente casado com D. Isabel de Castela, irmã do falecido rei. Porventura ainda antes das pretensões de D. Afonso V ao trono castelhano, que culminaram na Batalha de Toro, já Pero Pantoja estaria casado com uma *donna Catarina*, natural de Caceres, da linhagem dos de Canhos, com a qual teve descendência, a saber: Afonso Peres Pantoja, comendador de Santiago do Cacém e de Tavira, consorciado com uma filha do conde de Vila Nova de Portimão – família com grande influência no litoral alentejano[1366]; Pedro Peres Pantoja, que sucedeu a seu pai e avô como comendador de Tavira[1367]; Galim (ou João) Peres Pantoja[1368], "que morreo moço solteiro", e ainda um número indeterminado de filhas que foram freiras.

Conforme observámos, é prática corrente Damião de Góis não mencionar de forma individual as religiosas que se documentam como membros das linhagens biografadas, pelo que o facto de não identificarmos nenhuma *Joana Pantoja* no nobiliário não nos poderá levar a concluir que alguns dos seus familiares não fossem os que ali se observam. Em suma, cremos poder considerar Joana Pantoja entre as "outras [filhas] que são freiras" de Afonso Peres Pantoja, atendendo a que a sua cronologia parece relacionar-se mais facilmente com a deste e dos seus filhos, do que com a do seu hipotético avô, Pero Pantoja, pai dessas tias religiosas que teriam vinculado à linhagem a vida conventual como opção estratégica a seguir pelas gerações de descendentes. Embora se desconheçam os mosteiros nos quais terão professado, perante a existência de Martim Vaz Pantoja, clérigo, como

[1364] Seguimos a nota de António Pestana de Vasconcelos, que considera Pero Pantoja como "filho de Galin Perez Pantoja e de Maria de Solis, sobrinho pelo lado da mãe de Gomez de Solis, mestre da Ordem Militar de Alcântara e mordomo-mor de Enrique IV", leia-se, Henrique IV de Castela. (VASCONCELOS 2014, 231, nt.563).
[1365] VASCONCELOS 2014, 231.
[1366] Uma filha de Afonso Peres, D. Margarida, viria a casar com o filho de Jorge Furtado, comendador de Entradas e de Sines.
[1367] Pedro Pantoja casou com uma filha do comendador Jorge Furtado, tornando-se assim cunhado da sua sobrinha D. Margarida, filha de Afonso Peres Pantoja (VASCONCELOS 2014, 231).
[1368] Também mencionado enquanto "Galim Peres" (cf. VASCONCELOS 2014, 231, nt.568).

deão da Sé de Lisboa, depressa se poderia relacionar consigo uma irmã religiosa no Mosteiro de São Dinis de Odivelas.

Concluímos, assim, que Joana Pantoja era filha do *comendador* Afonso Peres Pantoja e de sua mulher, D. Beatriz de Noronha; neta paterna do *comendador* Pero Pantoja, e neta materna de D. Martinho de Castelo-Branco, conde de Vila Nova de Portimão; e ainda irmã de Martim Vaz Pantoja, deão da Sé de Lisboa[1369].

Surge mencionada num único documento[1370].

73. Joana de Xira

(† entre 04.Ago. e 13.Out.1535)

Cantora (1522)

Soprioresa (1531-1532)

Prioresa (1535)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Não é impossível que se relacione com a linhagem de *Velxira*, com armas descritas no *Livro do Armeiro Mor*, que lhes regista uma forma abreviada do mesmo apelido: Xira. Segundo Damião de Góis, foi "Exira [ou Velxira], hum fidalgo ingles, de que vem os Xiras"[1371]. Caso assim a consideremos, poderia, eventualmente, aparentar-se com a abadessa D. Mécia de Alvarenga, que propusemos ser neta (materna) de *Velxira*, fundador da linhagem, e de uma sua homónima, *Mécia de Alvarenga*. O facto de no início do século XVI o armorial ter registado o nome e armas desta família é prova suficiente para nos levar a crer que estes detinham certa importância entre a nobreza portuguesa da centúria de Quinhentos.

Terá falecido algures entre 4 de Agosto e 13 de Outubro de 1535, uma vez que nesta última data ocupava já o cargo de *prioresa* Beatriz de Azevedo, após ter surgido ainda enquanto *soprioresa* em Agosto desse ano.

Surge mencionada em 6 documentos[1372].

[1369] Veja-se o **Esquema Genealógico § 8 (Pantoja)**.

[1370] Surge referida como *vestiária* a **04.Ago.1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.318).

[1371] VASCONCELOS 2014, 557.

[1372] Surge referida como *cantora* a **06.Out.1522** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.248); como *soprioresa* a **22.Abr.1531** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.19), a **22.Set.1531** (traslado datado de 19.Jan.1545; ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.287-296), a **20.Dez.1531** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.XV) e a **18.Out.1532** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.19-22); e como *prioresa* a **04.Ago.1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.318),

74. Leonor Afonso[1373]

Dona (1425-1429)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Viveu durante o abadessado de D. Aldonça Pimentel, integrando um grupo de monjas suas contemporâneas que não conseguimos identificar em rigor, a saber: a *prioresa* Maria Lopes, Violante Afonso e Leonor Vicente. Documenta-se pela primeira vez em Agosto de 1425, ao lado da abadessa D. Aldonça, da *soprioresa* Beatriz Lourenço Barreto, da *cantora-mor* Guiomar Anes e de *dona* Violante Afonso, num emprazamento de quatro courelas de vinha na ribeira de Odivelas a João Anes Carrasqueiro e a sua mulher, Beatriz Lourenço, moradores no mosteiro de Odivelas, pela terça parte do vinho[1374], uma jeira anual e a lagaragem.

Transitando para o abadessado de D. Guiomar Anes [do Paço], surge em 1427 juntamente com as ditas Beatriz Lourenço (soprioresa) e Violante Afonso, às quais agora se juntavam D. Inês de Moldes (prioresa), Isabel Fernandes e Isabel d´Andreste, num arrendamento de um casal com duas casas na Idanha a Afonso Velho, morador em Belas, nos *Paços do Infante D. João*, que até à data estavam emprazadas a João Afonso. Daí a dois anos (1429), com a *abadessa* D. Guiomar, a *prioresa* D. Inês, e as *donas professas* Catarina Esteves, Joana Dias e Leonor Dias, emprazou uma vinha em Monte Agudo, junto a Frielas (t. Loures), a Pedro Martins e a sua mulher, Guiomar Esteves, moradores em Chelas (t. Lisboa), pelo preço de metade do vinho e um par de frangos de foro cada ano.

Surge mencionada em 3 documentos[1375].

75. Leonor do Amaral

[1373] Leonor Afonso foi anteriormente biografada de forma incorrecta por Margarida da Silva Pinto, que datou o *fólio 8* do *Livro 6* do cartório de Odivelas de «1387», quando em vez desta data se deverá ler «1425», e considerou Leonor Afonso como «cantora-mor», cargo então ocupado por Guiomar Anes [do Paço] (PINTO 2000, 111). Veja-se a correcta datação e transcrição da autoria de Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 438), que a não individualizou em entrada própria, referindo-a na de D. Aldonça Pimentel, por se tratar de figura do século XV, o que extravasa a cronologia da sua investigação.

[1374] "o vinho branco à bica do lagar e a tinta na eira" (cf. RÊPAS 2021, vol. II, 438).

[1375] Surge referida como *dona* a **14.Ago.1425** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.8), a **07.Dez.1427** (ANTT, OC, MSDO, Liv.17, fl.507) e a **09.Jan.1429** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.88v.-89).

Freira (1474)

Filha de Beatriz Dias, ignoramos o nome de seu pai. Era irmã de Isabel da Veiga[1376], viúva de Fernão Vasques Vilela, *escudeiro*, com quem em 1474 procedeu à partilha dos bens que haviam ficado após a morte de sua mãe; nomeadamente uma courela de vinha na quintã da Palmeira (t. Almada). Pequena proprietária do termo de Lisboa, o seu estatuto no mosteiro de Odivelas não seria elevado, pelo que somente se documenta nesta data, em Outubro de 1474, durante o abadessado de D. Inês [de Abreu], ao lado da *prioresa* Catarina Teixeira e da *soprioresa* Aldonça Vasques do Rego. No mesmo dia, com o consentimento da abadessa D. Inês, Leonor do Amaral viria a emprazar a quintã que herdara a João Vaz, morador em Lisboa, pelo preço de 600 reis brancos de 35 libras o real, de foro cada ano[1377].

Surge mencionada em 2 documentos[1378].

76. Leonor Barreto

Dona (1458-1474)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

No *Livro de Linhagens* de Damião de Góis temos notícia de uma «donna Leonor Barreta», mulher de Martim Afonso de Melo, filho de João de Melo, alcaide-mor de Serpa e copeiro-mor de D. Afonso V; a qual era filha de Gomes Nunes Barreto e de D. Isabel Pereira, pelo que neta materna de Diogo Pereira, comendador-mor da Ordem de Santiago e governador da casa do Infante D. João, filho de D. João I[1379]. Podendo a cronologia de ambas levar-nos a suspeitar a sua mútua identificação, por via de nada nos documentar que porventura após enviuvar a dita D. Leonor Barreto viria a professar em Odivelas, optamos por não seguir tal hipótese; o que nos leva a poder identifica-la entre as "outras freiras" filhas de Jorge Barreto e de sua segunda mulher, D. Leonor [de Moura], e netas paternas de Nuno Barreto, alcaide-mor de Faro, e de D. Leonor [de Melo], irmã de Martim

[1376] Isabel da Veiga ficaria encarregue de ser cabeça de casal da herança de seus pais. Não sendo de estranhar que as duas irmãs tivessem adoptado apelidos distintos, desconhecemos se proviriam ambos da parte paterna, ou algum deles da parte materna, podendo ter sido usado por Beatriz Dias.
[1377] ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.389.
[1378] Surge referida a **08.Out.1474** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.388 e fl.389).
[1379] VASCONCELOS 2014, 177.

Afonso de Melo casado com D. Leonor Barreto (sobrinha de Nuno Barreto); pelo que bisnetas de Gonçalo Nunes Barreto, fronteiro-mor do Algarve e alcaide-mor de Faro. Uma vez mais, atendendo a que nenhum documento à data analisado nos permite formular tal genealogia, apenas a apresentamos como hipótese, parecendo-nos seguro asseverar que a sua presença no mosteiro de São Dinis de Odivelas estará certamente relacionada com a presença de D. Beatriz Lourenço Barreto nesse cenóbio desde inícios do século XV, tendo sido abadessa até à década de 1450, o que nos leva a considerar como bastante provável que ainda se terá relacionado com a *monja Leonor Barreta*, documentada apenas a partir do abadessado de D. Inês [de Abreu], juntamente com a *prioresa* Isabel Fernandes de Resende, a soprioresa Aldonça Vasques do Rego, Isabel Gomes de Azevedo, Violante Vasques, Leonor Pereira e Joana Gonçalves d´Ornelas.

Surge mencionada em 9 documentos[1380].

77. D. Leonor Martins[1381]

Abadessa (1343-1345)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

À semelhança do que havíamos afirmado no corpo de texto da presente dissertação, estranhamos que apesar de bem documentada no cartório de Odivelas não tenhamos conseguido apurar qualquer informação a respeito da genealogia de D. Leonor Martins, somente referida nas suas funções dentro da vida conventual de São Dinis de Odivelas.

Sendo certo que somente o seu estatuto familiar lhe permitiria alcançar tão alto cargo, no corpo de texto da presente dissertação discutimos se se poderia tratar de uma filha de Martim Fafes, alcaide de Lisboa (1344) pelo que sobrinha de Rui Fafes, cavaleiro vassalo de D. Afonso IV e alcaide de Lisboa (1342)[1382], Por outro lado, não é impossível que pudesse ser irmã do *procurador* Afonso Martins (doc. 1342), alvazil dos ovençais e dos órfãos (1336), ou de Lourenço Martins Botelho, *vereador* (1355). Em suma, e perante a escassez de documentação que o corrobore, cremos poder somente considera-la membro

[1380] Surge referida como *dona* a **08.Out.1458** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.514; Liv.30, fl.40 (25.Jan.1463) e fl.41 (10.Nov.1467), a **23.Out.1462** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.107), a **13.Jan.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.7), a **17.Dez.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.29), a **22.Mai.1469** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.277), a **28.Fev.1472** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.163) e a **30.Jun.1474** (ANTT, OC, MSDO, Liv.13, fl.52).

[1381] D. Leonor Martins foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 111) e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 477-479).

[1382] Figura pertencente à genealogia dos Nogueiras, pelo ramo dos Vivas (FARELO 2007, 155).

de uma família pertencente à oligarquia camarária olissiponense de meados do século XIV.

Relativamente ao seu percurso religioso, optando por via consideravelmente mais documentável, temos notícia de uma homónima documentada como *freira* em Almoster em 1337, durante o abadessado de Maria Gomes da Silva (1321-1347)[1383], podendo ter saído deste cenóbio para vir a ocupar o cargo de abadessa em Odivelas em 1343. O breve hiato de alguns meses (entre 1342 e 1343) registado após a morte de D. Ouroana Pais de Molnes leva-nos a crer que D. Leonor Martins lhe tenha sucedido de imediato, documentando-se enquanto «abadessa» a partir de 15 de Dezembro de 1343. Porém, caso a religiosa de Almoster (doc. 1337) seja, conforme José Varandas propôs – a certa altura da sua investigação sobre o *Monacato feminino e domínio rural* de Santa Maria de Almoster no século XIV –, a mesma pessoa que uma outra religiosa do mesmo mosteiro, de nome Leonor Martins Pombinha (doc.1377-1382), a primeira hipótese poderá perder fundamento, atendendo a que jamais uma abadessa do mosteiro de Odivelas documentada na década de 1340 voltaria a Almoster como freira na década de 1370. Por este motivo continuaremos a defender a hipótese – embora não a consigamos corroborar a não ser com os documentos citados – de, tratando-se de pessoas distintas – o que o desfasamento cronológico entre 1337 e 1377 poderá ajudar a comprovar –, Leonor Martins ter professado em Santa Maria de Almoster algures pela década de 1330, vindo a transitar para o cargo de abadessa de São Dinis de Odivelas na década seguinte.

Surge mencionada em 9 documentos[1384].

78. Leonor Martins, *a Baixa*[1385]

(† ant. 14.Jul.1426)

Monja (1366-1405)

[1383] VARANDAS 1994, 46.

[1384] Surge referida como *abadessa* a **15.Dez.1343** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.297), a **28.Jan.1344** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.49; Liv.44, fl.241), a **05.Fev.1344** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.49; Liv.44, fl.241), a **12.Set.1344** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.50), a **18.Nov.1344** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.50), a **23.Abr.1345** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.298), a **25.Abr.1345** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.396), a 08.Jun.1345 (ANTT, OC, MSDO, Liv.44, fl.242), a 21.Jul.1345 (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.3) e a **08.Out.1345** (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.342).

[1385] Leonor Martins, a Baixa, foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 111) e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 480-481).

Filha de Maria Esteves[1386], moradora em Lisboa, e irmã de Álvaro Martins *Baixo*. Homónima de duas outras monjas suas contemporâneas, cremos que terá adoptado o apodo de seu irmão para se distinguir dentro da comunidade religiosa de Odivelas; se é que «Baixo» não era, já, identificativo de seu pai, cujo nome desconhecemos.

Possuía casas localizadas à *Fonte dos Cavalos*, em Alfama (freg[a] S. Miguel, c. Lisboa), as quais lhe haviam ficado em partilhas de herança após a morte de seu pai. Em 1426 a abadessa D. Guiomar Anes [do Paço] emprazou a João Afonso, *moedeiro*, e a sua mulher Inês Vasques, moradores na cidade de Lisboa, umas casas à *Fonte dos Cavalos* que confrontavam "com as casas que foram de Leonor Martins, a Baixa, irmã de Álvaro Baixo, que foi monja do mosteiro de Odivelas"[1387]. Atendendo a que em Março de 1366, durante o abadessado de D. Berengária Martins Pimentel, se documenta uma Leonor Martins, dona professa, como herdeira de umas casas a par da dita fonte, cremos que se possa tratar da mesma pessoa; seguindo a hipótese defendida por Luís Miguel Rêpas[1388]. A qual só voltará a ser referida em 1405 – já com o apodo «a Baixa» –, durante o abadessado de D. Aldonça Pimentel, numa demanda relativa à quintã de Palma (t. Lisboa), que as religiosas de Odivelas moviam contra Bartolomeu Fernandes, vassalo régio e juiz dos ovençais de Lisboa.

Surge mencionada em 2 documentos[1389].

79. Leonor Martins Alvernaz

Soprioresa (1375-1376)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Luís Miguel Rêpas propôs que a freira documentada em 1466 se tratasse de «Leonor Martins, *a Baixa*»[1390], pelo que ora ponderamos que esta se tratasse de Leonor Martins Alvernaz, pelos motivos que levaram o autor a validar a sua própria proposta

> Pela cronologia, Leonor Martins Alvernaz poderia identificar-se com Leonor Martins, a Baixa, dona de Odivelas (1366-1405). No entanto, o facto de, em 1405, Leonor Martins, a Baixa, surgir referida no mesmo documento que a soprioresa Beatriz Lourenço Barreta parece indiciar que Leonor Martins

[1386] Margarida da Silva Pinto refere incorrectamente "filha de Martim Esteves" (PINTO 2000, 111).
[1387] RÊPAS 2021, vol. II, 481.
[1388] RÊPAS 2021, vol. II, 480.
[1389] Surge referida como *dona professa* a **03.Mar.1366** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.1), a **11.Mar.1366** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.1), e como *monja* a **12.Jul.1405** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fls.24-25); e ainda, postumamente, a **14.Jul.1426** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.2).
[1390] RÊPAS 2021, vol. II, 480.

> Alvernaz, que fora soprioresa de Odivelas, já havia falecido, não devendo ser, por isso, identificada com Leonor Martins, a Baixa, que ainda se encontrava viva nessa data[1391].

A existência de uma *dona* em 1366 permitiria que a própria religiosa, ascendendo na vida conventual, viesse a ser documentada com apelido – como, aliás, é prática corrente verificada em diversos exemplos ao longo da nossa investigação – alguns anos depois, em 1375. Porém, determinado documento datado de 1405 identifica que a proprietária das casas à *Fonte dos Cavalos* era Leonor Martins, *a Baixa*, apesar de a origem familiar da Alvernaz apontar que também pudesse ter possuído bens em Lisboa.

Seguindo a opinião de Luís Miguel Rêpas, que por sua vez se suportara nas obras de Miguel Gomes Martins e de Mário Farelo, Leonor Martins Alvernaz

> poderá ser filha de Martim Alvernaz, tendo em consideração o seu patronímico e a sua cronologia (…) Martim Alvernaz desempenhou funções no oficialato concelhio lisboeta e no oficialato régio, nomeadamente como almotacé-mor (1342), alvazil dos ovençais (1345-1346), tabelião de Lisboa (1338, 1349-1351), corregedor do Algarve (1351-1353) e sobrejuiz da Casa do Cível (c. 1362-1366)[1392].

Martim Alvernaz[1393] terá casado duas vezes, a primeira com Maria Anes, e a segunda com Beatriz Martins, tendo sido pai de Afonso Martins Alvernaz[1394], conservador do Estudo de Lisboa (1377-85), alvazil do crime na cidade de Lisboa (1387-88), corregedor do rei em Lisboa (1392-1401), corregedor do rei na sua corte (1393) e na Casa do Cível (1408). Mário Barroca propôs que Martim Alvernaz fosse sobrinho de Margarida Alvernaz[1395], "mulher rica, cidadã de Lisboa e que foi, por sua vez, casada com um nobre da corte de D. Dinis"[1396], o *alcaide* e *almirante-mor* Nuno Fernandes Cogominho – tio da abadessa D. Berengária Martins Pimentel; figuras por diversas vezes discutidas ao longo da presente dissertação. Mário Farelo viria ainda a considera-lo como "sobrinho de Maior Anes, que se notabilizou pelos seus casamentos com os funcionários régios Pedro Afonso Mealha e Afonso Esteves de Azambuja"[1397].

[1391] RÊPAS 2021, vol. II, 482.
[1392] RÊPAS 2021, vol. II, 482.
[1393] Veja-se a sua entrada no «Apêndice 3 – Os Corregedores e suas carreiras (1320-1433)» em FARELO 2008, 760.
[1394] FARELO 2008, 335-338. Não confundir com o homónimo, irmão do oligarca e oficial régio Martim Alvernaz (FARELO 2008, 327-335).
[1395] Veja-se que Mário Farelo refere não ser possível "evidenciar a sua relação [de Martim Alvernaz e de seu irmão Afonso Martins Alvernaz] com Margarida Alvernaz" (FARELO 2008, 571). Margarida Alvernaz terá falecido após 1327, sendo, com grande probabilidade, sepultada com Nuno Fernandes Cogominho na capela "que com ele havia comprado ao cabido da catedral lisboeta para destinar a fins sepulcrais, entre 1290-1300, passando a chamar-se de Nossa Senhora da Piedade, em vez de Nossa Senhora da Terra Solta (actual capela da Misericórdia)" (FERNANDES 2018, 245).
[1396] FERNANDES 2018, 246.
[1397] FARELO 2008, 572.

Por outro lado, documentando-se em datas bastante mais próximas das de seu suposto pai (Martim Alvernaz) que das de seu hipotético irmão (Afonso Martins Alvernaz) até que ponto a poderíamos filiar em *Martim Domingues Alvernaz*, que se crê ser filho de Domingos Miguéis Alvernaz, o qual sucedera a seu irmão, João Domingues Alvernaz, como alvazil (1316-17; 1317-18 e 1319-20). Mário Farelo[1398] e Miguel Gomes Martins considera Leonor Martins Alvernaz como filha de Martim Alvernaz, neta de Martim Domingues Alvernaz, e bisneta de Domingos Miguéis Alvernaz; proposta aliciante atendendo ao que vimos a referir, pese embora continue a carecer de informação genealógica que a documente com maior veracidade.

Ao certo, concluímos que o aparecimento de uma religiosa pertencente a tão notável família pertencente ao oficialato municipal e régio no mosteiro de São Dinis de Odivelas é bom exemplo das estratégias adoptadas no recrutamento das religiosas desta casa conventual, e pela elite urbana de Lisboa que durante a segunda metade do século XIV continuavam a procurar associar-se a um mosteiro de fundação régia no termo da capital do reino. Embora tenha alcançado o cargo de «soprioresa» em 1375, a sua família vinha a perder importância na governação camarária desde há alguns anos, à semelhança dos Palhavãs e dos Bulhões. Sendo Leonor Martins Alvernaz resquício do poder das velhas oligarquias lisboetas próximas do projecto de D. Dinis desde finais do século XIII, internamente, a influência da linhagem dos Pimentéis por via de duas influentes abadessas, a partir da década de 1370, viria a vincular uma nova fase de recrutamento das religiosas de São Dinis de Odivelas, que viria a caracterizar o perfil social do mosteiro nos séculos seguintes.

Surge mencionada em 2 documentos[1399].

80. Leonor Pereira

Freira (1458-1474)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Figura de meados do século XV, seria membro da linhagem dos Pereira da casa de D. Nuno Álvares Pereira (falecido em 1431), 2º conde de Arraiolos, 7º conde de Barcelos e

[1398] FARELO 2007, 575.

[1399] Surge referida como *soprioresa* a **15.Jan.1375** (ANTT, OC, MSDO, Liv.46, fl.6) e a **02.Mai.1376** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.397).

3º conde de Ourém? Omitida do *Livro de Linhagens* de Damião de Góis, avançamos a proposta de se tratar de uma filha de um sobrinho deste[1400], filho de seu irmão Diogo Álvares Pereira, viria a fazer-se documentar somente com nome próprio e apelido, dispensando o patronímico, fórmula onomástica que no século XV vinha a entrar em desuso nomeadamente entre os Pereiras[1401]. Atendendo à cronologia, torna-se difícil apontar uma proposta de filiação. Porém, atendendo a que um tal Diogo Pereira, *comendador-mor* da Ordem de Santiago[1402], se documenta como pai de duas filhas geradas com Maria de Resende, filha de Fernão Vasques de Resende, camareiro-mor de D. João II de Castela, cremos não ser impossível que uma filha desta viesse a professar no mosteiro onde uma tia-avó de seu avô, D. Berengária Martins Pimentel, fora abadessa, e onde havia apenas cerca de trinta anos uma prima de outro ramo da linhagem falecera, podendo ainda estar em Odivelas a *freira* Joana Gil, que seria assim tia-avó de Leonor Pereira. Diogo Pereira terá falecido em data incerta, anterior a 1433, onde surge como antigo comendador-mor da Ordem de Santiago; data que deverá levantar algumas cautelas quanto a uma filha que se documenta apenas ao fim de quase quarenta anos.

Surge no mosteiro de Odivelas durante o abadessado de D. Inês [de Abreu], quase sempre no contexto da vida conventual, em posição de algum destaque, mas sem nunca ter alcançado um cargo na hierarquia odivelense. Em 1470 emprazou em nome próprio, com autorização da abadessa, em três vidas, um casal na *Lagea do Reguengo Pequeno do Conde de Monsanto*[1403] (t. Cascais) a Afonso Pires, morador no dito lugar, pelo preço de três quarteiros de pão meado e dois frangos de foro anual[1404]; informação que nos indica a localização do seu património. Tendo o 1º conde de Monsanto, D. Álvaro de Castro, sido casado com D. Isabel da Cunha, senhora de Cascais e da Lourinhã (neta do Dr. João

[1400] Referimo-nos a João Pereira, que pertenceu à Ordem de Santiago, vindo a ser comendador de Torrão (VASCONCELOS 2008, vol. II, 275), e a deixar descendência de Isabel Pereira de Sampaio, filha de Lopo Vaz de Sampaio, na pessoa de um filho único, Diogo Pereira de Sampaio (GAYO 1992, XXVI, 73-74; MORAIS, PL, II, vol. I, 71).

[1401] Documentam-se diversos exemplos de indivíduos desta família que no século XV deixaram cair o patronímico que lhes era devido ou o de seus pais. São exemplo desta realidade de Quatrocentos os nomes de Henrique Pereira, comendador de Poiares e Freixial, filho de D. Álvaro Gonçalves Pereira; Álvaro Pereira, senhor de Sousel, perpetuando-se a nova fórmula nos seus filhos; e Diogo Pereira (sogro do anterior), igualmente seguido pelos filhos, entre os quais Isabel Pereira, casada com o senhor de Sousel; entre outros.

[1402] Filho de Vasco Pereira, senhor das vilas de Fermedo e Cabeçais, e de D. Isabel de Miranda. Veja-se a sua biografia em: VASCONCELOS 2008, vol. II, 270-71.

[1403] Título nobiliárquico criado por D. Afonso V em 1460 a favor de D. Álvaro de Castro, o qual casou com D. Isabel da Cunha, senhora de Cascais e da Lourinhã.

[1404] ANTT, OC, MSDO, Liv.17, fl.284.

das Regras), não é despiciente considerar o interesse da casa de Monsanto por bens em Cascais.

Surge mencionada em 10 documentos[1405].

81. D. Leonor de Sousa

Freira (1434-1479)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

No seu *Livro de Linhagens* Damião de Góis contempla os Sousas descentes dos últimos considerados pelo nobiliário do Conde D. Pedro, e ainda uns "Sousas, que vem d´Afonso Denis, filho del Rei dom Afonso de Bolonha, mas não se sabe se são d´algum seu filho, se d´algum seu netto"[1406]. Dando continuidade ao nobiliário do século XIV através de Martim Afonso de Sousa, *fidalguo muito honrado em tempo del Rey dom Fernando e del Rey dom João o primeiro*[1407], ascendente do ramo dos «Sousa Chichorro», no *LL* de Damião de Góis temos notícia de várias religiosas, a saber: **(1)** umas *freiras* – omitindo-se os nomes e desconhecendo-se quantas eram – filhas de Nuno de Sousa, e netas do *comendador-mor* Gonçalo de Sousa[1408], vedor da casa da rainha D. Leonor, mulher de D. João II; **(2)** uma *donna* freira no mosteiro de Lorvão, filha de Fernão de Sousa e de D. Filipa de Melo[1409]; **(3)** *umas filhas que forão freiras*, filhas de João de Sousa e de sua manceba, e netas de Pedro de Sousa de Seabra[1410]; e **(4)** Margarida de Sousa, filha natural do *comendador* Gonçalo Rodrigues de Sousa, fidalgo e conselheiro

[1405] Surge referida a **08.Out.1458** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.514; Liv.30, fl.40 (25.Jan.1463) e fl.41 (10.Nov.1467), a **31.Dez.1461** (ANTT, OC, MSDO, Liv.24, fl.89), a **23.Out.1462** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.107), a **13.Jan.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.7), a **22.Mai.1469** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.277), a **14.Nov.1470** (ANTT, OC, MSDO, Liv.17, fl.284), a **28.Fev.1472** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.163) e a **23.Set.1474** (ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.3).

[1406] VASCONCELOS 2014, 10.

[1407] VASCONCELOS 2014, 353.

[1408] Figura do século XV, Frei D. Gonçalo de Sousa foi comendador-mor da Ordem de Cristo, alcaide-mor de Tomar, chanceler e alferes-mor do Infante D. Henrique, com quem esteve em Tânger, tendo gerado descendência bastarda de uma mulher cujo nome se desconhece (VASCONCELOS 2014, 355). Era filho bastardo de Gonçalo Anes de Sousa, neto de Martim Afonso de Sousa, senhor de Mortágua, e bisneto de Martim Afonso de Sousa (VASCONCELOS 2014, 353).

[1409] VASCONCELOS 2014, 359. Fernão de Sousa era **(1)** filho de António de Sousa (casado com uma filha de Diogo de Azevedo, senhor de Aguiar de Pena e de São João de Rei), **(2)** neto de Fernão de Sousa, senhor da terra de Gouveia e alcaide-mor da terra de Barroso, por ser criado da casa de Bragança (casado com D. Mécia, filha de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1º conde de Atouguia), **(3)** bisneto de Martim Afonso de Sousa, irmão de Gonçalo Anes de Sousa, senhor de Mortágua (pai de D. Gonçalo de Sousa).

[1410] Pertencente ao ramo dos «Seabra» descendentes da linhagem dos Sousas (VASCONCELOS 2014, 366).

régio, alcaide de Portalegre e capitão dos Ginetes de D. Afonso V[1411], que casou com Álvaro Mendes de Severa, *e depois por defeito do marido o deixou e se meteo freira*[1412] e – o que nos comprova tratar-se de estratégia praticada pela fidalguia do século XV; e por fim **(5)** uma filha de Luís de Sousa, o *Craveiro* (filho do *comendador* Gonçalo Rodrigues de Sousa), "que foi freira na Conceição de Beja"[1413].

Descontando a *freira* do mosteiro de Lorvão filha de Fernão de Sousa, cuja cronologia não nos permite relacioná-la com as religiosas de Odivelas em análise por se tratar de figura do século XVI e certas genealogias a registarem com o nome de *Branca de Ataíde*, cremos ainda que «D. Leonor de Sousa» possa ter adoptado o apelido de família de sua mãe, sendo porventura filha de algum casal contemplado no nobiliário de Damião de Góis sem que o autor lhe tenha registado descendência. Quanto às restantes três hipóteses[1414], nada mais sabemos quanto às filhas religiosas de Nuno de Sousa ou de João de Sousa, e quanto à de Luís de Sousa, cremos que ter professado em Beja num mosteiro fundado na segunda metade do século XV pelo Infante D. Fernando e D. Beatriz, duques de Beja, é notícia que invalida que aí tenha professado inicialmente uma religiosa documentada deste a década de 1430 no mosteiro de São Dinis de Odivelas; permitindo, por outro lado, que ingressando num cenóbio no termo de Lisboa viesse a transitar para a pequena casa conventual alentejana de clarissas contígua ao palácio ducal dos sogros de D. Manuel I. Porém, atendendo à escassez de informação, ao presente não conseguiremos avançar qualquer hipótese de filiação a «D. Leonor de Sousa».

Documenta-se pela primeira vez no mosteiro de Odivelas a 29 de Julho de 1434, num emprazamento de D. Beatriz Barreto, de duas courelas no Reguengo da Rainha (t. Alenquer), a Pedro Álvares, criado da rainha e seu escrivão no almoxarifado da sua vila de Alenquer, surgindo em terceiro lugar na hierarquia conventual, logo após a *soprioresa*

[1411] Gonçalo Rodrigues de Sousa era filho de Rui de Sousa, que com seus irmãos viveu com o conde de Benavente após a morte de seu pai, Gonçalo Rodrigues de Sousa (avô do neto homónimo), que Damião de Góis regista como sendo filho bastardo de *Rodrigo Afonso Dinis* (filho de Afonso Dinis e neto paterno de D. Afonso IV), "fidalgo muito honrado (…) em tempo del Rey dom João de boa memoria (…) veio por capitão-mor da frota, e despois se deitou em Castela e foi contra o Mestre de Avis, por onde perdeo toda sua casa, e foi viver a Castela onde morreo" (VASCONCELOS 2014, 378). Gonçalo Rodrigues de Sousa terá falecido algures por volta de 1462, cronologia conducente para um indivíduo próximo de D. Leonor de Sousa, freira em Odivelas (VASCONCELOS 2008, vol. II, 314-315).
Foi também comendador de Alpalhão, Montalvão, Idanha e Niza da Ordem de Cristo (VASCONCELOS 2008, vol. II, 313; VASCONCELOS 2014, 378), alferes-mor, e alcaide de Marvão (1441).

[1412] VASCONCELOS 2014, 379.

[1413] VASCONCELOS 2014, 379.

[1414] Por identificarmos o nome de «Margarida de Sousa» passaremos a deixar de a considerar na análise.

Isabel Fernandes [de Resende][1415], e antecedendo Violante Afonso do Casal, Catarina Esteves, Joana Dias, Isabel Gomes de Azevedo, Catarina Martins, entre outras, entre as quais cremos poder encontrar Beatriz de Gusmão, omitida neste documento datado de Julho mas referida num outro datado de 18 de Dezembro do mesmo ano.

Desaparecendo da documentação de Odivelas durante vinte e sete anos, temos notícia de que terá transitado para o abadessado de D. Inês [de Abreu], surgindo no último dia do ano de 1461 ao lado da *prioresa* Isabel Fernandes de Resende, da *soprioresa* Aldonça Vasques do Rego, e das *freiras* Leonor Pereira, Joana Gonçalves d´Ornelas e Violante Vasques, a emprazar umas casas e um pedaço de chão a Santa Bárbara, no arrabalde de Lisboa, a Gonçalo Afonso e a sua mulher Inês Gonçalves[1416]. Apesar da sua omissão durante quase três décadas, cremos poder tratar-se da mesma pessoa, cujo percurso religioso, ou a origem familiar, não lhe terão granjeado uma posição de destaque na hierarquia conventual – além de não registar nenhum cargo em 1434, a sua posição hierárquica viria paulatinamente a regredir –, documentando-se pontualmente ao longo do abadessado de D. Inês, durante as décadas de 1460 e 1470, ao lado das religiosas atrás enunciadas, e de outras, tais como Leonor Barreto e Catarina Vasques de Aguiar. Surge pela última vez em Abril de 1479, com algumas das anteriores e a *monja* Madalena Fernandes, sendo já *prioresa* Catarina Teixeira, a renovar o emprazamento de umas casas à *Fonte dos Cavalos*, em Alfama (c. Lisboa), que trazia João Vaz.

Surge mencionada em 8 documentos[1417].

82. Leonor de Teive

Freira (1497-1499)

Sacristã (1496-1532)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Atendendo à sua cronologia, e apresentando tão identificável nome de família com armas retratadas no *Livro do Armeiro-Mor* (Teive)[1418], cremos poder aparentá-la com

[1415] Referida como «soprioresa», em Dezembro desse mesmo ano surge como «prioresa».
[1416] ANTT, OC, MSDO, Liv.24, fl.89.
[1417] Surge referida a **29.Jul.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.91v.-92), a **18.Dez.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.304), a **31.Dez.1461** (ANTT, OC, MSDO, Liv.24, fl.89), a **23.Out.1462** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.107), a **17.Dez.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.29), a **23.Set.1474** (ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.3), a **23.Abr.1479** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.4 e fl.5),
[1418] ANTT, *Casa Real, Cartório da Nobreza*, Liv.19, fl.117.

Diogo de Teive, capitão de caravelas e *escudeiro* da casa do Infante D. Henrique, reputado pelas viagens de exploração que realizou a ilhas do grupo Ocidental dos Açores em 1452[1419], atribuindo-se-lhe o reconhecimento das ilhas das Flores e do Corvo, das quais foi donatário, sendo também ouvidor de Jácome de Bruges, capitão donatário da ilha Terceira, recebendo terras na Serra de Santiago, nos arredores da Praia.

Filho de Lopo Afonso de Teive, *escudeiro* da casa do Infante D. Henrique e juiz na cidade do Porto, era sobrinho materno de D. Álvaro Ferreira, bispo de Coimbra (1431-1444). A origem de seu pai parece documentar-se na ideia perpetuada em determinadas genealogias que apontam que os Teives terão tomado o apelido de uma quinta homónima localizada nas imediações do Porto, descendendo de uma filha de Vasco Pires de Teive, de nome D. Florência de Teive, casada com um bastardo do rei de Inglaterra que terá chegado a Portugal durante o reinado de D. Pedro I (1357-1367); avós de Lopo Afonso de Teive, pelo que bisavós de Diogo de Teive.

Tendo casado com Maria Gonçalves de Vargas[1420], terá gerado, pelo menos, um filho e uma filha, a saber: João de Teive, *navegador*, que tendo recebido a capitania das Flores e do Corvo de seu pai a viria a vender em 1475[1421]; e Catarina de Teive de Gusmão, casada com João Fernandes de Ornelas. Tratando-se de nome algo comum nesta linhagem[1422], na geração seguinte, temos notícia de uma «Leonor de Teive» (filha de João de Teive e de sua primeira mulher Brites da Horta), segunda mulher de D. Fernando de Eça, senhor de Eça, neto paterno de D. Pedro I e de D. Inês de Castro; que por via de este ter casado uma terceira vez terá Leonor de Teive falecido antes do marido, pelo que jamais poderia ter professado.

Aqui chegados sem termos conseguido entroncar a religiosa de Odivelas entre os descendentes de Diogo de Teive, atente-se na existência de uma cédula de testamento

[1419] Vejam-se as considerações relativamente à datação do descobrimento das ilhas das Flores e do Corvo em LAGES 2000, 29-88.

[1420] Maria Gonçalves de Vargas era filha de Martim Gonçalves de Vargas e Gusmão, fidalgo castelhano de Sevilha, o qual se encontrava na Ilha da Madeira ao serviço do Infante D. Henrique quando sua filha casou com Diogo de Teive. Não cremos poder documentá-los como parentes da religiosa Beatriz de Gusmão. Além da filha Catarina, também alguns netos, filhos de Diogo de Teive, viriam a adoptar o apelido de sua avó paterna, nomeadamente: Filipa de Gusmão, Agostinho de Gusmão e Paulo de Gusmão.

[1421] João de Teive vendeu a dita capitania a Fernão Teles de Meneses, governador da casa da Infanta D. Joana (Santa Joana Princesa), e filho de Aires Gomes da Silva, senhor de Vagos, regedor da casa do Cível e alcaide-mor de Montemor-o-Velho.

[1422] Referimo-nos a Leonor de Teive, freira, filha de Gaspar de Teive, estribeiro-mor da Princesa D. Joana, mãe de D. Sebastião, natural da ilha da Madeira e falecido em Madrid. Gaspar de Teive era bisneto de Joana de Teive e de Álvaro Gonçalves da Maia, pelo que sobrinho-bisneto do capitão Diogo de Teive, e trineto de Lopo Afonso. Seguimos informações compiladas no nobiliário de H.H. de Noronha.

datada de 19 de Outubro de 1531 arquivada no cartório de Odivelas, feita por Inês de Teive, à data já viúva de Fernão Penteado, através da qual o Mosteiro de Odivelas herdava uma quinta em Campolide e 66.000 reis[1423]. O nome da testamenteira depressa nos convida a relacioná-la com a então ainda *sacristã* do dito mosteiro. Temos notícia de um Fernão Penteado, presente no cerco de Diu em 1538[1424]. Porém, atendendo a que em 1531 o homónimo casado com Inês de Teive já teria falecido, somos levados a crer que se possa tratar, eventualmente, de um filho deste casal; pese embora a referência a ser natural da Covilhã nos possa indicar que Inês de Teive aí tenha habitado, existindo um ramo descendente dos de Teive nesta localidade do interior do reino.

Ao presente não conseguiremos assegurar a filiação da sacristã Leonor de Teive, que tendo surgido no mosteiro de São Dinis de Odivelas durante o abadessado de D. Mécia de Alvarenga se viria a documentar até ao final da nossa cronologia, ao lado de Isabel Perestrelo e de Violante Álvares Cabral, provenientes de famílias de navegadores com grande destaque na viragem do século XV para o século XVI, e que poderá explicar o aparecimento de uma outra religiosa com familiares relacionados com as viagens de exploração marítimas que impulsionavam o reino e a Coroa portuguesa do seu tempo.

Surge mencionada em 53 documentos[1425].

[1423] 19.Out.1531 (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.440-449).

[1424] Natural da Covilhã, distinguiu-se na defesa de Diu (1538), sendo referido na *História do Cerco de Diu* de Sousa Coutinho: "Acabados os combates que os turcos deram ao baluarte do mar, mandou Antonio de Sousa os feridos em uma almadia para a fortaleza para serem curados; entre estes vinha ferido em a cabeça, de uma grande ferida, um Fernão Penteado, homem mancebo e esforçado, natural da Covilhã (…) Não esperando ser curado, disse ao cirurgião que curasse outro: e correndo como poude, se foi ao combate (…)" (COUTINHO 1890, 119).

[1425] Surge referida entre uma listagem de religiosas sem qualquer referência ao cargo que ocuparia na hierarquia conventual a **21.Jun.1497** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.57), a **25.Jun.1497** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.455), a **19.Mar.1498** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.498), a **12.Nov.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.334); e como *sacristã* em datas coetâneas com as anteriores, nomeadamente a **28.Set.1496** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.129), a **02.Mar.1497** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.78), a **23.Jan.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.132), a **08.Mai.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.70), a **18.Jun.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.8), a **13.Jul.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.320), a **16.Jul.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.128; Liv.43, fl.LV-LVv.), a **14.Jan.1501** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.321), a **23.Jan.1501** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.XXVIv.), a **27.Fev.1501** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.214), a **27.Mai.1503** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.325), a **07.Abr.1507** (ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.8), a **06.Jul.1508** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.71), a **12.Fev.1509** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.53), a **03.(…).1510** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.370), a **10.Abr.1516** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.335 e fl.336-339; Liv.43, fl.XIv.), a **11.Jun.1516** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.93), a **18.Mai.1517** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.335-336), a **05.Fev.1518** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.14; Liv.6, fl.127), a **28.Jun.1518** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.24), a **14.Dez.1518** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.12, fl.13 e fl.15; Liv.6, fl.126), a **25.Fev.1519** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.35), a **??.??.1519** (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.174), a **28.Dez.1519** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.XXVIv.), a **06.Out.1522** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.248), a **26.Out.1522** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.127), a **08.Nov.1522** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.11), a **26.Jan.1523** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.XXX), a **28.Jan.1523** (ANTT, OC, MSDO, Liv.23, fl.14), a **10.Dez.1523** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.234-239; Liv.11, fl.294-295 e fl.296-297), a **15.Out.1524** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.128-131), a **11.Jun.1529** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.131; Liv.8, fl.24), a **08.Mai.1530**

83. [D.] Leonor Vicente[1426]

Monja (1366)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Tendo em conta que por morte de seus pais herdara bens e direitos relativos a diversas propriedades urbanas e rústicas (casas, vinhas, herdades de pão, pomares e chousos) em Alcântara (t. Lisboa), que lhe rendiam anualmente onze libras – os quais até 1366 andavam emprazados a João Pinheiro, e a partir de 22 de Março desse ano passaram para Vicente Domingues e sua mulher, Maria Anes, moradores em Alcântara –, consideramo-la como parte integrante do grupo de religiosas proprietárias do mosteiro de São Dinis de Odivelas de meados do século XIV. A referência ao pronome «Dona» que lhe é concedido leva-nos a considerar que se possa tratar de alguém com certo destaque na sociedade olissiponense da época[1427].

Surge mencionada num único documento[1428].

84. Madalena Fernandes

Celeireira (1455)

Freira professa (1479)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

(ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.7), a **29.Nov.1530** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.35-43), a **02.Jan.1531** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.8-14), a **22.Abr.1531** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.19), a **22.Set.1531** (traslado datado de 19.Jan.1545; ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.287-296), a **20.Dez.1531** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.XV) e a **18.Out.1532** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.19-22).

[1426] Leonor Vicente foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 112) e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 484).

[1427] Porventura Vicente Vivas, irmão do *procurador* João Vivas – procurador do concelho de Lisboa (1321-22; 1327-28; 1328-29) e às Cortes de 1331 – e do famoso *chanceler* Miguel Vivas (FARELO 2008, 531). Apesar de «Vicente» poder ser um nome relativamente comum na Lisboa do século XIV, cremos que nem mesmo os «Vivas», apesar de primos de Mestre João das Leis, o qual proporcionara notáveis matrimónios aos seus membros mais próximos, teriam alcançado estatuto tal que permitisse a uma filha o pronome «Dona».

[1428] Surge referida como *monja* a **22.Mar.1366** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.512).

Estranhamos que sendo referida como *celeireira* em 1455, não o volte a ser nos dois documentos datados de 1479 em que surge referida. A 27 de Maio de 1479 foi-lhe feito um emprazamento de um casal no Montijo, com suas confrontações, foreiro em um moio e sessenta alqueires de trigo e um carneiro, uma dúzia de queijadas e outra de bolos, o qual por morte da dita religiosa ficaria para o mosteiro. Era então *abadessa* D. Inês [de Abreu], *prioresa* Catarina Teixeira, e *soprioresa* Violante Vasques; a qual (Violante Vasques) não surgira num documento datado de 23 de Abril do mesmo ano, no qual surgiam ainda os nomes de Joana Gonçalves [d´Ornelas] e D. Leonor de Sousa.

Surge mencionada em 4 documentos[1429].

85. Maior Lopes

Prioresa (1385)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Em 1385, quando as religiosas de Odivelas ainda residiam nos *paços do almirantado*, a *prioresa* Maior Lopes emprazou com a *abadessa* D. Aldonça Pimentel, a Domingos Martins, madeireiro, morador em Lisboa, umas casas com sótão e sobrado à calçada de São Francisco (c. Lisboa). Este conjunto habitacional havia sido emprazado alguns anos antes pela *abadessa* D. Berengária Martins Pimentel à *monja* Constança Martins, a Joana Pires e a sua filha Maria Martins, por 13 libras de foro cada ano[1430].

Surge mencionada uma única vez[1431].

86. Maior Martins (ou *Maior Esteves*)[1432]

Prioresa (1356-1374)

[1429] Surge referida como *celeireira* a **13.Jul.1455** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.160); e como *freira professa* a **23.Abr.1479** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.4 e fl.5) e a **27.Mai.1479** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10. fl.388).
[1430] ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.366.
[1431] Surge referida a **18.Mar.1385** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.367). Luís Miguel Rêpas chama a atenção para o facto de só se conseguir ler "Ma(…)o", ficando a dúvida entre os meses de Março e Maio (cf. RÊPAS, 2021, 495). Atendendo ao espaçamento ocupado pela palavra tendemos a optar pela primeira opção (Março).
[1432] Maior Martins foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto, que apenas a referiu no documento datado de 1374 (PINTO 2000, 116), e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 484-485).

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Surge como «Maior Esteves, prioresa» em 1356. A 20 de Dezembro desse ano, o casal Gil Domingues Torto e Constança Esteves deviam-lhe de foro dois capões, doze ovos e doze pães alvos pelo Natal, por um pardieiro em Odivelas que fora de *Cantelira*, que o casal recebera de emprazamento feito por D. Berengária Martins, abadessa do Mosteiro de Odivelas. Como «Maior Martins» documenta-se em 1374, seguindo-se à *abadessa* D. Berengária Martins, e antecedendo a *cantora* Inês Martins e a *celeireira* Catarina Martins.

A sua ascendência não foi, até à data, alcançada, nem mesmo por Luís Miguel Rêpas, que considerando-a enquanto «Maior Martins» apenas refere que foi "omitida nos livros de linhagens medievais, nada se sabe sobre a sua família"[1433]. Por mais aliciante que nos pudesse parecer, mesmo que a considerássemos como «Maior Martins», e não como «Maior Esteves», jamais poderíamos considerar tratar-se de *Maior Martins*, irmã de D. Berengária Martins, a qual era monja em Arouca em 1319[1434], ao tempo em que a sua irmã era monja em Almoster; figura já biografada por Luís Miguel Rêpas[1435]. Tudo porque, apesar de as cronologias convergirem, temos notícia de que em 1365 o rei D. Pedro I legitimou um seu vassalo, *João Rodrigues Pimentel*, referindo que o mesmo era filho de Mestre Geraldo, cónego de Coimbra, e de D. Maior Martins, monja professa do mosteiro de Arouca, ambos já falecidos nessa data[1436]. A adopção do nome de família da mãe impede-nos de considerarmos que a dita D. Maior Martins era uma das quatro homónimas que surgem na documentação de Arouca entre finais do século XIII e inícios do XIV, a saber: **Maior Martins de Baguim** (doc. 1277-1300)[1437], **Maior Martins [de Nomães]** (doc. 1270)[1438], **Maior Martins [Pimentel]** (doc. 1319-1330) e **Maior Martins**

[1433] RÊPAS 2021, vol. II, 484.
[1434] 13.Mar.1319 (ANTT, OSB, MSMTarouquela, mç. 15, doc. s/nº).
[1435] RÊPAS 2021, vol. II, 514-17.
[1436] ANTT, *Ch. D. Pedro I*, doc. 1036. Além da referência datada de 1319, Maior Martins surge apenas em dois outros documentos, o primeiro dos quais datado de 1329, quando nomeia como seu procurador João Domingues, dito Bacoro, para proceder às partilhas dos bens de sua tia, D. Aldonça Vasques [Pimentel], que lhe haviam ficado a si e a seu tio Martim Vasques (05.Set.1329; ANTT, OC, MSMArouca, gav. 5, mç.4, nº4); e o segundo do ano seguinte, finalizado o processo de atribuição e demarcação dos ditos bens (10.Fev.1330; ANTT, OC, *MSMArouca*, Gav. 5, mç.4, nº4. Sobre o volume de bens então herdados quer por Maior Martins, quer por seu tio Martim Vasques, veja-se: RÊPAS 2021, vol. II, 516-17). Ao contrário da irmã Berengária Martins, que a partir de 1332 viria a ser prioresa de Almoster, permanecendo nesse cargo ao longo de vinte anos, e que em 1356 é transferida para Odivelas, onde liderou o mosteiro nos seus últimos vinte anos de vida, Maior Martins desaparece da documentação de Arouca logo em 1330.
[1437] Após enviuvar de seu marido, Martim Vasques Mogudo de Sendim, viria a professar em Arouca.
[1438] Sobre Maior Martins [de Nomães] somente sabemos que se documenta em 1270 num escambo com seu irmão, Rui Martins, cavaleiro de Nomães, das herdades que haviam recebido de seus pais nos concelhos da Maia e de Vila Nova de Famalicão.

[de Riba de Vizela] (doc. 1233-1285)[1439]. Nessa data (1366), a então abadessa D. Maria Lourenço de Portocarreiro emprazava um pomar e uma almuinha em Currais (c. Arouca) que confrontavam com casas que haviam sido da tal D. Maior Martins. Sendo certo que desconhecemos se Maior Martins [Pimentel] terá possuído bens em Arouca, herdando-os nos concelhos de Póvoa de Varzim, Ponte da Barca e Barcelos, não é menos verdade que relativamente às restantes, descontando a de Riba de Vizela[1440], foi Maior Martins de Baguim a única que possuiu bens em Arouca, que lhe advinham da herança paterna, pelo que talvez se possa identificar com a monja referida em 1366. Cronologicamente, Maior Martins [Pimentel] surge como a única freira em Arouca que poderia ter alcançado idade suficiente para se documentar em 1365. Tratando-se de uma filha de Martim Vasques Pimentel e de Constança Martins de Resende[1441], seria irmã de D. Berengária Martins Pimentel, abadessa em Odivelas (doc. 1356-1376); pelo que, **(1)** ou a referência a ser "uma monja professa" de Arouca no documento de 1365 se refere à condição da mãe à data do nascimento do legitimado, podendo ter transitado para Odivelas na década de 1350 com a sua irmã, ou **(2)** – hipótese mais prudente – a *prioresa* Maior Martins trata-se apenas de uma homónima da irmã da sua abadessa, e não da mesma pessoa.

Surge mencionada em 2 documentos[1442].

87. D. Maria Afonso[1443]

Abadessa (1317)

Considerada pela historiografia tradicional como filha bastarda de D. Dinis, por via de na presente dissertação termos avançado outra filiação para esta abadessa principiemos a sua biografia pelos autores que mais recentemente a biografaram, tornando-se a entrada desta religiosa um estado da arte da discussão. Seguindo a proposta Seiscentista de Frei Francisco Brandão, Margarida da Silva Pinto continuaria a defender que a mãe de Maria Afonso teria "sido certamente Mor Afonso ou Branca Lourenço, que deveria ser filha,

[1439] RÊPAS 2021, vol. II, 497.
[1440] Não cremos que se trate de Maior Martins [de Riba de Vizela], uma vez que esta foi abadessa de Arouca entre 1244 e 1285, cargo que lhe garantiria que assim fosse recordada postumamente.
[1441] SOUSA 2000, 211.
[1442] Surge referida como *prioresa* a **20.Dez.1356** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.3) – Luís Miguel Rêpas refere-a como «Maior Martins» (cf. RÊPAS 2021, 445) – e a **03.Jan.1374** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.260).
[1443] D. Maria Afonso foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 113-114) e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 485-490).

esta, de Lourenço Soares de Valadares (…) O facto de D. Maria Afonso entrar no mosteiro de Odivelas, poderá levar a crer que a sua mãe seria natural de alguns lugares no termo de Lisboa"[1444]. Por sua vez, Luís Miguel Rêpas continuaria a considerar ser "possível que se identifique com a filha bastarda de D. Dinis, omitida pelo *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*", desconhecendo o nome da progenitora sem procurar avançar qualquer genealogia[1445]. Ao presente, tendo aprofundado a discussão no corpo de texto da nossa dissertação, passemos a elencar alguns enunciados que cumulativamente contribuem para a construção da nossa hipótese de filiação.

Começando pelo fim, entenda-se, o falecimento de D. Maria Afonso, há muito que vínhamos a seguir a proposta de Carla Varela Fernandes que propunha que o túmulo que se encontra na capela da abside do mosteiro de São Dinis de Odivelas, do lado da Epístola, pertencesse a um infante, filho de D. Afonso IV e neto de D. Dinis, e não a uma suposta tia religiosa, de nome «Maria Afonso»[1446]. Tudo porque, além de Frei Francisco Brandão ter defendido que teria falecido moço, jazendo "sepultado no Mosteyro d Odivelas, jumto com elRey D. Denis, seu avoo"[1447] – o que condiz com a observação de Borges de Figueiredo aquando da abertura do túmulo no final do século XIX, que nele encontrou "parte d´um esqueleto de creança que não poderia ter mais d´anno, e um casaquinho de creança de damasco verde"[1448] – temos notícia de que as abadessas seriam sepultadas em lápide parietal – assim seria sepultada D. Urraca Pais de Molnes –, e assim se haveria de referir à própria *senhora Dona Maria* o cronista Frei Francisco Brandão, identificando a *sepultura da qual está na parede do claustro, que responde á Capella de Saõ João Baptista*[1449]. Rejeitando, desta forma, a atribuição tradicional do túmulo, documentada pelas investigações mais recentes relativas à sua estátua jacente e à decoração das faces

[1444] PINTO 2000, 113.

[1445] Atente-se à nota explicativa de Luís Miguel Rêpas que reúne as supostas origens familiares da mãe de D. Maria Afonso (RÊPAS 2021, vol. II, 485, nt.2663). Destacamos a proposta inicial de Frei Francisco Brandão (BRANDÃO 1650, fl.186v), continuada por Borges de Figueiredo no século XIX (FIGUEIREDO 1889, 202 e 207), e já no nosso século continuada por João Fresco e Sofia Correia de Matos (FRESCO et MATOS 2011, 96). À semelhança de Luís Miguel Rêpas, destacamos o contributo desta última obra a duas mãos para identificar a origem do local de residência da mãe de D. Maria Afonso "a principal razão da escolha do lugar de Odivelas para fundar o mosteiro por parte de D. Dinis" (RÊPAS 2021, vol. II, 485-486, nt.2663); embora ao presente avancemos proposta distinta que nos permite dispensar esta proposta.

[1446] FERNANDES 2006, 73-87. Relativamente à discussão relativa à identificação do infante sepultado no túmulo da Epístola, entre Carla Varela Fernandes (FERNANDES 2006, 73-78) e Giulia Rossi Vairo (VAIRO 2012a, 17-18 e ss.), veja-se o referimos no corpo de texto da presente dissertação.

[1447] BRANDÃO 1650, fl.225.

[1448] FIGUEIREDO 1889, 207. Atente-se que na recente abertura do túmulo (2022/23) se voltou a comprovar esta hipótese. Aguardamos a leitura de um relatório oficial que comprove o que pudemos comprovar por via da nossa proximidade ao projecto de intervenção no túmulo de D. Dinis e do Infante.

[1449] *ML* V, 225v.

da arca[1450], concluímos que a abadessa D. Maria Afonso terá sido sepultada entre 1317/18 no claustro do mosteiro, e não na capela da abside onde daí a alguns anos viriam a ser sepultados D. Dinis e um neto do monarca fundador de São Dinis de Odivelas.

Rastreando outra proposta de Frei Francisco Brandão, D. Maria Afonso teria falecido em 1320[1451], o que, atendendo a que apenas se documenta enquanto *abadessa* a 10 de Maio de 1317[1452], e a 4 de Maio de 1318 já se documentava a abadessa D. Urraca Pais de Molnes[1453], levaria Luís Miguel Rêpas a suspeitar que a sua morte deveria ter ocorrido algures entre estas duas datas, ou ainda – o que confessamos que desde logo nos pareceu bastante mais interessante de seguir –, que perante esta cronologia de eventos

> teríamos de ponderar a abdicação ao cargo de abadessa por parte de D. Maria Afonso ou aceitar que a Maria (Afonso) filha bastarda de D. Dinis (que mandou fazer um altar consagrado a Santo André e que as crónicas dizem ter sido monja no mosteiro de Odivelas) e a abadessa D. Maria Afonso, que em 1317 governava o mosteiro de Odivelas, eram duas pessoas distintas[1454].

Com efeito, não nos parecendo documentável a suposta abdicação baseada numa velha narrativa oitocentista de Borges de Figueiredo, recentemente recolocada em discussão por João Fresco e Sofia Correia de Matos[1455], optámos por abordar a segunda hipótese, individualizando duas homónimas.

A presença de uma filha de D. Dinis em Odivelas documenta-se, unicamente, na referida lápide no altar a Santo André. Não fosse tal inscrição, e não nos seria impossível supor que a sua existência tivesse resultado apenas da invenção do cronista para explicar o interesse demonstrado pelo rei por aquele mosteiro. Segundo leitura de Mário Barroca, aí se terá gravado o seguinte: gravado o seguinte:

> DomNA : M(ari)a : FILIA : DOmNI : DI / ONISII : REX : PORTUG / ALIE : ET : ALGARBII : JU / S(s)IT : FIERI : HOC : ALTARE / : AD : HONOREm : DEI : ET : / : GLORIOSIS(s)IMI : / SanCtI : NA / DREE : A / PPostoLI : E(ra) / M : CCC : L : / […][1456].

[1450] Veja-se a súmula de autores reunida a este respeito por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 487, 2672), entre os quais destacamos: Borges de Figueiredo (FIGUEIREDO 1888, 17-19; FIGUEIREDO 1889, 182), Reynaldo dos Santos (SANTOS 1970, 254), Pedro Dias (DIAS 1986, 123), Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca (ALMEIDA et BARROCA 2002, 223) e Carla Varela Fernandes (FERNANDES 2006, 73-87).

[1451] Cf. RÊPAS 2021, vol. II, 489.

[1452] ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.3.

[1453] ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fls.15-30; Liv.18, fl.341.

[1454] RÊPAS 2021, vol. II, 489.

[1455] FRESCO et MATOS 2011, 96. Veja-se o que a este respeito referimos no corpo de texto da presente dissertação.

[1456] BARROCA 2000, 1395-1398; cf. RÊPAS 2021, vol. II, 486.

A mera identificação a uma *DomNA M(ari)a* – desconhecendo-se o seu patronímico – numa peça votiva datável da década de 1310[1457], leva-nos a relacioná-la com a existência, até à data, de duas filhas homónimas de D. Dinis[1458] omitidas pelo meio-irmão, o conde D. Pedro, do seu nobiliário (*LL*), avançamos a proposta de D. Dinis ter acomodado a única destas duas filhas que se documenta com total certeza, *D. Maria Afonso I*, casada com D. João Afonso de Lacerda, no estado de religiosa em Odivelas antes de serem conhecidas as vantagens de a consorciar com um membro da casa *de La Cerda*. D. Maria Afonso I e D. João Afonso de Lacerda já encontravam casados, pelo menos, desde 1317[1459], o que logo nos prova que não se poderá identificar com a abadessa de Odivelas que tendo sucedido a D. Constança Lourenço de Portocarreiro se documentaria nesse mesmo ano. Por outro lado, a passagem desta filha bastarda do rei pelo mosteiro poderá ter-se devido apenas a um voto particular a Santo André, não tendo chegado a professar num mosteiro do qual seria próxima por via de seu pai o ter fundado, estanciando a família real no mesmo local onde até 1295 haviam possuído um paço.

Tendo notícia que D. Maria Afonso I terá nascido algures em data anterior a 1304/05, anos em que D. Dinis faz doações a essa sua filha[1460], sendo ainda nomeada como herdeira do senhorio de Albuquerque que detinha seu irmão, Afonso Sanches, a historiografia vinha a defender que o nascimento da suposta meia-irmã abadessa de Odivelas somente se poderia ter registado após 1301, por via de se supor que seria filha de Branca Lourenço, que Frei Francisco Brandão presumia ser filha de Lourenço Soares de Valadares, e que a 28 de Junho desse ano, numa carta de doação de D. Dinis através da qual, *pela compra do seu corpo*, lhe doava a vila de Mirandela em sua vida e na dos filhos que *se dela tiver algum*, se comprova que ainda não teria deixado descendência dessa barregã[1461]. A sua importância nos círculos cortesãos nos quais se movimentavam os de Valadares, meio preferencial para a escolha de barregãs, parece ter contribuído para que diversos autores, entre os quais Margarida da Silva Pinto, tivessem aceite a filiação de Branca Lourenço, que ao presente, considerando-a como barregã do rei – o que se comprova no documento de 1301 –, mas não como mãe de D. Maria Afonso, beneficiária das doações de seu pai

[1457] Mais precisamente entre 1312 e 1320 (veja-se: FIGUEIREDO 1889, 198-199 e BARROCA 2000, 1395-1396). Cf. RÊPAS 2021, vol. II, 487.
[1458] PIZARRO 1999, vol. I, 199-200.
[1459] PIZARRO 1999, vol. I, 199, nt.198.
[1460] Cf. PIZARRO 1999, vol. I, 199, nt196. Margarida da Silva Pinto considerou, equivocamente, que as doações haviam sido feitas à abadessa (PINTO 2000, 113). Veja-se o elenco de todas as doações que citámos no corpo de texto da presente dissertação.
[1461] 28.Jun.1301 (ANTT, Gavetas, XIII-5-11).

em 1304/05 e casada com D. João Afonso de Lacerda antes de 1317. Se por um lado já antes havíamos refutado a hipótese que considerava a abadessa de Odivelas D. Constança Lourenço como membro dos «de Valadares» – propondo que pertencesse aos «de Portocarreiro» –, que contribuía para ver em D. Maria Afonso uma sucessora dessa hipotética tia materna, porque filha de Lourenço Soares de Valadares e irmã da dita barregã Branca Lourenço[1462]; por outro, embora a dita Branca Lourenço de Valadares tivesse detido bens no termo de Lisboa, podendo ser uma *boa dona* da cidade ao tempo em que fora barregã de D. Dinis antes de se consorciar com Martim Anes de Briteiros, acresce o facto de partilhar de cronologia muito semelhante à da sua suposta filha Maria Afonso, pelo que refutamos por completo a filiação desta em Branca Lourenço, que não terá gerado descendência de D. Dinis. Aqui chegados, refutando a genealogia tradicional atribuída, quer por via paterna como materna, à abadessa D. Maria Afonso, importa-nos apresentar a proposta genealógica que ao presente nos propomos avançar.

Relativamente à sua filiação paterna, perante o seu patronímico, cremos poder tratar-se de uma filha de um «Afonso», nome pouco comum mas em voga na nobreza da época, fruto da sonoridade régia que comportava apesar de não obrigar a reconhecer em quem o tenha usado uma filiação estrita à Família Real. Assim sendo, perante o nome de *Pero*

[1462] PIZARRO 1999, vol. I, 185, nt.116. Veja-se o que referimos acerca da genealogia de Branca Lourenço de Valadares e Maria Rodrigues de Chacim no corpo de texto da presente dissertação. Curiosamente, eram abas primas direitas, porque netas de D. Nuno Martins de Chacim, o primeiro e poderoso mordomo-mor de D. Dinis (1279-1284). Biografia distinta da de Lourenço Soares de Valadares é a de seu cunhado, Rui Nunes de Chacim, pai de Maria Rodrigues, que, movimentando-se apenas por terras transmontanas, só o facto de ter uma nora chamada «Maria Miguéis de Lisboa» poderá sugerir alguma proximidade com esta cidade. Entre a vasta prole de quinze filhos documentados do mordomo-mor Nuno Martins de Chacim identificamos três religiosas, omitidas pelos nobiliários, a saber: Berengária Nunes, dona de Santos; Urraca Nunes, que após enviuvar de Martim Anes do Vinhal viria a tomar votos alcançando o cargo de comendadeira de Santos entre 1314-1319; e Branca Nunes, monja de Arouca, a qual escambara bens com uma sua sobrinha, a dita Branca Lourenço de Valadares, barregã de D. Dinis (PIZARRO 1999, vol. I, 250). A teia de relações que a rodeavam aumenta com as irmãs, também religiosas, Joana Lourenço, comendadeira de Santos (doc. 1323-1348), e Constança e Beatriz Lourenço, freiras em Arouca. Era ainda sua parente outra barregã de D. Dinis, Aldonça Rodrigues de Telha, cujo marido, Paio Rodrigues de Valadares (primo direito de Lourenço Soares de Valadares), tinha duas meias-irmãs religiosas: Luca Rodrigues, abadessa de Arouca (1286-1297) e Sancha Rodrigues, monja de Lorvão, a qual deixou em herança à sua prima, Branca Lourenço de Valadares, alguns bens que detinha no termo de Lisboa. Em suma, e perante esta catalogação de eventos, concluímos que apesar do seu passado familiar nortenho, por via de ter sido beneficiária de certas heranças de uma tia materna (Branca Nunes de Chacim) e de uma prima paterna em 2º grau (Sancha Rodrigues de Valadares), em Novembro de 1339, já viúva (PIZARRO 1999, vol. II, 774), Branca Lourenço viria a fazer alterações consideráveis ao seu património através de um escambo com o mosteiro de Arouca. Tendo herdado bens de Sancha Rodrigues em data anterior à morte desta, ocorrida antes de 1305, concluímos que desde o início do século XIV até 1339 Branca Lourenço seria uma *boa dona* proprietária de Lisboa, o que concorre para a nossa proposta de identificação de barregãs do rei como originárias da cidade de Lisboa, e, eventualmente, figuras frequentes nos meios mais próximos da Família Real, aquando das suas visitas aos paços que detinham no termo da cidade.

Afonso Ribeiro, documentado na carta de fundação do mosteiro de Odivelas em 1295, consideremos algumas hipóteses relacionadas com a família deste tutor de dois bastardos do rei D. Dinis.

Três anos antes (1292[1463]) chegara ao rei um pedido de legitimação de um filho bastardo que Pero Afonso gerara da abadessa de Lorvão, Teresa Mendes de Sousa,[1464] autora do pedido, a qual, em 1275, se desprendera da imensa herança paterna em nome da irmã Constança Mendes, contribuindo para a fortuna desta e da irmã Maria Mendes aquando das partilhas do tio Gonçalo Garcia. Encontrando-se, desta forma um tanto bastarda, próximo de um dos acontecimentos que naquele tempo faziam fervilhar os interesses da nobreza, recorde-se que por via mais legítima, seu pai, Afonso Pires Ribeiro, fora partidário de D. Sancho II até à última hora em Toledo, para onde se terá exilado juntamente com um primo, Martim Gil de Arões, com o qual testemunhou o último testamento daquele monarca em 1248[1465], data na qual já se encontrava casado com Maria Raimundes Coronel de Sequeira e pai de um filho, Rodrigo Afonso. Além deste, sabemos que também foram pais do já referido Pero Afonso, talvez de João Afonso Ribeiro[1466], e ainda de uma filha, referida como tendo sido criada no julgado de Vermuim, cujo nome desconhecemos. Ignoremos por enquanto o apontamento de José Augusto de Sottomayor Pizarro acerca de esta ter sido inventada *a posteriori* por Rodrigo Afonso por razões de amádigo para defender a honra de três casais na freguesia de S Cristina de Cerzedelo[1467], uma vez que, identificados os intervenientes na corte de D. Dinis em finais do século XIII e inícios do século XIV, talvez não seja sobejamente hipotético considerar a possibilidade de um destes ter procurado aproximar-se do rei por via de um dos seus projectos mais pessoais e estratégicos.

Pero Afonso terá sabido recuperar a sua linhagem da imagem forjada por seu pai, começando a documentar-se ao lado do rei em 1282, num momento fulcral de apoio régio, ascendendo, daí a poucos anos, como seu vassalo, ao cargo de conselheiro de D. Dinis, que viria a ocupar durante vinte anos, entre 1288 e 1308. Sabendo já que o projecto de Odivelas terá tido origem algures por 1290, não é descabido considerar que o conselheiro

[1463] PIZARRO 1999, vol. I, 217.
[1464] LL41L5.
[1465] Nesse mesmo ano Afonso Pires terá estado na conquista de Sevilha, embora não tenha saído beneficiário do "*Repartimiento*" de 1253.
[1466] Já José Augusto Pizarro havia duvidado acerca de este ser filho legítimo ou não de Afonso Pires.
[1467] Apesar de as Sentenças de 1290 terem julgado honrado o casal em que supostamente terá sido criada a filha de Afonso Pires, nas Inquirições de 1303-1304 a situação repetiu-se (ANTT, *Gavetas*, VIII-4-6; PIZARRO 1999, vol. II, 688, nota 81).

régio tenha optado por iniciar uma irmã na vida religiosa para posteriormente a fazer entrar no mosteiro que se supunha vir dentro de alguns anos a ser fundado. A cronologia não só coincide como nos permite considerar que falecido Pero Afonso Ribeiro algures depois de 1312, e Rodrigo Afonso entre 1306 e 1308, à semelhança de João Afonso, não é impossível que uma eventual irmã destes, suponhamos que Maria Afonso, tenha falecido em 1317, com idade suficiente para ser abadessa do mosteiro de Odivelas; ao contrário da suposta filha de D. Dinis que dificilmente teria nascido antes de 1295. Tendo ainda em conta que os parentes mais próximos dos Ribeiros eram referidos como *cavaleiros* – uns mais de província do que outros – à semelhança dos familiares das primeiras religiosas de Odivelas, e estando Pero Afonso e Rodrigo Afonso relacionados com a vida monástica através de ligações ao mosteiro de Arouca, não seria impossível que a hipotética irmã de ambos tivesse transitado desse cenóbio para o da capital, transferência que lhe valeria, dentro em breve, uma posição de destaque considerável; o que comprovaria a tese que dificilmente o autor, Frei Francisco Brandão, saberia suportar.

Ao presente não conseguiremos documentar esta hipótese, nem tão pouco qualquer outra, restando-nos a convicção documentada que **(1)** a autora da lápide a Santo André era de facto filha de D. Dinis, a única filha bastarda deste rei, que viria a casar com D. João Afonso de Lacerda, e **(2)** a abadessa de Odivelas, D. Maria Afonso, poderia ter sido filha de um «Afonso» relacionado com os meios cortesãos de finais do século XIII e inícios do século XIV, não sendo filha do monarca fundador de Odivelas, e tendo sido sepultada, à semelhança das suas irmãs homólogas, em lápide parietal no claustro.

Surge mencionada num único documento[1468].

88. Maria Anes [do Outeiro)

Freira professa (1404)

Filha de **João do Outeiro** e de sua mulher, **Maria Martins**, moradores em Barcarena (t. Lisboa), os quais lhe doaram uma courela de vinha em Barcarena, denominada Os Cavaleiros, com seu canavial, e duas herdades, a 30 de Setembro de 1404, única data em que se documenta, levando-nos a considera-la enquanto uma religiosa proprietária de bens no termo de Lisboa durante o abadessado de D. Aldonça Pimentel.

[1468] Surge referida como *abadessa* a **10.Mai.1317** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.3).

Surge mencionada num único documento[1469].

89. Maria Anes Raimundo[1470]

Monja (1339)

Filha de **João Raimundes de Portocarreiro**, alcaide de Lisboa (doc. 1278), e de sua mulher, **Dórdia Martins**, *boa dona de Lixboa*[1471], filha de Domingos Martins, cidadão honrado da cidade de Lisboa, era irmã de Martim Anes Raimundinho, casado com Maria Vasques [da Chamusca], uma *boa dona de Santarém* filha de Vasco Martins da Chamusca. Neta paterna de Raimundo Viegas de Portocarreiro, o Torres, cavaleiro vassalo de D. Teresa, irmã de D. Afonso II, e de Maria Ourigues da Nóbrega, os percursos e as uniões matrimoniais dos seus membros mais próximos, entre os quais seus tios, irmãos de seu pai, denunciam um perfil muito próprio no recrutamento das religiosas de Odivelas do século XIV, entre os quais destacamos: Estêvão Raimundes, cavaleiro, casado com uma *boa dona de Santarém* de nome Elvira Fernandes[1472]; Urraca Raimundes, abadessa de Lorvão (doc. 1318-1332); Teresa Raimundes, abadessa de Celas (doc. 1303-1312). Perfis estes que comprovam a origem dos laços familiares tecidos em Odivelas pelos Portocarreiro desde a fundação (1295), com grande destaque na figura da abadessa D. Constança Lourenço, ao longo de vários anos da nossa cronologia.

Referida no *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro, temos notícia de que terá casado com João Pires Redondo [de Sequeira][1473], filho de Pero Soares [Velho], o *Escaldado*, "porque tiinha poucas barvas", e de Maria Vasques [Carpinteiro] de Coimbra[1474], e irmão de – entre outros – Sancha Pires Velho, abadessa de Vairão[1475], e de Maria Pires Bravo, casada com Pero Anes de Portocarreiro, *rico-homem* de D. Sancho II, tenente de Parada (1223-1248)[1476]. Não tendo gerado descendência, viria a professar após enviuvar, num mosteiro no termo de Lisboa onde há muito se documentavam vários dos seus familiares

[1469] Surge referida a **30.Set.1404** (ANTT, OC, MSDO, Liv.17, fl.542).
[1470] Maria Anes Raimundo foi anteriormente biografada por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 490-492).
[1471] PIZARRO 1999, vol. II, 917-918.
[1472] PIZARRO 1999, vol. II, 918. Eram avós da religiosa Constança Martins de Basto.
[1473] PIZARRO 1999, vol. II, 918.
[1474] LL42E6.
[1475] LL70A3.
[1476] PIZARRO 1999, vol. II, 929-930.

mais próximos[1477]. Além das duas tias, e das inúmeras primas documentadas no mosteiro de Arouca[1478], atente-se na existência de duas sobrinhas, igualmente religiosas de Cister, Inês Martins de Basto, monja de Lorvão e de Celas (doc. 1303-1315), e Constança Martins de Basto, que propusemos ter sido abadessa de Odivelas.

Viria a herdar de sua tia D. Urraca Raimundes [de Portocarreiro] metade do quinhão que tinha em Sepins (c. Cantanhede), que rendia de foro cinco libras cada ano, os quais seriam dados a sua sobrinha Inês Martins de Basto, recebendo em troca cinquenta libras para comprar outras propriedades localizadas junto ao mosteiro de Odivelas. Em certo documento datado de 1333 surge referido um Lourenço Martins, como homem de D. Maria [Anes] Raimundo, o que sugere que tenha levado pessoas da sua confiança para dentro do mosteiro[1479].

Surge mencionada em 3 documentos, sendo que nenhum destes pertence ao cartório do mosteiro de Odivelas[1480].

90. Maria de Beça

Prioresa (1432-34)

Filha de **João Lourenço [de Penela]**, cavaleiro e *juiz do crime* (1409-1410), oligarca proveniente do espaço estremenho[1481], com casas na Alcáçova e morador na cidade de Lisboa, onde fundou uma capela na colegiada de Santa Cruz do Castelo (c. Lisboa)[1482], desconhecemos qual seria o nome de sua mãe, pelo que defendemos que o apelido que adoptara lhe proviria por via materna. Era neta, por via paterna, de Lourenço Esteves, vassalo e conselheiro régio[1483], proprietário de certos casais em Penela que faziam parte de um avultado património familiar que viria a ser doado ao mosteiro de Semide[1484]. Era

[1477] Veja-se o **Esquema Genealógico § 5 (Fafes de Lanhoso/Portocarreiro)**.
[1478] Cf. RÊPAS 2021, vol. II, 491.
[1479] Cf. RÊPAS 2021, vol. II, 492.
[1480] Surge referida a **07.Fev.1333** (ANTT, OESA, *Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa*, mç.15, doc. [s.n.]), a **26.Mai.1339** (ANTT, OC, MSMC, mç.6, nº1) e, cremos que postumamente, a **07.Nov.1384** (ANTT, OC, MSMC, mç.12, nº37). Cf. RÊPAS 2021, vol. II, 492.
[1481] FARELO 2008, 187. Veja-se a sua entrada biográfica em FARELO 2008, 498-99.
[1482] FARELO 2008, 251, nt.1377.
[1483] FARELO 2008, 498.
[1484] FARELO 2008, 499.

irmã de Genebra de Beça[1485], casada com João Vasques de Pedroso, filho de Vasco Gil de Pedroso, licenciado e desembargador.

Maria de Beça era sobrinha paterna de Lourenço Esteves, *o Moço*, desembargador e conselheiro do Mestre de Avis; de Beatriz Lourenço, moradora na Telhada (t. Alenquer), casada com Gil Fernandes de Elvas, onde o próprio João Lourenço detinha bens junto à Ribeira das Chinchas (t. Elvas); e de Constança Lourenço II, *prioresa* de São Dinis de Odivelas (1390-1414)[1486], que de certo a terá levado a professar no mosteiro, embora não se tenham documentado lado a lado nos mesmos anos.

Surge mencionada em 2 documentos[1487].

91. Maria de Bobadela

Prioresa (1518-1532)

Soprioresa (1499-1517)

Bolseira (1492-1509)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

O facto de utilizar como nome de família um topónimo do termo de Loures leva-nos a crer que seria oriunda de uma família com residência nesse local, à semelhança do que acontecera com D. Guiomar Anes [do Paço] (do Lumiar), entre outras; geografia próxima do mosteiro de Odivelas, pelo que daí seriam naturais diversas das suas religiosas.

Documentando-se sempre nas funções que desempenhou na hierarquia conventual de São Dinis de Odivelas, acumulou os cargos de *soprioresa* e de *bolseira* pontualmente entre 1499 e 1509. A título de exemplo, em 1498[1488] exercia apenas o cargo de bolseira, quando o de soprioresa era ocupado por Mécia da Costa; corria o abadessado de D. Mécia de Alvarenga. No ano seguinte (1499), tendo surgido como *bolseira* a 23 de Janeiro, e voltando a esse cargo a partir de 8 de Maio, surgirá pela primeira vez como *soprioresa* a

[1485] FARELO 2008, 241.

[1486] Veja-se a entrada biográfica **36** de **Constança Lourenço II**.

[1487] Surge referida como *monja professa* a **15.Mai.1432** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.93), a **09.Abr.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.90-91).
Surge ainda mencionada sem qualquer cargo, em quarto lugar da hierarquia do Mosteiro de Odivelas, sucedendo à abadessa, à prioresa e à celeireira, a **08.Out.1495** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.363).

[1488] ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.162.

29 de Janeiro[1489], voltando a documentar-se nele apenas a 26 de Junho de 1503[1490], após se ter documentado enquanto bolseira a 27 de Maio desse ano[1491]. Alguns anos de hiato documental entre 1503 e 1507, que culminam a 7 de Abril deste último ano, continuando Maria de Bobadela a surgir enquanto *bolseira*[1492], permanecendo no mesmo cargo até 12 de Fevereiro de 1509[1493], data a partir da qual passará a documentar-se sempre enquanto *soprioresa*, até 5 de Fevereiro de 1518[1494], quando, vindo há muito a ser documentada enquanto soprioresa encontrando-se vacante o cargo de prioresa, Maria de Bobadela passa finalmente a documentar-se enquanto *prioresa*, assim permanecendo ao longo de grande parte do abadessado de D. Violante Cabral, mais precisamente até 18 de Outubro de 1532[1495], última data em que surge documentada.

Surge mencionada em 84 documentos[1496].

[1489] ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.153.
[1490] ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.44.
[1491] ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.325.
[1492] ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.8.
[1493] ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.53.
[1494] ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.14; Liv.6, fl.127.
[1495] ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.19-22.
[1496] Surge referida como *bolseira* a **24.Mar.1492** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.200), a **28.Mar.1492** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.s.n.), a **04.Out.1493** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.349), a **28.Set.1496** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.129), a **02.Mar.1497** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.78), a **21.Jun.1497** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.57), a **25.Jun.1497** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.455), a **19.Mar.1498** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.498), a **30.Dez.1498** (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.162), a **23.Jan.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.132), a **08.Mai.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.70), a **18.Jun.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.8), a **13.Jul.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.320), a **16.Jul.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.128; Liv.43, fl.LV-LVv.), a **12.Nov.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.334), a **14.Jan.1501** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.321), a **23.Jan.1501** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.XXVIv.), a **27.Fev.1501** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.214), a **27.Mai.1503** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.325), a **07.Abr.1507** (ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.8), a **12.Mai.1508** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.215), a **06.Jul.1508** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.71); e como *soprioresa* a **29.Jan.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.153), a **26.Jun.1503** (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.44), a **12.Fev.1509** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.53), a **07.Out.1509** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.291), a **03.[…].1510** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.370), a **10.Mai.1512** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.226), a **09.Set.1512** (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.43), a **20.Dez.1512** (ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.7; 06.Jun.1513), a **25.Abr.1513** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.443; treslado a 26.Nov.1547|ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.444-447), a **06.Abr.1514** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.241), a **22.Abr.1514** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.272), a **26.Set.1514** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.164), a **11.Ago.1515** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.6; Liv.43, fl.XXXIIIv.), a **05.Dez.1515** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.23; Liv.7, fl.130-131), a **10.Abr.1516** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.335 e fl.336-339; Liv.43, fl.XIv.), a **11.Jun.1516** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.93), a **30.Jun.1516** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.121-125), a **11.Jul.1516** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.CXXX-CXXXVII), a **29.Ago.1516** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.389-402), a **18.Mai.1517** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.292; Liv.10, fl.335-336) e a **30.Mar.1517** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.19); e como *prioresa* a **05.Fev.1518** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.14; Liv.6, fl.127), a **28.Jun.1518** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.24), a **14.Dez.1518** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.12, fl.13 e fl.15; Liv.6, fl.126), a **25.Fev.1519** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.35), a **28.Dez.1519** (ANTT, OC, MSDO, Liv.20, fl.10-18; Liv.43, fl.XXVIv.), a **05.Dez.1520** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.20-23), a **11.Jul.1521** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.LXXXLv.), a **06.Out.1522** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.248; Liv.43), a **26.Out.1522** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.127), a **08.Nov.1522** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.11), a **26.Jan.1523** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.XXX), a **28.Jan.1523** (ANTT, OC, MSDO, Liv.23, fl.14), a **10.Dez.1523** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.234-239; Liv.11, fl.294-295 e fl.296-297), a **15.Out.1524** (ANTT,

92. Maria Domingues[1497]

Monja (1330)

Filha de **Domingos Pais**, *canlhador* em Lisboa, e irmã de Catarina Domingues, monja professa no Mosteiro de Odivelas, com a qual partilhava a posse de um chão na cidade de Lisboa, na rua dos *Asteeiros* (fg. Madalena, c. Lisboa), ao muro da cerca e à torre do armazém, no qual deveriam ser construídas casas que viessem a render de foro anual catorze libras; as quais ficariam para o mosteiro à morte das duas irmãs, vindo a ser, em 1358, emprazadas pela renda de doze libras[1498].

Surge mencionada em 2 documentos[1499].

93. Maria Esteves de Santarém[1500]

Religiosa (1347-1375)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Documentam-se religiosas com este apelativo no Mosteiro de Arouca, uma das quais Luís Miguel Rêpas procurou aparentar com um ramo de Taveiras, através do casamento de Sancha Gonçalves de Santarém com Ourigo Anes da Nóbrega[1501]. Através do cartório de Arouca temos notícia de que a 25 de Junho de 1259 a abadessa D. Maior Martins emprazara a D. Maria Gonçalves todas as herdades que haviam sido da irmã desta, D.

OC, MSDO, Liv.10, fl.128-131), a **27.Mar.1526** (ANTT, OC, MSDO, Liv.44, fl.9v.10), a **11.Jun.1529** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.131; Liv.8, fl.24; Liv.43, fl.CLXIII), a **08.Mai.1530** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.7), a **29.Nov.1530** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.35-43), a **02.Jan.1531** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.8-14), a **22.Abr.1531** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.19), a **22.Set.1531** (traslado datado de 19.Jan.1545; ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.287-296), a **20.Dez.1531** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.XV) e a **18.Out.1532** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.19-22).

Surge ainda mencionada sem qualquer cargo, em quarto lugar da hierarquia do Mosteiro de Odivelas, sucedendo à abadessa, à prioresa e à celeireira, a **08.Out.1495** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.363).

[1497] Maria Domingues foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 114) e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 493).

[1498] Veja-se o que havíamos referido a propósito da entrada biográfica **18** de **Catarina Domingues**.

[1499] Surge referida como *monja* em **1330** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.247), e postumamente a **24.Dez.1358** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.133)

[1500] Maria Esteves de Santarém foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 114-115) e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 493-494).

[1501] RÊPAS 2000, vol. II, 208.

Sancha Gonçalves [de Santarém], monja de Arouca, propriedades essas localizadas em Unhão, Freixieiro, Travassos, Germelos, Alverca, Lisboa e Torre Vedras[1502].

Atendendo à possibilidade de dispersão do património desta família nortenha, que cremos resultar da mobilidade geográfica e social dos da Nóbrega ao longo do século XIV, discordamos da opinião de Margarida da Silva Pinto que defendia que "como o próprio nome indica, Maria Esteves era natural de Santarém"[1503]. O apelativo de origem geográfica que terá adoptado poderia apenas resultar da origem e primeira utilização por seu pai, ou de um seu avoengo, não resultando daí qualquer prova relativa à sua naturalidade.

Ao certo temos apenas notícia de que em 1347, Maria Esteves recebera em doação de João Martins, *escudeiro*, morador na cidade de Lisboa, tudo o que este tinha no lugar «A de Francisco da Carreira» (t. Sintra), que passaria a ficar anexado a outros bens que comprara a Martim Curto a partir de 1375. Conforme destacou Luís Miguel Rêpas, apesar de surgir referida no segundo documento sem referência ao apelativo, "pela coincidência da localização dos bens, parece-nos lícito considerar que […] são a mesma pessoa"[1504].

Surge mencionada em 2 documentos[1505].

94. Maria Juliães[1506]

(† ant. 25.Ago.1368)

Monja (1352)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Apenas temos notícia de que terá possuído bens em Alvalade o Grande (c. Lisboa), que lhe rendia vinte libras de foro cada ano, e um casal, com sua vinha e canal, localizado em Alcântara (c. Lisboa), que após a sua morte passaria a render ao mosteiro de Odivelas quarenta libras, aves e ovos. Seguimos a opinião de Luís Miguel Rêpas que antes de nós considerou que, à semelhança do que acontecera com outras religiosas, todos estes bens

[1502] ANTT, OC, MSMA, Gav. 5, mç.8, nº29.
[1503] PINTO 2000, 114.
[1504] RÊPAS 2021, vol. II, 493, nt.2705.
[1505] Surge referida como «Maria Esteves de Santarém» a **[??].Dez.1347** (ANTT, OC, MSDO, Liv.17, fl.285) e como «Maria Esteves» a **03.Nov.1375** (ANTT, OC, MSDO, Liv.17, fl.286).
[1506] Maria Juliães foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 115) e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 494-495).

pertenceriam ao mosteiro, resultando a renda num complemento ao sustento da monja, e não advindo a administração dos prédios rústicos da intervenção directa da religiosa.

Surge mencionada em 2 documentos[1507].

95. Maria Lourenço[1508]

Monja (1345)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Irmã de Branca Lourenço, *monja de Odivelas*, com a qual partilhava a posse de um olival em Alfundão (freg[a], c. Ferreira do Alentejo), que lhes rendia anualmente três libras; rendimento que após a morte das duas irmãs passaria a ser pago ao Mosteiro de Odivelas. A 25 de Abril de 1345 a abadessa Leonor Martins emprazou o olival, em três vidas, a Estêvão Sabor e a sua mulher Maria Miguéis, moradores em Marvila (t. Lisboa).

A localização desta propriedade não nos permite confirmar se Maria Lourenço e sua irmã possuíam ascendência alentejana, nem tão pouco se teriam nascido em Alfundão ou em Ferreira do Alentejo, o que a confirmar-se talvez nos pudesse indicar que antes de Odivelas tivessem estado em São Bento de Cástris (c. Évora). A transferência para Lisboa continuaria uma incógnita, eventualmente relacionada com a memória relacionada com a presença de monjas desse cenóbio cisterciense em Odivelas logo após a fundação.

Surge mencionada num único documento[1509].

96. Maria Mendes[1510]

Monja (1314)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Relativamente à sua genealogia, por via de se documentar ao lado de familiares, identificamos que seria irmã de Gonçalo Mendes, que Luís Miguel Rêpas, suportando-se

[1507] Surge referida como *monja professa* a **01.Jul.1352** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.14 (original) e fl.15 (traslado)), e, postumamente, a **25.Ago.1368** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.513).
[1508] Maria Lourenço foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 116) e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 496).
[1509] Surge referida a **25.Abr.1345** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.396).
[1510] Maria Mendes foi anteriormente biografada por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 496-498).

nas afirmações de Ana Maria Rodrigues, identifica como Gonçalo [Mendes] Moreira, *cavaleiro de Torres Vedras*, filho de **Mendo Ermiges**, cavaleiro, e de sua mulher, **Maria Durães**[1511]. Seriam ainda seus irmãos o *escudeiro* Afonso Mendes, casado com Urraca Anes, residentes na Lourinhã[1512]; Aldonça Mendes, casada em primeiras núpcias com Gonçalo Pais, escudeiro (f. c.1330)[1513] e a segunda vez com João Peres da Azóia, cavaleiro e alcaide de Lisboa (doc. 1352)[1514]; e ainda Aldonça Lobeira, meia-irmã dos quatro irmãos segundo proposta de Ana Maria Rodrigues, por via de o seu apelido sugerir ser filha de Aires Martins Lobeira, "que poderia ter sido outro esposo de Maria Durães"[1515].

Em 1314, a *monja* Maria Mendes vendeu a seu irmão a parte que lhe ficara da herança de seus pais, composta por umas casas em Torres Vedras e uma quintã com vinhas em Pedrulhos (t. Torres Vedras), pelo preço de quarenta libras. Considerados os «Moreira» como "uma linhagem média, de âmbito globalmente local e regional"[1516], se José Augusto de Sottomayor Pizarro havia filiado Gonçalo [Mendes de] Moreira em Mem Rodrigues de Moreira[1517], por sua vez Luís Miguel Rêpas, reintroduzindo a discussão, considerando-o filho de Mendo Ermiges – o que concordamos – permitiu-se filiar este em Ermígio Peres de Moreira (avô de Gonçalo e de Maria Mendes), que terá pertencido às tropas de D. Gonçalo Mendes de Sousa, falecendo a 4 de Setembro de 1240, no ataque a Aiamonte[1518].

Pertencente a uma família de cavaleiros e escudeiros[1519], conforme afirmámos no corpo de texto da presente dissertação, Maria Mendes reunia em torno de si o producto

[1511] ANTT, OC, MSMAlcobaça, 1ª Inc., DR, mç.3, nº29 (12.Jun.1327; 23.Out.1324; 06.Jan.1326).
[1512] Afonso Mendes desfez-se dos bens que detinha em Torres Vedras e passou para a Lourinhã. Temos notícia de ter vendido por 9 libras, com a sua mulher (Urraca Anes), a 3 de Abril de 1319, todo o quinhão que tinham num alpendre em Pedrulhos (t. Torres Vedras), ante o lagar – geografia onde sabemos que também Maria Mendes detivera bens –, que lhes ficara de seus pais (Mendo Ermiges e Maria Durães), a Aires Martins, cavaleiro (ANTT, *Colegiada de Stª Maria do Castelo de Torres Vedras*, mç.6, nº33; mç.27, nº36).
[1513] Sobre a filiação de Gonçalo Pais veja-se: RÊPAS 2021, vol. II, 498, nt.2731.
[1514] Veja-se a súmula de informações relativas a João Peres da Azóia em: RÊPAS 2021, vol. II, 498, nt.2732.
[1515] RODRIGUES 1995, 549.
[1516] PIZARRO 1999, vol. II, 438.
[1517] PIZARRO 1999, vol. II, 445.
[1518] PIZARRO 1999, vol. II, 444.
[1519] Atente-se que à data (1314) os membros próximos de Maria Mendes eram apenas cavaleiros e escudeiros de Torres Vedras, atendendo a que o seu irmão ainda não ocupava o cargo de alvazil (Gonçalo Moreira desempenhou a função entre 1317-1322), e que a sua irmã Aldonça Mendes ainda estaria casada com o primeiro marido, o escudeiro Gonçalo Pais. Somente em 1352 – em cronologia algo distante e cuja escassez de documentação relativa a Maria Mendes nos impede de considerar que ainda residisse em Odivelas – se viria a documentar como «alcaide de Lisboa» o segundo marido de sua irmã, João Peres da Azóia; podendo este casamento ter resultado da grande notabilidade alcançada por Gonçalo Moreira.

do funcionalismo da elite dirigente torriense, cuja proximidade a Lisboa a terá levado a professar no mosteiro de São Dinis de Odivelas.

Omitida do cartório de Odivelas, surge mencionada num único documento pertencente ao cartório da *Colegiada de Santa Maria do Castelo de Torres Vedras*[1520].

97. D. Maria Nunes[1521]

Abadessa (1301)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação

Luís Miguel Rêpas não excluiu a hipótese de se poder identificar com uma homónima, monja de Lorvão entre 1299 e 1301, que fora criada da rainha D. Beatriz, a qual lhe doou 300 libras[1522]. Desta proximidade à família real poderia ter resultado a inserção desta religiosa no projecto régio de D. Dinis, documentando-se D. Maria Nunes como segunda abadessa do mosteiro de Odivelas; caso não se tivesse documentado em Odivelas a 14 de Janeiro, voltando a surgir, pela última vez, em Lorvão, a 17 de Janeiro do mesmo ano[1523]. Conforme havíamos afirmado no corpo de texto da presente dissertação, face à ausência de documentação, reconstruir-lhe genealogias partindo somente do patronímico é tarefa que nos recusamos a desempenhar por perentoriamente negarmos a utilização de tal método. Ainda assim, tendo em conta que Frei Francisco Brandão referiu que uma das abadessas de Odivelas teria professado inicialmente no mosteiro de Arouca[1524], por termos negado a possibilidade de se tratar de «Constança Lourenço de Valadares», até que ponto poderemos considerar que esta seria «D. Maria Nunes»?

Surge mencionada num único documento[1525].

98. Maria Peres[1526]

[1520] Surge referida como *monja* a **15.[…].1314** (ANTT, *Colegiada de Stª Maria do Castelo de Torres Vedras*, mç.27, nº13). O suporte de escrita encontra-se rasgado, pelo que não nos foi possível determinar.
[1521] D. Maria Nunes foi anteriormente biografada por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 499).
[1522] RÊPAS 2021, vol. II, 499. A doação foi autorizada por carta régia de D. Dinis a 23 de Janeiro de 1299 (ANTT, MSMAlmoster, mç.2, nº8).
[1523] ANTT, OC, MSMAlmoster, mç.2, nº8.
[1524] BRANDÃO 1650, fl.223-223v.
[1525] Surge referida a **14.Jan.1301** (ANTT, OC, MSDO, Liv.44, fl.337); cf. RÊPAS 2021, vol. II, 499, nt.2744.
[1526] Maria Peres foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 116) e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, 500).

Monja (1344)

Filha de **Pêro Lourenço**, dito *de Rouquelas*, mercador, o qual, segundo Luís Miguel Rêpas, surge mencionado em 1328 entre os confrontantes de uma casa na vila de Almada[1527]. Apenas lhe identificamos propriedades (uma vinha com sua casa) no couto do mosteiro de Odivelas (t. Lisboa), os quais lhe terão ficado em herança por morte de seu pai, que havia comprado a propriedade a João Martins do Mato, "tutor de Francisco e de Maria, seus filhos", e a Estêvão Moirela, rendendo 20 soldos de foro anualmente.

Oriunda de uma família de mercadores com propriedades rústicas no termo de Lisboa cuja riqueza se expressava na utilização de elementos de aparato, como a presença de um *tutor* ou o ingresso de uma familiar na vida religiosa, cremos que a figura de Maria Peres se possa assemelhar, de certa forma, à de Teresa Anes Palhavã, sua contemporânea em São Dinis de Odivelas – curiosamente documentam-se ambas no mesmo ano (1344) –, e eventualmente sua familiar. Tendo conhecimento da existência de um irmão de Maria Peres chamado «Francisco», nome relativamente pouco comum na cronologia em análise, avancemos algumas considerações.

Temos notícia de um *Francisco Peres*[1528], que segundo Mário Farelo seria o "único irmão atestado de D. Margarida"[1529], precisamente mãe de Sancha Peres, mulher do alvazil João Anes Palhavã, pais de Teresa Anes Palhavã, tornando aquele tio-materno desta. O dito Francisco Peres terá seguido a carreira eclesiástica, sendo prior de Santa Maria da Madalena de Lisboa (1285-1300) e cónego de Coimbra (1285-1315)[1530]. Além deste irmão de D. Margarida, conhecem-se ainda duas outras irmãs: Estevaínha Peres, casada com o mercador Afonso Martins, dito *Cabreiro*; e Maria Peres, casada com o mercador João Martins, dito *Mirão*. Colocamos em hipótese poder considerar que a *monja* Maria Peres seja esta, que eventualmente após enviuvar de João Martins Mirão tenha professado no mosteiro de Odivelas, onde viria a conviver com uma sua sobrinha-neta,

[1527] Luís Miguel Rêpas colocou a hipótese de o apodo «Rouquelas» poder advir da freguesia de Arrouquelas (c. Rio Maior). Atente-se que no mesmo documento se identifica uma outra família de mercadores, Martim Bordão e seu sobrinho Martim Anes, atestando, eventualmente, afinidades semelhantes às que se documentam entre os Palhavãs.

[1528] Além deste, identificamos um outro, Francisco Peres de Santa Justa, que residiria com a sua mulher, Maria Anes, na freguesia de Stª Justa (t. Lisboa) (05.Nov.1364; ANTT, *Mosteiro de Santos-o-Novo*, nº1469; FARELO, 2008, 502, nt.3450). Embora a cronologia se aproxime, cremos que uma hipótese relacionada com a rede de convivência familiar de diversas famílias de mercadores possa ser mais coerente do que esta.

[1529] FARELO 2008, 482.

[1530] FARELO 2008, 482, nt.3271.

Teresa Anes Palhavã[1531]. A referência a Maria Peres em 1344, tendo já falecido seu pai, poderá levar-nos a considerar que teria alcançado certa longevidade nesse ano.

Surge mencionada num único documento[1532].

99. Maria Vasques

(† ant. 01.Out.1414)

Monja (séc. XIV/XV)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Maria Vasques documenta-se uma única vez, postumamente, a 1 de Outubro de 1414, data em que a abadessa D. Aldonça Pimentel emprazou três courelas de terra, um cerrado, horta, três currais, uma casa e casais no lugar do Garajal e da Agoalva (t. Sintra), que haviam pertencido à dita religiosa, já falecida, a Lourenço Diniz, pelo preço de cinco alqueires de trigo de foro cada ano.

Surge mencionada num único documento[1533].

100. D. Mécia de Alvarenga

(f. c.1519, Odivelas)

Freira professa (1472)

Abadessa (1486-1516)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Omissa do *Livro de Linhagens* de Damião de Góis, que contempla um título inteiro à sua linhagem[1534], temos conhecimento que os de **Alvarenga** se destacaram enquanto ramo associado aos de Vasconcelos, por via do casamento de Martim Mendes de Vasconcelos com Inês Martins de Alvarenga, podendo considerar-se como extintos no século XV, quando os descendentes do filho e dos netos deste casal – chanceleres, figuras

[1531] Veja-se o **Esquema Genealógico § 7 (Molnes/Palhavã)**.
[1532] Surge referida a **23.Fev.1344** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.193).
[1533] Surge referida, postumamente, a **01.Out.1414** (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.1). A referência a «Maria Vaz» exemplifica o momento de transformação patronímica registado ao longo do século XV, tendo o medieval «Vasques» transitado para uma versão mais simplificada, «Vaz».
[1534] VASCONCELOS 2014, 11.

do oficialato régio dos primeiros reis da segunda dinastia – deixam cair o apodo substituindo-o por outros herdados por via materna. À semelhança de casos coevos, cremos que o apodo «Alvarenga» lhe pudesse provir, a D. Mécia, por via materna.

De acordo com um documento do cartório de Odivelas datado de 1410, a 30 de Outubro desse ano, Margarida Francisques, viúva de Gonçalo Fernandes, *almocreve*, e seu filho, João Gonçalves, solteiro, moradores em Lisboa, venderam por 4.000 reis brancos de 35 libras cada real um olival em *Val de Dona* (t. Lisboa)[1535] a *Velxira*, cavaleiro, e a sua mulher Mécia de Alvarenga, moradores na Calçada de São Francisco (c. Lisboa)[1536]. O desfasamento cronológico impede-nos de considerar que se tratassem da mesma pessoa, nem tão pouco que uma fosse mãe da outra; porém, nada nos impede de tomarmos a primeira por avó da abadessa de Odivelas, que aí teria professado algures em data anterior a 1472. Afinal, **Velxira** é linhagem com representação heráldica, cujas armas de chefe se encontram representadas no *Livro do Armeiro-mor*[1537]. Atendendo a que este documento se encontra em Odivelas apesar de não mencionar o mosteiro, nem se relacionar com a administração do mesmo, não é despiciente que o consideremos como integrante do arquivo patrimonial de uma religiosa que nele habitou.

Conserva-se no mesmo tomo do cartório odivelense um instrumento de doação feito por Catarina Teixeira a sua filha Mécia de Alvarenga[1538]. Atendendo a que o filho de Martim Mendes de Vasconcelos e Inês Martins de Alvarenga, de nome Gomes Martins de Vasconcelos, *chanceler-mor* e membro do conselho de D. João I, casou precisamente com uma Catarina Teixeira, *camareira-mor* da Infanta D. Isabel, duquesa de Borgonha, defendemos que além do filho, o Dr. Rui Gomes de Alvarenga[1539], documentado no Livro

[1535] As confrontações deste olival são igualmente interessantes. Além de outra propriedade pertencente aos compradores, o olival de Val de Dona confrontava com Afonso Lourenço, escudeiro e criado do Conde de Ourém, e com Vasco Esteves, amo do Infante D. Fernando.
[1536] 30.Out.1410 (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.393).
[1537] LAM, 107. "Velxira (Xira) – De vermelho, com uma asna de prata, carregada de cinco cruzes do campo. Elmo de prata, sem grades, posto a três quartos, guarnecido de ouro, forrado de vermelho. Correias de azul, guarnecidas de ouro. Virol e paquife de verde e de prata" (BORGES 2007, LX). Agradecemos ao nosso amigo Gonçalo Vidal Palmeira que nos auxiliou na leitura das armas de Velxira.
[1538] 08.Jul.1448 (ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.123).
[1539] Assinou uma carta régia de D. Afonso V, dada em Lisboa a 13 de Agosto de 1444 (ANTT, *Silveiras-Góis*, mç.1, nº44). Cronologia aparentemente distinta da da sua hipotética irmã Mécia de Alvarenga,

de Linhagens de Damião de Góis[1540], este casal também teria sido pai de Mécia de Alvarenga, *mulher que foi de Velxira*[1541]; avós (eventualmente maternos) da abadessa[1542].

Temos notícia de que a Infanta D. Joana (Santa Joana Princesa) teria permanecido durante dois meses em Odivelas na companhia de sua tia, antes de partir para Aveiro com "D. Mécia de Alvarenga, uma monja professa da Ordem de Cister"[1543]. Este episódio teria ocorrido em 1472, tendo a Infanta entrado no Mosteiro de Jesus a 4 de Agosto desse ano, aí vindo a professar alguns anos depois, em 1475. Logo, tudo aponta que apesar de não surgir na documentação do mosteiro, D. Mécia de Alvarenga já seria monja professa, pelo menos, em 1472, podendo dessa proximidade à Infanta ter resultado a sua célere promoção a abadessa logo em 1486. Alguns anos volvidos adoecia D. Joana. A abadessa D. Mécia, D. Filipa de Lencastre e outras religiosas de Odivelas tê-la-iam visitado em Aveiro, instalando-se no Mosteiro de Jesus[1544]. A abadessa continuaria a estar próxima de tudo quanto se relacionasse com estas senhoras, como atesta o emprazamento feito em 1487[1545], de diversos bens junto à cerca do mosteiro, nomeadamente o serrado e a vinha da Tojeira, a Lopo Vaz, criado de D. Filipa de Lencastre.

D. Mécia de Alvarenga seria ainda grande beneficiária do testamento de **Mécia de Abreu**, herdando todos os bens móveis e imóveis que aquela detinha[1546]. Sucedeu-lhe D. Violante [Álvares] Cabral, a qual se documenta como abadessa desde 1518, sendo ainda viva D. Mécia de Alvarenga, referida na documentação como *abadessa a velha*, a qual terá falecido em data desconhecida durante o ano de 1520.

Surge mencionada em 122 documentos[1547].

[1540] Documenta-se como seu único irmão o "Doutor Ruy Fernandez da Silveira" (VASCONCELOS 2014, 548), o que cremos ser incorrecto. Os Silveiras surgem em títulos próprios no mesmo nobiliário.

[1541] ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.123. No *LLDG* refere-se que além do Dr. Rui Gomes, o casal teve "hua filha per nome (…), que foi molher de Exira, hum fidalgo ingles, de que vem os Xiras" (VASCONCELOS 2014, 557), o que corrobora a nossa hipótese.

[1542] Veja-se o **Esquema Genealógico § 2 (Alvarenga/Cabral)**.

[1543] MOITEIRO 2013, 48, nt.3.

[1544] MOITEIRO 2013, 234.

[1545] Traslado em pública forma datado de 10.Mai.1757 (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, s.n.), de um doc. original datado de 07.Abr.1487 (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.5).

[1546] Veja-se o que referimos a respeito de Mécia de Abreu na entrada biográfica **47** de **D. Inês [de Abreu]**.

[1547] Surge referida a **26.Abr.1480** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.7), a **12.Mai.1483** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.319), como *abadessa* a **26.Mar.1486** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.CLXXII), a **07.Abr.1487** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.5; traslado a 10.Mai.1757; ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl. s.n.), a **[??].Jul.1487** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.203), a **15.Nov.1487** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.111), a **17.Nov.1487** (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.162), a **27.Dez.1487** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.68), a **03.Mai.1488** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.52), a **21.Jun.1488** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.20), a **06.Jun.1489** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.442), a **29.Jun.1489** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.8), a **06.Jun.1489** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.203 e fl.209; Liv.11, fl.442), a **29.Jul.1489** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.210), a **05.Set.1489** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.LIXv.-LX), a **15.Dez.1491** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.204), a **24.Mar.1492** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.200; treslado

101. Mécia da Costa

Soprioresa (1496-1503)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

---

datado de 25.Mai.1547|ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.367-393), a **28.Mar.1492** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.s.n.), a **30.Dez.1492** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.205; Liv.14, fl.206), a **24.Fev.1493** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.9), a **04.Out.1493** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.349; Liv.43, fl.CXXXVX), a **16.Jan.1494** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.21), a **17.Mar.1494** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.208), a **21.Ago.1494** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.10), a **17.Mar.1494** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.208), a **08.Out.1495** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.363), a **10.Mar.1496** (data do documento original, com traslado datado de 09.Out.1545; ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.242-245), a **28.Set.1496** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.129; Liv.25, fl.138-139), a **27.Out.1496** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.239), a **02.Mar.1497** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.78), a **21.Jun.1497** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.57; Liv.10, fl.456-466), a **25.Jun.1497** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.455), a **05.Fev.1498** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.16; Liv.6, fl.22), a **14.Fev.1498** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.202; Liv.26, fl.365), a **19.Mar.1498** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.498; treslado a 26.Dez.1547|ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.499-500), a **30.Dez.1498** (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.162), a **23.Jan.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.132), a **29.Jan.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.153), a **08.Mai.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.70), a **18.Jun.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.8), a **13.Jul.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.320), a **16.Jul.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.128; Liv.43, fl.LV-LVv.), a **13.Ago.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.92), a **12.Nov.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.334), a **[??].[??].1500** (ANTT, OC, MSDO, Liv.17, fl.511), a **[??].[??].1500** (ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.65), a **14.Jan.1501** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.321), a **23.Jan.1501** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.XXVIv.), a **27.Fev.1501** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.214), a **02.Nov.1501** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.11), a **[??].[??].1501** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, s.n.), a **01.Jul.1501** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.313), a **20.Jul.1502** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.262), a **18.Ago.1502** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.112), a **21.Out.1502** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.28), a **27.Mai.1503** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.325), a **26.Jun.1503** (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.44), a **04.Out.1503** (ANTT, OC, MSDO, Liv.12, fl.259), a **07.Out.1503** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.94), a **13.Jan.1505** (ANTT, OC, MSDO, Liv.12, fl.261), a **07.Abr.1507** (ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.8), a **02.Mai.1508** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.216-225; Liv.43, fl.CL), a **12.Mai.1508** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.215), a **06.Jul.1508** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.71), a **12.Fev.1509** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.53; em traslado de 11.Nov.1544; ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.61-92), a **25.02.1509** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.17 e fl.18), a **07.Out.1509** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.291), a **03.[…].1510** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.370), a **10.Mai.1512** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.226), a **[??].[??].1512** (ANTT, OC, MSDO, Liv.13, fl.3), a **[??].[??].1512** (ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.55), a **14.[??].1512** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.9), a **09.Set.1512** (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.43), a **20.Dez.1512** (ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.7; 06.Jun.1513), a **25.Abr.1513** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.443; treslado a 26.Nov.1547|ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.444-447), a **06.Abr.1514** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.241), a **22.Abr.1514** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.272), a **26.Set.1514** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.164), a **11.Ago.1515** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.6; Liv.43, fl.XXXIIIv.), a **05.Dez.1515** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.23; Liv.7, fl.130-131), a **[??].[??].1516** (ANTT, OC, MSDO, Liv.16, fl.63), a **10.Abr.1516** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.335 e fl.336-339; Liv.43, fl.XIv.), a **11.Jun.1516** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.93) a **30.Jun.1516** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.121-125), a **11.Jul.1516** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.CXXX-CXXXVII), a **29.Ago.1516** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.389-402), a **04.Set.1516** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.10); e como *D. Mécia de Alvarenga, abadessa a velha* ou *abadessa que foi*, a **18.Mai.1517** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.292; Liv.10, fl.335-336), a **14.Jul.1517** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.227), a **05.Fev.1518** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.14; Liv.6, fl.127), a **28.Jun.1518** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.24), a **14.Dez.1518** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.12, fl.13 e fl.15; Liv.6, fl.126), a **25.Fev.1519** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.35), a **28.Dez.1519** (ANTT, OC, MSDO, Liv.20, fl.10-18; Liv.43, fl.XXVIv.); e, postumamente, a **11.Nov.1545** (traslado de um original datado de 04.Out.1493; ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.350-365), a **10.Mai.1757** (traslado de um original datado de 07.Abr.1487; ANTT, OC, MSDO, Liv.7, s.n.).

Figura do abadessado de D. Mécia de Alvarenga, Mécia da Costa surge apenas em relação à sua função na hierarquia conventual, tendo ocupado o cargo de *soprioresa* entre 1496 e 1503, tendo sucedido a D. Violante, e sendo sucedida por Maria de Bobadela. Cremos que terá falecido no início do século XVI.

É possível que fosse familiar de Pedro da Costa, documentado enquanto *mordomo* do mosteiro de São Dinis de Odivelas, e casado com Isabel Botelha, os quais traziam umas casas na cidade de Lisboa que pertenciam ao mosteiro em 1542. Desconhecemos se a sua mulher se poderia relacionar com a família de D. Inês da Silveira, filha de Branca Botelha e neta de Isabel Anes; o que nos poderia levar a considerar a existência de uma «Isabel Botelha» entre os membros desta família.

Surge mencionada em 22 documentos[1548].

102. D. Ouroana Pais de Molnes[1549]

Monja de Arouca (1338)

Abadessa de Odivelas (1340-1342)

Filha de **Paio Esteves de Molnes**[1550], cavaleiro, e de **Maria Martins**, era neta paterna de Estêvão Peres de Molnes e de Urraca Peres Correia, e neta materna de um *copeiro* de D. Afonso III, cujo nome desconhecemos[1551]. Seu pai gerou nove filhos do primeiro

[1548] Surge referida como *soprioresa* a **27.Out.1496** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.239), a **02.Mar.1497** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.78), a **21.Jun.1497** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.57), a **25.Jun.1497** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.455), a **05.Fev.1498** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.16; Liv.6, fl.22), a **14.Fev.1498** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.202; Liv.26, fl.365), a **19.Mar.1498** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.498), a **09.Jun.1498** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.32), a **23.Jan.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.132), a **08.Mai.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.70), a **18.Jun.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.8), a **13.Jul.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.320), a **16.Jul.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.128; Liv.43, fl.LV-LVv.), a **12.Nov.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.334), a **27.Fev.1501** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.214), a **01.Jul.1501** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.313), a **20.Jul.1502** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.262), a **18.Ago.1502** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.112) e a **27.Mai.1503** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.325).

[1549] D. Ouroana Pais de Molnes foi anteriormente biografada por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 500-506).

[1550] Veja-se a entrada biográfica de Paio Esteves de Molnes em PIZARRO 1999, vol. II, 1011-1012. Paio Esteves viria a casar em segundas núpcias com Beatriz Pires de Pereira, com quem se encontrava casado em 1289, pelo que cremos que D. Ouroana e D. Urraca terão ficado órfãs de mãe relativamente cedo. Surge com seu irmão, Gonçalo Pais, num documento de 1288, nas partilhas dos bens de sua mãe, sendo ambos referidos como "nom eram de revora", o que poderá justificar a nossa opinião (cf. PIZARRO 1999, vol. II, 413). Herdou de sua mãe os herdamentos de Águas Belas (fg. c. Ferreira do Zêzere), que partilhava com os irmãos Lourenço, Constança e Sancha Pais, e ainda tudo o que tinham no campo de Tooxe (c. Santarém).

[1551] LL56J7. Veja-se o **Esquema Genealógico § 7 (Molnes/Palhavã)**.

casamento com sua mãe, e um outro do segundo casamento. Seguimos a opinião de Luís Miguel Rêpas, relativamente ao facto de a morte de sua mãe, Maria Martins, "ter influenciado o seu ingresso na vida conventual, assim como o de quatro das suas irmãs"[1552]. Entre as suas irmãs que foram religiosas contamos: Constança Pais, *abadessa* de Vairão (doc. 1299-1340); Sancha Pais, *monja* de Vairão (1288-1306); Dórdia Pais, *dona* (1309; 1328) e *comendadeira* de Santos (1320-1322); e ainda Urraca Pais, *monja* de Lorvão (1296-1315) e *abadessa* de Odivelas (1318-1340), sua antecessora. O ingresso destas senhoras na vida religiosa poderá ainda ter tido por influência certa estratégia familiar dos de Molnes, por via de várias das suas tias, a saber: Sancha Esteves, *abadessa* em Vairão (1282-1287); Maria Anes, professa em Arouca (1292); Aldonça Anes, professa em Lorvão; e Teresa Esteves, *dona* de Santos[1553].

Temos notícia de que, residindo em Arouca com sua tia, terá adoecido *de grave enfirmidade*, vindo a reconhecer ao mosteiro e a sua tia Maria Anes o bem e a *criação que recebera*, lavrando testamento datado de 15 de Janeiro de 1292 no qual expressava querer ser sepultada no próprio mosteiro ao qual doava os bens que lhe haviam ficado de seus pais[1554]. Desconhecemos se à data (1292) já teria professado, apesar de Luís Miguel Rêpas relacionar o episódio da doença como factor para que tivesse entendido consagrar a sua vida à religião[1555]. Já se encontrava como monja de Arouca em 1338, quando procedeu às partilhas dos bens de seu pai, entretanto falecido, com um irmão do qual cremos ter sido bastante próxima, passando a vida a relacionar-se com ele por motivos de administração do património familiar, Lourenço Pais de Molnes[1556], proprietário documentado nas Inquirições de 1343 como trazendo as "terras" de Carreira (fg. S. Miguel da Carreira, j. Faria), do Telhado e do Vale (fg. Stª Mª do Telhado e de S. Cosme do Vale, j. Vermuim), o qual terá sido casado com Maria Anes, tendo falecido sem gerar descendência[1557]. Era exemplo da sua geração, caracterizando-se os de Molnes de finais

[1552] RÊPAS 2021, vol. II, 501.
[1553] Vejam-se as entradas biográficas destas religiosas, na obra de José Augusto de Sottomayor Pizarro, a saber: Aldonça Anes de Molnes (PIZARRO 1999, vol. II, 1011), Maria Anes de Moldes (PIZARRO 1999, vol. II, 1010), Sancha Esteves de Molnes (PIZARRO 1999, vol. II, 1008) e Teresa Esteves de Molnes (PIZARRO 1999, vol. II, 1008).
[1554] Veja-se a súmula de propriedades de D. Ouroana Pais reunida em RÊPAS 2021, vol. II, 501-502.
[1555] RÊPAS 2021, vol. II, 502.
[1556] D. Ouroana Pais herdou o casal do Barro (fg. Santiago de Moles (actual fg. Remelhe), c. Barcelos), parte da quintã de Macieira, os casais de Mamoa d´Este e de *Tra la Fonte* (Trás a Fonte), cabendo a Lourenço Pais as quintãs de Molnes e de Panóias (19.Out.1338; cf. RÊPAS 2021, vol. II, 502). Alguns anos antes, em 1302, o seu irmão Lourenço havia-lhe deixado em testamento precisamente o que possuía em Trás a Fonte (PIZARRO 1999, vol. II 413; RÊPAS 2000, 221-222).
[1557] LL56N8. O *LL* do Conde D. Pedro não regista o nome de sua mulher (PIZARRO 1999, vol. II, 1013).

do século XIII e inícios do século XIV por alianças matrimoniais que reflectiam a perda de influência dos seus membros ou pela opção de vários pelo celibato, destacando-se a importância de diversas das suas filhas religiosas, figuras de grande notoriedade nas casas religiosas onde residiam. Importância essa que, resultado das suas origens nobiliárquicas, levaria D. Ouroana Pais de Molnes a usar selo próprio:

> Gravado em cera branca e pendente em corda alva, o selo era longo e, no centro, apresentava a imagem de uma dona que segurava numa mão um báculo e na outra um escudete com as quinas do rei de Portugal[1558].

Surge mencionada em 6 documentos do cartório do mosteiro de Odivelas[1559].

103. ***Pomba***[1560]

Monja (1356)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Seguimos a hipótese avançada por Luís Miguel Rêpas que, considerando tratar-se de uma alcunha, identificou no cartório de Santa Maria de Almoster um Lourenço Martins Pombinho, escrivão da chancelaria de D. Afonso IV[1561], e uma monja, Leonor Martins, *dita Pombinha* (doc.1337-1382), neta de João Martins Pombinho, morador em Santarém. Impossibilitados de as considerarmos como a mesma pessoa, até que ponto a religiosa de Odivelas não poderia ser familiar da religiosa de Almoster. A suposta origem familiar escalabitana e o parentesco com um oficial da chancelaria de D. Afonso IV concorrem para a interpretação que ao longo da presente dissertação fomos apresentando relativa ao recrutamento das religiosas de São Dinis de Odivelas.

[1558] RÊPAS 2021, vol. II, 502. ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.213 (16.Nov.1340).

[1559] Surge referida a **05.Dez.1288** (ANTT, OC, MSMA, Gav.6, mç.6, Nº16); no cartório do *Mosteiro de Santa Maria de Arouca* a **15.Jan.1292** (ANTT, OC, MSMArouca, Gav.3, mç.3, nº35), a **20.Jan.1302** (ANTT, OSB, MSV, mç.6, nº14), a **19.Out.1338** (ANTT, OC, MSMA, Gav.6, mç.6, nº18), a **12.Nov.1338** (ANTT, OC, MSMA, Gav.6, mç.6, nº18); e no cartório do *Mosteiro de São Dinis de Odivelas* a **08.Nov.1340** (ANTT, OC, MSDO, Liv.13, fl.1), a **16.Nov.1340** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.213), a **19.Jan.1341** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.112), a **17.Mai.1341** (ANTT, OC, MSDO, Liv.2, fls.131-138), a **18.Mai.1341** (ANTT, OC, MSDO, Liv.2, fls.131-138), a **22.Nov.1341** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.2), a **23.Dez.1341** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.2) e a **22.Jan.1342** (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.228).
Surge igualmente referida num documento datado de **08.Mar.1331** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.112), contudo, nessa data ainda seria abadessa a sua irmã D. Urraca Pais, pelo que cremos que esta data se deverá a erro do escrivão da carta de emprazamento, podendo tratar-se de «1341» e não de «1331».

[1560] Pomba foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 117) e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 506).

[1561] ANTT, OC, MSMAlmoster, mç.2, nº11 (20.Jun.1347).

Ao certo somente sabemos que *Pomba* terá possuído uma casa, com seu *conchouso*, em Odivelas, que em 1356 foi aforada pela abadessa D. Berengária Martins Pimentel a Domingos Domingues e a sua mulher, Madalena Anes, pelo preço de um capão, dez ovos, dez pães alvos e quarenta soldos de foro anual[1562].

Surge mencionada num único documento[1563].

104. Sancha Gomes[1564]

Monja (1331-1345)

Filha de **Gomes Martins**, cavaleiro, e de **D. Constança Anes [de Arruda]**, era neta materna de João Domingues de Arruda, cidadão e morador em Lisboa, confrade da confraria dos Clérigos Ricos, e por três vezes *alvazil* desta cidade (1303-1304; 1309-1310; 1313-1314)[1565]. Eram seus irmãos o escudeiro Fernão Gomes, *almotacé* (1329-1342) e *alvazil-geral* de Lisboa (1347-1348), casado com Inês Martins[1566]; e João Gomes, solteiro, sobre o qual somente sabemos ter partilhado com os irmãos a quintã da Carnota que lhe coube após a morte de seu pai, processo lavrado nos seus paços localizados em Aldeia Galega (t. Alenquer)[1567]. Segundo Mário Farelo, foi meia-irmã destes, porque filha do cavaleiro Gomes Martins e de sua segunda mulher, Gontinha Anes, uma Catarina Gomes, casada com um Vasco Afonso[1568].

Segundo documento datado de 18 de Setembro de 1331, Sancha Gomes professou no mosteiro de Odivelas, *para servir a Deus*, por seu mandado, outorgamento, prazer e por sua licença, de acordo com certo instrumento pedido por Gomes Martins, seu pai, e lavrado por Estêvão Vicente, tabelião de Santarém, o qual apenas se conhece por ter sido então apresentado a Vasco Martins, tabelião de Lisboa. À data, seu marido, João

[1562] ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.214. Na mesma data (06.Dez.1356) o casal aforou ainda quatro courelas de herdade em Alfambra (t. Odivelas), com a obrigação de aí plantarem vinhas no prazo de três anos, após o qual ficariam isentos do pagamento de qualquer foro, dando em troca a terça parte da colheita.
[1563] Surge referida como *monja e professa* a **06.Dez.1356** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.214).
[1564] Sancha Gomes foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 117-118) e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 507-513). Mário Farelo referiu-a sucintamente na entrada de seu irmão Fernão Gomes (FARELO 2008, 407).
[1565] Veja-se a biografia de João Domingues de Arruda na entrada biográfica de seu neto, Fernão Gomes, em FARELO 2008, 403-405.
[1566] Margarida da Silva Pinto afirmou equivocamente que fora João Gomes quem casara com Inês Martins (PINTO 2000, 117). Veja-se o que Mário Farelo referiu a este respeito em FARELO 2008, 407.
[1567] 23.Dez.1341 (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.2).
[1568] FARELO 2008, 407.

Fernandes Rebotim, *comendador* de Castro Verde (1341-1346) da Ordem de Santiago – sobrinho do porteiro-mor e vice-chanceler do reino, Mem Rodrigues Rebotim[1569] – ainda era vivo, pelo que renunciou a todos os bens e heranças (móveis e imóveis) que a sua esposa tinha ou por via de heranças pudesse vir a ter. Só a voltaremos a documentar daí a dez anos, em 1341, nos paços de seu irmão João Gomes, aquando das partilhas da herança de seus pais.

Além da quintã da Carnota (t. Alenquer), identificamos diversas propriedades dispersas pelo termo de Alenquer, e na cidade de Lisboa e seu termo, que compunham o património desta família de cavaleiros[1570] com capela própria na igreja de S. Mamede de Lisboa, fundada pelo avô materno, João da Arruda[1571], tendo Sancha Gomes herdado todas as propriedades que seus pais detinham na Arruda, o casal *de Monte Gordo* (t. Lisboa), dois casais em Monte Agraço, as covas *das Fradas* e um casal na Freiria (t. Lisboa) e a quintã da Carnota, que terá eventualmente recebido de seu irmão João Gomes como forma de pagamento de uma dívida. Em suma, a sua biografia traduz-se num caso exemplar dos critérios de recrutamento das religiosas de São Dinis de Odivelas.

Surge mencionada em 7 documentos[1572].

105. Teresa Anes Palhavã[1573]

(† entre 1345/52[1574])

Dona professa (1344)

[1569] Vejam-se os dados biográficos recolhidos por Luís Filipe Oliveira em: OLIVEIRA 2006, 391-392; FARELO 2008, 407. Contudo, José Augusto de Sottomayor Pizarro afirmou não ter conseguido entroncar João Fernandes na linhagem dos «Rebotim», propondo tratar-se de um bastardo desconhecido de João Rodrigues Rebotim, que terá deixado geração de uma barregã que viria a receber como sua mulher (PIZARRO 1999, vol. I, 448, nt.35).

[1570] Veja-se o elenco de propriedades e a sua respectiva divisão em heranças em RÊPAS 2021, vol. II, 508.

[1571] RÊPAS 2021, vol. II, 507.

[1572] Surge referida como *monja* a **18.Set.1331** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.1), a **22.Nov.1341** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.2), a **13.Dez.1341** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.2), a **23.Dez.1341** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.2), a **24.Dez.1341** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.2), a **22.Jan.1342** (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.228), a **21.Jul.1345** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.3); e postumamente a **08.Nov.1390** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.16v.-17), a **27.Fev.1395** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.16-16v.) e a **13.Dez.1428** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.88).

[1573] Teresa Anes Palhavã foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 118) e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 513-518).

[1574] Conforme bem constactou Luís Miguel Rêpas, Teresa Anes era ainda viva em 1345, passando a renda das casas que detinha na rua dos Ourives a ser paga ao mosteiro a partir de 1352 (cf. RÊPAS 2021, vol. II, 516).

Filha de **João Anes Palhavã** e de **D. Sancha Peres [Vinagre]**, família sobejamente documentada por diversos autores, e recentemente abordada por Luís Miguel Rêpas[1575]. A sua posição social em Lisboa era reforçada, cremos que mais do que por motivos das suas origens familiares, fruto das actividades mercantis e imobiliárias que os envolviam, pela grande disponibilidade financeira demonstrada na viragem do século XIII para o século XIV[1576]. Após termos discutido por diversas vias os percursos desta família ao longo do corpo de texto da presente dissertação, ao presente somente haveremos de referir de forma esquemática as conclusões alcançadas.

Teresa Anes Palhavã era irmã do clérigo Martim Anes, cónego da Sé de Lisboa (1322-1345); de João Anes, alvazil dos ovençais e dos órfãos, alvazil-geral e procurador do concelho de Lisboa; Pedro Anes, procurador do concelho, alvazil do crime e vereador de Lisboa; Beatriz Anes, casada com Lourenço Álvares de Carvalhosa[1577]; de Constança Anes, casada pela primeira vez com Lourenço Peres Nogueira, e em segundas núpcias com Álvaro Gonçalves de Moura[1578]; e de Sancha Anes, casada com Pedro Esteves, que em momento anterior propusemos ser pai da religiosa Inês Peres (doc. 1327-1343). Da administração eclesiástica ao oficialato régio, os Palhavã notabilizaram-se entre a elite urbana lisboeta do século XIV, revelando-se o seu poder nas estratégias matrimoniais estabelecidas[1579].

Surge referida a 28 de Janeiro de 1344, com licença da abadessa D. Leonor Martins, a emprazar o casal de Trigache (fg. Famões, c. Odivelas) a João Gonçalves, filho de Gonçalo Vasques[1580]; o qual Teresa Anes escambara com seu irmão, o cónego Martim Anes Palhavã, em troca de uns bens em Benfica (c. Lisboa), compostos por vinhas, uma herdade de pão, moinho e casas, com sua louça, o qual recebera por morte de sua mãe, juntamente com umas casas na rua dos Ourives (fg. Madalena, c. Lisboa)[1581].

Surge referida em 4 documentos do cartório de Odivelas[1582].

[1575] Rêpas 2021, vol. II, 513, nt.2824. Vejam-se os trabalhos de Miguel Gomes Martins (MARTINS 1998, 35-93), Mário Barroca (BARROCA 2000, vol. II, 1128-1134; vol. II, 1370-1372 e 1650-1653), Ana Cláudia Silveira (SILVEIRA 2007, 197-213) e Mário Farelo (FARELO 2003, 292-295; FARELO 2008).
[1576] Veja-se RÊPAS 2021, vol. II, 513.
[1577] Este casal foi pai de Gomes Lourenço Palhavã, *criado* e *copeiro* de D. João I (RÊPAS 2021, vol. II, 515).
[1578] Participou na batalha do Salado (1340) juntamente com seu cunhado Lourenço Álvares de Carvalhosa.
[1579] Veja-se o **Esquema Genealógico § 7 (Molnes/Palhavã)**.
[1580] ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.49.
[1581] Cf. RÊPAS 2021, vol. II, 516, nt.2843 e 2845.
[1582] Surge referida a 15.Out.1323 (ANTT, OP, MSDL, Liv.23, nº317); e no cartório de *São Dinis de Odivelas*, a 28.Jan.1344 (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.49 e fl.50), a 05.Fev.1344 (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.49), a

106. Teresa Gonçalves Coutinha (*ou* [da Fonseca])[1583]

(† entre 1387/90)

Freira de São Dinis de Odivelas (ant. 1367)

Freira de São Domingos de Santarém (1367-1387)

Filha única de **Gonçalo Martins da Fonseca** e de **Maria Garcia de Aragão** – segundo o *LL* –, era neta paterna de Estêvão Martins, *o Coutinho*, e de Urraca Rodrigues da Fonseca, tendo seu pai casado em segundas núpcias com Joana Martins de Melo. Seu pai era primo direito de Guiomar Afonso da Fonseca, abadessa do mosteiro de Santa Maria de Almoster (1314 e 1323-1365), figura de grande longevidade que marcou o cenóbio durante grande parte do século XIV[1584].

Não raras vezes surge mencionada em Almoster apenas com nome e patronímico, e ocasionalmente com o apelativo «Coutinha», pelo que cremos que assim se tenha feito identificar em Odivelas, onde professou – cremos – logo após a morte do marido. Não deixa de ser curioso que tenha professado em Lisboa quando a sua família há muito que se estabelecia em Almoster, e a de seu marido mantinha fortes relações com Santarém.

Teresa Gonçalves casou com Afonso Rodrigues do Casal[1585], filho de Rui Garcia do Casal, *boo cavaleiro, de gram fazenda*, tendo como filhos Rui Garcia, Pedro Afonso[1586]

12.Set.1344 (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.50), a 18.Nov.1344 (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.50), a 08.Jun.1345 (ANTT, OC, MSDO, Liv.44, fl.242) e, postumamente, a 01.Jul.1352 (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.139).

[1583] Teresa Gonçalves Coutinha [ou da Fonseca] foi anteriormente biografada por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 518).

[1584] Filha de Afonso Rodrigues Michom (da Fonseca) e de Teresa Martins das Medãs, neta paterna de Rui Mendes da Fonseca, cavaleiro, e de Teresa Anes de Leomil, e neta materna de Martim Sanches das Medãs e Dórdia Nunes (de Aguiar). Sendo seu pai, Afonso Rodrigues, irmão de Urraca Rodrigues, mãe de Gonçalo Martins da Fonseca, Guiomar Afonso era prima-direita deste. Sobre Guiomar Afonso – noviça de Celas (1296), prioresa (1311 e 1320) e abadessa de Almoster (1314 e 1323-1365) – veja-se: RÊPAS 2021, vol. III, 43-60. Atente-se para o notável selo de cera pendente desta religiosa (ANTT, OC, MSMAlmoster, mç.3, nº44 e mç.7, nº28).

[1585] Sabemos que por disposição de Teresa Gonçalves datada de 1374 (04.Abr.) se deveria dizer missa calada diariamente na capela em que jazia Afonso Rodrigues do Casal.

[1586] Pedro Afonso Coutinho, ou do casal, recebeu de D. João I a quintã do Casal (t. Rates) (em 1385), o lugar do Paçô (Sever) (em 1388), reivindicando aí a jurisdição de Pendilhe que pertencera a seu avô materno (ANTT, *Chanc. de D. João I*, vol. I, tomo 2, doc.749, 122-123; CUNHA 1990, 27; RÊPAS 2021, vol. III, 131, nt.795).

e Maria Afonso[1587], esta última casada com Rodrigo Álvares de Pereira, filho de D. Álvaro Gonçalves Pereira, prior do Hospital.

Documentam-se-lhe os seguintes bens: dois casais na Arruda (fregª Abitureiras, c. Santarém) e uns moinhos com suas vinhas à ribeira de Rio Maior (t. Santarém), e ainda os moinhos denominados *das Ferrarias*, os quais doou, os primeiros ao Mosteiro de Almoster[1588] e o último ao Mosteiro de São Domingos de Santarém; doações essas que iniciaram uma contenda com o Mosteiro de Odivelas, que contaria ser beneficiado com os bens da religiosa que aí inicialmente professara.

Relativamente a disposições de ordem espiritual, instituiu uma capela perpétua no Mosteiro de São Domingos de Santarém[1589], e em Almoster mandava que se rezasse uma missa de Santa Maria, oficiada, com uma antífona, mensalmente enquanto fosse viva, e após a morte uma missa de defuntos todos os meses, com seu responso e por sua alma.

Não surge documentada no cartório de Odivelas.

107. D. Teresa Mendes[1590]

Abadessa (1351-1355)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Sobre D. Teresa Mendes somente poderemos afirmar que parece ter-se interessado pela administração dos bens patrimoniais do mosteiro, gerindo-os através de sucessivos emprazamentos localizados na periferia do cenóbio, nos termos de Sintra e Lisboa. Se a 10 de Agosto de 1351 escamba com o próprio rei D. Afonso IV o direito que as religiosas de Odivelas detinham numas azenhas na ribeira de Frielas desde o reinado de D. Dinis, por delas já não receberem foro há mais de vinte e cinco anos, por uma herdade de pão em Furadouro (t. Lisboa), seguem-se os emprazamentos de bens de diversas religiosas,

[1587] Enumerados no *LL*, não surgem mencionados nem na doação de 1374 (ANTT, OC, MSDS, 1ª inc., mç.6, nº21), nem na carta régia de 1390 (ANTT, OC, MSMAlmoster, mç.5, nº13; 04.Dez.1390).

[1588] O mosteiro voltou a entregar-lhe os bens, ainda em sua vida, ficando Teresa Gonçalves obrigada a pagar-lhe cem libras de renda anual (ANTT, OC, MSMAlmoster, mç.5, nº17; 13.Jun.1384; veja-se o que a propósito destes bens se refere em RÊPAS 2021, vol.III, 131, nt.800).

[1589] No Dia de Todos os Santos os frades de São Domingos de Santarém deviam sair sobre seu sogro, e de dizer anualmente pelo Corpo de Deus uma missa oficiada com seu responso e por alma de Rui Garcia do Casal na capela que este instituíra no mesmo mosteiro, devendo sair no mesmo dia sobre ela e seu marido Afonso Rodrigues do Casal (ANTT, OP, Mostº de São Domingos de Santarém, 1ª inc., mç.6, nº21: 04.Abr.1374; e mç.7, nº16: 24.Out.1380; veja-se RÊPAS 2021, vol.III, 132).

[1590] D. Teresa Mendes foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 119) e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 518-520).

entre as quais: Maria Juliães (Julho de 1352), Teresa Anes Palhavã (Julho de 1352), e Constança Miguéis (Agosto de 1352 e Setembro de 1355). Luís Miguel Rêpas presumia que D. Teresa Mendes tivesse "levado para a comunidade uma criada sua, de nome Constança Anes"[1591], *dona confessa* de Odivelas que ao presente consideramos com o nome Constança Anes Mourela[1592].

Surge mencionada em 14 documentos[1593].

108. D. Urraca Pais de Molnes[1594]

Monja de Lorvão (1296-1315)

Abadessa de Odivelas (1318-1340)

Filha de **Paio Esteves de Molnes**[1595], cavaleiro, e de **Maria Martins**, era neta paterna de Estêvão Peres de Molnes e de Urraca Peres Correia, e neta materna de um *copeiro* de D. Afonso III, cujo nome desconhecemos[1596]. Por via de termos anteriormente discutido a sua genealogia na entrada biográfica de sua irmã, D. Ouroana Pais de Molnes, haveremos de remeter o inventário familiar desta religiosa para as conclusões alcançadas nesse ponto, permitindo-nos agora discutir individualmente o notável percurso religioso alcançado por D. Urraca Pais de Molnes.

[1591] RÊPAS 2021, vol. II, 519.

[1592] Veja-se a entrada biográfica **32** de **Constança Anes Mourela**.

[1593] Surge referida como abadessa a **10.Ago.1351** (ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.37), a **01.Jul.1352** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.14; fl.15), a **01.Jul.1352** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.139), a **08.Ago.1352** (doc. datado de 28.Jan.1353; ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.16), a **15.Dez.1352** (doc. datado de 29.Abr.1354; ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.113), a **12.Fev.1353** (ANTT, OC, MSMAlcobaça, 1ª inc., DP, mç.33, nº3), a **08.Nov.1353** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fls.194; fl.198), a **16.Set.1355** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.386), a **01.Out.1355** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.2), a **05.Out.1355** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.5); e postumamente a **26.Abr.1362** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.198) e a **09.Mar.1371** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.196).

[1594] D. Urraca Pais de Molnes foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto (PINTO 2000, 119-120) e por Luís Miguel Rêpas (RÊPAS 2021, vol. II, 521-534).

[1595] Veja-se a entrada biográfica de Paio Esteves de Molnes em PIZARRO 1999, vol. II, 1011-1012. Paio Esteves viria a casar em segundas núpcias com Beatriz Pires de Pereira, com quem se encontrava casado em 1289, pelo que cremos que D. Ouroana e D. Urraca terão ficado órfãs de mãe relativamente cedo. Surge com seu irmão, Gonçalo Pais, num documento de 1288, nas partilhas dos bens de sua mãe, sendo ambos referidos como "nom eram de revora", o que poderá justificar a nossa opinião (cf. PIZARRO 1999, vol. II, 413). Herdou de sua mãe os herdamentos de Águas Belas (fg. c. Ferreira do Zêzere), que partilhava com os irmãos Lourenço, Constança e Sancha Pais, e ainda tudo o que tinham no campo de Tooxe (c. Santarém).

[1596] LL56J7.

Pertencente a uma linhagem com destaque significativo no panorama cisterciense do século XIV, Urraca Pais professou no mosteiro de Lorvão, onde já se encontrava uma sua tia, Aldonça Anes de Molnes; exemplo semelhante ao que haveria de ser seguido pelas irmãs após a morte da mãe, entre elas Sancha e Constança Pais em Vairão, onde era abadessa a tia Sancha Esteves de Molnes; Dórdia Pais no mosteiro de Santos, onde seria comendadeira a tia Teresa Esteves de Molnes; e Ouroana Pais em Arouca, onde residiu com a tia Maria Anes de Molnes, tendo Urraca Pais partilhado diversos bens com esta sua irmã[1597]. Bens esses que, feito o voto de pobreza, passaram a integrar o património do cenóbio onde professara, vindo a transitar para Odivelas apenas com os bens usufrutuários que detinha. Evitando futuras disputas patrimoniais entre os dois cenóbios cistercienses, logo em 1318, usando dos privilégios conferidos pelo estatuto de abadessa, pela sua alma e a de seus pais D. Urraca Pais viria a dar – enquanto vivesse – todos os rendimentos do seu património a uma sua criada, de nome Sancha Peres, monja de Lorvão, passando estes a serem pagos a Lorvão após a sua morte.

Surge pela primeira vez como abadessa de Odivelas a 4 de Maio de 1318[1598], após se ter documentado em Lorvão até 1315[1599]. Data do abadessado de D. Urraca Pais, que extravasa a vida do monarca fundador do mosteiro, o primeiro documento que comprova a vontade de D. Dinis em transformar aquele cenóbio cisterciense feminino no termo de Lisboa em novo panteão da família real, e o início de um notável período na administração patrimonial do mosteiro, de aforamentos que visavam aumentar as provisões e receitas da comunidade conventual à fixação de população nas imediações do complexo religioso, das suas boas relações com o monarca destacamos a doação régia dos direitos de padroado das igrejas de S. João do Lumiar e de S. Julião de Frielas (05.Out.1318), à permissão régia para que abadessa e religiosas pudessem adquirir propriedades que ficariam para o mosteiro após a morte da compradora (09.Set.1319).

Nas vésperas da guerra-civil, e da sua chegada a Lisboa (1318), D. Urraca Pais continuava a ser exemplo das filhas de cavaleiros e oficiais da corte que, com origens na nobreza regional nortenha expressa no nobiliário do conde D. Pedro, integravam o projecto dionisino, resultado da sua aproximação à corte e ao mundo urbano. Exemplo dessa expressão do poder político local/regional e central, formado na presença de

[1597] Veja-se o rol patrimonial de D. Urraca Pais recolhido por Luís Miguel Rêpas em RÊPAS 2021, vol. II, 522.
[1598] ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.341 (original); ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fls.15-30; ANTT, Chancelaria de D. Dinis, Liv.3, fls.118v.-119. Cf. RÊPAS 2021, vol. II, 527.
[1599] PIZARRO 1999, vol. II, 1015.

avoengos pertencentes aos meios cortesãos, e de familiares que se haviam notabilizado na vida religiosa de diversos complexos cistercienses, D. Urraca Pais de Molnes cumpria em si as transformações registadas na passagem de reinado de D. Dinis para D. Afonso IV, da velha nobreza de corte para a principalidade urbana e rural de Lisboa. Por via do parentesco que propusemos através da filiação da monja Inês Peres em Pedro Esteves[1600]., oficial do concelho de Lisboa – *quiçá* casado com Sancha Anes de Palhavã –, e deste em Estêvão Pais de Molnes, irmão de D. Urraca e D. Ouroana Pais de Molnes, identificamos a dita monja como contemporânea das suas tias-avós abadessas. Reunindo em torno de si pessoas que lhe eram caras, inclusive a sua irmã (D. Ouroana Pais), que terá chegado a Odivelas vinda de Arouca por influência de D. Urraca Pais, que governou os destinos de São Dinis de Odivelas durante mais de duas décadas.

Encontra-se sepultada numa lápide embutida no solo na zona central da Sala do Capítulo, gravada na orla, de exímio detalhe decorativo, *em desenho de traço simples mas de belo efeito estético, o retrato a corpo inteiro, um pouco à maneira dos jacentes* (…) *com a cabeça com véu, segurando o báculo abacial com a mão direita e o Livro com a mão esquerda*, segundo descrição há muito feita por Mário Barroca[1601]. O mesmo autor conclui que a religiosa terá granjeado grande prestígio em vida, levando as religiosas a homenageá-la com tão extraordinária sepultura, e querendo outras sepultar-se no mesmo local, gravando epitáfios funerários em diferentes partes da orla, onde se inscreve a data «16 de Março de 1340», data em que cremos poder ter falecido, ou sido sepultada.

Surge mencionada em 15 documentos do cartório de Odivelas[1602].

[1600] A 21 de Fevereiro de 1362 surge como procurador do concelho de Lisboa Pedro Esteves, assim se documentando num documento do cartório de Odivelas, sendo por licença do rei juiz dos feitos da abadessa (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.165), o que contribui para a nossa proposta de filiação.

[1601] BARROCA 2000, vol. II, nº594, 1618. Veja-se o estudo de Mário Barroca sobre esta inscrição (BARROCA 2000, vol. II, nº526, 1395-1398), que ora citamos:
«: Era : Mª : CCCª : LXXVIIIª [: in :] VI : X [: die :] MENSIS : M[artii] : / OB[ii]T : VENERA[bilis] D(om)N(a) : ORRACA : PELA[gii] BE[nemeren]S : ABBATISA : MON(nasterii) : DE : ODIVELLI(s) : Q(uae) : QuiD : / E(m) [sic] : AB(b)ATISA : AB(b)ATISAVIT : XXIII : [annis] : ET : SE / PTEN : ME(n)SIBus : IN : DITO : MONasterio : E[t : iacet : hic : S]EPULTA : AnImA : [ei]us : R(esquiescat) : IN : P(ace) : A[men]» (cf. BARROCA 2000, vol. II, nº594, 1615-1620; RÊPAS 2021, vol. II, 525).

[1602] Surge referida a **05.Dez.1288** (ANTT, OC, MSMArouca, gav. 6, mç. 6, nº16; cf. RÊPAS 2021, vol. II, 526), a **30.Mar.1296** (ANTT, OC, MSMLorvão, gav. 6, mç. 1, nº7/1), a **20.Jan.1302** (ANTT, OSB, MSV, mç. 6, nº14), a **03.Nov.1308** (ANTT, OC, MSMLorvão, gav. 4, mç.14, nç12), a **27.Jul.1309** (ANTT, MSMLorvão, gav. 4, mç. 14, nº12), a **11.Ago.1315** (ANTT, OC, MSMLorvão, gav. 2, mç.3, nº17); e como *abadessa* em *São Dinis de Odivelas* a **04.Mai.1318** (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.341 (original); Liv.1, fl.15-30 (cópia); Liv.3, fl.118v.-119), a **01.Out.1318** (ANTT, OC, MSMAlcobaça, 1ª inc. DP, mç.27, nº1; 2ª inc. mç.20, nº465; 1ª inc., DR, mç.3, nº23), a **15.Nov.1318** (ANTT, OC, MSMLorvão, gav. 2, mç.3, nº16 e gav.6, mç. 1, nº6/1), a **01.Dez.1318** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.211), a **06.Set.1319** (ANTT, Gavetas, gav. 1, mç.1, nº10; cf. RÊPAS 2021, vol. II, 530), a **10.Set.1319** (ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.31; ANTT, Chancelaria de D. Dinis, Liv.3, fl.127v.), a **21.Abr.1324** (ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.57) – veja-se o que Luís Miguel Rêpas refere acerca

109. Violante Afonso [do Casal][1603]

Monja (1425-1443)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Ignoramos se pertenceria à família «do Casal», radicada em Santarém desde o século XIII e descendente de Rui Garcia do Casal, que estivera relacionada com Odivelas por via de uma nora deste, a *monja* Teresa Gonçalves Coutinha aí ter residido algures em data anterior a 1367[1604]. Conforme havíamos referido na respectiva entrada biográfica, fora esta religiosa casada com Afonso Rodrigues do Casal, com quem gerara a Maria Afonso e a Pedro Afonso do Casal – em quem Alice Lázaro entronca o ramo dos *Afonsos do Casal*[1605] – consorciados na linhagem dos Pereira e concunhados do *Condestável* D. Nuno Álvares Pereira[1606]. Com diversas filhas religiosas em Santa Clara de Santarém, "estendendo-se [o apelido «do Casal»] ao período que vai até ao século XVI"[1607], cremos poder considerar a religiosa Violante Afonso entre os membros desta família de Santarém dos séculos XIII e XIV; apesar de carecermos de documentação que comprove esta ligação genealógica.

Surge documentada pela primeira vez a 14 de Agosto de 1425, durante o abadessado de D. Aldonça Pimentel, ao lado da *soprioresa* Beatriz Lourenço Barreto, da *cantora-mor* Guiomar Anes, e da *monja* Leonor Afonso[1608], relativamente à qual Margarida da Silva Pinto propôs ser irmã da dita Violante Afonso. Daí a alguns anos, sucedendo no cargo mais alto da hierarquia conventual a antiga soprioresa Beatriz Barreto, em Dezembro de 1434 surge num emprazamento de quatro courelas de vinhas com suas oliveiras, no termo

deste documento em RÊPAS 2021, vol. II, 531 –, a **01.Dez.1324** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.1), a **20.Jun.1325** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.212), a **22.Mai.1326** (cf. RÊPAS 2021, vol. II, 531, nt.2925), a **20.Jun.1328** (ANTT, OC, MSDO, Liv.2, fl.212), em **1330** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.247) – veja-se RÊPAS 2021, vol. II, 532 –, a **07.Fev.1333** (ANTT, OESA, CNSGL, mç.15, doc. s/n) – veja-se RÊPAS 2021, vol. II, 532 –, a **16.Fev.1333** (ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.156), a **30.çJan.1335** (ANTT, OC, MSDO, Liv.2, fl.243), a 01.Fev.1335 (ANTT, OC, MSDO, Liv.2, fl.243), a **17.Set.1336** (ANTT, OC, MSDO, Liv.1, fl.155), a **15.Fev.1338** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.197) e a 26.Mai.1339 (ANTT, OC, MSMCelas, mç.6, nº1).

[1603] Violante Afonso foi anteriormente biografada por Margarida da Silva Pinto, que a documentou numa cronologia («1387-1430») que cremos estar parcialmente incorrecta (PINTO 2000, 120).

[1604] Veja-se a entrada biográfica **106** de **Teresa Gonçalves Coutinha (ou da Fonseca)**.

[1605] LÁZARO 2012, 2.

[1606] Maria Afonso do Casal casara com Rodrigo Álvares Pereira, e Pedro Afonso do Casal com D. Inês Pereira, ambos filhos de D. Álvaro Gonçalves, prior do Crato.

[1607] LÁZARO 2012, 7.

[1608] ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.8.

do Lumiar, a Afonso Gonçalves, moedeiro, morador em Lisboa, pelo preço do terço de todas as uvas, da metade da produção de azeitona, um capão e uma jeira de serviço de foro anual[1609].

Surge mencionada em 19 documentos[1610].

110. D. Violante Álvares Cabral

Monja (1509)

Cantora (1516)

Abadessa (1517-1536)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Tudo indica que seria familiar do navegador Pedro Álvares Cabral – a historiografia tradicional e diversos autores consideram-nos irmãos[1611] – o que nos parece de elementar consideração atendendo a que os Cabrais não seriam ainda, na viragem do século XV para o século XVI, uma linhagem numerosa. No seu *LL* Damião de Góis inicia o título desta família oriunda e enraizada na Beira Alta em Álvaro Gil Cabral, *fidalgo honrado em tempo del Rey dom Fernando e del Rey dom João, o primeiro*[1612], senhor de Zurara e alcaide-mor da Guarda e de Belmonte, pai de Luís Álvares Cabral, herdeiro único de seu pai e *veador da casa do Iffante dom Anrique*. Eram estes, respectivamente, trisavô e bisavô de Pedro Álvares Cabral, figura plena do século XV, que adoptava um patronímico herdado do nome próprio desse bisavô alcaide. Na geração seguinte à daqueles, Fernão Álvares Cabral (avô de Pedro Álvares) fora *guarda-mor* do Infante D. Henrique, tendo casado com Teresa Freire de Andrade, *dama* de companhia da rainha D. Filipa e neta de

[1609] ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.304.

[1610] Surge referida a **14.Ago.1425** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.8), a **07.Dez.1427** (ANTT, OC, MSDO, Liv.17, fl.507), **13.Dez.1428** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.88-88v.), a **23.Jul.1431** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.96), a **15.Mai.1432** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.93), a **09.Abr.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.90-91), a **18.Dez.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.304), a **26.Dez.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.106v.-107 e fl.107v.), a **[??].[??].1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.104v.), a **11.[??].1435** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.93v.), a **20.Jun.1435** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.94), a **05.Fev.1436** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.2v. e fl.3), a **13.Nov.1437** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.510), a **21.Jul.1439** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.286), a **27.Dez.1443** (ANTT, OC, MSDO, Liv.19, fl.3v.-4 e fl.4v.); e como «Violante Afonso do Casal» a **29.Jul.1434** (ANTT, OC, MSDO, Liv.40, fl.91v.-92).

[1611] MIRRADO 2016, 90 e 158.

[1612] VASCONCELOS 2014, 186.

D. Nuno Freire, mestre da Ordem de Cristo, viúva de Estêvão Soares de Melo[1613]; relação familiar que poderá ter ditado que uma filha casasse com um *comendador* da Ordem de Santiago[1614].

Perante determinada afirmação a respeito de *Fernão d´Alvarez Cabral*, filho de Pedro Álvares Cabral – "he casado com donna Margarida"[1615] –, comprovamos que Damião de Góis se encontrava a redigir a obra ao tempo de vida deste, não tendo chegado a incluir na genealogia os seus descendentes. Por outro lado, embora nos parecesse possível que a ser assim o dito genealogista só poderia ter registado uma abadessa que auferira tanta reputação em vida – apesar de por esses anos poder ser já abadessa D. Joana de Castro, referida no *LL* – como «D. Violante Cabral», a qual é omitida do nobiliário, até que ponto a poderemos relacionar com a *donna Violante*, irmã de Pedro Álvares Cabral, consorciada com Luís da Cunha, da casa dos Cunhas de Tábua[1616], e *senhor de Santar e terra do Barreiro, e de outros herdamentos*[1617]?

Procurando documentar o parentesco existente entre D. Violante Álvares Cabral e Pedro Álvares Cabral, tomando como certo que jamais duas irmãs teriam detido o mesmo nome e que à data de publicação do nobiliário a abadessa de Odivelas já teria falecido, forçando a hipótese de serem irmãos, concluímos que, ou Damião de Góis terá omitido a sua vida religiosa, ou D. Violante Cabral terá professado em Odivelas após uma vida laica durante a qual terá gerado um filho, António da Cunha, herdeiro de seu pai à frente do senhorio de Santar (c. Nelas)[1618], território situado na Beira, região estratégica onde bem entrado o século XV continuavam a decorrer as alianças matrimoniais dos Cabrais.

[1613] Atente-se que este fidalgo fora sogro de Rui Gomes de Alvarenga – com o qual propusemos aparentar a abadessa D. Mécia de Alvarenga –, e de Mem de Brito, senhor do morgado de São Lourenço (Lisboa), entre outros.

[1614] Damião de Góis apenas considera como filhos de Fernão Álvares Cabral o varão, homónimo, Fernão Cabral (pai de Pedro Álvares Cabral), e D. Aldonça [Cabral c.c. Vasco Martins Moniz, *comendador* de Panóias e Garvão, da Ordem de Santiago (VASCONCELOS 2014, 186).

[1615] VASCONCELOS 2014, 187.

[1616] Por palavras de Mafalda Soares da Cunha, foram os Cunhas "poderosa linhagem beirã, após a crise dinástica de finais do século XIV, muitos dos seus membros desgostaram-se com a política de doações levada a efeito pelo novel monarca D. João, optando pelo exílio em terras castelhanas" (CUNHA 2009, 12).

[1617] VASCONCELOS 2014, 186. Atente-se que D. Luís da Cunha ganhara o senhorio e morgadio de Tábua (c. Oliveira do Hospital), em demanda com sua prima, D. Mécia da Cunha, que casara algures por volta da década de 1480 com Pedro Gomes de Abreu, cavaleiro d´el rei, filho de D. João Gomes de Abreu, bispo de Viseu, e de D. Beatriz de Eça, abadessa de Celas.

[1618] Temos notícia de que em 1531 D. João III ordenara que o recebedor ou almoxarife do almoxarifado de Viseu desse ao dito António da Cunha uma provisão de 30.000 reis de tença, a qual fora conhecida em Santar a 15 de Novembro do ano seguinte (22.Jul.1531; ANTT, CP, Parte II, mç.169, nº104). Cremos que nessa data seu pai, Luís da Cunha, já pudesse ter falecido, pelo que documentando-se D. Violante Cabral em Odivelas desde 1509, defendemos que o seu marido só poderia ter falecido em data anterior a esta, porventura ainda em finais do século XV.

Entre a vasta prole de Fernão Cabral (filho varão de Fernão Álvares Cabral), alcaide de Belmonte e da Guarda como seu pai e avô, e *adiantado na comarca da Beira*, casado com D. Isabel de Gouveia, filha de João de Gouveia, alcaide-mor de Castelo Rodrigo, identificamos: Teresa e Leonor de Gouveia, freiras em Vila do Conde, e Aldonça de Gouveia, recolhida em Arouca[1619]; curiosamente omitidas no *LL* de Damião de Góis. Três irmãs que teriam assim adoptado o apelido de sua mãe (Gouveia), o mesmo utilizado pela irmã Violante como se comprova e seria de crer. Com algumas ressalvas que carecem de documentação que as consiga destrinçar, contrariamos a proposta genealógica vigente passando a considerar «D. Violante de Gouveia» (irmã de Pedro Álvares Cabral) e «D. Violante Álvares Cabral» (abadessa de Odivelas) como pessoas distintas.

Partimos com a certeza de que o apelido «Cabral» denota a sua filiação a uma linhagem com origens profundamente arreigadas na Beira Alta, reputada pela defesa da fronteira com Castela, e com avoengos pertencentes à casa do *ínclito* infante que fora duque de Viseu e senhor da Covilhã. Além do mais, apesar de «Álvares Cabral» ser construção onomástica há muito adoptada pelos membros desta família, perante a escassez de informação não cremos que pudesse provir de outro ramo desta linhagem, que no século XV resplandecia com a descendência de Fernão Cabral.

Recuando algumas gerações, temos notícia de que o *alcaide* Luís Álvares Cabral fora pai de *Isabel Cabral*, relativamente à qual Damião de Góis nada acrescenta, mas que identificamos com Isabel Álvares Cabral, *freira* de Santa Maria de Arouca, que terá gerado um filho com Gonçalo Vasques, *escudeiro* do Infante D. Fernando, de nome Fernão Cabral[1620]. Omitida por Damião de Góis, em comentário à edição da autoria de António Pestana de Vasconcelos surge ainda uma outra, *Beatriz Cabral*[1621], a qual terá gerado a uma «Violante Álvares Cabral», relativamente a quem o *Anuário da Nobreza* afirma o seguinte, no título dos «Cabral Meneres»:

> Este ramo dos Cabrais provêm de Sebastião Vaz Soalhães que c. em terras de Panotas com Violante Álvares Cabral, filha de Diogo Gonçalves Peixoto, 1º ou fº senhor de Penafiel, e mulher Beatriz Álvares Cabral, de Belmonte e foram pais de João Soares de Soalhães, procurador de número do Vimieiro, em

As terras de Santar deixariam de pertencer à família após a fuga de D. Lopo da Cunha para Espanha em 1641, aquando da Guerra da Restauração, passando a integrar os bens da coroa.

[1619] Desconhecemos se aí terá professado.

[1620] Fernão Cabral foi legitimado por D. Afonso V a 31 de Dezembro de 1451 (). A notabilidade da sua ascendência materna terá certamente ditado que tivesse adoptado um nome tão caro à linhagem dos Cabrais. Era seu primo-direito, e homónimo, o alcaide Fernão Cabral, pai de Pedro Álvares Cabral. Fernão Cabral foi escudeiro de Álvaro de Sousa, senhor de Miranda e alcaide-mor do castelo (c.1449) e da vila de Arronches (c.1463), e mordomo-mor do reino (1451). Veja-se a entrada de Álvaro de Sousa na lista de alcaides dos castelos de Portugal durante a regência do Infante D. Pedro (cf. MORENO 1995a, 41).

[1621] VASCONCELOS 2014, 186, nt.426.

> Trás-os-Montes (c. de 4.10.1502) onde se recebeu com Maria Pires da Nóbrega. Seu filho Sebastião Cabral (1510.1572), juiz dos órfãos de Murça, em 1559 (…)[1622].

Perante este elenco geracional, somos levados a crer que esta Violante Álvares Cabral, prima-direita do pai de Pedro Álvares Cabral, terá gerado descendência fixada em Trás-os-Montes, sendo já avó em inícios do século XVI. Desconhecemos qualquer elemento biográfico relativo a Sebastião Vaz de Soalhães. Somente o seu falecimento poderia ter levado a sua mulher a professar em Odivelas; o que jamais se poderá considerar caso raro, tanto mais que da relação familiar desta com uma tia paterna religiosa no mosteiro de Arouca poderá ter resultado certa proximidade à vida monástica da Ordem de Cister. Não se documentando nenhuma outra homónima entre a linhagem dos Cabrais, além de uma do ramo dos «Velho» cujo apelido impede que a consideremos[1623], optámos por seguir a linha de análise que ora apresentamos. Aqui chegados, e em jeito de conclusão, negamos a proposta tradicional que por via de a considerar irmã de Pedro Álvares Cabral filiava a *abadessa* D. Violante Álvares Cabral em Fernão Cabral, e defendemos que a religiosa de Odivelas seria, sim, prima-direita deste, por via de ser filha de **Diogo Gonçalves Peixoto**, senhor de Penafiel, e de **Beatriz Álvares Cabral**; pelo que sobrinha de Isabel Álvares Cabral, freira no mosteiro de Arouca[1624]. Ao presente importa-nos esclarecer que ficará por explicar a opção de Violante Álvares por Odivelas, considerando que tal se poderá ter devido a influência de sua tia, podendo ter eventualmente iniciado a sua vida religiosa em Arouca, de onde teria transitado para Odivelas; e ainda mencionar o quanto nos surpreende que a avó de uma família aparentemente discreta de magistrados de Trás-os-Montes seja a mesma pessoa que professando em São Dinis de Odivelas se viesse a revelar uma das suas mais notáveis abadessas.

❖

[1622] *Anuário da Nobreza* 1985, T.II, 397.

[1623] Referimo-nos a Violante Velho Cabral, irmã do navegador Gonçalo Velho [Cabral], comendador de Almourol e senhor de Pias, 1º capitão donatário das ilhas de Santa Maria e São Miguel (Açores). Eram estes filhos de Fernão Velho e de sua mulher, Maria Álvares Cabral, filha de Álvaro Gil Cabral (trisavô de Pedro Álvares Cabral) e irmã do alcaide Luís Álvares Cabral. Veja-se a entrada biográfica de «Diogo Gonçalves de Travaços», que teve "despois de sua morte a grande honra de ser enterrado dentro da Igreja do Real Convento da Batalha, na qual, como em edifício que se levantara para jazigo dos Reis, e dos Infantes seus filhos, ninguém naqueles tempos se enterrava" (FIGUEIREDO 1817, 14).
Sendo este um apelativo relativamente comum a esta linhagem, importa ainda destacar que os «Velho» se encontravam, no século XV, entre os navegadores do Infante D. Henrique, entre os quais se poderão identificar João Gonçalves Zarco, Tristão Vaz Teixeira, Bartolomeu Perestrelo, Diogo de Silves, ou ainda Diogo de Teive, que em momento próprio procurámos relacionar com o mosteiro de São Dinis de Odivelas.

[1624] Veja-se o **Esquema Genealógico § 2 (Alvarenga/Cabral)**.

Do ponto de vista da sua vida religiosa, D. Violante Cabral surge documentada desde o final do abadessado de D. Mécia de Alvarenga, tendo ocupado o cargo de *cantora* em 1516, surgindo ao lado da *prioresa* D. Violante de Sousa (ou [de Miranda]) e da *soprioresa* Maria de Bobadela[1625]. No ano seguinte, tendo a dita abadessa porventura adoecido, D. Violante Cabral ultrapassa as duas últimas religiosas documentando-se à frente da administração do mosteiro de Odivelas. Tendo a *prioresa* D. Violante falecido entretanto, Maria de Bobadela ascenderia na hierarquia conventual, pelo que ao longo da década de 1520 passará a documentar-se como *soprioresa* D. Joana de Castro; a qual viria a suceder no cargo de abadessa à própria D. Violante Cabral, em 1537.

Figura de grande destaque do início do século XVI, "mulher de alto sentido de responsabilidade e muito interesse pelas artes e letras"[1626], D. Violante Cabral terá provocado grande respeito e admiração em Dom Claude de Bronseval, secretário do abade de Claraval, que a registou na *Peregrinato Hispânica*, quando em 1532 recebeu a visitação do Abade Dom Edme de Salieu, que entre os anos de 1531/32 visitou as comunidades cistercienses de Portugal e Espanha. Talvez que da admiração para com as religiosas de Odivelas – que apesar de próximas de Alcobaça somente reconheciam como seu superior o abade de Claraval – tenha Dom Edme decidido pedir ao rei D. João III que transferisse freiras de São Dinis de Odivelas para Santa Maria de Almoster. À data (1532) residiam em Odivelas 90 religiosas, apenas mais dez do que as 80 com que a casa fora fundada em 1295[1627]. Havia cerca de dez anos (1522) que, gozando de fidelidade à observância monástica, se haviam recrutado em Odivelas religiosas que viriam a reformar os mosteiros de Santa Maria de Almoster e São Bento de Cástris[1628]; o que poderá ditar o derradeiro sucesso da conduta requerida às monjas de Odivelas nos anos da fundação.

Em Janeiro de 1531 um violento terramoto afectara o mosteiro, pelo que cremos que a visita do abade de Claraval teria decorrido entre as obras de restauro, que decorreriam ainda quando em Agosto de 1536 um novo terramoto volta a abalar o edifício, ocupando-

[1625] 11.Jun.1516 (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.93). Neste documento a soprioresa surge com o nome de "D. Violante de Miranda", e no ano seguinte (1517) surge como "D. Violante de Sousa" (cf. por exemplo: 18.Mai.1517; ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.292).
[1626] MIRRADO 2016, 90.
[1627] MRRADO 2016, 79. Há notícia de que terão restado no mosteiro de São Dinis de Odivelas 70 monjas, 5 noviças e 14 irmãs conversas, pelo que a ter sido posta em vigor a proposta do abade de Claraval só se terá transferido uma religiosa.
[1628] A reforma fora projectada sob os auspícios de D. Francisco da Fonseca, bispo de Titópolis.

se D. Violante Cabral, na fase final do seu abadessado, da reconstrução desta casa conventual, erguendo, no entretanto, o actual *Claustro da Moura*[1629].

1534, ano discreto na documentação do cartório de Odivelas. Pelo contrário, na igreja do mosteiro seria representado o *Auto da Cananea* de Gil Vicente, que o terá dedicado "por rogo da muito virtuosa e nobre senhora D. Violante, dona abadessa […] que por sua devação lhe fizesse um auto sobre o evangelho da Cananea"[1630]. Ainda do ponto de vista cultural, lembramos dois antifonários que "mandou fazer a muyto Magnifica Senhora a Senhora Dona Violante Cabral Abadessa deste Moesteiro d´Odivellas", respectivamente o *Antifonário Temporal* (1525) e o *Antifonário do Comum dos Santos* (1536).

Poucas são as abadessas tão documentáveis ao longo da nossa cronologia, pelo que o teor da biografia de D. Violante Cabral marca um ponto de chegada na análise que na presente dissertação dedicámos ao mosteiro de Odivelas. Filha da fidalguia pertencente às casas de membros da família real e a ordens religiosas, que a partir da segunda metade do século XV se ocupavam das viagens de exploração marítimas tão caras à Coroa, à nobreza, à cidade, e por extensão, ao reino, D. Violante Cabral fora responsável por uma importante intervenção cultural na vida das monjas de Odivelas, após uma sucessão de abadessas ocupadas na administração estrita do património da comunidade religiosa.

Terá falecido durante o ano de 1536, sendo sepultada na casa do Capítulo do mosteiro de São Dinis de Odivelas, onde residira durante quase três décadas.

Surge mencionada em 66 documentos[1631].

[1629] MIRRADO 2016, 88 e ss.

[1630] MIRRADO 2016, 90.

[1631] Surge referida como «Violante Álvares», *monja*, a **12.Fev.1509** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.53); como «Violante Álvares Cabral», *cantora*, a **11.Jun.1516** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.93); e como *abadessa* a **30.Mar.1517** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.19), a **18.Mai.1517** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.292; Liv.10, fl.335-336), a **14.Jul.1517** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.227; traslado a 11.Nov.1544 (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.228-232), a **05.Fev.1518** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.14; Liv.6, fl.127; Liv.42, fl.15v.; traslado a 17.Mai.1545 (ANTT, OC, MSDO, Liv.5, fl.11-12), a **28.Jun.1518** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.24), a **14.Dez.1518** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.12, fl.13 e fl.15; Liv.6, fl.126; traslado a 26.Mar.1545 (ANTT, OC, MSDO, Liv.5, fl.7-10), a **25.Fev.1519** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.246; Liv.30, fl.35), a **11.Mar.1519** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.73), a **28.Dez.1519** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.31-38; Liv.43, fl.XXVIv.), a **05.Dez.1520** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.20-23), a **11.Jul.1521** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.LXXXLv.), a **21.Mar.1522** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.247), a **06.Out.1522** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.248; traslado a 11.Nov.1544 (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.249-252), a **26.Out.1522** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.127), a **08.Nov.1522** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.11), a **28.Nov.1522** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.371), a **26.Jan.1523** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.XXX), a **28.Jan.1523** (ANTT, OC, MSDO, Liv.23, fl.14), a **10.Dez.1523** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.234-239; Liv.11, fl.294-295 e fl.296-297; traslado em: ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.240-244), a **03.Mar.1524** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.LVII-LVIIv.), a **15.Out.1524** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.128-131), a **29.Out.1524** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.277; traslado a 11.Ago.1546 (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.278-286), a **[??].[??].1524** (ANTT, OC, MSDO, Liv.16, fl.7; Liv.18, fl.8), a **[??].[??].1525** (ANTT, OC, MSDO, Liv.15, fl.3), a **27.Mar.1526** (ANTT, OC, MSDO, Liv.44, fl.9v.-10), a **11.Jun.1529** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.131; Liv.8, fl.24 e fl.25-34; Liv.43, fl.CLXIII), a **08.Mar.1530** (ANTT, OC, MSDO, Liv.5, fl.31-33), a **08.Mai.1530** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9,

111. D. Violante de Carvalho

Freira (1455-1466)

Filha de **Diogo Afonso de Carvalho**, cavaleiro do desembargo régio[1632], que a 23 de Janeiro de 1455[1633] doou a sua filha uma quinta na Ameixoeira (t. Lisboa), em sua vida o usufruto e a posse total até à sua morte, passando a dita quinta a pertencer ao património do mosteiro de Odivelas à morte desta religiosa. Nesse mesmo dia, nas casas de morada de Diogo Afonso de Carvalho, sitas a São Tiago (c. Lisboa), um criado deste, de nome Luís Gonçalves, declarara que comprara em nome de seu senhor uma quinta localizada na *Várzea da Ameixoeira*, assim comprovando que a dita propriedade lhe pertencia.

Seria este *Diogo Afonso de Carvalho* o magistrado «Diogo Afonso» discutido por Armando Luís de Carvalho Homem, enquanto desembargador entre 1420 e 1433?[1634] Escolar em Leis (1423), ouvidor (1420-22), sobrejuiz (1423) e juiz dos feitos de D. João I (1425-33), com uma carreira documentável ao longo de duas décadas, cremos que teria idade suficiente para ainda ser vivo e com geração na década de 1460.

Atendendo à cronologia, embora sejam ambos figuras escassamente documentáveis, até que ponto o poderíamos ainda identificar com um homónimo[1635], escrivão da câmara

---

fl.7), a **29.Nov.1530** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.35-43), a **02.Jan.1531** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.8-14), a **22.Abr.1531** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.19), a **22.Set.1531** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.287-296; traslado a 19.Jan.1545 (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.287-296), a **20.Dez.1531** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.XV), a **18.Out.1532** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.19-22), a **30.Jun.1534** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.327-332), a **28.Mar.1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.5, fl.56-59), a **04.Ago.1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.318; traslado a 02.Mar.1545 (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl319-322), a **12.Out.1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.5, fl.13-16; Liv.44, fl.5-5v.), a **13.Out.1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.5, fl.17-21), a **15.Out.1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.143), a **16.Out.1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.144; Liv.5, fl.17-21), a **13.Dez.1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.54), a **15.Dez.1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.XXXVII), a **[??].[??].1535** (ANTT, OC, MSDO, Liv.16, fl.57) e a **29.Jan.1536** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.72). Surge ainda referida, postumamente, a **08.Mar.1538** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.2), sendo já abadessa D. Joana de Castro, desde Janeiro de 1537 (cf. entrada biográfica **64** de **D. Joana de Castro**).

[1632] ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.1. Temos notícia de que em 1465 se haviam emprazado umas casas junto ao Sabugal, a Jorge Afonso, cavaleiro, casas essas onde havia morado Diogo Afonso de Carvalho (19.Set.1465; ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, mç.58, nº15).

[1633] ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.2.

[1634] HOMEM 1985, 53. Atendendo a que o único outro «Diogo Afonso» era um membro da família Alvernaz documentado entre 1387 e 1409 (cf. HOMEM 1985, 44), cremos que só existiria um Diogo Afonso no desembargo régio em inícios do século XV, cujo apelido de família se desconhece e cuja cronologia se poderá relacionar com a de Diogo Afonso de Carvalho.

[1635] Filho de Afonso Lourenço de Carvalho, senhor de Souto d´El-Rei (c. Lamego), e de Mór Rodrigues de Freitas. Segundo consta o prazo de Souto d´El-Rei provinha de sua avó paterna, Branca Lourenço.

de D. João I (1431) e de D. Duarte, de quem foi vassalo e ouvidor da corte (1438-40[1636]), corregedor de Trás-os-Montes, desembargador da Casa do Cível de D. Afonso V (1440-63[1637]) e senhor da quinta do Mouquido (ou *Mouquim*[1638]), casado com **Branca Pinheiro**, filha de Martim Gomes Lobo, ouvidor do duque de Bragança e alcaide-mor de Barcelos, e de Mor Pinheiro[1639]. Perante enunciados tão cronologicamente sequenciais, somos levados a crer que em 1455, à data do documento do cartório de Odivelas, só existiria um único *Diogo Afonso de Carvalho* no desembargo régio[1640], que aí se haveria de documentar até à sua morte, ocorrida algures em data anterior a 1 de Março de 1463, quando D. Afonso V nomeou para lhe suceder no cargo o Dr. Lopo Gonçalves.

Embora com interesses familiares e patrimoniais arreigados ao Norte, nomeadamente a diversas localidades do actual distrito de Braga, a sua intervenção política à frente do desembargo explica por que motivo possuiria residência e propriedades na cidade de Lisboa, daí resultando a estratégia familiar adoptada no encaminhamento de uma filha, D. Violante – até à data desconhecida – para a vida religiosa num mosteiro cisterciense de patrocínio régio localizado no termo desta cidade. Aqui chegados, entroncando a religiosa D. Violante de Carvalho nos Carvalhos de Souto d´el Rei, considerando como seus pais o casal Diogo Afonso de Carvalho e Branca Pinheiro, importa-nos ainda filiar a estes duas outras filhas, a saber: Inês de Carvalho, consorciada com Álvaro Peixoto Pereira, fidalgo da casa real e morgado de Pousada (t. Guimarães)[1641]; e Branca Lourenço de Carvalho (f. d.1473), casada com Rui Lopes [de Rebelo], escudeiro do Infante D. Pedro e da casa real, almoxarife de Lamego (1441), contador da Beira e escrivão da Câmara

[1636] A 24 de Janeiro de 1440 D. Afonso V nomeou Gomes Anes, bacharel, criado do Infante D. Pedro, para suceder a Diogo Afonso de Carvalho como ouvidor régio, por aquele ter sido nomeado para o desembargo régio alguns dias antes, a 18 de Janeiro (SOVERAL 2017, 46, nt.256).

[1637] A 18 de Janeiro de 1440, a pedido do Infante D. João, D. Afonso V nomeara Diogo Afonso de Carvalho para o cargo de desembargador da Casa do Cível, substituindo Lopo Martins do Carvalhal, com todos os privilégios e liberdades conferidos aos desembargadores (SOVERAL 2017, 46, nt.257). A 1 de Março de 1463 o mesmo rei viria a nomear para o cargo de desembargador da Casa do Cível o Dr. Lopo Gonçalves, em substituição do entretanto falecido desembargador Diogo Afonso de Carvalho.

[1638] Identificamos ambas as grafias a nomearem este senhorio, também referido como «Quinta da Costa», localizado no actual município de Vila Nova de Famalicão (MACHADO 2006).

[1639] Mor Pinheiro era filha de Tristão Gomes Pinheiro, fidalgo galego "da família dos Senhores do Castelo de Nareyo, na Galiza, e aparentado com Teresa Lourenço, a mãe do Mestre de Aviz", e de Branca Esteves, "da mítica Torre de Outiz, sita na freguesia assim nomeada, hoje do concelho de V. N. de Famalicão" (cf. MACHADO 2006).

[1640] Alguns anos antes, a 13 de Janeiro de 1444, D. Afonso V escambou com Diogo Afonso de Carvalho, então referido como "desembargador régio", a sua quinta de S. Vicente (t. Guimarães), pelo reguengo de Monte Bravo, que trazia aforado Branca Vieira, viúva de Gonçalo Gonçalves que o havia aforado em vida, pelo preço de cinco libras e meia da moeda antiga (cf. SOVERAL 2017, 46, nt.259).

[1641] Este casal deixou descendência nas ilhas do Pico e do Faial registada em nobiliários açorianos.

(1455), entre outros cargos[1642]; as quais seriam, assim, irmãs de D. Violante de Carvalho, freira de Odivelas[1643].

Além do documento supra citado datado de 1455, somente voltaremos a identificar D. Violante de Carvalho a 25 de Março de 1466, data em que a abadessa D. Inês [de Abreu] viria a emprazar duas quintãs localizadas na Ameixoeira, com suas confrontações, a Fernão Lourenço e a sua mulher, Isabel Rodrigues, moradores no mesmo lugar, pelo preço de 1.300 reis brancos e um par de galinhas, ou 20 reis brancos na vez das galinhas, de foro cada ano. Uma dessas quintãs era precisamente a que pertencia a D. Violante de Carvalho, *monja de Odivelas*, o que nos comprova que antes de ter falecido – em data que desconhecemos – já a propriedade era gerida consoante os interesses administrativos da comunidade conventual de São Dinis de Odivelas.

Surge mencionada em 2 documentos[1644].

112. D. Violante de Sousa (*ou* [de Miranda])

Soprioresa (1487-1492; 1498[1645])

Prioresa (1493-1517)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

A sua identificação individual ao longo da documentação do cartório do mosteiro de Odivelas encontra-se discutida na entrada de Violante Vasques, por via de se cruzarem as suas cronologias[1646]. Embora não seja esta a forma mais documentada, surgindo apenas em 11 fólios, D. Violante de Miranda é a única a ser referenciada por motivos distintos à sua função na hierarquia conventual. Com efeito, surge pela primeira vez no cartório de Odivelas a 27 de Abril de 1482, ainda como "D. Violante, monja", a emprazar um casal junto à aldeia de Paul, à Serra de Montejunto (t. Alenquer) – geografia cara ao mosteiro de Odivelas –, que herdara de seu pai, a Álvaro Gonçalves, pelo preço de 300 reis brancos

[1642] Referimo-nos ainda aos cargos de tabelião das notas e audiências de Lamego, juiz dos órfãos, das sisas gerais, e dos linhos e panos de cor (1455). Foi ainda senhor da quintã da Granja da Figueira, tendo recebido de D. Afonso V licença para andar de besta muar de sela e freio (01.Fev.1452) e uma tença de 3.000 reais de prata (14.Mar.1453) (cf. SOVERAL 2017, 45).

[1643] Veja-se o **Esquema Genealógico § 3 (Carvalho)**.

[1644] Surge referida como *freira* a **23.Jan.1455** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.2) e como *monja* a **25.Mar.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.6).

[1645] Veja-se o que referimos a propósito do fólio 32 do Livro 30 (cf. ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.32).

[1646] Veja-se a entrada biográfica **115** de **[D.] Violante Vasques**, a quem atribuímos as referências a «D. Violante, soprioresa» documentadas entre 1480 (26.Abr.) e 1489 (05.Set.).

e dois frangos de foro anual[1647]. Segundo este documento era seu pai *Fernão Gonçalves de Miranda*, sobre o qual nada mais sabemos através da documentação de Odivelas além de que já teria falecido em 1482.

Conforme lembra Inês Matoso num recente trabalho dedicado à capela quatrocentista dos Miranda, "ou do Arcebispado"[1648], na Igreja de São Cristóvão, uma das primeiras paróquias da cidade de Lisboa, fundada logo após a reconquista cristã, extramuros, e documentada desde inícios do século XIII[1649], os Mirandas detinham o padroado desta igreja desde que D. João I o doara a D. Martim Afonso da Charneca[1650] em 1390[1651], o qual viria a instituir nela morgadio e capela funerária anexa ao corpo lateral sul (1395[1652]). Filho de um escudeiro castelhano fugido à justiça algures durante o reinado de D. Pedro I, que recebera protecção régia no reguengo da Charneca (t. Lisboa), onde passaria a residir e de onde viria a adoptar o apodo continuado por seu filho, pai e filho saberiam beneficiar do momento de transição política e social no final do século XIV, apoiando a causa do Mestre de Avis colocando-se ao serviço do Condestável D. Nuno Álvares Pereira. Legalista, Martinho Afonso estaria presente em 1383 "no juramento de preito e menagem feito a D. João, como Regedor e Defensor do Reino", integrando o seu conselho, segundo Fernão Lopes, ao lado de figuras como o conde D. Gonçalo, D. Frei Álvaro Gonçalves (Prior do Hospital), D. Lourenço (Arcebispo de Braga), D. João (Bispo de Lisboa), D. Paio de Meira (Bispo de Silves), Diogo Lopes (senhor de Ferreira) e o Dr. João das Regras[1653]; personalidades que marcavam bem as estratégias familiares da elite lisboeta na viragem para o século XV. Muitos anos volvidos, em 1497 D. Manuel I viria a confirmar o direito de padroado dos Mirandas a uma descendente do fundador, de nome *D. Violante de Miranda*, filha herdeira de Martim Afonso de Miranda, que sucedia a seus avoengos como morgado da Patameira; neta de Gomes de Miranda, cavaleiro fidalgo e

[1647] ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.226 e fl.227.
[1648] MATOSO 2019, 147.
[1649] Até ao século XVI a igreja recebia a invocação de Santa Maria de Alcamim, distinguindo-se da de Santa Maria Maior (Sé Catedral), embora surja referência a São Cristóvão desde meados do século XIV (GONÇALVES 1994, 793; MATOSO 2019, 147). Vejam-se as afirmações de Norberto de Araújo relativas à importância reconhecida pela Igreja de São Cristóvão nos séculos XIII e XIV (ARAÚJO 1956, 14-15). Conforme recorda a autora a capela dos Miranda é também, desde as obras de restauro efectuadas no século XVII, conhecida por *Sacristia Velha*. Veja-se a genealogia de descendentes de Afonso Pires da Charneca e de D. Constança Esteves («Tabela 1») em: MATOSO 2019, 163.
[1650] Veja-se a entrada biográfica de D. Martim Afonso da Charneca e de seu pai, Afonso Pires da Charneca, em: MATOSO 2019, 153.
[1651] 07.Dez.1390 (cf. MATOSO 2019, 149).
[1652] 23.Jun.1395 (cf. MATOSO 2019, 149).
[1653] MATOSO 2019, 153.

pajem-mor, casado com D. Violante de Abreu[1654]; e bisneta de Martim Afonso de Miranda (filho varão de D. Martim Afonso da Charneca)[1655], *rico-homem* da casa *d´El rei*, membro do conselho de D. Afonso V, alcaide-mor de Torres Vedras (doc. c.1466-1470)[1656], primeiro morgado da Patameira e senhor do padroado da Igreja de São Cristóvão. Sobre esta senhora temos notícia de que casara com D. Heitor de Oliveira, morgado de Oliveira, tendo recebido o morgado da Patameira (1471). Apesar da homonímia que partilhava com a religiosa de Odivelas, não cremos poder considerar que se tratasse da mesma pessoa. Tudo porque defendemos que a religiosa documentada como «D. Violante de Miranda» é a que surge pelos mesmos anos como «D. Violante de Sousa»; passemos a explicar.

Localizado o morgadio da Patameira junto a Torres Vedras, é de crer como bastante possível que os Mirandas tivessem detido diversas outras propriedades na região, entre as quais poderíamos encontrar a aldeia de Paul, no vizinho termo de Alenquer. Atendendo à cronologia e ao assunto que vimos a discutir, cremos poder identificar o pai da religiosa de Odivelas com o famoso **Fernão Gonçalves de Miranda I**, conselheiro e fidalgo da casa de D. Afonso V, filho de D. Martim Afonso da Charneca, pelo que irmão de Martim Afonso, alcaide-mor de Torres Vedras e antepassado dos morgados da Patameira. Sabemo-lo casado com **D. Branca de Sousa** (f. após 1473), *dama* da Infanta D. Isabel, neta sacrílega do *comendador* D. Frei Lopo Dias de Sousa, e descendente de D. Afonso III por via dos futuros *Sousas de Arronches*[1657]. De entre os filhos gerados identificamos Fernão Gonçalves de Miranda II, D. Filipa de Miranda, casada com Gabriel de Brito, alcaide-mor de Aldeia Galega (Merceana); D. Brites de Miranda, casada com Estêvão de Brito, senhor dos morgados de São Lourenço de Lisboa e de Santo Estêvão de Beja; entre outros[1658]. A união com os *Britos* de Lisboa recorda não só a proximidade dos Mirandas

[1654] D. Violante de Miranda teria assim recebido o nome de sua avó paterna. Gomes de Miranda e D. Violante de Sousa terão gerado quatro filhos, a saber: D. Leonor de Miranda, c.c. Juan Orellano, fidalgo castelhano que terá passado a Portugal; Diogo de Miranda; Fernão de Miranda; e uma filha cujo nome se desconhece, c.c. Garcia de Sousa Chichorro. Veja-se a genealogia de descendentes deste casal («Tabela 4») em: MATOSO 2019, 164.

[1655] Veja-se a entrada biográfica de Martim Afonso de Miranda em: MATOSO 2019, 155-156.

[1656] Em 1470 a alcaidaria de Torres Vedras passaria para seu filho, Gomes de Miranda.

[1657] Denominação utilizada como distintivo desde que os descendentes de Diogo Afonso de Sousa (filho de Afonso Dinis, e neto de D Afonso III), assumiram o marquesado de Arranches (1674). Pelo que à época (século XV/XVI), a linhagem de D. Violante ainda não seria reconhecida por este nome.
D. Branca de Sousa era filha de Afonso Vasques de Sousa e de D. Leonor Lopes de Sousa, legitimada por carta régia (13.Jun.1394), filha de D. Lopo Dias de Sousa e de Catarina de Telles, pelo que sobrinha de D. Leonor de Teles (cf. MATOSO 2019, 158, nt.13).

[1658] Referimo-nos a Afonso de Miranda e a D. Isabel de Miranda, casada com Pedro Lopes de Azevedo, senhor de Ponte de Sor (cf. MATOSO 2019, 158 e 165).

à linhagem dos Nogueira, como também o nível das alianças matrimoniais que em pleno século XV continuariam a manter com as famílias mais notáveis da elite lisboeta, beneficiárias do apoio ao partido régio, em finais do século XIV e em Alfarrobeira. A proximidade destes a um mosteiro cisterciense feminino localizado no termo da sua cidade só poderia ser, assim, uma evidência das suas estratégias de poder.

Fora Fernão Gonçalves de Miranda II um cavaleiro[1659] que nos últimos anos de vida optaria pela carreira eclesiástica ascendendo à dignidade episcopal como bispo de Viseu[1660] no reinado de D. João II[1661]. Documentando-o além de 1482[1662], não o poderemos considerar como pai da religiosa de Odivelas, defunto nessa data; pelo que nos resta considerar que D. Violante de Miranda seria filha de Fernão Gonçalves de Miranda I, falecido algures por volta de 1466[1663], pai do prelado e das senhoras consorciadas com a linhagem dos Britos. Um filho deste, de nome D. Afonso de Miranda, *porteiro-mor* de D. Afonso V e *anadel-mor dos besteiros*, viria a consorciar-se com D. Violante de Sousa, filha de Diogo Gomes da Silva e de D. Isabel de Sousa, pais de, entre outros, algumas "filhas que se tornaram religiosas"[1664]. Provindo as alianças matrimoniais com os Sousas da geração anterior, e há muito consideradas as relações entre estes e os da Silva no mosteiro de São Dinis de Odivelas, em jeito de conclusão, cremos poder afirmar que a religiosa *D. Violante* poderia, por vezes, ser documentada com o seu apelido paterno (de Miranda) e por outras, conforme prática corrente no século XV, com o apelido materno (de Sousa), por via de ser filha – até à data omitida – de Fernão Gonçalves de Miranda I e de D. Branca de Sousa.

❖

Discutidas as suas origens familiares[1665], identificamo-la em Odivelas na década de 1490, mais precisamente a partir de 24 de Março de 1492, documentando-se com grande frequência ao lado da abadessa D. Mécia de Alvarenga; da *soprioresa* Mécia da Costa (a partir de 1499[1666]); da *soprioresa* Catarina Teixeira no início do século XVI, sucedida por

[1659] Terá participado na conquista de Arzila (1471) e nas guerras afonsinas contra Castela, encontrando-se na batalha de Toro (1476), sendo um dos cinco cavaleiros que acompanharam D. Afonso V na sua retirada após a derrota. Em 1480 seria nomeado conselheiro régio e capelão-mor, cargos que ainda mantinha no reinado de D. João II (ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, Liv.32, fl.45; cf. MORENO 1980, 888). Seria ainda guarda-mor da rainha D. Leonor (1483).
[1660] Viria a suceder-lhe neste cargo D. Jorge da Costa, o famoso *Cardeal de Alpedrinha*.
[1661] Desconhecemos se terá ascendido a bispo em 1482 ou 1483 (cf. MATOSO 2019, 159).
[1662] Fernão Gonçalves de Miranda II terá falecido algures por volta de 1505/06 (cf. MATOSO 2019, 159).
[1663] Cf. MATOSO 2019, 158.
[1664] MATOSO 2019, 159.
[1665] Veja-se o **Esquema Genealógico § 6 (Miranda/Sousa)**.
[1666] ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.334.

Maria de Bobadela (em tempos *bolseira*) algures por volta de 1511; da *sacristã* Leonor de Teive; e das *celeireiras* Catarina Fernandes (doc.1499) e Beatriz Leite (doc.1515).

Surge documentada de quatro formas diferentes – «D. Violante, soprioresa» (8 fólios), «D. Violante, prioresa» (20 fólios), «D. Violante de Sousa, prioresa» (31 fólios) e «D Violante de Miranda, prioresa» (14 fólios[1667]) –, pelo que lhe atribuímos o nome completo de **«D. Violante de Sousa (ou [de Miranda])».**

Surge mencionada em 73 documentos[1668].

113. Violante de Sousa

Celeireira (1529-1531)

[1667] Como *monja* entre 13.Jan.1480 (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.108) e 27.Abr.1482 (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.226 e fl.227), e como *prioresa* entre 21.Jul.1497 (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.57) e 11.Jun.1516 (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.93).

[1668] Surge referida como «D. Violante», *soprioresa*, a **24.Mar.1492** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.200), a **28.Mar.1492** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.s/n e fl.367-393), a **30.Dez.1492** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.205 e fl.206); como "soprioresa" onde cremos que se deverá ler "prioresa" a **16.Jan.1494** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.21) e a **17.Mar.1494** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.208); e uma última vez como *soprioresa* a **09.Jun.1498** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.32) – revelámos as nossas reservas relativamente a este documento na entrada biográfica **28** de **Catarina Teixeira I** –; como «D. Violante», *prioresa*, a **24.Fev.1493** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.9), a **27.Out.1496** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.239), a **05.Fev.1498** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.16; Liv.6, fl.22), a **14.Fev.1498** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.202; Liv.26, fl.365), a **30.Dez.1498** (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.162), a **27.Fev.1501** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.214), a **01.Jul.1501** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.313), a **20.Jul.1502** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.262), a **18.Ago.1502** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.112), a **27.Mai.1503** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.325), a **07.Abr.1507** (ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.8), a **12.Fev.1509** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.54; Liv.44, fl.17), a **07.Out.1509** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.291) e a **10.Abr.1516** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.395; Liv.26, fl.335 e fl.336-339; Liv.43, fl.XIVv.); como «D. Violante de Sousa», *prioresa*, a **04.Out.1493** (ANTT, OC, MSDO, Liv.349), a **08.Out.1495** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.363), a **02.Mar.1497** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.78), a **08.Mai.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.70), a **18.Jun.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.124), a **12.Nov.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.334), a **26.Jun.1503** (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.44), a **07.Out.1503** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.94), a **02.Mai.1508** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.216-225; Liv.43, fl.CL), a **12.Mai.1508** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.215), a **06.Jul.1508** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.71), a **03.[??].1510** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.370), a **11.Jun.1511** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.472), a **14.[??].1512** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.9), a **10.Mai.1512** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.226), a **09.Set.1512** (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.43), a **20.Dez.1512** (ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.7), a **25.Abr.1513** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.442 (original); Liv.11, fl.444-447 (traslado)); a **06.Abr.1514** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.241), a **22.Abr.1514** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.272), a **26.Set.1514** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.164), a **11.Ago.1515** (ANTT, OC, MSDO, Liv.26, fl.6; Liv.43, fl.XXXIIIv.), a **05.Dez.1515** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.23), a **30.Jun.1516** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.121-125), a **11.Jul.1516** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.CXXX-CXXXVII; traslado a 06.Set.1546), a **18.Mai.1517** (ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.292; Liv.10, fl.335-336) e a **14.Jul.1517** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.227); como «D. Violante» (D. Violante de Miranda), *monja*, a **13.Jan.1480** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.108) e a **27.Abr.1482** (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.226 e fl.227); e ainda como «D. Violante de Miranda», *prioresa*, a **21.Jun.1497** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.57), a **25.Jun.1497** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.455), a **19.Mar.1498** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.498), a **23.Jan.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.132), a **18.Jun.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.8), a **13.Jul.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.320), a **16.Jul.1499** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.129; Liv.43, fl.LV-LVv.), a **14.Jan.1501** (ANTT, OC, MSDO, Liv.25, fl.321), a **23.Jan.1501** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.XXI) e a **11.Jun.1516** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.93).

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Figura do abadessado de D. Violante Cabral, surge sem apelido ou qualquer elemento onomástico além do nome próprio, passando a adoptar o «de Sousa» em dois documentos, respectivamente, de 1530 e 1531. Ao presente ignoramos se esta «D. Violante de Sousa» deteria algum grau de parentesco com a homónima documentada desde finais do século XV. Cremos, contudo, que com grande probabilidade se possa identificar como uma "filhas que se tornaram religiosas"[1669] de **D. Afonso de Miranda**, *porteiro-mor* de D. Afonso V e *anadel-mor* dos besteiros, e de **D. Violante de Sousa**; pelo que sobrinha-neta da *prioresa* D. Violante de Sousa (ou [de Miranda]).

Surge documentada em 6 documentos[1670].

114. Violante Vasques

Freira professa (c. 1396)

Filha de **Vasco Peres**, alcaide de Vila Verde dos Francos e porteiro de D. Fernando I[1671], e de sua mulher **Beatriz Vasques**; por via paterna descendia de D. Alardo, *engres*, que algures no século XII recebera o senhorio da dita vila por doação do rei D. Afonso Henriques, segundo "scripturas como per fama e dizer d alguas pessoas"[1672].

Não surge documentada no cartório de São Dinis de Odivelas, identificando-se na *Chancelaria de D. João I* aquando da doação régia do lugar de Vila Verde dos Francos a Gonçalo Lourenço [de Gomide], criado e escrivão da pureza de D. João I, o qual havia sido confiscado ao mosteiro por lhe ter sido deixado injustamente por Violante Vasques.

Seguimos a investigação de Manuela dos Santos Silva que refere

> Esta Violante Vasques casada com Afonso Roiz, alegava ter herdado a alcaidaria de seu pai – Vasco Peres – que, com sua mulher Beatriz Vasques, a tivera, por sua vez, de seus pais, avós de Violante. Por razões que não são explicadas, Violante Vasques e Afonso Roiz, seu marido, procediam na data em que este documento foi elaborado – 11 de Abril de 1396 – a um "escambo" com Gonçalo Lourenço e Inês Leitoa, de que resultaria a mudança de mãos em favor destes últimos daquele Senhorio e Alcaidaria[1673].

[1669] MATOSO 2019, 159.
[1670] Surge referida como «Violante Afonso» a **11.Jun.1529** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.131; Liv.8, fl.24), a **22.Abr.1531** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.19) e a **18.Out.1532** (ANTT, OC, MSDO, Liv.11, fl.19-22); e como «Violante Afonso do Casal» a **08.Mai.1530** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.7) e a **02.Jan.1531** (ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.8-14).
[1671] SILVA 2006, 184-85.
[1672] SILVA 2006 183.
[1673] SILVA 2006, 179.

Tratando-se de Gonçalo Lourenço de Gomide, escrivão da Câmara de D. Fernando I (1381-83) e de D. João I (1385-93), notário geral na Corte e em todo o reino e escrivão da Puridade (1394)[1674], por palavras da mesma autora, sem certezas relacionadas com esta matéria somente poderemos concluir que a passagem da alcaidaria e do senhorio ilustram "um processo pouco claro em termos políticos e em que a convivência do monarca teve um papel importante"[1675]. O processo iniciado em 11 de Abril de 1396 comprova que Violante Vasques e Afonso Roiz *tirauam de ssy toda posse e propriedade e senhorio que na dicta villa e senhorio e alcaidaria della aujam*, passando todos os seus direitos a Gonçalo Lourenço e a sua mulher, Inês Leitoa[1676], que lhes davam em escambo propriedades localizadas na vila e termo do Cadaval[1677]. Corrido o ano com Gonçalo Lourenço à frente dos destinos da alcaidaria, antes de nós já Manuela Santos Silva havia alertado para a dificuldade de interpretação de um documento datado de 7 de Junho de 1396, "em que se apresenta uma curiosa versão da transferência de poderes jurisdicionais" da vila[1678]. Através deste diploma se explicava que *vasco periz que foe alcaide e senhor do dicto lugar e o logrou e possuyo em toda sua vida*, deixando-o, após a sua morte, a sua filha, Violante Vasques, que *posujndo o dicto lugar per sy e seus curadores entrou em ordem e fez profisom no moesteiro d Odiuelas que he da ordem de sam bernardo*. Assim se explicava de que forma Vila Verde dos Francos viera engrossar o património de São Dinis de Odivelas, a par de *todos os bens mouees e de raiz que a dicta violante uaasquiz auja*. D. João I procede então a exclusão do senhorio, considerando que não poderia suceder no senhorio o mosteiro onde a antiga alcaidessa professara, pelo que retornaria à coroa, desvinculando-se da família que o detivera desde o tempo de D. Afonso Henriques. Ignorando-se o nome de Afonso Roiz no documento datado de Junho de 1396 – cerca de dois meses depois de o termos identificado, em Abril do mesmo ano –, retirava-se toda a legalidade do escambo feito entre os dois casais, passando Gonçalo Lourenço de Gomide e Inês Leitoa a serem senhores através de doação régia[1679].

[1674] SILVA 2006, 180, nt.98.
[1675] SILVA 2006, 180. Veja-se o que refere Manuela Santos Silva relativamente aos interesses que Gonçalo Lourenço de Gomide tinha na região Oeste desde a década de 1390 (cf. SILVA 2006, 180), e à sua acção a partir de 1396, já como senhor de Vila Verde dos Francos (cf. SILVA 2006, 181).
[1676] Ignoramos de que forma se poderá filiar aos «Leitão», consorciados com os Pimentéis. Lembramos que em 1396 vivia em Odivelas a religiosa Inês Vasques [Leitão], filha de Vasco Martins Leitão e de D. Inês Pimentel, e sobrinha materna da então abadessa D. Aldonça Pimentel.
[1677] ANTT, *Chanc. D. João I,* Liv.2, fls.120v.-121.
[1678] ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv.2, fls.119v.-120. Cf. SILVA 2006, 183.
[1679] SILVA 2006, 184.

Manuela Santos Silva reconhece que possa ter recaído alguma forma de pressão sobre Violante Vasques para se desfazer da alcaidaria que herdara de seu pai, levando a que se ignorassem dados familiares e pessoais. Ao certo, apenas podemos afirmar que em finais do século XIV se vinham a compreender novas concepções sobre o poder real e outras formas de poder, particulares e familiares, que se viriam a alterar a partir do reinado de D. João I. Ao presente, permitamo-nos elencar algumas hipóteses.

Tendo o *alcaide* Vasco Peres sido personagem influente na região de Alenquer[1680], servindo a Coroa desde o reinado de D. Fernando I, os dados biográficos que sobre ele se conhecem levam-nos a integrar a sua filha no considerável grupo de religiosas professas de Odivelas durante o século XIV. Após a morte de Vasco Peres, ocorrida em data incerta, algures na segunda metade da centúria, o senhorio de Vila Verde dos Francos poderia ter, de facto, passado para a sua filha e genro. À morte de Afonso Roiz – em data que não conseguimos precisar além de poder ter ocorrido após a doação da alcaidaria a Gonçalo Lourenço –, sem geração[1681], Violante Vasques, viúva, teria professado em São Dinis de Odivelas, levando para o mosteiro todos os seus bens. A figura de Gonçalo Lourenço [de Gomide][1682] comportava em si diversas características bastante condicentes com o nível de estratégias de poder de personalidades que se demonstravam próximas de D. João I, o qual, fazendo jus aos seus mais altos interesses políticos, preteria a herdeira de uma velha linhagem de alcaides que remontava ao século XII, ora extinta, encontrando-se vacante o cargo de alcaide, colocando à frente daquela importante vila da região Oeste do reino (Vila Verde dos Francos) um homem da sua inteira confiança[1683]. Em suma, ainda que ao presente continuemos sem conseguir avançar com certeza absoluta qual dos diplomas da chancelaria régia de D. João I traduz a realidade dos factos, nada impede que, professando em Odivelas, aí se encontrasse Violante Vasques em finais do século XIV, durante o abadessado de D. Aldonça Pimentel.

Não surge documentada em nenhum documento do cartório de Odivelas.

[1680] Cf. SILVA 2006, 184.

[1681] Cremos que caso tivesse existido descendência deste casal os seus filhos teriam, obrigatoriamente, estado envolvidos no processo de 1396.

[1682] Encontra-se sepultado em túmulo armoriado (armas de Gomides) na Igreja do Convento da Graça, em Lisboa (cf. SEIXAS et ROSA 2012, 391 e 392).

[1683] Atente-se ao elevado número de privilégios conferidos por D. João I a Gonçalo Lourenço, escrivão da puridade, a partir do momento em que este assumiu a alcaidaria e senhorio de Vila Verde dos Francos, nomeadamente o direito de padroado da Igreja de Stª Maria de Vila Verde dos Francos (17.Out.1398) e a constituição do mesmo senhorio em morgado, herdado pelos descendentes de Gonçalo Lourenço [de Gomide] e Inês Leitoa (cf. SILVA 2006, 185). Lembramos que diversos genealogistas consideram o dito Gonçalo Lourenço como bisavô do célebre Afonso de Albuquerque.

115. [D.] Violante Vasques

Monja (1458-1479)

Soprioresa (1479-1489)

Desconhecemos ao certo qual seria a sua filiação.

Numa entrada biográfica como esta cumpre-nos, em primeiro lugar, uma explicação de foro onomástico, observando de que forma o nome da biografada foi sendo registado ao longo da cronologia e em cada fólio.

Ao longo do abadessado de D. Inês [de Abreu], mais precisamente entre Outubro de 1458[1684] e Março de 1479[1685] documenta-se *Violante Vasques* como monja, ao lado de outras, entre as quais Leonor Barreto, Isabel Gomes de Azevedo, Leonor Pereira, Joana Gonçalves d´Ornelas e D. Leonor de Sousa. Sucedendo a Aldonça Vasques do Rego – que cremos ter falecido algures entre Março e Maio desse ano – a 27 de Maio de 1479 surge pela primeira vez como ***soprioresa*** a dita Violante Vasques[1686]. Sendo, durante toda a cronologia, *abadessa* D. Inês [de Abreu] e *prioresa* Catarina Teixeira, Violante somente voltará a surgir referenciada com patronímico (Vasques) a 15 de Novembro de 1489[1687]. No entretanto, desde 26 de Abril de 1480[1688] que surgia na documentação *D. Violante, soprioresa*. O ano que medeia este documento do datado de 1479, anteriormente referido, leva-nos a considerar tratar-se da mesma pessoa. Apesar de contemporânea e homónima desta em Odivelas, jamais a poderíamos considerar como sendo D. Violante [de Miranda] – filha de Fernão Gonçalves de Miranda –, por via desta surgir referida enquanto *monja* em 1480 e em 1482[1689]; datas que compreendem o período em que fora *soprioresa* D. Violante [Vasques]. A 1480 sucede-se um considerável hiato documental[1690], voltando enquanto *D. Violante* a surgir a 7 de Abril de 1487[1691], e daí em diante ininterruptamente

[1684] ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.514; Liv.30, fl.40, fl.41 e fl.123.
[1685] ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.LXXIX.
[1686] ANTT, OC, MSDO, Liv.410, fl.388.
[1687] ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.211.
[1688] ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.7.
[1689] 27,Abr.1482 (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.226 e 227).
[1690] Durante estes sete anos omitiu-se – cremos que não necessariamente de forma premeditada – da documentação ora consultada a hierarquia conventual de São Dinis de Odivelas. A este respeito importa referir que não existe documentação datada de 1483-84, e que nos anos restantes, além de alguns documentos relacionados com D. Filipa de Lencastre datados de 1481, somente encontraremos parcas referências às abadessas D. Inês [de Abreu] (1481; 1483) e D. Mécia de Alvarenga (1486).
[1691] ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.5.

até 05 de Setembro de 1489[1692], e por fim a 15 de Novembro desse ano, novamente, como *Violante Vasques*, conforme havíamos dito. A um segundo hiato entre Novembro de 1489 e Março de 1492, sucede que a 24 deste mês e ano[1693] fosse documentada *D. Violante*, *soprioresa*, a suceder ao lado da abadessa D. Mécia de Alvarenga. Contam-se então ao lado destas, Catarina Fernandes, *celeireira*, e Maria de Bobadela, *bolseira*; o que nos leva a crer que após a morte de Catarina Teixeira I o cargo de prioresa terá permanecido vago, ou que aquela ainda o ocupasse apesar de não surgir referida[1694].

A 24 de Fevereiro de 1493[1695] surge pela primeira vez referida *D. Violante*, ***prioresa***; ignorando-se então qualquer outro elemento onomástico. O normal funcionamento da hierarquia conventual teria então levado a ascender a esta posição a anterior prioresa, que vimos a identificar, embora esta viesse a documentar-se novamente enquanto soprioresa por duas outras vezes no ano de 1494[1696], o que não é certo que se trate de um mero erro do escrivão. Assim sendo, somos levados a crer que por volta de 1493-94 os cargos imediatamente inferiores ao de abadessa se encontravam envoltos em certa indefinição, sendo ocupados pela mesma pessoa, D. Violante, que a partir de 4 de Outubro de 1493[1697] passara a surgir com nome de família, enquanto *D. Violante de Sousa*, *prioresa*.

Aqui chegados, a partir de Fevereiro/Outubro de 1493, sucede-se com denominações diferentes uma única pessoa: «D. Violante» (ao longo de 20 fólios, entre 24.Fev.1493 e 10.Abr.1516), «D. Violante de Sousa» (ao longo de 31 fólios, entre 04.Out.1493 e 14.Jul.1517[1698]) e «D Violante de Miranda (entre 21.Jun.1497[1699] e 11.Jun.1516[1700]) – a quem atribuímos o nome de «D. Violante de Sousa (ou [de Miranda])».

Ficara ainda por destrinçar a *D. Violante*, *soprioresa* (assim documentada ao longo de 23 fólios), que por via de não se poder tratar sempre (desde 1479) da mesma pessoa, nos levara a identificar através de dois documentos distintos do ano de 1480 uma «Violante Vasques» (soprioresa) e uma «D. Violante [de Miranda]» (monja), contemporâneas em Odivelas na segunda metade do século XV. Por via de termos considerado esta última

[1692] ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.LIXv.-LX.
[1693] ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.200.
[1694] Veja-se o que referimos na entrada biográfica **28** de **Catarina Teixeira I**, a propósito da possibilidade de ter falecido ou adoecido algures a partir do ano de 1492, deixando de se documentar no cartório de Odivelas.
[1695] ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.9.
[1696] ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.21 (16.Jan.1494); ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.208 (17.Mar.1494).
[1697] ANTT, OC, MSDO, Liv.8, fl.349.
[1698] ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.227.
[1699] ANTT, OC, MSDO, Liv.9, fl.57.
[1700] ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.93.

como «D. Violante de Sousa (ou [de Miranda]»[1701], documentada como *prioresa* entre 1493 e 1517, da normal ascensão a este cargo após ter ocupado o hierarquicamente inferior resulta apenas uma hipótese, pelo que ao presente propomos que «Violante Vasques» terá sido *soprioresa* entre 1479 e 1489, e que algures por volta desta data lhe tenha sucedido a homónima, filha de Fernão Gonçalves de Miranda, permitindo-lhe ascender ao cargo de prioresa daí a poucos anos, nele permanecendo durante o abadessado de D. Mécia de Alvarenga.

Surge mencionada em 30 documentos[1702].

[1701] Veja-se o que referimos acerca da dupla utilização do nome de família paterno e materno na entrada biográfica **112** de **D. Violante de Sousa (ou [de Miranda])**.

[1702] Surge referida como *monja* a **08.Out.1458** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.514 (traslado a 22.Jan.1463); Liv.30, fl.40 (traslado a 10.Nov.1467); Liv.30, fl.41 (traslado a 16.Ago.1466); Liv.30, fl.123), a **31.Dez.1461** (ANTT, OC, MSDO, Liv.24, fl.89), a **24.Mar.1462** (ANTT, OC, MSDO, Liv.12, fl.92), a **23.Out.1462** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.107), a **13.Jan.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.7), a **17.Dez.1466** (ANTT, OC, MSDO, Liv.27, fl.29), a **22.Mai.1469** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.277), a **28.Fev.1472** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.163), a **23.Set.1474** (ANTT, OC, MSDO, Liv.31, fl.3) e a **13.Mar.1479** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.LXXIX; traslado a 26.Abr.1545); como *Violante Vasques, soprioresa* a **27.Mai.1479** (ANTT, OC, MSDO, Liv.10, fl.388) e a **15.Nov.1489** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.211); e, propomos nós que ainda se posse identificar com a *D. Violante, soprioresa*, registada a **26.Abr.1480** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.7), a **07.Abr.1487** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.5 e fl.s/n), a **22.Jul.1487** (ANTT, OC, MSDO, Liv.14, fl.203; Liv.30, fl.69), a **15.Nov.1487** (ANTT, OC, MSDO, Liv.29, fl.111), a **17.Nov.1487** (ANTT, OC, MSDO, Liv.18, fl.161), a **27.Dez.1487** (ANTT, OC, MSDO, Liv.30, fl.68), a **03.Jun.1488** (ANTT, OC, MSDO, Liv.32, fl.387), a **21.Jun.1488** (ANTT, OC, MSDO, Liv.6, fl.20), a **06.Jun.1489** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.209; Liv.11, fl.442), a **29.Jun.1489** (ANTT, OC, MSDO, Liv.4, fl.8), a **29.Jul.1489** (ANTT, OC, MSDO, Liv.7, fl.210) e a **05.Set.1489** (ANTT, OC, MSDO, Liv.43, fl.LIXv.-LX; traslado a 12.Nov.1544).

TERCEIRA FASE

ESQUEMAS GENEALÓGICOS

I. Esquemas genealógicos

A terceira fase é dedicada à reconstituição das genealogias de 18 famílias da nobreza portuguesa, presentes no mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas entre os séculos XIII e XVI. Os 13 *Esquemas genealógicos* que se seguem deverão ser lidos à luz das biografias das religiosas odivelenses discutidas no catálogo prosopográfico que compôs a segunda fase da presente dissertação, pelo que anterior a esta. Atendendo a que diversas foram as religiosas que se aparentaram entre si, inclusive de forma algo remota, a sua compreensão por via de uma árvore genealógica prende-se, por um lado, com a apresentação de genealogias que até à data não haviam sido assinaladas no contexto de Odivelas, e por outro, por via da profusão de laços de parentesco tecidos entre estas e as elites urbanas ou nobiliárquicas do seu tempo, com a esquematização dos elos de ligação familiares existentes entre linhagens que procurámos contemplar num único esquema.

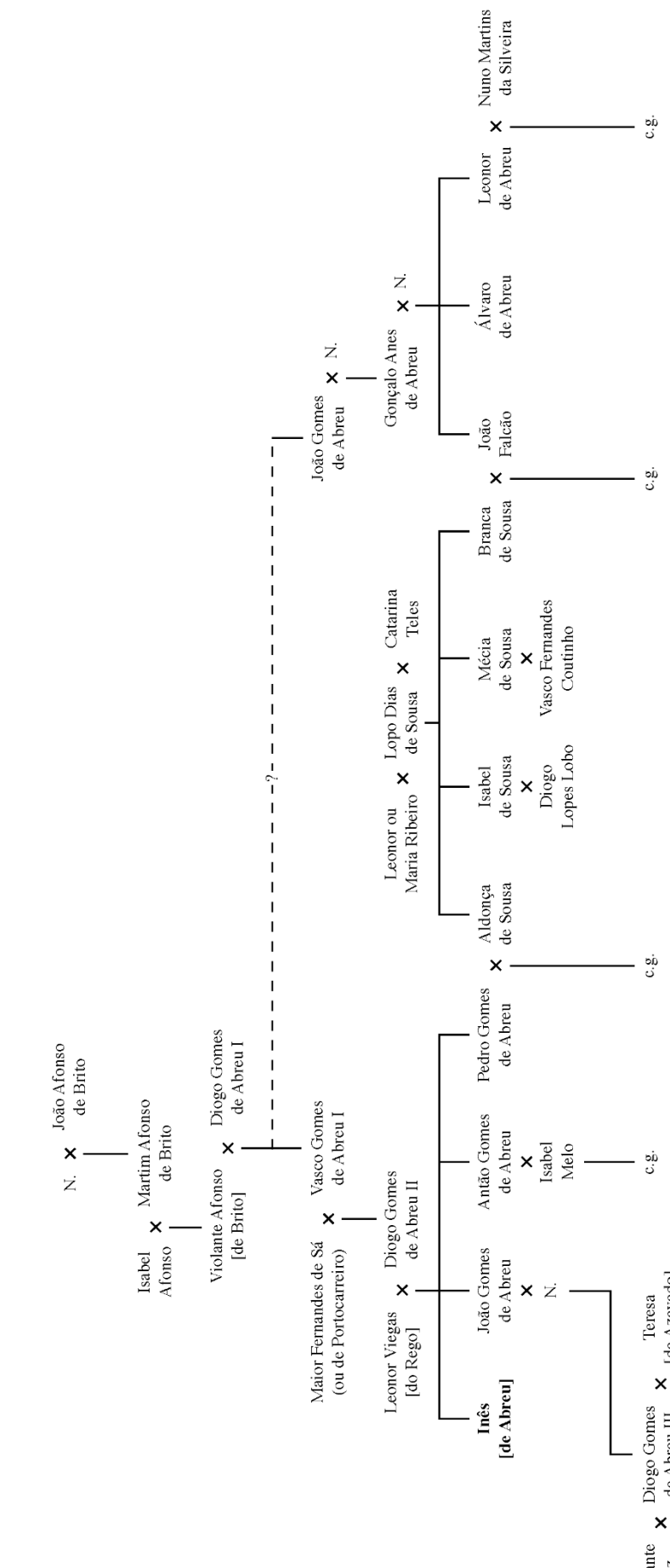
Documentando-nos primeiramente nos fólios do cartório de Odivelas, o processo de construção das genealogias que aqui se introduzem suportou-se, especialmente, em dois grandes nobiliários: o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (séc. XIV) e o *Livro de Linhagens novas de Damião de Góis* (séc. XVI); os quais nos permitiram alcançar de que forma de entroncavam entre si ramos secundários, gradualmente autonomizados.

Não se tratando do total de genealogias que o arquivo de Odivelas nos permitiria, restringimos a nossa atenção a uma amostra significativa que integra as monjas cujos parentescos se comprovam em pelo menos um destes grandes nobiliários. Assim sendo, no total contemplaremos 23 religiosas, assinaladas a negrito nos respectivos esquemas genealógicos que seguem em *Índice Remissivo* próprio, encontrando-se distribuídas da seguinte forma: no dos **Abreu**, D. Inês de Abreu; dos **Alvarenga/Cabral**, D. Mécia de Alvarenga e D. Violante Álvares Cabral; dos **Carvalho**, D. Violante de Carvalho; dos **Castro/Perestrelo**, D. Joana de Castro e Isabel Perestrelo; dos **Fafes de Lanhoso/Portocarreiro**, D. Elvira Fernandes [Fafes de Lanhoso] e D. Constança Lourenço de Portocarreiro; dos **Miranda/Sousa**, D. Violante de Sousa [ou de Miranda]; dos **Molnes/Palhavã**, D. Urraca Pais de Molnes, D. Ouroana Pais de Molnes, Inês Peres e Teresa Anes Palhavã; dos **Pantoja**, Joana Pantoja; dos **Pimentel I**, D. Berengária Martins [Pimentel], D. Aldonça Pimentel, Joana Gil, Inês Vasques [Leitão] e Catarina Martins [Pimentel] – cujas ligações familiares continuam em **Pimentel II** –; dos **Paço/Rego**, D. Guiomar Anes [do Paço] e Aldonça Vasques do Rego; dos **Silveira**, Inês da Silveira; e, por fim, dos **Silva/Silveira (Alvito)**, D. Beatriz da Silva.

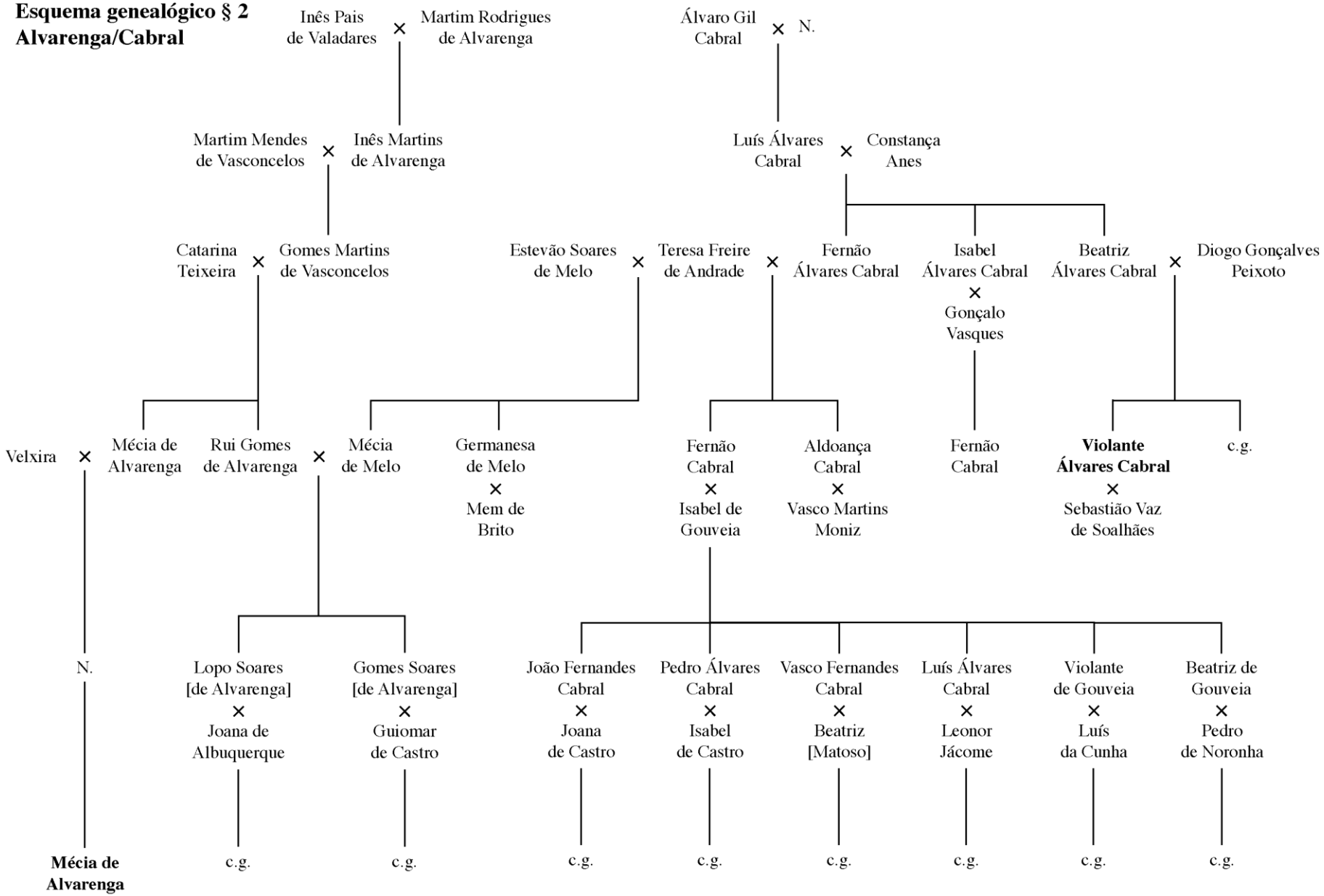
Índice remissivo

Esquema genealógico § 1 ……....Abreu
Esquema genealógico § 2 ……..Alvarenga/Cabral
Esquema genealógico § 3 ……Carvalho
Esquema genealógico § 4 ……...Castro/Perestrelo
Esquema genealógico § 5 ……Fafes de Lanhoso/Portocarreiro
Esquema genealógico § 6 ……..Miranda/Sousa
Esquema genealógico § 7 ……Molnes/Palhavã
Esquema genealógico § 8 ……..Pantoja
Esquema genealógico § 9 ……..Pimentel I
Esquema genealógico § 10 ……Pimentel II
Esquema genealógico § 11 ……Paço/Rego
Esquema genealógico § 12 ……..Silveira
Esquema genealógico § 13 ……...Silva/Silveira (Alvito)

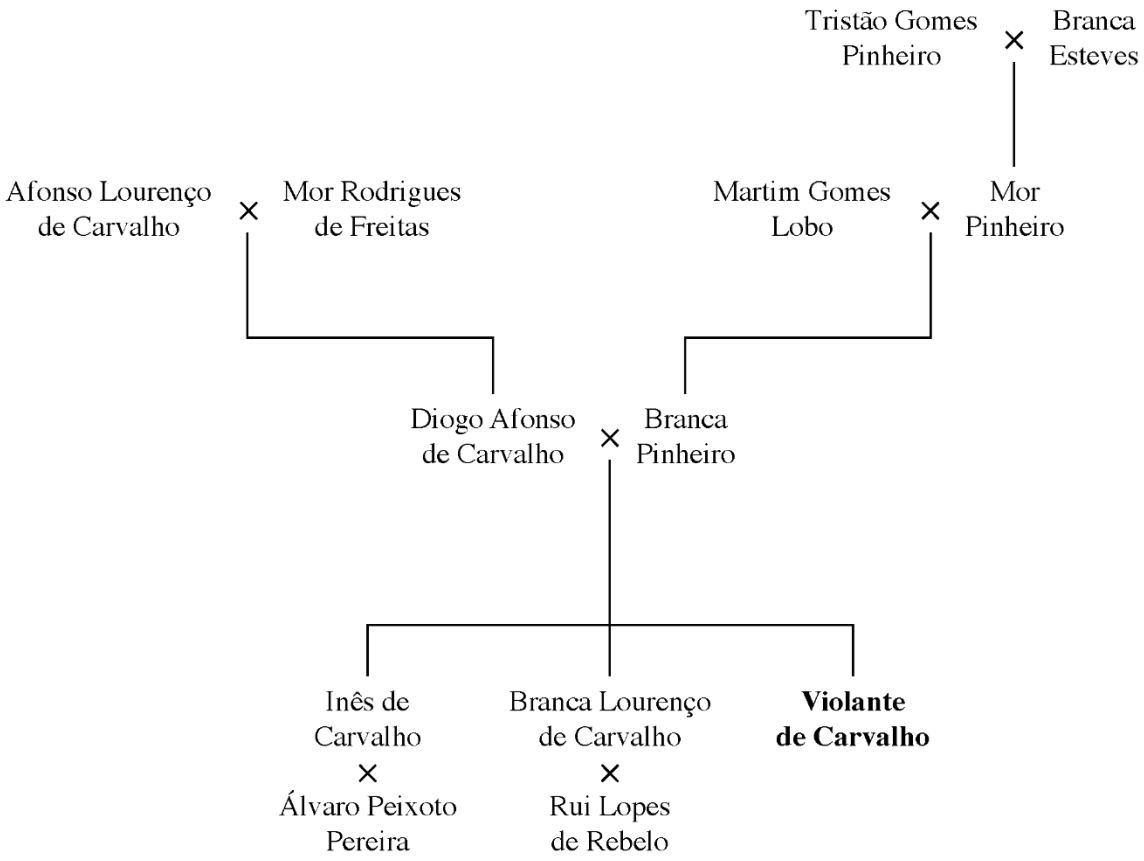
Esquema genealógico § 1 | Abreu



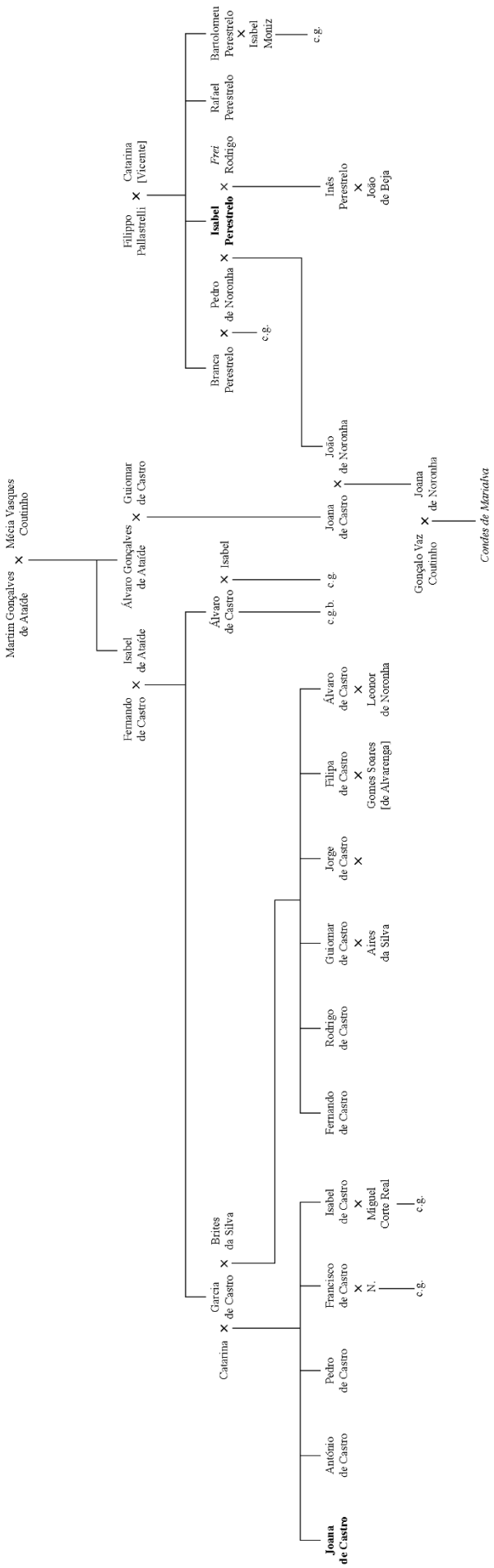
Esquema genealógico § 2
Alvarenga/Cabral



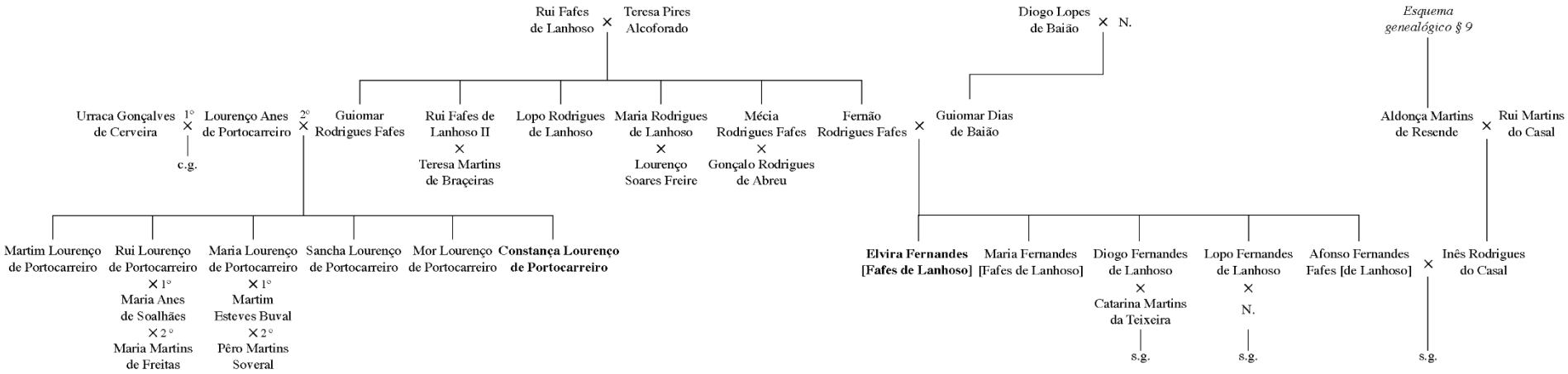
Esquema genealógico § 3 | Carvalho



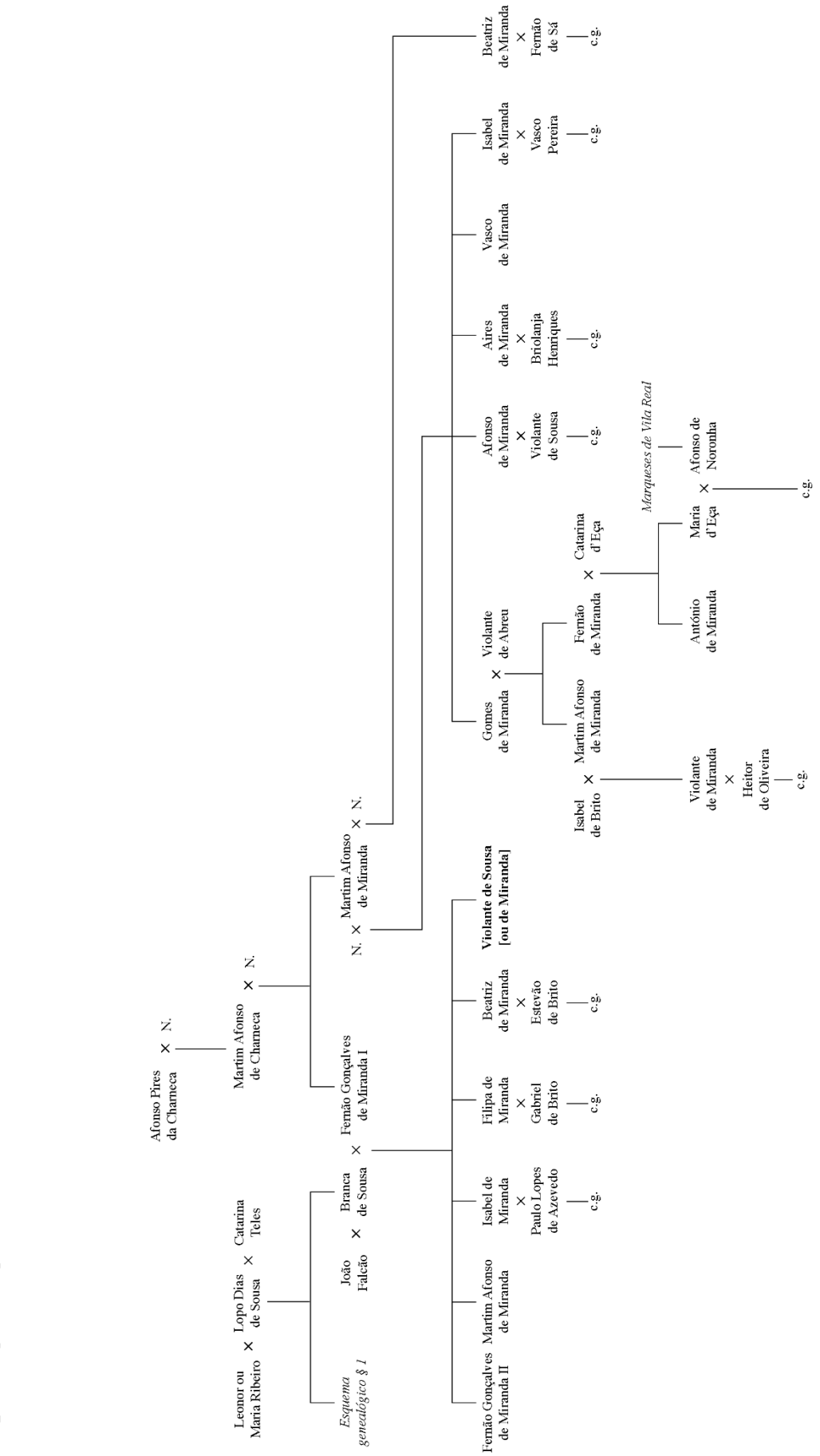
Esquema genealógico § 4 | Castro/Perestrelo



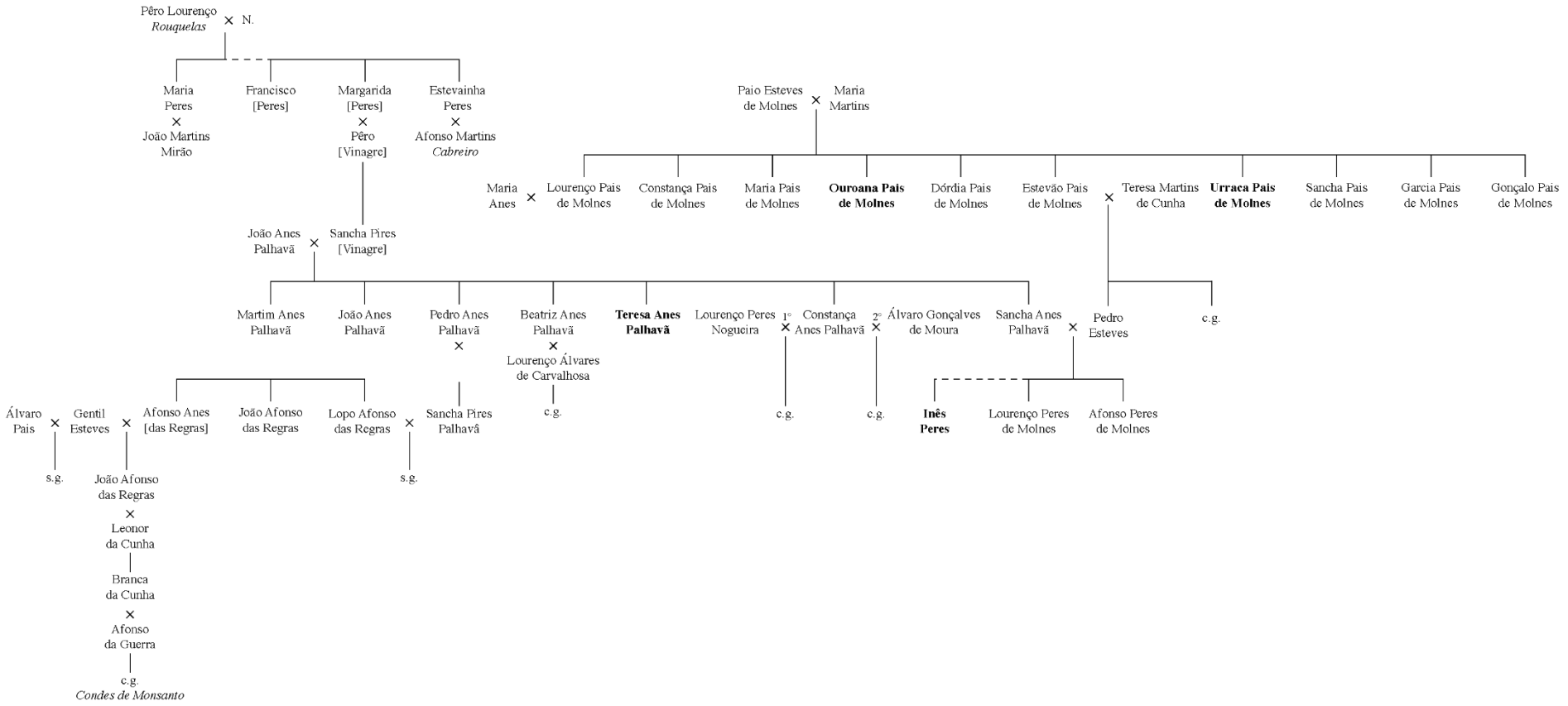
Esquema genealógico § 5 | Fafes de Lanhoso/Portocarreiro



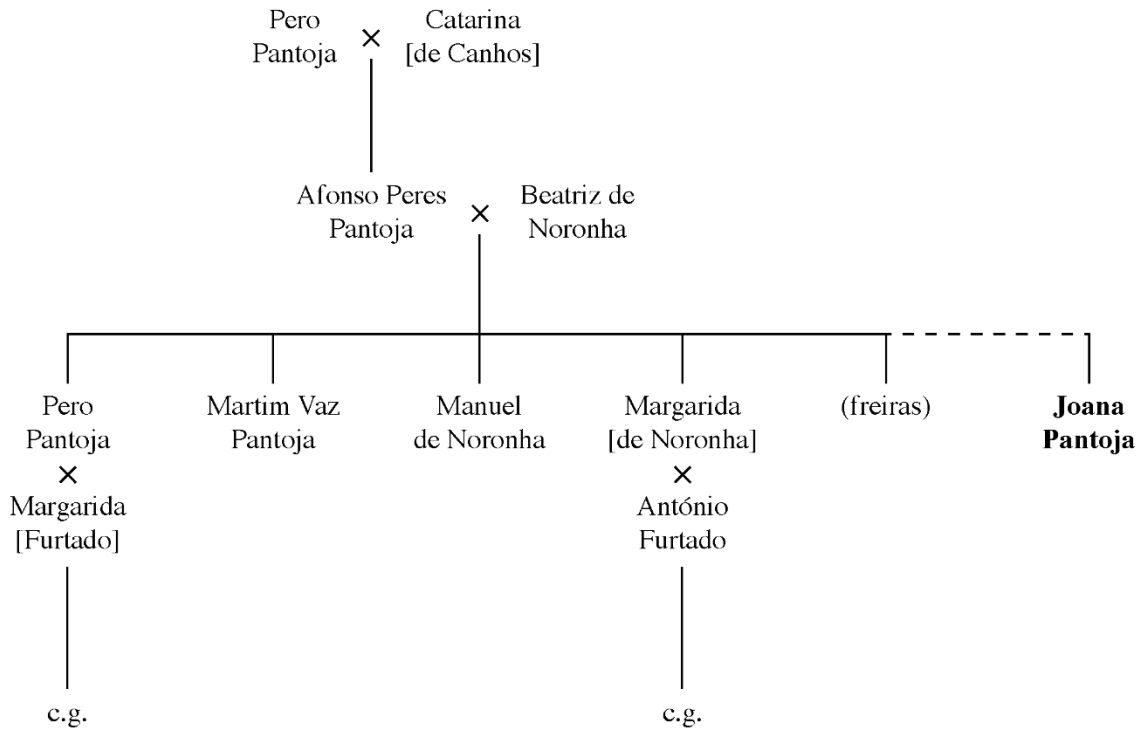
Esquema genealógico § 6 | Miranda/Sousa



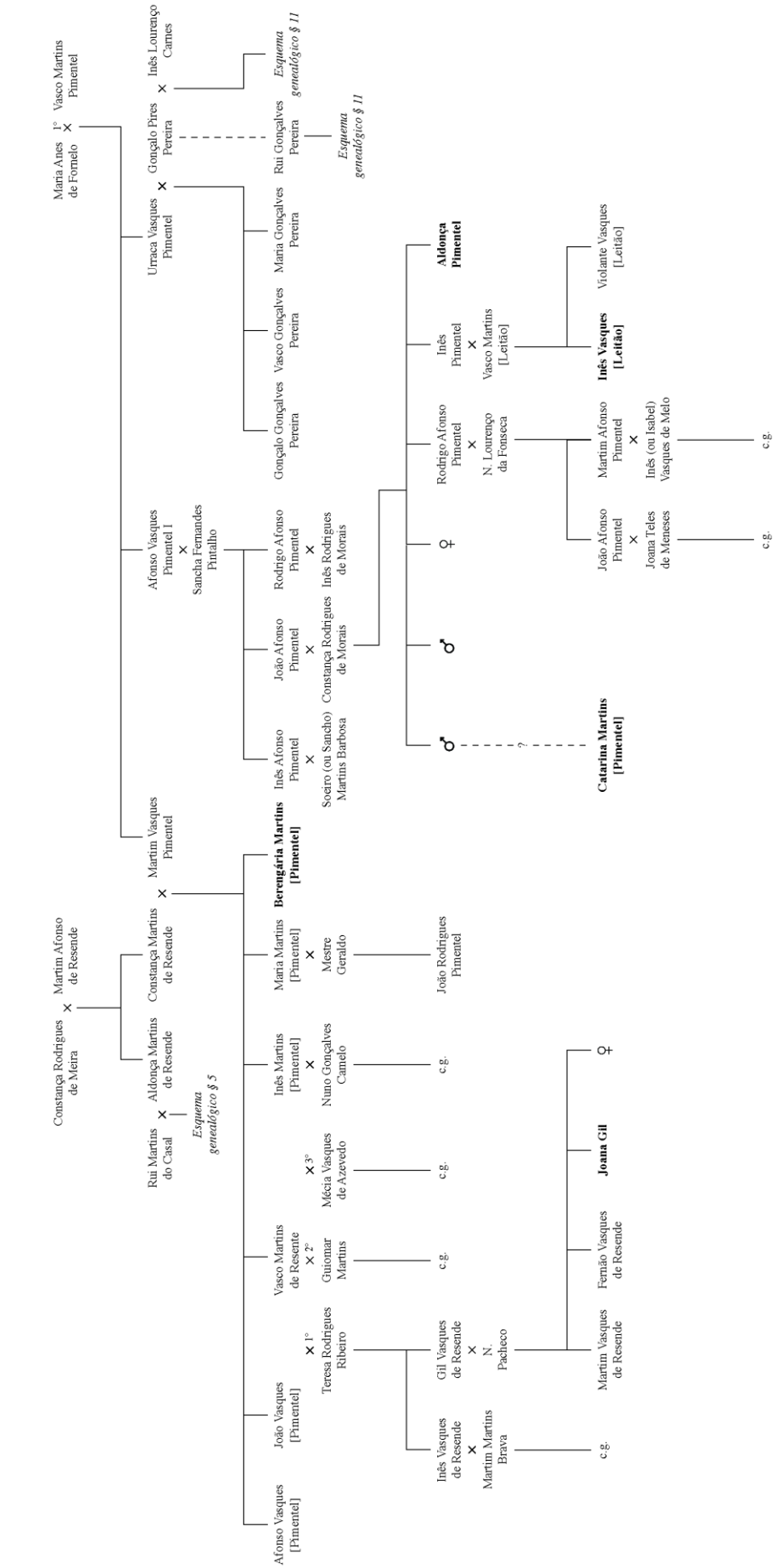
Esquema genealógico § 7 | Molnes/Palhavã



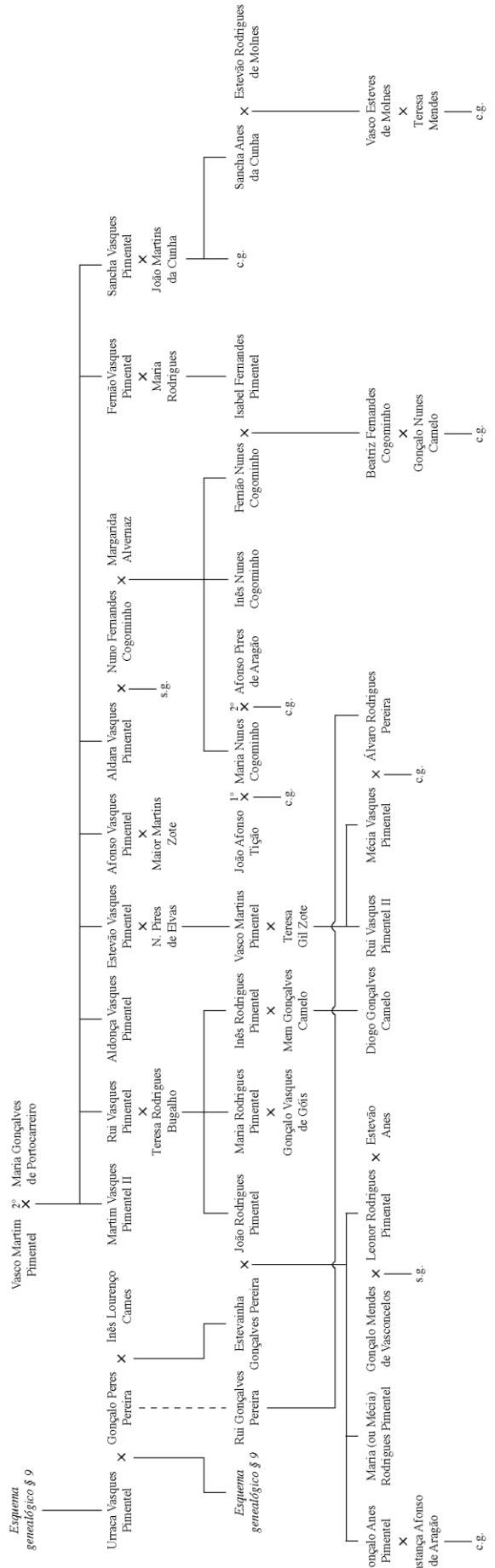
Esquema genealógico § 8 | Pantoja



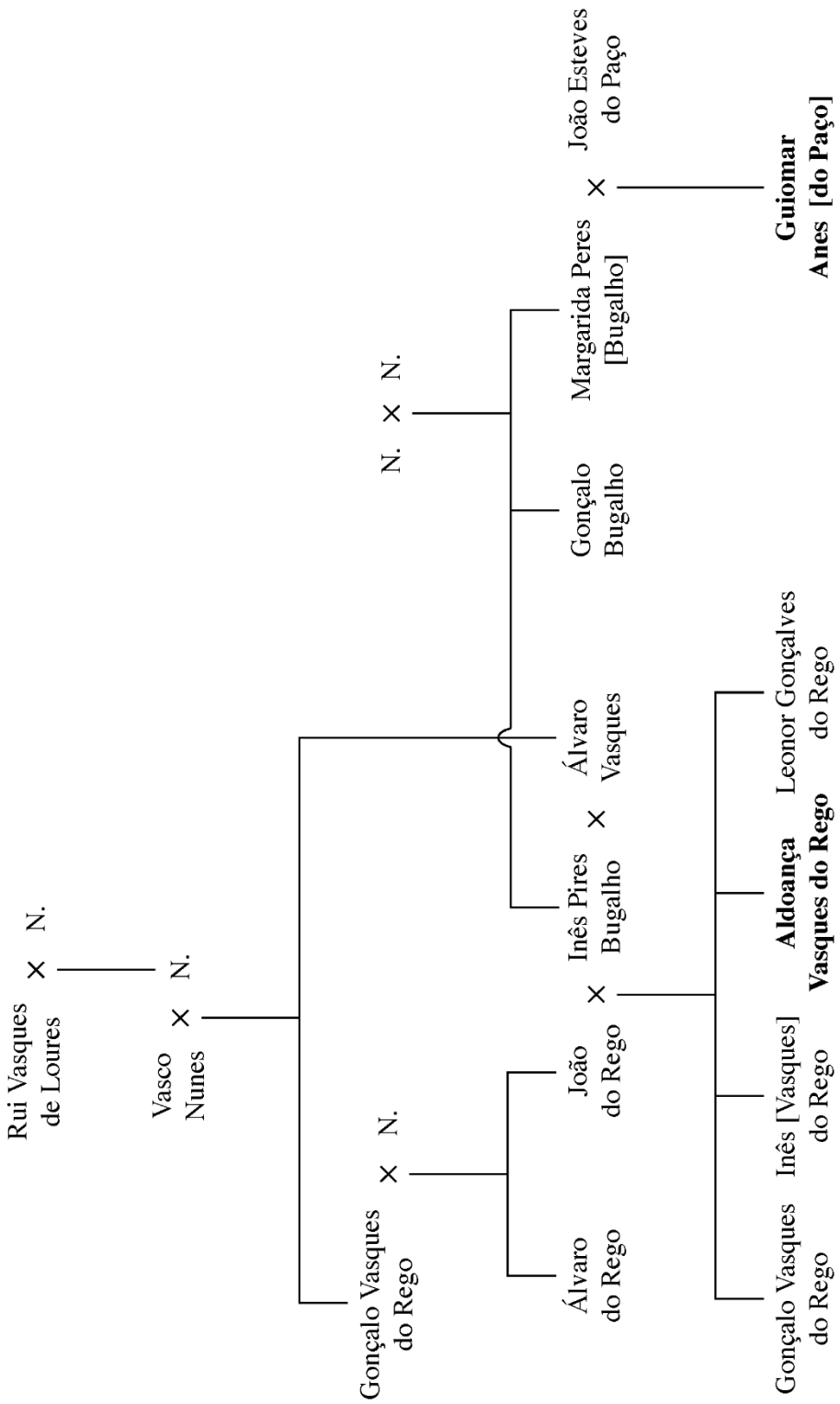
Esquema genealógico § 9 | Pimentel I



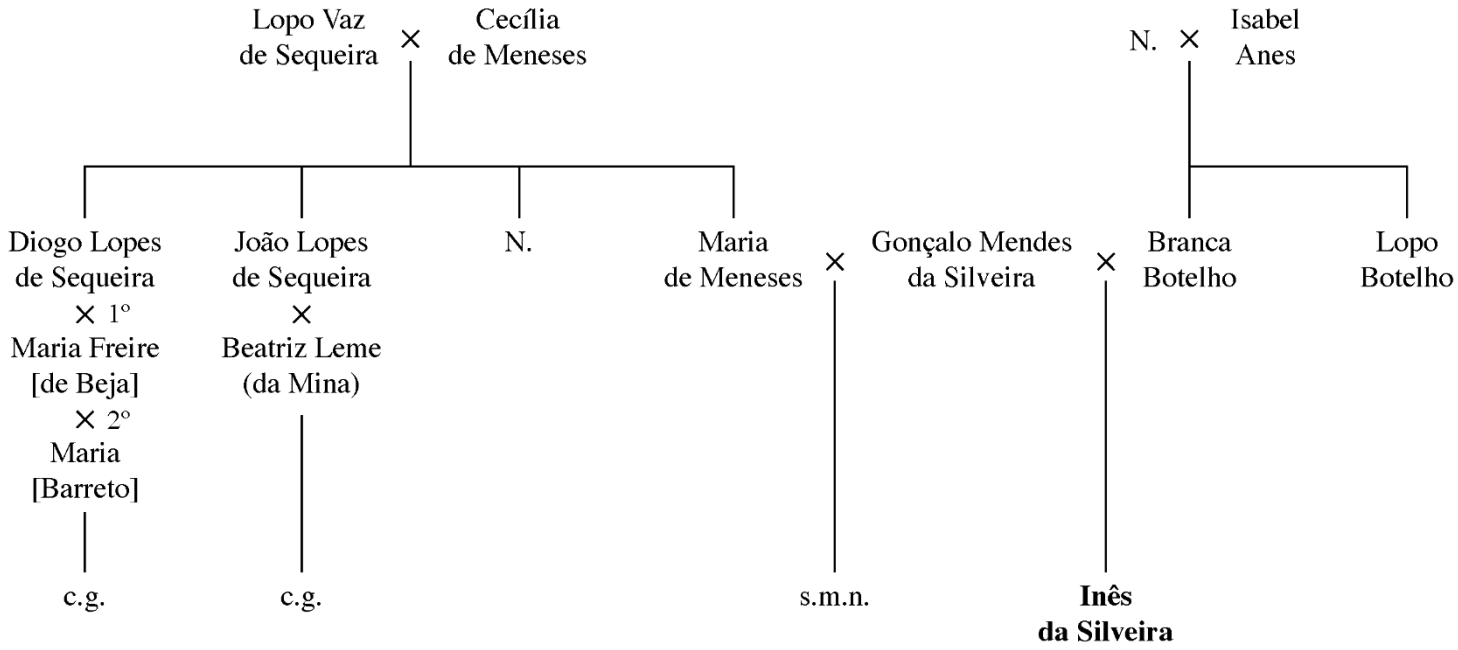
Esquema genealógico § 10 | Pimentel II



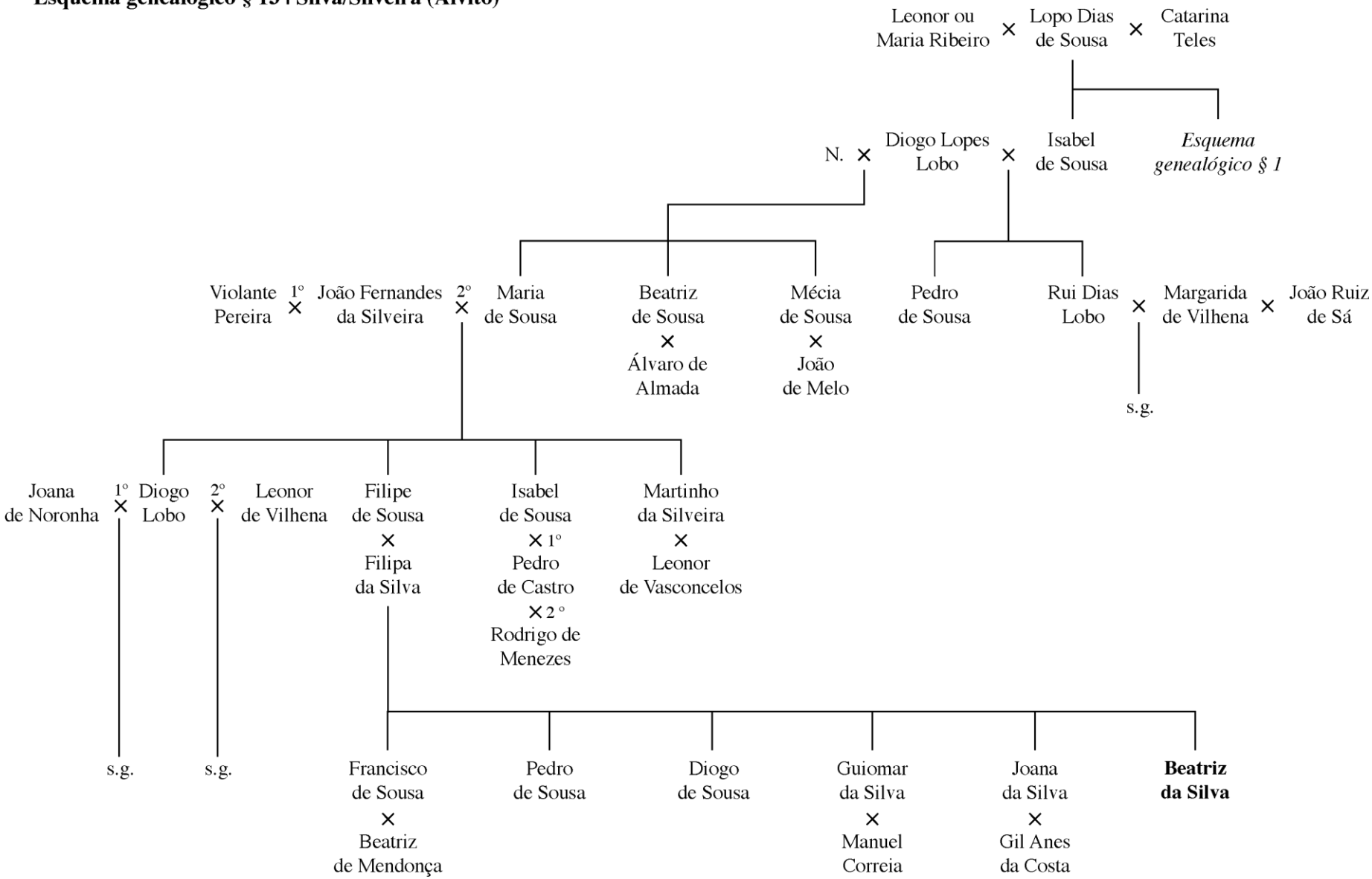
Esquema genealógico § 11 | Paço/Rego



Esquema genealógico § 12 | Silveira



Esquema genealógico § 13 | Silva/Silveira (Alvito)



Fontes e Bibliografia

I. Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

1. *Chancelarias Régias* (Ch.):

D. Dinis, Liv. II; Liv. II de Doações; Liv.3; vol.3, doc.630

D. João I, Liv.2; Liv.3

D. Afonso V, Liv.1; Liv.2; Liv.3; Liv.4; Liv.11

2. *Corpo Cronológico* (CP):

Parte II, mç.169, nº104

3. *Gavetas*:

Gav. 1, mç.2 (nº14)

Gav. 8, mç.4 (nº6), mç.11 (nº5)

Gav. 11, mç.6 (nº2), mç.7 (nº5)

Gav. 12, mç.6 (nº16)

Gav. 13, mç.5 (nº11)

Gav. 14, mç-7 (nº20)

Gav. 16, mç.1 (nº21)

Gav. 21, mç.3 (nº20)

4. *Leitura Nova* (LN):

Guadiana (Liv.8)

Estremadura (Livro XII)

Reis (Liv.1)

Liv.2 de Legitimações

5. *Leis e Ordenações* (LO):

Leis, mç. 6 (nº36)

6. Instituições eclesiásticas:

A. *Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis,* ç.10, nº860

B. *Ordem de Cister* (OC):

Mosteiro de Santa Maria de **Alcobaça** (MSMAlcobaça)

1ª Incorporação (Inc.)

Documentos Particulares (DP), mç.20 (nº2)

Documentos Régios (DR), mç.3 (nº29)

Liv.2 de Dourados, nº206

Mosteiro de Santa Maria de **Almoster** (MSMAlmoster)

mç.2 (nº8, nº11, nº34); mç.3 (nº15, nº44); mç.4 (nº29 e nº41); mç.5 (nº13, nº17); mç.7 (nº28); mç.8 (nº21)

Mosteiro de São Pedro de **Arouca** (MSPA)

Gav.3 – mç.12 (nº37); mç.9 (nº17)

Gav.5 – mç.4 (nº4); mç.8 (nº29)

Gav.6 – mç.2 (nº1, nº2)

Mosteiro de Santa Maria de **Lorvão** (MSMLorvão)

Gav.2 – mç.2 (nº8); mç.4 (nº9/2)

Mosteiro de Santa Maria de **Chelas** (MSMChelas)

mç.6 (nº1); mç.37 (nº729)

Mosteiro de São Dinis de **Odivelas** (MSDO)

Livros

Liv.1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51

Caixas (Tomos, Maços ou Cód,)

Tomos 1º, 3º (= Maços ou Cód.44, 46 = Cx.35, 37)

C. *Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho* (OESA):
Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, mç.15, doc. [s.n.]

D. Ordem dos Pregadores (OP):
S. Domingos de Lisboa, Liv.10, nº322; Liv.11, nº90; Liv.23, nº315 e nº317
S. Domingos de Santarém, 1ª inc., mç.6, nº21; mç.7, nº16

E. Ordem de São Bento (OSB):
Santa Maria de Tarouquela, mç.15, [s.n.]

F. Outros Mosteiros e Conventos:
Colegiada de S. Julião de Frielas, mç.1 (nº46, nº56, nº57)
Colegiada S. Lourenço de Lisboa, mç.7, nº131
Colegiada de Stª Maria do Castelo de Torres Vedras, mç.27 (º13)
S. Vicente de Fora, 1ª Incorporação (Inc.)., mç.4, nº21
Mosteiro de Santos-o-Novo, nº1469

8. Casa Real (CR):
Cartório da Nobreza, Liv.19

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Liuro de Linhagens como o principiou o conde Dom Pedro f.o del Rey D. Diniz em tempo del Rey Dom Affonso o 4º e prosseguirão o D.or João das Regras em tempo del Rey Dom João o 1º e Damião de Goez no del Rey dom Joam 3º acrescentadas alguas gerações que Dom Antonio de Lima juntou, e outras que de nouo começarão ajustado com os genealogistas de Castella atte o anno de 1650 [depois de 1650], s.a.

GÓIS, Damião de. 1616. *Livro das Linhagens novas de Damião de Goes, que segue ao Conde D. Pedro, que tem cento, e noventa, e cinco folhas com seu alfabeto encadernado como os demais*

MORAIS, Cristóvão Alão de. [1943-48]. *Pedatura Lusitana: nobiliário de famílias de Portugal*, Alexandre António Pereira de Miranda Vasconcelos, António Augusto

Ferreira da Cruz et Eugénio Eduardo Andrea da Cunha e Freitas (pub.). Porto: Livraria Fernando Machado.

II. Fontes Impressas

BORGES, José Calvão. 2007. *Livro do Armeiro-mor*. Lisboa: Academia Portuguesa de História/INAPA.

BRANDÃO, Frei Francisco, O.C.. [1650]. *Monarquia Lusitana*. Lisboa: na oficina de Paulo Craesbeeck.

CUNHA, D. Rodrigo da. 1642. *História Ecclesiastica da Igreja de Lisboa* (HEIL)*: vida e acçoens de seus prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florecerão (…) Em Lisboa: por Manoel da Sylua.*

DINIS, António Joaquim Dias (ed.). 1965. *Monumenta Henricina* (MH). Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

MATTOSO, José (ed.). 1980. "Livro de Linhagens do Conde D. Pedro" (LL), in *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série*, vol. II (Tomo I e II), Lisboa: Academia das Ciências.

MONTEIRO, Frei Pedro. 1729. *Claustro Dominicano lanço primeyro oferecido ao muyto alto, e poderoso rey D. João V. Lisboa Occidental: Oficina de António Pedrozo Galram.*

PIEL, Joseph et José Mattoso (eds.). 1980. "Livro de Linhagens do Deão" (LD), in *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série*, vol. I, Lisboa: Academia das Ciências.

PINA, Rui de. 1901. *Chronica de el-rei D. Affonso V*. Lisboa: Escriptorio.

SOUSA, D. António Caetano de. 1735. *Historia genealogica da Casa Real Portugueza: desde a sua origem até o presente, com as Familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança, justificada com instrumentos, e escritores de inviolavel fé: e oferecida a El Rey D. João V…* t.I. Lisboa: Lisboa Occidental, na Officina de Joseph Antonio da Silva.

———. 1742. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portugueza: tiradas dos instrumentos dos Archivos da Torre do Tombo…*. Lisboa: na régia oficina Sylviana, e da Academia Real.

———. [1933]. *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*. 4ª ed. Lisboa: Publicações do Arquivo Histórico de Portugal.

III. Bibliografia

ALESSANDRINI, Nunziatella. 2012. "Os Perestrello: uma família de Piacenza no Império português (séc. XVI)", in *Di buon affetto e commerzio. Relações luso-italianas na Idade Moderna*. Nunziatella Alessandrini, Gaetano Sabatini e Antonella Viola (ed./coord.). Lisboa: CHAM – Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa. 81-112.

———. et Pedro Flor. 2013. "Indícios, sinais e moradas dos italianos "estantes" em Lisboa (séc. XVI)", in *Le nove son tanto e tante buone, che dir non se pò. Lisboa dos italianos: História e Arte (sécs. XIV-XVIII)*. Nunziatella Alessandrini, Pedro Flor, Mariagrazia Russo e Gaetano Sabatini (orgs.). Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste. 103-119.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira, et Mário Jorge Barroca. 2002. *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença.

ALVES, José da Felicidade. 2020. *Peregrinação pelas Igrejas de Lisboa. Tomo II: Igrejas Medievais de Lisboa (1147-1495)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa / Centro Nacional de Cultura.

ANDRADE, Manuel Ferreira de. 1990. *Palácios Reais de Lisboa*. Lisboa: Vega.

ANDRADE, Maria Filomena. 1996. *O Mosteiro de Chelas: uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e gestão*. Cascais: Patrimonia.

———. 2012. *Rainha Santa, Mãe Exemplar: Isabel de Aragão*. Lisboa: Círculo de Leitores.

ANTUNES, José, António Resende de Oliveira et João Gouveia Monteiro. 1984. "Conflitos políticos no reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão", in *Revista de História das Ideias,* nº6. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideais da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 251-260.

Anuário da Nobreza de Portugal (ANP). 1985. tomos I e II. Lisboa: Instituto Português de Heráldica/Livraria Férin.

ARAÚJO, Norberto de. 1944-1956. *Inventário de Lisboa, Fascículo X*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

ASCENSÃO, A. V. 1985. "As Cortes de 1385. A aclamação de D. João I", in *Aljubarrota 600 anos*. Ciclo de Conferências da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Lisboa: Editorial Minerva. 161-176.

AZEVEDO, Maria Antonieta Soares de. 1961. *Dom Dinis e o Mosteiro de Odivelas*. Odivelas: Instituto de Odivelas.

AZEVEDO, Pedro Augusto de São Bartolomeu de. 1914. "Catálogo dos manuscritos do Museu Etnológico: I – Documentos de S. Pedro de Óbidos: pergaminhos", in *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Imprensa Nacional. 196-204.

BAIÃO, António Eduardo Simões. 1931. "O guarda-mor Damião de Góis e alguns serviços da Torre do Tombo no seu tempo", in *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Joaquim Leitão (ed.), série II, vol. IX. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Inspecção das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais.

BARATA, Filipe Themudo (ed.). 2001. *Elites e Redes Clientelares na Idade Média: Problemas Metodológicos*. Lisboa: Edições Colibri – CIDEHUS/Universidade de Évora.

BARROCA, Mário Jorge. 2000. *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. 4 vols. (tese de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT-Fundação para a Ciência e Tecnologia.

BARROS, Henrique da Gama. 1885. *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Imprensa Nacional.

BEIRANTE, Maria Ângela. 1969. *Estudo de alguns documentos da Chancelaria de D. Dinis (1291-1293)* (dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Coimbra: FLUC.

———. 2009. "As filhas de Eva nas Cidades Portuguesas da Idade Média", in *Olhares Sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Maria do Rosário Themudo Barata et Luís Krus (dir.); Amélia Aguiar Andrade et Hermenegildo Fernandes et João Luís Fontes (coord.). 97-111. Lisboa: Caleidoscópio.

BRANCO, João Pedro. 2007. *O municipalismo no pensamento de Alexandre Herculano (1834-1859)* (dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Lisboa: FLUL.

CAETANO, Marcello José das Neves Alves. 1990. *A Administração municipal de Lisboa durante a 1ª Dinastia (1179-1383)*. Lisboa: Livros Horizonte.

CATATÃO, Maria dos Anjos Pecena Gonçalves. 2010. Testamentos, doações e espiritualidade do Mosteiro de S. Domingos de Évora no período de 1440 a 1520 (dissertação de mestrado em História, na especialidade de História Medieval, apresentada ao Departamento de História da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora). Évora: Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora.

COCHERIL, Dom Maur. 1978. *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português.

COELHO, André Madruga. 2015. *As elites urbanas medievais. O exemplo de Évora e dos Lobo (sécs. XIII-XV)* (dissertação de mestrado em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval, apresentada à Escola das Ciências Sociais da Universidade de Évora). Évora: UE/FLUL.

———. 2017. *Poder e estatuto em Portugal no final da Idade Média. Os Lobos entre a cavalaria e a baronia*. Évora: CIDEHUS/Edições Colibri.

COELHO, António Borges. 1994. *Clérigos, Mercadores, Judeus e Fidalgos*. Lisboa: Caminho.

———. 2010. *Portugal Medievo. História de Portugal – vol.II*. Lisboa: Editorial Caminho

COELHO, Maria Filomena. 2013. "Instituições, normas e monacato em Leão e Castela (séc. XIII)", in *Anos 90* (online), vol.20, nº38. Porto Alegre. 127-149.

COELHO, Maria Helena da Cruz et Rui Cunha Martins. 1988. "O poder e a sociedade ao tempo de D. Afonso IV", in *Revista de História*. vol.8. São Paulo: UNESP. 35-52.

———. 1993. "O monaquismo feminino cisterciense e a nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)", in *Theologica*, IIª série, vol. XXVIII, fasc. 2, 481-506. Braga.

———. 1994. "A dinâmica concelhia portuguesa nos séculos XIV e XV", in *Anais do I Colóquio de Estudos Históricos Brasil-Portugal*. Belo Horizonte: [s.n.]. 23-35.

CONDE, Maria Antónia Marques Fialho Costa. 2009. *Cister a Sul do Tejo. O Mosteiro de S. Bento de Cástris e a Congregação Autónoma de Alcobaça (1567-1776)*. Lisboa: Edições Colibri.

COSTA, Adelaide Millán. 2001. "Prosopografia das elites concelhias e análise racional: a intersecção de duas abordagens", in *Elites e Redes Clientelares na Idade Média:*

Problemas Metodológicos. Filipe Themudo Barata (ed.). 63-70. Lisboa: Edições Colibri – CIDEHUS/Universidade de Évora.

COSTA, António Domingues de Sousa. 1990. "D. Frei Telo, arcebispo-primaz, e as concordatas de D. Dinis", in *IX centenário da Dedicação da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas*, vol. II/1. Braga: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa/Cabido Metropolitano e Primacial de Braga. 283-316.

COSTA, Bruno Marconi da. 2018. *Os mestres de ofício da Lisboa medieval – uma análise comparada de sua atividade política entre os séculos XIII e XIV* (tese de doutoramento em História Comparada apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

COUTINHO, Lopo de Sousa. 1890. *História do Cerco de Diu*. Lisboa: Mello d´Azevedo Editor.

CRUZ, Abel dos Santos. 1995. *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464)* (dissertação de mestrado em História, na especialidade de História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Porto: FLUP.

CUNHA, Mafalda Soares da. 1996. "A nobreza portuguesa no início do século XV: renovação e continuidade", in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXI, Homenagem ao Doutor Salvador Dias Arnaut, vol. II. Lisboa: Revista Portuguesa de História. 219-252.

———. 2009. "Nobreza, alianças matrimoniais e reprodução social. Análise comparada dos grupos familiares dos Meneses e Cunha (séc. XV-1640)", in *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves.* Amélia Aguiar Andrade, Hermenegilgo Fernandes e João Luís Fontes (coord.). Casal de Cambra: Caleidoscópio. 741-786.

DIAS, João José Alves (ed.). 1996. *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI).* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

———. 2004. *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, vol. I, tomo 1 (1384-1385). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

———. 2016. *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso V (Cortes de 1439)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

DIAS, Marina Tavares. 1996. *Lisboa Desaparecida – Vol.5.* Lisboa: Quimera.

DIAS, Pedro. 1986. *História da Arte em Portugal, vol. IV: O Gótico*. Lisboa: Alfa.

DINIS, António Joaquim Dias. 1962. "Escritura da doação do infante D. Henrique à Universidade", in *Monumenta Henricina*. vol.IV. [1431]. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

DUARTE, Luís Miguel. 2001. "Os melhores da terra (um questionário para o caso português", in *Elites e Redes Clientelares na Idade Média: Problemas Metodológicos,* Filipe Themudo Barata (ed.), Lisboa: Edições Colibri – CIDEHUS-Universidade de Évora, 91-106.

FARIA, Ana Luísa, Isabel Castro Pina et Ana Bárbara Wemans. 1985. *A mulher na família e na sociedade segundo os livros velhos de linhagens.* Lisboa.

FARIA, António Machado de. 1956. *Livro de Linhagens do Século XVI. Introdução pelo Académico Correspondente António Machado de Faria*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

FARELO, Mário Sérgio da Silva. 2003. *O cabido da Sé de Lisboa e os seus cónegos (1277-1377)* (dissertação de mestrado em História, na especialidade de História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Lisboa: FLUL.

———. 2006. "O direito de padroado na Lisboa medieval", in *Promontoria*. Ano 4. Nº4. Faro: AAVV/Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve. 267-289.

———. 2007. "Ao serviço da Coroa no século XIV: o percurso de uma família de Lisboa, os "Nogueiras", in *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*. Luís Krus et Luís Filipe Oliveira et João Luís Fontes (eds.). 145-168. Lisboa: Livros Horizonte.

———. 2008. *A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433).* (tese de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

———. 2012. "A heráldica das elites dirigentes de Lisboa, sécs. XIII-XIV", in *Estudos de Heráldica medieval*. Miguel Metelo de Seixas et Maria de Lurdes Rosa (coords.). 355-376. Lisboa: IEM/Universidade Lusíada/Caminhos Romanos.

———. 2014. "O padroado régio na diocese de Lisboa durante a Idade Média: uma instituição in diminuendo", in *Fragmenta Histórica – História, Paleografia e Diplomática,* 1. 39-107.

———. 2018. "A rede confraternal na cidade de Lisboa (séculos XIII-primeira metade do séc. XVI)", in *Espaços e Poderes na Europa Urbana Medieval*, Amélia Aguiar

Andrade, Catarina Tente e Sara Prata (eds.) Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais/Câmara Municipal de Castelo de Vide, 465-492

———. 2021. "O recrutamento do Cabido da Sé de Lisboa (sécs. XII-XV). Um laboratório para o estudo dos poderes no Portugal medievo", in *Catedrais, Cabidos e Capitulares: Um longo percurso institucional e cultural*. Lisboa: CEHR-UCP. 61-82.

FERNANDES, Carla Varela. 2006. "Proposta de identificação de um jacente medieval. O Infante D. João", in *Artis*, nº5. Lisboa: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 73-87.

———. 2006/07. "D. Afonso IV e a Sé de Lisboa. A escolha de um lugar de memória", in *Arqueologia & História*, nº58/59. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 143-166.

———. 2018. "Sinais multiformes de identidade: muitas dúvidas e algumas hipóteses em torno das sepulturas monumentais das elites urbanas na Lisboa do século XIV", in *Espaços e Poderes na Europa Urbana Medieval*. Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Gonçalo Melo da Silva e Sara Prata (eds.). Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais/Câmara Municipal de Castelo de Vide. 231-264.

FERNANDES, Fátima Regina. 2008. "Os exílios da linhagem dos Pacheco e sua relação com a natureza de suas vinculações aos Castro (segunda metade do século XIV)", in *Cuadernos de historia de España*, vol.82. Buenos Aires: Instituto de Historia de España "Cláudio Sánchez Albornoz", Universidad de Buenos Aires. 31-54.

———. 2012. "A metodologia prosopográfica aplicada às fontes medievais: reflexões estruturais", in *História da Historiografia*, vol.5, nº8. Ouro Preto, Minas Gerais. 11-21.

FERREIRA, Isabel Sabido. 1995. *No silêncio das palavras (mulheres nos Livros de Linhagens)* (dissertação de mestrado em História, na especialidade de História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Lisboa: FLUL.

FIGUEIREDO, António Cardoso Borges de. 1889. *O Mosteiro de Odivellas, casos de reis e memorias de freiras*. Lisboa: Livraria Ferreira.

FILHO, Franklin Maciel Tavares. 2013. "Os Armoriais Avisinos do século XVI", in *Plêthos: Revista Discente de Estudos sobre a Antiguidade e o Medievo*, vol.3, nº1 (edição online em: http://www.historia.uff.br/revistaplethos). 110-126.

FLORENTINO, Nicolau et Regina Maney. 1893. *The Wife of Columbus with genealogical tree of the Perestrello and Moniz Families*. Nova Iorque: Press of Stettiner, Lambert & Co.

FONSECA, Luís Adão da. 1986. *O essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa: INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda.

FONSECA, Celso Silva. 2008. "D. João II (1481-1495): A Construção da Autoridade Jurídica do Monarca", in *Coletâneas do Nosso Tempo*. Ano VII. vol.8. Ciuabá, MT: UFMT/FAPEMAT (Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso). 55-73.

FONTES, João Luís Inglês. 2005. "Cavaleiros de Cristo, Monges, Frades e Eremitas: um percurso pelas formas de vida religiosa em Évora durante a Idade Média (sécs. XII a XV)", in *Lusitania Sacra,* séria II, nº17. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. 39-61.

———. 2007. "Reclusão, eremitismo e espaço urbano: o exemplo de Lisboa na Idade Média", in *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*. Luís Krus et Luís Filipe Oliveira et João Luís Fontes (eds.). 259-277. Lisboa: Livros Horizonte.

FREIRE, Anselmo Braamcamp. 1973. *Brasões da Sala de Sintra*. 3 vols. Lisboa: INCM – Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

FRESCO, João et Sofia Correia de Matos. 2011. "D. Dinis e Odivelas", in *D. Dinis. Actas dos Encontros sobre D. Dinis em Odivelas*. 93-121. Lisboa: Edições Colibri – Câmara Municipal de Odivelas.

GAGO, Alice João Palma Borges. 2018. "Sinais multiformes de identidade os arquivos familiares de elites urbanas medievais", in *Espaços e Poderes na Europa Urbana Medieval*. Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Gonçalo Melo da Silva e Sara Prata (eds.). Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais/Câmara Municipal de Castelo de Vide. 101-128.

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. 1992. *Nobiliário de famílias de Portugal*. 3ª ed. Braga: Ed. de Carvalhos de Basto.

GERBET, Marie-Claude. 1994. *Les Nobleses Espagnoles (XIe.-XVe Siècle).* Paris: Armand Colin.

GÓIS, Damião de. 2001. *Descrição da Cidade de Lisboa: Livro 1 de Damião de Góis*. Lisboa: Livros Horizonte.

GOMES, Ana Isabel (coord.). 2001. *O Real Mosteiro de S. Dinis*. Odivelas: Comissão Instaladora do Município de Odivelas.

GOMES, Rita Costa. 1995. *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Lisboa: Difel.

GOMES, Saúl António. 2002-2003. "Acerca da origem social das monjas cistercienses de Santa Maria de Cós (Alcobaça) em tempos medievos", in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI, vol. 1, 141-160. Coimbra.

———. 2006. *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores.

———. 2018. "As capelas do rei D. Dinis", in *Fragmenta Histórica – História, Paleografia e Diplomática*. vol.6. Lisboa: Centro de Estudos Históricos. 15-48.

——— (ed.). 2021. *Mosteiro de Odivelas: documentos fundacionais*. Odivelas: Câmara Municipal de Odivelas.

GONÇALVES, António Manuel. 1994. "São Cristóvão (Igreja de)", in *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa. 793-794.

GONÇALVES, Iria Vicente. 1980. "Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia", in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº1. Lisboa: FCSH-UNL. 153-204.

———. 1996. *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho. 1982. "O Doutor João das Regras no Desembargo e no Conselho Régios (1384-1404). Breves notas", in *Estudos de História de Portugal, I. Séculos X-XV. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. Lisboa: Estampa. 241-253.

———. 1983/84. "Em torno de Álvaro Pais", in *Estudos Medievais*, vol.3/4. 93-130.

———. 1985. *O Desembargo Régio (1320-1433)* (tese de doutoramento em História, na especialidade em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Porto: FLUP.

KRUS, Luís. 1989. *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico: geografia dos livros de linhagens medievais portugueses (1280-1380)* (tese de doutoramento em História, na especialidade de História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa). Lisboa: FCSH-UNL.

LAGES, Geraldo. 2000. "Situação das Flores e do Corvo nos séculos XVI e XVII", in *Arquipélago. História – Revista da Universidade dos Alores*, 2ª série, vol.4, nº2. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. 29-88.

LÁZARO, Alice. 2012. "O apelido Casal e a sua linhagem na Santarém antiga", in *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica*, Delfim Bismarck Ferreira (ed.), nº7.

Porto: Instituto de Genealogia e Heráldica da Universidade Lusófona do Porto. 7-14.

LEÃO, Duarte Nunes de. 1975. *Chronica del Rei Dom Dinis. Crónicas dos Reis de Portugal.* Porto: Lello & Irmão Editores.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. 2014. "Lisboa – 1439: a construção política da regência de D. Pedro", in *Plêthos: Revista Discente de Estudos sobre a Antiguidade e o Medievo*, vol.4, nº1 (edição online em: https://www.historia.uff.br/revistaplethos . 172-186.

LOPES, Luís Filipe de Seabra. 2017. "Os Borges de Carvalhais, Senhores de Ferreiros, Avelãs de Cima e Ílhavo", in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 17. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra/Imprensa da Universidade de Coimbra. 103-128.

LUCET, Bernard. 1977. *Les codifications cisterciennes* de 1237 et de 1257. Paris: CNRS Editions.

MACEDO, Luís Pastor de, et Norberto de Araújo. 1951. *Casas da Câmara de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

MACHADO, João Afonso. 2006. "Os Pinheiros de Barcelos em V. N. de Famalicão", in *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão,* III série, nº2. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. 13-20.

MACHADO, José Timóteo Montalvão. 1967. "A Rainha D. Filipa de Lencastre no Mosteiro de Odivelas", in S*eparata de OLISIPO – Boletim do Grupo Amigos de Lisboa,* ano XX, nº120. Lisboa: Grupo Amigos de Lisboa.

MARQUES, António Henrique Rodrigo de Oliveira (ed.). 1984. *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I, 1357-1367*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

———. 1988. *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.

MARQUES, Maria Alegria F. 1998a. *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. 9-27. Lisboa: Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

———. 1998b. "A integração das mulheres na Ordem de Cister. O caso português", in *IX Centenário de la fundación del Cister (1098-1998). Actas. II Congresso Internacional sobre el Cister en Galicia y Portugal*, vol. I. 107-124. Ourense: Monte Casino.

———. 1999. "O Cister feminino em Português: fontes e estudos", in *Cistercium*, Ano LI, nº217. 841-851. Zamora.

———. 2016. "De "filhas do diabo" a "esposas de Cristo". Algumas notas sobre os mosteiros cistercienses femininos", in *Cadernos de Estudos Leirienses*, 10. 81-92. Leiria.

MARTINS, Miguel António Gomes. 1997-1998. "A família Palhavã (1253-1357). Elementos para o estudo das elites dirigentes da Lisboa medieval", in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXII. 35-93. Coimbra.

———. 2001a. "Estêvão Cibrães e João Esteves: A família Pão e Água em Lisboa (1269-1342)", in *Revista Arqueologia e História – Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 53. Lisboa: Edições Colibri. 67-74.

———. 2001b. "Estêvão Vasques Filipe: O percurso de um guerreiro nos finais de Trezentos", in *Cadernos do Arquivo Municipal*, nº5. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 10-47.

———. 2002. "Os Alvernazes: um percurso familiar e institucional entre finais de Duzentos e inícios de Quatrocentos", in *Cadernos do Arquivo Municipal*, nº6. 10-43. Lisboa.

MATA, Joel Silva Ferreira. 1999. *A Comunidade Feminina da Ordem de Santiago: a Comenda de Santos em Finais do Século XV e no Século XVI. Um estudo religioso, económico e social* (tese de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Porto: FLUP.

———. 2006. "As relações entre o poder político e o mosteiro de Santos na Baixa Idade Média: contexto e afinidades", in La Península Ibérica entre el Mediterráneo y el Atlántico. Siglos XIII-XV. Sevilla-Cádiz: Diputación de Cádiz-Sociedad Española de Estudios Medievales. 723-729.

MATOSO, Inês. 2019. "O Padroado de uma família na igreja de São Cristóvão. A capela dos Miranda, um conjunto único de origem medieval", in *A Igreja de São Cristóvão de Lisboa*, Paula Teixeira (coord.). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 146-176.

MATTOSO, José. 1981. *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Estampa.

———. 1985. *Portugal Medieval – novas interpretações*. Lisboa: INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda.

———. 1987. *Fragmentos de uma Composição Medieval*. Lisboa: Estampa.

——— (coord.). 1993. *História de Portugal: a Monarquia Feudal (1096-1480)*. vol.II. Lisboa: Círculo de Leitores.

———. 1997a. "Perspectivas actuais sobre a nobreza medieval portuguesa", in *Revista de História das Ideias*. vol.19. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 7-37.

———. 1997b. O ideal de pobreza e as ordens monásticas em Portugal durante os séculos XI-XIII", in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, 2ª ed. 281-323. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

———. 2015. *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1324*.

MENINO, Vanda Lourenço. 2007. "Os Avelar – percurso de uma linhagem em Lisboa (1325-1367)", in *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*. Luís Krus et Luís Filipe Oliveira et João Luís Fontes (coord.). Lisboa: Livros Horizonte.

——— [et al.]. 2012. *A Rainha, As Infantas e a Aia*. Lisboa: Círculo de Leitores.

MIRRADO, José Maria Carreiras. 2016. *Os Sentidos da Reutilização: Do Convento ao Não Convento Mosteiro de Odivelas, S. Dinis e S. Bernardo* (dissertação de mestrado em Arquitectura no Curso de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias). Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

MOITEIRO, Gilberto Coralejo. 2013. *As dominicanas de Aveiro (c.1450-1525): Memória e identidade de uma comunidade textual* (tese de doutoramento em História, na especialidade de História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa). Lisboa: FCSH/UNL.

MONTEIRO, João Manuel Filipe de Gouveia. 2003a. *Aljubarrota – 1385. A Batalha Real*. Lisboa: Tribuna da História.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. 2003b. "17th and 18th century Portuguese Nobilities in the European Context: A historiographical overview", in *e-JPH (e-Journal of Portuguese History)*, vol.1, nº1. Porto/Brown: CEPESE – Universidade do Porto/ Brown University.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. 1979-1980. *A Batalha de Alfarrobeira. Vol. I e Vol. II. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

———. 1987. "Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média", in *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol.4. Porto: FLUP. 103-118.

———. 1995a. "Alcaidarias dos castelos durante a regência do Infante D. Pedro", in *Revista de História*, vol.13. Porto: FLUP. 35-50.

———. 1995b. "Conflitos em Loulé entre os Barretos e os seus opositores no século XV", in *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. 12. Porto: FLUP. 125-134.

——— et Isabel Vaz de Freitas. 2006. *A Corte de D. Afonso V: o tempo e os homens*. Gijón: Ediciones Trea, S. L.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa. 2001. *Um Mosteiro Cisterciense Feminino. Santa Maria de Celas (séculos XIII a XIV)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

MOXÓ Y ORTIZ DE VILLAJOS, Salvador de. 1969. *De la nobleza vieja a la nobleza nueva: la transformación nobiliaria castellana em la baja Edad Media*. Madrid: Instituto Jerónimo Zurita.

———. 1970. "La nobleza castellano-leonesa en la Edad Media. Problematica que suscita su estúdio en el marco de una historia social", in *Hispania*, tomo XXX. 5-68.

MUÑOZ FERNÁNDEZ, Angela. 1988. *Mujer y experiencia religiosa en el marco de la santidade medieval*. Madrid: Asociación Cultural Al-Mudayna.

MUXAGATA, Ana Filipa Coelho. 2019. *A corte de D. Pedro I (1320-1367)* (dissertação de mestrado em História, na especialidade de História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Lisboa: FLUL.

NASCIMENTO, Aires Augusto. 2022. "Viver entre livros, prolongando a invenção da vida", in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*, tomo XLIII. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. 61-83.

NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. 2005. *Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481)* (tese de doutoramento em História apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná). Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

OLIVEIRA, António Resende de. 1994. *Depois do Espectáculo Trovadoresco. Estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII-XIV*. Lisboa: Edições Colibri.

———. 2007. "A Cultura da Nobreza (sécs. XII-XIV): Balanço sem perspectivas", in *Medievalista*. nº3. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa.

OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de. 1999. *Organização do Espaço e Gestão de Riquezas. Loures nos séculos XIV e XV.* Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

OLIVEIRA, Luís Filipe. 2006. *A Coroa, os mestres e os comendadores: as Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)* (tese de doutoramento em História, na especialidade de História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve). Faro: FCHS-UA.

PACHECO, Milton Pedro Dias. 2022. "Nos territórios do Rei. A moradia real de D. Dinis no termo de Lisboa: o Paço de Frielas", in *Os territórios da Lisboa medieval.* João Luís Fontes e Luís Filipe Oliveira (eds.).. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais – FCSH-UNL. 139-186.

PALMEIRA, Gonçalo Vidal. 2021. "O *moimento* de D. Pedro Afonso, Conde de Barcelos. O túmulo de um senhor descendente de reis", in *Armas e Troféus*, IX série, tomo 23. Lisboa: Instituto Português de Heráldica.

PASTOR, Reyna, et. all. 1990. *Poder monástico y grupos domésticos en la Galicia Foral (siglos XIII-XV). La casa, la comunidade*. Madrid: CSIC – Consejo Superior de Investigaciones Cientificas.

PESSOA, Petrucio L A. 2017. "Mudanças culturais no Portugal medieval do século XIV: do Conde D. Pedro ao rei D. Pedro I", in *Informe Econômico*, vol.37, nº1. Piauí: Universidade Federal do Piauí (UFPI).

PIMENTA, Cristina. 2005. *D. Pedro I*. Lisboa: Círculo de Leitores.

PIMENTEL, António Manuel Filipe Rocha. 2003. *A morada da sabedoria* (tese de doutoramento em História, na especialidade de História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Coimbra: FLUC.

PINTO, Margarida Isabel da Silva. 2000. *O Mosteiro de Odivelas no século XIV. Património e Gestão* (dissertação de mestrado em História, na especialidade de História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa). Lisboa: FCSH/UNL.

PIZARRO, José Augusto Pereira de Sotto Mayor. 1987. *Os patronos do mosteiro de Grijó (Evolução e estrutura da família nobre. séculos XI a XIV)*. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto.

———. 1993. “D. Dinis e a nobreza nos finais do século XIII”, in *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol.10. Porto: Universidade do Porto.

———. 1999. *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. 3 vols. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna.

———. 2005. *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores.

———. 2015. “Monjas e Filhas d´Algo. A aristocratização do monacato feminino (Sécs. XII-XIV)”, in *Ao encontro de Histórias e Patrimónios Monásticos. Livro do X Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*. Maria Alegria Fernandes Marques et Helena Osswald (coord.). 27-38. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões.

PORTUGAL, João Francisco Pereira de Castro. 2016. *Violência em contexto senhorial em documentos de D. Dinis* (dissertação de mestrado em História, na especialidade de História da Idade Média, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Coimbra: FLUC.

RAMOS, Rui (coord.), Bernardo Vasconcelos e Sousa et Nuno Gonçalo Monteiro. 2019. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

RAMOS, Maria de Fátima Dentinho do Ó, et Joana Braga. 2016. *Casa dos Condes de Sortelha e Senhores de Góis: catálogo*. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

———. 2020. *Damião de Góis. Guarda-mor da Torre do Tombo: 1548-1571*. Lisboa: ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

RAMOS, Mário Paredes (ed.). 1956. *Arquivo Histórico de Góis (antigo Goes)*. Vol. 1. Torres Vedras: [s.n.].

RAU, Virgínia. 1962. “Itinerário del-rei D. Dinis”, in *Itinerários Régios Medievais: elementos para o estudo da administração medieval portuguesa. I*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

REBELO, António Manuel Garcia Ribeiro. 2018. “O apreço da Rainha Santa Isabel pela espiritualidade franciscana”, in *Itinerarium*, vol. LXIV. Braga: Itinerarium: Revista Quadrimestral de Cultura. 73-108.

RÊPAS, Luís Miguel Malva de Jesus. 2000. *Quando a nobreza traja de branco. A comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)* (dissertação de mestrado em História, na especialidade de História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Coimbra: FLUC.

———. 2003. "A fundação do mosteiro de Almoster: revisão de um problema cronológico", in *Os reinos ibéricos na Idade Média, Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral, Maria Fernanda Ferreira Santos (eds.). Porto: Livraria Civilização. 795-804.

———. 2006. "A Fundação do Mosteiro de Almoster: novos documentos para uma velha questão", in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. 2, Porto: FLUP, 103-122.

———. 2007. "Entre o mosteiro e a cidade: o recrutamento social das "donas" de Odivelas", in *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*. Luís Krus et Luís Filipe Oliveira et João Luís Fontes (coord.). 232-238. Lisboa: Livros Horizonte.

———. 2009. "Familiares e familiaritas no mosteiro cisterciense de Arouca (séculos XIII e XIV)", in *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Maria do Rosário Themudo Barata et Luís Krus (dir.); Amélia Aguiar Andrade et Hermenegildo Fernandes et João Luís Fontes (coord.). 501-515. Lisboa: Caleidoscópio.

———. 2016. "Da reclusão à vida monástica: a origem de alguns mosteiros cistercienses femininos no século XIII", in *Cadernos de Estudos Leirienses*, nº10. 159-171. Leiria.

——— et Catarina Barreira. 2017. "Um antifonário do mosteiro de Santa Maria de Almoster, de 1472", in *INVENIRE. Revista de Bens Culturais da Igreja*. nº14. Sandra Costa Saldanha (dir.). Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja. 32-37.

———. 2021. *Esposas de Cristo. As comunidades Cistercienses femininas na Idade Média* (tese de doutoramento em História, na especialidade de História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). 3 vols. Coimbra: FLUC.

———. 2022. "Practise and the Periculoso in the Convent of Odivelas (Lisbon): Royal Statues and Female Enclaustration in Medieval Portugal (c.1295-1319)", in *Os*

territórios da Lisboa medieval. João Luís Fontes e Luís Filipe Oliveira (eds.). Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais/FCSH-UNL. 277-309

ROCHA, Rui Martins. 2017. "A nobreza medieval no território de Viseu durante o reinado de D. Afonso III: apresentação de projecto", in *Incipit'5 – Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto 2016*. Porto: Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 52-59.

RODRIGUES, Maria Teresa Campos. 1968. "Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no Século XV", in *Separata da Revista Municipal*, nº101-109. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

RODRIGUES, Ana Maria Seabra de Almeida. 1995. *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

———. 2016. "O "Porto Novo" de D. Dinis e o "Porto do Carro" de D. Fernando", in *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras Medieval*. Cascais: Patrimonia Histórica. 17-24.

———. 2015. "Vivências religiosas femininas medievais: entre clausura, pobreza evangélica e poder", in *Lusitania Sacra*, 2ª série, vol. 31. 11-14. Lisboa.

ROSA, Maria de Lurdes. 1995. *O Morgadio em Portugal. Sécs. XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*. Lisboa: Editorial Estampa.

SÁ-NOGUEIRA, Bernardo Maria Godinho de. 1988. "A organização do padroado régio durante o reinado de D. Dinis. Lista das apresentações (1279-1321)", in *Arqueologia do Estado. 1ªs Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul (séculos XIII-XVIII). Comunicações*. vol.1. Lisboa: História & Crítica. 421-445.

SANTOS, Maria José Azevedo. 2010. "D. Pedro I – O Justiceiro (1357-1367)", in *História dos Reis de Portugal. Da Fundação à perda da independência.* vol.1. Manuela Mendonça (coord.). Lisboa: QuidNovi/Academia Portuguesa da História.

SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva. 2001. *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no Século XIV. Gestão feminina de um património fundiário*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

SANTOS, Reynaldo dos. 1970. *Oito Séculos de Arte Portuguesa: História e Espírito*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional de Publicidade.

SARAIVA, António José Baptista. 1988. *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva.

SEIXAS, Miguel Beirão de Almeida Metelo de, et João Bernardo Cassola de Sousa Galvão-Telles. 2012. "Sousas Chichorros e Sousas de Arronches: um enigma heráldico", in *Estudos de Heráldica Medieval*. Miguel Metelo de Seixas e Maria de Lurdes Rosa (coord.). Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais/Caminhos Romanos. 411-445.

———. et Maria de Lurdes Pereira Rosa (coord.). 2012. *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

SERRA, Joaquim António Felisberto Bastos. 2015. *Governar a cidade e servir o rei. A oligarquia concelhia em Évora em tempos medievais (1367-1433)* (tese de doutoramento em História, na especialidade de História Medieval, apresentada à Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora. Évora: CIDEHUS-UE.

SERRÃO, Joel (dir.). 1968. "Heráldica. Franz Paul de Almeida Langhans", in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II. Lisboa: Iniciativas Editoriais. 428-429.

SILVA, Carlos Guardado da. (coord.). 2013. "Lisboa da cidade de fronteira à afirmação da capital do reino: 1147-1383", in *Férula: Revista da Associação para estudos históricos interdisciplinares*. nº3. Lisboa: Instituto Prometheus. 24-34.

SILVA, José Custódio Vieira da. 1995. *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

———. et Joana Ramôa. 2009. ""Sculpto imagine episcopali": jacentes episcopais em Portugal (séc. XIII-XIV)", in *Revista de História da Arte*, nº7. Lisboa: Instituto de História da Arte – FCSH-UNL. 95-119.

SILVA, Manuel Fialho da. 2022. *Mutação Urbana na Lisboa Medieval. Das Taifas a D. Dinis.* Lisboa: CH-UL.

SILVA, Manuela Santos. 2006. "Reflexos das alterações políticas de finais do século XIV em concelhos da Estremadura litoral", in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: FLUP. 163-185.

SILVEIRA, Ana Cláudia. 2007. "Entre Lisboa e Setúbal: os Palhavã", in *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*. Luís Krus et Luís Filipe Oliveira et João Luís Fontes (coord.). 197-213. Lisboa: Livros Horizonte.

SIMÕES, João Miguel. 2017. "As casas régias construídas sobre a quinta do conde de Barcelos no arrabalde de Santa Maria do Alcamim, à Achada, actual Bairro de São Cristóvão. Dinâmicas sociais e urbanas nos séculos XIV a XVI", in *Cadernos*

do Arquivo Municipal, 2ª série, nº8. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa. 87-116.

SOBRAL, Cristina. 2015. "A vida da princesa Santa Joana de Portugal: hipóteses de autoria", in *Revista de Literatura Medieval*, XXVII. Alcalá: Universidad de Alcalá: Departamento de Filología, Comunicación y Documentación. 213-224.

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e. 2000. *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

———. 2005. *D. Afonso IV*. Lisboa: Círculo de Leitores.

SOUSA, José Maria Cordeiro de. 1960. "As Inscrições Lapidares do Mosteiro de Odivelas", in *Separata dos «Anais» da Academia Portuguesa da História*, II série, volume 10. Lisboa: Academia Portuguesa da História. 37-109.

SOVERAL, Manuel Abranches de. 2017. "Cristóvão Mendes de Carvalho. História de um alto magistrado quinhentista e de sua família", in *Fragmenta Histórica – História, Paleografia e Diplomática*, nº5. Lisboa: Centro de Estudos Históricos. 11-105.

TÁVORA, D. Luíz Gonzaga de Lancastre e. 1965. "A Heráldica da Casa de Abrantes. I. Goes e Lemos", in *Armas e Troféus*, série II, tomo VII, nº1. Lisboa: Instituto Português de Heráldica.

TEIXEIRA, André Pinto de Sousa Dias. 2004. "Uma linhagem ao serviço da «Ideia Imperial Manuelina»: Noronhas e Meneses de Vila Real, em Marrocos e na Índia", in *A alta nobreza e a fundação do Estado da Índia*. João Paulo de Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (coord.). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Centro de História de Além-Mar / Instituto de Investigação Científica Tropical / Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. 109-174.

TEIXEIRA, Sónia Maria de Sousa Amorim. 1996. *A vida privada entre Douro e Tejo: Estudo das legitimações (1433-1521)* (dissertação de mestrado em História, na especialidade de História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Porto: FLUP.

THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis. 2021. *Cristóvão Colombo, o Genovês, meu tio por afinidade*. Lisboa: Academia de Marinha.

TOMÉ, Manuela Maria Justino. 2001. *Odivelas – um mosteiro cisterciense*. Odivelas: Comissão Instaladora do Município de Odivelas.

VAIRO, Giulia Rossi. 2011. "O Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, panteão régio (1318-1322)", in *Família, Espaço e Património*. Carlota Santos (coord.). Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». 433-448.

———. 2012a. "La tomba del re Dinis a Odivelas: nuovi contributi e proposte de letture", in *I Colóquio Internacional Cister, os Templários e a Ordem de Cristo: Da Ordem do Templo à Ordem de Cristo: os Anos da Transição. Actas*. José Albuquerque Carreiras et Giulia Rossi Vairo (ed.). 209-248. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar.

———. 2012b. "Pro Salute Animae: a peregrinação do rei D. Dinis a Compostela", in *Incipit. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto. 2009-10*. Porto: Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

———. 2014. D. Dinis del Portogallo e Isabel d´Aragona. In Vita e In Morte. Creazione e trasmissione della memoria nel contesto storico e artístico europeo (tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa). Lisboa: FCSH/UNL.

———. 2022. "As origens do mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas: contributos e novas propostas para uma revisão do tema", in *Os territórios da Lisboa Medieval*. João Luís Fontes e Luís Filipe Oliveira (eds.). Lisboa: Instituto de Estudos Medievais – FCSH-UNL. 253-275.

VARANDAS, José Manuel Henriques. 1994. *Monacato feminino e domínio rural. O património do mosteiro de Santa Maria de Almoster no séc. XIV*. (provas de capacidade científica e aptidão pedagógica apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de. 2008. *Nobreza e Ordens Militares. Relações sociais e de poder (séculos XIV e XVI)* (tese de doutoramento em História, na especialidade de História Medieval e do Renascimento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto). 2 vols. Porto: [e.a.].

——— (ed.). 2014. GÓIS, Damião de, *Livro de Linhagens de Portugal de Damião de Góis*. Lisboa: Instituto Português de Heráldica/CLEGH/CEPESE. 628 pp.

VAUCHEZ, André. 1995. *A Espiritualidade da Idade Média Ocidental. Séc. VIIII-XIIII*. Lisboa: Estampa.

VENTURA, Leontina. 1992. *A Nobreza de Corte de Afonso III*. 2 vols. (tese de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

———. 2000. "Os Portocarreiro: um percurso Luso-Castelhano (séculos XI-XV)", in *El Condado de Benavente. Relaciones Hispano-Portuguesas en la Baja Edad Media. Actas del Congreso hispano-luso del VI Contenario del Condado de Benavente. Benavente, 22 y 23 de octubre de 1998*. 95-127. Benavente: Centro de Estudios Benaventanos «Ledo del Pozo» (C.E.C.E.L.-C.S.I.C.).

———. 2006. *D. Afonso III*. Lisboa: Círculo de Leitores.

VIANA, Mário. 2012. "Os cavaleiros de Santarém na segunda metade do século XIII", in *Categorias sociais e mobilidade na Baixa Idade Média. Entre o islão e a cristandade*. Hermínia Vasconcelos Vilar et Maria Filomena Lopes de Barros (ed.). 61-81. Lisboa: Colibri.

VICENTE, Gil. 1959. *Obras Completas com prefácio e notas do Prof. Marques Braga*. vol. II. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

VIEIRA, Alberto. 2016. "Bartolomeu Perestrelo", in *Dicionário da Expansão Portuguesa (1415-1600)*, Francisco Contente Domingues (dir.), vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores.

VIEIRA, Júlio. 2011. *Torres Vedras: Antiga e Moderna*. 2ª ed. Torres Vedras: Livrododia.

VIEGAS, Inês Morais et Miguel Gomes Martins (coord.). 2003. *Documentos medievais: (1179-1383). Catálogo do Arquivo Municipal de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

VILAR, Hermínia de Vasconcelos Alves, et Maria João Violante Branco. 1992. "A fundação do Mosteiro de Odivelas", in *Actas. Congreso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal. 17-20 octubro 1991. Ourense-Oseira*. vol.I. Ourense: Ediciones Monte Casino. 589-601.

———. 1998. *As Dimensões do Poder: A Diocese de Évora na Idade Média (1165-1423)* (tese de doutoramento em História, na especialidade de História Medieval, apresentada à Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora. Évora: Universidade de Évora.

———. 2001. "O episcopado do tempo de D. Dinis: trajectos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325)", in *ARQUIPÉLAGO. História*, 2ª série, vol. 5. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. 581-603.

———. et Marta Castelo Branco. 2005. *Servir, gouverner et leguer: l´évêque Geraldo Domingues: 1285-1321*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. 95-118.

———. et Maria João Violante Branco (eds.). 2016. *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries*. Lisboa: CIDEHUS.